00100.061557/2023-93

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVIII SUP. A AO Nº 47, TERÇA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2023

ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

BRASÍLIA - DF

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG)
Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)
1º Vice-Presidente

Senador Rodrigo Cunha (UNIÃO-AL)
2º Vice-Presidente

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
1º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)
2º Secretário

Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)
3º Secretário

Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN)
4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1ª - Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP)
2ª - Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC)
3º - (cargo vago)
4º - (cargo vago)

DIÁRIO SENADO FEDERAL
EXPEDIENTE

Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de Plenários

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATAS DE COMISSÕES PERMANENTES DO SENADO FEDERAL

1.1 – COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 5

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2023 17

1.2 – COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Ata da 12ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de julho de 2022 47

Ata da 13ª Reunião, Extraordinária, realizada em 10 de novembro de 2022 96

Ata da 14ª Reunião, Extraordinária, realizada em 22 de novembro de 2022 101

Ata da 15ª Reunião, Extraordinária, realizada em 6 de dezembro de 2022 163

Ata da 16ª Reunião, Extraordinária, realizada em 13 de dezembro de 2022 250

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 283

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2023 299

1.3 – COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 361

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2023 369

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de março de 2023 391

1.4 – COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 394

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2023 403

Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de março de 2023 (realizada em conjunto com a 3ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo). 422

1.5 – COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 490

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.061557/2023-93

Ata da 3ª Reunião, Conjunta, realizada em 21 de março de 2023 (realizada em conjunto com a 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura). **(Vide item 1.4)**

1.6 – COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 491

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 16 de março de 2023 503

Ata da 3ª Reunião, Extraordinária, realizada em 23 de março de 2023 518

1.7 – COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 561

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 15 de março de 2023 571

1.8 – COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Ata da 1ª Reunião, Extraordinária, realizada em 8 de março de 2023 601

Ata da 2ª Reunião, Extraordinária, realizada em 14 de março de 2023 607

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR NILO COELHO, PLENÁRIO Nº 2.

Às dezesseis horas e dois minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Nilo Coelho, Plenário nº 2, sob as Presidências dos Senadores Paulo Paim e Humberto Costa, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Romário, Mara Gabrilli, Soraya Thronicke, Zenaide Maia, Jussara Lima, Dr. Hiran, Damares Alves, Ana Paula Lobato, Izalci Lucas, Otto Alencar, Nelsinho Trad, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Flávio Arns, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Angelo Coronel, Carlos Portinho, Efraim Filho e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Petecão, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Ivete da Silveira, Styvenson Valentim, Leila Barros, Eduardo Girão, Wilder Morais e Laércio Oliveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição da presidência e da vice-presidência da Comissão de Assuntos Sociais para o biênio 2023/2024. **Resultado:** Comissão instalada e eleitos para presidente o Senador Humberto Costa e para vice-presidente a Senadora Mara Gabrilli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e trinta e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Ação Sociais da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos da eleição da Presidência e da Vice-Presidência da Comissão para o biênio 2023 e 2024.

Tendo em vista a indicação pela Liderança do PT do Senador Humberto Costa para a Presidência e a indicação pela Liderança do PSD da Senadora Mara Gabrilli para a Vice-Presidência e tendo sido esta a única chapa apresentada até o momento, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – Pela ordem, Presidente, permita-me fazer aqui, representando o Bloco Vanguarda, uma manifestação...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares, o som está bom aí?

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF) – Está bom, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – A Senadora Damares está com a palavra.

A SRA. DAMARES ALVES (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - DF. Para questão de ordem.) – Peço, pela ordem, nos termos do disposto no art. 14, alínea "a", do Regimento Interno do Senado, para manifestar a discordância do Bloco Parlamentar Vanguarda – o que estamos fazendo em todas as Comissões hoje –, composto pelos Partidos Liberal, Progressistas, Novo e Republicanos, com a forma como está sendo conduzida a eleição à Presidência das Comissões do Senado Federal.

O Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, em seu discurso de posse afirmou:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> [...] o Brasil precisa mesmo de pacificação. Os Poderes da República precisam trabalhar em harmonia, buscando consenso pelo diálogo. Os entes federativos devem atuar de modo sincronizado, para que políticas públicas possam, efetivamente, chegar à população.

Continuou ele:

> O Senado Federal também precisa de pacificação para bem desempenhar suas funções de legislar e de fiscalizar. Os interesses do país estão além e acima de questões partidárias, e nós, Senadores e Senadoras, precisamos nos unir pelo Brasil.

Ainda continuou:

> Pacificação é buscar cooperação. Pacificação é lutar pela verdade. Pacificação é abonar o discurso de "nós contra eles" e entender que o Brasil é imenso e diverso, mas o Brasil é um só. Estou acabando.

Infelizmente, o que se observa nas eleições para a Presidência das Comissões do Senado é exatamente o inverso. Não foi observada a proporcionalidade, conforme determina o §1º do art. 58 da nossa Constituição Federal, o qual é cristalino ao determinar que na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

Estou acabando, Senador.

Na oportunidade, cumpre registrar que o termo "tanto quanto possível", constante do artigo, é para garantir que, havendo número maior de partidos ou de blocos do que Comissões, não será possível a distribuição observando a proporcionalidade, mas não é o caso; hoje, o nosso bloco é o terceiro maior bloco desta Casa, o que lhe garantiria, pela proporcionalidade, direito à Presidência de quatro Comissões, conforme cálculo.

Ademais, pode alguém argumentar que poderia haver disputa também para a eleição da Presidência da Comissão, como ocorreu no Plenário do Senado Federal. No entanto, importante observar que na Comissão, diferentemente do que ocorre no Plenário, não há maioria dos membros; pelo contrário, os membros da Comissão são compostos pela formação da divisão proporcional dos blocos e partidos. Logo, matematicamente falando, é impossível o bloco com menor formação eleger o Presidente, já que possui menos membros.

Sendo assim, como representante do Bloco Vanguarda e em nome de todos os nossos membros, informo que vamos, infelizmente, nos abster de participar da votação por entender que ela não está respeitando a proporcionalidade, conforme determina a Constituição Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Registre-se: não é nada pessoal com os Senadores que estão compondo a chapa para a Presidência da Comissão, mas, sim, pela forma como está sendo conduzida as eleições para a Presidência das Comissões, rasgando a nossa Constituição Federal.

Ademais, fazendo uma retrospectiva, durante todas as legislaturas desta Casa, sempre foi respeitada a proporcionalidade partidária diante das Presidências das Comissões.

Ante o exposto, peço que registre em ata e também nas notas taquigráficas a abstenção do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo PL, PP, Republicanos e Novo, na votação.

E me permita encerrar: como eu lamento, Senador Humberto, não poder registrar o meu voto para o senhor hoje. Conheço o senhor, acompanho-o. Estivemos em lados opostos por diversas vezes, mas sei como o senhor vai conduzir esta Comissão. Eu lamento. Volto para casa hoje sem a alegria de votar no senhor, mas é dessa forma que o bloco se manifesta.

E que Deus o abençoe na condução desta Comissão.

Saiba, Senador, essa oposição é uma oposição inteligente. Nós vamos ajudá-lo muito na condução desta Comissão.

Que Deus o abençoe, e que fique registrada a posição do bloco.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senadora Damares, será registrada em ata a sua manifestação.

As Senadoras e os Senadores que concordam com a proposta, queiram permanecer como se encontram. A proposta a que eu me refiro é a votação por aclamação.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Presidente Senador Paulo Paim...

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Senador Hiran, eu quero lhe agradecer porque presidiu a reunião da Comissão de Direitos Humanos.

A palavra é sua.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR. Pela ordem.) – Foi uma honra para mim. Aliás, uma Comissão que será muito bem dirigida pelo senhor, pela história que o senhor tem nesta Casa, que foi tão propalada aqui por todos que participaram da instalação da Comissão.

Seja muito feliz!

Quero também dizer ao nosso querido colega, médico e Senador Humberto Costa que também tenho por você um profundo respeito, apesar de eventuais divergências, mas, como faço parte do Bloco

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vanguarda, também vou me abster de votar. Eu também me comprometo estar presente nesta Comissão, deliberando assuntos que sejam de interesse do nosso país e dos nossos brasileiros.

Tenho pelo senhor e pela Senadora Mara Gabrilli um profundo respeito e grande amizade. Tivemos uma convivência muito, muito profícua na nossa Comissão de Seguridade Social, que tive a honra de presidir lá na outra Casa, na Câmara Federal. Desejo a vocês dois muito sucesso e contem conosco para conduzirmos esta comissão a um bom porto. Parabéns a vocês.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Meus cumprimentos, mais uma vez, ao Dr. Hiran. É que não estava funcionando o meu microfone.

Vamos em frente, então.

Aprovada a proposta por aclamação, consulto o Plenário sobre a aprovação da chapa registrada.

Vamos agora à votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Já tenho as duas manifestações de abstenção.

Então, aprovada.

Declaro eleitos o Senador Humberto Costa Presidente e a Senadora Mara Gabrilli Vice-Presidente da Comissão de Assuntos Sociais.

Convido os Senadores recém-eleitos a ocuparem os seus lugares aqui na mesa, e em seguida a palavra é deles.

Senador Humberto Costa, a Presidência é sua. Por favor. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Sr. Presidente que conduziu os trabalhos até agora, Sra. Senadora Mara Gabrilli, que me dá a honra de participar junto comigo da Comissão dirigente desta Comissão, os Senadores e as Senadoras que aí estão, a Senadora Damares Alves, o Senador Dr. Hiran, que manifestaram aqui sua posição, que nós respeitamos plenamente, quero dizer que é para mim um motivo de muita satisfação poder presidir a Comissão de Assuntos Sociais.

Nas nossas Comissões, devido a todo esse processo que nós vivenciamos – no ano de 2021, o ápice da pandemia, e em 2022, as eleições –, nós tivemos muita dificuldade de um funcionamento pleno. Boa parte das Comissões atuou – quando não todas – remotamente e agora nós temos a oportunidade, mais uma vez, de voltar a trabalhar nas condições normais, digamos assim. E é nessa condição que eu assumo a Presidência com um conjunto de compromissos: primeiro, o de ser democrático na condução desses trabalhos, para que todos os Senadores e Senadoras, todos os blocos, todos os partidos, possam ter sempre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consideradas as suas visões, as suas proposições. Procurarei também produzir de uma maneira democrática a distribuição dos projetos que serão analisados por esta Comissão.

Eu tive a oportunidade de dirigir a Comissão de Direitos Humanos nesses últimos dois anos, e eu entendo que o Parlamento precisa ir à sociedade também. No trabalho que eu pretendo realizar, eu quero poder organizar diligências aos lugares, para que nós possamos conhecer *in loco* os problemas de áreas que são extremamente diversas, mas, ao mesmo tempo, muito importantes. Por exemplo, a área da saúde, da qual eu sou originário, e que hoje nós temos um processo importante de busca da reconstrução do Sistema Único de Saúde, em que o Parlamento terá um papel importante, porque algumas das medidas que serão aprovadas, serão implantadas têm de passar aqui pelo Parlamento. Muitos Parlamentares têm dado a sua contribuição por meio de projetos de lei para mudanças na área da saúde.

Eu entendo que devemos, juntos, conduzir esse trabalho.

Quanto à área da assistência social também, o novo Governo apresentou um processo de reestruturação da política de assistência social, particularmente do novo Bolsa Família. E, certamente, nós poderemos discutir essa temática, embora tudo isso deva vir em forma de medida provisória, que nós teremos a oportunidade de discutir nas Comissões mistas que serão montadas.

Mas também, aqui, nós teremos a oportunidade de promover debates, discussões, para contribuirmos com esse processo de debate, na área do trabalho, na área da previdência também.

Então, eu pretendo fazer com que todos nós possamos ter aqui o protagonismo que é importante que tenhamos, para cumprir o nosso dever com aquelas pessoas que nos elegeram e nos trouxeram até aqui.

Quero dizer da minha imensa satisfação de que a Senadora Mara Gabrilli tivesse aceitado o convite que eu fiz para que ela pudesse compor aqui conosco. Existem vários Senadores recém-eleitos e empossados, que estão começando a desenvolver o seu trabalho e terão a oportunidade de ver a militância, a dedicação, a competência que a Senadora Mara Gabrilli sempre demonstrou nos espaços de que ela participou, aqui no Senado e no seu próprio mandato diretamente, de maneira que eu me sinto, de um lado muito confortável por tê-la nessa condição de Vice-Presidente e, ao mesmo tempo, muito honrado com o fato de ela ter aceitado esse convite.

Além do que, eu vejo, entre os integrantes desta Comissão, muitas pessoas que têm presença nessas diversas áreas.

Eu quero fazer um convite para que todos possam se fazer sempre presentes às reuniões. Nós atribuímos valor aos temas que a Comissão aborda à medida que todos nós os engajamos, participamos, fazemos os debates, enfim.

Pretendo também que possamos ter, aqui, audiências públicas que abordem os temas mais diversos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, pretendemos, nos próximos dias, já iniciar estes trabalhos, tentando trazer uma proposta de funcionamento da Comissão, inclusive de dias e horários das reuniões, que, na medida do possível, nos permita também utilizar o espaço da TV Senado, da Rádio Senado. Esse espaço é importante, é acompanhado por muita gente.

Eu vou buscar trazer uma proposta para que possamos ter um espaço também na TV Senado.

Dito isso, quero passar a palavra à Senadora Mara Gabrilli e aos demais que queiram se manifestar.

A SRA. MARA GABRILLI (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Pela ordem.) – Bom, boa tarde a todos! Boa tarde, Presidente! Boa tarde, Presidente Paim também!

Eu queria agradecer o convite, que foi tão inesperado. Foi agora há pouco. Eu não esperava. Nunca tinha nem imaginado. Mas eu estou aqui para servir ao nosso povo brasileiro, principalmente na área de assuntos sociais, em que a gente já vem trabalhando.

Os dois participam com tanta presença, assim como a Senadora Zenaide, que é uma grande aliada das nossas pautas. São pautas importantíssimas. E uma delas eu quero até mencionar, já que hoje é o Dia Internacional da Mulher, Damares, é a pauta da política de cuidados que a gente ainda não tem no Brasil. E a gente precisa ter uma política de cuidados. O nosso país está envelhecendo. A gente tem doenças raras. Somam 7 mil doenças e 15 milhões de brasileiros afetados com alguma doença rara, sem contar as pessoas com deficiência deste país, para as quais a gente tem várias medidas. Tem o Censo 2010 que indica 45 milhões. Tem um outro estudo que foi feito, segundo o Grupo de Washington, que é um número menor, mas mostra a severidade das deficiências. Hoje a gente trabalha muito não aquela visão médica da deficiência, mas uma visão biopsicossocial para conseguir entender o meio em que as pessoas estão convivendo para saber realmente como elas estão.

Eu me uso até, Presidente, de exemplo porque, se pegar o meu caso, eu tenho uma deficiência severa: eu quebrei o pescoço, perdi os movimentos do pescoço para baixo. Então, é uma deficiência muito severa. Mas às vezes a gente pega, por exemplo, uma mulher – Zenaide, você sabe disso – preta, pobre, lésbica, da periferia, de um lugar cuja topografia é horrível, e ela quebra o pé, ela tem mais deficiência que eu, no momento. Por isso que a gente tem que desenvolver esse olhar.

Esta Comissão é de extrema importância para isso, porque é a gente conseguir olhar para a população inteira do Brasil. Se eu não tivesse a Rosa hoje aqui segurando o microfone, eu não ia conseguir estar aqui. Olha a importância da política de cuidados no Brasil!

Então, eu quero chamar a atenção para esse tema, que é da nossa Comissão.

E estou aqui à disposição para fazer audiências públicas porque é muito importante. A gente estava falando agora – não é, Paim? – o quanto audiência pública traz matéria-prima para o nosso trabalho, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que ele seja de qualidade. E tendo vocês Senadores – e eu tenho admiração por todos vocês aqui –, eu acho que a gente vai desenvolver um grande trabalho.

E contem comigo! Eu estou pronta para enfrentar qualquer assunto. Vamos lá!

Obrigada.

Bom trabalho para todos nós! E parabéns para as nossas mulheres! (*Palmas.*)

E para a Rosa aqui, em especial, não é?

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Mara Gabrilli, muito obrigado pelas suas palavras. Tenho certeza de que V. Exa. cumprirá aqui um papel muito importante, que dará para todos nós uma contribuição semelhante à que sempre tem dado aqui no Congresso Nacional.

Eu queria fazer só uma pequena observação, antes de passar a palavra à Senadora Zenaide.

É que nós precisamos...

Vejam que situação! Estou assumindo aqui como Presidente da Comissão. Sou um homem. Naturalmente, convidá-la para ser a vice-Presidente da Comissão é um gesto, mas é um gesto muito pequeno diante do grau de desigualdade, de discriminação que há aqui dentro do próprio Senado Federal.

Nós participamos daquela CPI da Covid, não havia uma única mulher integrando a Comissão, seja como efetiva, seja como suplente. Foi preciso que houvesse uma mobilização para que as mulheres pudessem ter a palavra como se fossem integrantes da Comissão, mas não tinham o direito de votar.

Novamente, agora, para a Mesa, nós não conseguimos... Não é que não conseguimos, não passa pela cabeça da maioria dos homens essa questão.

Então que, na próxima formação das Comissões, nós possamos ter um desenho diferente. Mas é muito importante que as Senadoras possam, nas suas bancadas e no Plenário, levantar essa questão, senão as coisas permanecem como têm sido até hoje.

Eu queria fazer essa autocrítica, manifestar essa posição e dizer que espero ser alertado, espero que eu me lembre da importância disso, mas, se não o fizer, que eu possa ser alertado para tentarmos construir aqui, na Comissão de Assuntos Sociais, a presidência de uma mulher, que nos conduza. E, com toda a certeza, sempre conduzem da melhor maneira possível.

Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Pela ordem.) – Boa tarde a todos e a todas!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero aqui parabenizar o colega Senador Humberto Costa e a nossa Senadora querida Mara Gabrilli, que já foi minha colega, como Deputada, na defesa das pessoas com deficiência.

E sabe, Paulo Paim, Dr. Hiran, Jayme e Damares, todos que estão aqui, Humberto, esta Comissão eu sempre achei de uma importância fundamental. Assuntos sociais, onde está... Por exemplo, social tem tudo a ver com essa política de cuidados de que nossa colega Mara Gabrilli falou.

E, na Comissão, como você falou, a gente precisa das audiências públicas, porque elas funcionam como um local em que nós vamos dar o diagnóstico, falando aqui como médica. Quando a gente faz audiências públicas, a gente vê a necessidade de aprovamos leis que possam amenizar. Agora, nós sabemos... Por exemplo, nesta Comissão, nós decidimos SUS e assistência social. São duas coisas essenciais num país onde se tem uma desigualdade social, como falou a Mara.

E, mais uma vez, eu chamo a atenção de nós mulheres porque, quando a gente está aqui, Mara, a gente está falando em nome de milhões que não tiveram a oportunidade de estar aqui. E essa diferença de – achei interessante o exemplo que Mara falou – uma pessoa, numa periferia, sem condições, sem nenhuma presença do Estado, Mara, eu tenho essa visão.

O que a gente vê, Humberto, na maioria das vezes, é que as pessoas se afastam do centro, onde tem os serviços de saúde, de educação e, muitas vezes, de segurança pública, e vão para a periferia por falta de salários, seja o que for, salário mínimo. Quando eu vejo aqui "vamos educar sobre como gastar", Jayme, ensinar uma mãe de família com cinco, seis filhos, dizer que ela é uma gastadora, que está devendo, ganhando salário mínimo, é uma coisa em que não se pode acreditar.

Mas lembro que a presença do Estado brasileiro – é isso que nós temos que ver – na vida das pessoas... O que acontece? Quem vai para a periferia, Paulo Paim, não tem assistência médica na grande maioria das vezes. A ausência do Estado é grande. E ainda tem mais, as pessoas criam mais aquele clima: não vá àquele bairro, porque aquele bairro é perigoso. É a ausência do Estado e ainda tem a fama de quem mora lá, que não se vá lá, não é isso? Então, a Mara mostrou que ela, com a tetraplegia, tem menos dificuldade na vida do que uma mulher ou um homem de periferia que tem uma fratura e não tem condições, porque passa às vezes até seis meses, um ano a mais para conseguir uma cirurgia do que ela, porque não tem condições.

Isso só prova que nós também, Humberto, temos, nesta Comissão, que nos debruçar sobre o orçamento deste país. Enquanto a gente definir aqui... Como a gente vê aqui, quase a metade do orçamento fica para os bancos, juros e serviço de uma dívida, e esse povo não senta nem na mesa com a CMO para discutir isso, e nós ficamos aqui mendigando por 4% para a saúde pública deste país. Então, a responsabilidade da gente é grande, porque com certeza nós vamos – aqui é o diagnóstico – precisar da ajuda de todos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Acho que aqui a gente nunca discriminou. Quem tem projetos bons, a gente corre atrás, não é, Mara? Nunca olhamos para cor, partido. E o Humberto é um cara, Paulo Paim, todos têm esse olhar diferenciado. Não foi fácil chegarmos aqui. E meu sonho, hoje me perguntaram, eu digo é que a gente possa um dia, antes de cem anos, mostrar Bertha Lutz, uma pioneira, que nós não estamos mais precisando de Procuradoria da Mulher, de Liderança feminina e de outras coisas que ficamos aqui para a mulher... Esse é um sonho, porque quando nós não precisarmos, Humberto, é porque nós já estamos em paridade com os homens. A gente não vê o dia internacional do homem, a gente não vê uma procuradoria do homem, porque ele já ocupa majoritariamente os espaços de poder. Então, o meu sonho é esse.

Obrigada e contem comigo, porque todos me conhecem, seja como Liderança, seja como Presidente de Comissão ou Vice-Presidente. Zenaide participa tanto dos direitos humanos que Paulo Paim achava que eu era a Vice-Presidente, e eu não era – não é, Paulo Paim? Eu era suplente.

Obrigada.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Agora a senhora é Vice-Presidente lá.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN) – Agora sou.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - RR) – Presidente Humberto, só a título de informação, é o dia de todos os santos, viu? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Jayme Campos, que pede a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, querido amigo Senador Humberto Costa, Presidente que ora assume esta Comissão tão importante, que é a Comissão de Assuntos Sociais, antes de mais nada quero registrar aqui que tive a honra e o privilégio também de ser Presidente desta Comissão no meu primeiro mandato como Senador da República. Saúdo V. Exa. e, antes de mais nada, desejo-lhe boa sorte.

Quero saudar também a nossa Vice-Presidente, a querida Senadora Mara Gabrilli, que, indiscutivelmente, é uma referência também no campo social deste país, sempre lutando pelas boas causas do povo brasileiro, particularmente pelas pessoas mais humildes deste país.

Gostaria de saudar o nosso Presidente querido e eterno, Senador da República Paulo Paim. Eu tinha dito, reiteradas vezes, que eu sou adepto ao Paulo Paim aqui. Ele é meu DJ, é o homem que é o maior conhecedor profundo da questão da política e da previdência social deste país, da questão da defesa dos nossos trabalhadores, por um bom salário mínimo, não é, Paulo? V. Exa., com certeza, tem o respeito e a admiração do Senador Jayme Campos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Demais colegas Senadoras e Senadores, eu quero apenas registrar a minha alegria e o meu contentamento de estarmos, hoje, uma vez mais, participando da eleição e posse do Senador Humberto Costa. Eu acho, Senador Hiran, que está entregue, em boas mãos, a Presidência da Comissão, até pela capacidade do Senador Humberto Costa, que também é médico. Já tive a primazia de conviver com ele, aqui também, lá atrás, e sempre fez um trabalho exitoso como membro daquela Comissão de Assuntos Sociais de que também participava junto conosco.

E aqui já foi dito da importância desta Comissão. Muitas vezes é que não dão muito valor, Paulo. Não sabem da importância que a Comissão de Assuntos Sociais tem dentro do contexto aqui, não é isso? Nós mexemos aqui em áreas tão importantes e, sobretudo, com a vida das pessoas: a área da saúde, da assistência social, do trabalho, da previdência...

V. Exa. tem uma missão nobre de fazer um trabalho aqui que, certamente, possa não só continuar este trabalho que V. Exa. tem promovido, durante a sua vida pública, como cidadão brasileiro que tem se dedicado muito à vida pública deste país, mas nesta Comissão aqui, de fato, V. Exa. se destaca e realça no cenário, diante do fato de que até os diretores de agências passam por aqui e são sabatinados nesta Comissão, não é isso? – a Anvisa e as agências reguladoras que atuam nesta área passam por aqui. Então, as pessoas não sabem do valor que esta Comissão aqui tem dentro contexto. Os planos de saúde todos passam por aqui. Nós temos que ser ouvidos, muitas vezes, e lutamos para que não haja um desequilíbrio, até da questão financeira do cidadão brasileiro.

Enfim, eu quero apenas dizer a V. Exa. que conte com o Senador Jayme Campos, na medida em que, sem falsa modesta aqui, eu poderei contribuir muito, até pela experiência, mas, primeiro, como cidadão do povo. Eu tenho a primazia de ter seis mandatos e ninguém tem seis mandatos. Não é para o bico de qualquer um não, Humberto!

Das seis eleições que eu disputei, ganhei seis. Fui três vezes Prefeito, Governador do meu estado e, duas vezes, Senador. E eu tenho brincado com o pessoal: "Sai da frente! Se o velho Jayme Campos chegar, de novo, na próxima, ele vai passar a régua na turma aí!".

Eu faço política e graça mesmo é com o povo mais humilde. O eleitor de Jayme Campos é da classe C, D e E. Esse é o eleitor do Jayme Campos. E também falam: "Jayme Campos, você não vai na Federação das Indústrias?". Eu não vou, não! O meu eleitor é um eleitor diferenciado: aquele que entende a língua do Jayme Campos e eu entendo a língua dele. São pessoas que reconhecem o trabalho e que dão o valor devido que nós merecemos.

De forma que estamos em boas mãos aqui – Senadoras, Senador Hiran e demais –, nas mãos do Humberto Costa. Este é um homem preparado, conheço a sua trajetória. É um homem que, certamente, já tem serviço prestado não só para o seu Estado de Pernambuco, mas pelo Brasil, o que é bom que se esclareça aqui. É um homem reto, de retidão de caráter invejável e que, certamente, junto com a Mara

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Gabrilli, vai fazer um trabalho invejável nesta Comissão, na promoção do bem-estar social de milhões de brasileiros que, certamente, precisam de uma mão amiga do Governo Federal.

Que Deus o abençoe e conte com o Senador Jayme Campos! Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado, Senador Jayme Campos, V. Exa. é um patrimônio desta Comissão, já foi Presidente dela e é sempre muito envolvido em toda temática que esta Comissão tem. Eu fiquei muito feliz quando vi que o senhor era membro titular da Comissão, e vamos trabalhar juntos aí. Espero poder fazer um trabalho semelhante ao que V. Exa. fez à frente da Comissão de Assuntos Sociais.

Concedo a palavra à Senadora Jussara Lima.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Pela ordem.) – Boa tarde!

Cumprimento todos e todas; cumprimento o nosso Presidente Humberto Costa, um homem que realmente tem um relevante trabalho pelo nosso país, que sempre teve um olhar diferenciado para o povo brasileiro; cumprimento o Senador Paim, um homem, também, bastante conhecido no nosso país, que sempre defendeu as causas daqueles que mais precisam; cumprimento os Senadores que estão aqui, a Senadora Zenaide; e quero dizer que estou aqui para dar minha contribuição, mas também para aprender junto com vocês, e sei da importância desta Comissão, porque é justamente através dela que nós vamos levar um olhar diferenciado para aqueles que mais precisam.

Contem comigo, Presidente Humberto Costa e Mara Gabrilli, essa grande Senadora, essa mulher empoderada, inteligente, sensível. Estamos aqui para trabalharmos juntos.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Muito obrigado, Senadora Jussara. Quero agradecer a V. Exa. pelas palavras tão generosas e dizer da minha alegria de poder também contar, nesta Comissão, com a participação da Senadora Zenaide Maia, que é um patrimônio das forças progressistas aqui, no Senado Federal, uma das pessoas mais engajadas na defesa da nossa população. Tenho certeza de que o nosso Paim também será membro titular da Comissão e de que nós vamos fazer um bom trabalho à frente desta Comissão.

Muito obrigado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 02 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 36 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e onze minutos do dia quinze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Humberto Costa e Mara Gabrilli, reúne-se a Comissão de Assuntos Sociais com a presença dos Senadores Jayme Campos, Romário, Soraya Thronicke, Eduardo Girão, Zenaide Maia, Veneziano Vital do Rêgo, Wilder Morais, Jussara Lima, Giordano, Dr. Hiran, Laércio Oliveira, Paulo Paim, Styvenson Valentim, Damares Alves, Leila Barros, Izalci Lucas, Vanderlan Cardoso, Carlos Viana, Teresa Leitão, Eduardo Gomes, Flávio Arns e Alessandro Vieira, e ainda dos Senadores não membros Esperidião Amin, Eduardo Braga, Marcos do Val e Dr. Samuel Araújo. Deixam de comparecer os Senadores Sérgio Petecão, Ana Paula Lobato e Ivete da Silveira. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Antes de dar prosseguimento à apreciação da pauta, a presidência procede à leitura de comunicados. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5652, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de prever um intervalo para o valor mínimo a ser estipulado em sentença condenatória para reparação de danos causados à saúde pública." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta. **Resultado:** Aprovado Parecer favorável ao Projeto, nos termos da Emenda nº 1-CAS (Substitutivo). **Observação:** Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. **ITEM 2 - Projeto de Lei n° 746, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta inciso VII ao art. 15 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados e dá outras providências." **Autoria:** Senador Paulo Paim (PT/RS). **Relatoria:** Senadora Jussara Lima (*Ad hoc*), substituiu Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e as Emendas n° 1-CAS, 2-CAS e 3-CAS. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1236, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para dispor sobre o gozo de férias de empregado que tenha filho com deficiência." **Autoria:** Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP). **Relatoria:** Senadora Zenaide Maia (*Ad hoc*), substituiu Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, das Emendas nº 1-CDH a 4-CDH e de duas emendas que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2965, de 2021 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 2º ao art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para equiparar a filho do consumidor titular de plano privado de assistência à saúde seu enteado, bem como a criança ou o adolescente que seja por ele tutelado ou que, por determinação judicial, esteja sob sua guarda; e altera o § 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para promover equiparação análoga em relação a filho do segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) ." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 1, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do enfrentamento ao câncer de colo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de útero, terceiro tipo de câncer com maior incidência entre as mulheres." **Autoria:** Senadora Teresa Leitão (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 7, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PDL 32/2023, que "susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, que revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020"." **Autoria:** Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovada a inclusão da Secretária-Nacional da Pessoa com Deficiência do Ministério dos Direitos Humanos no rol de convidados da audiência. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 3, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Com subscrição da Senadora Mara Gabrilli. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 4, de 2023** que: "Requer , nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Com a subscrição da Senadora Mara Gabrilli. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 5, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Com a subscrição da Senadora Mara Gabrilli. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Assuntos Sociais n° 6, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta." **Autoria:** Senador Humberto Costa (PT/PE). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Com a subscrição da Senadora Mara Gabrilli. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Humberto Costa
Presidente da Comissão de Assuntos Sociais

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/15

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos e todas presentes.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Assuntos Sociais, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunico às Senadoras e aos Senadores o recebimento dos seguintes expedientes:

- Aviso n° 1.591, de 2022, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão n° 2.698, de 2022, que trata de representação formulada pelo Ministério Público a respeito de possível irregularidade relativa à falta de acessibilidade às pessoas com deficiência visual nos equipamentos com tela sensível ao toque e aplicativos desenvolvidos para uso de cartões de pagamento;

- Aviso n° 1.509, de 2022, do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão n° 2.622, que trata de relatório de auditoria operacional no Programa Nacional de Imunizações;

- Cópia do Ofício n° 33/2022, do Conselho Nacional de Assistência Social, o qual encaminha moções afetas a financiamento e orçamento da assistência social, aprovadas na 12ª Conferência Nacional de Assistência Social;

- Cópias de ofícios e moções de Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais e entidades, contendo considerações sobre questões trabalhistas, previdência social, Sistema Único de Saúde, povos indígenas, assistência social e temas relacionados à saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os expedientes se encontram à disposição na Secretaria desta Comissão, e fica consignado o prazo de 15 dias para manifestação dos Senadores e Senadoras, a fim de que sejam analisados pelo Colegiado. Caso não haja manifestação, os documentos serão arquivados ao final do prazo.

A presente reunião destina-se à deliberação de projetos, relatórios e requerimentos apresentados à Comissão.

A reunião contará com a possibilidade de os Senadores votarem por meio do aplicativo Senado Digital nas deliberações nominais, como nas matérias terminativas. (*Pausa.*)

Bem, nós vamos iniciar pela leitura de alguns pontos da ata que não são terminativos. Eu queria propor que alguns dos Senadores e Senadoras possam exatamente assumir a condição de Relatores *ad hoc*.

Eu designo Relator *ad hoc* o Senador Styvenson para o item 1 da pauta.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN) – Se puder me dar impresso, para não ter falha... Porque a tecnologia é falha ainda.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ele vai lhe dar.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5652, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de prever um intervalo para o valor mínimo a ser estipulado em sentença condenatória para reparação de danos causados à saúde pública.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, nos termos de emenda substitutiva que apresenta.

Observações:

Matéria a ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Relatoria é do Senador Alessandro Vieira. Na sua ausência, indico o Senador Styvenson para apresentar o relato, e concedo a palavra ao Senador Styvenson para a leitura do relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. Como Relator.) – Bom dia, Sr. Presidente. Se me permitir, passo já para o item dois, a análise. O senhor fez um breve resumo, uma síntese do PL.

Compete à CAS opinar sobre proposições que digam respeito a proteção e defesa da saúde – temática abrangida pelo projeto em análise –, nos termos do inciso II do art. 100 do Regimento Interno do Senado Federal. Como a matéria ainda será apreciada pela CCJ, deixaremos os aspectos relacionados à constitucionalidade e juridicidade, bem como aqueles relacionados à segurança pública, para o exame daquele Colegiado.

Exclusivamente no que tange à proteção da saúde, âmbito de análise desta Comissão, a proposição é a princípio meritória, uma vez que garantiria mais recursos ao Sistema Único de Saúde. Além disso, não pode haver dúvidas de que os traficantes de drogas causam, sim, grandes danos à saúde individual dos consumidores dessas substâncias, às suas famílias, à sociedade da qual os usuários fazem parte, bem como à saúde pública como um todo, uma vez que será o SUS o responsável por garantir o tratamento dos dependentes químicos. O tráfico e o consumo de entorpecentes não são somente um problema de segurança pública ou de política criminal, mas também, e principalmente, um problema de saúde pública.

No entanto, a previsão de um tabelamento para a quantificação do dano parece militar a favor dos criminosos. Ainda que o valor previsto no projeto seja consideravelmente alto, também alto é o poder econômico de alguns traficantes, cujo dano à sociedade pode ser muitas vezes maior.

Portanto, entendemos mais adequado que a sentença criminal estabeleça o mínimo para facilitar reparação civil dos danos à saúde pública, sem estabelecer uma faixa de valores, desde que tal pedido conste da denúncia do Ministério Público, podendo o titular do direito à indenização demonstrar dano ainda maior em pleiteá-lo em ação própria.

Ademais, o projeto prevê que os valores de indenização do dano à saúde pública seriam depositados em conta a favor do SUS. Entretanto, o SUS não tem personalidade jurídica própria. Havendo dúvida sobre a destinação desses valores, propomos, para esclarecimento da questão, que os valores sejam destinados ao Fundo Nacional de Saúde, que poderá repassá-los aos entes estatais que efetivamente suportarão os custos com tratamento das pessoas prejudicadas pelos traficantes condenados.

Por último, adicionamos parágrafo para prever que a fixação do valor mínimo não obste o ajuizamento de uma ação civil para reparação civil dos danos pelo titular da ação penal ou pela pessoa jurídica prejudicada.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto 5.652, de 2019, na forma do seguinte substitutivo:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emenda nº – CAS (Substitutiva)
Projeto de Lei nº 5.652, de 2019
Altera a Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, a fim de prever a fixação de um valor mínimo a ser estipulado em sentença condenatória para reparação de danos causados à saúde pública.
O Congresso Nacional decreta:
Art. 1º O art. 58 da Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 3º a 5º:
"Art. 58 (...)
§3º O juiz, ao proferir a sentença condenatória, fixará valor mínimo para a reparação dos danos causados à saúde pública, caso tal pedido conste da denúncia.
§4º A quantia referida no §3º deste artigo será destinada ao Fundo Nacional de Saúde, que promoverá o repasse dos valores aos entes públicos que suportaram os ônus financeiros dos danos causados.
§5º O disposto no §3º deste artigo não obsta o ajuizamento de ação civil pelo titular da ação penal ou pelo ente público prejudicado para reparação dos danos causados à saúde pública".
Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

É isso, Sr. Presidente.

Obrigado por me indicar à relatoria *ad hoc* deste tema importante para a sociedade brasileira, uma vez que a discussão da liberação de produtos entorpecentes no nosso país vai logo, logo chegar a esta Casa e precisa ser amplamente discutida, e o danos também.

Este projeto traz bem o assunto, com uma reparação civil e indenizatória acerca do tema.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Aberta a discussão, eu passo a palavra ao Senador Paulo Paim, que é também o nosso aniversariante do dia.

Quero desejar a ele os parabéns, felicidades, muitos anos de vida!

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Muito obrigado, Presidente.

Não gosto de me atrasar, mas peço desculpas porque me atrasei alguns minutinhos.

Cumprimento já V. Exa., que fez um brilhante trabalho na Comissão de Direitos Humanos e que, pelo rodízio que o partido mantém, se deslocou de lá para esta Comissão. Eu voltei para a Comissão de Direitos Humanos, com muita honra, seguindo o mesmo trabalho feito por V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, Presidente, rapidamente, eu pedi a palavra, Senador Styvenson Valentim e também Senador Alessandro Vieira, porque, por orientação da bancada, eu havia pedido vista desse projeto, e os senhores agora aperfeiçoaram o projeto, que ficou bem melhor, digamos, do que a sua forma original.

Destacamos aqui, no atual substitutivo: "O juiz, ao proferir a sentença condenatória, fixará valor mínimo para a reparação dos danos causados à saúde pública, caso tal pedido conste da denúncia".

Essa quantia será destinada ao Fundo Nacional de Saúde, que promoverá toda a distribuição social. O valor será fixado pelo juiz, não obstante o ajuizamento da ação civil pelo titular da ação penal ou pelo ente público prejudicado para reparação dos danos causados à saúde pública.

Presidente, só para dizer que a orientação da bancada é pela votação favorável mediante as alterações feitas aqui pelos nossos queridos Relator Senador Alessandro Vieira e Styvenson Valentim, Relator *ad hoc*.

O SR. STYVENSON VALENTIM (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - RN. *Fora do microfone*.) – O senhor retirou o pedido de vista?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Retiramos tudo aqui. Queremos votar.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ainda em discussão.

Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu quero, da minha parte, em primeiro lugar, cumprimentar V. Exa. também, que está na Presidência desta Comissão tão importante para o Brasil – saúde, previdência, assistência, trabalho – e com tantos desafios que o Brasil enfrenta nessas quatro áreas e em outras áreas.

É um prazer estar aqui ao lado da Senadora Teresa Leitão.

Também quero cumprimentar o nosso amigo Paulo Paim pelo aniversário. Já mandei mensagem hoje cedo dizendo lá – e repito aqui – que continue firme nessa sua caminhada de vida a favor da cidadania. Essa é uma marca. Paulo Paim é uma referência no Brasil para todos nós.

Concordo amplamente com o projeto também. O dano a ser reparado, eu diria, é incalculável, porque alguém que entra no mundo das drogas tem um prejuízo pessoal, familiar, comunitário, de corrupção, de segurança, de todas as áreas, mas é um caminho financeiro para que os danos possam ser também, de alguma forma, revertidos para a promoção da saúde nos municípios, nos estados e no âmbito nacional através do fundo da saúde.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, minha opinião é favorável ao projeto também.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – A palavra continua aberta. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, eu encerro a discussão.

Em votação o relatório.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1-CAS (Substitutivo).

A matéria vai à CCJ.

O segundo item da pauta é o Projeto de Lei nº 746, de 2019, de autoria do Senador Paulo Paim.

ITEM 2

PROJETO DE LEI N° 746, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta inciso VII ao art. 15 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados e dá outras providências.

Autoria: Senador Paulo Paim (PT/RS)

Relatoria: Senadora Jussara Lima

Relatório: Pela aprovação do Projeto e de três emendas que apresenta.

Observações:

Será realizada uma única votação nominal para o Projeto e para as emendas, nos termos do relatório apresentado, salvo requerimento de destaque.

O Relator é o Senador Alessandro Vieira, que aqui não se encontra. Então, eu queria indicar Relator ou Relatora *ad hoc*.

Poderia ser a Senadora Jussara? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra a Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI. Como Relatora.) – Bom dia, Sr. Presidente Humberto Costa, Srs. Senadores e Sras. Senadoras.

Em exame, nesta Comissão de Assuntos Sociais, para decisão terminativa, o Projeto de Lei nº 746, de 2019, do Senador Paulo Paim, que dispõe sobre a manutenção da qualidade de segurado, pelas vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais. Essa qualidade é mantida por até seis meses após o reassentamento definitivo, reinserção no mercado de trabalho ou normalização de suas atividades. Também está previsto o ressarcimento dos benefícios concedidos pela Previdência Social e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados.

O autor afirma, em sua justificação, que a proposta decorre de reflexões sobre as causas e efeitos da tragédia de Brumadinho, uma triste repetição da tragédia anterior de Mariana. Afirma ainda que, na prática, analisando a cobertura e o atendimento previdenciário, são identificados diversos vazios e lacunas, na legislação e nos processos administrativos de inclusão e análise dos pedidos.

Dentre os casos de benefícios negados, no momento da demanda, há centenas ou milhares de trabalhadores e pescadores prejudicados, pois se encontram sem recolhimentos ou sem condições de comprovação de sua atividade, o que lhes poderia ensejar a qualificação de segurados especiais. A proposta, então, prevê a manutenção da condição de segurado até seis meses após o reassentamento definitivo, a reinserção no mercado de trabalho ou a normalização das atividades.

Registra a justificação também que a "Previdência Social não pode assumir a responsabilidade por danos causados por empresas que atuam com negligência, imperícia ou imprudência, muito menos em se tratando de dolo, mesmo eventual".

Para que isso não ocorra, a iniciativa prevê que os benefícios pagos e as contribuições não recolhidas, em decorrência dos eventos trágicos, sejam ressarcidos ao sistema previdenciário.

No prazo regimental, a proposta não recebeu sugestões de emendas.

Compete à União, nos termos do art. 22 da Carta Magna, legislar privativamente sobre seguridade social, motivo pelo qual normas que disponham sobre a manutenção da condição de segurado e responsabilidade pelo ressarcimento de benefícios e contribuições previdenciárias não recolhidas, objetos da proposta em análise, encontram-se no âmbito normativo do mencionado ente federado.

A matéria não é de iniciativa privativa do Presidente da República, do Procurador-Geral da República ou dos tribunais superiores, razão por que, aos parlamentares, nos termos do art. 48 da Carta Magna, é franqueado iniciar a discussão legislativa sobre o assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ainda mais, normas sobre a manutenção da condição de segurado e responsabilidade por ressarcimento de benefício e recolhimentos previdenciários não efetuados dispensam a edição de lei complementar, razão pela qual a lei ordinária está apta a inserir as mudanças pretendidas no ordenamento jurídico nacional.

Destaque-se, além disso, que, nos termos dos arts. 91 e 100 do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS opinar terminativamente sobre projetos de lei de autoria de Senadores que versem sobre seguridade social.

No mérito, somos favoráveis à aprovação da proposta.

Os trabalhadores e segurados em geral da Previdência Social podem ser prejudicados por desastres ambientais e catástrofes naturais. Nesses casos, a condição de segurado deve ser preservada até que a situação volte à normalidade, com algum prazo flexível.

Caso contrário, nos termos da Lei nº 8.213, de 1991, eles poderão perder o direito a diversos benefícios e garantias decorrentes dessa condição de segurado. Preservar os direitos desses segurados é o primeiro dos objetivos da proposta em análise.

A segunda parte da proposta prevê o ressarcimento dos danos causados à Previdência Social, por culpa ou dolo, ainda que eventual. Nada mais justo. A responsabilidade dessas empresas que exploram atividades de risco deve ser ampla e cobrir todos os danos, diretos ou indiretos. Isso deve ocorrer até para que não haja quebra dos padrões de segurança e sujeição da população em geral aos perigos inerentes à atividade privada de empresários. Do contrário, estaríamos transferindo riscos e custos da exploração para toda a população e para o Estado.

É notório que os desastres ambientais e catástrofes naturais causam prejuízos para a seguridade social como um todo e para os segurados da Previdência Social, em particular.

A consciência desses danos e avaliações técnicas realmente sérias podem inibir atuações danosas e colaborar para que esses eventos sejam evitados ou que, pelo menos, seus efeitos reduzidos.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só um minuto.

Passem para o outro lado. Aí, vocês conversam do lado de lá, porque estão atrapalhando.

Com a palavra, novamente, a Senadora Jussara.

A SRA. JUSSARA LIMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PI) – Obrigada, Senador.

Não podemos buscar o crescimento econômico a qualquer custo, principalmente quando estão em jogo nossas grandes riquezas naturais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por todas essas razões, cremos que a proposta em exame é oportuna e meritória. Ela assegura aos trabalhadores e pescadores a manutenção da condição de segurado, pelo tempo que for necessário para a superação dos efeitos nefastos dos eventos desastrosos ou catastróficos. Por outro lado, determina, com clareza, o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições não recolhidas pelos empreendimentos que colaboraram, culposa ou dolosamente, para essas ocorrências.

Detectamos, entretanto, um problema de redação no texto do inciso VII, incluso no art. 15 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Da forma como a norma referida está redigida, dá a entender que, mesmo após a reinserção no mercado de trabalho ou a normalização das atividades profissionais ou artesanais, os segurados ainda ficariam com garantia contra a perda da condição de segurado. Ora, como sabemos, a reinserção no mercado de trabalho e a normalização das atividades representam o restabelecimento da condição de segurado. Estamos propondo, portanto, uma emenda de redação para sanar essa impropriedade redacional.

Além disso, a fim de que o segurado não seja prejudicado em relação ao período de carência que é exigido para a percepção de benefícios, estamos incluindo emenda que assegura que as contribuições não recolhidas pelas vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais ou catástrofes naturais sejam efetivamente computadas como recolhidas, eis que a cobrança das contribuições será direcionada às empresas, empreendimentos ou empreendedores individuais responsáveis pela sua ocorrência.

Como o projeto prevê a propositura de ação regressiva pela Previdência Social para assegurar o efetivo recolhimento das contribuições, não haverá afronta ao art. 201, §14, da Constituição, que veda a contagem de tempo de contribuição fictício para efeito de concessão dos benefícios previdenciários e de contagem recíproca.

Voto.

Em face desses argumentos, opinamos pela aprovação do Projeto de Lei nº 746, de 2019, de autoria do nobre Senador Paulo Paim, com as seguintes emendas:

EMENDA Nº - CAS
Dê-se à ementa do Projeto de Lei nº 746, de 2019, a seguinte redação:
"Acrescenta inciso VII ao art. 15, inciso III ao art. 27 e art. 120-A à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para dispor sobre a manutenção da qualidade de segurado das vítimas, diretas ou indiretas, de desastres ambientais e catástrofes naturais, o cômputo do período de carência e o ressarcimento dos benefícios concedidos e das contribuições inviabilizadas em decorrência dos eventos citados e dá outras providências."
EMENDA Nº - CAS (DE REDAÇÃO)
Dê-se ao inciso VII do art. 15 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, acrescentado à referida Lei pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 746, de 2019, a seguinte redação:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Art.15.....
.....
.....
.....
VII – até 6 (seis) meses após o reassentamento definitivo, ou até a reinserção no mercado de trabalho, ou até a normalização de suas atividades profissionais ou artesanais, o que ocorrer primeiro, as vítimas diretas ou indiretas de desastres ambientais ou catástrofes naturais, impedidas ou prejudicadas substancialmente no exercício do seu direito ao trabalho ou da sua atividade normal.
....."
EMENDA Nº - CAS
Inclua-se no art. 1º do Projeto de Lei nº 746, de 2019, o seguinte acréscimo à Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991:
"Art.27.....
.....
.....
III - que deixaram de ser recolhidas pelos segurados em razão direta ou indireta de desastre ambiental e social, a serem objeto de ação regressiva, nos termos do art. 120-A." (NR)

Sala da Comissão...

É o voto, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Coloco a matéria em discussão.

Agradeço pelo relatório lido pela Senadora Jussara, na condição de Relatora *ad hoc.*

A matéria está em discussão.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Para discutir.) – Presidente, muito rapidamente para ganharmos tempo.

Primeiro, quero cumprimentar o Senador Alessandro Vieira, que fez um belo trabalho. As duas emendas que ele fez é para aperfeiçoar, melhorar o projeto. E a Senadora Jussara Lima fez aqui a leitura e a interpretação muito, muito corretas, que só qualificaram ainda o nosso projeto. Digo nosso porque não é meu, é um projeto da sociedade. Então, meus cumprimentos a V. Exa., ao Relator e à Relatora *ad hoc* – Senador Alessandro Vieira e Senadora Jussara Lima.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senadora Zenaide.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para discutir.) – Eu queria aqui parabenizar o Senador Paulo Paim, Alessandro Vieira e nossa colega Relatora Jussara.

Queria dar um dado aqui interessante: em 2020, a Vale teve um lucro de 26 bilhões; em 2021, 121,2 bilhões. E a gente vê essas pessoas vítimas, Mara, desse desastre sofrendo, porque até hoje eles não receberam nada. Mesmo sabendo... Esse projeto é salutar. Não querem pagar nem a previdência. A responsabilidade tem que ser deles. E a gente tem que pensar, aqui nesta Comissão de Assuntos Sociais, como evitar que isso aconteça. O cara faz uma exploração mineral, contamina os rios... A gente está falando aqui de quem morreu na hora, de quem foi soterrado, tem pessoas que só porque não descobriram ainda nem um membro delas, o Corpo de Bombeiros ainda não descobriu, quatro anos depois e eles não querem indenizar as famílias, Humberto.

Quero parabenizar por isso. Lembro que a Vale tem esses lucros estratosféricos e bota dificuldade em indenizar essas famílias que perderam suas terras, fora os danos aos rios e a todo o meio ambiente.

Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Obrigado.

Alguém mais deseja discutir?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para discutir.) – Sr. Presidente, querido amigo, Senador Humberto Costa, Sras. e Srs. Senadores, primeiro, quero saudar o ilustre e eminente Senador Paulo Paim, como sempre um craque elaborando bons projetos de lei para apresentar não só nas Comissões, mas sobretudo ao Plenário da Casa. Ao longo da sua trajetória política, aqui eu tenho que reconhecer. Fui colega dele como primeiro mandato – hoje estou novamente como seu colega – e tinha acompanhado sua luta nas causas sociais do povo brasileiro. E desta ficha importante é este projeto, na medida em que, bem disse a Senadora Zenaide, lamentavelmente alguns milhares de pessoas foram prejudicados diante, muitas vezes, de tanta fome de ganhar dinheiro dessas grandes companhias, sobretudo a própria Vale do Rio Doce, por que, até então, eu tinha até certo respeito, mas eles na verdade não têm compromisso – tanto é que várias e várias famílias que eu tinha acompanhado até hoje não receberam aquilo que era de seu direito. Morreram trezentas e tantas famílias lá em Brumadinho e em outros lugares em que já aconteceu, e o Governo tem que tomar providência.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É bom que se esclareça aqui aos Senadores mais novos: aqui, nesta Comissão – se não me falha a memória, Paulo –, na de Infraestrutura, na de Meio Ambiente, o Diretor-Presidente da Vale do Rio Doce, quando foi convidado para vir aqui, teve a indelicadeza e a falta de educação de quem não quis responder praticamente a nenhuma das perguntas dirigidas a ele desta mesa. Uma falta de respeito não só com a Comissão como com o Congresso Nacional. Na verdade, chegou um determinado momento em que o Presidente quase pediu a prisão dele, porque ele tinha obrigação de vir aqui dar resposta. Ou seja, nas indagações dos Srs. Senadores, tinha que ser feito o quê? Indago e o senhor responde, seja certo, seja errado, mas não poderia desrespeitar a Comissão em que estava sendo feita uma oitiva, até para ele prestar esclarecimento.

Dessa maneira, nós aqui temos a responsabilidade de fazermos leis, mas leis que de fato tenham que ser cumpridas. O que você está vendo é se arrastar já há algum tempo no Ministério Público e na Justiça e de concreto quase nada foi realizado em prol dessas famílias. Muitos perderam entes queridos, os nossos rios foram poluídos, alguns até hoje sem condições de usar a água para beber, fazer a sua refeição etc.

Portanto, Paulo, quero cumprimentá-lo, preservando os direitos dos nossos trabalhadores. É assim que nós temos que atuar aqui: de forma de interesse coletivo, principalmente daqueles que são por prejudicados pelo interesse econômico e comercial neste país.

Cumprimento a V. Exa. como autor desse projeto e cumprimento naturalmente o Alessandro, Relator, e particularmente a nossa Jussara, Relatora *ad hoc*, que é estreante aqui nesta Comissão e já fez um belo relatório como Senadora *ad hoc*, até porque ainda não conhece bem como funciona o Regimento Interno. Mas, nesses oito dias, no máximo, a senhora já está craque aqui, vai ser nossa professora, assim como o Veneziano. Vai nos ensinar muito aqui pela sua experiência.

Cumprimento, viu, Paulo? Parabéns. Você, como sempre, é aquele Senador que sempre está lutando pelas causas do povo menos favorecido e que certamente tem que ter o respeito não só das grandes empresas deste país, mas de todos nós Parlamentares, que representamos a sociedade aqui no Congresso Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Costa. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Não havendo quem queira discutir, declaro encerrada a discussão e gostaria de fazer aqui uma proposta.

Nós temos dois projetos que são terminativos e que tinham a relatoria do Senador Alessandro Vieira. Pelo Regimento, é possível nós fazermos a votação em bloco desses dois projetos, desde que o Senador Alessandro Vieira possa fazer agora a leitura do seu relatório e logo em seguida haverá a votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou pedir licença aos nobres pares, às nossas Senadoras, porque neste momento está sendo realizada uma cerimônia lá no Memorial às Vítimas da Covid-19, inclusive com a presença da Ministra da Saúde, e eu vou até lá e de imediato eu volto. A Senadora Mara Gabrilli, que é a nossa Vice-Presidente – acho que todos têm conhecimento disso – vai comandar a reunião enquanto eu vou e daqui a pouco eu retorno. É possível?

Obrigado. Licença. (*Pausa.*)

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Se eu entendi bem, vamos encaminhar a votação desses que já estão lidos e relatados.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. *Fora do microfone*.) – Mas o teu é terminativo? Não, não é terminativo.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Senadora Presidente Gabrilli?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Os não terminativos seriam simbólicos, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Eu espero que possamos... Esses dois projetos são de caráter terminativo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É. Eu iria consultar o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a votação em bloco...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Ótimo.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – ... dos seguintes projetos: PL 746, de 2019, e o 2.965, de 2021. (*Pausa.*)

Então, não havendo óbice... (*Pausa.*)

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 2965, DE 2021

- Terminativo -

Acrescenta § 2º ao art. 16 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para equiparar a filho do consumidor titular de plano privado de assistência à saúde seu enteado, bem como a criança ou o adolescente que seja por ele tutelado ou que, por determinação judicial, esteja sob sua guarda; e altera o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

§ 2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, para promover equiparação análoga em relação a filho do segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) .

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Eu peço ao nobre Relator que leia o relatório do item 4.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, só pela ordem. Aqui é o Flávio Arns. É que o nº 1 é não terminativo, o nº 2 é não terminativo, só que não foi colocado em... O nº 2 é terminativo? Ah, está bem. Desculpe. O.k.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom, concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para leitura do relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sra. Presidente.

A tempo, ainda parabenizo a Relatora *ad hoc*, Senadora Jussara; o autor do projeto anterior, meu amigo, aniversariante, Paulo Paim, e passamos ao relatório...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Ah! Aniversariante?

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Isso.

Passamos agora ao relatório do Projeto 2.965, de autoria da Senadora Daniella Ribeiro, que altera a Lei 9.656, de 1998, que "dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde"; e a Lei 8.213, de 24 de julho de 1991, que "dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências". O objetivo desse projeto, basicamente, é equiparar a filho do consumidor titular de plano privado de assistência à saúde seu enteado, bem como a criança ou o adolescente que seja por ele tutelado ou que, por determinação judicial, esteja sob sua guarda; e para promover equiparação análoga em relação a filho do segurado do Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

Peço a autorização dos colegas para passar diretamente à análise.

Nos termos do art. 90, inciso I, combinado com o disposto no art. 100, incisos I e IV, do Regimento Interno do Senado Federal, compete à CAS, em caráter terminativo, discutir e votar projetos de lei que versem sobre previdência social e assuntos correlatos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sob o aspecto formal, não vislumbramos óbice algum de natureza jurídica ou constitucional, eis que a iniciativa da proposição está amparada no *caput* do art. 61 da Constituição Federal.

A disciplina da matéria é de competência legislativa da União (art. 22, XXIII, da Constituição Federal) e inclui-se entre as atribuições do Congresso Nacional (art. 48, *caput*, da Constituição Federal). Também os requisitos de adequação às regras regimentais foram respeitados.

No mérito não há reparos a fazer.

Com relação à alteração que se pretende realizar à Lei nº 9.656, 1998 (Lei dos Planos de Saúde), inicialmente observamos que a definição de grupo familiar para fins de inclusão como dependente em plano de saúde é dada por meio de regulamento da Agência Nacional de Saúde. De acordo com o inciso VI do art. 5º e com o §1º do art. 9º da Resolução Normativa nº 195, de 2019, pode ser incluído como dependente o integrante do – abro aspas – "grupo familiar do beneficiário titular até o terceiro grau de parentesco consanguíneo, até o segundo grau de parentesco por afinidade, cônjuge ou companheiro".

Ao equiparar ao filho do titular, desde que comprovada a dependência econômica, o enteado, bem como a criança ou adolescente sob guarda ou tutela, a proposição confere maior segurança jurídica, impedindo que o acesso aos referidos planos de saúde seja dificultado. Na justificação da proposição, a autora, nossa querida Senadora Daniella, destaca recente decisão do STJ, de agosto de 2021, ainda que de efeito restrito às partes integrantes do processo, a qual reconheceu a equiparação de menor sob guarda à condição de filho natural.

Aí nós temos aqui a citação da decisão comentada.

No que tange à modificação que se pretende promover em relação à legislação previdenciária, vale lembrar que, até o advento da Lei nº 9.528, de 1997, esta era a redação do §2º do art. 16:

> §2º Equiparam-se a filho, nas condições do inciso I, mediante declaração do segurado: o enteado; o menor que, por determinação judicial, esteja sob a sua guarda; e o menor que esteja sob sua tutela e não possua condições suficientes para o próprio sustento e educação.

Hoje, este é o texto vigente do §2º é o seguinte:

> §2º O enteado e o menor tutelado equiparam-se a filho mediante declaração do segurado e desde que comprovada a dependência econômica na forma estabelecida no Regulamento.

Percebe-se que a Lei nº 9.528, de 1997, excluiu do dispositivo a alusão à criança ou adolescente que, por determinação judicial, esteja sob a guarda do segurado, e que passou, portanto, não ser mais passível de ser beneficiário do Regime Geral de Previdência Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na mesma direção caminha o §6º do art. 23 da Emenda Constitucional nº 103, de 2019, que trata dos dependentes equiparados a filho, excluindo do rol a criança ou adolescente sob guarda.

Novamente, citando textualmente o texto constitucional da Emenda 103:

> Equiparam-se a filho, para fins de recebimento da pensão por morte, exclusivamente o enteado e o menor tutelado, desde que comprovada a dependência econômica.

Importante ressaltar, todavia, que já antes da Emenda Constitucional nº 103, muitas decisões judiciais, baseadas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei nº 8.069, de 1990) e na jurisprudência do STJ, asseguravam os direitos previdenciários à criança ou ao adolescente sob guarda como dependente equiparado a filho.

Justifica-se essa extensão da proteção previdenciária porque o ECA confere de modo expresso a condição de dependente à criança ou ao adolescente sob guarda, razão pela qual se obedece à legislação protetiva à criança, bem maior tutelado pelo Estado, novamente *verbis*: *a*rt. 33, §3º, fazendo essa equiparação já referida.

No dia 8 de junho de 2021, o STF julgou as Ações Diretas de Inconstitucionalidade 4.878 e 5.083, propostas, respectivamente, pela PGR, em novembro de 2012, e pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, em janeiro de 2014. Contestava-se com elas a alteração promovida pela Lei nº 9.528, no §2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 1991.

Para o Ministro Edson Fachin, ao apreciar essas ADIs, em voto que viria se impor ao do relator, Ministro Gilmar Mendes, apesar da sua exclusão da legislação previdenciária, a criança ou o adolescente sob guarda ainda figura no ECA. O art. 33, §3º, do ECA estabelece que a guarda confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente para todos os fins e efeitos de direito, inclusive previdenciários. A Constituição de 1988 alterou significativamente a disciplina dos direitos das crianças e dos adolescentes e garantiu sua proteção integral, diante de sua especial condição de pessoas em desenvolvimento.

Ainda segundo o Ministro, o argumento de que a exclusão do menor sob guarda do rol de dependentes para fins previdenciários era necessária, pois do contrário haveria muitas fraudes em processos de guarda, não deveria ser acolhido, como de fato não deve. Primeiro, porque ele se pauta na presunção de má-fé, o que o nosso Direito não permite; segundo, porque eventuais fraudes supostamente ocorridas em processos de guarda não podem servir de motivo para impedir o acesso de crianças e adolescentes a seus direitos previdenciários, assegurados tanto pelo art. 227 da Constituição quanto pelo art. 33 do ECA. Afinal, há que se combater as fraudes sem que, com isso, ocorra essa privação de direitos para crianças e adolescentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Como resultado desse julgamento, foi considerado procedente o pedido formulado para conferir interpretação conforme ao §2º do art. 16 da Lei nº 8.213, de 1991, para contemplar, em seu âmbito de proteção, a criança ou o adolescente sob guarda.

Assim, criança ou adolescente sob guarda podem ser incluídos entre os beneficiários do Regime Geral de Previdência Social do segurado do INSS.

Necessário, portanto, que se restabeleçam também na legislação previdenciária as garantias emanadas dessa decisão do STF e, desse modo, assegurá-las a criança ou adolescente sob guarda, independentemente de petição ao Poder Judiciário.

Pelo exposto, Sra. Presidente, nosso voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.965, de 2021, com uma especial saudação a sua autora, a Senadora Daniella Ribeiro, pela extraordinária percepção da necessidade da legislação.

É como voto.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Coloco a matéria em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerro a discussão.

Coloco em votação os projetos nos termos dos relatórios apresentados.

A votação é nominal.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem. Presidenta Mara Gabrilli, por favor.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Senador Jayme.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Nós temos dois projetos que serão em caráter terminativo. Queria fazer um apelo a V. Exa., tendo em vista ter outras Comissões, para iniciarmos já o processo de votação. Nada impede que outro projeto... Eu não sei quem é o Relator, se é o Senador Alessandro Vieira... Poderia já dar sequência, Senador? Lógico, depende da sua boa vontade.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Já foram lidos, Senador Jayme. Já está em votação inclusive. Aproveito para pedir o seu voto "sim".

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Ah, estão em votação os dois? Estão em bloco, então?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Já, já está votando em bloco.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Parabéns!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, Senadora Mara Gabrilli...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Oi, Senador Izalci.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Pela ordem.) – Ontem, na Comissão de Educação, nós aprovamos um requerimento de audiência pública, mas a proposta é fazer em conjunto com a CAS (Comissão de Assuntos Sociais). Então, V. Exa. permite colocar extrapauta esse requerimento que está à mesa, que é exatamente aquela discussão das questões do decreto? Não foi ouvido realmente naquela...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Já está conosco, viu, Senador?

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É, eu queria que V. Exa. o colocasse extrapauta, para que a gente pudesse fazer já...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Já vai entrar.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Está bom.

Obrigado. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Consulto se todos os Senadores já votaram. (*Pausa.*)

Então eu vou encerrar a votação.

Encerrada a votação.

(*Procede-se à apuração.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – SIM, 10; NÃO, 0.

Nenhuma abstenção.

Aprovada a matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovados os PLs 746, de 2019, e 2.965, de 2021, nos termos dos relatórios apresentados. (*Pausa.*)

Bom, vamos agora ao item 5.

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 1, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública para tratar do enfrentamento ao câncer de colo de útero, terceiro tipo de câncer com maior incidência entre as mulheres.

Autoria: Senadora Teresa Leitão (PT/PE)

Passo a palavra à Senadora Teresa Leitão para a leitura do requerimento.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para encaminhar.) – Bom dia a todas e a todos.

Cumprimento a Presidenta em exercício desta sessão. Peço licença também para cumprimentar o nosso querido Senador Paulo Paim pelo seu aniversário – é importante que uma vida tão plena na defesa dos direitos seja comemorada por todos nós.

Sra. Presidente, eu requeiro, nos termos do art. 58, §2º, inciso II, da Constituição Federal e [...] do nosso Regimento Interno, a realização de audiência pública com o objetivo de tratar do enfrentamento com o objetivo de tratar do enfrentamento ao câncer de colo de útero. Trata-se do terceiro tipo de câncer com maior incidência entre as mulheres.

Proponho para a audiência a presença das seguintes convidadas:

• a Exma. Sra. Nísia Trindade Lima, Ministra da Saúde;

• a Dra. Jurema Telles, oncologista;

• a Sra. Mariana Seabra, enfermeira coordenadora de projetos do grupo Bloco A, que se realizam no Imip;

• a representante do movimento Rede de Mulheres Negras, sanitarista.

Por que cito este movimento? Porque, pelos dados de pesquisa, a maior incidência desse tipo de câncer é entre mulheres negras.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E faço, na justificação, alguns destaques.

No Brasil, excluídos os tumores de pele não melanoma, o câncer de colo de útero é o terceiro tipo de câncer mais incidente entre as mulheres, apesar de ser prevenível. Embora seja uma doença de alta mortalidade, com diagnóstico e tratamento simples e de baixo custo, o câncer de colo de útero permanece com alta prevalência.

"A despeito da efetividade dos programas de rastreamento, o câncer de colo de útero ainda representa um grave problema de saúde pública, especialmente para os países em desenvolvimento que abrigam cerca de 80% dos casos e mortes decorrentes desta neoplasia".

De acordo com o Instituto Nacional do Câncer, o número estimado de casos novos do câncer de colo de útero para o Brasil, para cada ano do triênio de 2023 a 2025, é de 17.010 – temos, portanto, muito a prevenir –, correspondendo a um risco estimado de 15,38 casos a cada 100 mil mulheres.

Em termos de mortalidade no Brasil, em 2020, ocorreram 6.627 óbitos, e a taxa de mortalidade bruta por câncer de colo de útero foi de 6,12 mortes a cada 100 mil mulheres.

A distribuição geográfica nos indica que ele é o segundo mais incidente na Região Norte, seguida do Nordeste; na Região Centro-Oeste, ocupa a terceira posição; na Região Sul, a quarta posição; e, na Região Sudeste, a quinta posição. Portanto, o câncer de colo de útero, dependendo da região do Brasil, está entre as cinco primeiras causas de morte entre mulheres.

Ressalta-se que em Pernambuco, meu estado, números absolutos informam que são 360 mulheres mortas/ano, o que significa uma mulher morta por dia de câncer de colo de útero no estado. E o que mais nos entristece é que ele é um câncer prevenível.

O câncer de colo de útero tem relação direta com as condições socioeconômicas da população feminina – é uma questão de saúde, de saúde pública, e uma questão social, portanto. O maior índice dá-se nos países de média e baixa renda em termos comparados, pois tem uma característica importante, analisada em todas as regiões do mundo, que é a incidência com relação direta à vulnerabilidade social.

Estudos realizados em Pernambuco apontam que mulheres brancas têm uma sobrevida maior do que as negras. Por isso que a mortalidade é maior entre as mulheres negras.

O câncer de colo de útero é considerado passível de erradicação por meio da vacinação contra o papilomavírus humano (HPV). Apesar de a vacina ser distribuída gratuitamente e oferecida à população, sabemos todos que o Brasil vive ainda as consequências do enfraquecimento e da desarticulação do Programa Nacional de Imunizações, com grave redução da cobertura vacinal de todas as vacinas, em especial daquelas que se destinam às crianças, sobretudo das mais pobres e vulneráveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concluo, Sra. Presidenta, destacando que a estratégia global proposta pela Organização Mundial da Saúde para acelerar a eliminação da doença como problema de saúde pública inclui as seguintes metas, que devem ser alcançadas até 2030: 90% das meninas totalmente vacinadas contra HPV aos 15 anos; 70% das mulheres submetidas a um teste de rastreamento de alta performance aos 35 e aos 45 anos; e 90% das mulheres identificadas com lesões precursoras e câncer recebendo tratamento.

Por tudo isso – e no mês da mulher, que nós estamos vivendo –, peço aos meus ilustres pares a aprovação deste pedido, deste requerimento de audiência pública, nos termos em que foi apresentado.

Sobre a data, havíamos pensado de realizá-la no próximo dia 21, mas eu deixo em aberto, dependendo da agenda das convidadas e da agenda da própria Comissão.

Muito obrigada.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Com a palavra, Senador Flávio Arns.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Para discutir.) – Eu só quero concordar inteiramente com o requerimento da Senadora Teresa Leitão, pois a justificativa também está tão detalhada, tão boa.

E a Senadora também faz parte da Comissão de Educação. Eu penso que nós também deveríamos articular a saúde, que é da Comissão de Assuntos Sociais, com a educação, porque o objetivo a ser alcançado é principalmente a criação da cultura da importância da vacinação entre a população jovem. Então, eu penso que as duas Comissões... Poderíamos, assim, fazer uma campanha junto com a saúde e a educação nas escolas de educação básica do nosso país a favor do que está sendo proposto no requerimento. Eu acho que essa articulação...

E sempre lembrando que é um direito humano, sem dúvida alguma, a pessoa promover a saúde, evitar algo prevenível. E, do ponto de vista econômico, é milhares de vezes mais barato prevenir do que atender, logicamente, depois.

Mas eu acho que essa articulação da saúde com a educação seria um objetivo que podemos buscar, Senadora, também.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Quer a palavra?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Presidenta, da minha parte, acho que o acréscimo do nobre Senador Flávio Arns só enriquece o nosso requerimento.

Lembro, inclusive, que vivenciei um projeto, ainda como Deputada Estadual no meu estado, chamado Saúde e Prevenção nas Escolas. Havia um grupo gestor composto exatamente pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Saúde, que se replicava nos estados, cujo objetivo era exatamente esse. Foi um projeto muito exitoso, que não teve continuidade, mas que certamente deixou algumas lições, deixou alguma produção positiva que pode ser reaproveitada.

Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom, primeiro eu queria só parabenizar o seu relatório porque ele é muito esclarecedor. Achei extremamente pertinente a fala do Senador Flávio Arns porque é muito do que você falou: está na falta de informação.

Se a gente está falando de uma doença que é prevenível, então a gente precisa informar, e o lugar melhor de fazer isso é na escola. Então acho que a gente tem que fazer tramitar o requerimento na Comissão de Educação.

Os Srs. Senadores que o aprovam...

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Sra. Presidente, desculpe. Eu penso que até não deve ir para a Comissão de Educação para não procrastinar também.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Entendi.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – De qualquer forma, a discussão daqui, na prática, depois poderia ser levada para a Educação, dentro do que a Senadora inclusive propôs: programa de saúde e prevenção nas escolas, o que eu acho muito interessante. Mas não precisa levantar em conjunto esse assunto aqui na audiência.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Nada impede que a gente convide participantes que são da área de educação também, durante a nossa audiência.

Então os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns, Senador Paim! Muita saúde e muita alegria na sua vida.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Que você continue essa liderança e inspiração para a gente. (*Pausa.*)

Cadê o bolo?

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Às 13h30 vai ter um bolo no Cafezinho. Se vai ser pequenininho, eu não sei.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Bom, requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 7, de 2023, da CAS, apresentado pelos Senador Izalci Lucas. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo a palavra ao Senador Izalci Lucas para a leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 7, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PDL 32/2023, que "susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.370, de 1º de janeiro de 2023, que revoga o Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020".

Autoria: Senador Izalci Lucas (PSDB/DF)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para encaminhar.) – Senadora, requeiro, nos termos do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Educação, Cultura e Esporte, com o objetivo de instruir o PDL 32/2023, que susta, nos termos do art. 49, V, da Constituição Federal, a aplicação do Decreto nº 11.370, de 2023, que revoga o Decreto nº 10.502, de 2020.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A questão, Senadora Mara e Sras. e Srs. Senadores, é que esses decretos não foram analisados e discutidos. E a convenção internacional da ONU deixa muito claro isto: nada sobre nós, sem nós.

Então, o objetivo dessa audiência pública é exatamente ouvir as partes especialistas para a gente aperfeiçoar a legislação. E eu já convido V. Exa. para que a Comissão de Educação nos ajude nesse assunto, que é muito importante.

Então, o objetivo é realmente ouvir todas as partes: professores, pais, alunos, especialistas, MEC e Secretaria de Educação também. Esse é o objetivo da audiência pública, que será em conjunto com a Comissão de Educação, onde já foi aprovada na manhã de ontem.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Inclusive, Senador Izalci, a gente quer contribuir até com nomes para a audiência.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. *Fora do microfone*.) – Presidenta...

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Oi.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Uma questãozinha antes da votação, pode ser?

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – É claro!

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – É bem rápido, é em relação exatamente a essa observação que a senhora fez sobre acréscimos. Nós aprovamos isso ontem – não é, Senador Izalci? – na Comissão de Educação. Depois que nós aprovamos lá, o nosso mandato recebeu a sugestão de que possamos incluir também no debate a Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, que faz parte do Ministério dos Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – A Secretária, vamos. Acho ótima a ideia. Eu, inclusive, iria sugerir.

A SRA. TERESA LEITÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Ótimo!

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Nós vamos organizar, Senadora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Eu consulto se já é para incluir agora.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Com certeza.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Pode ser, pode colocar.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Então vamos chamar a Secretária.

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Obrigado, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Obrigada, Senador.

Agora outro requerimento extrapauta.

Eu consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 3, de 2023, da CAS, apresentado pelo Presidente, Senador Humberto Costa. (*Pausa.*)

Não havendo óbice, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 3, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidada a Exma. Sra. Nísia Verônica Trindade Lima, Ministra de Estado da Saúde, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE).

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS. Pela ordem.) – Presidenta, é sobre o requerimento – mas já aprovado, não há nenhum problema.

Eu sei que vai haver uma série de requerimentos, e a própria assessoria do Senador Humberto Costa, assim como o Senador e eu, percebemos que muitos Ministros que estão sendo convidados lá na Comissão de Direitos Humanos também estão sendo convidados aqui. E, como o tema é o mesmo, porque assuntos sociais e direitos humanos têm tudo a ver, já concordamos que vamos tentar fazer as agendas dos Ministros em conjunto. No mesmo dia se reúnem as duas Comissões para ouvir os Ministros. Já há esse compromisso, e nós vamos aprovar praticamente os mesmos requerimentos na Comissão de Direitos Humanos.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – Senador, me faz muito gosto participar das duas.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR. Pela ordem.) – Senadora, também eu penso que o que o Senador Paulo Paim falou é muito pertinente. Nós aprovamos ontem, na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, a vinda dos três Ministros também, para mostrarem os desafios, a agenda, os entrosamentos, e como educação, saúde, esporte e cultura também são direitos humanos, nós poderíamos fazer...

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RS) – Pode ser. Facilita para os Ministros.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - PR) – ... em conjunto para facilitar a vida, parece-me, Senadora Teresa Leitão, que também é membro da Comissão de Educação. Aprovamos lá na Comissão para ser em conjunto e facilitar aí a vida dos Ministros também.

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP) – De qualquer forma eu vou ler, porque tem que ler e tem que aprovar.

Então, vamos lá.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 4, de 2023, da CAS, apresentado por esta Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 4, DE 2023

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requer , nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Lupi, Ministro de Estado da Previdência Social, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta agora do Requerimento nº 5, de 2023, da CAS, apresentado por esta Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS N° 5, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Wellington Dias, Ministro de Estado do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Outro requerimento extrapauta.

Consulto os Srs. Senadores sobre a inclusão extrapauta do Requerimento nº 6, de 2023, da CAS, apresentado por esta Presidência. (*Pausa.*)

Não havendo óbices, passo à leitura do requerimento.

EXTRAPAUTA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS Nº 6, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Luiz Marinho, Ministro do Trabalho e Emprego, a comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre os desafios, metas, planejamento e diretrizes governamentais da Pasta.

Autoria: Senador Humberto Costa (PT/PE)

Os Srs. Senadores que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Pausa.*)

Eu queria perguntar aos Srs. Senadores se aguentam mais dois minutos, porque a Senadora Leila está terminando o último item aqui na sala ao lado e ela já está vindo ler o relatório, que é o item 3 e que é de minha autoria. E ela não queria fazer... (*Pausa.*)

(*Interrupção do som.*)

A SRA. PRESIDENTE (Mara Gabrilli. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - SP. Fala da Presidência.) – Muito obrigada pela paciência. E agradeço ao Saulo aqui também, porque, se não fosse ele... Hoje é minha primeira vez como Presidente aqui da CAS.

Bom, encerramento.

Convoco para o dia 21 de março, terça-feira, às 14h, reunião extraordinária semipresencial desta Comissão, em forma de audiência pública, destinada a debater sobre o enfrentamento ao câncer de colo de útero, terceiro tipo de câncer com maior incidência entre as mulheres.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 26 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 12ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE JULHO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e cinquenta e nove minutos do dia seis de julho de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Marcelo Castro, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Rose de Freitas, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Rafael Tenório, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Mara Gabrilli, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Plínio Valério, Eduardo Velloso, Lasier Martins, Alvaro Dias, Eduardo Girão, Alexandre Silveira, Omar Aziz, Mecias de Jesus, Vanderlan Cardoso, Carlos Portinho, Paulo Paim, Rogério Carvalho, Humberto Costa, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira e Randolfe Rodrigues. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Lucas Barreto, Marcos Rogério, Jorginho Mello, Telmário Mota, Eliziane Gama e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5276, de 2019 - Terminativo -** que: "Estabelece procedimentos de atendimento policial e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriundos da relação de educação." **Autoria:** Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Carlos Portinho, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 34, de 2021 - Não Terminativo -** que: "Altera o inciso I do art. 56 da Constituição Federal, para prever que a investidura de parlamentar no cargo de chefe de missão diplomática de caráter permanente não dá ensejo à perda de seu mandato." **Autoria:** Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senadora Daniella Ribeiro (PP/PB), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES), Senador Zequinha Marinho (PSC/PA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Chico Rodrigues (DEM/RR), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Antonio Anastasia (PSD/MG), Senador Eduardo Gomes (MDB/TO), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável à Proposta com a emenda de redação que apresenta. **Resultado:** Vista coletiva concedida, nos termos regimentais. **ITEM 3 - Projeto de Lei n° 1212, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada previstos nos arts. 1.061, 1.063 e 1.076." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Lasier Martins. **Relatório:** Favorável ao Projeto com a emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 2014, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta § 2º ao art. 9º da Lei nº

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

11.788, de 25 de setembro de 2008, para estabelecer a obrigatoriedade de realização de processo seletivo quando da admissão de estagiários na situação que especifica." **Autoria:** Senador Weverton (PDT/MA). **Relatoria:** Senador Mecias de Jesus. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 4206, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para proibir a realização de tatuagens e a colocação de piercings em cães e gatos, com fins estéticos." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Alexandre Silveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável a Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 6 - Projeto de Lei da Câmara n° 42, de 2013 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta a profissão de Salva-Vidas. " **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Humberto Costa. **Relatório:** Favorável ao PLC nº 42, de 2013, e às Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-PLEN, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS E 3-PLEN, nos termos da Emenda nº 11-CCJ (Substitutivo), e contrário às demais emendas. **ITEM EXTRAPAUTA 7 - Projeto de Lei n° 2325, de 2021 - Terminativo -** que: "Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para, respectivamente, excluir os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e o feminicídio das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social; e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio." **Autoria:** Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Alexandre Silveira. **Relatório:** Favorável ao Projeto. **Resultado:** Aprovado o Projeto. **ITEM EXTRAPAUTA 8 - Proposta de Emenda à Constituição n° 2, de 2016 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 6º da Constituição da República, para incluir, dentre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros. **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Favorável à Proposta. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à Proposta. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e seis minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/07/06

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 12ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

A ata será publicada no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens de 1 a 5.

Nós temos algumas solicitações na mesa de alguns Senadores para fazer inclusão de itens extrapauta: Senador Lasier, Senadora Rose de Freitas, Senador Alexandre Silveira. Eu só estou informando que são matérias em que até agora não percebi que há algum tipo de polêmica em relação à inclusão delas extrapauta, mas eu vou esperar o Senador Humberto chegar e o Senador Lasier. A Senadora Rose já mandou, já encaminhou a documentação também do pedido de inclusão extrapauta da matéria.

Nós já temos quórum e tenho algumas observações. Vou fazer a leitura aqui das observações.

Quem estiver aqui, no Plenário, pode utilizar normalmente os computadores disponíveis na bancada.

Gostaria de solicitar à Secretaria da Comissão que informe aos gabinetes dos Senadores que nós atingimos o quórum para iniciar a reunião e deliberar e, se for possível, que os outros membros da Comissão... Nós somos 27 Senadores e temos 15 presentes, no modelo semipresencial.

Quem estiver aqui no Plenário pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas.

Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar no botão de "votações", depois em "votações abertas em Comissões" e procurar a votação da CCJ em curso, identificada também pelo nome da matéria.

Nos termos do ATC 8, de 2021, após a autenticação com a senha do Sistema de Deliberação Remota (SDR), é escolhido o voto. É necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura da foto, sob pena de não validação do voto. Aqueles que não conseguirem registrar o seu voto no aplicativo serão chamados para que declarem verbalmente. A Secretaria providenciará para que o voto seja computado no papel de votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As inscrições para uso da palavra podem ser solicitadas por meio do recurso levantar as mãos ou no *chat* da ferramenta, para os Senadores que estão remotos.

Para leitura dos relatórios, aqueles que não os tiverem em mãos poderão acessar a pauta cheia das reuniões, disponibilizada no *chat* e nos computadores deste Plenário. Os referidos relatórios foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado Federal.

O acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores e aos servidores da Secretaria das Comissões e das áreas de tecnologia do Senado Federal no estrito exercício de suas atribuições. Caso necessário, um assessor poderá adentrar na sala de reunião para atender a demanda do respectivo Senador.

As regras e os procedimentos para a reunião foram definidos para os fins de prevenção da transmissão da covid-19 no âmbito do Senado Federal e no que couber. Estão de acordo com o Decreto Legislativo 6, com os Atos da Comissão Diretora 7 e 9 e os Atos do Presidente 2, 4 e 6, de 2020, e 2, de 2021, que altera o Ato 3, de 2020, com a Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 14, de 2020, e com os Atos da Diretoria-Geral nºs 4, de 2020, e 3, de 2021.

Senador Jorge Kajuru, o primeiro item da pauta é o Projeto de Lei, terminativo, nº 5.276, de autoria de V. Exa. O Relator da matéria é o Senador Mecias de Jesus.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 5276, DE 2019

- Terminativo -

Estabelece procedimentos de atendimento policial e de prestação jurisdicional e prevê medidas protetivas para os casos de violência contra o professor oriundos da relação de educação.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Mecias de Jesus

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações:

Votação nominal.

O Senador Mecias está virtual? (*Pausa.*)

O Senador Mecias se encontra na sala virtual? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Comenta-se que foi barrado junto com outras pessoas que estão querendo entrar aqui também. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Comenta-se é? (*Risos.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Hoje parece que foi decretado estado de sítio e muitas pessoas estão no corredor, que habitualmente frequentam esta Comissão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E estão impedidas de...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deve ter sido em função da emergência decretada pela PEC 16.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pode ser.

O Senador Mecias estava no sistema agorinha aqui. Tem algum assessor do Senador Mecias aqui?

Está entrando, está entrando. (*Pausa.*)

Mas o Senador Kajuru, o autor, está aqui.

O Senador Mecias está solicitando da Secretaria que faça a inversão da pauta do item 4, porque ele também é o Relator.

Senador Mecias. (*Pausa.*)

Bota aqui na tela.

Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Pois não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não, meu Senador querido. Com a palavra V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Presidente, nós estamos com problema de energia aqui no Estado de Roraima, infelizmente, e isso, consequentemente, ocasiona problema na nossa internet. Se puder fazer a inversão da pauta e colocar outros itens aí, até que regularize aqui, eu entro em contato com V. Exa. para fazer o nosso parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Presidente Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) – Só falar para o Senador Mecias de Jesus que esse problema em breve será resolvido, porque nós já aprovamos o linhão que vai ser levado para Roraima.

É o único estado ainda que não está interligado pelo sistema, e aprovamos. O Senador, daqui a uns dias, não vai passar mais por essa dificuldade de estar relatando projeto aí no escuro. (*Risos.*)

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Muito bom, Vanderlan! Muito bom! Muito bom, Presidente Davi! Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas, Senador Mecias, agora, aparentemente, nós estamos tendo comunicação com V. Exa. Vamos tentar apresentar o seu relatório, já que o Senador autor da matéria está presente, o Senador Jorge Kajuru, autor do projeto?

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Podemos tentar. É que eu estou em um aparelho celular e com dificuldade de imagem, mas vamos tentar fazer, então. Vamos lá!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos lá. Se V. Exa. achar conveniente, pode fazer sem o vídeo. Talvez ajude só com o áudio. É lógico que vai nos privar de enxergarmos V. Exa. e vermos que V. Exa. está corado, está bem de saúde, mas a voz de V. Exa. vai refletir o estado de saúde de V. Exa. também, que é um grande líder do Norte, da Amazônia e do Brasil.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra a V. Exa.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Por videoconferência*.) – Presidente Davi, se V. Exa. me permitir, vou passar direto à análise do projeto do nosso eminente Senador Jorge Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Análise.

Não vislumbramos vícios de inconstitucionalidade formal no Projeto de Lei nº 5.276, de 2019. A matéria nele tratada está compreendida no campo da competência legislativa da União para legislar, de forma concorrente, sobre procedimentos em matéria processual, consoante dispõe o art. 24, XI, da Constituição Federal. Também o seu autor possui legitimidade para iniciar o processo legislativo, nos termos do art. 61, *caput*, da Carta Magna.

Além disso, não encontramos óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria, nem defeitos de técnica legislativa. No mérito, temos que a proposição em exame é conveniente e oportuna.

Como destacado na justificação, o PL nº 5.276, de 2019, do nobre Senador Jorge Kajuru, bem reflete a discussão havida na Casa quando da apreciação do Projeto de Lei do Senado nº 191, de 2009, de autoria do Senador Paulo Paim.

Naquela ocasião, inicialmente, o projeto de lei intentava criar uma espécie de "Lei Maria da Penha" para os professores, um microssistema penal, com foco no caráter repressivo. O substitutivo da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, que é a verdadeira inspiração da presente proposição, superou esse equivocado enfoque.

De fato, é preciso reconhecer nos potenciais agressores a condição de pessoa em formação, inerente à infância e à adolescência, que fundamenta todo o sistema de aplicação de medidas socioeducativas, e a importância da prevalência do valor da educação sobre o da punição. Mais que isso, é preciso ter em mente que professores e alunos são parceiros, e não antagonistas, no processo educativo.

Essas cautelas foram respeitadas pelo projeto de lei em exame.

Ainda assim, o PL coloca à disposição do gestor escolar algumas medidas para a proteção dos professores, nos casos de violência escolar – como a possibilidade de suspender o agressor de frequentar o estabelecimento de ensino, bem como de mudar a vítima ou o agressor de turma, sala ou turno dentro do mesmo estabelecimento –, que serão importantes ferramentas para lidar com as situações mais graves.

O art. 7º estabelece que o gestor que se omitir quanto ao disposto no PL será responsabilizado nos termos da Lei de Improbidade Administrativa. É certo que eventual omissão deve ser apurada e, se for o caso, punida. No entanto, temos que essa responsabilização pode se dar de forma ordinária, deixando-se a aplicação da Lei de Improbidade Administrativa às situações específicas de enriquecimento ilícito, prejuízo ao Erário ou ofensa aos princípios da administração pública de que trata essa legislação. Assim, estamos apresentando emenda para suprimir o art. 7º do presente projeto de lei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto, com essas considerações, é pela aprovação do Projeto de Lei 5.276, de 2019, com a emenda abaixo apresentada, aplaudindo, logicamente, o autor da matéria, Senador Jorge Kajuru, pela brilhante iniciativa.

É o relatório e o voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Mecias.

Colocamos em discussão a matéria.

Com a palavra o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Para discutir.) – Presidente Davi Alcolumbre, primeiro eu quero enaltecer, para meu orgulho, o Relator Mecias de Jesus, que, a meu ver, captou a essência do PL 5.276, de 2019, de minha autoria, que estabelece procedimentos de atendimento policial e de prestação jurisdicional e ainda prevê medidas protetivas para os casos de violência contra professores no Brasil.

Não vou tratar dos detalhes legislativos, tão bem alinhados pelo Relator Mecias. Quero apenas dizer que, como Senador que tem a educação e a saúde como prioridades, não poderia me omitir em relação a tão importante assunto.

Certamente não é motivo de orgulho para o país o fato de ocuparmos, pasmem, o primeiro lugar no topo de um *ranking* de violência em escolas, segundo levantamentos da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico).

Nossos educadores sofrem agressões verbais, *bullying*, são vítimas de ações de vandalismo e ainda padecem com agressões físicas, um quadro que precisa ser enfrentado e modificado.

Minha maior preocupação no projeto foi com a abordagem construtiva, a partir de intervenções de cunho pedagógico, psicológico e socializador.

É fundamental, Presidente Davi, que os estabelecimentos de ensino desenvolvam mecanismos internos de negociação e solução pacífica de conflitos. Para tanto, julgo fundamental, como consta do projeto, a criação e manutenção, com avaliações contínuas de seu trabalho, de equipes de atendimento multidisciplinar para prestar assistência aos profissionais da educação e aos alunos.

Mais que a transformação de meu projeto em lei, julgo que o essencial é a conscientização de que a causa é de todos nós. A diminuição da violência nas escolas com as possíveis consequências didáticas positivas só será possível com a participação efetiva das autoridades de ensino – diretores, professores, funcionários, estudantes, pais de alunos. É uma obrigação civilizatória de todos os brasileiros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E concluo, Presidente Davi Alcolumbre, já antecipando aqui o meu apoio 100% – e certamente o Relator Mecias de Jesus também apoiará – a uma emenda da excelente e sensível Senadora Daniella Ribeiro a este nosso projeto, Mecias, pois tudo é plural e nada é singular neste Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Daniella; em seguida, Senador Vanderlan.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro, eu gostaria de parabenizar o Senador Kajuru pela importância e pela sensibilidade com relação a esse projeto. É um projeto de extrema importância. Eu, como pedagoga e como professora que fui, exercendo o magistério, Senador Kajuru, sei da importância disso quando se está dentro de uma sala de aula.

E, nesse projeto, você homenageia, faz uma homenagem muito forte aos professores, àqueles que estão dentro da sala de aula. Numa outra época, nem se precisaria de um projeto como esse, porque eles eram extremamente respeitados pelos pais, que ensinavam isso, inclusive, dentro de casa, e pelos alunos pela referência que tinham.

E hoje nós vivemos num mundo em que a tecnologia, que trouxe tantas coisas boas, também, lamentavelmente, trouxe algumas consequências negativas. Dentre elas, talvez – não que seja apenas culpa obviamente da tecnologia, mas ela trouxe também algumas consequências negativas –, essa questão de desacato dentro da sala de aula ou mesmo da falta de respeito.

E essa falta de mando ou de disciplina dentro de casa também trouxe como consequência, dentro da sala de aula, a falta de respeito, a falta de compreensão de que existe, sim, uma autoridade que deve ser respeitada. Isso reflete a mudança no seio da sociedade, que é trazida para dentro da sala de aula.

E V. Exa. vem contemplar aquilo para o qual era esperado que não se precisasse ter uma lei, mas que, obviamente, reflete essa mudança, dentro da sociedade, de comportamento social. E isso foi trazido para que, nesse momento, V. Exa. pudesse proteger os nossos professores contra casos de violência, que ocasionalmente têm acontecido no nosso país.

Por isso, eu quero parabenizá-lo e dizer também que, analisando esse projeto, em decorrência da importância dele, em decorrência de tantos casos também que nós escutamos dessa violência também psicológica ou mesmo de ameaças que têm sido frequentes com relação a esses professores, é que também vejo uma oportunidade de contribuição no projeto para que também não ocorram mais esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

tipos de situações que vêm ocorrendo com os nossos professores e, assim, que seja possível, através do projeto, através da lei – porque esperamos que seja esse projeto, sim, com certeza, transforme-se em lei –, educar os alunos, com a aprovação do projeto.

Eu quero parabenizar também o Senador Mecias de Jesus pela relatoria – como eu disse aqui, dando também a contribuição através dessa emenda – e pela definição de violência, trazendo toda essa contribuição que o seu projeto está trazendo para a educação do nosso país.

Então, parabéns, Senador Kajuru, pelo projeto e pelas medidas protetivas para os casos de violência contra os professores oriundos da relação de educação com os nossos alunos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu gostaria de...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só passar para o Senador Vanderlan e depois para V. Exa., que está inscrito.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Pois não. Só me inscrever...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Depois do Vanderlan.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Para discutir.) – Sr. Presidente, meus cumprimentos.

Quero cumprimentar o Senador Jorge Kajuru por esse projeto de relevância e importância pelo momento por que a gente passa, pelo momento por que o país passa, por que os nossos professores passam; e o nosso Senador Mecias de Jesus, pela sua brilhante relatoria.

Eu buscava aqui, Senador Kajuru... Na minha infância e adolescência, fui ensinado pelos meus pais a respeitar todas as pessoas, principalmente os professores. Nós tínhamos um respeito e um carinho tão grande pelos professores e pelas professoras...

Para V. Exas. terem uma ideia, Senador Kajuru, Senadora Daniella, nós procurávamos, quando era aniversário da professora, levar o melhor que nós tínhamos para dar de presente a ela. À época, em uma situação muito difícil – família grande, cinco filhos, condição pequena –, meu pai tinha, Senador Esperidião Amin, um pequeno açougue. O que tinha de melhor ali para levar para a professora? Era o filé-mignon do boi. E aí eu saía e ia à casa dela para entregar, mas satisfeito, alegre, porque ela nos ensinava.

Eu nunca, à época, fiquei sabendo que algum aluno, alguma pessoa maltratasse um professor, por tanto carinho que todos tinham pelos professores. Olhem o ponto a que nós estamos chegando hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Talvez falte muito da educação até mesmo dentro de casa. Observando hoje e vendo alguns exemplos, falta, às vezes, essa educação dentro de casa para que haja respeito aos professores. Olha só... V. Exa. ter que apresentar um projeto para enquadrar esses malfeitores que procuram, de uma forma violenta – como a gente tem visto aí nos meios de comunicação, são pessoas, em sua maioria, jovens –, maltratar os professores, agredindo-os até fisicamente.

Então, quero parabenizar V. Exa. e o Senador Mecias e só fazer aqui uma observação: o Senador Mecias, Senador Davi, estava com aquela cor de que V. Exa. falou porque ele é consumidor de bacaba e de caxiri. (*Risos.*)

Por isso que ele está com essa aparência jovial, daquela maneira.

Então, já encerrando: Senador Kajuru, parabéns! Parabéns, Senador Mecias de Jesus.

Obrigado, Sr. Presidente, pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Vanderlan.

Senador Esperidião Amin; em seguida, Senador Oriovisto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também desejo me congratular com o Senador Kajuru e registrar, com muita satisfação – uma satisfação pessoal e diferenciada –, a manifestação do meu amigo Vanderlan, Senador Vanderlan, ao meu amigo Kajuru. Este é um momento que me alegra muito: o reconhecimento pelo querido amigo, Senador Vanderlan, do mérito da sua iniciativa. Isso, para mim, vale mais do que o projeto. Quero dizer: esta relação...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Para mim também.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... de respeito, de aplauso vale mais do que o conteúdo do projeto.

Agora eu vou falar sobre o conteúdo do projeto, que é altamente meritório. Eu comecei a lecionar em 1968, no Instituto Estadual de Educação – tinha 20 anos –, no que seria hoje a 9ª série, ou seja, marmanjos de 15 anos. Confesso que, muitas vezes, eu tinha dúvida se a minha autoridade prevaleceria. E não consigo esquecer o momento em que o meu pai me entregou à minha primeira professora, nada mais nada menos do que Leonor de Barros, irmã da Antonieta de Barros, primeira Deputada e negra do Brasil.

Em 1955 ele me entregou àquela mulher imponente, que abriu um sorriso largo e me deu toda confiança. Eu era um guri magrinho, franzino, acometido frequentemente de resfriados, e ela me deu conforto, segurança e confiança para ingressar na escola. De lá para cá fui colecionando professores e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

magistério. Aos 62 anos de idade concluí o doutorado na Universidade Federal de Santa Catarina. Antes disso, fui professor na estadual, na federal, e acho que o seu projeto lamentavelmente é oportuno – lamentavelmente é oportuno. Por isso, além do comentário que eu já fiz, de natureza pessoal, que V. Exa. entendeu muito bem e também o Senador Vanderlan compreendeu, na sua extensão, eu não apenas votarei a favor, mas votarei com orgulho, pela redação, pela intenção, e, com tristeza, porque ele é necessário.

É isso.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Líder Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Querido Senador Kajuru, eu tenho aqui um posicionamento do Governo que manifesta uma preocupação, e eu vou ter que pedir vista até para poder contornar isso. Há uma preocupação do Governo com relação à própria privacidade dos menores envolvidos, como é que isso... Porque as medidas eu acho que são muito corretas e, aliás, vou dizer, na escola do meu filho é assim, que é privada; só não comunica a um conselho tutelar, essas coisas resolvem lá mesmo. Mas o Governo tem uma certa preocupação com relação à privacidade do menor, como é que o gestor escolar vai fazer isso, mas protegendo também – considerando que é uma criança, até pelo nível de violência eventualmente –, protegendo essa privacidade, porque a gente hoje tem que ter esse cuidado, inclusive, nas fotos, tem que ter o menor escondido e tal. Isso vem daí.

Eu vou pedir vista, Senador Kajuru, mas vou pedir vista para construir junto com esse projeto, porque eu acho muito boas as medidas adotadas. A preocupação do Governo com relação à privacidade do menor eu acho que é legítima, a forma como é feito isso para não expor nenhum dos dois, nem a vítima, nem o agressor, mas eu tenho o compromisso de fazer uma construção, um diálogo construtivo e favorável ao projeto com o Governo, para a gente poder retomar na próxima; ele é terminativo. Está certo?

Então, Senador, até para afastar qualquer posição contrária do Governo, o projeto é bom, mas eu entendo a preocupação. Se a gente puder, de repente, alinhar com o Governo isso, eu faço e quero deixar claro que farei uma construção, um diálogo construtivo com o Governo para que a gente possa avançar, porque entendo que o projeto é muito meritório.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Naturalmente, regimentalmente a vista será concedida, só que o Senador Oriovisto está inscrito para falar sobre o assunto.

Está concedida a vista, mas, em respeito, eu vou passar a palavra para o Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Muito obrigado, Presidente Davi Alcolumbre.

Eu quero me congratular com o Senador Kajuru, meu colega de partido. Quero me somar a todas as manifestações anteriores também de apoio a esse ótimo projeto. E pouco tenho a acrescentar senão lembrar que esses problemas que temos hoje de desrespeito e agressão aos professores das escolas são já de algum tempo, mas não de muito tempo. No nosso tempo de criança, isso não existia. Na verdade, as crianças aprendem com o exemplo dos pais, com o exemplo dos seus líderes políticos; as crianças absorvem muito mais olhando para os adultos – e elas são radares ligados o tempo inteiro – do que propriamente com discursos teóricos, até porque elas sabem que o que vale é a prática, sabem intuitivamente.

Não é só falta de respeito das crianças pelos professores que nós vemos hoje, nós vemos adultos também agredindo professores; nós vemos adultos agredindo médicos em postos de saúde; nós vemos um desrespeito generalizado; nós vemos truculência de abuso de autoridade por parte de alguns Parlamentares, como a televisão mostra continuamente. Há hoje, no Brasil, uma degradação de costumes. Há uma degradação do respeito que se deve às autoridades e à autoridade do professor, profissão essa que é verdadeiramente endeusada nos países mais civilizados. São tidos em alta conta não só na sua remuneração – o professor não é rico em nenhum lugar do mundo –, mas também eles são respeitados, eles têm privilégios, eles têm tratamento especial pela missão de construir o futuro, de transmitir conhecimento que eles desempenham.

Faz muito tempo que eu não vejo na televisão uma campanha do nosso Ministério da Educação e Cultura valorizando o respeito ao professor, valorizando a missão do professor. Falta isso como política pública. Está faltando. As notícias que eu tenho do MEC são de pastores pedindo barras de ouro. Meu Deus, nós podíamos gastar um dinheirinho numa campanha de valorização do respeito ao professor. Não estou falando de salário; estou falando em criar uma imagem, criar um conceito, mostrar para a sociedade a importância de um professor. Nós não fazemos isso.

E sobretudo nós temos que lembrar: as crianças aprendem com exemplo dos pais, e os pais e as crianças também aprendem com o exemplo de seus líderes, com a truculência dos seus líderes, com a linguagem chula dos seus líderes, com a falta de respeito e com as pautas que impõem as pessoas que ocupam as posições máximas da nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Kajuru, parabéns – parabéns – pela sua iniciativa extremamente meritória e necessária, mas esteja certo: a raiz do mal é mais profunda. É preciso uma modificação da sociedade brasileira, das autoridades brasileiras, dos pais brasileiros, senão nenhuma polícia do mundo vai conseguir conter o desastre que o mau exemplo provoca.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Relator pediu para falar também. Vou passar a palavra para o Relator, Senador Mecias.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Como Relator. *Por videoconferência*.) – Presidente, é só para dizer que nós acatamos no nosso parecer a emenda da nobre Senadora Daniella Ribeiro, que acrescenta violência psicológica e moral. Então, tem a concordância do autor, tem a nossa concordância também, nós acolhemos.

Em que pese o pedido de vista do nosso Líder, querido amigo, Senador Portinho, nós acolhemos a nossa emenda e esperamos o próximo debate.

Era só isso, Presidente.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Queria agradecer as manifestações e fica concedida vista. A matéria volta na próxima semana. Fica uma semana de vista. Eu queria que o Senador Kajuru conversasse com o Senador Portinho, porque o Senador Portinho disse que quer ajudar na construção. Então, eu acho que, se V. Exa. procurar o Senador Portinho – ele também quer ajudar –, dá para nós colocarmos na próxima semana aqui na Comissão, na próxima quarta-feira.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 34, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o inciso I do art. 56 da Constituição Federal, para prever que a investidura de parlamentar no cargo de chefe de missão diplomática de caráter permanente não dá ensejo à perda de seu mandato.

Autoria: Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP) e outros

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável à Proposta com a emenda de redação que apresenta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

Em 05/07/2022, foi realizada Audiência Pública para instrução da matéria.

Essa audiência pública foi solicitada pela Senadora Mara Gabrilli, que, se não me engano... (*Pausa.*)

E pelo Senador Paulo Paim também.

E, se não me engano, ela presidiu a audiência pública que foi realizada para discutir esta proposta.

Concedo a palavra à Senadora Daniella Ribeiro...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, uma questão de ordem, com fundamento no Regimento Interno.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Sim.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para questão de ordem.) – É uma questão de ordem sobre o assunto.

Eu apresentei, depois da sessão de ontem, um requerimento que tem fundamento no Regimento Interno, e eu entendo que deve ser apreciado e sobrestar a discussão dessa matéria. E vou ler o texto do requerimento e o artigo do Regimento que sustenta o que eu requeri.

À Mesa do Senado foi endereçado o seguinte regimento, já protocolado evidentemente: nos termos do art. 258 do Regimento Interno, eu requeiro a tramitação conjunta da PEC 34, de 2021, com a PEC 118, de 2019, por tratarem de matéria obviamente conexa. E leio, do Regimento, o art. 335: "O estudo de qualquer proposição poderá ser sobrestado, temporariamente [repito: temporariamente], a requerimento de comissão ou de Senador...". Repito: o requerimento pode ser submetido à Comissão para que ela delibere, ou pode ser individual do Senador para aguardar decisão do Senado ou estudo de Comissão sobre outra proposição com ela conexa.

A proposta de emenda à Constituição de autoria de vários Senadores liderados pelo Senador Alvaro Dias, e que tem como subscritores o número suficiente – vejo, inclusive, aqui presentes o Senador Humberto Costa, o Senador Kajuru e outros –, prevê dispor exatamente sobre a escolha de chefe de missão diplomática. Portanto é matéria absolutamente conexa com esta.

Imaginemos que esta proposição de hoje seja apreciada aqui. Ela vai ser apensada à outra. Podemos reagir a isso – e pode contrariar algum interesse –, mas é óbvio que se trata de conexão, e é óbvio que a 118, de 2019, antecede a 34, de 2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não me parece que haja urgência para justificar um atalho nisto aqui. Eu sou um Senador, tenho certeza de que outros subscreverão este requerimento – conheço até alguns que estão aqui perto de mim – e acho que não há motivo para se procurar um atalho, especialmente porque esta Comissão não se caracteriza por atalhos, nem mesmo por urgências. Já tivemos matérias muito mais candentes que aqui restaram de maneira bastante prolongada, numa demora até criticável. Mas eu não quero entrar nesse assunto.

No mérito, temos uma proposta de emenda à Constituição, datada de 2019, que versa sobre... Vou ler a ementa: "[...] para definir que a escolha de chefe de missão diplomática de caráter permanente [portanto, é o assunto de hoje] deve recair sobre servidor integrante da carreira diplomática". Não foi feita ontem para contraditar esta. É de 2019 e tem número idêntico de subscritores. Se isso não é matéria conexa, eu não conheço o que é conexão.

Então, eu peço que V. Exa. recolha a minha questão de ordem e a aprecie. Caberá aos inconformados recorrer.

Mas eu não tenho dúvidas disso pelo pouco que eu conheço de tramitação no Senado. Eu fiz parte desta Comissão há 30 anos, em 1991, como fiz parte da Comissão de Assuntos Econômicos, da Comissão de Relações Exteriores. Mas desta Comissão participo desde 1991. Isto é matéria conexa. Se não for considerada hoje, vai ser considerada amanhã, como tantas outras sobre as quais se recorreu. Então, eu pediria que V. Exa. recolhesse a questão de ordem e a apreciasse, cabendo a quem não se conformar com a decisão, qualquer que seja ela, o devido recurso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Naturalmente, quando se apresenta uma questão de ordem no momento de deliberação de uma matéria como esta aqui na Comissão de Constituição e Justiça, a gente recorre aos servidores do Senado Federal. E, neste caso concreto, tenho certeza absoluta de que o Senador Esperidião Amin se utilizou também da Consultoria e de servidores do Senado para embasar o requerimento que S. Exa. faz a esta Presidência, diante da votação desta proposta aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

Ocorre que, consultando o Secretário-Geral da Mesa, apesar de o texto da PEC apresentada pelo Senador Alvaro Dias em 2019 e o desta proposta apresentada na Comissão e que está sendo discutida na reunião de hoje, independentemente ou teoricamente, tratarem dos mesmos assuntos, como V. Exa. coloca, e serem matérias que têm conexão, uma coisa não impede a outra, até porque o requerimento que V. Exa. fez, pela consulta que fiz à Secretaria da Comissão, está na Mesa do Congresso Nacional, pelo que eu entendi. E esse documento ainda não veio da Mesa do Senado para deliberação da CCJ sobre se há ou não essa conexão, porque caberá também a esta Comissão deliberar sobre este requerimento, sobre o sobrestamento deste requerimento aqui no Plenário. Então, eu consultei o Secretário da Comissão,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

perguntando a ele como poderíamos seguir para dirimir essa dúvida sobre essa questão de ordem. O requerimento não está sob o domínio da Comissão para que a gente possa deliberar se há ou não conexão ou pertinência temática das duas propostas. É lógico e evidente – V. Exa. o leu aí – que há! Mas eu quero dizer ao Plenário da Comissão que uma coisa não impede a outra, porque, se fosse assim, em todas as matérias, em todas as Comissões em que fosse iniciada a sua deliberação e a sua apreciação, o Senador iria pegar uma matéria de 1999 que tinha conexão, iria à Mesa para protocolar e suspenderia. E nenhum Presidente de Comissão iria trabalhar mais aqui, porque ficaria o argumento de que a Presidência da Comissão teria que aguardar a deliberação da Mesa, da Presidência, da Secretaria-Geral sobre quando ela ia mandar o requerimento para a gente deliberar sobre se há ou não conexão. Isso pararia o trabalho das Comissões.

Então, eu estou consultando aqui... Eu respeito a questão de ordem levantada por V. Exa., entendo-a, recolho-a, mas nós não vamos hoje... A minha decisão é que eu não vou sobrestar a votação desta proposta em detrimento do requerimento. Isso vai ser apensado lá na frente, depois que nós instruirmos a matéria – é isso que a Secretaria me orienta. Faremos a instrução da PEC 34, faremos a deliberação da PEC 34, faremos a votação da PEC 34. E, lá na Mesa, com base no requerimento de V. Exa., a Mesa vai decidir se apensa ou não, se tem pertinência, em outro momento, não aqui na Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Eu não quero contestar o seu raciocínio. Só quero pedir que V. Exa. leia o inciso I, para aguardar o requerimento. O estudo sobrestará temporariamente para aguardar a decisão do Senado. Se é da Mesa ou do Plenário do Senado ou da Comissão, o Regimento...

Agora o senhor imagine se, hoje à tarde, nós todos formos pedir ao Presidente da Casa que peça à Secretaria do Senado se deve ou não apensar! É claro que ele vai dizer que tem que apensar! Então, se V. Exa. não acolher pelo menos por uma semana essa solicitação, V. Exa. estará correndo o risco do que se chama retrabalho, ou seja, por prudência... Também não adianta dizer que isso pode acontecer amanhã. Se acontecer hoje, e V. Exa., por prudência, sobrestar até terça-feira, para que a Mesa decida... "Olha, tem que evitar esse tipo de retrabalho. Anexa ou não anexa? Apensa ou não apensa?" Nós estaremos criando uma jurisprudência para casos tais futuros que podem acontecer. Quando convém, a gente não pega um projeto de 20 anos passados? Pega, quando convém. Nós já decidimos... Inclusive quando V. Exa. era Presidente, capturamos projetos que estavam dormitando e colocamos vários outros sob eles. V. Exa. fez isso como Presidente. Eu me lembro de alguns.

Então, por prudência, para evitar retrabalho, eu pediria à Mesa que se manifestasse. Na terça-feira, nós temos isso resolvido. Não vou apensar ou vou apensar. Quem quiser que recorra! Agora, a prudência manda ler, para aguardar a decisão do Senado. No caso, é decisão da Mesa, ou melhor, pode até considerar decisão monocrática do Presidente ou do Secretário-Geral da Mesa. Mas que a matéria é conexa é!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Qual é a precipitação? Qual é a urgência que justifica correr esse risco do retrabalho, com todas as providências de cautela que foram tomadas aqui? Só pode entrar aqui na Casa quem é funcionário do Senado. Há muito tempo, eu não via isso, essa blindagem toda. É uma blindagem o que está acontecendo aqui. Nenhum servidor de nenhum ministério foi admitido aqui hoje. Ou é inverdade o que eu estou dizendo?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Olha, essa é uma afirmação, Senador Amin, que é grave.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É grave sim!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A Secretaria-Geral da Mesa está me informando que não fez nenhum tipo de gestão para proibir ninguém de entrar aqui no Plenário. Zero!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom, eu tive que atender um padre ali fora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas fez muito bem também, porque foi para se confessar. (*Risos.*)

Está tudo tranquilo!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Antes fosse, porque aí eu usaria a sua sala, aí eu usaria o seu confessionário, que V. Exa. não tem usado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Espere lá, Senador Amin! Então, vamos por partes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Deixe eu fazer um requerimento. Eu acho que ele tem fundamento regimental.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe eu fazer uma manifestação aqui, Senador Amin, rapidinho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É sobre o... Acho que, se puder ficar sob o Regimento, nós teremos uma deliberação mais saudável.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu tenho uma orientação da Secretaria. Do ponto de vista técnico, esta Presidência não tem o que comparar em relação às orientações da Secretaria. São todos servidores da Casa. Nenhum dos servidores concursados do Senado... Fui eu que pedi para que me assessorassem. Eles assessoram todos os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senadores que sentam nessa cadeira para cumprir a missão de presidir esta Comissão, ao longo dos últimos anos, e eu sou mais um que cumpre essa missão aqui como Presidente.

Eu tenho que decidir. A minha decisão é que eu não vou deixar uma Senadora que tem um relatório em que a matéria está instruída esperando apensar uma PEC e uma decisão da Mesa que eu não sei quando vai acontecer.

Eu não sei... Essa matéria... Eu consultei a Secretaria. O Relator da matéria devolveu a matéria. Então, ela é de 2019? É. Mas o Relator da matéria, que foi designado, devolveu a relatoria. Então, essa matéria, diferentemente da 34, essa aí de 2019, a 118, não tem Relator porque o Relator a devolveu. Então, eu vou ficar esperando nomear um Relator? Não! Nós vamos fazer a deliberação dessa proposta. Ela vai ser...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quem nomeia o Relator é V. Exa.! Está na CCJ! Quem tem que nomear é V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ela vai ser encaminhada para a Mesa, e, na Mesa, o Relator vai relatar as duas, se ela for apensada posteriormente. Ele vai fazer o substitutivo, o Relator de Plenário. No dia, na hora em que a Mesa decidir apensar, ele vai dizer: "Não, é verdade, tem matéria conexa, mas eu já vou mandá-la instruída, e quando eu mandá-la instruída...".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Será Relatora das duas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tudo bem, mas vamos mandá-la instruída! E, se a Mesa decidir, eu vou pedir para a Relatora fazer o substitutivo das duas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como eu falei, será um retrabalho. De qualquer maneira, V. Exa. está tomando uma decisão, e eu estou dela recorrendo ao Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A Secretaria diz que não há o que recorrer dessa...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas como? É uma decisão monocrática de V. Exa. em função de uma questão de ordem!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu não estou fazendo interpretação regimental.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu peço...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A competência do Presidente é coordenar os trabalhos da Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu recorro ao Plenário da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não há o que recorrer.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Recorre à Mesa, depois que nós terminarmos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, mas eu recorro a V. Exa...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A este Plenário, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu recorro a V. Exa., para que o Plenário da Comissão respalde a sua decisão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas não cabe. Não cabe.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, V. Exa. está tomando uma decisão monocrática, que nos pode levar ao retrabalho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, não, não, não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu não estou interrompendo a tramitação de uma matéria que está pronta para deliberação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É verdade. É verdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E lá na frente, Senador Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Poderá haver retrabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... os Senadores vão pedir para a Presidência ou para a Secretaria. E se lá na frente a Secretaria-Geral da Mesa mandar um documento dizendo que não tem conexão? Eu vou atrapalhar a tramitação de uma matéria?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – V. Exa. está correndo um risco, portanto. É do seu direito tomar a decisão, e é do meu direito...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ao Plenário ou à Mesa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... reclamar dela.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Certo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É o que eu estou fazendo de maneira...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Recorrer ao Plenário ou à Mesa é o que pode.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não. Tenho que recorrer aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Aqui não há o que decidir, é a informação da Secretaria.

Então eu...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu estou sendo informado de que o Senador Randolfe Rodrigues – se não me engano, ele é do seu próprio estado – devolveu a relatoria da PEC 118 à Mesa aqui. Aqui, está sob a sua guarda, sob a guarda do Secretário geral desta Comissão, desde fevereiro de 2021 – portanto, não tem nada a ver com a Mesa –, já sob a gestão do Senador Rodrigo Pacheco e já sob a sua Presidência desta Comissão. Repito: se não me falha a memória, 25 de fevereiro de 2021. Portanto, se está dormitando, está sob os seus cuidados.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas vai ficar sob os cuidados quando a Mesa decidir apensar lá na frente, não hoje, ou não.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom, mas ela só não foi apensada porque V. Exa. não designou o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não necessariamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não? Bom, se não me engano, a tarefa de designar Relator da Comissão é do Presidente da Comissão de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é do Vice-Presidente Lucas Barreto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É do Presidente. Então, se está dormitando ou esquecida, não é meu o esquecimento.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas ela vai ter oportunidade de ser avaliada lá na frente, quando a Comissão...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acabo de trazer a oportunidade à baila, a lume. Agora todo mundo sabe que existe uma PEC...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Excelente!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... com conexão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Disso nós não sabemos ainda, porque a Mesa ainda não decidiu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Convenhamos, é uma dúvida que não fica à altura da sua capacidade deliberativa e intelectual.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas eu não posso decidir pela Mesa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É evidente que há conexão. É evidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Lá na frente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas V. Exa. tomou a decisão, eu recorro dela. Quero deixar consignado que essa conexão deveria ser levada em consideração para evitar novos transtornos. E, se culpa cabe ou se responsabilidade cabe por uma matéria

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conexa que não tem Relator, é do titular da Comissão de Constituição e Justiça, e nós voltaremos a falar sobre o assunto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pronto.

Concedo a palavra à Relatora, Senadora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora.) – Sr. Presidente, antes de iniciar a leitura da análise da Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2021, eu queria fazer algumas considerações sobre a audiência pública de que participei ontem, no dia de ontem – inclusive, o Senador Espiridião estava presente –, sobre a importância da audiência pública que tratou do tema, dos argumentos que foram trazidos.

Quero deixar bem claro que, na manhã de hoje, estamos tratando da análise da constitucionalidade e da juridicidade do tema, não do mérito – alguns imaginam que estamos tratando do mérito do tema, da questão, mas não estamos tratando do mérito –, e também sobre meu posicionamento acerca da constitucionalidade e da juridicidade do tema, não acerca do mérito, coisa que faremos num segundo momento, após ouvirmos as partes. É assim que funciona quando somos Relatores de qualquer tema, como juízes: temos que ouvir e, depois, nos posicionar.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Estavam barrados!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Isso é importante que a gente faça, para que a gente esclareça isso para quem não tem conhecimento dos fatos.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Sr. Presidente, nós vamos iniciar a análise dos fatos, a análise do relatório da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quero esclarecer que eles estavam barrados e entraram sob responsabilidade minha!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Calma, com um pouco de educação com a Senadora Daniella!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não! Falta de verdade é a sua!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – V. Exa. está passando dos limites.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, eu não estou passando. Eu estou dentro dos limites.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – V. Exa. precisa respeitar cada mandato de cada Senador aqui. Está tudo dentro das regras da Comissão, das regras do Senado Federal. V. Exa. tem autoridade de Senador da República, mas ela não é nada maior do que a minha, nem a minha é maior do que a de V. Exa. Então, calma! Falar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eles estavam barrados!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas calma!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Eles estavam barrados!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Calma! Eu estou pedindo apenas respeito pela Relatora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eles estavam barrados!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só estou pedindo respeito pela Relatora.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu peço desculpas à Relatora, mas eles...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Parabéns! Parabéns!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, a ela eu peço. Agora, eles estavam barrados, e o senhor faltou com a verdade.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não faça isso, Senador Amin. (*Pausa.*)

Eu vou fazer a leitura novamente aqui. Isso aqui é... Quando as pessoas querem aparecer, é isso que acontece.

Eu fiz a leitura no início da reunião, fiz questão de ler: "O acesso [...]". Eu li isto aqui: "O acesso à sala de reuniões estará restrito às Sras. e Srs. Senadores e aos servidores da Secretaria das Comissões e das áreas temáticas de tecnologia do Senado Federal no estrito exercício de suas atribuições. Caso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessário, um assessor poderá adentrar a sala de reuniões, para atender à demanda do respectivo Senador, retirando-se imediatamente após a finalidade cumprida". Eu fiz a leitura. Para isso, tem o ato, uma regra, pela questão da pandemia da covid, porque tem dois anos que nós estamos vivendo isso aqui.

Não é possível fazer argumentações dessa maneira, tentando colocar isso para esta Presidência, como se esta Presidência estivesse lá na portaria do Senado Federal ou na ala das Comissões, impedindo que as pessoas passassem para cá. Tem uma regra. Quem está cumprindo essa regra somos todos nós, que estamos aqui no Senado tentando evitar... Dentro do máximo possível, tentamos trabalhar no enfrentamento da covid. Não dá para ofender a Polícia Legislativa do Senado Federal ou uma pessoa que está apenas cumprindo uma determinação. Mas V. Exa. tem direito de colocar qualquer pessoa dentro do Plenário. V. Exa. é Senador, eu o respeito.

Agora, não dá para também fazer agressões ou ofensas, como V. Exa. colocou aqui, ao Presidente que está sentado na cadeira e não sabe quem está lá fora. O certo é que a Secretaria-Geral da Mesa me informou que em nenhum momento chegou a solicitação para a Secretaria-Geral da Mesa de que essas pessoas participassem, até porque tem uma regra. E quem cumpre essa regra não é nem um servidor, é a Polícia Legislativa do Senado Federal.

Então, eu quero pedir desculpa alheia à Polícia Legislativa do Senado Federal, que está cumprindo as regras do Presidente do Congresso.

E quero dizer que são todos muito bem-vindos aqui na Comissão.

Relatora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Como Relatora.) – Então, Sr. Presidente, retomando a leitura do relatório sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, eu vou para a leitura da análise.

Já fiz os esclarecimentos necessários que aqui julgava importantes com relação ao mérito – ao mérito, não, perdão; à análise sobre a constitucionalidade e juridicidade do projeto. Do mérito nós estaremos fazendo a análise em um segundo momento. Mas aqui nós estamos nos atendo, o que é obrigação nossa unicamente, à questão da constitucionalidade e juridicidade da Proposta de Emenda à Constituição nº 34. E isso fiz, conforme disse anteriormente, por força de esclarecimento necessário até para quem não tem o conhecimento daquilo que nós estamos realizando ou tem julgamentos equivocados.

Análise.

No Senado Federal, as propostas de emenda à Constituição são analisadas quanto à sua admissibilidade e mérito no âmbito desta CCJ e do Plenário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que concerne à admissibilidade da PEC nº 34, de 2021, cumpre salientar que a proposição observa o número mínimo de subscritores de que trata o inciso I do art. 60 da Constituição Federal.

Não incidem, no caso sob análise, as limitações circunstanciais que obstam o emendamento do texto constitucional previstas no §1º do art. 60, visto que o país não se encontra na vigência de intervenção federal, estado de defesa ou estado de sítio.

Da mesma forma, a matéria constante da PEC nº 34, de 2021, não foi objeto de outra proposta de emenda à Constituição rejeitada ou havida por prejudicada nesta sessão legislativa, não incidindo, pois, a vedação do §5º do art. 60 da Constituição Federal.

Importa, neste momento, aferir, no âmbito do juízo de admissibilidade, se a PEC nº 34, de 2021, afronta alguma das cláusulas imodificáveis previstas nos quatro incisos do §4º do art. 60 da Constituição Federal.

Não identificamos, nessa análise, nenhuma tendência a abolir as cláusulas pétreas elencadas nos incisos do §4º do art. 60 da Constituição Federal, vale dizer: a forma federativa de Estado (inciso I); o voto direto, secreto, universal e periódico (inciso II); a separação de Poderes (inciso III) e os direitos e garantias individuais (inciso IV). Entendemos, portanto, que a PEC pode ser objeto de deliberação no Senado Federal.

Quanto ao mérito, apresentamos as considerações que se seguem.

O objetivo da PEC nº 34, de 2021, é alterar o inciso I do art. 56 da Constituição Federal, para prever que a investidura de Parlamentar no cargo de chefe de missão diplomática de caráter permanente não dê ensejo à perda de seu mandato.

Pela redação atual do referido dispositivo constitucional, apenas é admitida a investidura em cargo de chefe de missão diplomática temporária, além da investidura nos cargos de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, ou de Prefeitura de capital. A investidura em cargo de chefe de missão diplomática de caráter permanente gera, na atual sistemática constitucional, a perda do mandato de Deputado ou Senador.

Na alentada justificação apresentada por seus autores, vemos que a matéria sempre esteve presente em nossas Constituições, e, desde a Constituição de 1937, todas previam – e a Constituição de 1988 prevê – a perda do mandato parlamentar no caso de investidura em cargo de chefe de missão diplomática de caráter permanente.

A justificação da PEC nos brinda ainda com referências ao debate acirrado havido na Assembleia Nacional Constituinte de 1987/1988 sobre o tema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há argumentos de ordem subjetiva que apontam para a necessidade de alteração desse cenário constitucional e, portanto, para a aprovação da PEC nº 34, de 2021.

Na linha do que propõe a PEC nº 34, de 2021, se qualquer cidadão pode ser chefe de missão diplomática permanente, preenchidos os critérios fixados em lei, não há razão para que os Deputados Federais e Senadores, representantes do povo, não possam sê-lo.

A aprovação da PEC nº 34, de 2021, tem, a nosso ver, a virtude de eliminar de nosso ordenamento constitucional essa insustentável discriminação.

Há ainda outro argumento a ser considerado. Atualmente inexiste qualquer vedação constitucional ao exercício do cargo de Ministro de Estado das Relações Exteriores por Deputados Federais e Senadores. O Ministro de Estado, como sabemos, é aquele que auxilia o Presidente da República na direção superior da administração pública federal, consoante os arts. 84, II, e 87, ambos da Constituição Federal.

Concordamos integralmente com a conclusão lançada na justificação da PEC de que a existência de vedações desarrazoadas aos Deputados Federais e Senadores, que se convertem em obstáculo instransponível à ocupação de chefia de missão diplomática em caráter permanente, consiste em evidente ruptura do princípio isonômico estampado no *caput* do art. 5º da Constituição Federal e ofensa ao objetivo fundamental da República estatuído no art. 3º, IV, da Constituição Federal, razão pela qual sustentamos a necessidade de sua aprovação.

Voto.

Pelo exposto, Sr. Presidente, votamos pela admissibilidade e, no mérito, pela aprovação da PEC nº 34, de 2021, e da emenda de redação que apresentamos a seguir.

> EMENDA Nº – CCJ
> Dê-se ao art. 1º da PEC nº 34, de 2021, a seguinte redação:
> "Art. 1º O inciso I do art. 56 da Constituição Federal passa a vigorar com a seguinte redação:
> 'Art. 56.
> .....
> I – investido no cargo de Ministro de Estado, Governador de Território, Secretário de Estado, do Distrito Federal, de Território, de Prefeitura de Capital ou chefe de missão diplomática de caráter permanente ou temporária;
> .....' (NR)"

Sr. Presidente, é o voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Senador Davi, V. Exa. sabe – eu lhe disse – que a posição do Governo é contrária.

Diante do pedido de vista, eu vou reforçar para ser uma vista coletiva e a gente terminar isso em uma semana.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não... Vista coletiva concedida.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Reitero também, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vista coletiva concedida.

Temos Senador inscrito? (*Pausa.*)

Senador Fabiano Contarato, foi concedida vista coletiva. V. Exa. deseja se manifestar, assim como nós fizemos no outro item?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Não, Sr. Presidente, é apenas, mais uma vez, para parabenizar V. Exa. pela condução desta tão importante Comissão de Constituição e Justiça e dizer que o nosso interesse é pelo pedido de vista também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Portanto, fica... (*Pausa.*)

Senador Humberto?

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE) – Só pela ordem, para depois...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não... Concedida vista coletiva.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Pela ordem.) – Presidente, atendendo a uma demanda da nossa querida Senadora do Estado do Espírito Santo, Rose de Freitas, eu peço a V. Exa. que inclua, na condição de tema extrapauta, o projeto de lei de autoria do ex-Deputado Nelson Pellegrino que regulamenta a profissão de salva-vidas e de que eu sou o Relator aqui no Senado Federal.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Presidente, se me permite...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador... Concedo a palavra ao Senador Alexandre Silveira.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Pela ordem.) – Se me permite, tem um assunto também que eu gostaria de pedir extrapauta – é um assunto muito relevante. Eu tenho certeza de que vai ter a aquiescência da Comissão porque é um assunto que trata do feminicídio. Se puder ser extrapauta, já foi terminado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então nós temos dois pedidos de inclusão de item extrapauta. Não havendo objeção, nós vamos fazer a inclusão. Ficam incluídos na pauta.

Concedo... Senador Humberto, eu vou fazer a leitura do item 3, que está na ordem, porque o Senador Lasier, que é o Relator e que solicitou a inclusão na pauta, está participando da reunião. Então, eu vou na ordem, passo para ele, depois a gente entra com os dois itens do Senador Humberto e do Senador Alexandre. Já foram incluídos na pauta.

ITEM 3

PROJETO DE LEI N° 1212, DE 2022

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), para modificar quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada previstos nos arts. 1.061, 1.063 e 1.076.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Lasier Martins

Relatório: Favorável ao Projeto com a emenda que apresenta.

Concedo a palavra ao Relator, Senador Lasier Martins. V. Exa. tem a palavra. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Como Relator. *Por videoconferência*.) – O.k. Sim, Presidente. Obrigado.

Trata-se de um projeto que quer simplificar os quóruns de deliberação dos sócios de sociedades limitadas. Trata-se, portanto, de uma matéria para desburocratizar.

O art. 1° desse projeto, que é de autoria do Deputado Federal Carlos Bezerra, informa o objeto do projeto de lei que é alterar quóruns de deliberação dos sócios da sociedade limitada previstos nos arts. 1.061, 1.063 e 1.076 da Lei nº 10.406, de 2002.

O art. 2° altera os arts. 1.061, 1.063 e 1.076 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, que não é outra coisa senão o Código Civil.

O art. 1.061 passa a prever que a designação de administradores não sócios dependerá de aprovação de, no mínimo, dois terços dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e da aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, após a integralização.

A atual redação do art. 1.061 do Código Civil determina que a designação de administradores não sócios dependerá de aprovação da unanimidade dos sócios, enquanto o capital não estiver integralizado, e de dois terços, no mínimo, após a integralização.

O §1º do art. 1.063 passa a determinar que, em se tratando de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes, no mínimo, a mais da metade do capital social, salvo disposição contratual diversa.

A redação do §1º do art. 1.063, dada pela Lei 13.792, de janeiro de 2019, estabelece que, em se tratando de sócio nomeado administrador no contrato, sua destituição somente se opera pela aprovação de titulares de quotas correspondentes a mais da metade do capital social, salvo disposição contratual diversa.

O inciso II do art. 1.076 do Código Civil passa a estabelecer que as deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes a mais da metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV, V, VI e VIII do *caput* do art. 1.071 deste Código Civil.

A atual redação do inciso II do art. 1.076 prescreve que as deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes a mais de metade do capital social, nos casos previstos nos incisos II, III, IV e VIII do art. 1.071.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os incisos V e VI do *caput* do art. 1.071 do Código Civil acrescentados pela proposição dizem respeito à modificação do contrato social e à incorporação, à fusão e à dissolução da sociedade, ou à cessação do estado de liquidação.

O art. 3º revoga o inciso I do *caput* do art. 1.076 da Lei nº 10.406, de janeiro de 2002, Código Civil.

A atual redação do inciso I do art. 1.076 prevê que as deliberações dos sócios serão tomadas pelos votos correspondentes, no mínimo, a três quartos do capital social, nos casos previstos nos incisos V e VI do art. 1.071.

Já o art. 4º do projeto de lei prevê que a lei que resultar da aprovação da proposição entrará em vigor 30 dias após a data da sua publicação.

Na justificação da proposição, o autor alega que o projeto de lei "visa a simplificar os quóruns de deliberação nele mencionados".

A matéria foi distribuída à CCJ. Não foram apresentadas emendas.

Também com relação às formalidades, nenhum óbice.

No tocante ao mérito da proposta, ela aperfeiçoa os dispositivos referentes ao quórum de deliberação dos sócios da sociedade limitada.

Esse projeto, Srs. Senadores, facilita a designação de administrador que não é sócio da sociedade limitada ao reduzir o quórum necessário para a aprovação da matéria, colaborando para desburocratizar o tipo societário da sociedade limitada. Dessa forma, o administrador profissional poderá exercer suas atribuições na sociedade limitada mediante aprovação de titulares de mais da metade do capital social, no caso de capital realmente integralizado.

A proposição flexibiliza ainda a tomada de decisão na sociedade limitada, reduzindo-se o quórum necessário para a modificação do contrato social e para a incorporação, a fusão e a dissolução da sociedade, ou a cessação do estado de liquidação, que se encontra atualmente excessivamente elevado, exigindo-se, de acordo com o projeto de lei, os votos correspondentes a mais da metade do capital social.

Quanto à alteração do §1° do art. 1.063, somos pela supressão, haja vista que a modificação proposta já consta da atual redação do dispositivo, com a redação dada pela Lei nº 13.798, de janeiro de 2019, que altera dispositivos da Lei 10.406, de janeiro de 2002, Código Civil, para modificar o quórum de deliberação no âmbito das sociedades limitadas. A referida supressão se dá, portanto, por mero ajuste redacional, o que não implica o retorno da matéria à Câmara dos Deputados.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.212, de 2022, com a seguinte emenda:

EMENDA Nº – CCJ
Suprima-se a alteração ao § 1° do art. 1.063 da Lei n° 10.406, de 10 de janeiro de 2002, nos termos do art. 2º do Projeto de Lei nº 1.212, de 2022.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Lasier.

Colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não há senadores inscritos para discutir a matéria.

Ah, não; há! Há o Senador Oriovisto para discutir a matéria.

Concedo a palavra ao Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, na verdade, eu pedi a palavra já há muito tempo, e, quando eu pedi, essa matéria ainda não estava em discussão.

Peço licença ao Senador Lasier Martins para dizer, primeiro, que votarei favoravelmente, o seu relatório é brilhante, à matéria, para mim, não há nenhuma dúvida, eu não tenho nada a discutir sobre essa matéria. Votarei favoravelmente e tenho a impressão de que todos assim farão também.

E peço licença ao Senador Lasier e ao Sr. Presidente para tratar de um outro assunto que estava relacionado ao assunto anterior.

Sr. Presidente, eu tenho inúmeros projetos – PEC e outros projetos de lei – que estão parados desde 2019 na CCJ. Simplesmente estão parados. Já pedi a V. Exa. pelo menos duas vezes, entreguei pedido até por escrito – V. Exa. com certeza se lembra disso –, pedi, pedi e pedi, mas os meus projetos não têm sequer relator designado. Como os meus, vários outros colegas sentem que a nossa CCJ está funcionando num ritmo bastante lento. Claro que eu entendo que tivemos pandemia. Claro que eu entendo que este ano é ano de eleições. Eu entendo tudo isso, mas, pelo menos, designar um relator era o mínimo, Sr. Presidente, quando eu tenho PEC de 2019 minha, assim como o Senador Amin suscitou essa outra PEC de 2019 encabeçada por Alvaro Dias, que é o Líder do meu partido – também de 2019. E, de repente, entra uma PEC de 2022. Não estou discutindo nem o mérito dessa sua PEC, mas estou discutindo a cronologia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa situação, Sr. Presidente, me faz lembrar o famoso livro *A Revolução dos Bichos*, de George Orwell, que é famoso, que certamente o senhor já leu, em que os porcos que estavam tomando o poder na Assembleia dos Bichos faziam tudo de acordo com a vontade deles.

E aí um dos membros dessa assembleia, se não me engano um cavalo ou um bicho qualquer, questionou o líder: "Mas o nosso regimento, a nossa constituição, não diz que todos os bichos são iguais e têm os mesmos direitos?". E o presidente da assembleia respondeu a eles: "Sim, todos os bichos são iguais, mas alguns são mais iguais que os outros".

Eu me sinto entre aqueles que não são tão iguais a tantos outros que conseguem – e nem a tantos outros, alguns poucos outros – privilégios que decididamente eu não tenho, Alvaro Dias não tem e certamente a maioria dos Senadores não tem, de entrar com uma PEC em 2022, ter um relator designado em 2022, ser relatada em 2022, e – quem sabe? – ser aprovada ainda em 2022. Parabéns pela igualdade com que todos nós estamos sendo tratados!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ainda em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir.... Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Colocamos em votação o relatório apresentado pelo Senador Lasier.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto, com a Emenda nº 1, da CCJ.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Líder Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, tenho um projeto pronto para ser relatado, de uma proposta de emenda à Constituição que cria... É a Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2016, do Senador Randolfe Rodrigues e outros, que altera o art. 6º da Constituição da República para incluir, entre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se V. Exa. pudesse pautar no dia de hoje seria uma vitória para quem luta pelo saneamento básico como direito universal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Dr. Líder Rogério Carvalho. Não havendo objeção do Plenário, nós vamos incluir, da mesma maneira que fizemos com outros dois projetos solicitados, como item extrapauta nesta reunião de hoje.

Está incluído como extrapauta. (*Pausa.*)

Tem uma solicitação da Senadora Rose de Freitas, que solicitou que nós incluíssemos extrapauta – e foi feita a solicitação também pelo Relator da matéria – do Projeto de Lei nº 42, de 2013, que regulamenta a profissão de salva-vidas. O Relator é o Senador Humberto Costa, favorável ao PLC 42, de 2013. A matéria foi apreciada pela Comissão de Desenvolvimento Regional, e seguirá posteriormente para a CAS para análise das emendas.

EXTRAPAUTA

ITEM 6

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 42, DE 2013

Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Humberto Costa

Relatório: Favorável ao PLC nº 42, de 2013, e às Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-PLEN, na forma do Substitutivo que apresenta, e contrário às demais emendas.

Concedo a palavra ao Senador Relator Humberto Costa, para proferir o seu relatório.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Sr. Presidente, inicialmente agradeço a V. Exa. a gentileza de ter colocado em votação o pedido, que nós traduzimos aqui, da nossa prezada Senadora do Espírito Santo, que é de votarmos o projeto de lei de autoria do Deputado Nelson Pellegrino, que, na origem, é um projeto de 2008, que trata da regulamentação da profissão de salva-vidas.

Eu vou me dirigir diretamente à análise para que nós possamos aqui ganhar tempo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No que diz respeito à constitucionalidade formal do PLC, o art. 22, inciso XVI, da Constituição Federal atribui competência legislativa privativa à União para dispor sobre condições para o exercício de profissões. No mesmo sentido, o art. 22, inciso I, determina que direito do trabalho é também matéria de lei editada pelo Congresso Nacional.

Ainda sob o prisma da constitucionalidade formal, não incide reserva de iniciativa sobre a matéria.

Particularmente em relação às obrigações impostas ao Poder Executivo pelo PLC, devemos recordar que o Supremo entende que é constitucional a lei de iniciativa parlamentar que preveja obrigações àquele Poder e que, assim, institua despesas, desde que não altere a estrutura orgânica do Executivo (Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.394, Relator Ministro Eros Grau, julgada em 2007). Não obstante, já antecipando-nos ao mérito desse ponto em particular, entendemos não ser oportuno nem conveniente a imposição dessas obrigações.

Quanto à juridicidade, verificamos a presença dos atributos de inovação legislativa, generalidade e abstração.

No tocante à constitucionalidade material, cumpre tecermos algumas considerações. O art. 5º, inciso XIII, da Constituição Federal reza que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer, o que é o caso do projeto ora sob exame. Já o art. 21, inciso XXIV, da Constituição Federal confere à União competência para organizar, manter e executar a inspeção do trabalho. Trata-se de poder de polícia indelegável a particular, como pretende o art. 7º do PLC. O dispositivo, portanto, é inconstitucional.

Sobre o teste físico previsto originalmente no art. 2º, inciso IV, do PLC, entendemos que ele ofende o princípio da isonomia insculpido no art. 5º, inciso I, da Constituição Federal, pois constitui obstáculo exacerbado ao ingresso de mulheres na atividade. Corroborando nosso argumento, citamos exemplo de norma em vigor expedida pelo Corpo de Bombeiros Militares do Estado de Goiás, segundo a qual, para o nado de 200m, exige-se o tempo de até cinco minutos para homens e seis minutos para mulheres. Devemos lembrar que o texto original do PLC impõe limite de três minutos e trinta segundos para pessoas de ambos os gêneros.

Quanto ao mérito, o projeto é digno de aplausos. Esses profissionais são de extrema importância, uma vez que seu trabalho consiste na proteção do bem jurídico mais valioso, a vida. O PLC, assim, não apenas valoriza a atividade, mas contribui para seu aprimoramento.

Passamos à análise das emendas e proposição de melhorias ao PLC.

Em primeiro lugar, acolhemos parcialmente a Emenda nº 1-CAS. Primeiramente, entendemos meritório o inciso V acrescentado ao art. 2º, que amplia a carga horária do curso de formação. Também concordamos com os termos dados ao adicional de insalubridade. No mesmo sentido, a emenda é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

meritória ao assegurar o exercício da profissão aos que já a exercem, para evitar a proliferação de cursos com o mero propósito de regularizar a situação de salva-vidas que já atuam na área. Por outro lado, entendemos que o inciso IV, proposto para o art. 2º do PLC, é inconstitucional, pelas razões já expostas em relação a esse dispositivo.

Com relação à Emenda nº 2-CAS, concordamos com a supressão do art. 3º do PLC. Como bem observou seu autor, a fixação do conteúdo programático do curso de formação fere a autonomia pedagógica das entidades e instituições de ensino.

Quanto à Emenda nº 3-PLEN, a supressão do art. 5º do PLC nos parece meritória, pois tal dispositivo veicula matéria estranha à regulamentação profissional, ao tratar de normas específicas de segurança em ambientes aquáticos. Além de o art. 5º tratar de norma estranha à regulamentação da profissão, também é preciso refletir sobre efeitos deletérios da regra em questão, especialmente diante das comunidades mais vulneráveis. Segundo o texto original do PLC, uma piscina olímpica exigirá a presença de oito profissionais. Quantos estados e municípios brasileiros seriam capazes de manter um centro aquático público diante dessa exigência? Pouquíssimos, sem dúvida.

Pelos mesmos motivos expostos, ante nosso posicionamento em relação à matéria, votamos pela rejeição das Emendas nºs 4-PLEN, 7-CDR e 8-CDR (substitutiva), bem como das Emendas 8, 9 e 10 apresentadas perante a CCJ.

Ademais, entendemos necessário adaptar o PLC para acolher as duas denominações usadas para a profissão, quais sejam, de salva-vidas e de guarda-vidas.

Com vistas a abarcar o acolhimento parcial de emendas e ajustes de técnica legislativa, optamos pela apresentação de substitutivo.

Voto.

Pelo exposto, votamos pela constitucionalidade, juridicidade, boa técnica legislativa e regimentalidade do Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013, e no mérito por sua aprovação, e das Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS e 3-PLEN, na forma do substitutivo, rejeitando-se as demais.

Segue-se o substitutivo sugerido pela nossa relatoria.

Portanto, peço a aprovação do projeto ao eminente Presidente desta Comissão, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Humberto Costa.

Quero aproveitar a oportunidade e cumprimentar... Estão aqui na Comissão assessores da Senadora Rose de Freitas. Eu queria que levassem a mensagem desta Presidência pelo carinho, pela amizade e pelo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

reconhecimento ao trabalho da Senadora Rose de Freitas, que tem insistido, ao longo das últimas semanas, para que a gente pudesse pautar essa matéria aqui na Comissão. Ela é muito significativa para a Senadora Rose.

Então, quero fazer esse registro, Senador Humberto, e agradecer a V. Exa., que veio para cá solicitar a inclusão extrapauta dessa matéria, também a pedido da Senadora Rose de Freitas. Eu sei da importância dessa votação pessoalmente para a Rose.

Quero também dar um abraço carinhoso na Rose, pedir para ela logo se recuperar. Ela está com um problema de saúde, mas está bem. Falei com ela ainda hoje. Então, Rose, meu abraço, meu beijo, meu carinho. E digo para você que nós incluímos extrapauta essa matéria hoje, a seu pedido, porque você tem o nosso reconhecimento e a nossa eterna gratidão. E meus cumprimentos, em nome da Mesa diretora da Comissão de Constituição e Justiça; e meus agradecimentos ao Senador Humberto Costa, que veio justamente para que a gente pudesse resolver a votação dessa matéria, já que é uma matéria terminativa e que tramita há mais de dez anos no Congresso Nacional. Muito obrigado, Humberto.

Com a palavra o Senador Humberto Costa.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Como Relator.) – Eu queria fazer também esse registro da minha alegria e satisfação em poder atender a essa demanda de todos os guarda-vidas e salva-vidas do Brasil, mas muito especialmente a esse pedido feito pela Senadora Rose de Freitas, que é uma pessoa que tem de nós a mais absoluta e completa consideração e respeito. E quero endossar todos os argumentos do Senador Davi Alcolumbre.

E por um dever de justiça também, Presidente, eu queria aqui prestar uma homenagem ao hoje integrante do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, o ex-Deputado Nelson Pellegrino, que aqui, durante quase dois anos, aperreou meu juízo trazendo os representantes dos salva-vidas, discutindo comigo o conteúdo desse projeto, e ele é sem dúvida também um dos grandes responsáveis por essa conquista da profissão de salva-vidas.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Colocamos em discussão a matéria.

Só vou fazer uma sugestão para o Senador Alexandre, daqui a pouco, porque nós vamos incluir também, extrapauta, a PEC proposta pelo Líder Rogério Carvalho.

Não há mais Senadores inscritos para discutir a matéria. Encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao PLC 42, de 2013, e as Emendas nºs 1-CAS, 2-CAS, e 3-PLEN, nos termos da Emenda nº 11-CCJ, substitutivo, e contrário às demais emendas.

A matéria vai à Comissão de Assuntos Sociais.

Deixe-me fazer só um pedido para o Senador Alexandre. Antes de... Vamos fazer primeiro na ordem, Líder Rogério, em que foi pedida a inclusão de matérias. O Senador Alexandre pediu primeiro uma inclusão e tem uma matéria que estava na pauta já.

A matéria da pauta a gente pode votar simbolicamente, porque é não-terminativa, e dá tempo para a gente contactar os Senadores para votar em seguida a terminativa.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Tudo bem. Então, vamos fazer a da pauta, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Item 5 da pauta.

Eu solicito à Secretaria da Mesa que entre em contato com os Senadores que estavam presentes na sessão. Nós vamos ter uma votação nominal logo em seguida, a partir dessa votação aqui.

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 4206, DE 2020

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, para proibir a realização de tatuagens e a colocação de piercings em cães e gatos, com fins estéticos.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Alexandre Silveira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observações:

A matéria foi apreciada pela Comissão de Meio Ambiente.

Concedo a palavra ao Relator da matéria, Senador Alexandre Silveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, demais colegas Senadores e Senadoras, tenho a honra de relatar hoje o projeto do meu conterrâneo e amigo, combativo defensor da causa animal em Minas Gerais, tanto quanto nós, o Deputado Fred Costa, que proíbe a realização de tatuagens e a colocação de *piercings* em cães e gatos, com fins estéticos.

No mérito, consideramos o projeto conveniente e oportuno.

A proposição comina a pena de reclusão de 2 a 5 anos, multa e proibição de guarda para quem realiza ou permite que se realizem tatuagens e colocação de *piercings* em cães e gatos, podendo ser aumentada de um sexto a um terço se ocorrer a morte do animal.

Oportuna, portanto, a previsão de crime, por parte do legislador federal, para inibir essa prática, certamente dolorosa, que se constitui em espécie de maus-tratos a animais e que já conta com normatizações semelhantes em algumas unidades da Federação.

Importante registrar também, como fez o parecer da Comissão de Meio Ambiente, que esses procedimentos não são amparados pelo Conselho Federal de Medicina Veterinária. Ao contrário, o órgão considera intervenções cirúrgicas para fins estéticos como espécie de mutilações e maus-tratos praticados contra animais.

Pelo exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 4.206, de 2020, como eu disse, do mineiro, Deputado, combativo defensor da causa animal, amigo, Fred Costa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Alexandre Silveira.

Colocamos em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A matéria está aprovada.

Fica aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário do Senado Federal.

Uma consulta aqui à Secretaria da Comissão: quantos Senadores estão presentes no modelo semipresencial? (*Pausa.*)

Não temos quórum.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma pergunta: se nós iniciarmos a votação e não atingirmos o quórum, eu cancelo a votação e voto a PEC? Sem atingir o quórum? (*Pausa.*)

Não dá para fazer a leitura do parecer para adiantar? Porque adianta uma parte. (*Pausa.*)

Eu vou ficar tentando convocar, Senador Alexandre, os Senadores. Eu solicito também à assessoria de V. Exa... Somos 27 titulares e suplentes. Dá para votar remotamente. Quero pedir o apoio... Eu vou fazer a leitura, nós vamos adiantar uma parte da votação e, antes de nós iniciarmos a votação, a gente vai tentar ter o número de Senadores. São 14? (*Pausa.*)

Precisa ter 14 votos favoráveis. (*Pausa.*)

Ah, não precisa ter 14 favoráveis para encerrar a votação, mas presentes. E aí precisa de oito favoráveis dos 14? (*Pausa.*)

Vamos fazer uma parte, ler o relatório, que já adianta, e, se não concluir, Senador Alexandre, eu boto na outra semana.

Mas isso não impede de chamarmos os Senadores.

EXTRAPAUTA

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 2325, DE 2021

Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), e o Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), para, respectivamente, excluir os crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e o feminicídio das circunstâncias atenuantes e redutoras de pena relacionadas à violenta emoção e à defesa de relevante valor moral ou social; e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio.

Autoria: Senadora Zenaide Maia (PROS/RN)

Relatoria: Senador Alexandre Silveira

Relatório: Favorável ao Projeto.

A autora da matéria é a Dra. Zenaide Maia, do PROS, do Rio Grande do Norte. O Relator da matéria é o grande Líder, do Estado de Minas Gerais, Senador Alexandre Silveira, coordenador-geral da frente de resistência, que é favorável ao projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A matéria foi apreciada também pela Comissão de Segurança Pública, sido aprovada.

Concedo a palavra ao Senador Alexandre Silveira e o cumprimento pela proposta. Reconheço a importância desse projeto, e a manifestação de V. Exa. de inclusão extrapauta tem todo o sentido, faz todo o sentido para que a gente possa dar uma resposta para esse tipo de vítima, que são as nossas mulheres brasileiras, quando do julgamento do tribunal do júri.

Concedo a palavra a V. Exa. e agradeço a V. Exa. por ter solicitado a inclusão dessa matéria na pauta de hoje.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Sr. Presidente, caríssimos Senadores e Senadoras, é exatamente por isso, Presidente, que nós pedimos que essa matéria fosse incluída extrapauta, exatamente por reconhecermos a urgência da matéria, a necessidade de impedirmos que esses criminosos continuem tendo o manto da impunidade para poder continuar agredindo as brasileiras. É importante ressaltar a importância de cada vez mais ampliarmos a rede de proteção da mulher brasileira.

Vem ao exame desta Comissão o Projeto de Lei 2.325, de 2021, de autoria da Senadora Zenaide Maia, a quem cumprimento, que altera o Código Penal e o Código de Processo Penal para excluir a violenta emoção e a defesa de relevante valor moral ou social das circunstâncias atenuantes e redutoras das penas nos crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher e no feminicídio e para vedar o uso da tese da legítima defesa da honra como argumento para absolvição, pelo tribunal do júri, de acusado de feminicídio.

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública demonstra, em números alarmantes, o quadro preocupante da violência doméstica e familiar contra as mulheres, um problema infelizmente atual e de enorme gravidade. Isso tem que ter um basta. Não pode continuar.

Entendo que a legislação deve ser rigorosa, para buscarmos cada vez mais reduzir os inaceitáveis casos de violência contra a mulher no Brasil.

É bom que toda a sociedade entenda, didaticamente, do que estamos tratando aqui.

Hoje, na parte geral do Código Penal, mais precisamente no art. 65, há a previsão das circunstâncias atenuantes da pena. Por exemplo: quando o agente menor de 21 anos na data do fato; quando há o desconhecimento da lei; quando o agente confessa espontaneamente a autoria do crime; quando ele comete o crime por motivo de relevante valor social ou moral. Todos esses são exemplos de atenuantes da pena.

Na parte especial do Código, no art. 121, também há causa de diminuição de pena, de um sexto até um terço, se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral ou sob domínio de violenta emoção. Relevante valor social ou moral é um termo bastante discutido no âmbito do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

direito penal, mas se aplicaria, por exemplo, quando um pai agride o estuprador de sua filha ou alguém atira buscando matar aquele que está realizando um furto. Independentemente dessa discussão, o que estamos fazendo aqui, nesse projeto, é afastar qualquer chance de se aplicar tanto atenuante como a causa de diminuição de pena em casos de feminicídio e violência doméstica e familiar.

Eu, como Delegado de Polícia de carreira, já presenciei de perto uma das piores mazelas da nossa sociedade: o crime do feminicídio. É incrível que tenhamos, até hoje, deixado passar um ponto tão importante de ser aperfeiçoado na nossa legislação penal. Precisamos de urgência para corrigir isso.

Para se ter uma ideia, hoje a pena mínima de doze anos para o feminicídio pode cair para oito anos se o juiz acatar a tese de um criminoso que justifique que tenha cometido o fato sob o domínio de violenta emoção provocada pela vítima. A pena, assim, poderia ser reduzida a oito anos, o que faria com que esse covarde que matou sua mulher iniciasse o cumprimento da pena no regime semiaberto, o que é revoltante.

Estamos votando aqui o seguinte: matou ou violentou a mulher, não importa o motivo, não haverá atenuante ou redução de pena. Mas a muito bem-vinda proposta da Senadora Zenaide não para por aí; ela também altera o Código de Processo Penal para impedir a utilização da tese da legítima defesa da honra para absolvição pelo tribunal do júri nos casos de feminicídio. É inadmissível, no século em que estamos, aceitar tal tese para o crime contra a mulher brasileira.

O Plenário do Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta 779, por unanimidade já referendou concessão de medida cautelar a fim de considerar inconstitucional a tese da legítima defesa da honra e "obstar à defesa, à acusação, à autoridade policial e ao juízo que utilizem, direta ou indiretamente [...] nas fases pré-processual ou processual penais, bem como durante o julgamento perante o tribunal do júri, sob pena de nulidade [...] do julgamento". Estamos aqui confirmando esse entendimento do Supremo, deixando expresso no Código de Processo Penal que não será admitido o quesito formulado pelo tribunal de júri que trata de qualquer suposta legítima defesa da honra. O projeto, portanto, sedimenta a orientação da nossa Corte Suprema, conferindo, assim, maior segurança jurídica à nossa legislação processual penal.

Aprovando este projeto, Sras. e Srs. Senadores, nós estamos fazendo justiça a muitas mulheres pelo Brasil afora, punindo com rigor, impedindo a impunidade, prevenindo o crime contra aqueles que agridem e matam suas companheiras. É por isso que peço o apoio unânime de todos para que possamos, com rapidez, aprimorar a nossa legislação nesses pontos.

Por tudo isso, com justiça e com louvor à iniciativa da Senadora Zenaide, o voto é pela aprovação do Projeto 2.325, de 2021, para o qual eu peço o empenho de todos os colegas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixem-me fazer uma... Para a gente poder contatar... Nós estamos com um quórum de 24 Senadores. A matéria é muito importante e tem o apoio da maioria ou de quase todos os Senadores que se manifestaram hoje.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu vou abrir a votação, mas vou colocar em discussão antes. Nós não temos Senadores inscritos para discutir a matéria, e eu vou iniciar a votação. Enquanto os Senadores estão votando, porque querem votar para a gente tentar chegar ao número, eu vou incluir o item extrapauta, e nós vamos votar simbolicamente a PEC nº 2, solicitada pelo Senador Líder Rogério Carvalho, que inclui, como direito social, na Constituição brasileira, o direito ao saneamento básico.

Então, está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo Senadores inscritos para a discussão da matéria, nós vamos encerrar a discussão e vamos iniciar a votação.

Eu solicito aos Senadores que estão presentes e também aos que estão no modelo semipresencial... Já está autorizado o início de votação. Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Solicito à Secretaria-Geral da Comissão que entre em contato com os Senadores. Nós estamos com um quórum de 25 Senadores. Então, nós temos condições de ter a votação nominal dessa matéria, que é terminativa.

Eu peço a atenção das assessorias e também das lideranças para que informem aos Senadores que nós estamos em processo de votação nominal, e é importante que a gente possa atingir o número de 14 Senadores votantes para se encerrar a votação.

Enquanto estamos em votação, eu vou fazer a leitura do outro item extrapauta, que foi solicitado pelo grande líder carismático das multidões do Nordeste brasileiro, Senador Rogério Carvalho.

EXTRAPAUTA

ITEM 8

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 2, DE 2016

Altera o art. 6º da Constituição da República, para incluir, dentre os direitos sociais, o direito ao saneamento básico.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP) e outros.

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Favorável à Proposta

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O relatório que foi apresentado para a Comissão e para o Senado é favorável à Proposta de Emenda à Constituição nº 2.

Nesse sentido, enquanto estamos em processo de votação, eu concedo a palavra ao Senador Rogério Carvalho para proferir o seu relatório.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

V. Exa. já enunciou o projeto que vai ser relatado no dia de hoje aqui na CCJ. Portanto, eu peço permissão a V. Exa. para ir direto à análise.

Compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, nos termos do art. 356 do Regimento Interno do Senado Federal, proceder à análise da proposição quanto à sua admissibilidade e mérito.

No que concerne à admissibilidade, a PEC nº 2, de 2016, atende o requisito do art. 60, I, da Constituição, pois foi subscrita por mais de um terço dos membros desta Casa.

Quanto às limitações circunstanciais, não há óbices à apreciação da matéria, considerando que o País não se encontra na vigência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio. Ainda, a proposição não trata de matéria constante de proposta de emenda à Constituição rejeitada ou prejudicada na atual sessão legislativa. Finalmente, a PEC não atinge as chamadas cláusulas pétreas.

Está, assim, atendido o disposto no art. 60, §§1º, 4º e 5º da Constituição, e nos arts. 354, §§1º e 2º, e 373 do Regimento Interno do Senado Federal.

Também, não incorre a PEC na proibição prevista no art. 371 do Regimento Interno do Senado Federal, em razão de a proposta não visar à alteração de dispositivos sem correlação entre si.

Quanto ao mérito, entendemos que assiste total razão aos autores da PEC nº 2, de 2016.

Os direitos sociais integram, com os direitos individuais e coletivos, a nacionalidade e os direitos políticos, o rol dos direitos e garantias fundamentais. Segundo determina o art. 5°, §1°, da Constituição, os direitos fundamentais têm aplicabilidade imediata. Portanto, caso o poder público se omita na implementação dos direitos sociais, poderá vir a ser condenado judicialmente para implementar as políticas públicas específicas. Esse é certamente o principal objetivo da PEC em análise, dada a importância do saneamento básico para a saúde pública, de modo a priorizar a atuação dos entes federados na implementação dos serviços e infraestruturas necessárias.

O direito social ao saneamento básico, conforme pretende a PEC, relaciona-se diretamente com o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana e com os direitos fundamentais à vida, à saúde, à alimentação e ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. A "sadia qualidade de vida" prevista no art. 225 da Carta Magna depende da implementação e adequada gestão dos serviços de saneamento básico.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Resolução nº 64/292, de 28 de julho de 2010, aprovada pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas, reconheceu o direito ao acesso à água potável e ao saneamento como direito humano essencial ao pleno desfrute da vida. A resolução convoca a comunidade das nações e as organizações internacionais a proverem recursos financeiros e a ajudarem os países em desenvolvimento com capacitação e transferência de tecnologias, de modo a garantir saneamento para todos.

No plano doméstico, a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Essa lei prevê princípios fundamentais no oferecimento desses serviços, destacando-se: a universalização do acesso ao saneamento básico; a integralidade, compreendida como o conjunto de todas as atividades e componentes de cada um dos diversos serviços de saneamento básico; e a "articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante".

Saneamento básico no marco regulatório doméstico refere-se a abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais. São serviços e infraestruturas essenciais para a sadia qualidade de vida e, conforme bem argumentam os autores da PEC, sua ausência conduz a situações graves de ameaça à saúde pública.

Alguns números sobre o saneamento básico no Brasil reforçam a precariedade de alguns desses serviços. De acordo com o Instituto Trata Brasil, com base em dados do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (Snis), 35 milhões de brasileiros não são abastecidos com água tratada e 100 milhões de brasileiros não têm acesso ao serviço de coleta de esgotos, metade da população, portanto. Apenas 45,1% dos esgotos do Brasil são tratados. Ainda segundo o Trata Brasil, cada real investido em saneamento gera economia de R$4 na área de saúde. Se toda a população tivesse acesso à coleta de esgotos, haveria uma redução, em termos absolutos, de 74,6 mil internações por ano, sendo que 56% da redução ocorreria no Nordeste.

Em relação ao manejo de resíduos sólidos, de acordo com dados de 2017 da Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais, 3.352 municípios, 60,3% dos municípios, ainda fazem uso de locais impróprios para disposição final de resíduos, representando 79.452 toneladas diárias de resíduos depositados de forma inadequada às exigências da Política Nacional de Resíduos Sólidos.

Em relação à drenagem de águas pluviais, segundo a última Pesquisa Nacional sobre Saneamento Básico, 43% dos municípios lidaram com eventos de enchentes ou inundações em um período de cinco anos. A maior proporção de registros foi na Região Sudeste, 52% dos municípios. Nas Regiões Sul e Nordeste, os números foram respectivamente de 43% e 40% dos municípios com problemas de enchentes ou inundações. Para as Regiões Norte e Centro-Oeste, respectivamente 37% e 29%.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Passados 11 anos desde a última pesquisa e considerando o aumento da frequência de precipitações muito acima da média devido ao aquecimento global, presumimos que os números atuais correspondam a uma situação mais grave do que aquela aferida em 2008. As estruturas de drenagem pluvial são essenciais para prevenir problemas relacionados ao acúmulo de água da chuva, como, por exemplo, a proliferação de vetores de doenças.

Entendemos, portanto, que a constitucionalização do saneamento básico como direito social é meritória e harmoniza-se com a legislação vigente, reforçando as regras da Lei nº 11.445, de 2007, que estabeleceu as diretrizes nacionais para o saneamento básico. Tornar o acesso ao saneamento básico um direito social pode contribuir para o avanço na universalização desses serviços.

Com fulcro nas considerações precedentes, votamos pela aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 2, de 2016, por cumprir os requisitos de constitucionalidade, juridicidade e forma regimental e, no mérito, por ser conveniente e oportuna.

Obrigado, Sr. Presidente.

O voto é favorável ao projeto de lei de autoria do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É favorável à proposta de emenda à Constituição.

Líder, vote aí por gentileza.

Só quero fazer um registro: o Senador Alexandre Silveira está prestigiado. Ele está conseguindo a votação da expressiva maioria da Comissão para essa matéria. Teremos 25 votantes de 27 Senadores. Isso é muito significativo.

Mas também, Senador Alexandre, quero cumprimentar V. Exa. pela visão da importância da matéria e por trazê-la a esta Presidência, a este Plenário, com a sua sensibilidade, com a sensibilidade de um grande Parlamentar, de um grande Senador, de um grande homem público, e com a experiência de V. Exa. E é isso que faz a diferença. V. Exa. tem a profissão, por muitos anos, como Delegado de Polícia Civil do Estado de Minas Gerais, viveu isso todos os dias como delegado, todas essas violências.

Então, eu quero registrar: como Relator da matéria, V. Exa. tem toda a autoridade de solicitar o nosso apoio. Quero cumprimentar mesmo V. Exa. por ter tido essa visão no momento de nós fazermos, antes do recesso parlamentar, a inclusão extrapauta dessa matéria, pela importância e pelo significado e pela proteção e defesa das mulheres brasileiras.

Parabéns a V. Exa.! Nunca é demais registrar. Parabéns a V. Exa., porque viveu e vive de perto essas consequências dessas agressões do ponto de vista da Polícia Judiciária brasileira, como delegado, mas hoje, muito especialmente, como Senador da República.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Só estamos aguardando.

Antes de a gente iniciar a votação da PEC, eu quero terminar primeiro essa matéria.

É isso, Secretário? (*Pausa.*)

Sim, temos um quórum de 25 Senadores votantes.

Nós vamos encerrar a votação.

Solicito à Secretaria-Geral da Mesa que abra o painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A proposta foi aprovada por unanimidade. (*Palmas.*)

Concedo a palavra ao Relator da matéria.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Presidente, realmente é um dia muito importante para mim, porque não foram poucas as vezes em que me indignei e até sofri por ver campear na sociedade o sentimento da impunidade por um crime tão brutal que avilta diretamente o maior valor, que é o valor da vida humana.

Muitas vezes, mulheres desprotegidas da rede social são violentadas e agredidas e perdem as suas vidas, e os monstros utilizam, em pleno século XXI, a tese completamente descabida, desproporcional e imoral da legítima defesa da honra para, às vezes, serem absolvidos desses crimes ou, outras vezes, terem suas penas atenuadas ou diminuídas, chegando a não tirarem um dia só de cadeia, de reclusão, destruindo às vezes famílias inteiras.

Portanto, eu queria aqui terminar, parabenizando, primeiro, a iniciativa da colega Zenaide, que com sua sensibilidade... É por isto que eu digo e defendo tanto, Presidente, que as mulheres cada vez mais participem da vida pública, que as mulheres cada vez mais ousem e coloquem os seus nomes à disposição para representar a sociedade nas Câmaras de Vereadores, nas Assembleias Legislativas, na Câmara Federal e no Senado da República, porque a mulher traz o tempero do equilíbrio, da sensibilidade, do espírito da maternidade, para trazer às vezes aqui o denominador e até conter um pouco os hormônios masculinos, para que a gente possa tomar as medidas acertadas a favor dos brasileiros e das brasileiras.

Portanto, a minha alegria, o meu registro e a minha gratidão a todos os Senadores pela aprovação unânime de uma matéria que vai mudar a história da rede de proteção à mulher brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Alexandre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aprovado o projeto de lei.

A matéria vai ser encaminhada para a Mesa, para as providências cabíveis.

Colocamos em discussão o relatório, apresentado pelo Senador Rogério Carvalho, da Proposta de Emenda à Constituição nº 2.

Temos Senadores inscritos? (*Pausa.*)

Não há Senadores inscritos para discutir a matéria.

Encerramos a discussão.

Colocamos em votação o relatório apresentado pelo Senador Rogério Carvalho.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável à proposta.

A matéria vai direto ao Plenário do Senado Federal.

O Relator da matéria gostaria de fazer uma manifestação?

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Como Relator.) – Só quero agradecer a V. Exa., Sr. Presidente, por pautar uma matéria de tamanha relevância.

Quero dizer que, aos poucos, o Brasil vai incorporando, como direitos fundamentais e direitos de cidadania, temas como o direito à questão ambiental, o direito ao saneamento. Vários temas que são de grande relevância para conformar e materializar a cidadania do povo brasileiro têm entrado na Constituição Federal, e esse é mais um de grande relevância, porque trata de um tema que gera conforto, saúde, dignidade a toda a população brasileira.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador Rogério Carvalho.

Eu gostaria de agradecer a presença de todos os Senadores e Senadoras que participaram da nossa reunião. Hoje nós temos um quórum de 26 Senadores participando, no modelo semipresencial, da Comissão de Constituição e Justiça.

Nós vamos despachar com a Secretaria-Geral da Mesa para, na próxima semana, nós incluirmos na pauta todas as matérias remanescentes desta reunião.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 59 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 06 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 13ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA, SEMIPRESENCIAL, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA, DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 10 DE NOVEMBRO DE 2022, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e trinta e nove minutos do dia dez de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Renan Calheiros, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Plínio Valério, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Alexandre Silveira, Lucas Barreto, Omar Azis, Mecias de Jesus, Paulo Paim, Fabiano Contarato, Veneziano Vital do Rêgo, Roberto Rocha, Mara Gabrilli e Vanderlan Cardoso. E ainda do Senador não membro Angelo Coronel. Deixam de comparecer os demais Senadores. Havendo número regimental, o senhor Presidente declara aberta a Reunião. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 12ª Reunião Extraordinária, que é aprovada. Passa-se à **apreciação das Emendas desta Comissão ao PLN nº 32, de 2022 – CN**, que "Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2023", nos termos da Resolução nº 1, de 2006-CN, combinado com a Instrução Normativa nº 14/2020, do Senado Federal e o Ato Conjunto nº 2/2020, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania tem competência para propor Emendas ao Projeto, devendo fazê-lo na condição de Autor de Emenda Coletiva. Item único: Emendas ao Projeto de Lei nº 32/2022-CN (Projeto de Lei Orçamentária para 2023). O Relator, Senador Mecias de Jesus, apresenta o Relatório sobre as 123 (cento e vinte e três) emendas, sendo 115 (cento e quinze) emendas de Apropriação, 3 (três) emendas de Remanejamento e 5 (cinco) emendas de texto ao Corpo da Lei, sugeridas ao referido Projeto. Após a discussão, pautada nos critérios estabelecidos na Resolução nº 1, de 2006-CN, combinado com a Instrução Normativa nº 14/2020, do Senado Federal, o Ato Conjunto nº 2/2020, das Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e no Artigo 101, do Regimento Interno Do Senado Federal, que determina a competência da CCJ, **são aprovadas: 4 (quatro) emendas de apropriação: Emendas 1-CCJ a 4-CCJ**, nos termos do relatório: **Emenda nº 1-CCJ**: **Ação:** 21BM - Desenvolvimento De Políticas De Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública; **Valor:** R$ 100.000.000. **Emenda nº 2-CCJ**: **Ação**: 20I7 - Promoção da Política Nacional de Justiça - Nacional", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública; **Valor:** 100.000.000. **Emenda nº 3-CCJ**: **Ação:** 20IE – Articulação De Política Pública Sobre Drogas – Nacional", no âmbito do Fundo Nacional Antidrogas; **Valor:** R$ 100.000.000. **Emenda nº 4-CCJ: Ação:** 2334 – Proteção e Defesa do Consumidor – Nacional", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública - Administração Direta; **Valor** R$ 100.000.000. **VALOR TOTAL** R$ 400.000.000. As propostas de emenda de remanejamento não foram acolhidas, ficando as propostas de emendas ao texto, complementares ao pleito consideradas prejudicadas. Nada mais havendo a tratar, a Presidência declara encerrada a Reunião, às nove horas e cinquenta e cinco minutos, do dia dez de novembro de dois mil e vinte e dois. Ao final da Reunião, **a presente Ata foi aprovada pela Comissão**, assinada pelo Senhor Presidente e será publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das Notas Taquigráficas.

SENADOR DAVI ALCOLUMBRE
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Quero cumprimentar todos os assessores, servidores do Senado Federal.

Eu queria cumprimentar também, em nome da Liderança do nosso partido, os nossos colaboradores, o Dr. Jairo, que está aqui, Coordenador-Geral da Frente de Resistência do União Brasil.

Quero cumprimentar o Ednaldo e os nossos assessores da Comissão de Constituição e Justiça.

Quero agradecer o apoio de todos os servidores, a colaboração de todos os servidores.

Quero agradecer a presença do nosso "Relator-Geral da República", o Senador Mecias, e do nosso Líder Senador Marcos do Val, meu amigo, companheiro Senador, pela presença nesta reunião desta Comissão importante, onde a gente vai poder aprovar as emendas da nossa Comissão junto ao Orçamento da União. Eu tenho certeza absoluta de que, com isso, estaremos cumprindo as nossas obrigações em relação a essas importantes emendas que foram manifestadas pelos Senadores da República, das quais o Senador Mecias é o Relator.

Havendo número regimental, declaro aberta a 13ª Reunião, Extraordinária, semipresencial, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da Ata da 12ª Reunião, Extraordinária.

As Senadoras e os Senadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião semipresencial, sendo permitida a participação remota dos Senadores e Senadoras por sistema de videoconferência, destina-se à discussão e deliberação das emendas da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 32 (Ploa 2023), as quais serão apresentadas à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização juntamente com a ata da reunião.

Concedo a palavra a S. Exa. o Senador Mecias de Jesus, Relator da matéria.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Presidente Davi Alcolumbre, caro amigo, é uma satisfação estarmos aqui hoje. Obrigado pela relatoria. Senador Marcos do Val, caro amigo, Sras. e Srs. Senadores, vamos ao relatório, Sr. Presidente.

O Poder Executivo encaminhou ao Congresso Nacional, em 31/08/2022, o Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, Projeto de Lei nº 32, do Congresso Nacional – Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023 –, em seguida encaminhado à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização (CMO), consoante prevê o art. 166, §1º, da Constituição Federal. A CMO fixou o prazo de 01/10/2022 a 14/11/2022 para apresentação de emendas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023.

A Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, dispõe, em seus arts. 43 a 45, sobre as emendas das Comissões Permanentes a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual. As emendas de Comissão à despesa, em número de até quatro de apropriação e de até quatro de remanejamento, e ao texto do projeto, devem ser apresentadas juntamente com a ata da reunião que decidir por sua apresentação. Devem também possuir caráter institucional e representar interesse nacional, vedada a destinação a entidades privadas, salvo se contemplarem programação constante do projeto.

Nesse contexto, esta Comissão de Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal delibera sobre as indicações que resultarão nas emendas a serem apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023.

Sob a análise desta Comissão, encontram-se 123 sugestões de emendas apresentadas pelas Senadoras Eliziane Gama, Mara Gabrilli, Nilda Gondim, Simone Tebet e Soraya Thronicke e pelos Senadores Alessandro Vieira, Carlos Portinho, Fabiano Contarato, Fernando Bezerra Coelho, Humberto Costa, Jader Barbalho, Jaques Wagner, Jean Paul Prates, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Mecias de Jesus, Nelsinho Trad, Omar Aziz, Paulo Paim, Plínio Valério, Randolfe Rodrigues, Roberto Rocha, Rogério Carvalho, Vanderlan Cardoso e Veneziano Vital do Rêgo.

As indicações contemplam programações orçamentárias variadas e estão relacionadas em quadro anexo a este parecer, com número atribuído a cada proposta de emenda pela Secretaria desta Comissão.

É o relatório.

Análise.

Foram apresentadas no âmbito desta Comissão cinco indicações de emendas ao texto e três de emendas de remanejamento, todas relacionadas à implementação plena da Gratificação de Desempenho dos servidores do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senado Federal. O número de indicações de emendas de apropriação extrapola o limite de quatro emendas desse tipo reservadas à CCJ. Assim, a observância do limite máximo exigiu análise minuciosa, com fundamentos colhidos na legislação de Direito Financeiro, especialmente na citada Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional.

Consideramos que todas as indicações exibem inegável mérito. Contudo, dada a restrição quantitativa, selecionamos, como critério primordial, programações orçamentárias com bom número de indicações pelos Parlamentares, alinhadas às prioridades das políticas públicas a cargo dos órgãos afins às competências desta Comissão.

Levando em consideração a preocupação demonstrada pelos nobres pares com a segurança pública e o combate à criminalidade, temáticas que englobam as ações mais sugeridas nas indicações, propomos emendas que destinem recursos às seguintes ações: "21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade [...]", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que foi objeto de indicações de 15 Parlamentares, na forma da sugestão nº 11, com valor de R$100 milhões; "20I7 – Promoção da Política Nacional de Justiça [...]", no âmbito do Ministério da Justiça e Segurança Pública, que foi objeto de indicações de 3 Parlamentares, na forma da sugestão nº 94, com valor de R$100 milhões; "20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas [...]", no âmbito do Fundo Nacional Antidrogas, sugerida por 13 Parlamentares, na forma da sugestão nº 36, com valor de R$100 milhões; "2334 – Proteção e Defesa do Consumidor [...]", sugerida por 6 Parlamentares, na forma da sugestão nº 118, com valor de R$100 milhões.

Importa consignar, Sr. Presidente, que as indicações acolhidas atendem aos requisitos regimentais. As propostas de emenda de remanejamento, relativas a despesas com pessoal do Senado Federal, não puderam ser aceitas por conflitarem com o disposto no art. 45 da Resolução nº 1, de 2006, do Congresso Nacional, ao indicarem acréscimos e cancelamentos em dotações de grupo de natureza de despesa distintos. Sendo assim, as propostas de emendas ao texto, complementares ao pleito, foram consideradas prejudicadas.

Voto.

Diante do exposto, votamos pela apresentação ao Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2023, por esta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, das seguintes emendas, conforme o quadro:

1. Sugestão nº 11, Unidade Orçamentária 30101, 21BM – Desenvolvimento de Políticas de Segurança Pública, R$100 milhões, sugestões 3, 9, 11, 12, 18, 25, 51, 64, 68, 77, 81, 84, 96, 106 e 117, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade – Nacional;

2. Sugestão nº 94, Unidade Orçamentária 30101, R$100 milhões, sugestões 94,110 e 41;

3. Sugestão nº 36, Unidade Orçamentária 30912, 20IE – Articulação de Política Pública sobre Drogas, R$100 milhões, sugestões 4, 8, 26, 36, 52, 66, 67, 72, 74, 82, 95, 111 e 116;

4. Sugestão nº 118, Unidade Orçamentária 30101, Ação 2334 – Proteção e Defesa do Consumidor, R$100 milhões, sugestões 40, 50, 58, 92, 103 e 118.

1. Número da emenda a ser apresentadas pela CCJ à CMO;

2. Número da sugestão de emenda a ser utilizada como referência pela Secretaria da CCJ para enviar as emendas à CMO pelo Lexor;

3. Números das sugestões de emendas apresentadas tendo a ação por objeto.

Ressalte-se que as emendas da Comissão devem ser acompanhadas da ata desta reunião, na qual se especificam as decisões tomadas. Sugerimos ainda que a Secretaria da Comissão adote as providências que se fizerem necessárias à formalização e à apresentação das emendas junto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, inclusive eventuais ajustes técnicos ao atendimento das normas aplicáveis ao Projeto de Lei Orçamentária Anual 2023.

Sr. Presidente, é o relatório, parecer e voto.

Sala das sessões, em 9 de novembro de 2022.

Presidente, Senador Davi Alcolumbre.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Assessor especial do Senador Mecias.

Muito obrigado, Senador.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Especial. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – É em estágio probatório.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Estágio probatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, já passei disso. (*Risos.*)

Ele já assinou minha carteira de trabalho.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Mas o Mecias é muito mais exigente do que tu imaginas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O prazo passou no período eleitoral, então já prescreveu, já está tudo tranquilo.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Prescrito. Já está ambientado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É.

Colocamos em votação as emendas apresentadas pelo Senador Mecias.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, estou aqui para prestigiar V. Exa. e especialmente o Relator – quero dizer com toda franqueza –, mas estou aqui também para fazer um pedido: o meu partido me pediu para nós resgatarmos a CRE, que está acéfala.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Não era hoje a reunião?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É agora, daqui a pouco, por isso eu vim aqui para convidá-lo também para participar lá para dar quórum.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou para lá. É a eleição da Presidência.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Temos que escolher o Presidente. Como não apareceu mais ninguém, vai ser o Esperidião... Mas também o cargo está disponível para uma composição...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ou construção política de 30 dias.

Senador Amin, eu quero dizer para V. Exa. que é muito importante V. Exa. assumir essa missão, até por conta...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Senão não vamos aprovar as emendas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E temos que aprovar as emendas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Relator também não está; está em missão no exterior. Eu queria convidar a todos para irem para lá...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós vamos fazer uma peregrinação para a CRE...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... incluindo o Vanderlan.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... para prestigiar o Presidente Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E, segundo, nesse ínterim, eu vou lhe relatar que, muito antes de os seus ancestrais chegarem ao Amazonas, eu tenho provas aqui de que a sua turma do lado de lá do Rio Jordão já frequentou a Amazônia na construção do Templo de Salomão. Vou mostrar aqui.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. *Fora do microfone*.) – Que Templo de Salomão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Templo de Salomão lá do Irã, não do Irã de Roraima. (*Risos.*)

Sim, e Maranhão, por exemplo, teria como origem "mar do Irã", e os nomes dos rios, ou seja, o senhor vai ser agraciado com algumas informações que vão confortar os primeiros Alcolumbres.

Mas eu estou aqui para testemunhar a qualidade do trabalho do nosso Relator e evidentemente votar a favor, pedindo desculpa pela interrupção.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E nós vamos para a CRE, vamos fazer a caminhada da vitória.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Vitória definitiva. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente. Mas é uma grande vitória.

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A matéria segue para a Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata desta reunião.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Declaro encerrada, nada mais havendo a tratar, esta reunião.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente! Calma, Sr. Presidente. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Vanderlan, já encerramos aí...

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente, só porque o Amin deu essa missão para o senhor, rapidamente, eu quero, primeiro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pela ordem, tem a palavra V. Exa.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) – A causa é justa, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, quero parabenizar V. Exa. pela sua reeleição, uma vitória bonita ali no nosso Amapá.

Em segundo, quero agradecer ao Relator, Senador Mecias de Jesus. Das 123 sugestões de emendas dos colegas Senadores e Senadoras, eu tive quatro acatadas pelo Relator... Duas delas, aliás, foram acatadas: Desenvolvimento de Política de Segurança Pública, Prevenção e Enfrentamento à Criminalidade, em âmbito nacional, e, a segunda, Articulação de Política Pública sobre Drogas, também em âmbito nacional.

Senador Mecias, foram R$200 milhões que V. Exa. acatou. Agradeço, em nome do nosso Estado de Goiás e do nosso Brasil.

Só isso, Sr. Presidente.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Como Relator.) – Parabéns, Senador Vanderlan, e parabéns a toda esta Comissão. Agradeço mais uma vez ao Presidente Davi Alcolumbre por ter me confiado a missão de relatar as emendas, tão importantes para o nosso país, nesta Comissão tão importante para o Brasil e para o Senado Federal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Vanderlan. Não esqueçamos que nós estamos convocados pelo Presidente Esperidião Amin para votarmos na CRE.

Muito obrigado a todos os servidores.

Está encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 38 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 14ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 22 DE NOVEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e quarenta e seis minutos do dia vinte e dois de novembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Renan Calheiros, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Daniella Ribeiro, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Alvaro Dias, Alexandre Silveira, Lucas Barreto, Omar Aziz, Mecias de Jesus, Vanderlan Cardoso, Nelsinho Trad, Marcos Rogério, Maria do Carmo Alves, Carlos Portinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Weverton, Fabiano Contarato, Julio Ventura, Guaracy Silveira, Jaques Wagner, Izalci Lucas e Flávio Bolsonaro. Deixam de comparecer os Senadores Jader Barbalho, Jorginho Mello e Eliziane Gama. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Indicação de Autoridades**. **ITEM 1 - Mensagem (SF) n° 73, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o nome do o Senhor MESSOD AZULAY NETO, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Napoleão Nunes Maia Filho." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do Senhor MESSOD AZULAY NETO para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, com 27 votos favoráveis. **ITEM 2 - Mensagem (SF) n° 74, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO DOMINGUES, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Nefi Cordeiro." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Nelsinho Trad. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do Senhor PAULO SÉRGIO DOMINGUES para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, com 26 votos favoráveis e 1 voto contrário. **ITEM 3 - Mensagem (SF) n° 72, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 111-A, inciso II, da Constituição, a indicação da Senhora LIANA CHAIB, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, com sede na cidade de Teresina, Estado do Piauí, para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Renato de Lacerda Paiva." **Autoria:** Presidência da República. **Relatoria:** Senador Marcelo Castro. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha da Senhora LIANA CHAIB para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, por unanimidade, com 27 votos favoráveis. **ITEM 4 - Ofício "S" n° 13, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A , inciso V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ENGELS AUGUSTO

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

MUNIZ, para ser reconduzido ao cargo do Conselho Nacional do Ministério Público - CNMP, na vaga reservada ao Senado Federal." **Autoria:** Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos Nelsinho Trad (PSD/MS), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do UNIÃO Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Líder do REPUBLICANOS Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Líder do PODEMOS Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR), Líder do Governo Carlos Portinho (PL/RJ), Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do Senhor ENGELS AUGUSTO MUNIZ para ser reconduzido ao Conselho Nacional do Ministério Público, com 25 votos favoráveis, 1 voto contrário e 1 abstenção. **ITEM 5 - Ofício "S" n° 14, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º, § 1º, da Resolução do Senado Federal n° 7, de 2005, o nome do Senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, para ser reconduzido ao cargo do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, na vaga destinada ao Senado Federal." **Autoria:** Presidente do Senado Federal: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG), Líder do Governo Carlos Portinho (PL/RJ), Líder do Oposição Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Líder da Maioria no Senado Federal Renan Calheiros (MDB/AL), Líder da Minoria no Senado Federal Jean Paul Prates (PT/RN), Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática Zenaide Maia (PROS/RN), Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos Nelsinho Trad (PSD/MS), Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda Wellington Fagundes (PL/MT), Líder do Bancada Feminina no Senado Federal Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Líder do UNIÃO Davi Alcolumbre (UNIÃO/AP), Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PODEMOS Oriovisto Guimarães (PODEMOS/PR). **Relatoria:** Senador Eduardo Braga. **Relatório:** Pronto para deliberação. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à escolha do Senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO para ser reconduzido ao Conselho Nacional de Justiça, com 26 votos favoráveis e 1 abstenção. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e cinquenta e cinco minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/11/22

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Nós temos um quórum de 12 Senadores e, portanto, a gente pode iniciar os trabalhos desta Comissão.

Gostaria de declarar que há número regimental. Portanto, fica aberta a 14ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Informo também – quero agradecer a presença do Senador Esperidião Amin – que a presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. Senadoras e dos Srs. Senadores pelo sistema de videoconferência.

Eu gostaria de solicitar à Secretaria da Mesa que acomodasse as nossas autoridades dos tribunais superiores que estão aqui. Temos a presença de vários conselheiros, vários ministros que vieram prestigiar a nossa Comissão, o Senado da República, e eu queria pedir que os nossos colaboradores da Comissão pudessem acomodar, da melhor maneira possível, os nossos visitantes. Muito obrigado pela presença.

Daqui a pouco, logo mais, farei questão, Presidente Humberto, Presidente Maria Thereza, de nominá-los.

Contudo, informo ao Senado Federal que a votação obrigatoriamente é presencial, por meio de duas urnas de votação secreta, na Ala Senador Alexandre Costa, sendo uma no corredor e outra aqui dentro da sala.

Os relatórios das indicações constantes na pauta foram apresentados à Comissão e divulgados pelo Portal do Senado Federal. Desse modo, ficou concedida vista coletiva automática, nos termos do art. 386, inciso II, do Regimento Interno do Senado Federal, combinado também com o art. 3º do Ato da Comissão Diretora nº 9, de 2020.

A presente reunião, única e exclusivamente, destina-se à deliberação dos itens de 1 a 5 previamente estabelecidos.

Minha Deputada querida, tudo bom, Soraya? Seja bem-vinda!

Na presente reunião, procederemos à arguição, Senador Rogério Carvalho, meu Líder, dos indicados e à votação dos relatórios apresentados referentes à segunda etapa do processo de apreciação de escolha de autoridades no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça.

Eu gostaria...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Líder Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, como V. Exa., de forma dinâmica, já em outras ocasiões, abriu a votação para que aqueles que se sintam confortáveis, já cientes da aprovação ou não do sabatinado, eu pediria a V. Exa., até porque nós temos várias Comissões com vários relatórios a serem proferidos... Na Comissão de Relações Exteriores mesmo, com a Presidência do Senador Amin, nós temos cinco. Eu pediria que V. Exa. abrisse o painel de votação, para que aquele que se sentir já confortável possa exercer o seu direito de voto – era isso –, como V. Exa. fez em outras ocasiões.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder Nelsinho, nós daremos o encaminhamento que seja o melhor possível para esta reunião da Comissão, que é muito importante.

Nós sabemos que, nessa semana de esforço concentrado, a pauta, de fato, é extensa. Todos nós temos diversas obrigações nesse período de esforço concentrado e, naturalmente, nós vamos continuar seguindo, com o apoio do Plenário, a manifestação de V. Exa., porque eu vejo, percebo que há o sentimento coletivo de que a gente possa fazer, iniciar a votação para aqueles que se acharem convencidos para exercer o direito do voto, assim que nós iniciarmos a sabatina das autoridades.

Eu gostaria de convidar...

Sr. Ministro, tudo bem? Seja bem-vindo!

Eu gostaria de convidar o Relator da indicada para o Tribunal Superior do Trabalho, Senador Marcelo Castro, para que pudesse ir à sala da Presidência acompanhar a nossa indicada para a sabatina e acompanhá-la até a mesa. E, da mesma maneira, gostaria de convidar o Relator Senador Nelsinho Trad, para que pudesse acompanhar o indicado para o STJ, e gostaria de solicitar também a possibilidade de o Senador Líder Marcos Rogério ir até o gabinete da Presidência para acompanhar os indicados para a sabatina de hoje.

Gostaria de... (*Pausa.*)

Vou aproveitar esta oportunidade, enquanto os nossos sabatinados estarão a caminho da mesa, para agradecer a presença de S. Exa., o Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal, que se encontra presente prestigiando esta Comissão, prestigiando o Senado da República: seja muito bem-vindo, Ministro Nunes Marques, ao plenário da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria agradecer também, na oportunidade, à Sra. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura: seja bem-vinda a esta Comissão!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, gostaria de registrar a presença do Ministro Marco Aurélio Buzzi, campeão de produtividade do STJ.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Feito o registro.

Queria agradecer também a presença do nosso Presidente Humberto Martins, que está presente também prestigiando esta Comissão; agradecer a presença de S. Exa., Sr. Ministro Luiz Felipe Salomão, Ministro do Superior Tribunal de Justiça – muito obrigado, Ministro Salomão pela sua presença; agradecer a presença do Ministro Sérgio Kikuna – muito obrigado, Ministro, pela sua presença; agradecer a presença da Ministra Regina Costa; da mesma maneira, agradecer a presença do Ministro Marco Buzzi, registrado pelo Senador Esperidião Amin; agradecer a presença de S. Exa., o Sr. Ministro Antonio Carlos Ferreira – muito obrigado, Ministro, pela sua presença; e agradecer também a presença do Ministro Herman Benjamin, que está aqui; e também agradecer...

Em seguida, vamos fazer o registro de outras autoridades que estão nos prestigiando na Comissão.

Quero agradecer a presença do meu Líder, Senador Omar Aziz – muito obrigado pela presença; agradecer...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós estamos com uma questão de ordem do Senador Omar Aziz aqui. Só um minuto. (*Pausa.*)

Eu gostaria de solicitar aos nossos convidados, também aos nossos assessores e à imprensa aqui presente, que a gente pudesse organizar, porque a gente tem que seguir os encaminhamentos do ato em relação à questão da covid. Então, eu queria pedir que os assessores dos Senadores pudessem acompanhar em outra sala, para gente melhorar o ambiente aqui, por conta também do elevamento do índice da pandemia.

Eu gostaria de pedir para os Senadores, Senadora Daniella, Senador Plínio, Senadores que chegaram agora, Senador Lasier, Senadora Eliane, Senador Lucas, os Senadores todos... Nós temos um pedido do Senador Líder Nelsinho para que a gente possa abrir a votação. Eu quero fazer isso, mas eu queria que V. Exas. aguardassem aqui para a gente iniciar a arguição.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tudo bem. Tudo bem, então. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desta maneira, eu gostaria de iniciar agradecendo a todos os Senadores e Senadoras pela compreensão.

Quero fazer um registro também, em nome do Presidente do Senado, o Senador Rodrigo Pacheco: registrar também o desejo do nosso Presidente de organizar, nesse período de esforço concentrado, a arguição e a sabatina de todas as autoridades que estavam pendentes aqui, tanto na Comissão de Constituição e Justiça, como na Comissão de Relações Exteriores e nas outras Comissões, porque são autoridades que estavam aguardando também esse processo eleitoral que, de fato, foi um dificultador para que nós pudéssemos fazer este encontro de sabatina, já que boa parte do Senado Federal também estava nos seus estados na disputa das eleições de 2022.

Eu, de maneira muito rápida, queria agradecer o apoio de todos os Senadores e Senadoras para prestigiar esta semana do esforço concentrado, com um quórum qualificado, estando todos em Brasília para que a gente pudesse, ainda este ano, deliberar – Senador Jorge Kajuru, coordenador geral da frente de resistência! –... (*Risos.*)

... para que a gente pudesse estar aqui para cumprir as nossas obrigações.

Quero agradecer a presença do Sr. Messod Azulay Neto, agradecer a presença do Sr. Paulo Sérgio Domingues, agradecer a presença da Sra. Liana Chaib, agradecer a presença do Sr. Luiz Fernando Bandeira de Mello e também agradecer a presença do Sr. Engels Augusto Muniz. Sejam todos muito bem-vindos!

Hoje nós estamos aproveitando, Senador Amin, a semana do esforço concentrado para a gente limpar a pauta de autoridades, como V. Exa. vai fazer na Comissão de Relações Exteriores.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

E quero dizer da nossa disposição de conduzir esse processo da melhor maneira possível, dentro de um prazo estabelecido pelo Presidente Rodrigo Pacheco, e que esta Comissão, na liturgia da relação institucional, cumpriu a sua obrigação.

Então, isso é importante registrar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sr. Presidente, o senhor me permite, pela ordem...?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... porque nós cumprimos a obrigação da Comissão no prazo determinado de esforço concentrado, porque

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

não havia condição de fazermos essa sabatina de autoridades nem no período da eleição, nem entre o primeiro e o segundo turno.

Então, para esclarecer tecnicamente o motivo de estarmos aqui hoje fazendo, no dia 22 de novembro, a sabatina das autoridades, foi um compromisso firmado pelo nosso Presidente Rodrigo Otavio Soares Pacheco com este Presidente de que nós faríamos a semana do esforço concentrado e faríamos a deliberação de todas as autoridades pendentes de sabatina.

Então, fazendo esse registro, eu vou conceder...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Só para registrar, pela ordem, que eu vou me retirar, porque nós vamos começar a sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com o mesmo objetivo, tendo lá uma pauta um pouco mais extensa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou abrir aqui. Só um minuto

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou iniciar pelas considerações iniciais de S. Exa. o Sr. Messod Azulay Neto e determino, apoiado pelo Plenário da Comissão, que a Secretaria da Mesa abra o início das votações para aqueles Senadores que se achem aptos a exercer o direito do voto.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Eu também vou acompanhar o Senador Esperidião, como Vice-Presidente. Também quero dar as boas-vindas e dizer que – as autoridades que vão ser sabatinadas agora estiveram no meu gabinete – foi uma honra muito grande conhecê-las como profissionais e como pessoas incríveis. E tenho certeza de que vai ser muito tranquila a sabatina aqui. Os senhores merecem estar onde estão e chegar aonde vocês pretendem chegar. Parabéns a todos!

O meu voto é "sim" para todos.

Muita admiração pelo trabalho de todos vocês.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É lá na urna. (*Risos.*)

Não está contando ainda. Está todo mundo com zero, do mesmo jeito.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente, não faça isso! Se você falar para ele que é urna, pode ser que ele questione a votação. Vá devagar, Presidente! Vá devagar, porque pode ser questionada essa urna. Aí vai demorar para você... Você está me entendendo? Vocês estão entendendo o que eu estou falando?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Calma!

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Então, vamos devagar.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Daniella.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de fazer um registro aqui, cumprimentando V. Exa. e todas as autoridades aqui que vão ser sabatinadas e votadas. Obviamente, já começou a votação, mas eu queria fazer um registro...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – ... em nome da Presidente da Associação dos Magistrados Brasileiros, a Dra. Renata Gil, do apoio a todos os nomes aqui que são indicados. Eu gostaria de fazer esse registro principalmente pela representatividade feminina, como mulher aqui, através de uma mulher que muito bem nos representa, que muito bem representa a magistratura do Brasil.

Obrigada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Daniella.

Então, está aberta a votação.

Eu vou conceder a palavra, pelo tempo que achar necessário, para o Sr. Messod Azulay Neto, para a sua exposição.

O SR. MESSOD AZULAY NETO (Para expor.) – Muito bom dia a todos! Exmo. Sr. Senador Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, Davi Alcolumbre, na pessoa de quem saúdo a Mesa

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Diretora; Exmo. Sr. Senador Lucas Barreto, Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, na pessoa de quem saúdo todas as Sras. Senadoras e Senadores aqui presentes; Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Kassio Nunes Marques; Exma. Sra. Ministra Maria Thereza de Assis Moura, Presidente do Superior Tribunal de Justiça, na pessoa de quem saúdo todos os Ministros do Superior Tribunal de Justiça, todas as Ministras também aqui presentes e a força da mulher brasileira; Exmo. Sr. Ministro Luis Felipe Salomão, Corregedor do Conselho Nacional de Justiça; minhas senhoras; meus senhores; demais autoridades, mais uma vez muito bom dia a todos.

É com muita emoção, humildade e imenso respeito que compareço a esta Casa parlamentar para me submeter à sabatina que autoriza a investidura no cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça. Faço isso, repito, dominado pela humildade e incontido nervosismo, natural em momentos de extremada emoção, pela realização de um sonho de difícil concretude e inusitado alcance.

Antes, agradeço a atenção das Exmas. Sras. e Srs. Senadores aqui presentes e felicito o Brasil por ter a serviço da vontade de seu povo tantos homens e mulheres de valor, com qualidades inigualáveis e dedicação sobranceira à causa pública, como os integrantes desta Casa Alta do Congresso Nacional.

Abro um parêntese aqui para dizer que eu e o meu colega Paulo Sérgio andamos pelo Congresso Nacional por mais ou menos três meses e fomos recebidos com lhaneza, elegância por todos os Senadores, alguns dos quais comparecemos sem aviso e todos nos receberam com muito respeito.

A satisfação de que sou tomado pelo cumprimento desta missão só é comparável à alegria que senti quando atuei pela primeira vez como advogado, quando despachei o primeiro processo da minha vida, e fiz também o uso da palavra em audiência e julgamento e experimentei a indescritível sensação de que havia escolhido a profissão mais inspiradora e que me daria muito prazer na vida, impregnando-a de sentido. Não me enganei.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MESSOD AZULAY NETO – Vivo hoje, parafraseando Nietzsche e seu conceito de eterno retorno, uma vida que gostaria de viver por toda eternidade. Mas, se pareço contraditório em razão de minha fé, que, como todos sabem, não concebe eternidade material, não há como negar que a imagem do filósofo dialoga perfeitamente com a ideia de satisfação metafísica que desejo expressar. Considero o direito, juntamente com a filosofia, uma das ciências mais importantes da esfera de conhecimento humano, sem o qual não haveria civilização e sim, barbárie, no sentido antropofágico do termo, pois o ser humano vai muito além do mundo natural; ele o transcende e o altera.

Nesse passo, V. Exas. devem estar se indagando como e por que cheguei até aqui. Diz o grande filósofo e ensaísta espanhol José Ortega y Gasset, em duas de suas citações mais notáveis: "Sem missão, não há o homem. E eu sou eu e minha circunstância; se não a salvo a ela, não me salvo a mim". Nada mais verdadeiro, pois também acredito que nenhuma trajetória de vida é resultado de circunstâncias

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alheias à vontade do caminhante, e o meu trajeto, como verão V. Exas., não é diferente do de todos que me antecederam até aqui.

Nasci na Tijuca, Zona Norte do Rio de Janeiro, há 59 anos, e aprendi com meus pais, descendentes de imigrantes de judeus marroquinos, sírios e portugueses, a enfrentar desafios com serenidade e paciência e, principalmente, que as conquistas duradouras são edificadas passo a passo, com muitas doses de bom senso, perseverança e determinação.

Destaco que os longos anos dedicados ao exercício da advocacia – primeiramente de forma autônoma e prestação de serviços diversificada, e depois com exclusividade para um grande conglomerado comercial com foco em prevenção, mediação e redução de conflitos de massa – concederam-me a experiência e o conhecimento necessários para operar com os mecanismos da ciência jurídica por diferentes ângulos e áreas de grande relevância nacional, desde as mais conflituosas e comuns até as de menor potencial litigioso e incidência popular. Aprendi na prática o que os estudos acadêmicos certificam: que o vetor de mudança de qualquer sociedade democrática, especialmente as desiguais como a nossa, advém do exercício da advocacia em geral, porque dela se espera a defesa corajosa e independente dos direitos fundamentais do cidadão e dos agentes econômicos.

(*Soa a campainha.*)

O SR. MESSOD AZULAY NETO – O Estado democrático de direito se alicerça no império da liberdade, da ordem e da justiça, e a advocacia é vital para a cidadania e essencial para a administração da Justiça, devendo o magistrado zelar pelo respeito às suas prerrogativas.

Já dizia o Ministro Ribeiro da Costa, do Supremo Tribunal Federal: "Onde for ausência a palavra do advogado não há justiça, não há lei, não há liberdade, não há honra, não há vida".

Em seguida, com a experiência adquirida e a maturidade profissional, veio o momento de aceitar o chamamento para a vida pública...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MESSOD AZULAY NETO – ... passo natural dos profissionais que, como eu, têm apreço à institucionalidade, ao aprimoramento e ao zelo do bem comum. Assim, em 2005, depois de um processo seletivo autorizado pelo quinto constitucional, experimentei a honra de integrar o corpo de desembargadores federais do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, onde fui empossado no dia 7 de julho de 2005 e me encontro até hoje no exercício honroso de sua presidência. Lá, por mais de 17 anos, exerci inúmeros cargos que enriqueceram minha trajetória profissional aumentando o meu conhecimento e visão acerca do direito, preparando-me com eficiência para o enfrentamento de novos passos, mas sempre firme na convicção de que cada processo hospeda uma vida e avesso a deslizes éticos e condutas não republicanas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Orgulho-me de, nos últimos dois anos, na condição de Presidente do TRF2, e apesar da pandemia e seus obstáculos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. MESSOD AZULAY NETO – ... ter conseguido realizar com sucesso uma série de projetos de instalação de ferramentas digitais que otimizaram enormemente a qualidade e a eficiência dos serviços da Corte, resultando em redução imediata de tempo, aumento de produtividade, ampliação de metas e ganhos de monetários sem precedentes. Sob nossa administração, foram introduzidas inovações pioneiras de acesso remoto ao sistema totalmente digital para oferecer serviços públicos mais céleres e acessíveis aos cidadãos, como Núcleos de Justiça 4.0, Centro de Conciliação 100% digital, balcão digital, serviço de atendimento por videoconferência, entre outras facilidades, que redundaram em conquistas meritórias junto ao Conselho Nacional de Justiça, o primeiro lugar no *ranking* da transparência do Poder Judiciário de 2022 e o selo de ouro de qualidade abrangendo a governança, a produtividade, transparência, dados e tecnologia.

Registro, por oportuno, a importante iniciativa desta Casa parlamentar na aprovação da Emenda Constitucional 125, de 2022, que tem o potencial de reduzir drasticamente o acervo de processos em todo o país. À guisa de exemplos: no TRF2, a média de tramitação de um processo, desde o seu início até a sua extinção, é de oito anos, sendo que metade desse tempo é consumido apenas em grau de recurso especial.

A opção pela magistratura, depois de tantos anos como advogado, atendeu a admiração que sempre tive pelo Poder Judiciário, que goza, na estrutura institucional em que se organiza o aparelho do Estado, significativo relevo político, jurídico e social. Conquanto, não há na história das sociedades políticas qualquer registro de um povo que, despojado de juízes e tribunais independentes, tenha conseguido preservar seus direitos e conservado sua liberdade.

Saibam, Sras. e Srs. Senadores, que, desde que ingressei no TRF2, empenho-me em atuar à luz dos ideais mais altaneiros e democráticos, sensível às reivindicações de todas e todos, com capacidade técnica, independência, respeito e dedicação à ciência jurídica, ciente de que a vida é, do início ao fim, um aprendizado, como adverte o extraordinário e imortal Paulo Freire. Se tivesse que me definir sobre o ponto de vista hermenêutico, sou o que a doutrina nomeia de juiz garantista, comprometido com o cumprimento da Constituição e a defesa intransigente dos direitos e garantias individuais e a proteção do cidadão de possíveis excessos do Estado, partidário dos estudos do renomado jurista italiano Luigi Ferrajoli, que se sustentam nos princípios da legalidade estrita ou reserva legal, da culpabilidade, da lesividade, da presunção da inocência, do contraditório, do devido processo legal e principalmente da dignidade da pessoa humana, corolário do Estado democrático de direito.

Acredito que a segurança jurídica, além de se constituir em princípios necessários para o ordenamento jurídico, é práxis fundamental para a democracia. Sem ela não há como construir ambiente propício para o desenvolvimento social e econômico das nações. É o princípio da segurança jurídica que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

confere aos agentes políticos e à sociedade em geral a estabilidade necessária para contrair obrigações. Sem uma previsibilidade mínima, não há como garantir o Estado de direito e muito menos o seu caráter democrático, consagrando-se, por outro lado, o autoritarismo e o abuso de poder. Com a segurança jurídica, é possível tomar decisões, orientar atos e negócios e realizar planos com base em expectativas que são vislumbradas em face de um cenário de estabilidade e de um mínimo de certeza, de modo que qualquer pessoa interessada possa acessar dados e, com base neles, tomar decisões.

Entendo que a realização da vontade constitucional a partir da irradiação de princípios e dogmas insertos na Carta Magna deve resultar em um equilíbrio político permanente entre os Poderes da República. Em uma democracia, é altamente recomendável que as decisões de caráter político sejam tomadas pelo próprio povo ou por seus representantes eleitos. Excessiva ênfase em judicialização pode levar ao distanciamento de outras arenas importantes para a concretização da Constituição e a aquisição de direitos e ao arrefecimento da mobilização cívica.

Acredito em um Judiciário independente, respeitado, democrático, intérprete imparcial das transformações sociais do nosso tempo, nos moldes da sabedoria milenar judaico-cristã estampada no livro dos Provérbios, que diz: "Não é bom ser parcial com o perverso para torcer o direito contra os justos", e, ainda, "fazer justiça e julgar com retidão é mais aceitável ao Senhor do que oferecer-lhe sacrifício". Faço esse paralelo por ser o judaísmo considerado histórico e cientificamente como religião do Livro, da Constituição.

Em linhas gerais, Excelências, esse é o meu perfil.

Aprendi muito, sem me olvidar de que a humanidade deve ser constante na vida de um magistrado. A humildade deve ser constante na vida de um magistrado.

Entendo que não há democracia sublime sem Poder Judiciário independente e diálogo institucional entre os Poderes da República.

Nas causas penais, o juiz deve ter consciência de que não está ali para vingar a vítima ou a sociedade. Por mais hediondo que seja o crime cometido, o juiz deve ter equilíbrio e serenidade suficiente para garantir ao acusado um processo penal justo, como lhe garante o art. 19 da Declaração dos Direitos do Homem e a nossa legislação penal, porque, por pior que seja o crime cometido, isso não retira do acusado sua condição humana. Além disso, o juiz deve ter a compreensão de que, por mais corriqueiro que seja o fato ou insignificante a causa, sob o ponto de vista econômico, está-se diante de uma vida. O constrangimento do processo penal ao cidadão não pode ser desconsiderado pelo juiz, como, aliás, já ensinava Carnelutti ao tratar das misérias do processo penal.

Com a previsão constitucional de que eu deva me submeter por esta Alta Casa do Congresso Nacional, Sras. e Srs. Senadores, caso V.Exas. vejam com bons olhos e aprovem o nosso nome, espero estar tirando o meu sonho do campo das possibilidades para colocá-lo no das realizações.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Antes de encerrar contudo, peço licença para agradecer e saudar a minha esposa, querida esposa Frima, companheira e amiga há mais de 35 anos, cujo apoio e amor permanentes são fundamentais em minha vida, enchendo-a de alegria e sentido. Também agradeço aos meus filhos, netos e noras, que me assistem neste momento remotamente e me cobrem de orgulho e satisfação por tudo que fazem e representam na minha vida. Agradeço à minha mãe e ao meu pai, que hoje tem 97 anos de idade, que também me assistem virtualmente – a minha imensa gratidão e respeito pelo amor e ensinamentos transmitidos que ainda me norteiam. E aos meus amigos que me ajudaram a chegar até aqui e me honram com as suas presenças o meu mais profundo agradecimento e estima. Agradeço, por fim, a proteção e a fé que sempre tive no Criador do universo, rogando para Ele que continue nos amparando.

Estou à disposição de V. Exas., Sras. e Srs. Senadores, sabedor de que este é o começo de uma longa caminhada que, espero, se concretize com o aval desta Casa. Comprometo-me, se for aprovado, a cumpri-la com hombridade, equilíbrio, firmeza, de acordo com as regras e os mais altos ideais republicados.

Finalizo com um trecho de prosa que tem sido atribuído a Fernando Pessoa, embora seja de autoria do Professor de Literatura Fernando Teixeira de Andrade, que representa bem a emoção deste momento na minha vida:

> Há um tempo em que é preciso abandonar as roupas usadas, que já têm a forma do nosso corpo, e esquecer os nossos caminhos, que nos levam sempre aos mesmos lugares. É tempo de travessia: e, se não ousarmos fazê-la, teremos ficado, para sempre, à margem de nós mesmos.

Muito obrigado pela atenção.

E me coloco à disposição de V. Exas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Dr. Messod Azulay Neto.

Vamos direto ao segundo ora sabatinado...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente, de quem chegou atrasado e é o Relator... Eu sei que os relatórios, todos por acordo, estão dispensados, e faremos comentários, então, ao final do segundo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente. Já vou fazer a inscrição de V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Soraya.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Concedo a palavra ao Sr. Paulo Sérgio Domingues, para fazer a sua exposição.

Solicito ao Senado, aos Senadores e servidores que a gente possa dar atenção para a exposição do ora sabatinado.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO SÉRGIO DOMINGUES (Para expor.) – Exmo. Sr. Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado da República, Senador Davi Alcolumbre; Exmos. Srs. Senadores, Sras. Senadoras que integram esta Comissão de Constituição e Justiça; Exmo. Sr. Ministro do Supremo Tribunal Federal Kassio Nunes Marques; Exma. Sra. Presidente do Superior Tribunal de Justiça, Ministra Maria Thereza de Assis Moura, na pessoa de quem agradeço e cumprimento a todos os Ministros do Tribunal da Cidadania aqui presentes e saúdo, na sua pessoa também, a todas as mulheres aqui presentes; Exma. Sra. Presidente do meu tribunal, Desembargadora Marisa Santos, do TRF da 3ª Região; Exma. Sra. Presidente da AMB, Juíza Renata Gil; Sr. Presidente da Ajufe, a minha querida Ajufe, Juiz Nelson Alves; Presidente da nossa Ajufesp, a Juíza Marcelle Ragazoni; senhores advogados, a quem saúdo também na pessoa do Dr. Felipe Sarmento, aqui presente; senhores juízes e desembargadores; Srs. Deputados, Senadores e Senadoras aqui presentes; senhores representantes da imprensa que aqui atuam nesta cobertura; o meu muito bom-dia a todos e a todas.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO SÉRGIO DOMINGUES – Gostaria de iniciar esta breve apresentação manifestando a minha enorme alegria e a grande honra que para mim significa retornar a esta Casa e a esta Comissão, Sr. Presidente.

Eu estive perante a Comissão de Constituição e Justiça do Senado por algumas vezes, a primeira delas há quase 20 anos, quando eu presidia a Associação dos Juízes Federais do Brasil. Naquele dia, eu vim debater as propostas que tinha a magistratura a oferecer para a reforma do Judiciário, o que depois foi promulgado como a Emenda Constitucional 45. Em outras oportunidades, também estive aqui para tratar de temas como processo judicial eletrônico, segurança pública, criação de varas, políticas de conciliação e de mediação, segurança dos juízes, por exemplo.

Eu gostaria de reiterar que sempre – sempre! – fui recebido nesta Casa com muita gentileza, boa vontade, respeito e fidalguia. As nossas ideias sempre foram ouvidas e consideradas. E pude, então, aqui presenciar, ao vivo, a relevância do trabalho desenvolvido nesta Casa em prol das instituições democráticas do nosso país e do aprimoramento e desenvolvimento da nação. Então, as minhas primeiras palavras são de sincera gratidão. Eu agradeço imensamente a forma com que fui recebido outrora e a forma com que tenho sido recebido, com o meu colega Azulay, em nossa caminhada por este Senado Federal ao longo dos últimos meses e com que temos sido recebidos hoje aqui, nesta Comissão. Essas são imagens que eu jamais esqueci e que jamais esquecerei.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Permitam-me apresentar aqui um breve perfil.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO SÉRGIO DOMINGUES – Eu sou graduado em Direito pela Universidade de São Paulo no ano de 1986, aos 20 anos de idade. Iniciei a carreira como advogado em escritório próprio em 1989 e, por concurso público, integrei os quadros da Procuradoria do Município de São Paulo. Também em 1989, iniciei o meu mestrado em Direito Processual Civil naquela Universidade de São Paulo. Pouco tempo depois, em 1991, obtive uma bolsa de estudos da Fundação Konrad Adenauer para realizar um mestrado na Universidade de Frankfurt, na Alemanha. Lá permaneci por dois anos, tendo concluído o mestrado em 1993.

Em 1994, comecei uma carreira docente na Faculdade de Direito de Sorocaba, em São Paulo, lecionando Teoria Geral do Processo e Direito Processual Civil, instituição essa em que leciono – a única instituição em que leciono – já há 28 anos. Naquele mesmo ano de 1994, fui aprovado no quarto concurso da magistratura federal da 3ª Região e iniciei a carreira em fevereiro de 1995, o mesmo momento em que iniciei outra carreira muito gratificante, a de pai da Gabriela, a minha maior realização. Atuei como juiz em Bauru, em Presidente Prudente, em Sorocaba e, a partir do ano 2000, em São Paulo, no fórum cível.

Sras. Senadoras e Srs. Senadores, eu sempre entendi que, além de cuidar dos meus processos e das vidas que estão por trás dos nossos processos, também sempre é muito importante cuidar da minha instituição, cuidar da instituição a que pertenço. Entendo que nós devemos sempre buscar novas formas de atender ao cidadão, fazendo justiça, com segurança jurídica, com previsibilidade e com rapidez. Nós devemos, sim, sempre ter um Judiciário forte, independente, eficiente e também democrático, que sempre dialoga com outras instituições.

Por isso, eu procurei sempre realizar outras tarefas dentro do Poder Judiciário para além dos processos sob minha guarda. Com isso, iniciei uma atuação na Associação dos Juízes Federais do Brasil (Ajufe). Em 2000, eu tive a alegria de ser eleito Vice-Presidente e, em 2002, a honra de ter sido eleito Presidente da Ajufe. Essa foi uma experiência intensa, que me permitiu participar, como já mencionei no início, da discussão de temas extremamente relevantes para a Justiça brasileira e para o país, como projetos de lei de criação de juizados especiais federais, informatização do processo judicial e combate à lavagem de dinheiro e ao crime organizado, bem como o acompanhamento de reformas da previdência e da reforma do Judiciário. Colaborei também com outros assuntos extremamente relevantes, como programas de combate ao trabalho escravo, de combate ao tráfico de pessoas e de proteção a vítimas e testemunhas ameaçadas.

Nessa época, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, passei a compreender a importância dessa necessária articulação e da manutenção de um diálogo franco, leal e republicano entre as instituições e os Poderes do país na construção de consensos e na formação de um país melhor. Isso é absolutamente necessário para que nossas instituições se fortaleçam e nosso país avance em benefício de todos os cidadãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na Justiça Federal, dentro dessa mesma perspectiva, eu também exerci várias funções administrativas, como a de Diretor do Foro da Seção Judiciária de São Paulo, administrando a Justiça Federal de todo o estado durante dois anos e podendo conhecer todas as dificuldades das 45 cidades do Estado de São Paulo em que a Justiça Federal estava instalada, além de ter tido várias convocações para auxílio na Presidência do tribunal, onde pude também conhecer melhor o Estado de Mato Grosso do Sul, do nosso Relator, Senador Nelsinho Trad. E finalmente tive a alegria de ser nomeado Desembargador, em 2014, no Tribunal Regional Federal da 3ª Região. De início, atuei em matéria estritamente previdenciária e, depois, no direito público em geral.

Dentro do tribunal, também procuro realizar atividades institucionais. Fui responsável pela Comissão de Informática por seis anos, cuidando da implantação do Processo Judicial Eletrônico, da digitalização de processos físicos, da segurança cibernética. Também coordenei o Gabinete da Conciliação por dois anos, viabilizando, por exemplo, a conciliação por meios eletrônicos durante o período da pandemia. Foi ali também um trabalho extremamente gratificante, porque conseguimos, durante um período em que as pessoas estavam isoladas, levar a Justiça a quem estava em casa e a quem clamava por ela. Fizemos ali, com o apoio da Presidência, todo tipo de conciliação, até mesmo por grupos de WhatsApp.

Também aqui, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, foi fundamental o diálogo interinstitucional. Sem a participação do Executivo e do Legislativo, sem a participação da advocacia pública e da advocacia privada, nós jamais poderíamos ter obtido bons resultados, como, por exemplo, os mais de 40 mil acordos que fizemos em processos que diziam respeito ao auxílio emergencial durante o período da pandemia.

Atualmente, atuo como Vice-Diretor da Escola da Magistratura e coordeno o comitê encarregado da Lei Geral de Proteção de Dados do TRF da 3ª Região.

Ao longo desses quase 28 anos de magistratura, tenho procurado manter uma atuação de forma ética, transparente, técnica e sempre conciliadora, na busca de diálogo. Procuro prestigiar ou privilegiar os processos antigos e complexos, mas sempre com a preocupação na atuação administrativa e institucional do tribunal e no aprimoramento constante da eficiência do Judiciário como um todo, tendo sempre em vista o cidadão que de nós depende, tendo em vista as vidas que estão por trás da capa de cada processo.

A isso, acrescenta-se essa pequena atividade docente paralela, em que aprendo muito com a visão das novas gerações, mas sem jamais permitir que essa atividade acadêmica interfira na atividade jurisdicional.

Esta Casa, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, tem atendido sempre aos reclamos da sociedade e dos tribunais para melhorar a Justiça como um todo. Exemplo disso é a recente aprovação da PEC da relevância para os processos submetidos ao STJ, o que em muito vai auxiliar na prestação jurisdicional do país. Outro exemplo é a comissão presidida pela Ministra Regina Helena, que atuou na elaboração de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

projetos de lei para a melhora da relação entre Estado e administrado, entre fisco e contribuinte, e também a comissão que tem atuado na análise da inteligência artificial, coordenada pelo Ministro Ricardo Cueva.

De minha parte, Sras. Senadoras, Srs. Senadores, afirmo que estarei sempre à disposição do meu tribunal e desta Casa para a manutenção desse diálogo franco, leal e republicano, na busca permanente de uma Justiça mais eficaz, mais acessível ao cidadão e na construção de um país melhor para todos os brasileiros. O juiz é o garantidor de direitos dos cidadãos, o juiz atua na preservação da estabilidade da República. E nós temos em mente, senhoras e senhores, que cada Poder sozinho pode muito, mas não pode tudo. Há limites na atuação de cada um dos Poderes, e nós estamos atentos a isso na nossa atividade cotidiana e no diálogo interinstitucional. Somente trabalhando juntos é que vamos poder caminhar em frente na construção de uma nação melhor.

Eu gostaria de encerrar aqui afirmando a V. Exas. que podem contar com meu esforço e dedicação nesse sentido hoje e sempre.

E fico à disposição de V. Exas. para responder quaisquer perguntas.

Agradeço muito a oportunidade de estar aqui perante esta Comissão e a atenção de V. Exas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Dr. Paulo.

Já quero chamar diretamente também a nossa querida Dra. Liana Chaib para que ela possa fazer a sua exposição no tempo que S. Exa. achar conveniente.

Fique à vontade.

A SRA. LIANA CHAIB (Para expor.) – Obrigada, Senador.

Bom dia a todos. Bom dia a todas.

De início, eu cumprimento todas as autoridades presentes nesta solenidade, dedicando especial saudação ao Presidente desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Senador Davi Alcolumbre, bem como aos dignos membros desta Comissão, em especial também o Vice-Presidente, Senador Lucas Barreto.

Permitam-me cumprimentar cada Senador e Senadora e dizer que, no exíguo tempo em que percorri esta Casa das Leis, registraram-se na memória do coração a lhaneza, a cordialidade e a gentileza com que me receberam. Fica aqui o meu carinho. Muito obrigada a todos e a todas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Cumprimento o Ministro do Supremo Tribunal Federal Kassio Nunes Marques. E permitam-me cumprimentar aqui, na pessoa do Exmo. Ministro, todos os Ministros da Suprema Corte, ou melhor, dos tribunais superiores – perdoem-me –, Ministros e Ministras.

Cumprimento aqui também a Ministra Delaíde Arantes, aqui representando o Presidente do meu Tribunal Superior do Trabalho, o Ministro Lelio Bentes, na pessoa de quem também cumprimento todos os magistrados da Justiça do Trabalho e todos os magistrados da Justiça estadual.

Minhas senhoras e meus senhores, permitam-me também, perdão, homenagear em destaque e com o coração minha mãe, Teresinha Ommati Chaib, e minhas filhas, Magda Chaib Moreira Pinto, Maíra Chaib Moreira Pinto e Marcela Chaib Ribeiro Gonçalves. Permitam-me, por fim, evocar em memória meu pai, Jorge Azar Chaib.

Alçar o ápice de minha carreira na magistratura faz-me ainda mais devedora da força divina, sem a qual eu não poderia ter pavimentado e trilhado toda essa trajetória ao longo de 32 anos de plena dedicação.

Neste momento, cumprindo o protocolo oficial para submissão do meu nome à vaga de Ministra do Superior Tribunal do Trabalho, indicada que fui pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, gostaria de relatar a V. Exas., de forma breve, um pouco de minha vida pessoal e profissional.

Para registro, tenho como lugar de berço, nascedouro, o meu querido Estado do Piauí.

(*Soa a campainha.*)

A SRA. LIANA CHAIB – Meu avô veio de Maaloula, uma cidade da Síria. Para fugir dos horrores da guerra, teve de abandonar a sua terra, chegando ao Brasil por mero sortilégio. Desde cedo, então, vi a luta dos imigrantes em se afirmarem em lugar distante e diverso de seu país natal. Esperança, muito esforço, trabalho sério e honrado sempre me foram transmitidos como deveres e obrigações, sendo essas as marcas dos meus ancestrais.

Sou filha da terra nordestina, filha do sol do Equador. Esse fato torna ainda mais preciosa a aspiração de integrar o digno corpo de membros do tribunal da justiça social. A chancela de V. Exas. à honrosa missão para a qual fui indicada, muito além de consagrar projeto pessoal de uma juíza, significará trazer meu estado natal a um posto de destaque com o qual já muitos foram agraciados dentre os entes federativos brasileiros e consistirá, sim, em verdadeiro resgate da importância daquela terra e da valorização de seu povo sofrido e trabalhador.

E digo resgate, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, pois, após 81 anos de existência do Tribunal Superior do Trabalho, o Piauí vislumbra pela primeira vez a oportunidade de ter uma magistrada a compor a mais alta corte trabalhista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Representando esse valioso ineditismo, encontra-se diante de V. Exas. uma mulher piauiense, nordestina, uma mulher brasileira, uma juíza cujas decisões sempre foram permeadas pela sensibilidade e pela visão femininas, uma magistrada que, ladeada pelas seis ilustres ministras e pelos demais respeitáveis ministros que compõem o Tribunal Superior do Trabalho, de tudo fará para manter em alta a qualidade e a quantidade das decisões daquela corte; uma mulher que acredita na Justiça não como um favor que se faz, mas como um dever que se cumpre.

Pois bem, contarei, então, resumidamente minha trajetória jurídica. Iniciei o curso de Direito na Universidade Federal de Minas Gerais, em 1980, certa de que, saindo do meu estado, passaria por dificuldades de muitos tipos, mas convicta de que as enfrentaria, uma a uma, e que cada uma delas forjaria o meu caráter e a minha personalidade. Vim a concluir o bacharelado em Direito pela Universidade Federal do Piauí, em 1984. Ingressei, em 1989, ainda na magistratura estadual do Piauí, como Juíza Substituta, passando a atuar em várias comarcas do interior, amealhando experiências que muito me engrandeceram como pessoa e como magistrada.

Em 15/05/1990, ingressei na magistratura trabalhista, como Juíza do Trabalho Substituta ainda pelo Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região. Afirmo a V. Exas. que foi indubitavelmente a melhor escolha. Na judicatura do trabalho, exerci a titularidade da 3ª Vara do Trabalho em Teresina. Após oito anos de dedicação àquele posto, fui nomeada, por merecimento, para o cargo de Desembargadora do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região. São, portanto, 32 anos de magistratura trabalhista. Exerci a Presidência do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região por duas vezes, nos biênios 2004-2006 e 2018-2020, além de ter atuado como Vice-Presidente e Corregedora do Tribunal Regional, bem ainda como Diretora da Escola Judicial por três meses.

Juntamente com essa atividade, passei a exercer também o magistério por entender que o aperfeiçoamento contínuo não podia me faltar. Lecionei na escola dos magistrados do Piauí e assumi o cargo de Professora da Universidade Estadual do Piauí, ofício que ainda exerço.

Estudei na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC), tendo por tutor o Prof. Celso Antônio Bandeira de Mello. Concluí mestrado em Direito Constitucional pela Universidade Federal do Ceará e doutorado em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. No exterior, estudei na Universidade de Salamanca, na Espanha.

Em 2008, publiquei o livro *O princípio da proporcionalidade no controle do ato administrativo*, pela LTR, e participei como coautora do livro *Direito Administrativo e equidade na atualidade: uma possibilidade*, além de publicar artigos em revistas e jornais, objetivando sempre contribuir com o engrandecimento da educação jurídica.

Sou membro da Academia de Mulheres de Carreira Jurídica, Seccional do Piauí, e membro da Academia Piauiense de Letras Jurídicas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Essa, Sras. e Srs. Senadores, é um pouco da minha vida e da minha história. Como magistrada, posso afirmar que minha trajetória de vida é um constante e linear caminho de busca da justiça social e inclusiva de trabalhadores, empresários, produtores, enfim, de todas as pessoas, individuais ou coletivas, interligadas na construção e evolução de um só mundo que todos compartilham.

Aprendi, com a maturidade e ao longo dos anos, a compreender e ser sensível às reais necessidades daqueles que buscam a tutela dos seus direitos, sejam trabalhadores, ou empregadores, de forma a equilibrar os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa garantidos na Constituição.

Trago comigo, no meu ofício, uma frase: Todos temos uma origem em comum: a qualidade de sermos homens, a mesma dignidade de sermos filhos de Deus.

Estou convicta dos desafios que enfrentarei, seja em relação ao elevadíssimo número de causas que deságuam no Tribunal Superior do Trabalho diariamente, seja em relação à complexidade das questões contidas nessas demandas, que espelham em total medida as multifacetadas necessidades provenientes da sociedade em constante transformação. No entanto, desde sempre, defendi que o magistrado tem a obrigação de ser um dedicado estudioso das normas, as quais estão sempre em movimento.

Por outro lado, há outro prato na balança de Thêmis, pois o saber sem o sentimento de justiça, sem a retidão, sem a tolerância, sem a humildade apenas adorna e cultiva a vaidade.

É com essa sensibilidade, Sras. Senadoras e Srs. Senadores, que submeto o meu nome à apreciação dos senhores integrantes desta Comissão, assumindo o compromisso de, uma vez honrada com a chancela de V. Exas., honrar a dignidade do cargo que almejo, cumprindo e fazendo cumprir a Constituição Federal e as demais normas que emanam deste Congresso Nacional.

Encerrando, coloco-me, neste momento, à disposição de V. Exas., agradecendo a todas e a todos que se irmanaram para que eu pudesse hoje estar aqui.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Dra. Liana Chaib.

Vamos passar agora para o Dr. Engels Augusto Muniz, indicado desta Casa para compor, em recondução, o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP).

Com a palavra para sua exposição pelo tempo que achar conveniente.

O SR. ENGELS AUGUSTO MUNIZ (Para expor.) – Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar inicialmente o Sr. Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Presidente Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu tive a honra de ser indicado por V. Exa. quando V. Exa. era Presidente do Senado Federal, e cumpri o meu primeiro biênio e hoje mais uma vez honrado por ser sabatinado para o segundo biênio diante da Presidência de V. Exa. aqui nesta Comissão. Muito obrigado, Presidente!

Quero aproveitar e cumprimentar também todos os Senadores e Senadoras que compõem a Comissão de Constituição e Justiça. Cumprimento o Senador Eduardo Braga, que foi Relator do meu processo de recondução. Cumprimento também a Presidente do STJ, a Ministra Maria Thereza de Assis Moura, e, na pessoa dela, eu cumprimento todos os ministros do Superior Tribunal de Justiça. Cumprimento a Ministra Delaíde Arantes, neste ato representando o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho. Cumprimento o Ministro Kassio Nunes Marques, Ministro do Supremo Tribunal Federal. Cumprimento o Ministro Luis Felipe Salomão, Corregedor Nacional de Justiça. Aproveito também para saudar o Dr. Felipe Sarmento, Conselheiro Federal, neste ato representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. Cumprimento a Dra. Renata Gil e, na pessoa dela, cumprimento todos os membros da carreira de juízes e juízas brasileiros. Cumprimento os membros do Ministério Público aqui presentes, senhoras e senhores, e servidores desta Casa.

Senador Fernando Coelho, a primeira vez que tive aqui a honra de ser submetido a essa sabatina, eu fiz um compromisso de representar a política no CNMP, porque, como o Presidente Davi falou, sou o representante do Senado Federal, e essa honra, Senador Marcos Rogério, eu tenho tido, e tenho entendido também a força e a responsabilidade de seguir lá representando o Senado Federal no CNMP. Durante todo esse período, eu mantive uma relação próxima de todos os Senadores, visitei todos quanto pude e quanto puderam me receber, em um período eleitoral, de covid; e, por vários outros problemas em que não puderam me receber, apresentei relatório de gestão de maneira periódica a todos os Senadores.

E, assim que cheguei àquela casa, Senador Lucas, eu observei que a sociedade e todas as instituições democráticas têm anseios legítimos com relação à atuação do CNMP, e procurei, Senador Davi, Presidente, cumprir o meu papel – cumprir o meu papel! –, trabalhando de maneira eficaz para que o Ministério Público zele pelos interesses do Ministério Público, mas, acima de tudo, para que faça cumprir a legislação, e para que todo promotor de Justiça tenha o seu limite da legalidade. E foi assim que eu atuei.

Considero, Presidente, que cumpri essa missão porque zelei, Senadora Soraya, pela integridade do Ministério Público, mas também não me furtei em ser crítico e até censor quando houve excessos que foram detectados. Então trabalhei de maneira incansável para representar o Senado Federal, e todas as regras foram cumpridas.

Vou fazer aqui rapidamente uma prestação de contas. Acredito que não preciso falar da minha carreira acadêmica e profissional porque estou submetido a esta Casa mais uma vez, agora para recondução. Então, todos os Senadores e Senadoras conhecem da minha trajetória, talvez tendo sido o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ministro de Estado mais novo do Brasil quando ocupei interinamente o Ministério dos Direitos Humanos, quando ocupava o cargo de Secretário-Executivo com o Ministro Gustavo do Vale Rocha.

Honrado em ocupar essa cadeira, a mim foram distribuídos, de minha relatoria, mais de 24 classes processuais. No meu gabinete, foram 119 feitos, dos quais 107 foram julgados e 11 já estão disponíveis em pauta para julgamento, uma resolutividade de 99,15% dos feitos que foram ao meu gabinete. As matérias mais recorrentes envolvem a fiscalização e o cumprimento dos deveres disciplinares de promotores e procuradores, controle de legalidade dos atos praticados por órgãos do Ministério Público, revisão e expedição de atos normativos, resoluções e recomendações e resolução de conflito de atribuição – todas essas matérias são julgadas pelo CNMP.

Compus aquele plenário em todas as sessões ordinárias e extraordinárias e, em fevereiro, fui eleito Ouvidor Nacional do Ministério Público, eleito à unanimidade por aquele conselho. A partir de então... Coloquei o meu nome, submeti o meu nome a ocupar o cargo de Ouvidor justamente por ocupar uma cadeira direcionada ao Senado Federal. E ali eu tive a oportunidade de estabelecer um canal direto entre a sociedade e o Ministério Público.

Firmamos parcerias com o TSE, trabalhamos de maneira incansável nas eleições de 2022, Ministro Kassio, estivemos juntos lá, assinando protocolos de entendimento. Firmamos protocolos de entendimento, Senador Marcelo Castro, com o Senado Federal, que tem a Ouvidoria conduzida pelo Senador Plínio Valério. A gente conseguiu fazer com que todas as reclamações ou denúncias que envolvessem crimes fossem efetivamente direcionadas para o Ministério Público, para que a gente pudesse operacionalizar todas as questões que deveriam ser... Visando a aperfeiçoar o serviço prestado por aquelas ouvidorias, implementei várias ações de focos, com destaque para a Ouvidoria das Mulheres. Pudemos implementar em vários estados ouvidorias das mulheres e trabalhamos incansavelmente nas eleições para combater a violência contra a mulher e contamos com o fortalecimento da Ouvidoria das Mulheres.

Nesse sentido, Sras. e Srs. Senadores, como disse, eu serei breve e estou à disposição para todas as perguntas que se façam necessárias aqui.

Eu agradeço imensamente a confiança que me foi depositada no primeiro biênio e submeto o meu nome à consideração de V. Exas. mais uma vez para poder ocupar aquela cadeira no Conselho Nacional do Ministério Público, órgão máximo de cúpula do Ministério Público brasileiro, sabedores V. Exas. de que continuarei cumprindo e honrando essa confiança que, eventualmente, V. Exas. depositam em mim.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Dr. Engels.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos agora conceder a palavra, também na vaga de indicação do Senado Federal, também num processo de recondução, ao Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello, para a sua exposição, pelo tempo que achar conveniente.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO (Para expor.) – Sr. Presidente desta CCJ, Senador Davi Alcolumbre, é uma grande satisfação voltar a sentar a uma mesa ao lado de V. Exa., passados esses dois anos de temporada no CNJ. Eu gostaria de cumprimentar V. Exa. e já aproveito para agradecer a sua assinatura no meu ofício de indicação.

Gostaria de cumprimentar todos os Senadores presente, o Senador Kajuru, Senador Marcos Rogério, Senador Heinze, Senador Fernando Bezerra Coelho, Senador Vanderlan, Senador Lucas Barreto, Senador Soraya Thronicke, Senadora Eliane Nogueira, Senador Marcelo Castro, Senador Elmano Férrer, Senador Tasso Jereissati e todos que já cumprimentamos aqui ao longo da manhã.

Não posso também de deixar de saudar o Ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal.

Há muitos amigos queridos aqui e Ministros do STJ também: nossa Presidente Maria Thereza Moura, ex-colega minha do CNJ, Ministro Humberto Martins, Ministra Regina Helena, Ministro Antonio Carlos Ferreira e o Ministro Salomão, que estava aqui até agora há pouco.

Vejo a Deputada Soraya Santos também.

Até corro o risco de deixar de cumprimentar alguém, mas não poderia deixar de saudar também vários amigos aqui presentes e o faço nas pessoas do representante da OAB, Felipe Sarmento, e do colega Marcelo Nóbrega, grande amigo do coração.

E cumprimento, por fim, os colegas do Senado Federal, Casa onde me forjei profissionalmente, onde aprendi a atuar. A todos vocês eu cumprimento na pessoa da minha esposa, Gabriela Gatti, a luz do meu caminhar.

Aproveito para cumprimentar o Senador Nelsinho Trad, que chegou.

É uma satisfação enorme passar novamente por uma sabatina. Esta já é, Senadores, a minha quarta sabatina aqui na CCJ, isso, na verdade, fruto da honra que V. Exas. me concedem, na oportunidade de atuar no Conselho Nacional do Ministério Público em outra temporada e agora no Conselho Nacional de Justiça.

Meu nome vem à sabatina por indicação do Presidente da Casa, Senador Rodrigo Pacheco, e dos Líderes do Governo e da Oposição; da Maioria e da Minoria; do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PSB, PROS e Rede); do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos; do Bloco Vanguarda (PL e PTB); dos Líderes do Partido Cidadania e da Bancada Feminina; do Líder do União Brasil, aqui já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

referido; do Líder do MDB, nosso Senador Eduardo Braga, meu Relator e que acabei de vislumbrar aqui na Comissão; e ainda do Líder do Podemos, Senador Oriovisto. A todos esses Senadores e aos demais que me honraram com o seu apoio deixo o meu muito obrigado.

Vou tentar aqui rapidamente prestar um pouco de contas do trabalho desenvolvido.

Acredito que foi distribuído a todos um breve relatório de atividades, no qual tentei resumir um pouco a atuação ao longo desses dois anos no CNJ.

Inicialmente, destaco o aspecto da produtividade da cadeira. Tivemos o maior número de decisões da série histórica da cadeira do Senado Federal no CNJ, com mais de 300 decisões de mérito. Isso, evidentemente, representa um aspecto do trabalho, mas não pode ser olhado isoladamente. Acho que mais importante que isso são as missões de representação que desenvolvemos.

Nesse aspecto, acho que talvez a missão mais importante que eu tenha recebi no CNJ, Presidente Davi, tenha sido a mediação do novo acordo para a Barragem do Fundão, lá em Mariana, em Minas Gerais. É uma tragédia ocorrida há sete anos no Estado de Minas e que impactou também severamente o Estado do Espírito Santo, até hoje sem solução na Justiça. Através de uma solicitação do juiz da causa ao Presidente do CNJ, eu fiquei responsável por mediar esse novo acordo, que tende a ser, tem potencial para ser o maior acordo ambiental do planeta. Ainda não está concluído. O processo eleitoral suspendeu um pouco essas negociações, mas posso dizer-lhes que o trabalho vem sendo feito com muito afinco. Foram mais de 58 reuniões. Eu fui pessoalmente em dez municípios da região atingida, ouvimos a comunidade e estamos trabalhando com afinco para construir um acordo que ampare aquela população impactada.

Além disso, assim como o meu querido amigo Conselheiro Engels, também sou Ouvidor do CNJ, Ouvidor Nacional de Justiça, e esse trabalho de ouvidoria – é importante ressaltar – é a porta de entrada do CNJ para as demandas da população, não só em relação ao próprio CNJ como em relação a todo o Judiciário nacional. Apenas do ano passado para este, tivemos o incremento de 23% nas demandas da ouvidoria. Neste ano de 2022, estamos caminhando para encerrar com mais de 37 mil contatos, reclamações, sugestões, elogios, críticas e pedidos de informação recebidos na ouvidoria.

Aliás, Senador Lucas Barreto, Senador Davi Alcolumbre, amanhã estarei indo para Macapá, para o encontro nacional de ouvidores de justiça. Na posição de Ouvidor Nacional de Justiça, terei muita satisfação em visitar a terra querida de V. Exas. Lamentavelmente, a agenda não nos permitirá que estejamos juntos nessa ocasião.

Além disso, e já tentando respeitar o tempo, nesse último biênio também fiquei responsável, dentro do CNJ, pela parte de tecnologia da informação e foi uma parte essencial nos trabalhos do CNJ, através da Comissão de TI. Ajudamos o Presidente Fux a desenvolver o Justiça 4.0, que foi a resposta do Poder Judiciário a todo esse período pandêmico. O Poder Judiciário passou a tramitar hoje... Hoje, 97,2% dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

processos judiciais iniciados no Brasil são já 100% eletrônicos; até 2009, eram apenas 11%. Esse crescimento tem muito a ver com o trabalho desenvolvido no CNJ, em parceria com o Conselho da Justiça Federal, um grande apoio, aliás, que o Ministro Humberto Martins deu à época da implementação do Justiça 4.0, via Conselho da Justiça Federal, e pelo Pnud também.

Acredito que esse trabalho realizado à frente da Comissão de TI tenha me legitimado a ocupar também o cargo de encarregado de proteção de dados pessoais, uma posição importante criada pela LGPD aqui no Congresso Nacional, em que temos a função de fazer o contato com o titular dos direitos dos dados pessoais, respeitando os seus direitos, os seus desígnios, bem como atendendo aos requerimentos que eventualmente sejam formulados ao CNJ por eventuais violações a seus dados.

Sr. Presidente, eu, como disse, fui forjado profissionalmente nesta Casa. Aqui me sinto realmente entre amigos. E acredito que, mais que isso, eu tento, no CNJ, como disse já na ocasião do meu discurso de posse 20 meses atrás, representar ali os interesses legítimos do Congresso Nacional, desta Casa, que evidentemente tem um assento no Conselho Nacional de Justiça, para que suas preocupações, para que sua visão sobre política judiciária possa ser levada a debate, possa ser considerada, e assim façamos um controle entre os Poderes harmônico e independente, como prevê a nossa Constituição.

Eu não vou ocupar-lhes mais. Vou parar por aqui, em respeito ao tempo e para proporcionar que os Senadores possam fazer suas perguntas, mas, desde logo, agradeço a todos imensamente pela atenção que me foi dispensada. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello, também pela sua exposição inicial.

Passaremos agora para a fase de arguição dos ora sabatinados.

Neste momento, serão abertas as inscrições.

Eu já tenho uma relação de alguns Senadores que está sobre a mesa e estou registrando agora o Senador Nelsinho.

Farão uso da palavra, por dez minutos, aqueles que acharem necessário.

Dos Senadores presentes no plenário, as inscrições serão feitas em lista específica que se encontra sobre a mesa, como disse ainda há pouco. Para os Senadores presentes remotamente, as inscrições serão feitas através do sistema remoto. As mãos serão baixadas e, neste momento, serão abertas as inscrições.

Gostaria de informar também que os oradores inscritos terão a palavra concedida de forma intercalada entre as duas listas, presencial e remota.

Eu gostaria de conceder a palavra ao Relator da Mensagem do Senado Federal nº 73, de 2022, S. Exa., o Senador Carlos Portinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Exmo. Sr. Presidente, Senador Davi Alcolumbre, e todos os sabatinados que compõem a mesa, é um dia em que podemos celebrar as indicações e podemos aqui ter a oportunidade – aqueles que ainda não tiveram um contato mais próximo – de poder arguir, de poder conversar e debater.

Eu já vinha acompanhando a trajetória da Dra. Liana Chaib. Sei que, certamente, agora é o momento mais adequado e merecido na sua carreira.

Do nosso querido Luiz Fernando Bandeira de Mello... Briguei com ele, foi o mais difícil de eu votar ali, porque quem convive com ele... Brincadeira, Bandeira! Você é uma pessoa que merece estar onde está pelo seu trabalho, pela sua competência, assim como o Engels, que está sendo reconduzido também pelo trabalho, pela competência.

E agora me refiro aos nossos dois indicados para o STJ. É uma posição muito importante, e eu falo como advogado, poder dar a V. Exas. a oportunidade de conduzir as decisões junto com o seu Colegiado do STJ, mas são duas pessoas que, pelos currículos, eu vejo que merecem. Estiveram aqui diuturnamente, fazendo o que é importante, que é a relação pessoal, o contato, apresentando os currículos, de gabinete em gabinete.

Sobre o meu relatado, o Desembargador Messod Azulay, quero primeiro fazer o registro da ajuda que tive do meu conterrâneo também, Senador Romário, para buscar essa articulação. O Senador Romário, de todos nós, é o que melhor nos representa na Copa do Mundo, tem também compromissos profissionais por isso e me pediu... Eu devo fazer o registro do quanto o Senador Romário foi importante também nessa construção.

O Senado é a Casa do diálogo, é a Casa das construções. Todos os que estão aqui indicados chegam muito bem referendados.

Faço um registro breve – vou dispensar o relatório – da atuação, por mais de 12 anos, começando no setor de telecomunicações... O Senador Arolde de Oliveira, a quem sucedo aqui, certamente estaria orgulhoso de sua indicação, porque foi Presidente da Telerj, Desembargador Azulay, que é onde S. Exa. iniciou. Depois esteve 14 anos no TRF, inclusive, coordenando os Juizados Especiais, foi Coordenador; foi membro do Conselho de Administração; integrou o TRE – onde eu também advoguei, mas não nesse período de 2017 a 2019, mas num anterior, e tenho certeza de que V. Exa. desempenhou um belo encargo, com muita capacidade.

Vice-Presidente do TRF da 2ª Região no biênio 2019/2021. Eu, hoje, não advogo mais; me licenciei, separei o público do privado exatamente para que eu possa ter a isenção e poder referendar e reconhecer aqueles que tiveram uma trajetória escrita e que devem se orgulhar nas carreiras dos nossos tribunais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Também o Desembargador Azulay tem uma série de livros publicados: *Mandado de Segurança Individual e Coletivo: A Lei nº 12.016/2009 comentada*; *O Novo Cenário das Telecomunicações no Direito Brasileiro*, porque participou de um momento importante da história, que foi justamente quando houve a privatização – então, um momento único para muitos –; *O Penhor Legal como Garantia do Crédito Locatício*; *Breves Comentários Sobre os Efeitos do Artigo 1.030 do CPC*; *Avanços do Sistema de Justiça: os 5 anos de vigência do Novo Código de Processo Civil*, matéria que trabalhei quando advogado, com muita dedicação também no âmbito processual, no contencioso dos tribunais.

Então, eu fico, na verdade, honrado, desembargador, por poder relatá-lo, poder referendar o seu nome. Tenho certeza de que, assim como todos os membros do STJ, merece todo o nosso respeito, toda a nossa admiração, porque de muitos deles eu li e aprendi nos livros, ainda jovem, no banco da faculdade. Poder estar aqui, compartilhando esses momentos com vocês e poder atestar o quanto o STJ nos honra, honra o povo brasileiro... O STJ é um lugar de pessoas honradas, que aplicam a lei e que têm dado o seu melhor. Faço referência aqui também – não é, Liana? – ao nosso Ministro Buzzi, porque eu também tenho acompanhado a sua capacidade de resolução. Eu acho que o que o povo brasileiro espera é um Poder Judiciário ágil, democrático e que respeite, acima de tudo, o devido processo legal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator da Mensagem do Senado Federal nº 72, de 2022, S. Exa, o Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Como Relator.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, hoje é um dia importante aqui, no nosso Senado, na nossa Comissão de Constituição e Justiça, quando estamos aprovando aqui dois ministros para o Superior Tribunal de Justiça, da mais alta qualificação, experiência e bons serviços prestados à Justiça brasileira. Estamos indicando aqui, para o CNJ e para o CNMP uma recondução de duas indicações daqui, do Senado, que são pessoas de uma história muito rica, que estão fazendo lá um bom trabalho, cumprindo bem o seu mister. E temos aqui a nossa indicada, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, a Dra. Liana Chaib, nossa conterrânea, de cuja indicação eu fui escolhido, designado para ser Relator da sua indicação.

Como houve um acordo para a gente não ler o parecer, eu vou apenas fazer uma menção aqui rápida, começando pelo fato de que a Dra. Liana Chaib é filha de um dos maiores juristas que já existiram no Estado do Piauí, o Dr. Jorge Azar Chaib. Ela não desonrou o nome do pai. Tem mais de 30 anos...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – Nem a raça libanesa.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – O Tasso aqui completou e disse: "Nem a raça libanesa".

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há mais de 30 anos, é Ministra do Tribunal do Trabalho. Já foi Vice-Presidente, Corregedora do TR. Foi Presidente no biênio 2004-2006. Foi Vice-Diretora da Escola Judicial. Foi Vice-Presidente e Corregedora também do TRT e, atualmente, é a Presidenta do Tribunal Regional do Trabalho no Piauí. Tem livros publicados, tem curso de mestrado e dourado na Universidade de Fortaleza. Então, é uma pessoa da mais alta qualificação, que, naturalmente, nos deixa muito honrados pelo fato de uma piauiense mulher ocupar um cargo dessa envergadura na Justiça do Brasil.

Então, quero fazer aqui essas observações e dizer do orgulho, da satisfação e da honra de ser o seu Relator neste processo, que, acredito, será hoje aprovado aqui por todos, para Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Quero agradecer as palavras do Senador Marcelo Castro, Relator da Dra. Liana Chaib.

Quero agradecer e registrar a presença do Presidente Renan Calheiros, que acaba de chegar à nossa Comissão.

Muito obrigado, Presidente Renan, pela presença.

Concedo a palavra ao Relator dos Ofícios nºs 13 e 14, Líder da Bancada do MDB, Senador Eduardo Braga.

ITEM 4

OFÍCIO "S" N° 13, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 130-A, inciso V, da Constituição Federal, a indicação do Senhor ENGELS AUGUSTO MUNIZ, para ser reconduzido ao cargo do Conselho Nacional do Ministério Público – CNMP, na vaga reservada ao Senado Federal.

Autoria: Líder do Bloco Parlamentar PSD/Republicanos Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: pronto para deliberação.

ITEM 5

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

OFÍCIO "S" N° 14, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 103-B, inciso XIII, da Constituição Federal, combinado com o art. 6º, §1º, da Resolução do Senado Federal n° 7, de 2005, o nome do Senhor LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO FILHO, para ser reconduzido ao cargo do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, na vaga destinada ao Senado Federal.

Autoria: Presidente do Senado Federal: Senador Rodrigo Pacheco (PSD/MG) e outros

Relatoria: Senador Eduardo Braga

Relatório: pronto para deliberação.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Como Relator.) – Presidente Davi Alcolumbre, primeiro, quero agradecer a V. Exa. pela oportunidade de poder relatar os nossos representantes no CNJ e no CNMP, o nosso Dr. Luiz Fernando Bandeira e o nosso Engels Augusto Muniz. E, como V. Exa., de acordo com o Plenário, abriu mão da leitura dos relatórios, queremos apenas aqui destacar os méritos tanto do Dr. Bandeira quanto do Dr. Engels na recondução aos respectivos cargos.

Quero cumprimentar a Dra. Liana Chaib.

Quero cumprimentar o Dr. Paulo Sérgio Domingues e o Dr. Messod Azulay Neto, os dois últimos indicados a ministros do STJ, e a Dra. Liana, também indicada para um dos cargos do CNJ.

Portanto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM) – Aliás – perdão! –, Tribunal Superior do Trabalho.

Quero, portanto, cumprimentar a todos.

Quero cumprimentar aqui também o Ministro Kassio Nunes Marques, do Supremo Tribunal Federal; a nossa Presidente do STJ, Ministra Maria Thereza; e o nosso Ministro Humberto Martins, todos aqui presentes, e, nas pessoas deles, cumprimentar a todos os magistrados, a todas as autoridades do Judiciário aqui presentes, nesta importante sessão.

Quero dizer do cumprimento desta sabatina no sentido de podermos assegurar o cumprimento da nossa Constituição da República, dando um papel fundamental ao Senado na escolha desses ministros, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

escolha dos representantes do Conselho Nacional de Justiça e do Ministério Público e dizer, mais uma vez, da alegria de poder relatar dois companheiros que têm representado corretamente o Senado tanto no Conselho Nacional de Justiça quanto no Conselho Nacional do Ministério Público.

Boa sorte a todos e muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder.

ITEM 2

MENSAGEM (SF) Nº 74, DE 2022

- Não terminativo -

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 104, parágrafo único, inciso I, da Constituição Federal, o nome do Senhor PAULO SÉRGIO DOMINGUES, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para exercer o cargo de Ministro do Superior Tribunal de Justiça, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Nefi Cordeiro.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pronto para deliberação.

Concedo a palavra ao Relator da Mensagem do Senado Federal nº 74, de 2022, Líder da Bancada do PSD, Senador Nelsinho Trad.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS. Como Relator.) – Presidente Davi Alcolumbre, primeiramente quero agradecer a V. Exa. e a todos os colegas por nós estarmos vencendo essa etapa do rito legislativo da aprovação das autoridades.

Peço a todos a compreensão, porque essa questão gerou muita ansiedade em todos, mas entendo que, antes tarde do que nunca, hoje conseguimos virar essa página. Nas pessoas do Ministro Kassio Nunes e da Ministra Maria Thereza, quero saudar a todas as autoridades do Judiciário que abrilhantam essa manhã de trabalho.

Eu vou direto a um questionamento para o Desembargador Paulo Sérgio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A grande questão do acesso à Justiça é o atendimento ao trinômio qualidade, celeridade e efetividade. Desse modo, os órgãos jurisdicionais devem, mantidas a qualidade e a eficiência, produzir sentenças em tempo hábil, prestigiando a tutela jurisdicional. Quais são os impactos do Código de Processo Civil de 2015 na mediação?

Essa é a questão que eu queria colocar, até para a gente poder ser célere nos "entretantos" que estão faltando, porque eu penso que está todo mundo ansioso para ver aquele placar e levar todos eles para o Plenário hoje à tarde.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Amanhã.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Vai ser hoje à tarde, Presidente Davi?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Amanhã.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Hoje?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Presidente Rodrigo Pacheco está aguardando nós concluirmos aqui para incluir na pauta ainda no dia de hoje.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MS) – Que bom, porque não é todo dia que a Argentina perde da Arábia Saudita, e hoje eles perderam. (*Risos.*)

Era isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Eu vou iniciar...

Já que nós concluímos os Relatores das matérias, eu vou iniciar a nossa lista de inscrição e vou fazer em blocos de três Senadores para a gente organizar os questionamentos e passar a palavra para os sabatinados.

Primeiro Senador inscrito: Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Para interpelar.) – Bem, Presidente Davi Alcolumbre, exímio Parlamentar que se transformou em um dos três melhores amigos que tenho nesta Casa, pois me levou ao seio de sua família, com sua amada e querida esposa, pessoa rara, de quem jamais vou esquecer o carinho e a educação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fico muito feliz aqui porque estou diante de amigos. Logo eu, Kajuru, que adoro ter inimigo... (*Risos.*) Mas aqui, não. Aqui não tenho nenhum, nem remotamente. Meu problema vai ser que, no ano que vem, há algumas figuras com quem vou ter que conviver. Terei que tomar Dramin, sem nenhuma dúvida.

Aqui entre os homens, Senadores, me permitam falar o nome de uma reserva moral deste país, do nosso JK, querido Tasso Jereissati, aqui presente, que amanhã vai apresentar a melhor emenda, em disparado a mais completa, para a solução da PEC da transição. E, entre as mulheres Senadoras, eu aqui dou um abraço especial na minha onça preferida, a Senadora Soraya Thronicke.

Bom, há cinco presentes aqui, cinco autoridades. E, Presidente Davi, eu tenho que confessar que eles são recordistas, os cinco aqui: é a primeira vez em que eu, Kajuru, voto "sim" para os cinco, porque eu também amo votar "não".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Isso merece uma salva de palmas! (*Palmas.*) (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Aqui vejo o querido Renan Calheiros – estou ansioso para a chegada do seu filho, até porque o seu filho é muito melhor do que você, correto?

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) – Sem nenhuma dúvida! Esse é o sonho de todo pai, não é? (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Bem, eu vou direto a uma única colocação. Os cinco representam duas qualidades indiscutíveis para mim, que são a probidade e o preparo. Perdão por dizer que o mais completo quadro – uso de novo a palavra –, em disparado, deste país é o de Luiz Fernando Bandeira de Mello, meu amigo querido.

Eu vou me dirigir à Dra. Liana Chaib, Juíza do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, com sede na cidade de Teresina, Piauí, indicada para exercer o cargo de Ministra do Tribunal Superior do Trabalho, na vaga decorrente da aposentadoria do Ministro Renato de Lacerda Paiva.

Questões, objetivamente.

O Tribunal Superior do Trabalho está para decidir se existe vínculo empregatício dos trabalhadores de aplicativos com as empresas para as quais prestam serviço, pois esse é um tema complexo, polêmico, que gera opiniões controversas. Eu gostaria, respeitosamente, de saber sua opinião nessa questão específica e em outra mais ampla, Liana: será que esse descompasso pode ser evitado? Hoje é possível termos uma legislação trabalhista capaz de acompanhar o ritmo das transformações impostas pelas mudanças tecnológicas, que criam novos desafios para as relações de trabalho? – ponto de interrogação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A inclusão das pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um dos desafios do direito do trabalho. Em que pese a Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, prever cota para contratação de pessoas com deficiência, ainda há um vazio assistencial muito grande por parte do Estado brasileiro nesse campo. Com base nisso, pergunta-se: que medidas podem ser adotadas em sede legislativa para estimular a contratação de pessoas com deficiência pelas empresas?

E finalizo: a prevalência do negociado sobre o legislado é um dos pontos mais controversos da reforma trabalhista. Após mais de cinco anos de vigência da Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, como a senhora, Dra. Liana, avalia os impactos da referida prevalência no mercado do trabalho brasileiro?

Objetivamente era só isso.

Muito obrigado.

E fico ansioso para ouvi-la.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Kajuru.

O próximo Senador inscrito é o Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, aos sabatinados, a minha saudação; aos indicados ao STJ, ao TST e também aos conselhos, a minha saudação muito sincera.

Eu faria alguns questionamentos, mas eu vou me dar o direito de não fazê-los para fazer algumas ponderações apenas, conhecendo cada um dos indicados e sobretudo aquilo que pensam e aquilo que fizeram ao longo de suas trajetórias.

Eu sei que o Ministro Azulay tem posições firmes, inclusive com críticas ao próprio sistema que aponta como falho e rico de imprecisões.

O Dr. Paulo Sérgio Domingues também, em sua trajetória, além de demonstrar preparo ao exercer funções relevantes, defendeu inovações importantes. Ele não vê como bom caminho um Judiciário cobrador no campo da execução – e eu acho que esse é um avanço que nós precisamos construir dentro do Parlamento, nós já temos uma proposta aqui no campo da execução, mas não da tributária, um dos temas que V. Exa. aprofundou um pouco no debate, e eu acho que esse é um próximo passo que nós vamos ter que dar no Parlamento também. Além disso, há a sua atuação à frente da associação e também no campo da mediação, do diálogo, do entendimento. Eu acho que isso qualifica de maneira muito especial o magistrado.

Eu queria, Sr. Presidente, fazer algumas observações – e peço a compreensão dos colegas – sobre o momento que nós estamos vivendo no Brasil. Preocupa-me o avanço do progressismo judicial. Trata-se

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de uma cultura nociva à sociedade, por absoluta ofensa ao devido processo legal, mas ela é nociva também à própria judicatura.

O Poder Judiciário deve ser inerte, não pode se mover por paixão política ou ideológica. A inércia dos órgãos jurisdicionais é uma característica básica da jurisdição, um princípio constitucional, um postulado da verdadeira democracia. Quando o Judiciário resolve fazer política, passa a praticar atos antidemocráticos, como temos visto, seguidas vezes, em nosso país.

Aliás, ultimamente, o sistema processual foi às favas. Para que falar em partes se os próprios juízes as são? Um dos maiores, um dos mais eminentes juristas de todos os tempos, na minha visão, o italiano Carnelutti, dizia que é necessário não ser parte para ser juiz. Repito: é necessário não ser parte para ser juiz. O ativismo do Judiciário, especialmente o da mais Alta Corte – aqui, sublinho, mas não só o dela –, chegou a níveis tão absurdos que o próprio sistema acusatório tem sido flagrantemente violado. O Ministério Público está se tornando um órgão dispensável – aliás, aqui cumprimento o Ministro Azulay pelo papel que teve nessa aproximação, nesse cuidado que teve na sua atuação no TRF. Ministério Público para quê, se juízes da República movem-se por si mesmos, sem a necessidade de provocação? Ministério Público para quê, se há informações de que decisões cautelares gravíssimas teriam sido tomadas levando-se em conta apenas notícias de jornais? Para que Ministério Público se o Supremo pode instaurar inquérito e eternizá-lo sem limites temporais ou objetos determinados? A que ponto chegamos em nossa República? E o povo é que pratica ato antidemocrático?!

Em 2013, eu era Deputado Federal, como muitos que estão neste Senado Federal e que também estavam naquela Casa. E, como Deputado Federal, eu votei contra a PEC 37 – não sei se os senhores se recordam dessa PEC 37 – que foi apelidada de PEC da impunidade. Defendia-se, na época, a necessidade de legitimidade de o Ministério Público investigar; apontavam-se para isso problemas como corporativismo policial, influências políticas e deficiência de estrutura da polícia. O povo foi às ruas e exigiu a reprovação da PEC.

Grandes constitucionalistas, como o Dr. Ives Gandra Martins e José Afonso da Silva, eram a favor da PEC 37 e contrários a que se desse poder ao Ministério Público de instaurar e conduzir inquéritos criminais. Ives Gandra nos lembrava a todos de que a Constituição Federal claramente divide as funções judiciárias entre o poder de julgar, que cabe ao Poder Judiciário; o de acusar, que cabe ao Ministério Público; e o de defender, que cabe à advocacia. Disse ele à época:

> Os delegados agem como polícia judiciária. Estão a serviço, em primeiro lugar, do Poder Judiciário, e não do Ministério Público ou da Advocacia, que são partes no inquérito policial – processo preliminar e investigatório que deve ser presidido por uma autoridade neutra, ou seja, o delegado.

Será que esses mestres não estariam antevendo o desdobramento desse processo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu votei contra a PEC, que foi derrubada por ampla maioria de votos. Aí eu pergunto: avançamos? Eu acredito que sim. O problema, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, senhores sabatinados, é que determinados avanços abrem caminho para verdadeiros atropelos numa corrida galopante contra o sistema acusatório, contra as garantias constitucionais dos indivíduos e da sociedade como um todo. Hoje me preocupa e preocupa os brasileiros o ativismo judicial policialesco, o que impõe a quem tem o poder de aprovar a obrigação de frear o arbítrio autoritário sob pena de fracassar todo o sistema, incluindo este.

Por isso, Sr. Presidente, concluo dizendo que, conhecendo a atuação dos dois magistrados e da magistrada que aqui estão a serem sabatinados – Azulay Neto, Paulo Sérgio e Liana Chaib –, eu me tranquilizo, sei que serão juízes na melhor acepção da palavra, bons juízes, bons julgadores, mas a magistratura precisa que essa leva de renovação, somada aos quadros que não se envergaram ao progressismo e ao ativismo, que não abandonaram os pilares de separação de Poderes, da inércia da jurisdição, em obediência ao sistema processual, seja parte de um esforço de recuperação da confiança e da credibilidade de instituições tão importantes à democracia. É missão de todos nós zelar pelo cumprimento da Constituição Federal, submeter-se a ela, fazê-la cumprir e não estar acima dela.

Desejo muito sucesso aos sabatinados indicados ao STJ e ao TST no cumprimento dessa missão. Sei que serão bons julgadores, mas, além de serem bons julgadores, sei que serão zelosos na defesa dessas instituições, no cumprimento do seu papel dentro dos limites constitucionais, porque é isso que vai garantir a sobrevida dessas instituições. Qualquer coisa fora disso...

Estamos diante de movimentos na sociedade nunca antes vistos neste país. E é preciso olhar para isso sem preconceito e com o acatamento que é devido ao sentimento que move esses brasileiros. Obviamente, afastados os exageros, os atropelos, é preciso olhar para o sentimento que move boa parte desses brasileiros que estão em movimento.

Concluo a minha fala desejando sucesso na recondução dos nossos dois indicados aos conselhos CNJ e CNMP, dois quadros que qualificam a atuação desses conselhos, conselhos que têm papel fundamental e que eu sempre defendi aqui no âmbito desta CCJ.

Aqui não faço críticas diretas, pessoais, faço apenas observações com relação ao papel relevante das instituições, mas o que qualifica as instituições são os quadros que a integram: podem ser promovidas ou podem ser reduzidas a um papel que não é o papel definido pela nossa Constituição Federal.

Aos magistrados, minhas homenagens pela indicação, meu desejo de sucesso. O sucesso de vocês é o sucesso das instituições e do povo brasileiro.

E aos membros... Dr. Bandeira, que durante tanto tempo esteve conosco nesta Casa e hoje serve "emprestado" lá ao conselho, desejo sucesso na sua recondução; também desejo ao Engels muito sucesso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Parabéns pelo trabalho de vocês e que continuem nessa missão de bem servir às instituições e ao povo brasileiro!

Sr. Presidente, parabéns pela condução dos trabalhos!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Marcos Rogério.

É só para registrar que ainda temos dois Senadores inscritos. Eu vou conceder a palavra para os ora sabatinados aqui, porque foi feito um questionamento pelo Senador Jorge Kajuru, foi feito um questionamento pelo Senador Nelsinho Trad, e os outros Senadores fizeram apenas ponderações e manifestações. Então, eu vou conceder a palavra para que eles possam responder aos questionamentos. E depois serão os últimos Senadores inscritos: a Senadora Soraya Thronicke, no próximo bloco, e o Senador Lucas Barreto. Não temos mais Senadores inscritos.

Com a palavra a Dra. Liana.

A SRA. LIANA CHAIB (Para expor.) – Pois não.

Senador Kajuru, nordestino não perde uma piada. Posso?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Claro.

A SRA. LIANA CHAIB – Com permissão?

O senhor tem certeza que o senhor não me elencou entre os seus inimigos? (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Não, não sou bobo...

A SRA. LIANA CHAIB – Perdão, Senador, mas vamos lá.

Eu anotei aqui a sua pergunta em relação aos empregados, aos trabalhadores "plataformizados". Permita-me dizer – e eu não vou me evadir de responder até em respeito a V. Exa. – que essa questão está um pouco afeta ao Tribunal Superior do Trabalho, sendo que pode ser que eu venha a ter que decidir, inclusive está com vista ao Ministro Cláudio Brandão, mas não vou me furtar, mesmo assim, de em linhas gerais colocar alguma coisa.

Senador, parece-me que, no mundo do trabalho hoje, o capital e o trabalho não podem mais ficar numa situação de "binariedade": ou ser ou não ser; *to be or not to be;* ou é empregado que está inserto no art. 3º da CLT ou não tem cobertura nenhuma. Penso que a Constituição traz a solução. Nós temos princípios na Constituição que parecem ser antagônicos, mas não são antagônicos. Nós temos dignidade humana, valor social do trabalho, livre iniciativa. Eles não precisam ser opostos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há um princípio que já existe, desde 1990, nos Países Baixos que eu penso que calha bastante no caso do Brasil. É o princípio da flexisegurança, que é exatamente a convivência desses princípios que parecem ser opostos, mas não devem ser, e que talvez seja a solução. Na Dinamarca, por exemplo, que já aplica esse princípio, está havendo uma redução de desemprego de 12 para 4. E o que seria isso? Seria a comunhão, a coordenação entre a possibilidade de trabalhadores com contratos atuarem com contratos mais flexíveis, até para acompanhar toda a mudança, mas também segurança, segurança na transição de empregos, construindo empregos, requalificando os trabalhadores. Enfim, me parece que a solução é essa de pacto social, de valorizar todos esses princípios e trazer a todos a dignidade humana, que é o problema central. A revolução 5.0 está aí, mas tem como centro o homem, a dignidade humana. Penso que é por aí, Senador.

A segunda, a questão dos deficientes, da Lei 8.213/91, Senador, me parece que essa questão, pelo menos pela experiência que eu tenho no meu tribunal e já me deparei com várias questões sobre cotas de deficientes, tem um problema. A despeito do número de empregados que a empresa tenha, há um percentual de inclusão desses deficientes, mas parece que há algo mais estrutural, mais embaixo: a fiscalização. A empresa diz que cumpriu ou diz que não tem como cumprir, porque faz o chamamento, mas não acorre, porque não existem na sociedade aqueles que se habilitam. E aí o tribunal e o magistrado ficam nesta situação: houve chamamento formal, mas não se sabe se realmente isso teve eficácia. Parece-me que a fiscalização precisa atuar aí.

E o terceiro ponto, porque eu não quero cansá-los, a prevalência do negociado sobre o legislado. A mim me parece também que essa é uma questão sensível, uma questão que... Se nós avaliarmos, desde sempre a Justiça do Trabalho teve o princípio da proteção da norma mais favorável. E o que acontece aqui no negociado sobre o legislado? O que nós temos é algo mais profundo, é a questão da representatividade dos sindicatos. É aqui que precisa atuar, para que os sindicatos possam ter mais representatividade, inclusive na inclusão de mulheres, de jovens e das outras cotas que se mostram hoje desestimuladas. Então, é preciso que haja um resgate dessa representatividade, é preciso que os sindicatos, por exemplo, entrem na modernidade. Não têm rede social, não têm plataforma, não têm nada. Então, para que nós possamos fazer valer até o negociado, é preciso que a gente resgate o papel dos sindicatos. E me parece que é nesta Casa que V. Exas. têm esse papel. Aqui é a Casa das leis.

Espero ter respondido.

O SR. PRESIDENTE (Marcos Rogério. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agradeço, Dra. Eliana Chaib.

Asseguro a palavra ao Dr. Paulo Sérgio Domingues, para que possa responder aos questionamentos dos Srs. Senadores, apontados especialmente pelo Senador Nelsinho Trad.

O SR. PAULO SÉRGIO DOMINGUES (Para expor.) – Muito obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de dizer que acredito que a grande contribuição do CPC de 2015 tenha efetivamente sido o incentivo à conciliação e à mediação. Acredito que, se já havia movimentos nesse sentido vindos de dentro do Judiciário, já havia legislação anterior que comentava a conciliação e a mediação, o CPC de 2015 veio a deixar claro que o seu grande mote, o seu grande tema era permitir viabilizar que as partes se conciliassem e deixar a decisão jurisdicional como algo que vem a acontecer no momento em que isso não se torne possível.

Então, o CPC de 2015 trouxe a conciliação para o início do processo e não mais para o final – trouxe, aliás, até para antes do processo, viabilizando a conciliação pré-processual – e coloca o magistrado como aquele que a todo momento deve incentivar as partes a realizar a conciliação. Isso é tão grande, isso é tão firme no CPC de 2015 que as partes podem até mesmo formalizar um negócio jurídico processual, alterando o rito processual, de comum acordo, para fazer o que seja mais adequado à melhor solução daquele conflito posto no caso concreto. Eu creio que, de fato, essa seja a grande contribuição do CPC de 2015.

Esta Casa, o Congresso Nacional mandou um sinal ao Judiciário, um sinal à advocacia, um sinal à sociedade de que o seu grande projeto, o seu grande desejo é de que haja conciliação. E essa é a mensagem que tem sido recebida pelo Judiciário, creio eu, com bastante firmeza. O Conselho Nacional de Justiça tem proposto medidas de incentivo à conciliação e mediação; o Conselho da Justiça Federal também tem feito isso; e cada tribunal tem realizado, no seu centro de conciliação, muitos eventos para incentivar os juízes, para treinar os magistrados e os servidores para que a conciliação seja realizada da melhor forma possível.

Durante a pandemia, isso se potencializou ainda mais tendo em vista a dificuldade do acesso das pessoas aos fóruns. Então, foi necessário criar mecanismos de solução eletrônica, de conciliação eletrônica, e a colaboração dos órgãos e das instituições foi fundamental para que isso fosse viabilizado.

Eu exemplifico, dizendo, como, por exemplo, no momento das discussões sobre o benefício emergencial, sobre o auxílio emergencial, foi necessário que as instituições se preparassem para receber uma grande avalanche de processos que vieram discutir situações em que o benefício era solicitado pelo cidadão, mas era negado pelo sistema. Então, com a colaboração do Poder Judiciário, com a Caixa Econômica Federal, que desenvolveu o sistema, com o Ministério da Cidadania, com a Advocacia-Geral da União, com a OAB, por exemplo, foi possível viabilizar a criação de um fluxo que permitiu com que os processos judiciais que ingressassem, ou mesmo ainda como reclamações pré-processuais, imediatamente tivessem um atendimento rápido, o que permitiu que, em poucos dias, a própria Advocacia da União fizesse a implementação dos benefícios.

No nosso TRF da 3ª Região apenas tivemos mais ou menos 50 mil ações dessas propostas, das quais 40 mil resultaram em acordo, sem mesmo a citação do réu. Vale dizer: é um resultado bastante expressivo que permitiu trazer justiça e trazer o benefício emergencial a quem de fato precisava em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

poucos dias. É um resultado que somente foi possível graças à colaboração de todos esses entes no intuito de se conciliar.

Também é possível a gente exemplificar falando da plataforma de conciliação interinstitucional criada no TRF da 3ª Região para a solução de casos relacionados à covid-19. Então, desde o início, quando se imaginou as dificuldades decorrentes da falta de leitos, da falta de *kits* para intubação, da falta de medicamentos, depois de vacinas, etc., semanalmente se reuniam diversas entidades, tanto da União como do Estado de São Paulo, como do Estado do Mato Grosso do Sul, para discutir as necessidades decorrentes da pandemia.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PAULO SÉRGIO DOMINGUES – Então, o Ministério Público Federal, que normalmente propõe as ações civis públicas, a Defensoria da União, que também faz, assim como o Ministério da Saúde, congêneres com os estados, o Ministério Público dos Estados de São Paulo, Mato Grosso do Sul, a Defensoria Pública, as secretarias de saúde, as procuradorias, as procuradorias das grandes cidades, agem sempre no intuito de que, se surgiu um problema, falta de determinado insumo num determinado local, isso pudesse ser tratado nesta plataforma de conciliação interinstitucional *online*, que se reunia semanalmente, e o resultado era trazido na próxima reunião. Isso aconteceu durante os dois anos da pandemia com resultados expressivos. Foram pouquíssimas as ações civis públicas propostas, as soluções foram encontradas sem a necessidade de uma decisão judicial, a ponto que isso depois foi transformado, agora mais recentemente, em uma plataforma interinstitucional ligada à saúde, não só em caso de covid-19. No Estado do Mato Grosso do Sul, criamos uma nova plataforma de conciliação destinada à análise de questões ambientais indígenas. O primeiro assunto endereçado a essa plataforma de conciliação foi o destinado à prevenção e combate aos incêndios no Estado do Mato Grosso do Sul, também com resultados bastante interessantes no que diz respeito a se evitar a necessidade da propositura de ações judiciais.

De maneira que eu reitero dizendo que este foi o grande tema, o grande avanço do CPC de 2015. Acredito que, nos próximos anos, na próxima década, a conciliação e a mediação terão um grande progresso no nosso país. Creio que esse é realmente um futuro que nós todos desejamos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu queria registrar também a presença de, e pedir desculpa pelo atraso, outras autoridades que estão prestigiando a nossa reunião da Comissão no dia de hoje. Quero agradecer à Ministra Delaíde Alves Miranda Arantes, que está representando o Presidente do Tribunal Superior do Trabalho e do Conselho Superior da Justiça do Trabalho, S. Exa. o Sr. Ministro Lelio Bentes Corrêa.

Quero agradecer a presença também do Sr. Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho, da Sra. Ministra Kátia Magalhães Arruda, da Sra. Ministra Maria Helena Mallmann e do Desembargador João Pedro Silvestrin. Também agradeço a presença aqui do Presidente da ANPR (Associação Nacional dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Procuradores da República), o Sr. Ubiratan Cazetta – muito obrigado; seja bem-vindo! Também agradeço a presença do Presidente da Conamp (Associação Nacional dos Membros do Ministério Público), Sr. Manoel Murrieta – muito obrigado; também seja bem-vindo!

Próximo bloco de oradores inscritos: Senadora Soraya e, em seguida, Senador Lucas. E passarei a palavra para os ora sabatinados.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente, gostaria...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Obrigada, Senador Tasso.

Gostaria, primeiramente, de cumprimentá-lo, Sr. Presidente Davi Alcolumbre; de cumprimentar também as autoridades aqui presentes: Ministro Kassio Nunes Marques, do STF; Ministra Maria Thereza, do STJ; Ministro Humberto Martins; Ministra Delaíde Alves Miranda, representando o Presidente do TST, Ministro Lelio Bentes Corrêa; Ministro Ives Gandra da Silva Martins Filho; Ministra Kátia Magalhães Arruda; Ministra Maria Helena Mallmann – as mulheres estão em peso hoje aqui –; e o Desembargador João Pedro Silvestrin. Na pessoa do meu amigo Romão, cumprimento todos os promotores de justiça que aqui estão. E cumprimento também os sabatinados, Dr. Messod Azulay Neto, do Rio de Janeiro; Dr. Paulo Sérgio Domingues, do nosso TRF3; Dra. Liana Chaib, do Piauí, indicada para o TST; nosso querido Bandeira, íntimo da casa; também o Engels – parabéns pela nomeação para recondução.

Ministra, futura Ministra Liana, o Kajuru saiu daqui, mas eu queria recitar um poema em homenagem a ele e a V. Exa. Margaret Thatcher gostava muito desse poema de Charles Mackay, falando sobre inimigos. Na terceira temporada do The Crown, ela o recita para a falecida Rainha Elizabeth, que a questionou se não se importava em ter inimigos da direita, da esquerda, de qualquer ala. Ela recitou para a nossa querida falecida Bethinha o seguinte poema – vou trazer só um trechinho, em homenagem ao Kajuru – sobre inimigos, dizendo que se você não tem nenhum inimigo, pequeno é o trabalho que fez; você não atingiu traidor algum no quadril; você nunca transformou o errado em certo; você foi um covarde na luta.

Portanto, é uma honra muitas vezes colecionar inimigos. Então, não se avexe por isso – o.k., Senador Davi? De repente, alguns inimigos viram amigos, como é o caso de V. Exas. Isso faz parte da vida.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É verdade.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Não é verdade?

Bom, mas essas questões à parte, eu gostaria de questionar V. Exas. sobre uma questão que eu considero de extrema relevância para o nosso...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Bote ordem, Senador Davi; bote ordem, Presidente Davi.

Vamos lá.

Considero de extrema importância para o nosso Poder Judiciário.

Nós sabemos que a quantidade de juízes no Brasil é brutalmente pequena diante do volume descomunal de processos. Apenas a título de exemplo, um cálculo simplificado de 2018, do CNJ, diz que cada magistrado, incluindo todos os desembargadores e ministros de todas as esferas do Judiciário, tinha de julgar 4 mil processos, o que é um despropósito, e isso explica os porquês de os cidadãos terem de esperar anos e anos para receberem uma resposta às lides.

Pois bem... Há alguns dados aqui, e gostaria de saber de V. Exas. a opinião, porque também é uma homenagem ao Senador Marcos Rogério, que e o Relator do Projeto de Lei 6.204, que eu propus, sobre a desjudicialização. Esse projeto foi proposto por conta do volume de processos de execução nos tribunais, que são as execuções civis, que são o nosso verdadeiro gargalo. Esse vertiginoso número de processos soma-se à morosidade da tramitação processual.

Segundo o CNJ também, um período médio de tramitação de um processo é de quase cinco anos, e menos de 15% das execuções são exitosas, ou seja, elas desaguam na insatisfação do crédito, a maioria. Do restante, que não é satisfeito, os processos se tornam desertos. Esses dados são realmente preocupantes.

O projeto de lei que é de relatoria do Senador Marcos Rogério propõe um melhor aproveitamento dos delegatários do poder público afeitos aos títulos de crédito, que são os tabeliães de protesto, delegatários já orientados e fiscalizados, que passam por um concurso público dificílimo fiscalizado pelo CNJ.

Esses mesmos dados revelam que cada processo de execução civil custa cerca de R$5 mil para o poder público, o que significa que o Judiciário, com esses processos que estão em andamento hoje, de execução, nós já somamos um custo de cerca de R$65 bilhões. Contudo, apenas 14,9% desses processos têm satisfação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a desjudicialização das execuções, grande parte desses R$65 bilhões seria economizada. Na maioria dos países europeus isso já acontece.

Eu já tive o prazer de ler membros do Poder Judiciário e pessoas que têm conhecimento jurídico tratando da questão, dizendo que não poderia, que não seria caso de desjudicializar as execuções, mas eu entendo que isso se trata, que certos atos executivos se tratam de meros atos administrativos, e não de cognição judicial.

Então, é importante que os magistrados estejam trabalhando dentro da cognição, e não dentro de atos administrativos apenas, que podem ser executados pelos nossos cartórios.

Então, eu gostaria de saber o que V. Exas. pensam. Gostaria também de que Marcos Rogério, sobre o PL 6.204... Eu estou com o seu relatório aqui, brilhante relatório, e entendo que isso pode ser um marco inigualável no mundo inteiro de reforma do Poder Judiciário, para que possamos entregar ao jurisdicionado a verdadeira prestação jurisdicional, e não termos juízes e ministros que façam o trabalho meramente administrativo.

Eu gostaria de pedir também...

Eu já ouvi algumas críticas, mas percebi que não leram... Esses que criticaram não leram o projeto de lei e tampouco o seu relatório. Eu hoje também faço um apelo a esta Casa para que o coloque em pauta e para que permita que possamos discutir, porque é um legado que nós iremos deixar para o povo brasileiro, que não tem noção e que é desestimulado, completamente desestimulado a ajuizar ações, porque muitas vezes ele ganha e não leva e muitas vezes não vê, num curto período, a satisfação do seu pleito.

Enfim, era esse o apoio técnico que eu gostaria de pedir aqui. E quero saber de V. Exas. qual é a opinião acerca disso.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Parabéns a todos! Meu voto já foi "sim" e vai ser "sim" no Plenário. Sucesso!

Ah, há mais uma coisa, só uma coisa: futura Ministra Liana, também faço meu apelo.

A PEC 06, de 2022, Presidente Davi, que está aqui para ser despachada por V. Exa., propõe que o quinto constitucional, ou seja, as listas sêxtuplas que vêm da OAB e do Ministério Público... Propõe que, a cada duas listas mistas, uma seja totalmente feminina, para que possamos atingir a equidade que merecemos.

E, para quem tem medo de mulheres no poder, Ministra Liana, eu digo para vocês: apenas um terço do quinto constitucional ainda é pouco, mas eu acho que vai ser um grande avanço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente Davi Alcolumbre, eu gostaria de fazer este apelo aqui, em público, para V. Exa. colocar as mulheres em primeiro lugar aqui, nesta Comissão, e despachar para um dos nossos Senadores a PEC 06.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O último Senador inscrito é o Senador Lucas, Vice-Presidente desta Comissão, Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu quero cumprimentar os Senadores e as Senadoras em nome da Senadora Simone Tebet e da Senadora Soraya Thronicke, que representaram as mulheres nessa eleição.

O Estado de Mato Grosso...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS. *Fora do microfone*.) – Mato Grosso do Sul.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Mato Grosso do Sul! Calma! É o Mato Grosso do Sul!

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – É do Sul! Não deixaram nem eu terminar, porque era já para falar.

Então, o sul do Mato Grosso do Sul mostrou que tem mulheres que não são valentes, são corajosas. Tiveram a coragem de enfrentar uma disputa presidencial e mostraram o seu valor.

Então, parabéns às mulheres do Mato Grosso do Sul, representadas por vocês!

Quero cumprimentar também – perdoem-me os homens – a Dra. Liana Chaib, nossa Desembargadora e, se Deus quiser, futura Ministra, daqui a pouco, à tarde.

Quero cumprimentar o nosso querido Bandeira, o Engels, que são indicados desta Casa e penso que foram os âncoras; o Ministro Messod Azulay, o Ministro Paulo Sérgio, se assim já posso chamá-los. Eu sempre falava a eles: paciência e prudência; paciência e prudência. E aí, na CCJ, o Presidente Davi colocou para votar com vocês os dois que são âncoras. Até os suplentes votaram nos senhores, todos.

Então, eu penso que, pelo voto do Senador Kajuru, nós conseguimos quebrar o tabu de que ele só votava contra, não é? "Não, não e não", e ele já manifestou o voto. Então, se tiver um voto contra aqui, nós já sabemos que não é do Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Ou mudou de estratégia, para tirar o foco. (*Risos.*)

Verdade.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Já teve uma época, que a gente conseguiu pacificar, em que o Senador Kajuru – hoje eu o ouvi falar do Senador Davi – e o Senador Davi estavam que nem Rússia e Ucrânia.

Sempre foi assim, mas é um excelente Senador, tem suas posições.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Sempre contra o Davi é... O Davi é a Rússia. (*Risos.*)

Então sempre foi assim o Senador Kajuru, mas é um Senador atuante, que tem o nosso respeito, tem a nossa amizade, tem a nossa garantia.

Quero cumprimentar a todos os senhores que foram sabatinados, dizer do nosso voto favorável, desejar sucesso à nova missão, já antecipada, porque tem que ser – a sessão vai ser hoje... Então, sucesso a todos!

Mais uma ministra, mais uma mulher do TST. Por aqui já passou a Ministra Morgana e agora a Ministra Liana Chaib, que vai representar as mulheres também no Tribunal Superior do Trabalho.

Quero cumprimentar também aqui o Ministro Kassio Marques e, assim, cumprimentar a todos os ministros aqui; cumprimentar Ministra Maria Thereza e, assim, cumprimentar a todas as mulheres do Judiciário aqui e fazer um pedido, Sr. Presidente, para que todos nós nos mobilizemos para que, antes do final do ano, a gente possa votar a PEC 63, que é um anseio do Judiciário, do Ministério Público. A gente conseguiu desarquivá-la com 51 assinaturas, então tem quórum para isso. Que a gente aproveite isso, porque precisa aprovar realmente o VTM, que é uma solução para o Judiciário, para o MP e para todos que estão esperando essa PEC ser aprovada.

No mais, sucesso a todos, que Deus abençoe os ministros e a ministra na nova missão e o Luiz Fernando Bandeira e o Engels nas suas reconduções.

Parabéns a todos! Sucesso!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Lucas Barreto.

O Conselheiro Bandeira gostaria de iniciar com o questionamento feito pela Senadora Soraya, e aí ficam à vontade os nossos outros ora sabatinados para também responderem a S. Exa.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO (Para expor.) – Muito obrigado, Presidente Davi.

Senadora Soraya, muito obrigado pela pergunta. Ela me dá oportunidade de aprofundar um pouco sobre o tema do seu Projeto de Lei nº 6.204, de 2019, sobre o qual já tivemos oportunidade de conversar brevemente em algumas ocasiões.

O projeto traz uma ideia muito interessante: ele busca desjudicializar a execução, que pode ser de sentença que tenha eventualmente transitado em julgado ou pode ser por título extrajudicial, fazendo com que ela deixe, com que ela migre do Poder Judiciário diretamente para o serviço extrajudicial, ou seja, o tabelião de protesto passaria a poder executar diretamente uma dívida, uma promissória ou, eventualmente, uma sentença que tenha transitado em julgado, sem que isso precisasse atravancar o Judiciário, porque é uma verdade que hoje 92% dos processos que geram acúmulo no histórico do Poder Judiciário são processos de execução.

Então, o projeto tem esse lado muito positivo de tentar agilizar a execução por meio do serviço extrajudicial. O relatório do Senador Marcos Rogério ainda aprimorou alguns pontos do projeto. E eu tive a oportunidade de me debruçar sobre ele porque o CNJ analisou o projeto ainda na sua versão original. Acabou que não foi levado a julgamento finalmente porque o relatório do Senador Marcos Rogério corrigiu alguns problemas do projeto, e acabou que perdeu o objeto a nota técnica do CNJ, mas foi analisado.

Acho que podemos, talvez, buscar um aperfeiçoamento, porque ele resolve principalmente o problema do devedor solvente, o devedor que tem como pagar a sua dívida. Você tem uma nota promissória, você tem um cheque ou ainda algum outro tipo de título; extrajudicialmente você vai lá...

Hoje o CNJ já disponibiliza um serviço incrível chamado Sniper, que é feito para, com base no CPF ou no nome do devedor, você conseguir facilmente localizar empresas das quais ele faz parte, patrimônio que ele tenha – imóveis, embarcações, carros etc. Esse sistema hoje está entrando em operação – faz pouco mais de um mês que ele entrou em operação –, e o objetivo dele é ajudar o juiz a encontrar patrimônio de um devedor que seja solvente mas que simule uma insolvência. Então, esse tipo de instrumento pode ser muito útil na medida em que nós migrarmos para uma execução extrajudicial. Ficaria mais fácil e mais ágil localizar patrimônio do devedor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

No entanto, temos ainda um problema: a grande maioria das dívidas é de devedores insolventes, e para essas continuaremos precisando de decisão judicial para todas as medidas acautelatórias previstas em lei. E o projeto prevê que, nessas hipóteses, ele seria remetido pelo tabelião para decisão do juiz e, depois, retornaria para execução pelo tabelião.

Na análise do CNJ, isso poderia talvez ser aperfeiçoado para evitar um fluxo de vaivém contínuo, e esse ponto talvez ainda reste para aperfeiçoamento. Mas na ideia geral, de que você pode ganhar velocidade na execução do devedor solvente, sobretudo com esses novos mecanismos para encontrar patrimônio desenvolvidos pelo CNJ, eu acho que o projeto tem muito a colaborar para resolver um dos maiores problemas brasileiros, que é a execução, porque hoje você ganha um processo, entra numa lide judicial, ganha um processo contra uma pessoa física, por exemplo, e você não consegue receber o fruto da sua vitória judicial.

Espero ter respondido, Senadora, mas estou à disposição para maiores esclarecimentos.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Presidente Davi, só para esclarecer para os demais que não é obrigatório, é voluntário, da mesma forma que é a separação, que é o inventário, o usucapião... Só para não dizer que vai estar à parte do conhecimento do Poder Judiciário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O nosso Dr. Messod solicitou também responder o questionamento de V. Exa.

O SR. MESSOD AZULAY NETO (Para expor.) – É importantíssima a sua pergunta, o seu questionamento, Senadora Soraya.

Existe uma obra muito conhecida por todos e escrita por um grande jurista, Mauro Cappelletti: *O Acesso à Justiça*. Eu acho que, se ele estivesse vivo hoje, a obra que ele escreveria seria Como Sair da Justiça, porque o sujeito hoje entra na Justiça... E os dados que eu tenho são um pouco piores dos que os da senhora.

O processo leva em média, no TRF-2, oito anos para ser solucionado definitivamente, desde o momento em que a petição entra até o momento em que o processo é arquivado – oito anos!

Tem um outro dado também que é importante: existe um processo para cada dois brasileiros. Se somos hoje 220 milhões de brasileiros, existem em tramitação 110 milhões de processos. Veja, é uma coisa absolutamente inadministrável. No entanto, tanto o Poder Legislativo quanto o Conselho Nacional de Justiça ou o próprio Poder Judiciário têm administrado soluções que vêm permitindo que esses processos sejam levados a cabo.

Eu cito, como exemplos, as varas virtuais, mas principalmente a digitalização do processo, os processos virtuais; processos que são de iniciativa do Conselho Nacional de Justiça; os Núcleos 4.0; e o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

que foi aqui muito bem exposto pelo Desembargador Paulo Sérgio, as inovações trazidas pelo Código de Processo Civil com relação à conciliação, arbitragem... Tudo isso vem permitindo que o Poder Judiciário não entre em colapso.

Eu cito também, como exemplo trazido desta Casa, que merece todo o nosso reconhecimento, a Emenda Constitucional nº 45, que trouxe a repercussão geral, e recentemente – que nós desejamos que seja rapidamente regulamentada – a Emenda Constitucional nº 125, que tem não apenas o potencial de reduzir drasticamente os processos do Superior Tribunal de Justiça, mas... E mais um dado importante: dos oito anos, estatística que temos no nosso tribunal, que o processo leva no TRF da 2ª Região, quatro anos ele passa no Superior Tribunal de Justiça no recurso especial. Veja a importância dessa Emenda Constitucional nº 125, já aprovada. Ela tem o potencial de não apenas reduzir drasticamente como a repercussão geral fez no Supremo Tribunal Federal, mas tem o potencial de recolocar o Superior Tribunal de Justiça na função precípua para a qual o STJ foi criado, ou seja, como um tribunal não de terceira instância, assim como o Supremo Tribunal Federal não é uma quarta instância, mas como um tribunal que uniformiza a jurisprudência, um tribunal de teses.

Isso tem o potencial de reduzir – na minha visão, humilde visão –, de reduzir o número de processos.

Em todo esse conjunto, não existe uma decisão mágica. Na minha visão, estou falando assim, com toda a sinceridade, não existe uma solução com que se possa dizer: "Olha, eu vou com isso resolver". Existe um conjunto de soluções e me parece que essa solução trazida pelo Senador Marcos Rogério é de extrema importância.

Agora, há um problema com relação a ela e talvez seja o caso de ajustá-la um pouquinho. É que, quando se inicia o processo, a parte que é desejosa de não fazer o pagamento já cuida de desaparecer. Como o processo demora, ela já começa a apresentar contestação, apresentar isso, apresentar aquilo, todo tipo de recurso, e a parte já cuida de desaparecer.

Então, é importante que haja essa solução de execução extrajudicial, mas é importante também que tanto o magistrado que conduz o processo, como a... Tomem medidas para que os bens do devedor sejam, no mínimo, localizados desde o início ou pelo menos a partir da sentença, porque, ainda que ela seja dirigida pelo órgão administrativo que vai executar, não adianta nada se o órgão administrativo que vai executar não consegue localizar os bens, porque o devedor sumiu com os bens. Então, desafoga o Poder Judiciário, é mais uma medida de grande importância, assim como todas essas que foram tomadas pelo Senado, por essa Casa, pelo Congresso Nacional, mas é também importante no sentido de que o devedor não possa se evadir com aqueles bens que foi condenado a pagar.

Mas cumprimento V. Exa. pela extraordinária iniciativa, como todas as outras que já foram tomadas por essa Casa, assim como pelo Conselho Nacional de Justiça e pelo próprio Judiciário, que tem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

lutado tanto para reduzir o número de processos, mas reduzir o número de processos com responsabilidade, sempre sabendo que há uma vida, um ser humano por trás de cada processo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Se me permite, o Judiciário não é afastado. Então, essas medidas cautelares, tudo que for necessário para o cumprimento, para a satisfação do crédito está mantido completamente.

O SR. MESSOD AZULAY NETO – Perfeito!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – São só os atos mesmo...

O SR. MESSOD AZULAY NETO – Perfeito!

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – ... meramente...

O SR. MESSOD AZULAY NETO – Dividir o trabalho com o...

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Dividir, mas, quando há necessidade de cognição judicial, é remetido ao Poder Judiciário...

O SR. MESSOD AZULAY NETO – Imediatamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – ... imediatamente.

O SR. MESSOD AZULAY NETO – Perfeitamente. Está certo.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Então, isso está...

O SR. MESSOD AZULAY NETO – Ela soma.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Ela soma.

O SR. MESSOD AZULAY NETO – Perfeitamente.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Só para esclarecer.

O SR. MESSOD AZULAY NETO – Extraordinário.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dr. Paulo Sérgio. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Omar?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra para o Dr. Paulo Sérgio.

O SR. PAULO SÉRGIO DOMINGUES (Para expor.) – Bom, eu quero cumprimentar a Senadora Soraya Thronicke, do nosso Estado do Mato Grosso do Sul.

De fato, Senadora, um dos grandes gargalos e que é responsável pela maior taxa de congestionamento do Poder Judiciário é o processo de execução, tanto no que diz respeito à execução extrajudicial como no que diz respeito ao processo judicial, porque a pior sensação que existe é a do cidadão que ganha processo judicial, mas, no final das contas, não leva, pelas dificuldades todas decorrentes do processo de execução. Isso é uma desmoralização do poder público, que dá o direito, reconhece o direito, mas não consegue fazer com que ele seja satisfeito, que o credor seja satisfeito.

Então, realmente, há muitos anos que nós viemos ao Congresso Nacional para buscar oferecer métodos para que se aprimore o processo de execução. Isso vem ocorrendo.

O CPC de 2015 trouxe medidas atípicas de execução em benefício dos credores. São objeto de muita discussão jurisprudencial, mas tem havido uma evolução nesse sentido. E a gente vê com muitos bons olhos esse novo projeto de lei para a discussão a respeito de medidas executivas.

Tive a oportunidade de conversar, no gabinete do Senador Marcos Rogério, sobre esse projeto. Conversamos um pouco a respeito e vimos com muitos bons olhos. Aí numa opinião estritamente pessoal, é claro, numa humilde opinião pessoal, afinal de contas isso vai ser discutido aqui no Congresso Nacional, acho que é muito positivo que nós venhamos a buscar medidas alternativas.

Via de regra, o juiz deve atuar onde há algo a ser decidido e onde há uma constrição patrimonial, uma expropriação de patrimônio mesmo. Até se chegar a esse ponto, é possível se buscar mecanismos alternativos para que a execução tenha o seu início – até que se chegue a esse ponto. Então, acho muito importante que haja essa espécie de discussão e – novamente como uma opinião estritamente pessoal – acho que poderíamos pensar em coisas dessa natureza em termos de execução fiscal também, que é uma legislação que sempre demanda aperfeiçoamento, não é? Então, será muito bom se isso vier a ocorrer também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dr. Engels...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Tem um projeto, perdão, que, se não me engano, é do Anastasia sobre execução fiscal. Por isso, eu fiz a proposta de execução de títulos judiciais e extrajudiciais. Eu acho que é do Anastasia, de execução fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dr. Engels...

O SR. ENGELS AUGUSTO MUNIZ (Para expor.) – Presidente, é só para fazer um registro para a Senadora Soraya com relação à atuação do Ministério Público. Dentro das competências constitucionais do Conselho Nacional do Ministério Público, está fazer cumprir os deveres funcionais dos membros. E aí cabe a nós regulamentar atos e também recomendar providências. Nesse sentido, o conselho tem sido muito firme, regulamentando atos do Ministério Público e incentivando a sua atuação extrajudicial para diminuir as demandas judiciais. Só um registro a V. Exa.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MS) – Aí nesse propósito – sou fã da desjudicialização –, eu tenho outro projeto de lei que permite fazer separações e inventários extrajudiciais com menores e incapazes desde que com a anuência do Ministério Público. Portanto, nem os advogados, os membros do Ministério Público, nem o Judiciário estão afastados do processo extrajudicial. Então, isso está absolutamente garantido. Nós precisamos disso exatamente por conta da segurança jurídica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dra. Liana.

A SRA. LIANA CHAIB (Para expor.) – Pois não.

Primeiro, antes de responder à Senadora Soraya Thronicke, eu queria me redimir de uma deselegância da minha parte e queria cumprimentar – perdoem-me – os ministros que estão aqui me prestigiando. Ministro Ives, Ministra Kátia, Ministra Maria Helena, Desembargador João Pedro, muito obrigado pelo apoio, pela presença de V. Exas. e perdoem-me a deselegância, que atribuo ao nervosismo.

Vou falar rapidamente, porque eu fui a última.

Senadora Soraya, eu sou uma entusiasta dessas medidas para desafogar o Judiciário, sou uma entusiasta das conciliações. No mesmo rumo do... Não conheço, mas quero crer que tudo que possa vir a desafogar... Nós temos uma mentalidade de litigância. Falta-nos também a questão da confiabilidade.

Por exemplo, por que não fazer as nossas conciliações, antes mesmo de ir para o Judiciário, com servidores na nossa casa, habilitando esses servidores? E, como disse o Desembargador, o juiz está ali para julgar questões mais... Mas falta essa cultura. Nós estamos caminhando com o novo CPC, nós temos... Por que não varas de execução em que haja conciliação? – na execução. Nós temos semanas de conciliação, e a gente vê o resultado, mas por que não fazer varas?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim, perdoe-me não conhecer o seu projeto na íntegra, mas de já digo a V. Exa. que eu sou uma entusiasta desse tipo de iniciativa que nós precisamos começar a trazer e discutir, para realmente o nosso Judiciário não entrar em colapso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu só vou informar aqui ao Plenário do Senado que eu estou aguardando só o Senador Fabiano Contarato, que pediu cinco minutos. E para a gente abrir o painel com o quórum completo dos 27 Senadores votantes, que é muito importante também, eu vou conceder a palavra ao Senador Marcos Rogério, e vamos aguardar o Senador Fabiano Contarato e vamos encerrar esta sabatina.

Senador Omar está inscrito?

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Estava inscrito. Eu quero fazer uma pergunta ao Conselho Nacional de Justiça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, Senador Marcos, ele está inscrito, o Senador Omar. Só um minutinho.

Com a palavra o Senador Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Você não está na minha frente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, aqui a idade é prioridade.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. *Fora do microfone*.) – Não, a idade é prioridade. (*Risos.*)

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Para interpelar.) – Srs. Desembargadores, Dra. Liana, nossos queridos amigos do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público.

Dr. Bandeira, V. Exa. está sendo reconduzido hoje – tenho certeza de que com meu voto – ao Conselho Nacional de Justiça, mas tem uma relação da Justiça que nós não conseguimos entender até hoje.

Na minha região, por exemplo, da Amazônia, o juiz faz concurso público e não quer ir para o interior. Aí você não julga. O Dr. Paulo Sérgio falou há pouco em 110 milhões e, ontem, o Ministro André Mendonça também falou de em torno de 100 milhões de processos. Mas não vai julgar nunca porque o juiz não vai para a comarca, o Ministério Público não está presente. No interior da Amazônia dificilmente você tem advogados, geralmente é a Defensoria Pública que não está também presente. O que fazer? O que o Conselho Nacional de Justiça fez nos últimos tempos?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, depois que inventaram a situação de ninguém voltar a trabalhar 100% por cento no Judiciário e em repartição pública nenhuma no Brasil por causa da pandemia – aí não vou culpar juiz –, piorou a situação. A situação piorou. Há dois anos praticamente, no interior do meu estado, eu acho que você vai contar nos dedos de uma mão quantos julgamentos foram feitos com a presença de um juiz, do Ministério Público e das partes. Isso é uma realidade, não é no meu estado. Eu acho que também isso acontece em Rondônia, acontece no Acre, no Amapá, Senador. E V. Exa. no conselho – e serve essa pergunta também para o Ministério Público –: quantos juízes foram afastados das funções por prevaricarem em suas funções nos últimos dois anos em que você é Conselheiro? E quantos membros do Ministério Público foram afastados das suas funções por prevaricarem nas suas funções no Conselho Nacional do Ministério Público?

Essa questão não é só da minha região. Isso acontece demais. Não há presença do Judiciário no interior do Brasil.

E aí alguns oportunistas de plantão começam a criticar a Justiça, porque isso dá voto – hoje dá voto! Um cidadão ou uma cidadã tem seu filho assassinado, e, dois dias depois, o assassino está andando e ainda ameaçando a mãe ou o pai do assassinado. E sabem por que isso? Por uma razão simples: os inquéritos feitos nas polícias – e eu digo todas, inclusive Polícia Federal e Civil –, quando são encaminhados ao Judiciário, são inquéritos malfeitos, sem preparo. Eu fui Secretário de Segurança Pública e sofria muito com isso, porque você prendia, e, depois, o juiz, no rigor da lei dele, tinha que atuar em cima daquilo que tinha o inquérito. O inquérito voltava, passava uma eternidade dentro da delegacia. Aí aquela pessoa mais humilde, que não tem recurso para contratar um bom escritório de advocacia, que muitas vezes tem que recorrer à Defensoria para ser defendida, passa anos e não vê a justiça acontecer. Aí chega o processo eleitoral: "Vamos pegar aqui a Justiça como Geni, vamos tacar pedra que dá voto". E dá! Pior que dá! Infelizmente é uma realidade, porque você ouve das pessoas mais humildes: "Zé, não! O fulano está certo. Eu tenho lá um processo de indenização há dez anos que não é julgado. Eu vou ao fórum e ninguém me atende".

Qual é o papel do CNJ, qual é o papel do Conselho Nacional do Ministério Público, principalmente em relação a isso? É até porque, meu querido Bandeira, eu falo isso e não falo em meu nome, eu falo em nome de muitas pessoas que procuram por justiça e não conseguem justiça.

Eu já fui injustiçado, sofri o pão que o diabo amassou, estou vivo. Eu enfrentei e vou enfrentar, porque, se tem uma coisa que não me falta, é coragem para fazer o enfrentamento. Isso não quer dizer que eu seja mais homem do que os outros, mas, quando a razão é minha, eu vou até ao final.

Por isso, Dr. Bandeira e representante do Ministério Público... Também votei em V. Exa. já. É por isso que me sinto na obrigação de perguntar a vocês: quantos juízes foram punidos, retirada a magistratura por prevaricação? E no Ministério Público é a mesma pergunta.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E em relação à Justiça não atuar no interior do Brasil, onde não há o juiz, que fez concurso para ir para lá, mas não está indo, porque é amigo de um desembargador que puxa para a capital? Quando o Ministério Público quer votar a lista tríplice para mandar para o Governador indicar, o Procurador-Geral do estado manda trazer todo mundo do interior para ficar na capital para obter os votos. Essas questões nós temos que debater.

Agora, não dá para admitir que a gente tem primeira instância, temos segunda instância, temos os TRFs, temos o STJ, temos o STF e temos 110 milhões de processos de brasileiros procurando por justiça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Marcos Rogério.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Na verdade, a minha ponderação vai até na direção do que o Senador Omar acabou de mencionar, mas não quero fazer isso sem antes fazer um registro, cumprimentando a presença do Ministro Nunes Marques, do STF, a esta sessão de sabatina. Quero cumprimentar o sempre Presidente Humberto Martins, Presidente da nosso STJ; aos magistrados que compõem o Tribunal Superior do Trabalho que aqui estão a nossa saudação bem como àqueles que fazem parte dos TRFs.

A minha fala... Eu até me dei parcialmente satisfeito pela provocação do Senador Omar, porque ele levantou um tema que é central em relação à atuação dos magistrados Brasil afora e também no Ministério Público. E o CNJ nesse particular, acho, considero que agiu com absoluto acerto. É preciso fazer dar efetividade à decisão que foi tomada no dia 08. O CNJ já disse: os magistrados precisam voltar ao trabalho, voltar às suas varas, às suas comarcas e trabalhar presencialmente. Essa foi a decisão do CNJ.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Em alguns casos, estão na Europa.

O SR. MARCOS ROGÉRIO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO) – Agora, a decisão do CNJ, ao passo em que determina isso, remete ao tribunal na sua instância própria disciplinar essa condição de volta ao trabalho. Eu penso que agora, para fazer valer aquilo que foi decidido aqui, é preciso fiscalizar a efetividade. Hoje, isso...

E quero cumprimentar a seccional da OAB do meu Estado, que provocou o CNJ em relação a esse tema, porque os magistrados não estavam apenas trabalhando remotamente por estarem em deslocamento da comarca; não, eles estavam morando fora – morando fora! É aquilo que o Omar disse: faz um concurso para atuar no interior de qualquer um dos nossos estados – Rondônia, Amapá, Amazonas –, Senador Tasso, mas opta por morar na beira da praia, lá em Santa Catarina ou lá no Nordeste brasileiro, decidindo, julgando de maneira remota.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E por que o tema veio à baila? Porque o advogado se sentiu prejudicado na sua atuação dentro do processo e reclamou. Inicialmente, algumas cortes afastaram a pretensão da OAB, dizendo que isso não interessava à Ordem. Ora, como não?! A advocacia é essencial na aplicação, na efetividade da justiça. Como não é interesse da advocacia? É claro que é interesse da advocacia, é interesse do cidadão.

E o CNJ aqui... E quero cumprimentar o CNJ pela decisão. Penso que o CNMP na mesma direção deve dar efetividade a esse entendimento, para garantir que tanto o magistrado quanto o membro do Ministério Público estejam presentes na comarca. A situação excepcional que nós vivemos na pandemia – e ainda requer cuidados, obviamente – não justifica ter um magistrado trabalhando de maneira remota fora do seu estado, fora do seu domicílio.

E nós vamos ter de enfrentar aqui no Parlamento, e talvez a Corregedoria... Se eu não estou enganado, a Corregedoria do STJ me parece estar se debruçando sobre este tema: o conceito de teletrabalho e trabalho remoto. Nós vamos ter de enfrentar isso em todas as instâncias, porque se atribuiu com a pandemia uma definição de trabalho remoto em qualquer lugar.

Uma coisa é você estar remotamente dentro do seu estado, dentro da sua comarca, trabalhando, e não lá presente em razão da cautela sanitária, mas você está presente; outra coisa é você estar na beira da praia, fora da sua jurisdição, em teletrabalho – isso vai em prejuízo ao cidadão, vai em prejuízo às partes que atuam no processo.

Eu queria aqui cumprimentar o Omar por levantar esse tema que é um tema que prejudica a população do Amazonas, prejudica a população de Rondônia e dos demais estados da Federação. E o CNJ, de maneira muito acertada, tomou uma medida. A provocação que eu faço agora é que haja fiscalização para dar efetividade ao entendimento que foi adotado pelo CNJ. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dr. Bandeira.

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO (Para expor.) – Inicialmente, agradeço ao Senador Omar por me dar a oportunidade de tratar desse tema que acabou sendo parcialmente respondido já pelo Senador Marcos Rogério, atualizadíssimo com o resultado da última sessão do CNJ – já sabia, inclusive, o que foi aprovado lá.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Calma que o Senador Marcos Rogério não está sendo sabatinado aqui hoje! (*Risos.*)

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO – Não! Longe disso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A pergunta foi para o Conselheiro Bandeira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO – Com certeza. (*Risos.*)

Vamos lá.

Esse problema de o juiz não residir na comarca, particularmente em municípios mais distantes da capital, assola o Brasil e piorou muito depois da pandemia. Já se conhecia a situação de diversos magistrados que trabalhavam no sistema conhecido como TQQ – terça, quarta e quinta na comarca e depois voltariam à capital. Isso é um problema conhecido. No entanto, conhecemos também a disposição constitucional que determina a residência do magistrado na comarca, porque ele é presença do Estado na localidade. Junto com o Prefeito, junto com o delegado, o juiz assegura a presença do Estado e a execução da lei naquele local.

Muita coisa pode ser feita por meio do teletrabalho. Uma série de decisões pode ser proferida dessa forma. E acho que durante a pandemia a tecnologia foi inserida de forma maciça no Judiciário, o que trouxe ganhos de produtividade, o que trouxe uma série de vantagens até, inclusive para as partes, para a tramitação do processo eletrônico, etc. Então, muito se ganhou com a tecnologia que surgiu da pandemia. No entanto, a pandemia também trouxe uma série de normativas para permitir o funcionamento dos tribunais remotamente que começaram a criar um problema para o próprio Poder Judiciário, porque vários magistrados de fato não queriam retomar as atividades presenciais. É bem verdade que não é só no Poder Judiciário, não. Nós verificamos isso também em outras instâncias do poder público.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO – Exato, mas, Senador Omar... Senador Omar... O que acontece? Durante o período da pandemia, nós tivemos realmente uma autorização expressa de teletrabalho a fim de que pudesse cumprir as normas sanitárias. Recentemente, no entanto, o CNJ se apercebeu da impossibilidade de manter-se aquele sistema.

Eu vejo aqui a atual Presidente do STJ e até anteontem a nossa Corregedora Nacional de Justiça, assim como o seu antecessor, o Ministro Humberto Martins – Maria Thereza Moura e Humberto Martins. Mais de uma vez, mais de uma vez – eu vi o relatório da parte da Ministra Maria Thereza Moura, na condição de Corregedora Nacional –, visitavam um fórum, e as salas estavam todas fechadas, as varas todas fechadas...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Bandeira, Bandeira...

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO – Pois não.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – O Marcos Rogério me lembra bem que a Receita Federal também está na mesma onda. Você está me entendendo? Eu não estou falando só do Judiciário.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO – Pois é.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Estou falando de repartições públicas importantes...

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO – Com certeza, com certeza.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... de que o povo brasileiro precisa. A Receita Federal é uma beleza. Ali é o seguinte: você chega ao céu... E dizem que o Senado que é o céu! Ali, não... Aliás, ali eles vão atrás daquilo que... Deixa para lá. Vai haver mudança nesse sentido, tenho certeza absoluta.

E quantos juízes foram...

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO – Já vou...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... quantos juízes foram punidos nesses dois últimos anos?

O SR. LUIZ FERNANDO BANDEIRA DE MELLO – Tenho aqui a resposta, Senador. Só estava concluindo o raciocínio anterior para dizer que, em virtude desses relatos de varas fechadas e fóruns sem funcionar, o CNJ, na última sessão, aprovou uma resolução determinando o retorno à atividade presencial dos magistrados e regulamentando o trabalho remoto. E, nesse processo, nessa resolução, Senador Omar, já foi instaurado um procedimento de cumprimento de decisão para acompanhar essas taxas de retorno e verificar se cada tribunal está cumprindo com essa presença física na comarca.

Não vou deixar de respondê-lo, Senador. O senhor me perguntou, nos últimos dois anos, quantas punições disciplinares o CNJ aplicou. Foram quatro magistrados aposentados, um servidor demitido, três magistrados postos em disponibilidade, que é uma espécie de suspensão por dois anos, e outros quatro que receberam advertência ou censura. Se aumentarmos o escopo temporal, o CNJ já aposentou 70 magistrados, já colocou 18 em disponibilidade, já aplicou 30 penas de censura ou advertência e outras 7 de remoção compulsória, que é quando você tira o magistrado da comarca – então, quando o problema é basicamente ligado à sua presença na localidade –, e ainda mais 6 demissões daqueles que não tinham ainda vitaliciedade.

Espero ter respondido a V. Exa.

Continuo à disposição e, digo-lhe, comprometido a lutar para resolver esse problema.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dr. Engels.

O SR. ENGELS AUGUSTO MUNIZ (Para expor.) – Presidente, o Senador Omar também fez um questionamento direto sobre como tem se comportado o Conselho Nacional do Ministério Público também nesses casos.

Senador, eu sou de uma cidade do interior da Bahia, de 9,5 mil habitantes. Então, eu sei exatamente o que diz V. Exa. quando fala de nenhum juiz e nenhum promotor quererem ir para lá.

Antes de ser indicado pelo Senado para compor aquela cadeira, eu sou advogado, desde 2012, com atuação nos tribunais da Bahia e aqui no Distrito Federal. Então, o senhor tenha certeza de que este indicado do Senado Federal lá tem cobrado isto muito: a participação e a prestação, verdadeiramente, do serviço do promotor nas cidades onde ele está lotado.

Efetivamente – e o Senador Marcos Rogério também já me questionou –, sim, o CNMP foi na mesma linha, tem uma Recomendação Geral nº 2, deste ano, de outubro de 2022, que determina que todo promotor de Justiça resida na comarca onde ele está lotado e também que sejam instaurados procedimentos por todas as corregedorias locais sem prejuízo de avocarmos algum procedimento que não esteja sendo adequadamente conduzido pela corregedoria local. Então, o CNMP está atento.

O senhor tem o compromisso aqui firmado por mim de que acompanharei – como esse é um debate muito recente, e tudo isso, como V. Exa. falou, está acontecendo neste exato momento – isso lá e cobrar de todo corregedor e de todo PGJ essa atuação.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Eu vou sugerir para V. Exa. e para o Bandeira que façam um simples requerimento aos corregedores dos tribunais de justiça e aos corregedores dos ministérios públicos estaduais. Pergunte, porque eles não podiam ir para o interior, mas perguntem, nesses dois anos, quantos cursos eles foram fazer em outros estados, em outros países – está certo? –, quanto eles ganharam de diária para fazer isso, porque aí você vai ter uma noção do que foi feito nesses dois últimos anos, justificando a pandemia, não puderam trabalhar se não fosse de forma semipresencial.

Então, é um requerimento simples...

O SR. ENGELS AUGUSTO MUNIZ – O.k.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – ... que o CNJ pode fazer e o Conselho Nacional do Ministério Público pode fazer aos corregedores estaduais. Aí nós vamos ter uma surpresa muito grande em relação a não poder ir para as comarcas, mas poder sair para outros estados e outros países para fazer pseudocursos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ENGELS AUGUSTO MUNIZ – O.k.

Complementando, Senador, foram 30 sanções aplicadas, entre demissões advertências e remoções.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Gostaria de agradecer e também de registrar a presença do Ministro Reynaldo Fonseca. Seja muito bem-vindo à nossa Comissão.

Também aproveito esta oportunidade, em que nós estamos nos encaminhando para o encerramento...

O Senador Fabiano Contarato pediu, como último orador. Eu preciso ceder a palavra para ele, até porque ele completou o quórum da nossa Comissão no dia de hoje.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Inicialmente, eu queria pedir desculpas pelo atraso. Não costumo fazer isso, mas eu pedi a palavra neste momento, Senador Davi, apenas para registrar aqui a minha alegria na sabatina de todos os indicados. Quando eu vejo aqui membros do Conselho Nacional do Ministério Público, do Conselho Nacional de Justiça, que muito têm feito...

Eu sou testemunha disso, do que realmente se fez. Eu fui vítima, no processo de adoção do meu primeiro filho, por um comportamento homofóbico de um promotor de justiça, e eu, como um cidadão, como um pai, bati às portas do Conselho Nacional do Ministério Público, e esse promotor ali recebeu uma sanção administrativa de cinco dias de suspensão, como foi condenado também o estado por dano moral no comportamento homofóbico, que, infelizmente, ainda é o retrato do país.

Falar que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, está longe de ser uma realidade. Infelizmente, nós ainda temos um Brasil que é sexista, que é homofóbico, que é racista, que é misógino, que é xenofóbico, e nós temos que lutar diuturnamente para reduzir, diminuir toda e qualquer forma de discriminação, porque não basta estar no art. 4º, inciso III, da Constituição Federal, que um dos princípios da República Federativa do Brasil é promover o bem-estar de todos e abolir toda e qualquer forma de discriminação se nós ainda temos um país de desiguais.

Eu não me canso de falar: entrei aqui com o meu primeiro mandato como Senador, mas eu queria muito que esta Casa de leis tivesse uma representação muito maior dos pretos, dos pardos, dos indígenas, dos quilombolas, dos pobres. Aí, sim, nós teríamos uma representatividade mais efetiva.

Então, eu quero aqui registrar a minha admiração e respeito por todos aqueles que estão sendo conduzidos e reconduzidos ao CNJ e ao CNMP, mais uma vez lembrando aquela espinha do Estado democrático de direito que está no art. 129: entre suas funções, o Ministério Público tem a função dúplice

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de *custos legis*, como fiscal da lei, e de *dominus litis*, como titular da ação penal pública. Que nós tenhamos uma Justiça que seja igualitária!

Eu, como delegado de polícia, infelizmente, por 27 anos, fui utilizado pelo Estado para agir de forma contundente contra pobres pretos. Foi isso que, infelizmente, aconteceu. Se você traçar um perfil sociológico... Aí eu faço um desafio aos meus colegas que estão aí sendo reconduzidos. Se você traçar um perfil sociológico da população carcerária do Brasil, ela é de pobres e pretos e de crimes contra o patrimônio, quando os crimes que dão maior prejuízo são os crimes praticados, infelizmente, por políticos, por agentes públicos, por agentes políticos, são crimes contra a ordem tributária, crimes contra o sistema financeiro, crimes de sonegação fiscal, contrabando, peculato, descaminho, corrupção ativa, corrupção passiva, extorsão. E qual é o percentual da população carcerária que efetivamente pratica isso? São crimes de colarinho branco. O que nós temos é uma cadeia de pobres e pretos que praticam crimes contra o patrimônio como um fenômeno social. E é nossa função enquanto Parlamentares diminuir ou reduzir esse fenômeno social. E que tenhamos, sim, um Estado onde todos seremos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza!

Eu tenho também recebido – acho que o CNMP e o CNJ têm que ficar atentos – denúncias de juízes que atuam em determinada comarca, mas que estão morando até fora do país. Estão fora do país! Essa é uma realidade. E nós temos que estar aqui vigilantes e atentos a isso.

No mais, mais uma vez, Presidente Davi Alcolumbre, muito obrigado pela paciência.

Quero desejar toda a sabedoria, discernimento e equilíbrio emocional a todos os conselheiros que hoje serão aprovados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Fabiano. Obrigado também pela presença de V. Exa.

Nós estamos aqui desde as 10h da manhã – são 12h50 –, cumprindo com nossas obrigações aqui, na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Eu queria agradecer, por todo esse período, a vários magistrados de tribunais superiores e também a membros do Ministério Público.

Quero registrar a presença aqui do Ministro Nunes Marques, o Ministro Kassio, que chegou aqui no começo da nossa reunião, Ministro da Suprema Corte do Brasil. Quero lhe agradecer a presença, por nos acompanhar hoje, nesta reunião da Comissão, por todo o período.

Também quero agradecer à Presidente Maria Thereza pela presença e ao Presidente Humberto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E, nas pessoas do Humberto e do Ministro Antonio Carlos, quero agradecer a todos os Ministros da Suprema Corte, também ao Ministro Luis Felipe Salomão, que esteve conosco aqui, e ao Ministro Benedito, enfim a todos os magistrados que prestigiaram o Senado Federal e o Parlamento.

Quero agradecer a todos os Senadores que participaram. Quero agradecer o quórum de 27 Senadores presentes aqui, na nossa Comissão. Isso mostra, Senador Tasso, que esta semana de esforço concentrado foi uma decisão acertada e também reconhecida pelos membros desta Casa, porque estamos todos aqui – há um número expressivo de Senadores – para cumprirmos as nossas obrigações dentro desta relação institucional que nos cabe no Senado Federal de fazermos e deliberarmos as matérias que estavam pendentes aqui na Comissão e em outras Comissões.

Estamos também tendo a sabatina de diretores de agências reguladoras em outras Comissões. Posso citar o exemplo da Aneel, Agência Nacional...; da Anatel, Agência Nacional de Telecomunicações; da ANTT também. Temos a sabatina de diversos embaixadores que irão para as missões diplomáticas em outros países, representando o nosso país.

Então, eu queria agradecer também, em nome do Presidente Rodrigo Pacheco, a condução desse processo, que se dá sob a liderança do Presidente do Senado e do Congresso Nacional, que conduziu, nesta semana decisiva, Líder Nelsinho, o esforço concentrado para que o Senado pudesse dar suas respostas para a sociedade, para o Parlamento e para a magistratura brasileira.

Quero agradecer ao Dr. Engels, ao Dr. Bandeira, à Dra. Liana, ao Dr. Paulo Sérgio, ao Dr. Messod, cumprimentá-los pelas explanações aqui e reconhecer a capacidade intelectual de V. Exas. de chegarem aqui.

Como Presidente desta Comissão e ex-Presidente do Senado, quero reconhecer também o papel do Senado da República como a Casa da Federação, que faz e que chancela as indicações para tribunais superiores. É uma divisão... uma responsabilidade compartilhada entre o Presidente da República e os tribunais de indicar a mensagem, fazer a indicação, mas também esta Casa tem este papel assegurado na Constituição de fazermos a deliberação para referendarmos as indicações do Poder Executivo.

Então, eu acho que nós cumprimos o rito, fizemos a nossa obrigação. Repito: algumas dessas mensagens estão há mais tempo; outras, há menos tempo aqui, no nosso Senado Federal, mas nós estávamos em um período eleitoral, em que nós Senadores não conseguíamos nos reunir para deliberar indicações de autoridades porque nós precisamos ter a presença física do Senador, com uma votação individual, com a presença no Parlamento.

Então, foi construído esse ambiente para que a gente pudesse ter o maior número possível de Senadores aqui, há 22 dias da eleição de segundo turno, da eleição para Presidente, para governadores que disputaram o segundo turno, e que deu o conforto para também, na semana passada, vários membros do Senado Federal estarem em viagem ao exterior, participando e representando o Senado Federal, por

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exemplo, no Egito, na COP, levantando e defendendo o Congresso Brasileiro e o país em relação às questões da sustentabilidade.

Foi um cronograma que nós cumprimos adequadamente, dentro dos critérios estabelecidos pelo Regimento do Senado Federal, dentro das condições de cada Senador e de cada Senadora se fazer presente para que a gente pudesse deliberar com um quórum qualificado, pela importância da indicação de V. Exas. aqui no dia de hoje.

Então, com o dever cumprido, eu agradeço profundamente a todos os que vieram nos visitar, todos os Senadores e todas as Senadoras, todas as autoridades e declaro encerrada a votação, com o quórum máximo da Comissão de Constituição e Justiça – 27 Senadores.

Gostaria de solicitar à Secretaria-Geral da Mesa que divulgue o resultado da votação no painel.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dr. Messod Azulay Neto: SIM, 27; nenhum NÃO.

Total: 27.

Dr. Paulo Sérgio Domingues: SIM, 26; NÃO, 01.

Total: 27 votantes.

Dra. Liana Chaib: SIM, 27; nenhum NÃO.

Total: 27.

Dr. Engels Augusto Muniz, para o CNMP: SIM, 25; NÃO, 01.

Uma abstenção.

Total: 27.

Dr. Luiz Fernando Bandeira de Mello Filho, para o CNJ: 26 "SIM"; nenhum "NÃO".

Nenhuma abstenção.

Total de 27.

Estão todos os sabatinados aprovados na Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal. (*Palmas.*)

Informo... Informo...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Informo aos Senadores e às Senadoras que, por determinação desta Presidência, encaminharei imediatamente a matéria para a Mesa do Senado Federal para nós deliberarmos ainda no dia de hoje.

Com a palavra o Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Pela ordem.) – Que fique registrado o meu requerimento de urgência para a votação no Plenário das autoridades aprovadas hoje.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Fica registrado também o requerimento do Senador Lucas Barreto para votação imediata no Plenário do Senado Federal. (*Pausa.*)

Divulgado o resultado, que já está público, e nada mais havendo a tratar, cumprido o expediente destinado a esta reunião, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 45 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 55 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 15ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 06 DE DEZEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e trinta e quatro minutos do dia seis de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Jader Barbalho, Renan Calheiros, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Roberto Rocha, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Alvaro Dias, Eduardo Girão, Alexandre Silveira, Lucas Barreto, Omar Aziz, Mecias de Jesus, Otto Alencar, Vanderlan Cardoso, Flávio Bolsonaro, Maria do Carmo Alves, Carlos Portinho, Paulo Paim, Telmário Mota, Rogério Carvalho, Jaques Wagner, Eliziane Gama, Weverton, Fabiano Contarato, Alessandro Vieira, Julio Ventura, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixa de comparecer o Senador Marcos Rogério. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Proposta de Emenda à Constituição n° 32, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências." **Autoria:** Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Jean Paul Prates (PT/RN), Senador Dário Berger (PSB/SC), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Paulo Paim (PT/RS), Senador Fabiano Contarato (PT/ES), Senador Flávio Arns (PODEMOS/PR), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP), Senador Humberto Costa (PT/PE), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Jader Barbalho (MDB/PA), Senador Jaques Wagner (PT/BA), Senador Acir Gurgacz (PDT/RO), Senadora Mailza Gomes (PP/AC), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senadora Leila Barros (PDT/DF), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senadora Nilda Gondim (MDB/PB), Senadora Simone Tebet (MDB/MS), Senador Confúcio Moura (MDB/RO), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senadora Rose de Freitas (MDB/ES), Senador Eduardo Braga (MDB/AM), Senador Irajá (PSD/TO), Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE), Senador Guaracy Silveira (PP/TO), Senador Weverton (PDT/MA), Senadora Maria do Carmo Alves (PP/SE), Senador Julio Ventura (PDT/CE), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Renan Calheiros (MDB/AL), Senador Jorge Kajuru (PODEMOS/GO). **Relatoria:** Senador Alexandre Silveira. **Relatório:** Favorável à PEC nº 32, de 2022, na forma do Substitutivo que apresenta, com acolhimento parcial das PECs nº 31, 33 e 34, de 2022 e integral ou parcial das Emendas nºs 01, 03, 05, 07, 09, 10, 11, 12, 14, 18, 19, 21, 24, 27, 30, 33, 40, 45, 46 e 48, e pela rejeição das demais Emendas. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável à PEC 32/2022, nos termos da Emenda nº 53-CCJ (Substitutivo), com acolhimento parcial das PECs nº 31, 33 e 34, de 2022 e integral ou parcial das Emendas nºs 01, 03, 05, 07, 09, 10, 11, 12, 14, 18, 19, 21, 24, 27, 30, 33, 40, 45, 46 e 48, e pela rejeição das demais Emendas. Votam vencidos os Senadores Eduardo Girão, Plínio Valério e Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezessete horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/06

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Queria cumprimentar a todos os Senadores e Senadoras aqui presentes; agradecer a presença; cumprimentar a imprensa, os servidores, na pessoa do Dr. Ednaldo, nosso Secretário-Geral da Comissão.

Havendo número regimental, declaro aberta a 15ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Informo ao Plenário do Senado Federal que a presente reunião será semipresencial, sendo permitida a participação remota das Sras. e Srs. Senadores por sistema de videoconferência, e destina-se à

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

discussão e deliberação do item único que trata da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2022, que tramita em conjunto com as PECs nºs 31, 33 e 34, de 2022.

Item único da pauta.

ITEM 1

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 32, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências.

Autoria: Senador Marcelo Castro (MDB/PI) e outros

Relatoria: Senador Alexandre Silveira

Relatório: Pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da PEC nº 32, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo, com acolhimento parcial das PECs nº 31, 33 e 34, de 2022 e integral ou parcial das emendas nºs 01, 03, 05, 07, 09, 12, 14, 19, 21, 24, 27, 30 e 33, com rejeição das demais emendas.

Observações:

- Foram apresentadas as seguintes emendas à PEC nº 32, de 2022 (todas dependendo de relatório):

Emenda nº 1, de autoria do Senador Oriovisto Guimarães;

Emendas nº 2 a 7, de autoria do Senador Jorge Kajuru;

Emendas nº 8 e 9, de autoria da Senadora Soraya Thronicke;

Emendas nº 10 e 18, de autoria da Senadora Eliziane Gama;

Emenda nº 11, de autoria do Senador Mecias de Jesus;

Emendas nº 12 a 16, de autoria da Senadora Eliane Nogueira;

Emenda nº 17, de autoria do Senador Zequinha Marinho;

Emenda nº 19, de autoria do Senador Eduardo Braga;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Emendas nº 20 e 21, de autoria do Senador Vanderlan Cardoso;

Emendas nº 22 e 23, de autoria da Senadora Mara Gabrilli;

Emendas nº 24 a 28, de autoria do Senador Alessandro Vieira;

Emenda nº 29, de autoria do Senador Davi Alcolumbre;

Emendas nºs 30 a 33, de autoria do Senador Carlos Portinho;

Emendas nºs 34 e 35, de autoria da Senadora Rose de Freitas;

Emenda nº 36, de autoria do Senador Rogério Carvalho.

[Tramitam em conjunto: Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2022, Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2022, e Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2022.]

Informo ao Plenário do Senado Federal que tramita em conjunto a Proposta de Emenda à Constituição nº 31, de 2022, que altera os arts. 165 e 167 da Constituição Federal e o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para estabelecer novo regime fiscal.

Autores da matéria: Senador José Serra e outros.

Também tramita em conjunto a Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2022, que altera o art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e dá outras providências.

Autores dessa proposta: Senador Tasso Jereissati e outros.

Tramita também em conjunto a Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2022, que institui o Regime Fiscal Sustentável e revoga o inciso III do *caput* e o §6º do art. 167 da Constituição Federal e os arts. 106, 107, 110, 111 e 112 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Autores dessa proposta: Senadora Leila Barros e outros.

Relatoria: Senador Alexandre Silveira.

Relatório pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da PEC nº 32, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo, com acolhimento parcial das PECs nºs 31, 33 e 34, de 2022, e integral ou parcial das Emendas nºs 1, 3, 5, 7, 9, 12, 14, 19, 21, 24, 27, 30 e 33, e rejeição das demais emendas.

Concedo a palavra ao Senador Alexandre Silveira para proferir o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Presidente Davi, Lasier.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pela ordem, Senador Lasier.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS. Para questão de ordem.) – É para arguir, Presidente, uma questão de ordem.

Diz o art. 108 do Regimento Interno, §1º, que "a pauta dos trabalhos das Comissões [...] será disponibilizada em meio eletrônico [...], com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis".

Essa pauta, Presidente Davi, só foi disponibilizada ontem, às 17h07. Portanto, temos menos de 24 horas.

Segundo aspecto: o parecer foi disponibilizado agora, há poucos instantes. A matéria é muito complexa, é muito importante, e não podemos tratar dessa matéria de afogadilho.

Diante disso, com base no Regimento Interno, eu peço a V. Exa. que determine a matéria para ser discutida amanhã, quando teremos, então, dois dias úteis.

É a questão de ordem.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AM. Pela Liderança.) – Manifesto o meu apoio, pela Liderança do Governo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só para responder diretamente a V. Exa. de maneira muito sucinta, o questionamento a que V. Exa. se refere trata das reuniões das sessões ordinárias. Esta reunião é uma reunião extraordinária. Portanto, não se submete ao artigo levantado por V. Exa.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Permite, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. LASIER MARTINS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - RS) – Em PEC, não cabe matéria de urgência. Ela é complexa. Só o relatório, só o parecer tem 20 laudas. É impossível tomar-se conhecimento desse conteúdo. Portanto, a questão formal deve preponderar nesse caso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não se trata de PEC de urgência ou não de urgência; trata-se de uma sessão extraordinária.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não é esse o critério adotado numa sessão extraordinária...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Eu acho que o objetivo...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Na reunião extraordinária.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - ES) – Eu acho que o objetivo aqui são as pessoas, os brasileiros passando fome; é prioritário. Nós temos que estar aqui votando hoje logo isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Marcos.

Convido o Senador Alexandre Silveira para vir à mesa fazer a leitura do seu relatório.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Eu gostaria de apelar para que isso seja votado pelo Plenário. Eu explico.

É lógico, Senador Marcos do Val, todos temos interesse. Aliás, eu venho tentando convergir. O próprio Governo concorda com a valor de R$600 do Auxílio Brasil, mas a gente tem outras questões que não podemos, com todo respeito, passar no atropelo. O relatório entrou agora; quando deu quórum, entrou o relatório; 20 páginas; é um tema complexo. E foi alterado. Foi alterado! Espero que para melhor, Senador Alexandre Silveira; confio na sua relatoria. Agora, é necessário que a gente tenha o prazo para a gente poder avalizar.

Eu já quero aproveitar o meu pela ordem, Sr. Presidente, e V. Exa. na condução dos trabalhos. Eu tenho um requerimento de audiência pública e eu gostaria de sustentá-lo e que fosse colocado para deliberação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só para registrar, o requerimento de V. Exa. será deliberado no momento oportuno.

Agora nós vamos justamente passar a palavra ao Relator da matéria, para que ele possa fazer a leitura do relatório e trazer ao conhecimento da Comissão de Constituição e Justiça o seu voto.

Com a palavra o Senador Alexandre Silveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE. Pela ordem.) – Presidente Davi, eu queria fazer uma questão de ordem, por gentileza.

Essa arguição do nosso querido Senador Lasier Martins, corroborada pelo Senador Portinho, embora o senhor não considere pertinente, eu gostaria de apelar por uma decisão do Plenário desta Comissão, porque é algo que é humanamente impossível – repito: humanamente impossível – nós deliberarmos um relatório de dezenas de páginas sobre algo de que não tomamos conhecimento.

Esta PEC, Presidente Davi Alcolumbre, é uma PEC sobre a qual existe uma grande expectativa na sociedade, de um lado e de outro. Nós precisamos ter razoabilidade neste momento com a PEC que pode gerar problemas graves para a nação da maneira como está sendo especulada na mídia: inflação, juros, dívida pública aumentando... Alguns chamam de PEC da gastança; outros, de PEC argentina; para mim, é a PEC do fim do teto. E a gente, neste momento, precisa ter responsabilidade com o brasileiro.

A manutenção de R$600 é razoável, até porque os dois presidenciáveis se comprometeram com isso. É um gesto altamente simbólico e positivo do Legislativo com relação a isso, mas o que está sendo especulado em entrevistas do próprio Governo, pela equipe de transição, é algo que aumenta, e muito, isso, que transcende muito os R$53 bilhões, que dariam para nós nos compromissarmos de R$405 para R$600.

Então, eu peço ao senhor sabedoria, discernimento e que nós não sejamos atropelados aqui, tratorados neste momento, buscando a pacificação.

Senador Veneziano Vital do Rêgo, o que a gente quer aqui é a pacificação, é serenidade num momento importante da nação. Então, eu peço que não apenas a audiência pública seja deliberada, porque é importante... Ninguém sabe quem é o ministro da Economia desse Governo, mas nós temos ex-ministros da Economia que podemos ouvir, economistas que conhecem o assunto, que nós devemos ouvir antes de uma deliberação desta.

Então, eu gostaria de fazer o pedido a V. Exa. de que tanto a questão da audiência pública como a questão de ordem suscitada pelo Senador Lasier Martins fossem aqui deliberadas amanhã, porque a gente vai ter tempo pelo menos de ler – pelo menos de ler!

Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Kajuru, esse esclarecimento já foi dado ao Senador Lasier. Não tem questão de ordem, não cabe a esta Presidência deliberar sobre um esclarecimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com a palavra o Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Obrigado.

Presidente, nesta Casa, eu nunca desqualifiquei nenhum companheiro da oposição quando discordei. Agora, neste momento, eu queria pedir à oposição um pouquinho mais de generosidade neste momento. Por quê? Porque o Presidente Bolsonaro pregou o mesmo, e, se ele tivesse sido reeleito, Presidente Davi, esta CCJ já tinha definido esta PEC 15 dias antes! Agora, eu não entendo por que a oposição tem hoje esses argumentos!

Vamos para o voto; no que a oposição não concordar em relação a emendas apresentadas, às PECs... Eu, por exemplo, apresento cinco modificações, além do equilíbrio: nem quatro, que é um cheque em branco, nem um, que é algo radical de oposição por oposição, e proponho uma emenda de dois anos para o meu querido e respeitoso Senador Alexandre Silveira. Então, vamos ao voto e pronto, acabou!

Não há diferença nenhuma, gente, em votar hoje e votar amanhã. Todos nós temos consciência do que o Senador Alexandre Silveira escreveu, até porque a gente lê!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu já organizei a lista...

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minuto, Senador Fávaro, só um minuto, Senador... Não, não, porque senão... Vamos fazer a lista de inscrição, todo mundo quer debater a matéria, todo mundo quer discutir a matéria...

A sessão do Senado Federal só começa 16h. São 10h46min. Se nós precisarmos, ficaremos aqui até 16h, eu tenho certeza absoluta de que todo mundo vai ter tempo hábil para debater, discutir a matéria, deliberar sobre as questões de ordem, os levantamentos feitos pelos Senadores.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Alexandre Silveira para ele fazer a leitura do relatório, e a gente vai ter tempo para discutir.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, mas é só pela ordem – é pela ordem de verdade mesmo.

Eu queria me inteirar... O Tasso já me explicou aqui que a dele está apensada; então, a do Alessandro, a do Tasso, a do Serra, todas apensadas aí?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Eu tenho uma posição já predeterminada...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Exceto a do Senador Alessandro, que não atingiu o número. Todas as outras estão apensadas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Alexandre, V. Exa. vai ter o tempo para apresentar o relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Mas é isso aí, apensou a do Tasso. E fez o substitutivo, ou não?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ele vai esclarecer na leitura do voto.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra o Senador Alexandre Silveira, Relator da matéria.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu fiz um pedido – é superbreve – que talvez ajude a pacificar e permitir a leitura do colega Alexandre. Teremos pedido de vista.

Existe... Infelizmente, hoje a gente recebe informações via imprensa. Se esse pedido de vista for concedido, de 24 horas, certamente dará o prazo para análise e correções. Então, gostaria que V. Exa. já avaliasse essa questão, para que a gente tenha um desenrolar...

Todos nós estamos alinhados, no sentido de atender àqueles que mais precisam; a nossa divergência está na forma. Então, não tem lugar para discurso de bonzinho e malvado. É técnica, é respeito, é construção.

Então, gostaria de V. Exa. uma boa vontade com relação à concessão de 24 horas de vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – No momento oportuno da deliberação da decisão da Mesa sobre a vista, nós vamos decidir com base no artigo e no Ato nº 8 do Congresso Nacional.

Com a palavra o Senador Alexandre Silveira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, só uma questão de ordem também, antes de começar: eu apresentei uma emenda, a de nº 43, Relator. Acho que não deu tempo de V. Exa. apreciar porque foi apresentada em cima da hora. Quero pedir a V. Exa. também que, no momento oportuno, possa fazer análise sobre essa emenda.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador Flávio. Essas emendas apresentadas em cima da hora, todas elas estão sendo elencadas aqui para, no momento adequado, a gente abordá-las.

Presidente, primeiro eu gostaria de agradecer ao senhor pela confiança de nos designar Relator dessa matéria, que eu, particularmente, julgo imprescindível para o Brasil, que é abrir o espaço fiscal para cuidar dos milhões de brasileiros que dependem exclusivamente do Auxílio Brasil, o Bolsa Família, para sua sobrevivência. E eu peço licença para começar a minha leitura a partir da análise do relatório.

O art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, atribui à CCJ a competência para opinar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem. *Fora do microfone*.) – Presidente, uma questão de ordem. Eu gostaria que o texto todo fosse lido porque eu só tenho a minuta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não entendi.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu gostaria que o relatório fosse lido na sua íntegra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pelo que entendi, ele vai ler o relatório na íntegra, mas vai começar pela análise, não é isso?

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Pode ser.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não. Quer dizer, vai para a análise, depois volta para...? É melhor ler tudo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tudo bem. Solicito ao Relator que faça a leitura do...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu peço que seja lido integralmente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente, tudo bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu tenho aqui uma minuta apenas, e eu me baseei nela. Quero me basear...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – No relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... no texto.

Quero também dizer o seguinte: não se trata de medida de postergação pura; eu recebi agora, eu estou interessado no assunto. Tenho uma emenda, já li a minuta neste texto, porque a minuta que apresentei junto com o Senador Oriovisto foi acolhida. Eu quero saber em que termos.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador. Eu só pedi ao Presidente que fosse pelo parecer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E quero fazer uma observação geral.

Nós hoje temos que aqui, em nome dos que precisam do auxílio, de que nome ele seja, conjugar o verbo ensinado pelo Papa Francisco: "misericordiar". É um verbo. Nem o Kajuru conhecia isso. Então, "misericordiemos".

Obrigado.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Então, eu vou começar pelo relatório.

Vêm à deliberação desta Comissão de Constituição, Cidadania e Justiça as Propostas de Emenda à Constituição nºs 31, 32, 33 e 34, todas de 2022, cujo objetivo comum é criar espaço fiscal para ampliação de gastos primários no próximo ou próximos anos.

Antecipando a declaração de voto pela aprovação da PEC 32, de 2022, na forma de substitutivo, descreveremos, a seguir e brevemente, as PECs a ela apensadas, para, em seguida, detalhá-la.

A PEC 31, de 2022, cujo primeiro signatário é o Senador José Serra, propõe que o Presidente da República encaminhe ao Senado Federal, em até seis meses após a promulgação da emenda constitucional, proposta para o montante da dívida consolidada da União, nos termos do art. 52, inciso VI, da Constituição. Uma vez aprovado o limite global da dívida, será revogado o teto de gastos, introduzido em 2016. A PEC garante também, emergencialmente, créditos extraordinários no limite de até R$100 bilhões para fazer frente ao atendimento de despesas de programas de transferência de renda.

A PEC nº 33, de 2022, tem como primeiro signatário o nobre Senador Tasso Jereissati e propõe a manutenção do teto de gastos, introduzido pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016, mas adiciona, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

o exercício financeiro de 2023, o valor de R$80 bilhões. Esse valor será incorporado ao teto nos anos seguintes. Adicionalmente, de forma similar à PEC nº 32, de 2022, como será visto adiante, propõe que doações a fundos de meio ambiente e universidades bem como suas receitas próprias sejam excluídas do cômputo do teto.

A PEC nº 34, de 2022, tem como primeira signatária a Senadora Leila Barros. Similarmente à PEC nº 31, de 2022, prevê a aprovação de um novo regime fiscal e, até a sua aprovação, autoriza o dispêndio de R$125 bilhões fora do teto para o financiamento de programas de transferência de renda. Após a aprovação desse novo regime fiscal, será revogado o teto de gastos, instituído pela Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Assim como a PEC nº 32, de 2022, a PEC nº 34 também exclui doações a fundos de meio ambiente e universidades do limite imposto pelo teto de gastos.

Já a PEC nº 32, de 2022, cujo primeiro signatário é o Senador Marcelo Castro, "altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para a transição da Presidência da República aplicáveis à Lei Orçamentária de 2023, e dá outras providências".

A PEC nº 32, de 2022, apresenta três artigos: o art. 1º inclui os §§6º-A e 6º-B no art. 107 e inclui também os arts. 121 e 122, todos no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O parágrafo 6º-A proposto para o art. 107 determina que não se incluem nos limites do teto de gastos, mas se incluem em sua base de cálculo, pelo inciso I, as despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas, no âmbito do Poder Executivo, custeadas por doações e, pelo inciso II, as despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias, doações ou de convênios celebrados com os demais entes da Federação ou entidades privadas.

O parágrafo 6º-B, também proposto para o art. 107, estatui que, a partir de 2023, as despesas com investimentos, até o equivalente ao excesso de arrecadação de receitas correntes do ano anterior, limitado a 6,5% do excesso de mesma natureza verificado em 2021, não se incluem no limite do teto de gastos referente ao Poder Executivo e se incluem em sua base de cálculo. Essas despesas também deixam de ser consideradas na verificação do cumprimento da meta de resultado primário estabelecida pelo art. 2º da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023. Trata-se de um valor equivalente a exatos R$22,97 bilhões.

O art. 121 proposto para o ADCT, pelo inciso I, exclui do limite do teto de gastos referente ao Poder Executivo, mas inclui na sua base de cálculo, de 2023 a 2026, as despesas relativas ao programa de que trata a Lei nº 14.284, de 2021, o Auxílio Brasil, ou ao programa que sucedê-lo. Pelo inciso II, no exercício de 2023, essas despesas não serão consideradas para a apuração da meta de resultado primário prevista no art. 2º da LDO 2023. Pelo inciso III, de 2023 a 2026, tais despesas também ficam ressalvadas da Regra de Ouro (CF, art. 167, III). De acordo com os §§1º e 2º do art. 121 proposto, os atos relativos ao referido programa editados em 2023 e que tenham efeitos financeiros também a partir de 2023 ficam

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

dispensados das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental, inclusive quanto à necessidade de compensação.

Em valores, o Auxílio Brasil...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – ... ou o programa que vier a sucedê-lo deverá custar R$175 bilhões aos cofres públicos em 2023, dos quais R$105,7 bilhões já estão previstos no Projeto de Lei Orçamentária (Ploa), e outros R$69,3 bilhões seriam gastos adicionais.

O art. 122 proposto para o ADCT estabelece que as ampliações de dotações com utilização da margem aberta no teto de gastos em decorrência da exclusão do programa de que trata a Lei 14.284, de 2021, se destinarão exclusivamente às solicitações da equipe de transição de que trata a Lei 10.609, de 2002. Pelo §1º, caberia ao Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023 apresentar emendas para atender a essas solicitações da equipe de transição. Pelo §2º, inciso I, as emendas apresentadas pelo Relator-Geral não se sujeitam aos limites aplicáveis às emendas ao projeto de lei orçamentária e, pelo inciso II, devem ser classificadas como RP 1 (despesas primárias obrigatórias) ou RP 2 (despesas primárias discricionárias).

O art. 2º dispõe que a emenda constitucional não altera a base de cálculo estabelecida do Novo Regime Fiscal, teto de gastos, estabelecida nos termos do §1º do art. 107 do ADCT.

O art. 3º trata da cláusula de vigência, com a emenda constitucional entrando em vigor na data de sua publicação.

Foram apresentadas à proposta 33 emendas de autoria de Senadores e Senadoras no âmbito desta Comissão de Constituição Justiça e Cidadania.

A Emenda nº 1, apresentada pelos Senadores Oriovisto Guimarães e Esperidião Amin, exclui R$80 bilhões do Auxílio Brasil do teto de gastos, apenas em 2023; também altera a redação para deixar claro que os valores acrescidos não se incorporam à base de cálculo – se os R$80 bilhões excederem o necessário, a diferença poderá ser utilizada em programas de geração de emprego, também como exceção ao teto de gastos –; suprime dispositivo que retira parcela dos investimentos do teto de gastos; suprime dispositivo segundo o qual não haveria impedimento, na abertura de créditos adicionais, para cancelamento de programações acrescidas em decorrência da proposta.

A Emenda nº 2, do Senador Jorge Kajuru, suprime dispositivo que retira parcela dos investimentos do teto de gastos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 3, também do caríssimo amigo Senador Jorge Kajuru, excetua o Auxílio Brasil do teto de gastos apenas nos anos de 2023 e 2024.

A Emenda nº 4, do Senador Jorge Kajuru, altera redação para impedir que cancelamento de programações acrescidas em decorrência da proposta seja efetuado na abertura de créditos adicionais.

A Emenda nº 5, também do nosso amigo Senador Jorge Kajuru, altera redação do art. 122 para permitir que Parlamentares também possam fazer solicitações ao Relator-Geral com vistas à ampliação de programações compatíveis com a margem aberta pela retirada do Auxílio Brasil do teto de gastos.

A Emenda nº 6, do Senador Jorge Kajuru, suprime dispositivos segundo os quais os atos relativos ao Auxílio Brasil ou a programa que o suceda estariam livres de observar as limitações legais quanto à criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental, inclusive quanto à compensação.

A Emenda nº 7, também do Senador Jorge Kajuru, altera a redação do inciso III do art. 121 proposto para o ADCT, para ressalvar da Regra de Ouro (CF, art. 121, III) as despesas do Auxílio Brasil apenas nos exercícios de 2023 e 2024.

A Emenda nº 8, da Senadora Soraya Thronicke, acrescenta dispositivo, para determinar que os investimentos a serem excetuados do teto de gastos, nos termos do §6º-B do art. 107 do ADCT, sejam, preferencialmente, aqueles destinados à conclusão ou retomada de obras já iniciadas.

A Emenda nº 9, da Senadora Soraya Thronicke, altera a redação para permitir que sejam excetuadas do teto de gastos apenas as despesas com o Auxílio Brasil do exercício de 2023.

A Emenda nº 10, da Senadora Eliziane Gama, inclui dispositivo para determinar que políticas públicas voltadas para as mulheres recebam recursos decorrentes da margem aberta no teto de gastos.

A Emenda nº 11, do Senador Mecias de Jesus, altera o *caput* do art. 121 do ADCT para excetuar do teto de gastos as despesas com o programa Auxílio Gás dos Brasileiros, de que trata a Lei nº 14.237, de 2021. Acrescenta ao mesmo artigo o §3º, segundo o qual o valor do Auxílio Gás dos Brasileiros, a cada bimestre, será equivalente a 100% da média do preço nacional de referência do botijão de 13kg de GLP.

A Emenda nº 12, da Senadora Eliane Nogueira, altera a ementa da PEC, retirando referência ao "Bolsa Família" e referindo-se diretamente ao "programa de transferência de renda de que trata a Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021, ou aquele que vier a substituí-lo".

A Emenda nº 13, da Senadora Eliane Nogueira, altera a redação para permitir que as despesas com projetos socioambientais ou sobre mudanças climáticas, no Poder Executivo, custeadas por doações e as despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios com os demais entes da Federação ou entidades privadas sejam também excetuadas do teto de gastos desde 2022.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 14, da Senadora Eliane Nogueira, altera a redação para permitir que, ainda no exercício de 2022, parcela dos investimentos seja excetuada do teto de gastos. Altera também a base de cálculo e o percentual para o cálculo do montante de investimentos que ficariam fora do limite do teto de gastos, que corresponderiam ao excesso de arrecadação de receitas correntes, líquidas das transferências constitucionais e legais relativas à repartição de receitas, do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária, limitadas a 9% (nove por cento) do excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício de 2021.

A Emenda nº 15, da Senadora Eliane Nogueira, altera a redação para excluir da verificação dos limites do teto de gastos as "demais operações que afetam o resultado primário do exercício".

A Emenda nº 16, da Senadora Eliane Nogueira, altera a redação para autorizar diretamente gastos adicionais de R$52 bilhões no Auxílio Brasil, somente no exercício de 2023, com o objetivo de preservar valor médio vigente em 2022; permitir que crédito extraordinário seja aberto, com afastamento dos requisitos constitucionais de imprevisibilidade e urgência, para atender a essas despesas adicionais, que, em 2023, também não estariam sujeitas ao teto de gastos, não seriam consideradas na verificação do resultado primário, seriam ressalvadas da Regra de Ouro (CF, art. 167, III) e não se submeteriam às limitações legais, inclusive quanto à necessidade de compensação, quanto à criação, expansão ou aperfeiçoamento da ação governamental que acarrete aumento de despesa ou renúncia de receita, desde que os atos tenham efeitos financeiros a partir de 2023.

A Emenda nº 17, do Senador Zequinha Marinho, altera a redação para ressalvar do teto de gastos, nos mesmos termos em que se propõem ao Auxílio Brasil, também as despesas relativas ao seguro social.

A Emenda nº 18, da Senadora Eliziane Gama, altera a redação para excluir do teto de gastos também as despesas das instituições científicas, tecnológicas e de inovação custeadas com receitas próprias, doações, convênios, contratos ou outras fontes, celebrados com demais entes da Federação, da administração pública ou entidades privadas.

A Emenda nº 19, do Senador Eduardo Braga, altera os incisos I e III do art. 121 para excetuar o Auxílio Brasil do teto de gastos e da Regra de Ouro apenas nos exercícios de 2023 e 2024. Inclui o §3º no mesmo artigo para que o montante aplicado no Auxílio Brasil em 2024, corrigido pelo IPCA do mesmo ano, seja incorporado ao limite do teto de gastos referente ao Poder Executivo em 2025. Inclui também o §4º para determinar que até 2024 o Presidente da República encaminhe ao Senado Federal proposta de limites globais para o montante da dívida consolidada da União em substituição ao teto de gastos. Altera ainda o art. 2º da proposta para indicar que a base de cálculo do teto de gastos não será alterada, com a ressalva de que a partir de 2025 haverá a incorporação ao limite citada acima.

A Emenda nº 20, do Senador Vanderlan Cardoso, altera a redação para excluir do teto de gastos: despesas das instituições federais de ensino; despesas das universidades federais; despesas do Fundo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico; despesas com o fortalecimento e a dinamização da agricultura familiar; despesas com o Programa Farmácia Popular; despesas com o Programa Nacional de Alimentação Escolar.

A Emenda nº 21, do Senador Vanderlan Cardoso, excetua o Auxílio Brasil do teto de gastos e da Regra de Ouro apenas para os exercícios de 2023 e 2024.

A Emenda nº 22, da Senadora Mara Gabrilli, propõe prazo de seis meses após a promulgação da emenda constitucional para que o Presidente da República encaminhe ao Senado Federal propostas de limites globais para a dívida consolidada da União, autoriza abertura de crédito extraordinário de até R$100 bilhões para o Auxílio Brasil e revoga o teto de gastos a partir da aprovação de limite para a dívida consolidada da União.

A Emenda nº 23, também da Senadora Mara Gabrilli, propõe revisão do período de gastos e altera a Regra de Ouro, vedando a realização de operações de créditos que excedam o montante de investimentos, nos termos de lei complementar.

A Emenda nº 24, do Senador Alessandro Vieira, prevê que lei complementar disponha sobre regime fiscal sustentável; retira do teto de gastos R$70 bilhões do Auxílio Brasil, apenas em 2023; revoga o teto de gastos a partir da aprovação da lei complementar sobre regime fiscal sustentável.

A Emenda nº 25, do Senador Alessandro Vieira, suprime o art. 122 do ADCT, para tratar das solicitações da equipe de transição e das emendas apresentadas pelo Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2023.

A Emenda nº 26, também do Senador Alessandro Vieira, excetua o Auxílio Brasil do Teto de Gastos somente no ano de 2023.

A Emenda nº 27, do Senador Alessandro Vieira, prevê que lei complementar disponha sobre regime fiscal sustentável para garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico, com prazo para aprovação até 17/07/2023. A partir da promulgação dessa lei, o teto de gastos seria revogado.

A Emenda nº 28, do Senador Alessandro Vieira, exclui do teto de gastos R$70 bilhões destinados ao Auxílio Brasil, somente em 2023.

A Emenda nº 29, do Senador Davi Alcolumbre, destina R$10,8 bilhões aos entes federados, a título de apoio financeiro a ser integralmente aplicado em saúde.

A Emenda nº 30, do Senador Carlos Portinho, altera a ementa para fazer referência direta ao programa de que trata a Lei nº 14.284/2021.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A Emenda nº 31, do Senador Carlos Portinho, exclui do teto de gastos despesas custeadas por recursos de doações destinadas a projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas, no âmbito do Poder Executivo. As doações precisariam ser específicas para essas finalidades.

A Emenda nº 32, do Senador Carlos Portinho, altera a redação do §1º do art. 121 proposto para o ADCT, com o objetivo de deixar claro que, somente nos estritos limites autorizados e apenas para a ampliação do Auxílio Brasil, os atos editados em 2023 estariam dispensados da observância das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ato governamental, inclusive quanto à necessidade de compensação.

A Emenda nº 33, do Senador Carlos Portinho, exclui da proposta a expressão "e se incluem na base de cálculo estabelecidos", presente em vários dispositivos da proposta, pois o art. 2º já dispõe que a base de cálculo do teto de gastos não será alterada. (*Pausa.*)

O Senador Flávio saiu? (*Pausa.*)

Tem algumas emendas, Presidente, que chegaram agora. Como eu estou lendo o parecer...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Por favor um esclarecimento. Há emendas que o senhor nem acatou nem rejeitou. Exemplo: Emenda nº 29, do Senador Davi Alcolumbre.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não, eu só li todas as emendas. Na análise é que eu vou abordar...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não; na análise, o senhor nem diz "a" nem "b" sobre a emenda do nosso Presidente.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Eu vou dizer no voto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não; no voto não diz.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Mas isso aí não é o voto ainda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor não comentou...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Ah, é porque o senhor está adiantando o voto...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não; o senhor nem comenta a emenda, só descreve.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Amin...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – No meu voto, eu digo o seguinte: que apoio integralmente as emendas...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, não, não...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – ... com rejeição às demais emendas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, não. É porque, como V. Exa. pediu para ele ler na íntegra, ele está lendo o que ele recebeu.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu sei, mas ele nem sequer especifica as rejeitadas.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Só digo que rejeito as demais emendas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – As demais?

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – As demais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então, isso dá a entender que as que não forem lidas também o senhor rejeita.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não, porque nós estamos analisando agora...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Então está o.k.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – ... porque recebemos agora, exatamente neste momento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está bom. Desculpe-me.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – As que nós recebemos agora estamos analisando agora.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu queria preservar a intenção do... Queria proteger o Senador Davi Alcolumbre do Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E eu também!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Queria que o Relator não chegasse a esse extremo. (*Risos.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Pela ordem.) – Pelo que o Relator está falando, então, vai analisar as que chegaram agora. Vai dar uma analisada.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Nós estamos analisando.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Mas não vai rejeitar sem ler, não, né?

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não; sem ler, não! Tanto é que eu estou pedindo para lê-las agora.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Porque eu vi as demais rejeitadas...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – ... eu acho que as que entraram agora, e a minha é uma delas, talvez chegaram tarde demais.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – O que chegou até agora nós já analisamos. Eu vou fazer a leitura...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A minha é a 47. Eu vou ver.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – ... sem prejuízo das que ainda não chegaram, como a do Senador Flávio e as demais.

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Não, mas tem que esclarecer, Kajuru. A minha emenda está chegando agora. Eu quero saber se ela será rejeitada por antecipação, sem ser lida ou não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Amin.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Porque do jeito que está indo...

(*Intervenções fora do microfone.*)

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Tanto a Consultoria... Como elas chegaram agora, a Consultoria está me submetendo aqui. Por isto é que ela sentou ao meu lado, para a gente analisar a possibilidade de algumas delas recebidas serem acatadas ou não.

A preocupação é que elas não sejam nem analisadas: fiquem tranquilos, porque serão analisadas.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Algumas dessas, Senador Alexandre... É a Senadora Eliziane. O senhor diz que algumas dessas citadas por V. Exa. ainda poderão ser acatadas?

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Com certeza.

Não, não. As já citadas...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Até o final do seu relatório?

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – As já citadas... Como o voto foi disponibilizado, então já está claro no voto as que foram acatadas ou não.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Perfeito. Eu digo as que o senhor não acatou.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – As novas é que estão sendo analisadas. As que foram...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Ou seja, as que o senhor não acatou o senhor não acatará mais?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Pelo menos foi a análise do relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Do senhor, não é? Mas a gente tem um Plenário tão benevolente que vai nos ajudar. (*Risos.*)

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Se me permitirem, leio as emendas que até então chegaram e que já estão sendo analisadas, só para não incorrer no risco de alguma ficar de fora. Ainda faltam algumas aqui, como eu acabei de dizer.

Resumo das Emendas 34 a 40.

A Senadora Rose de Freitas é a autora das Emendas 34 e 35. A Emenda nº 34 exclui do teto de gastos as despesas com o censo demográfico. A Emenda nº 35 propõe excluir o art. 122 do ADCT, instituído por essa PEC, que confere à equipe de transição a exclusividade para dispor sobre o destino do espaço fiscal, decorrentes da exclusão das despesas com o Auxílio Brasil do teto.

Só uma observação: muitas dessas emendas que no voto não foram acatadas, lida a análise, todos perceberão que muitas foram acatadas parcialmente, como a do Senador Serra, que pediu por seis meses, e nós acatamos para o exercício de 2023. Elas não foram acatadas na íntegra, mas muitas foram acatadas, como a do Senador Tasso. Então, muitas, na redação, foram acatadas parcialmente.

A Emenda nº 36, do Senador Rogério Carvalho, propõe excluir do teto os gastos de despesas com fiscalização trabalhista quando custeadas pelo Fundo de Garantia do Tempo de Serviço.

As Emendas nºs 37, 38 e 39 são de autoria do Senador Weverton. A Emenda nº 37 exclui do teto de gastos as despesas das instituições científicas, tecnológicas e de inovação custeadas por receitas próprias, de doações, convênios, contratos ou outras fontes, celebrados com demais entes da Federação, da administração pública ou entidades privadas.

A Emenda nº 38 exclui do teto de gastos as despesas com o pagamento de aposentadorias, pensões e benefícios sociais do Regime Geral de Previdência Social, cujo período de requisição e direito tenha sido feito até dezembro de 2022, assim como as aposentadorias, pensões e benefícios sociais atrasados ou em questionamento dos exercícios anteriores a 2023.

A Emenda nº 39, também do nosso caríssimo Weverton, propõe excluir do teto de gastos, no caso, aquelas direcionadas para alimentação escolar.

A Emenda nº 40 tem como autor o Senador Alessandro Vieira. As principais inovações sugeridas por essa emenda em relação à PEC 32 são a proposição, por parte do Poder Executivo, de um novo arcabouço fiscal sustentável. É o caso do acatamento parcial já no voto. Autoriza o dispêndio extra de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

R$70 bilhões, em 2023, para gastos com programas de transferência de renda e mantém a exclusão do teto de gastos, já previstos na PEC 32, de despesas com projetos socioambientais e instituições de ensino.

Passo à leitura, Presidente, da análise.

O art. 101, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, atribui à Comissão de Constituição e Justiça competência para opinar sobre constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das proposições que lhe forem submetidas. Já o art. 356 do mesmo regimento garante à CCJ competência privativa para emitir parecer sobre propostas de emenda à Constituição, inclusive no que se refere ao mérito.

Apesar de reconhecermos o mérito da PEC nº 31, de 2022, em especial, da necessidade de definirmos uma nova âncora fiscal, entendemos que este não é o momento adequado para detalhar como será essa âncora. Certamente, a proposta de fixar um limite para a dívida pública merecerá toda a atenção no debate futuro, e não devemos, sob hipótese alguma, descartá-la de pronto. Entretanto, falta, nesse período de transição, o tempo necessário para avaliar essa e outras propostas para a âncora fiscal que, certamente, irão surgir ao longo dos debates. Por essa razão, como detalhamos adiante, fixaremos – aí é o atendimento parcial a que me referi – um prazo máximo para que o novo Governo apresente uma proposta para o novo regime fiscal ou o novo arcabouço fiscal.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Prazo de... No exercício de 2022. Eu fixei um prazo. Vamos botá-lo aqui...

A PEC nº 32, de 2022, atende as seguintes condições estipuladas pelo art. 60 da Constituição Federal: conta com o apoio de mais de um terço dos Senadores; alvitra a modificação da Lei Maior em um cenário de ausência de intervenção federal, de estado de defesa ou de estado de sítio; não objetiva suprimir as cláusulas pétreas, quais sejam, a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes e os direitos e garantias individuais; e não trata de assunto contido em proposta rejeitada ou prejudicada nesta sessão legislativa.

A proposição cumpre os requisitos de juridicidade, pois inova o ordenamento jurídico e é dotada de abstratividade, coercibilidade, generalidade e imperatividade. Cumpre ainda as regras de técnica legislativa constantes da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre a elaboração, redação, alteração e consolidação das leis, com fundamento no art. 59 da Constituição Federal.

Quanto ao mérito, nos posicionamos pela aprovação da matéria, com as modificações que explicitaremos a seguir e que redundaram no substitutivo que agora apresentamos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nos termos do substitutivo, modificamos a ementa para adequá-la ao que efetivamente propomos, excluindo a referência constante da proposta original a denominação de programa de transferência de renda ainda não estabelecido por lei, atendendo aqui também parte da emenda da Senadora Eliane Nogueira, já que o programa ainda não foi instituído por lei.

O art. 1º da proposta insere o §6º-A no art. 107 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para excluir do teto de gastos as despesas com projetos socioambientais ou relativos às mudanças climáticas, no âmbito do Poder Executivo, custeadas com doações e as despesas das instituições federais de ensino custeadas por receitas próprias, de doações ou de convênios. A inovação é importante porque gerará estímulos para a busca de novas formas de financiamento para as áreas de meio ambiente e educação. O efeito fiscal da realização dessas despesas realizadas com recursos próprios, doações e convênios é nulo, porque a despesa é realizada na medida que há receitas equivalentes. Julgamos oportuno, contudo, acrescentar à lista de exceções as despesas financiadas por recursos decorrentes de acordos judiciais ou extrajudiciais que tiveram como origem desastres ambientais. Um exemplo que seria um possível ser citado é acordo em que a Vale compensaria a União pelo desastre de Mariana.

Ainda nesta mesma linha, propomos, além do que já consta da proposta original, a exclusão, do teto de gastos, das despesas custeadas com recursos oriundos de operações financeiras com organismos multilaterais dos quais o Brasil faça parte, destinados a financiar ou garantir projetos de investimento em infraestrutura, constantes do Plano Integrado de Transportes e considerados prioritários por órgão colegiado do setor.

Além da indiscutível importância da promoção de investimentos em infraestrutura é preciso também avaliar que, segundo a atual normatização, a obtenção e aplicação de recursos oriundos de operações financeiras com organismos multilaterais constrange, mediante contingenciamento de valores, o orçamento público dos entes públicos que deveriam ser beneficiados pelo recebimento dos valores.

Na prática, a burocracia hoje exigida para a obtenção de recursos em operações financeiras com bancos multilaterais – BID, Brics, Banco Mundial –, somada ao fato de que o orçamento destinado àquele ente público sofre redução tem criado uma lógica inadequada, quase impeditiva, em que se trabalha para a obtenção de um recurso que não permite a expansão orçamentária necessária ao financiamento ou garantias em obras de infraestrutura.

A redação ora proposta permite aprimorar o funcionamento de modo a garantir que as operações financeiras efetivamente possam ingressar na forma de investimentos em infraestrutura. Observe-se que, por cuidado e restrição qualitativa ao propósito, a redação propõe que tais recursos possam apenas ser empregados em investimentos qualificados e reconhecidamente, por um órgão colegiado de Ministros, tenham alcançado o maior nível de importância legalmente possível: a qualificação pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos, ou outro órgão que venha a substituí-lo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Assim sendo, a geração de empregos e renda possível pela realização dos investimentos, quer seja pelo ingresso de recursos, quer seja pela resolução da questão de garantias de financiabilidade dos projetos, estará bem dirigida.

Propomos também que sejam excetuadas do teto de gastos as despesas custeadas por recursos oriundos de transferências dos demais entes da Federação para a União destinados à execução direta de obras e serviços de engenharia. Isso permitirá a realização de obras pelos batalhões de engenharia de construções do Exército em convênios com estados e municípios.

Quanto ao §6º-B da proposta, que exclui do teto de gastos investimentos equivalentes ao excesso de arrecadação de receitas correntes do exercício anterior ao que se refere a lei orçamentária, limitadas a 6,5% do excesso de mesma natureza verificado em 2021, consideramos bastante meritório porque o teto de gastos tem tido, como um efeito colateral, a compressão das despesas discricionárias, especialmente dos investimentos.

De acordo com a redação que propomos, a regra valerá a partir do exercício de 2022.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A partir de 2022, Senador Carlos Portinho.

Fizemos também um ajuste na redação para excluir a expressão "e se incluem na base de cálculo", pois entendemos que o disposto no art. 2º da proposta já deixa claro que a base de cálculo do teto de gastos não será alterada.

No §6º-C que ora propomos, mantém-se a ressalva segundo a qual, em 2023, essas despesas com investimentos, até o limite estabelecido, não serão consideradas para fins de verificação da meta de resultado primário estabelecida pela Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023.

Reconhecemos a importância do socorro à população em situação de vulnerabilidade social com o programa de transferência de renda atualmente denominado Auxílio Brasil – o antigo Bolsa Família –, que, segundo a justificação da proposta, com as alterações que o novo Governo pretende implementar (manutenção do benefício em R$600, mais adicional de R$150 por criança até 6 anos), está estimado em R$175 bilhões para 2023. Optamos por acrescer R$175 bilhões por ano ao limite do teto de gastos referente ao Poder Executivo apenas – atendendo integralmente à emenda do Senador Jorge Kajuru e outros – nos anos de 2023 e 2024, em vez de excetuar o programa do teto de gastos.

Até o referido montante, as despesas não serão consideradas na verificação do resultado primário em 2023 e estarão também ressalvadas da Regra de Ouro nos exercícios de 2023 e 2024.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mantivemos as regras dos parágrafos do art. 121 proposto para o ADCT, que dispensam os atos relativos ao programa de transferência de renda da observação das limitações legais quanto à criação, à expansão ou ao aperfeiçoamento de ação governamental, inclusive quanto à necessidade de compensação, desde que seus efeitos se iniciem em 2023, na forma do art. 3º do substitutivo.

Quanto à utilização do montante acrescido ao teto de gastos em 2023, na forma do art. 4º do substitutivo, incluímos previsão de que as Comissões Permanentes do Congresso Nacional também possam – aí atendendo também a diversas emendas –, assim como a equipe de transição, fazer solicitações ao Relator-Geral do Projeto de Lei Orçamentária de 2023, que fica autorizado a apresentar emendas para atender a essas solicitações. Como já constava da proposta, essas emendas não estarão sujeitas aos limites aplicáveis às emendas ao projeto de lei orçamentária e devem ser classificadas como despesas primárias obrigatórias (RP 1) ou despesas primárias discricionárias (RP 2).

Considerando a louvável preocupação externada pelos nobres colegas Parlamentares quanto à sustentabilidade fiscal, trazemos ao texto, na forma do art. 5º do substitutivo, uma inovação em relação ao que foi originalmente proposto. Trata-se da previsão de uma lei complementar para instituição de regime fiscal sustentável (um novo arcabouço fiscal), inspirada na PEC nº 34, de 2022, que deverá ser encaminhada pelo Presidente da República ao Congresso Nacional até 31/12/2023 – atendendo aí parcialmente algumas emendas também que propunham a fixação de um prazo para apresentação por parte do Governo de um novo arcabouço fiscal –, com o objetivo de garantir a estabilidade macroeconômica do país e criar as condições adequadas ao crescimento socioeconômico. Também de forma similar à proposta pela referida PEC nº 34, com a sanção dessa lei, serão revogados os arts. 106, 107, 109, 110, 111, 112 e 114 do ADCT, que tratam do teto de gastos.

Mantivemos o conteúdo do art. 2º da proposta, segundo o qual a base de cálculo do teto de gastos não é alterada (art. 6º do substitutivo).

Também promovemos uma alteração na redação no art. 107-A do ADCT para incluir, no próprio texto do dispositivo, a regra de atualização do limite com pagamentos em virtude de sentença judiciária. O dispositivo vigente faz remissão ao art. 107, §1º, do ADCT, que trata da forma de correção do teto de gastos. Com a possibilidade de revogação do teto de gastos a partir da sanção da lei complementar que institua regime fiscal sustentável, entendemos que seria melhor incluir a forma de correção no próprio texto do dispositivo.

Esse parágrafo é apenas para manter o atual regime de pagamento de precatórios, que, com essa mudança constitucional, ficaria comprometido se nós não fizéssemos isso de forma expressa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu agora me perdi na leitura das diversas versões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A partir da página 12 do que era a minuta, quando V. Exa. começa a falar do art. 5º, que é da maior importância, posto que delega a lei complementar, eu não tenho acesso ao texto. Ele já está disponibilizado?

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Ele foi disponibilizado na íntegra. Aí, então, é a continuação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – De qualquer maneira, eu só queria...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Perfeitamente, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... pedir a reiteração da leitura. Já compreendi até o art. 5º.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Eu volto com a maior alegria, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O art. 5º já computei. Só a partir deste, por favor.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Está ótimo.

Mantivemos o conteúdo do art. 2º da proposta, segundo o qual a base de cálculo do teto de gastos não é alterada.

Também promovemos uma alteração na redação no art. 107-A do ADCT para incluir, no próprio texto do dispositivo, a regra de atualização do limite com pagamentos em virtude de sentença judiciária. O dispositivo vigente faz remissão ao art. 107, §1º, do ADCT, que trata da forma de correção do teto de gastos. Com a possibilidade de revogação do teto de gastos a partir da sanção da lei complementar que institua regime fiscal sustentável – lá na frente –, entendemos que seria melhor incluir a forma de correção no próprio texto do dispositivo. Isso, Senador, apenas para manter o atual regime de pagamentos de precatórios, que estaria comprometido a partir daí, por causa das supressões feitas pelo substitutivo.

Adicionalmente, promovemos a extensão da desvinculação de recursos até 31/12/2024, com o objetivo de permitir a compatibilização de fontes de recursos com a expansão do teto de gastos.

Apresentaremos a seguir algumas considerações sobre aspectos econômicos relativos à PEC.

Uma dúvida que naturalmente surge em propostas como a desta PEC é sobre seus impactos macroeconômicos. Uma parte dos economistas tende a ver com grande preocupação flexibilizações no

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

teto de gastos, como se isso implicasse, necessariamente, um descontrole fiscal, levando a dívida pública a uma trajetória insustentável.

Não compartilhamos dessa visão. Em verdade, conforme explicaremos nos próximos parágrafos, a flexibilização do teto de gastos não implica descontrole fiscal. Pelo contrário, contribuirá para que a combalida economia brasileira saia desse ciclo de baixo crescimento que se iniciou no final de 2014 e que, passados oito anos, ainda não conseguimos nos desvencilhar.

Em primeiro lugar, é importante reconhecer que o teto de gastos não consegue, há muito, ser uma âncora fiscal crível. Quando da aprovação... Claro que reconhecendo a necessidade da segurança de esperar um novo arcabouço fiscal.

Quando da aprovação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, o quadro político do País era outro. Sabia-se, na ocasião, que seria difícil manter o teto de gastos por tanto tempo em decorrência de pressões por aumento do provimento dos serviços públicos. Entre outros, aspectos demográficos, que produziriam o crescimento vegetativo de algumas despesas, como associadas à previdência e à saúde, e comprimiriam, portanto, no limite, a zero, o espaço para despesas discricionárias, notadamente, os investimentos. Nesse cenário, o teto de gastos, em vez de promotor, se transformaria em um obstáculo para o desenvolvimento e crescimento econômico. Contudo, para evitar esse cenário, contava-se, na ocasião, com a possibilidade de reformas que limitariam o crescimento de determinadas despesas.

Sem entrar no mérito do que ocorreu, o fato é que poucas reformas concretizadas foram suficientes para evitar a tendência de supressão do espaço fiscal para despesas discricionárias. Não é por menos que, nos últimos anos, nada menos que cinco PECs flexibilizando o teto de gastos foram promulgadas. A economia brasileira tem sido capaz de absorver essa expansão de gastos sem gerar o círculo vicioso temido pelos economistas liberais descrito pela sequência "aumento de desconfiança, seguido de redução de gastos privados, que reduz a renda, o que exige aumento de gastos públicos direcionados à seguridade social, o que gera novo aumento da desconfiança".

Esta PEC nº 32, de 2022, nos termos do substitutivo, amplia o limite do teto de gastos em R$175 bilhões nos anos de 2023 e 2024 e abre margem de R$23,9 bilhões, por dentro do teto de gastos, considerando despesas orçadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2023 e que estão sendo excetuadas do limite (investimentos até R$22,97 bilhões). Portanto, o impacto fiscal total é da ordem de R$198,9 bilhões.

Não obstante, a situação hoje é mais confortável do que aquela que motivou as emendas constitucionais anteriores que flexibilizaram o teto de gastos. A relação dívida/PIB, após atingir o máximo de 89% em fevereiro de 2021, vem caindo continuamente e se encontra em 77,1% em setembro de 2022 (dado mais recente, de acordo com a IFI), ou seja, em apenas 20 meses, foi possível reduzir em quase 12 pontos percentuais a relação dívida/PIB. Destaque-se que a leitura mais recente é praticamente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

igual ao nível observado em março de 2020, 77%, quando se iniciou a pandemia, ou seja, a despeito das centenas de bilhões de reais necessárias para mitigar os profundos impactos da covid-19, foi possível manejar a macroeconomia de forma a impedir o superendividamento do Governo.

Vale lembrar que a PEC nº 32, de 2022, não promoverá um aumento da relação despesas/PIB em relação ao valor observado neste ano, ou seja, a PEC não pretende expandir os gastos públicos como proporção do PIB. A PEC busca tão somente impedir que sejam encolhidos para satisfazer a regra do teto de gastos que, apesar de seus méritos, conforme anteriormente já afirmamos, tornou-se anacrônica e um obstáculo para o crescimento da economia e para o consequente atendimento à população.

Além de não comprometer a sustentabilidade da dívida, os gastos adicionais propiciados por esta PEC poderão, em verdade, ampliar a capacidade de pagamento do Governo. Projeta-se em R$69,3 bilhões a expansão do programa Auxílio Brasil (ou do que vier a substituí-lo, possivelmente o Bolsa Família). A teoria keynesiana tradicional, bem como a chamada teoria monetária moderna (ou MMT), enfatizam o papel central da política fiscal (em contraposição à política monetária) para recuperar a economia de um país. Mais especificamente, recomendam a expansão de gastos públicos sem a devida compensação na forma de elevação de tributos. Potencializa-se, dessa forma, o efeito multiplicador de tais gastos. Como é frequentemente ensinado nos cursos de Economia, a transferência de renda para as camadas mais pobres da população estimula o consumo, o que, em um contexto de elevado desemprego, permite a expansão da produção sem pressões significativas sobre o custo do trabalho.

Vale lembrar que, a despeito da recente melhora no mercado de trabalho, com a taxa de desemprego apresentando uma trajetória consistente de queda, atingindo 8,3% em novembro deste ano, seu nível encontra-se muito acima do que pode ser considerado uma situação de pleno emprego. Apesar de não haver consenso sobre qual seria a taxa de desemprego quando a economia se encontra em pleno emprego, mesmo estimativas mais conservadoras apontam para valores inferiores a 5%. Há, portanto, muito o que se recuperar no mercado de trabalho para que possamos considerar que nossa economia se encontra em pleno emprego.

Cabe também enfatizar, como apontam alguns adeptos da MMT, que o aumento de gastos públicos não pode provocar crise de desconfiança em países que emitem dívida na própria moeda. Ou seja, se o financiamento das despesas fosse feito em moeda estrangeira, seria justificável a preocupação com a solvência do país. Mas, como os títulos emitidos pelo Tesouro Nacional são em reais, não existe a possibilidade de o Governo não pagar.

Neste cenário de elevado desemprego e baixo crescimento, o aumento de gastos públicos é capaz de gerar maior renda sem inflação. O aumento da produção, por sua vez, propicia aumento da arrecadação tributária, tornando a trajetória da dívida mais sustentável. Gera-se, assim, um círculo virtuoso. Matematicamente, a relação dívida/PIB cai, porque a expansão de gastos atua aumentando o PIB, ou seja, o denominador da fração.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Adicionalmente, parte da flexibilização do teto – R$22,97 bilhões – será utilizada para financiar exclusivamente investimentos, assim como gastos com benefícios sociais, que permitem aumentar a renda por mecanismos similares ao apontado anteriormente: maior investimento aumenta a demanda por bens de capital e por trabalho, estimulando a indústria e o consumo, gerando mais tributos, o que leva a aumentos adicionais da renda. Além do impacto associado ao efeito multiplicador, o aumento de investimentos é necessário para ampliar a capacidade produtiva da economia e, com isso, nossa capacidade de crescer de forma sustentável, sem pressionar a inflação.

Vale destacar que a necessidade de aumentar a taxa de investimento é particularmente urgente no Brasil. No segundo trimestre de 2022, de acordo com o IBGE, a taxa de investimento atingiu 18,7%, valor excepcionalmente alto quando se compara com a média dos últimos cinco anos, de 16%. Mas é um valor insuficiente para promover o desenvolvimento sustentável. Os países emergentes do Leste Asiático, que são os que apresentam maior taxa de crescimento, são também os que investem mais, com percentuais que, frequentemente, ultrapassam os 30% de seus respectivos PIBs.

Em síntese, a flexibilização do teto de gastos, além de ser meritória – principalmente e em especial nesse momento –, ao permitir a expansão de gastos sociais e de investimentos, permite que o Brasil volte a encontrar o caminho do crescimento econômico com foco na justiça social.

Presidente, peço dois minutos, só para a apreciação das emendas novas, para eu ler o voto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone.*) – Agora?

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – É, para eu ler o voto, senão eu leio sem as emendas. (*Pausa.*)

Eu vou passar à leitura das emendas que chegaram agora, antes de apresentar o voto, como eu disse, para a gente não correr o risco de não admitir, incluir alguma emenda que seja possível, porque todas são meritórias.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O senhor avaliza a avaliação que foi feita?

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não, eu só vou ler as emendas. A avaliação... Eu ainda quero participar um pouquinho do crivo do Senador...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Bom mineiro, o senhor vai conferir isso.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Foi exatamente isso que eu estava falando aqui. (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As provocações do meu Governador e Senador Esperidião Amin são superbem-vindas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Como seu admirador e apreciador do estilo czarista.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A Senadora Rose de Freitas propôs também mais duas emendas, as de nºs 41 e 42.

A Emenda 41 exclui do teto de gastos as despesas com educação ocorridas pelas universidades federais e institutos federais de educação.

A Emenda nº 42 propõe excluir do teto de gastos as despesas da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).

O Senador Flávio Bolsonaro é autor da Emenda de nº 43 – o Senador Flávio está de saída. Essa emenda suprime as alterações das propostas de PEC ao art. 107 do ADCT bem como ao art. 122. Limita em R$55 bilhões os gastos adicionais para os programas de transferência de renda a serem utilizados para pagar o benefício extra de R$200 do Auxílio Brasil em 2023. Esse valor não integraria o teto de gastos, não seria computado no cálculo do superávit primário da Lei de Diretrizes Orçamentárias, restringido a 2023, e não se submeteria às exigências de compensações fiscais previstas da Lei de Responsabilidade Fiscal. Limita em R$55 bilhões e limita a 2023.

A Emenda nº 44 é de autoria da Senadora Rose de Freitas, aqui presente nossa decana. Repete o conteúdo da Emenda nº 42, com ajuste da redação, excluindo do teto de gastos as despesas da Embrapa. Sempre meritórias as proposições da nossa experiente e preparada Senadora Rose de Freitas.

A Emenda nº 45, de autoria da Senadora Soraya Thronicke, insere o art. 64-B na Constituição para instituir o regime fiscal sustentável, semelhante ao proposto pela Proposta de Emenda à Constituição nº 34, de 2022.

A Emenda nº 46, do Senador Carlos Portinho, exclui do teto de gastos as despesas de instituições federais de ensino.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Na verdade, são as doações, permitindo doações de pessoas físicas, jurídicas, para as despesas não tributáveis, para as despesas das universidades essas doações não tributáveis.

Ou seja, eu sou um ex-aluno e quero doar para a UFRJ, no meu estado, um valor para as despesas deles, para investimento, como é nos Estados Unidos, inclusive.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas lá eles fazem movidos pelo remorso. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – A Emenda nº 47, do Senador Plínio Valério, limita a 2023 as exceções criadas ao teto de gastos.

Acolhimento... (*Pausa.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

Seguindo a sugestão da prudência natural dos mineiros...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mineiríssima.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – ... natural dos mineiros, Senador Esperidião Amin, eu vou passar à leitura do voto, já considerando apenas as emendas apresentadas até a elaboração da análise e apresentarei um voto à parte sobre o possível acolhimento de novas emendas apresentadas agora.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR) – Sr. Presidente... Sr. Presidente, Senador Mecias de Jesus aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Mecias, pois não.

O SR. MECIAS DE JESUS (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vênia a V. Exa. e ao Relator, nobre Senador Alexandre Silveira, cumprimentando, logicamente, todos os demais colegas Senadores e Senadoras aqui presentes.

A PEC 123 previa o Auxílio Brasil de R$400, mas previa também o auxílio-gás para todos os brasileiros.

Eu sou do interior, Presidente. Eu sei o que é cozinhar à lenha porque não se tem gás. E isso só tem aumentado neste País.

O Senador Fernando Bezerra, a quem eu agradeço grandemente a gentileza, pelo sentimento dele, o conhecimento dele de Brasil, acolheu na PEC 123 a minha emenda e a incluiu para que, até dezembro agora – como ela era provisória –, os brasileiros tivessem o vale-gás, o auxílio-gás, no valor de um botijão, 100% de um botijão, a cada dois meses. Na PEC que o Senador Alexandre Silveira apresenta neste momento, de que faz o relatório, ele rejeitou a minha emenda sem nenhuma explicação, inclusive, plausível – perdoe-me, Senador Alexandre Silveira –, para justificar por que não dar aos brasileiros que não têm dinheiro para comprar o gás de cozinha a oportunidade de ter uma botija de gás, um botijão de gás a cada dois meses.

Portanto, gostaria que V. Exa. reconsiderasse. É cerca de R$1 bilhão apenas, tão somente isso. Cerca de mais de 6 milhões de pessoas estarão diretamente sendo atendidas com isso. Portanto, não vejo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

necessidade, já que a PEC vai estourar o teto neste País, já que o Senado vai estar dando um cheque em branco ao Presidente Lula e nós não temos... Agora, dar um cheque em branco ao Presidente Lula e não dar àquele que precisa de uma botija de gás a satisfação de poder recebê-la – de poder recebê-la... Se o Senado não der isso, não ofertar isso a um cidadão que precisa tanto, não sei qual é o papel do Senado neste momento. É um direito já adquirido, vai até dezembro. É só V. Exa. acatar, Senador Alexandre Silveira. Eu faço novamente esse apelo para que acate isto: cerca de R$1 bilhão apenas para atender mais de 6 milhões de pessoas neste país.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Faço votos ao Relator de que ele possa, em nome do povo necessitado deste país, atender ao nosso pleito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, pela ordem, um aparte até para construir...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – É para construir. É para construir.

A proposta deixa os 105 bilhões, se eu entendi, livres para justamente essa negociação do que será... Tem a ver também a demanda do nosso Senador Mecias com a minha emenda que V. Exa., Senador Alexandre, vai ler, em que eu discrimino valores e justamente destinos para o recurso. Talvez – e aí é uma outra discussão – não sejam necessários 105 bilhões, mas eu entendo que essa demanda, que também está na minha emenda que V. Exa. vai ler, além da questão dos caminhoneiros, poderia estar já precificada dentro dessa margem dos 105 bilhões. Por quê? E aí eu quero só justificar brevemente. A gente está acompanhando o cenário internacional, a Rússia não vai aceitar vender gás e petróleo pelo valor que a União Europeia está tabelando. É uma situação, um fato novo que virá, e a gente não pode, pela mesma razão do Senador Mecias, desprezar que o Auxílio Gás e o auxílio-caminhoneiro, que se encerram agora neste final de ano, não estejam atendidos dentro de alguma forma, ainda que seja no espaço dos 105 bilhões. Eu acho 105 bilhões exagerados. Estou deixando claro, Senador Marcelo Castro, e depois vou me manifestar. Mas, se algum valor desse espaço puder ser destinado, já que a equipe de transição... Eu acho que devem ser os Senadores que devem propor, as Comissões e os Senadores, para poder atender, dentro de algum espaço desse que vai ser aberto – eu acho exagerados os 105 bilhões, mas, em algum espaço – não só a demanda do Auxílio Gás, que termina agora no final do ano, mas a do auxílio-caminhoneiro... A gente estaria falando aí de 12 bilhões, comparando proporcionalmente ao que foi o do último auxílio emergencial.

Então, talvez dentro do espaço, que eu não sei se deveria ser dos 105 bilhões, porque a gente está tirando todo o Auxílio Brasil fora e talvez desse para mantê-lo dentro dos 105 bilhões e ainda dar um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

espaço talvez menor para que possa atender a estas demandas, como o piso da enfermagem, dentre outras, é no mesmo sentido a minha Emenda nº 48, que o Senador Alexandre vai ler. (*Pausa.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, em rigor, nós já estamos falando sobre o mérito.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois é. É verdade.

Eu quero terminar aqui a....

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que, sobre o mérito, quando abrir...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concordo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Mas vou deixar aqui uma colocação para o Relator: Sr. Relator, para chegar a um acordo...

Presidente, do fundo do coração, eu quero dizer duas coisas: primeiro, não é bom para o Governo que vai chegar ter um prazo de dois anos para aprovar e muito menos o de um ano para apresentar um novo marco, seja sob a forma de emenda constitucional, seja sob a forma de lei complementar. Isso tem que ser feito no primeiro ano e concluído no primeiro ano. O senhor acha que nós aprovaríamos a reforma da previdência no segundo ano? Tem que fazer no primeiro ano, concluir. Nós não conseguimos nada... É claro que houve a pandemia. Isso é para o bem do próximo Governo e do Brasil!

Segundo, em vez de abrir um crédito – o Senador Marcelo Castro me distinguiria com a sua preciosa atenção –, será mais fácil chegar a acordos quando se precificar o quê e para quem. Deu para entender? O quê? Para quem?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Mas é isso que a gente quer, Amin, porque...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas eu já estou antecipando uma discussão de mérito.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Pois é, até porque, para fazer jus ao nome...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sem precificar e destinar, as dificuldades serão muito grandes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – É isso que a gente quer, até para se fazer jus ao nome: PEC da Transição. Transição não se faz em dois anos, caramba! Transição é uma coisa passageira e rápida. Então, até para justificar, para não ser fura-teto, para ser transição, teria que ser, no máximo, um ano. O que a gente quer é exatamente isso.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Um ano para a aprovação do arcabouço fiscal?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – Sim!

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Só que há o seguinte: nós temos que discutir o prazo para o Executivo enviar esse arcabouço fiscal ao Congresso, porque, a partir daí, o prazo é congressual. Então, não há como dizer que vai ser em um ano a aprovação do arcabouço fiscal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minuto, porque a gente já entrou na discussão da matéria.

Deixem-me só ver se ele concluiu, para a gente iniciar a discussão.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Concluí.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Aí tem o tempo de...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Concluí. Só vai ficar o voto em separado...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Pela ordem.) – Apenas quero colaborar, Senador Davi. É uma mera colaboração. A emenda que apresentei...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – ... era justamente no sentido do que fala o Relator, o Senador Alexandre: o estabelecimento de prazo para a apresentação do projeto por parte do novo Governo, já devidamente empossado. E também é possível estabelecer prazo para a apreciação pelo Congresso Nacional. Senão, ele vai fazer só a metade do serviço. Ele vai abrir o cheque especial, mas não vamos estabelecer o final dessa jornada. Ele pode avançar nisso. E há a boa vontade de todos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Deixe-me consultar o Senador Alexandre, que é o Relator da matéria, se está feita a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conclusão das emendas que foram apresentadas nesse voto ou se vai fazer um anexo ao voto, caso queira acolher alguma...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – É possível em três minutos concluir o voto único aqui. O voto anterior...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Relator está pedindo cinco minutos. Eu vou suspender a reunião da Comissão por cinco minutos, para a gente aguardar o voto único, com base em todas as emendas apresentadas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Mas, Sr. Presidente, ele não falou qual o tratamento que ele... V. Exa. perguntou, e ele não respondeu qual é o tratamento dado às emendas. Isso virá num relatório único? Ou ele vai fazer depois um adendo que possa justificar?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ele vai fazer agora. Por isso, ele pediu para suspender por cinco minutos para analisar todas as emendas apresentadas.

Fica suspensa por cinco minutos a reunião.

(*Suspensa às 12 horas e 01 minuto, a reunião é reaberta às 14 horas e 55 minutos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está reaberta a reunião.

Solicito aos nossos assessores da Comissão que informem aos gabinetes dos Senadores que nós estamos retomando a reunião da Comissão para que eles possam vir ao plenário da Comissão.

Senador Alexandre...

Concedo a palavra ao Senador Alexandre Silveira para proferir o relatório sobre as emendas apresentadas.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem.

Apenas recordando, após a leitura do relatório, eu peço que seja colocado em pauta o requerimento com oportunidade da minha defesa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente, assim que o Senador Alexandre concluir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de informar aos Senadores que nós temos um requerimento apresentado pelo Líder Portinho de constituição de uma audiência pública para debater esse assunto.

Eu reconheço que, regimentalmente, o Senador Carlos Portinho, Líder, está amparado pelo Regimento do Senado e desta Comissão para tal propositura. Portanto, eu peço para os Senadores, diante do tempo e do prazo que nós temos para apreciar essa matéria no Senado e na Câmara, em dois turnos até a promulgação, e por estarmos a apenas dez dias do final do ano legislativo, convoco todos os Senadores para que venham ao plenário da Comissão, porque nós vamos deliberar o requerimento se autorizamos ou não a audiência pública.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Presidente, eu já quero deixar bem clara aqui a minha posição. Eu sou radicalmente contra a audiência pública. Eu não aguento mais essa espera e acho que é uma má vontade com quem está necessitando apenas de uma coisa chamada comida neste país.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, é um respeito com o dinheiro público e com todos aqueles que querem receber o Auxílio Brasil de R$600 que valha R$600 e que não seja corroído nem pela inflação nem pelos juros.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – É engraçado que esse respeito vocês não tiveram com o Presidente Bolsonaro.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Vamos fazer o debate do requerimento?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Todo ano veio aqui discutir com a equipe econômica. Não tem equipe econômica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Que furou, na reta final, 40 bilhões, Senador Portinho.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – V. Exa. vai ter a oportunidade de defender o requerimento no tempo hábil.

Senador Alexandre... (*Pausa.*)

Vou conceder a palavra ao Senador Alexandre para dar o parecer em relação às últimas emendas apresentadas.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Eu vou passar direto ao voto, diante da leitura, já na parte da manhã, do relatório e da análise do relatório. Então, vamos direto ao voto, já com a análise das novas emendas apresentadas até o final do prazo de emendas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e boa técnica legislativa da PEC nº 32, de 2022, e, no mérito, pela sua aprovação, na forma do seguinte substitutivo, com o acolhimento das Propostas de Emenda à Constituição 31, 33 e 34, de 2022, e integral ou parcial das Emendas 01, 03, 05, 07, 09, 10, 11, 12, 14, 18, 21, 24, 27, 30, 33, 40, 45, 46 e 48, com a rejeição das demais emendas. (*Pausa.*)

Quanto às Emendas 49 a 51, a Emenda 51 foi acolhida parcialmente. As demais foram rejeitadas.

Então, o Senador Portinho teve a sua emenda acolhida; a Senadora Eliziane, as suas duas emendas; o Senador Fernando Bezerra; o Senador Mecias, no programa do gás. Essas emendas foram as emendas novas acatadas.

Terminado o relatório, o voto, Sr. Presidente.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Pela ordem.) – Sr. Relator, só um esclarecimento: essa absorção das emendas, como o Auxílio Gás... Elas estão embutidas dentro do espaço criado por V. Exa.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Dentro do espaço criado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Não é mais uma...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não, não, de jeito nenhum. Dentro do espaço criado, principalmente a do Senador Mecias, que está no programa social. (*Pausa.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria, rapidamente, tendo em vista que o Relator, o Senador Alexandre Silveira, acabou de comunicar as emendas que ele acatou, entre elas uma emenda que foi sugerida por mim para o aproveitamento dos denominados recursos abandonados – sobretudo, o exemplo mais forte são os recursos que já estão há mais de 20 anos sem serem identificados do PIS-Pasep, que devem alcançar algo como R$21 bilhões, R$22 bilhões, abrindo, portanto, mais um espaço fiscal para a realização de investimentos públicos –, eu consultaria o Senador Jaques Wagner e o Senador Alexandre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Silveira, tendo em vista que eu cito que, apesar das posições divergentes, contrárias, existe um clima e um espírito da construção de um entendimento para uma matéria tão importante quanto essa...

A minha proposta – e eu pediria a atenção do Líder do Governo, o Senador Carlos Portinho...

(*Soa a campainha.*)

O SR. FERNANDO BEZERRA COELHO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PE) – ... seria: haja vista essa decisão do Relator de acatar a minha emenda, consultando o Senador Jaques Wagner para saber se haveria espaço junto à equipe de transição de a gente fazer a redução de R$30 bilhões, como foi sugerido, para que a gente pudesse ter o apoio de todos os Senadores – do Senador Carlos Portinho, do Senador Oriovisto Guimarães, do Senador Tasso – para a gente poder fechar essa matéria por entendimento, mesmo que cada um manifeste as suas preocupações, as suas posições e as suas visões econômicas sobre esse tema. Eu digo isso porque eu fui Relator da PEC que permitiu o pagamento do auxílio de R$600 agora no ano de 2022.

Eu acho, qualquer que fosse o Presidente eleito, que o Congresso teria que encontrar uma solução boa, razoável para a questão que se impõe. O Orçamento não prevê a solução desse impasse.

Então, eu faço um apelo... Eu sei que nós temos visões distintas: nós somos de uma posição de que acreditamos mais no investimento privado do que no investimento público; nós acreditamos que a solidez fiscal é um fundamento vital, importante para que se possa permitir a melhor distribuição de renda, porque o pior imposto é o imposto da inflação.

Por isso, eu consulto inicialmente, se o Presidente assim o permitir, sobre uma manifestação inicial do Senador Jaques Wagner, mas faço sobretudo um apelo ao Líder do Governo, ao Senador Amin, ao Senador Oriovisto, ao Senador Tasso, para que a gente possa fazer essa matéria tramitar com o espírito de colaboração, compreensão e entendimento, mesmo que nós divirjamos em relação ao relatório, em questões pontuais, que foi apresentado pelo Senador Alexandre Silveira.

Essa era a ponderação que eu queria fazer, Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, eu fui citado. Gostaria de dizer só...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas foi positivamente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Eu sei, mas, ainda assim, eu queria fazer uma menção ao que disse o Senador Bezerra.

Nós conversamos, lá na antessala – o senhor estava lá presente –, nós tentamos construir um acordo, mas não houve acordo nenhum, nem sobre valor nem sobre prazo. Então, eu quero deixar isso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito claro, porque a sensação que me deu no discurso do Senador Bezerra é que, havendo a redução de 30 bilhões, tudo estaria resolvido. Não, a mim isso não basta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Nem a mim.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – E nem a "outro Amin" que está ali. (*Risos.*)

Nenhum de nós dois concorda com isso.

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – É unanimidade nos "amins".

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Eu estou fora dessa unanimidade.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sim... Enfim...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer...

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Só queria deixar isso claro, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Só para fazer uma observação sobre os acontecimentos nas últimas horas, várias emendas que foram colocadas pelos Senadores – no caso do Alessandro Vieira, no caso do próprio Senador Mecias, do Senador Serra, com a diminuição do prazo para que o novo Governo se esforce para entregar todo um arcabouço fiscal até agosto ou início de agosto –, todo esse esforço foi feito, e tudo isso foi alcançado.

Por isso, agradeço ao Senador Fernando Bezerra, como sempre, pela sua ponderação, pelo seu equilíbrio em busca do consenso, porque essa matéria realmente interessa ao Brasil. Nós estamos tratando aqui de um programa social que nós todos julgamos essencial, que não tem coloração partidária. Nós todos sabemos da importância dele. Ele foi tratado por todas as campanhas políticas como uma grande prioridade. E nada mais é a PEC do que garantir esse programa social para atender a essas milhares de famílias necessitadas. Nós sabemos da preocupação justa com as consequências, com a política econômica, mas ninguém nega a prioridade que nós temos hoje de avançarmos nessa PEC. Por isso houve esse esforço no atendimento às emendas, e eu quero... Se for essa realmente a vontade do Plenário, externada pelo Senador Fernando Bezerra, nós temos toda a condição de avançar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero ouvir o Senador Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Antes, Senador Wagner, me permita...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Quero também me inscrever, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... me permita, para eu fazer uma ponderação do ponto de vista do rito que nós estabelecemos, suspendendo a reunião por quase seis horas de prazo.

Se nós tivéssemos deliberado esse requerimento de audiência pública hoje pela manhã, proposto pelo Senador Portinho, nós já teríamos decidido os destinos desta reunião da CCJ e o destino da PEC. Eu quero fazer uma ponderação, uma observação em relação a esse requerimento. Hoje é 6 de dezembro...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ainda nem defendi, Sr. Presidente, com todo o respeito. Vamos abrir a defesa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu quero fazer uma ponderação a V. Exa., porque nós estamos claramente... Quando deliberarmos esse requerimento, nós vamos deliberar se nós vamos ter o auxílio, se nós vamos ter o espaço fiscal, se nós vamos ter a PEC aprovada ou rejeitada. Então, eu quero que isso aqui fique muito claro hoje aqui na reunião, porque naturalmente, se esse requerimento da audiência pública for aprovado – e isso pode acontecer –, nós estaremos organizando que essa proposta não vá tramitar, porque não há prazo. E, se essa proposta não tramitar...

Líder Portinho, deixe-me só fazer a...

Se essa proposta não tramitar por conta do prazo, nós não teremos a solução dos programas sociais que foram comprometidos pelo Governo que sai e pelo Governo que entra.

Então, eu queria fazer essa observação e dizer aos Senadores que são membros desta Comissão que pudessem ter um aspecto sensível do Líder para a gente debater o que a gente quiser debater no texto e votar no texto "sim" ou "não", no texto, para a gente não correr o perigo de colocar uma proposta de uma audiência pública, que é regimental e, no final, a gente não conseguir nem discutir a matéria, porque, se for para ter audiência pública, nós não teremos o debate da matéria.

Então, eu queria pedir essa sensibilidade para a gente poder debater na proposta e não no requerimento de audiência pública.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, pela ordem, por favor.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Houve um consenso óbvio, durante todo o período eleitoral, desses R$600 do auxílio – ou o nome que queiram dar a ele – dos dois candidatos que foram ao segundo turno. A forma como está sendo proposta aqui pelo PT ou pelo autor, que é o Senador Marcelo Castro, é completamente diferente daquilo que o Governo Bolsonaro estava se propondo a fazer, sempre com a preocupação de evitar impactos na economia, de evitar variações bruscas na inflação, de evitar variações bruscas cambiais, de desestimular todo esse contexto propício à geração de empregos que nós temos ainda hoje no Brasil. Tanto é que mandou R$400 dentro do teto e seriam apenas R$200 fora do teto, e mesmo assim indicando uma fonte de recurso. Havia todo um planejamento muito transparente, claro, com previsibilidade, para que não houvesse essa confusão que está acontecendo.

E essa correria, no meu ponto de vista pelo menos, Presidente Davi, gera, sim, uma incerteza, gera uma instabilidade, gera uma imprevisibilidade. Eu posso falar... Eu não consegui ler ainda toda a redação final do que está no relatório. Eu não tenho nem tranquilidade para votar isso. A gente não sabe nem quem é o Ministro da Economia que vai tomar conta disso. Quem é que vai dar as garantias de que isso vai ser colocado em prática? A gente não sabe de nada. Então, acordo tem para os R$600.

O Presidente Bolsonaro pode, por exemplo, editar uma medida provisória e garantir os R$600, desde que não haja óbices no tocante a possíveis crimes de responsabilidade. Está resolvida a questão. O Presidente Bolsonaro pode, com uma canetada, se houver essa compreensão por parte dos órgãos de controle do Senado, resolver esse problema. Só que a gente está discutindo essa PEC e não é só isso, tem muito mais coisa envolvida, um assunto que foi extremamente debatido na campanha eleitoral, portanto até o próximo Congresso mereceria participar desse debate. Se prolonga-se por um mais um ano, por mais dois anos, por mais dez anos, por mais seis anos, como brincou o Senador Weverton há pouco tempo: garante quatro anos do próximo Governo, a gente não sabe quem vai ser o próximo, em 2026, e já estão resolvidos os dois primeiros anos do próximo Governo de 2026 também – é óbvio que ele falou brincando.

Mas acho que este debate não merece, Presidente, da nossa parte, essa correria, porque o açodamento pode acabar tendo efeito inverso. Se a gente discute aqui algo, como o mercado já está entendendo, de instabilidade, a consequência vai ser aumento de inflação, vai ser aumento de juros, vai ser a redução do poder de compra dos R$600, por causa de poucos dias que a gente pode debater em uma audiência pública. Se já tivesse um Ministro da Fazenda, da Economia – não sei o nome – do Planejamento, que já pudesse falar pelas suas pastas no próximo ano, estaria resolvido o problema.

Quantas vezes ministros do Governo Bolsonaro não vieram a esta Casa prestar esclarecimentos?

Então, as ponderações que eu faço, Presidente... Eu entendo a preocupação, mas eu acho que aprovar na correria um texto como está sendo colocado aqui hoje, no meu ponto de vista, é temerário, e podem ser resolvidos os R$600 de uma outra forma, como eu disse, até por uma medida provisória do Presidente Bolsonaro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Wagner.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Pela ordem também, Presidente.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Bom, eu queria, em primeiro lugar, agradecer, porque eu percebo isso, o esforço de todos os colegas Senadores e Senadoras no sentido de chegarmos a um denominador comum e podermos até votar essa matéria por acordo. É esse o esforço do Relator, é esse o esforço de todos nós que nos reunimos há pouco, na tentativa de chegar a esse acordo.

Nós tivemos uma reunião, pela manhã, antes da suspensão, ou melhor, depois da decisão da suspensão, e, depois, é óbvio que, mesmo sendo mandatário, eu fui conversar com o Presidente eleito e dizer para ele quais eram as proposições que estavam aqui.

Eu queria destacar, até falando mais diretamente com o Senador Portinho, que eu diria que as nossas dúvidas ou as nossas inquietações, ou as nossas até divergências estão basicamente em dois pontos, eu diria três pontos: o envio do novo arcabouço fiscal, que já foi concordado e nós reduzimos, conforme demanda de colegas, para seis meses, até o final de julho; concordamos na redução de 30 bilhões... Se V. Exas. me perguntarem, é evidente que a equipe nova preferiria que a redução não fosse de 30, fosse de 20, e eu estou aqui já assumindo essa responsabilidade, na tentativa de chegarmos a um acordo de aceitar o que foi proposto dos 30 bilhões. Por fim, o ponto em que eu sinto que há uma divergência maior ou mais significativa é a questão de dois anos ou um ano.

Aí eu quero fazer uma ponderação, quero raciocinar junto com os colegas, porque, querendo ou não, o currículo de cada um de nós tem que pesar um pouco quando a gente vai tomar uma decisão. A gente, quando contrata alguém para trabalhar conosco, quer saber qual é a experiência anterior e vai saber como essa pessoa se portou no último trabalho que fez. É assim. A gente busca saber se vai a um médico ou se não vai a um médico pelas referências.

Aí eu quero reivindicar, em nome do Presidente eleito, com quem eu tive o prazer de trabalhar como Ministro, o que já disse agora na antessala. Se tem alguém que tem consciência de que, sem responsabilidade fiscal, não fará o que deseja fazer, porque o Presidente eleito quer fazer em quatro anos mais e melhor do que ele fez, até porque ele quer, vamos dizer, coroar uma vida política...

Na minha opinião, nós estamos quase como que naquela história de quem nasceu primeiro: a galinha ou o ovo? Se eu dou dois anos, não é que eu queira usar os dois anos. Eu tenho absoluta convicção disso. A equipe econômica, de que parte já é conhecida, porque o Banco Central já é conhecido, com quem o Presidente eleito já teve um diálogo... Se eu falo que eu quero mudar o arcabouço

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

fiscal e eu apresento esse arcabouço em seis meses, eu espero que as Casas tenham consenso para nós votarmos. Se nós votarmos isso, eu não dependo mais de 2024, disso que está sendo votado aqui.

Agora, eu quero dizer o sentido contrário. Se eu dou apenas um ano – não é nossa vontade –, e, por acaso, eu não consiga ter êxito na votação do arcabouço, eu não posso interromper programas, como, por exemplo, o Bolsa Família, que se transformou em uma despesa continuada.

Eu faço até um apelo ao Senador Flávio, para que repare: mesmo que eu concorde que é apressado, eu queria só que os colegas entendessem que esse apressado é um esforço do Presidente, que sabe que poderia emitir, evidentemente, uma MP de crédito suplementar. É claro que ele poderia fazer isso. Porém, para oferecer ao país e para fora do país, aos investidores, uma estabilidade maior, preferiu se arriscar e, por isso, esteve com o Presidente da nossa Casa, esteve com o Presidente da Câmara dos Deputados para dizer: "Eu quero prestigiar a política e quero fazer isso negociado". Só por isso é que ele não fez, ou outras possibilidades que alguém aventou. Ele disse: "Não, eu vou sair pela política".

Então, só quero pedir vênia para dizer que, se efetivamente... Eu não discordo de V. Exa. Se é uma coisa, vou chamar assim, apressada, é pelo esforço que o Presidente eleito tem, no sentido do desafio que ele tem, pelas carências da nossa gente, e V. Exa. mesmo reafirmou: os dois candidatos que foram ao segundo turno, ambos se comprometiam, se comprometeram a manter essa matéria. A diferença é que, ao invés de eu poder lançar mão, eventualmente, de um crédito suplementar, eu prefiro ter algo votado com mais perenidade, porque eu acho que é melhor para a economia brasileira e é melhor para a leitura de quem está de fora para dentro.

Então, eu só quero pedir vênia a todos os colegas Líderes.

Eu me dirijo também ao Senador Oriovisto. Eu conheço sua posição, respeito sua posição e sei que V. Exa. está preocupado com que a gente não tenha uma vida curta, mas tenha uma vida longa na geração de emprego e na melhoria. Mas eu queria só chamar a atenção para este aspecto, que é, talvez, um dos aspectos centrais para V. Exa., do um ano ou dos dois anos. Se eu dou um, eu estou premido; se não conseguirmos votar o novo arcabouço fiscal, eu vou ter que fazer alguma coisa para manter o orçamento do Bolsa Família. Na verdade, o segundo ano, eu diria, é um seguro; não é uma folga para não votar o novo arcabouço fiscal, porque todo mundo sabe que o Presidente Lula quer votar o novo arcabouço fiscal.

Então, só para responder mais diretamente ao Fernando Bezerra, quero dizer o seguinte: o que foi dito pela manhã dos 30 "bi" está acordado, o que foi dito pela manhã de redução para seis meses do envio da proposta de arcabouço fiscal está acordado, e a única coisa que eu peço é que acordem nos dois anos.

Muito obrigado.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu queria cumprimentar os colegas e me somar também a esse apelo acerca do pedido de postergação com uma audiência pública diante de um benefício que é emergencial, é urgente para a população brasileira. E eu digo isso, Presidente, como nordestina que sou, como maranhense, Kajuru, como alguém que conhece, de fato, o que é a situação da fome.

Nós, na verdade, estamos aqui a apresentar ou a votar uma proposta que fatalmente existiria independentemente do resultado eleitoral, porque o Presidente Bolsonaro, como muito bem falou o Senador Flávio, também prometeu a ampliação desse valor para o ano que vem, e não havia previsão orçamentária – aliás, uma proposta que ele poderia ter trabalhado durante o ano nos órgãos da parte financeira aqui do Congresso Nacional, e não foi trabalhado.

Então, nós estamos trabalhando aqui diante de uma proposta que foi apresentada unanimemente pelos candidatos, e unanimemente a população brasileira votou para ter esse resultado, que é a garantia do Bolsa Família.

E eu quero fazer aqui um apelo aos colegas. Eu, na verdade, faço oposição a este Governo, o Governo Bolsonaro, durante todos os anos como Senadora aqui nesta Casa. Mais precisamente, colegas, no dia 14 de julho de 2022, próximo de um processo eleitoral aqui nesta Casa, foi apresentada uma proposta, Senador Paulo Rocha, por este Governo para ampliação do Bolsa Família, para garantia da ajuda emergencial para o povo brasileiro – próximo de um processo eleitoral –, o que poderia, do ponto de vista prático eleitoral, mudar o resultado, sobretudo para as populações mais carentes, em que este atual Governo tinha maior dificuldade eleitoral. O que nós fizemos enquanto oposição deste Governo? Quase que unanimemente, colegas, nós votamos a favor de R$41 bilhões, somando-se, em 2022, a R$116 bilhões, que foi o espaço fiscal que nós, do Congresso Nacional, demos a este Governo Bolsonaro. E nós da oposição deste Governo Bolsonaro votamos a favor, pela responsabilidade social.

Então, é na verdade muito incoerente neste momento em que nós estamos findando o processo eleitoral não votar, votar contra ou tentar postergar uma matéria desta natureza. É contrassenso, é contra nossa própria história. O que nós vamos responder para o nosso povo brasileiro?

Senador Fernando Bezerra, V. Exa. fez uma exposição perfeita, na verdade, com o seu olhar pleno, com o seu olhar realmente de entendimento geral. E o Senador Alexandre Silveira acatou quase que todo mundo, parcial ou plenamente. Ele acatou Parlamentares da base do Governo, precificando e, aliás, tirando de nós mesmos a responsabilidade de discutirmos na infraconstitucional, porque nós não podemos colocar precificação, gente, nem PEC. Proposta de emenda à Constituição é exatamente aquilo que é muito básico. O detalhamento a gente vê lá no Plano Plurianual, a gente vê lá na Lei Orçamentária, na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

CMO, dentro da legislação própria para fazer o detalhamento da execução, ou seja, o Governo Federal precisa ter a liberdade de apresentar a política pública, fazer a aplicação orçamentária com autorização do Congresso Nacional. Não é neste momento. E, mesmo assim, o Senador Alexandre Silveira teve a flexibilidade de fazer de fato essas concessões, assegurando, na verdade, aos Parlamentares...

E aí, Senador Alexandre, eu quero finalizar o cumprimentando por ter aceito, na verdade, o nosso pedido de inclusão da diretriz que é política pública para as mulheres. A futura Primeira-Dama, Janja, fez uma exposição muito importante uma semana atrás, se não me foge a memória, quando ela colocou a preocupação com a desconstrução da política da mulher. E deste orçamento nós também teremos uma política voltada para a mulher, dentro do atendimento daquilo que é emergencial, dentro da política pública – e, aliás, hoje o Bolsa Família já traz uma prioridade em relação às mulheres –, ou seja, tudo que não aumentasse o espaço fiscal, mas que trouxesse, na verdade, essas possibilidades o Relator aceitou, como no caso da Fiocruz, que também é uma outra emenda da minha autoria.

Por fim, Presidente, eu queria também deixar aqui meu apelo aos colegas. Eu faço isso, gente, porque hoje eu sou Senadora da República...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – E R$600, Senador Davi Alcolumbre, para nós aqui, Senadores... Talvez seja um jantar que a gente pague, Senador Kajuru, com R$600. Mas R$600, na mesa do povo pobre deste país e de muitos dos meus conterrâneos do meu Maranhão, significam muitos dias de comida na mesa. Então, eu acho que será muito ruim para a nossa própria história, será muito ruim para com o nosso comprometimento político postergar uma votação dessa natureza.

Eu faço o meu apelo como mulher, como maranhense, como nordestina: que nós possamos de fato seguir para a votação e, portanto, levar para o Plenário a aprovação desta PEC, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Tasso Jereissati.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. Pela ordem.) – Presidente Davi, eu não sei realmente como ficou, porque o Senador Jaques Wagner disse que alguns pontos ficaram acordados, mas não ouvi do Relator... É que o Senador Jaques Wagner acabou de falar – eu não sei se ele está aí ainda – que alguns pontos foram acordados, mas não correspondem ao seu voto, ainda pelo menos. Eu queria entender isso.

Mas só um esclarecimento que eu queria dar aqui também à minha querida Senadora Eliziane e ao ilustre Relator: eu acho que não tem ninguém aqui que esteja contra o auxílio social. Não tem ninguém. Acordo social, a coisa do R$600...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Absolutamente ninguém.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Todo mundo. Isso é unanimidade aqui.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – Então vamos votar.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Com R$600 e R$150 para as crianças todo mundo está de acordo. Farmácia Popular, todo mundo de acordo. O que nós estamos discutindo é o pedido extra que não é apenas para os projetos sociais. Os projetos sociais são unanimidade.

Agora, os números que estão sendo contemplados é que são números que podem resolver o problema no primeiro tempo, no primeiro momento, resolver outros problemas – construção de estradas, pagamento de alguns setores, outras obras inacabadas, etc. –; no entanto, podem trazer, e o risco é grande, um prejuízo muito maior justamente a essas famílias mais pobres, pela inflação e pelos juros altos.

Repito aqui com toda clareza: não há ninguém aqui que seja contra o projeto social; o que nós queremos é estabelecer o equilíbrio entre tudo aquilo que o Governo Lula deseja. É o que nós desejamos também, mas que se mantenha estabilidade da inflação, dos juros e do crescimento no futuro. É só isso que nós queremos. Senão, se esse número de 175 prevalecer, eu posso escrever aqui, Senador Otto, Senador Wellington, que nós estaremos, dentro de dois anos, vivendo juros reais de cerca de 9% – a perspectiva é de 9% reais. E isso é o maior afugentador de investimento, e investimento é o que gera emprego. Ao mesmo tempo, a inflação deve estar em altíssimos patamares também. E nós devemos estar convivendo com os déficits primários, ou seja, déficits que não geram recursos para pagar dívida. Então, nós teremos que pegar mais dívida para pagar a dívida. É esse o cenário que se desenha.

O que nós estamos pedindo e faço até um apelo – o Senador Wagner disse que já tinha algum andamento – é que seja feito o acordo. Eu não quero votar nem postergar; eu quero votar isso agora. Deus me livre de o Governo Lula começar sem ter os recursos necessários para pagar todas as dívidas sociais urgentes que o Brasil tem e vai continuar tendo por muitos anos!

Aqui a Senadora Eliziane fez referência ao projeto que foi chamado de camicase, aquele projeto que nós votamos por unanimidade aqui...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. *Fora do microfone*.) – O de R$41 bilhões.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – Nós votamos porque vimos a necessidade da fome, vimos a crise da fome e o que estava acontecendo. Então, nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

queremos que seja votado hoje aqui, mas um número razoável para não causar desconforto e prejuízo gigantesco a este país no futuro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer uma... Estamos na discussão da matéria. A gente vai acabar discutindo duas vezes essa matéria aqui se a gente ficar discutindo, porque vamos discutir a matéria e, daqui a pouco, vamos ter de discutir o requerimento. Eu queria propor que a gente fizesse um procedimento, já que a gente vai ter de deliberar ou não caso passe o requerimento da audiência... Porque eu tenho que botar o requerimento da audiência para votar. Eu vou consultar o Líder do PL... Porque aí a gente não vai entrar na discussão duas vezes. Vamos decidir se a gente vai ter audiência, porque, se não tiver audiência, nós vamos votar hoje, para aprovar ou para não aprovar. Se tivermos audiência, não tem mais reunião hoje aqui.

Então, eu queria consultar o Líder do PL, que propôs o requerimento de audiência pública, para ver se ele mantém. Se ele mantiver, nós vamos deliberar antes da discussão.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela Liderança.) – Ouvi todos os meus colegas com toda atenção, com toda deferência que eles merecem. Estou desde a manhã... Aliás, estou há 30 dias querendo construir, como este Senado sempre construiu, antes de chegar à CCJ ou antes de ir para deliberação, uma proposta.

O que nós avançamos aqui em termos de discussão... A gente poderia ter resolvido há 30 dias essa questão, só que o que está sendo colocado na mesa de discussão para iniciar um debate dentro da CCJ, com divergências de prazos, com divergências de valor e com penduricalhos ou necessidades – vou dizer assim para não ofender – que fazem uma proposta que parte de uma convergência que é que nós queremos o auxílio de R$600... E, para chegar aos R$600, além dos R$105 bilhões no Orçamento, que equivalem a R$400 de Auxílio Brasil, seriam necessários mais R$53 bilhões fora do teto, que, somados a R$150... E, embora eu ache discutíveis esses R$150, mas, como isso já vem do Governo Bolsonaro, eu me afasto dessa discussão... É porque a gente está privilegiando uma pessoa que não trabalha e que tem quatro filhos ao ganhar a mesma coisa que um aposentado que trabalhou a sua vida inteira ganha: R$1.200, mas tudo bem. Mesmo colocando os R$150 por filho, a gente está chegando hoje a um valor em torno de, com mais R$18 bilhões, R$71 bilhões para garantir, Senadora Eliziane, os R$600 mais os R$150 por criança. Se a PEC fosse só isso, que é a nossa convergência, ela passaria hoje, estaria aprovada. E nós teríamos o início da legislatura que vem, com os Senadores eleitos pelo povo, que deve ser respeitado, discutindo aqui conosco o espaço que poderíamos abrir. Já não temos essa possibilidade, estamos deixando de fora não só a do ano que vem, mas, com a proposta dos quatro anos caindo para dois, estamos deixando de fora da discussão do exercício que vem Senadores eleitos pelo povo e que deveriam estar participando.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é um argumento também por que divergimos no prazo. O prazo deveria ser de um ano, porque, como mesmo disse a Senadora Eliziane, a cada ano, o Governo Bolsonaro esteve aqui nesta Casa. E mais: ele esteve com o Ministro da Economia, colocou os seus consultores do Ministério da Economia à disposição de todos os Senadores da oposição e da situação para discutir todas as propostas e os impactos sobre a nossa economia.

E não esqueçam: em agosto passado, quando discutimos o Auxílio Brasil com a equipe do Ministro Paulo Guedes, havia uma projeção de lastro para o auxílio de R$600, que estava em cima do superávit fiscal, que se confirmou.

Aqui, começamos uma discussão na CCJ sem o Ministro da Economia, sem uma equipe econômica – que não fosse o Ministro, mas que estivesse aqui para nos explicar os impactos da economia, o que, com todo o respeito, o nosso Senador Tasso Jereissati fez muito bem.

E nos assustam esses impactos. E por quê? Se a nossa convergência até o momento é o auxílio de R$600, nós queremos que os R$600 de hoje valham R$600 amanhã, porque, senão, esse Governo vai começar mal. Ele vai começar enganando aquele que precisa dos R$600, porque, na hora de receber, com juros altos, por conta das outras necessidades que estão colocando aqui no atropelo, por conta dos juros altos e da inflação, R$600 – atenção: anotem – não vão valer R$600 em 2023! Estaremos enganando aqueles que mais precisam! Aliás, estaremos não, porque eu não faço isso. E, por essa razão, pela ausência de esclarecimento de impacto econômico, o requerimento de audiência pública é absolutamente justificável. Tem o rol, e os Senadores da hoje oposição que quiserem podem incluir quantos mais economistas quiserem.

Se for necessário fazer 11 horas de sessão, como fizemos recentemente na Comissão de Transparência, faremos, e temos espaço de tempo para isso. Desculpa. Vocês estão enganados quando dizem... E não vão nos convencer. Podemos aprovar hoje, fazer uma audiência na segunda-feira, voltar para a CCJ na quarta-feira. Podemos até abrir mão de vista para isso, para ganhar tempo. Podemos até fazer o acordo, quarta-feira aprovamos na CCJ. Pelo menos aqueles que votarem votarão com a responsabilidade de saber quais são os impactos econômicos, porque isso é dinheiro público. É dinheiro de todo brasileiro, e todos os brasileiros que nos assistem querem saber também qual vai ser o impacto econômico, porque o mercado já está precificando, o dólar em disparada, os juros futuros em disparada, e os R$600 de quem precisa não valerão. E aprovando na semana que vem, quero lembrar que, pelo Regimento aqui do Congresso, nós vamos até o dia 22 de dezembro e temos ainda dez dias para aprovar aqui no Senado e certamente, já mastigado, já com impactos econômicos, com dados, poder levar para a Câmara, para que quem vote não esteja dando um cheque em branco ou um cheque a um portador desconhecido, mas que saiba quais são exatamente as consequências dos seus atos, do voto dos Senadores desta Casa. O requerimento é para isso. Não é para... Isso aqui não é tática argentina, ninguém está de catimba aqui, porque isso é dinheiro público, isso é responsabilidade de cada um dos Senadores com seus eleitores. É a minha responsabilidade com meu partido e com os meus eleitores do meu estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu venho pedir aqui, Sr. Presidente: façamos, em acordo, essa audiência pública na segunda. Abrimos mão de vista, fazemos a votação do relatório final na quarta-feira e temos dez dias para aprovar aqui e na Câmara, com tudo mastigado. Isso é responsabilidade – não é nem responsabilidade fiscal; é responsabilidade política, que eu coloco, sim, no colo de cada um dos meus colegas Senadores, porque eu não votarei a favor no escuro. O Governo Bolsonaro tem outros instrumentos que podem garantir os R$200 a mais do Auxílio Brasil, e se precisar, faremos. Ninguém vai deixar de receber os seus R$600.

Eu mantenho o requerimento e já fiz a defesa e a justificativa, vamos para voto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Vamos para a votação então, Presidente.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Presidente, eu pedi a palavra faz quanto tempo?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – O Brasil vai ver quem vai votar a favor dos projetos sociais. Seria bom o Relator destacar, Presidente – é muito importante isso – as várias admissões...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Relator pediu...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – ... que ele fez nas áreas sociais específicas.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Só por uma questão, Senador Portinho, Líder Portinho, de honestidade intelectual, o que está sendo proposto aqui é exclusivamente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Excelência, meu Senador querido, quando V. Exa. concluir, eu vou abrir o painel para votação do requerimento.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem. Permitiram-me a inscrição. Agora eu sou tolhida de falar e nós vamos discutir audiência pública? Eu peço pelo menos um minuto de fala.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu também, eu estou inscrito desde o início da sessão da manhã.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Eu fui o primeiro a me inscrever, e até agora não pude falar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Eu estou inscrito desde a manhã, Sr. Presidente.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Eu fui o primeiro.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – O Presidente colocar em votação o requerimento...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Lembrando que o primeiro inscrito foi o Senador Marcelo Castro, viu?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É verdade.

O SR. CARLOS FÁVARO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Não foi, não. Fui eu.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Abre a votação, Presidente, e abre as falas.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minuto aqui. Nós temos aqui ainda vários Senadores inscritos, de fato, para discussão da matéria.

Como tem o requerimento, Presidente Simone, eu quero abrir a votação do requerimento...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Perfeito, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... e eu continuo na lista de inscrição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Perfeito. E eu queria me inscrever também para discutir o requerimento durante a votação, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas eu só queria... Antes de eu votar o requerimento, o Relator pediu a palavra.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Tá, claro.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG. Como Relator.) – Só por uma questão de honestidade intelectual, Senador Portinho. O que está sendo proposto é

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

exclusivamente a proteção social dos 175 bilhões orçados para o hoje Programa Auxílio Brasil, futuro Bolsa Família, garantido por todos os candidatos na eleição.

Ressalto também, Senador Portinho, só para relembrar, que esse mesmo programa foi aprovado pelo atual Governo na véspera da eleição.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Perfeito.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Nesse mesmo valor, da mesma forma, em julho, na véspera do processo eleitoral.

E é um processo da minha autoria, Senador Flávio, de quando eu tomei posse, no dia 2 de fevereiro. A minha primeira propositura na Casa foi a PEC 01, que estabeleceu R$600 naquele momento e que não era uma PEC oportunista; era uma PEC que já diagnosticava a situação ruim do povo brasileiro, que precisava de ser socorrido, saindo da covid-19. E ela foi aprovada seis meses depois.

Então, essa retórica que o Senador Portinho usou, com todo o respeito ao Senador Portinho, de que os valores não estão mensurados não é uma realidade. Os valores estão completamente mensurados e foram lidos no relatório.

E mais do que isso, Senador Portinho: é importante relembrar que a política econômica do Sr. Paulo Guedes perdeu as eleições. Mais de 50% do povo brasileiro votou contra essa política econômica. Então, a oportunidade que o novo Governo tem que ter... E nós sabemos que não é um governante neófito; é um governante experiente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Aliás, quem derrotou Jair Bolsonaro foi o Ministro Paulo Guedes.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – ... é um governante que já demonstrou sua responsabilidade fiscal, seu equilíbrio com o superávit primário, com o sucesso dos seus dois Governos, porque saiu com 80% de aprovação no segundo governo.

Então, essa retórica não funciona.

Se há uma discordância sobre os riscos ou não de aquilatar os investimentos necessários para se manter o atual programa social que este Governo aprovou na véspera da eleição, é a minha concordância sobre a mensuração desses riscos do ponto de vista econômico. Só não podemos deixar prevalecer a retórica de que nós queremos qualquer coisa que não seja manter o programa social que este Governo aprovou e que o próximo Governo se comprometeu, durante o processo eleitoral, em manter.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós vamos colocar em votação o requerimento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Requeremos, nos termos do art. 93, §1º, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública com o objetivo de instruir a PEC 32, de 2022, que altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para permitir a implementação do Programa Bolsa Família e definir regras para transição da Presidência da República aplicadas à Lei Orçamentária de 2023 e dá outras providências.

Tem a justificação.

Assinam o requerimento o Líder Portinho, o Senador Eduardo Girão e o Senador Flávio Bolsonaro.

Vamos colocar em votação o requerimento de autoria dos Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Flávio Bolsonaro, para a realização de audiência pública para instrução da matéria.

Os Senadores e as Senadoras que rejeitam queiram permanecer como se encontram.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Espere aí. Desculpa, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para ver que eu estou dando tempo para... Já podia ter...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me falar aqui.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – Quem vota "sim" vota...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Quem vota com o requerimento...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – No celular?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone.*) – É porque tem Senadores que estão...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não. A votação é simbólica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Não, mas tem Senadores que estão no virtual, como a Senadora Soraya Thronicke. Não pode ser cassado o direito de voto dela.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou pedir a atenção do Plenário do Senado, da Comissão, e vou fazer a leitura novamente.

Os Senadores e as Senadoras...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Verificação de votação, não é isso? Votação nominal.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas o problema é que é simbólico.

V. Exa. está pedindo verificação?

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Vamos, então, ao painel.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, esperem lá: mãos... Regimentalmente, tem que ter apoiamento V. Exa., que está pedindo verificação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Verificação nominal. Verificação nominal. É isso que eu estou pedindo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas não tem apoiamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Tem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Quem que apoia?

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Apoiamos aqui.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tem apoiamento. Tem apoiamento.

Em votação nominal o requerimento, com o apoiamento, com pedido de verificação.

Os Senadores e as Senadoras já podem votar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Quem rejeita o requerimento vota "não"; quem apoia o requerimento de audiência pública vota "sim".

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Ou seja, o voto é "não".

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para encaminhar.) – Para mim, voto "sim", Presidente.

Pelo PL, encaminho o voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – PL encaminha o voto "sim".

Vou repetir novamente para...

O SR. LUIS CARLOS HEINZE (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RS. Para encaminhar.) – Progressistas, voto "sim".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou repetir novamente para não termos problema: quem votar a favor do requerimento da audiência pública vota "sim"; quem votar contra o requerimento de audiência pública vota "não".

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Otto.

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA. Pela ordem.) – Sr. Presidente, primeiro, eu queria chamar a atenção do Líder do Governo, o Senador Carlos Portinho. Certamente por um lapso verbal, ele acentuou que os novos Senadores eleitos é que deveriam decidir sobre esse tema. Faço eu agora uma alusão de que os mandatos dos Senadores atuais vão até 2 de fevereiro.

Portanto, é uma descortesia, Senador Carlos Portinho, V. Exa. acentuar que quem deveria votar são os novos Senadores eleitos.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não...

O SR. OTTO ALENCAR (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - BA) – Deveria ter o respeito – V. Exa. falou isso – com os Senadores que têm mandato até 2 de fevereiro e, como tal, têm toda autonomia, liberdade e direito, com seus mandatos, de votar agora esta matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É com relação à PEC com prazo para 2024, apenas isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Para encaminhar.) – O Cidadania faz encaminhamento, Sr. Presidente, contrário a essa proposta, em favor da comida na mesa das nossas crianças e famílias brasileiras, em favor da merenda escolar, do Bolsa Família, do gás...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, aqui tem que ser no grito, não é? Para falar tem que ser no grito, não é?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – ... do combate à pobreza.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Desculpe.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Eu queria, Presidente, chamar a atenção para algumas questões que são postas o tempo todo sobre a estabilidade fiscal tão defendida. Eu quero dizer que os governos do Presidente Lula foram governos que sempre mantiveram, que conseguiram manter o superávit primário...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – ... durante todo o período de governo. Nos dois governos, nós tivemos superávit no governo do Presidente Lula. E quero dizer que foi no governo do Presidente Lula que nós construímos uma das maiores, se não a maior reserva externa que o país já teve na sua história, o que é uma proteção. E eu quero chamar a atenção dos Senadores e das Senadoras que o Brasil, no governo do Presidente Lula, mudou o perfil da sua dívida.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Saiu de uma dívida pública em dólar, saiu de uma dívida...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu queria pedir a atenção aqui do Plenário. Nós temos um Senador na tribuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Saiu de uma dívida em dólar para uma dívida em real. Então, a gente precisa levar essas variáveis e essas questões em consideração.

O nosso processo inflacionário não é somente ou principalmente por uma questão fiscal, é muito mais em decorrência do desastre que foi a reindexação da economia por adotar, por exemplo, paridade de preço internacional de combustíveis, por uma série de medidas e ausência de políticas que não foram adotadas no Governo que ora se encerra. Então, a gente precisa analisar esse cenário macroeconômico de uma forma menos contaminada por um discurso que é muito fácil fazer, mas que não tem amparo e consistência em dados da realidade. Essa é a primeira questão.

A segunda questão que eu queria chamar aqui é que nós, respeitando este Senado, votamos aqui indicações do atual Governo para várias agências e não houve o questionamento sobre a legitimidade dos atuais Senadores e do atual Governo para indicar pessoas, nomes para as agências reguladoras. Vejam como o comportamento que a gente teve com o atual Governo e o comportamento de quem fez parte da base do atual Governo com o novo Governo são diferentes. A gente votou aqui membros para o STJ, nós votamos aqui para o CNJ, para o CNMP, votamos aqui embaixadores, votamos aqui membros de agências reguladoras sem questionar, tudo fruto de acordo, de conversa.

Por fim, Sr. Presidente, eu quero dizer que o que está em discussão é como o Brasil vai funcionar no ano de 2023. O mercado precisa precificar qual é o tamanho do gasto que o Governo vai fazer nestes dois anos para retomar o crescimento econômico, gerar emprego e renda, acabar com a fome, colocar em funcionamento os serviços públicos que estão parando, as universidades paradas, o Farmácia Popular parado, a merenda escolar defasada, o Minha Casa, Minha Vida, que não teve construção nenhuma, para a retomada do crescimento econômico.

O mercado precisa entender que este país precisa de uma política anticíclica, porque o que a gente tem tido é uma política pró-cíclica, restritiva, de contração da economia. E o que está sendo proposto não é nada que não possa ser absorvido pelo próprio crescimento, pela inflação, por tudo que vai acontecer no ano de 2023, na nossa economia.

Nós não somos um país pequeno, nós somos um país grande de uma economia grande, e esse valor que está sendo proposto não é nada que não possa ser absorvido. Sem contar, Sras. e Srs. Senadores, que nós ainda não estamos utilizando do instrumento de gestão monetária que é a remuneração dos depósitos voluntários. Ainda insistem em fazer dívida de curto prazo para fazer gestão monetária neste país, aumentando a dívida bruta brasileira, para aumentar o prêmio que é pago para rolar a dívida.

Portanto, nós temos uma tarefa enorme, e a grande tarefa é garantir que os brasileiros comam as três refeições, é garantir que os serviços públicos funcionem, é garantir que o Brasil volte a andar.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – E este é o apelo que a gente faz: que esta Casa, que esses Senadores e essas Senadoras, que nós demos o passo seguinte para a reconstrução do Brasil.

Muito obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Presidente, por favor, rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Kajuru...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Aqui, vários Senadores falaram várias vezes, inclusive eu, que estou aqui desde o começo da sessão, como sempre. Não é possível que a Senadora Simone Tebet, que pediu a palavra...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou passar agora!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – ... não tenha esse direito!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou passar agora!

Senadora Simone...

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu acho que já perdeu o objeto a minha fala. E acho que também, inclusive por conta do barulho, pouca gente vai me dar ouvidos. Mas eu vou falar assim mesmo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Deixe-me pedir aqui... Só um minuto!

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu queria pedir a atenção aqui à Senadora Simone, por gentileza. Há muita conversa paralela aí. Nós temos uma Senadora na tribuna.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS) – Eu peço vênia aqui aos colegas que podem se sentir ofendidos com a minha fala, mas eu não posso ouvir certas coisas e ficar calada. Eu sou disciplinada e vou falar apenas sobre a audiência pública.

Todos sabem do meu compromisso com a responsabilidade fiscal. E não acho que a responsabilidade fiscal e a social são coisas distintas; elas andam juntas e são necessárias. Mas aqui o que nós estamos falando apenas é de forma. Se nós vamos protelar ou não uma votação tão importante quanto essa, tentando uma audiência pública, com isso correremos o risco de chegarmos à semana que vem, de votarmos, de isso ir para Câmara, de a Câmara fazer alterações às vésperas do Natal e de esse projeto voltar para cá em pleno recesso parlamentar.

Então, com muito respeito, eu quero me dirigir a alguns colegas. Eu lamento alguém dizer que é a favor de R$600, mas não em relação aos R$150 por criança porque aposentado ganha menos. Nivelar por baixo, num país que tem 46% de crianças passando fome? Quarenta e seis por cento das nossas crianças, das crianças brasileiras, estão na linha da pobreza no Brasil! Eu quero dizer que, se for para nivelar por baixo, então vamos nivelar o nosso salário! Alguém que ganha R$30 mil diz que não tem condições de garantir R$150? Acho isso injusto! Garantir R$150 paras as crianças estava no meu programa de governo. Perdi a eleição, mas 5 milhões de brasileiros votaram em mim! Então, somem esses cinco milhões aos brasileiros que votaram no Lula! São essas pessoas que votaram esse programa de governo!

Com isso, eu não estou dizendo, Senador Alexandre Silveira, que vamos votar R$175 bilhões! Não é disso que se trata neste momento! Neste momento, trata-se de dar oportunidade e cidadania para milhões de brasileiros! Se eu vou votar 120, se vou votar 140 ou se vou votar a PEC do Senador Tasso, é uma outra questão! Aqui é garantir o direito de votação neste ano sim! E eu fui eleita e tenho mandato até dia 2 de fevereiro. Portanto, qualquer projeto que entre nesta Casa eu tenho o direito, como qualquer Parlamentar, de votar.

Eu peço desculpas pela vênia, mas eu andei pelo país, todos nós andamos pelo Brasil. Nós sabemos... Se é fruto da pandemia, Senador Jaques, ou fruto de incompetência ou fruto de omissão ou fruto de insensibilidade de governo, não interessa! A crise está aí, e ela não é só do Bolsa Família.

Eu estou no grupo da transição. Só do Bolsa Família, são R$175 bilhões, mas temos R$2 bilhões do gás. Se nós não abrirmos um crédito de R$3 bilhões para o Suas, não vai ter dinheiro para os municípios garantirem os Cras na assistência social dos mais de 5,5 mil municípios, isso só no Ministério da Cidadania.

Nós estamos falando de Farmácia Popular, nós estamos falando das universidades, nós estamos falando do Capes, nós estamos falando de centros de pesquisas totalmente paralisados. Repito: fruto da pandemia? Fruto da incompetência? Fruto da indiferença? Fruto da má vontade, da má gestão? Eu não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sei, mas essa é a realidade dos fatos. E cabe a nós, numa construção da cidadania, nos juntarmos e resolvermos o problema.

Por isso é que eu peço encarecidamente aos colegas, independente do nosso voto de mérito, que é uma outra questão, que nós não aprovemos essa audiência pública. Podemos estar enterrando esse projeto, tendo que fazer com que o futuro Presidente tenha que abrir crédito extraordinário apenas para o Auxílio Brasil. E eu já vou antecipar, já antecipei: não é apenas do Auxílio Brasil de que nós estamos falando. Os cofres têm dinheiro. Não há teto para uma parte significativa de políticas públicas essenciais para o Brasil. O projeto Minha Casa, Minha Vida, para a faixa um, para quem ganha até um salário mínimo e meio, não constrói uma única casa para quem precisa há pelo menos dois ou três anos. É disso que se trata.

Portanto, repito: nós estamos aqui, na forma, dizendo que nós precisamos rejeitar a audiência pública e, no mérito, com responsabilidade, com os destaques que vão ser feitos por esta bancada, discutirmos com toda a tranquilidade, número por número, qual é o valor que nós vamos realmente retirar do teto de gasto.

Senador Jaques Wagner, eu encerro apenas dizendo – V. Exa. falou assim: "Eu sei que nós estamos aqui fazendo alguma coisa apressada." – que nós não estamos apressados, não, nós estamos atrasados numa dívida com milhões e milhões de crianças neste país.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Sr. Presidente, eu estou inscrito aqui para falar sobre a audiência pública. Eu sou um dos autores.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ah, é verdade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu lhe peço, por gentileza...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra V. Exa.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Eu lhe agradeço demais, agradeço a todos os colegas aí a oportunidade deste debate.

Eu acredito profundamente que essa audiência pública vai esclarecer. Ela vai, efetivamente, trazer aqui ao Senado Federal, que precisa, luz, repercussão dos impactos de uma votação importante que nós vamos fazer, Senador Marcelo Castro – importante!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu quero aqui replicar o que falou o Senador Oriovisto. Essa questão social, do custo social de R$600, a manutenção dos R$600 é um dever moral nosso – moral! Nós conseguimos manter. Isso aí ninguém tem dúvida.

Agora, essa audiência pública, com todo o respeito a quem pensa diferente, pelo menos eu, como um dos autores, não fiz de forma a protelar. Muito pelo contrário: a gente pode fazer essa audiência pública amanhã, depois de amanhã, sábado, domingo para votar segunda. Isso não vai atrapalhar, mas vai mostrar para todos nós e para a sociedade brasileira que nós não estamos açodados, que nós não estamos tratorando um assunto que vai repercutir na vida das pessoas.

Sobre a colocação que foi feita por alguns colegas aqui, inclusive do endividamento público, da questão dos juros aumentando, da inflação, é real o que pode acontecer. O Senador Tasso Jereissati falou dos juros de 9%. Isso aí a gente vai estar dando com uma mão e tirando com a outra. Precisamos de um mínimo de racionalidade. E tudo o que a gente faz aqui, pelo menos as decisões mais importantes que nós temos nesta Casa, tem pelo menos, Senador Veneziano Vital do Rêgo, uma audiência pública. Uma audiência pública é o que a gente está pedindo. Será que é pedir demais uma audiência pública para que a gente possa ouvir os dois lados?

Aí, chama-se – tem os nomes aqui – o próprio Ministro da Economia, Paulo Guedes; Alessandro Aurélio Caldeira, da Semag; o Sr. Daniel Veloso, Diretor da Instituição Fiscal Independente; o Sr. Bráulio Borges, economista sênior da Fundação Getúlio Vargas; o Sr. Erik Alencar Figueiredo, Presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Senador Girão... O povo está com fome, Senador Girão, não tem tempo para isso.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – ... o Sr. Julio Menezes da Silva, Secretário Especial do Tesouro; o Sr. Paulo Fontoura Valle, Secretário do Tesouro Nacional. E podemos chamar também outros economistas, como o Sr. Eduardo Moreira, que já esteve aqui – o Senador Paulo Paim uma vez o chamou à Comissão de Direitos Humanos para fazer exposição. Seria bom que viesse aqui também.

Ouvir os dois lados, o que a gente quer é isso, para ter um julgamento mais definido, mais claro, para a gente poder votar. É só isto que eu gostaria de pedir aos colegas: que a gente possa deliberar sobre essa audiência pública, Senador Davi Alcolumbre.

O senhor marca amanhã! Marca amanhã, não tem problema. Acho que quem não puder se deslocar a Brasília para participar participa virtualmente, participa de forma remota. Agora, a gente não pode excluir um debate de tamanha profundidade, que vai gerar impactos nessa PEC.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Se a PEC é do Lula, se não é, isso não interessa. O importante é a gente ter racionalidade com relação a isso.

Então, eu agradeço a oportunidade, Senador Davi Alcolumbre, e peço aos colegas que apoiem essa discussão aprofundada de um assunto que impactará a vida de toda a sociedade.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Como nós estamos em processo já de discussão da matéria e como a gente já atingiu o número de Senadores, eu vou encerrar a votação.

Solicito à Secretaria que proclame o resultado.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Votaram SIM ao requerimento de audiência pública 10 Senadores; votaram NÃO 16 Senadores.

Está rejeitado o requerimento de audiência pública.

Continuamos em discussão da matéria.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Viva o Nordeste brasileiro, Presidente!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Sr. Presidente, minha vez...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continuamos...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Pela ordem.) – Só uma questão de ordem.

Ainda não consta o relatório com as alterações, Sr. Relator. Ainda não está aqui o texto com o acordo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continuamos em discussão da matéria.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Minha vez!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para discutir.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, essa PEC visa a três objetivos principais. O primeiro é atender ao Bolsa Família, que vai aumentar em R$70 bilhões; o segundo é permitir que as universidades – o MEC – possam receber recursos e não ir para o teto de gastos; e o terceiro é permitir que, quando haja excesso de arrecadação, possa haver investimento para o país; e o quarto e grande objetivo dessa PEC é recompor o Orçamento, que está todo em deficiência em várias áreas.

E aqui eu quero chamar a atenção dos nobres colegas para verem como é que está o Orçamento do próximo ano, de que eu sou o Relator. Por exemplo, Senador Flávio, na saúde, o orçamento para o próximo ano está defasado do orçamento deste ano em R$16,6 bilhões. Há uma fila de cirurgias eletivas do SUS, e o cálculo que se faz para zerá-la, o que é uma proposta da Senadora Simone Tebet, é de que nós precisaríamos de mais de R$8 bilhões. Nós temos um corte de R$1,8 bilhão na Farmácia Popular. Será que alguém de nós aqui, de sã consciência, vai ter à disposição de fechar o orçamento sem dinheiro para a Farmácia Popular? São mais de 20 milhões de brasileiros que regularmente recebem os remédios da Farmácia Popular. Além de ser uma desumanidade, é uma falta de inteligência, porque, se a pessoa que tem enfermidades, como diabetes, hipertensão, asma, e precisa pegar o seu remédio mensalmente na farmácia, não pegá-lo, vai ter, Senador Tasso Jereissati, complicações, e vai sair muito mais caro para o SUS porque vai ter que se internar. Há cinco anos a merenda escolar não recebe ajuste, não é reajustado o valor. Tem casos de se dividir um ovo, parti-lo ao meio, para poder dá-lo às crianças. É disso que nós estamos falando.

Então, sem essa PEC, não haverá um Orçamento minimamente exequível, qualquer que seja o Governo. Se tivesse sido eleito Lula, Bolsonaro, Simone Tebet, Soraya Thronicke ou Ciro Gomes, todos nós estaríamos hoje aqui debatendo e aprovando uma PEC, porque, sem essa PEC, o país não funcionará no ano que vem.

Agora, nós estamos com servidores com defasagem de em torno de 30% do salário, corroído. No Orçamento deste ano, nós precisamos ainda de R$2,8 bilhões para poder dar um mínimo de aumento ao servidor público, para equiparar ao aumento que o Judiciário está dando. Não é justo que o Poder Judiciário, o Poder Legislativo, que têm os servidores que normalmente ganham mais, tenham um aumento de 9%, e o servidor do Executivo não tenha esse aumento. Então, é uma coisa pela qual nós estamos lutando. Abrindo o teto de gastos, nós vamos poder fazer face a tudo isso daí.

E aí há uma ideia que se espalha de que: "Não. Está se querendo fazer uma gastança desenfreada, uma irresponsabilidade fiscal". Não, senhores. Eu chamo para um diálogo e para a gente ir para os números, porque, Senador Kajuru, contra números não há argumento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O ex-Ministro Nelson Barbosa, que tem autoridade para isso, foi Ministro da Fazenda, foi Ministro do Planejamento, deu uma declaração dizendo – e mostrando os números – que o Orçamento deste ano do país, de 2022, corresponde a 19% do PIB – para ser mais exato, para os preciosos: 18,9% do PIB.

Se nós colocarmos os mesmos 18,9% do PIB de 2023, nós iremos ampliar o Orçamento de 2023 em R$136 bilhões. Ora, qual é a mensagem que está sendo passada? Se nós temos um Orçamento, neste ano, que implica 19% do PIB, e o mercado está em calmaria, o mercado não está nervoso, o mercado não está estressado, por que ficaria estressado no ano que vem, se fossem os mesmos 19%, Senador Jaques Wagner? Não haveria nenhum motivo para isso. Se nós propusermos esses 19%, nós vamos aumentar em R$136 bilhões, o que é muito próximo da proposta que foi feita, pelo Senador Jaques Wagner, de R$145 bilhões. E aí nós iríamos recompor o Orçamento naquilo que está deficitário.

Gente, o Brasil tem programa de habitação popular desde tempos que... Talvez haja muitos aqui que não tinham nem nascido ainda, na época do BNH, na década de 60. Senador Kajuru, há dez anos, o Brasil investia em habitação popular uma média de R$13 bilhões. V. Exa. sabe quanto é que nós temos para o próximo ano? R$34 milhões. É a mesma coisa de não ter nada! Então, não se está querendo fazer uma gastança desenfreada nem cometer irresponsabilidade fiscal. É o mínimo necessário e indispensável para o país funcionar!

O que o Brasil vai investir no próximo ano, Senador Fernando Bezerra, em GND 4 de investimento, são apenas R$22,4 bilhões. A Petrobras vai investir três vezes mais do que o Brasil. São Paulo, que é uma unidade da Federação – e não é uma unidade que se notabiliza por investir muito, percentualmente São Paulo investe pouco –, vai investir a mesma coisa do Brasil. Por que isso está acontecendo? Por causa do teto de gastos. É compreensível. Nós colocamos, em 2016, esse teto, que, de lá para cá, vem sendo corrigido pela inflação. O que ocorre? As despesas obrigatórias vêm aumentando, ano a ano, acima da inflação. Como o teto não aumenta, qual é a consequência? Nós comprimirmos as despesas discricionárias ao ponto de não ter dinheiro para Farmácia Popular, não ter dinheiro para a saúde indígena, não ter dinheiro para a merenda escolar. Isso é maldade do Governo atual? Não, não é maldade, é o impedimento porque o teto não permite.

Então, o Lula foi eleito, e nós estamos discutindo aqui essa PEC. Se o Bolsonaro tivesse sido eleito, nós estaríamos discutindo a mesma PEC, não teria dificuldade nenhuma, porque teria que recompor todas essas rubricas orçamentárias. E outra coisa...

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. *Fora do microfone*.) – O senhor me permite um aparte?

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Só concluindo aqui, Senador Tasso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Há uma coisa aqui para a qual eu quero chamar atenção, porque acho que todos nós vamos concordar. O Brasil teve, no ano passado, um excesso de arrecadação de R$352 bilhões. Esse dinheiro foi todo para o serviço da dívida. Muito justo. Neste ano, há uma previsão de que nós poderemos ter R$270 bilhões de excesso de arrecadação. O que a equipe de transição do novo Governo está propondo? Que uma fração mínima, correspondente a 6,5% de 2021, que dá um valor de R$23 bilhões, pudesse ir para investimento. Por quê? Porque o país perdeu a capacidade de investimento.

Quando nós deveríamos estar aqui, no mínimo, com R$10 bilhões para habitação popular, o Dnit tem apenas R$6,7 bilhões neste ano. Há dez anos, Senador Oriovisto Guimarães, o Dnit aplicava, em média, R$15 bilhões. Houve um ano – foi só um ano – em que o Dnit aplicou R$20 bilhões. O orçamento do Dnit é um terço do que foi há dez anos; mal e parcamente dá para conservar as nossas rodovias. Significa dizer que, se nós não recompusermos o orçamento do Dnit, as estradas que estão sendo construídas vão ser paralisadas, as pontes que estão sendo construídas vão ser paralisadas, tudo isso por causa do teto de gastos.

Agora, voltando ao que eu estou dizendo, vamos supor – só para a gente poder raciocinar – que neste ano houvesse um excesso de arrecadação de R$273 bilhões. O que nós estamos propondo? Que nós pegássemos R$23 bilhões para investir, para investimentos – não é para pagar custeio, não –, e R$250 bilhões, Senador Oriovisto, iriam para o serviço da dívida.

Eu acho... Sobre este item da PEC aqui, não acredito que haja alguém que possa ficar contra. Eu acho que aqui nós vamos ter a unanimidade.

Vou dar o aparte, então, ao nosso nobre Senador, Tasso Jereissati, com a permissão do Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, eu pedi a palavra há dois dias.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É porque não tem aparte.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE) – É só para fazer uma observação, se me permite, Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Está bom.

O SR. TASSO JEREISSATI (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - CE. Para discutir.) – Senador Marcelo, com todo o respeito e admiração que eu tenho por V. Exa., há uma observação que V. Exa. fez do Ministro Nelson Barbosa que está provavelmente equivocada. Quando ele fala que, se 19% dos gastos deste ano correspondessem a 19% dos gastos do ano que vem, dariam R$136 bilhões, eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

lembro a V. Exa. que, nesse cálculo, o crescimento do PIB está em 2,5%. O Focus, que é a média de todas as previsões de bancos, economistas, faculdades, aponta para um crescimento de 0,6%.

Por isso, esse crescimento do PIB está superavaliado no ano que vem, e, portanto, o número não seria 136; seria um número bem menor do que esse.

É a observação que eu queria fazer a V. Exa...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Senador Tasso...

Só concluindo aqui, Sr. Presidente.

Esse número, Senador Tasso Jereissati, eu tive a oportunidade de levar à Consultoria do Senado, e alguns fizeram os cálculos e chegaram a um número próximo a R$150 bilhões. Por isso é que eu me senti seguro de citar isso em todas as entrevistas que eu tenho dado.

Mas tem uma coisa aqui que a gente precisa lembrar: Presidente, o Brasil tem mais de 13 mil obras paralisadas! Só no FNDE, nós temos 3.650 obras paralisadas! É o relatório que foi feito pelo Comitê sobre Obras com Indícios de Irregularidades do ano passado – obras inacabadas. Tudo isso são recursos de que nós precisamos para não parar o país. E o Senador Flávio Bolsonaro diz: "Não, não precisamos de açodamento". Ora, que açodamento? Se nós não aprovarmos essa PEC agora, aqui, nesta semana, no Senado, na próxima semana, na Câmara, nós não teremos Orçamento, porque, para eu fechar o Orçamento, é preciso que a PEC seja aprovada e que eu saiba qual vai ser o espaço orçamentário para eu fazer o relatório.

Então, é uma necessidade absoluta do país que essa PEC seja aprovada. Eu já disse: qualquer PEC! Nós não podemos é fechar o Orçamento sem a PEC, porque o Orçamento nós não conseguimos fechar e o país não vai funcionar no próximo ano se nós não tivermos aprovada essa PEC aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Para discutir.) – Finalmente posso tentar dar uma contribuição.

Sr. Presidente, tudo o que eu ouvi até agora é uma discussão profunda. O Senador Marcelo Castro, quando coloca os pressupostos que estão implícitos em tudo que ele diz, de que o Governo é o grande motor da economia, de que o Governo investir, ele tem uma mudança de problemática. Modernamente o que se tenta, o que se faz é buscar investimentos privados. Foram feitas concessões das nossas rodovias. Programa de privatização existe e se tenta, se bate e não vai em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse Governo quebrou, como já estava quebrado no começo do Governo Bolsonaro, Senador. Eu fui o Relator dos quatro anos da lei que dava a noção do que iria acontecer. Era déficit primário previsto em todos os anos. Já não havia dinheiro para investir em nada. E continua a mesma situação e vai continuar igual.

O relato que o nosso Relator traz comete erros incríveis, grotescos. Relator, me perdoe, mas, quando o senhor diz aqui no seu relatório que "Vale lembrar que a PEC nº 32, de 2022, não promoverá um aumento da relação despesas/PIB em relação ao valor observado neste ano", o senhor está contrariando um estudo técnico da Câmara dos Deputados, que prevê um déficit de R$263 bilhões para 2023.

Não há como querer se basear em *Modern Money Theory*, uma coisa que foi inventada lá pela ala socialista do Partido Democrata americano para financiar meio ambiente e que é motivo de piada no mundo econômico hoje. Elena Landau, que assessorou a Senadora Simone, já está no seu Twitter, dizendo: quando tudo parecia ruim, agora vem a MMT, a *Modern Money Theory*, que é um negócio que não pode ser levado a sério. Pensam que descobriram a pedra filosofal, que o Governo pode gastar tudo o que quiser e que não haverá problema nenhum, porque ele tem o poder de emitir moeda. Ora, se isso fosse verdade, não existiria pobreza no mundo. Aliás, os primeiros teóricos disso defendiam que quem não quisesse trabalhar deveria receber um salário. Não é quem não pudesse trabalhar; quem não quisesse trabalhar teria direito a um salário. Esses são os teóricos da MMT (*Modern Money Theory*). Isso está absolutamente superado. Essa teoria nem é teoria e nem é moderna; é antiga e nunca foi comprovada.

Todos os países que emitiram, por ocasião da epidemia da covid, estão enfrentando problemas sérios de inflação. Estados Unidos está enfrentando inflação de 10%, coisa inédita na história deles. Europa está enfrentando inflação. Tudo que o Senador Tasso colocou é claríssimo. Nós vamos ter o dólar subindo, nós vamos ter um juro alto, nós vamos ter uma inflação subindo. Nós vamos ter a morte de empregos. Nós não vamos ter geração de emprego; nós vamos ter morte de empregos.

O sucesso desse Governo – eu tenho dito ao Senador Jaques Wagner – será medido daqui a quatro anos, quando olharem para trás e disserem assim: "Quando começou o Governo Lula, nós tínhamos 20 milhões de pessoas que dependiam do Bolsa Família. O Governo Lula terminou, e nós temos 10 milhões, porque outros 10 conseguiram emprego, conseguiram dignidade". Se nós formos por esse caminho, nós não teremos 20, nós teremos 30 milhões de pessoas dependendo do Bolsa Família.

Ninguém aqui é contra o auxílio emergencial – ninguém! Eu não sou, ninguém é. Tudo o que nós queremos é que o Governo Lula nomeie o seu Ministro da Fazenda, mostre ao que veio, diga como vai fazer a economia, meu Deus! Nós estamos dispostos a dar um prazo de um ano para ele fazer isso. Eu voto a favor de R$100 bilhões, R$120 bilhões para o ano que vem fácil, fácil. E tenho a impressão de que todos os Senadores do meu partido me seguirão nisso. É razoável. Não podemos ser indiferentes a essa questão social, mas o que esse Governo precisa entender, Sr. Presidente, é que responsabilidade social

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

anda de mão dada com responsabilidade fiscal. Você pode dar de comer hoje, dar uma esmola é fácil. Isso qualquer criança é capaz de fazer. Para isso, basta ter coração, nem precisa ter neurônio. Coisa muito, muito mais difícil é dar dignidade ao cidadão, fazer a economia crescer, gerar emprego. E você não vai fazer a economia crescer, não vai gerar emprego imprimindo dinheiro e pedindo um cartão de crédito ilimitado. Mostre responsabilidade e você vai atrair capital do mundo inteiro. Os empresários nacionais vão querer investir mais e não comprar dólar e mandar o dinheiro para fora. São claros os dois caminhos. Insistir nessa velha teoria de que o Governo é o motor da economia, coisa que está superada há décadas, é de uma tolice sem fim.

Olhem, os tempos são outros. No primeiro Governo Lula, a realidade era completamente diferente. O PT, que gosta tanto da dialética, deveria se lembrar de que é impossível mergulhar no mesmo rio duas vezes. A água corre, o cenário muda.

Esse Governo tem que mostrar a que veio. Quais são as figuras que virão? Quem vai ser o Ministro da Economia? Guido Mantega de novo? Vão adotar de novo a teoria da Nova Matriz Econômica tão querida pela Dilma? Vão continuar contratando mais gente naquela famosa empresa que vai construir o trem-bala, que vai de São Paulo para o Rio? Ou vão fechar aquilo? Diriam para mim: "Aquilo não tem a menor importância, não significa nada em termos de macroeconomia". Tem sim, tem o valor simbólico. É uma sinalização de que este Governo quer fazer economia.

Então, Sr. Presidente, eu quero terminar dizendo o seguinte: nós estamos dispostos a votar, sim, para o auxílio social, um valor razoável pelo prazo de um ano. Isso vai ser bom para o Governo. O próprio Relator já admitiu aqui claramente que, se ele vai enviar um marco fiscal novo até agosto, ele não vai precisar que a gente aprove agora alguma coisa para 2024.

Por fim, para terminar, nós não podemos menosprezar os votos dos novos Senadores e dos novos Deputados. Eles têm o direito de opinar. O povo os elegeu para isso. Isso é um atentado contra a democracia. Pediram inicialmente que nós atentássemos contra a democracia por quatro anos; agora querem que atentemos contra a democracia por dois anos.

Sr. Presidente, eu quero votar, sim. Eu quero o auxílio para os pobres, sim! E quero um governo responsável, sim, porque é um governo responsável que vai mostrar para a nação que é responsável e que vai dar mais do que R$600 aos pobres, vai dar dignidade. Para dar dignidade, é preciso neurônios, é preciso capacidade, é preciso experiência. O Presidente Lula tem isso, ele tem que mostrar isso. E é por isso que eu quero fazer o acordo por um ano.

É só isso, Sr. Presidente. Obrigado.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Questão de ordem, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado.

Vou passar para o Senador Amin só...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – É um minuto só.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Um minuto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Eu prometo.

Todo mundo sabe aqui que eu amo dois Senadores aqui e que sou grato a eles: Oriovisto e Girão.

Discordar do Oriovisto é muito difícil. Agora, sejamos justos: lá na antessala, nós ouvimos de um Senador de uma honradez intocável, que é o Senador Jaques Wagner, que conversa todo dia com o Presidente Lula, toda hora, por quem o Presidente Lula tem carinho e o chama de Galego para quem não sabe. E ele colocou para nós, lá na antessala, o Presidente Davi ouviu, que Guida Mantega jamais participará deste Governo, Oriovisto, até porque eu serei o maior adversário do Lula se ele colocar o Guido lá – e modéstia à parte é ruim ter o Kajuru como inimigo, correto?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Para o Haddad você vai bater palma?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Hein? Não...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Para o Haddad, você vai bater palma?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – O que o Jaques falou...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É ruim mas é difícil ser inimigo do Kajuru. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – O que o Jaques falou é que tem uma equipe econômica lá na qual tem pessoas insofismavelmente respeitadas, como Lara Resende, como Pérsio Arida – o Jaques falou para nós. Então, a gente não pode já descredibilizar qual vai ser a equipe econômica do Governo Lula, até porque, com todo respeito a quem pensa o contrário, o Governo Bolsonaro trouxe o pior Ministro da Economia da história deste país.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Só para complementar o Kajuru, Presidente.

Kajuru, o problema não é a minha confiança ou a tua; o problema é a confiança da população brasileira. A população brasileira não ouviu a explicação do Jaques Wagner.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador, deixe-me passar para a lista de inscrição.

Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu disciplinadamente – V. Exa. é testemunha – esperei o Senador Marcelo Castro se inscrever e pretendo ocupar metade do tempo que ele usou, até porque eu gosto de ouvir o meu amigo Marcelo Castro.

Vou dividir a minha palavra e peço que o meu amigo "czar" Alexandre diga que eu estou dizendo isso para ajudá-lo, para ajudar o meu país – eu não tenho filial; só tenho um – e para desejar o melhor resultado para o Governo do Presidente Lula sem pedir nada para ele. Tenho três pontos a destacar: o tempo, o valor e a destinação do dinheiro.

O tempo. Se eu fosse eleito Presidente da República, eu queria três meses para discutir e criar o novo marco fiscal, porque esse teto de gastos já gastou, está desgastado! Ele é um caminho suicida para o país, tem que ser mudado, seja para facilitar parceria público-privada, seja para facilitar microcrédito... Nós temos que criar veias – sistema nervoso, não, mas sistema circulatório – para que o empreendedor se fixe no Brasil, sem ter garantia para oferecer. Essa é a dificuldade, que o Muhammad Yunus apontou quando ganhou o Prêmio Nobel da Paz por criar um banco. Então, tempo, um ano. Mais do que um ano não é transição e vai ser ruim para o Presidente Lula, vai ser ruim para a economia brasileira e para o Brasil, ou seja, um ano é a transição justa. Por isso, eu já aplaudi a sua ideia de antecipar...

Olhe bem! Sem que Oriovisto concordasse comigo – nós somos autores da mesma emenda –, eu disse: desconstitucionalizar o marco do risco, Senador, é muito importante, porque desengessa em parte o Governo, que hoje está engessado, tanto é que já furamos o gesso cinco vezes. Era um sonho, o senhor votou junto comigo. Temos aqui um consultor – está lá – que botou na dissertação de mestrado dele uma frase minha que eu disse para o Presidente Temer quando votei a favor. Eu disse que esse negócio estava muito rígido para o Brasil – não tem um índice, não um gatilho, mas um índice. E eu usei esta frase que ele usou na dissertação dele: "Não se negam o último pedido de um condenado e o primeiro pedido de um Presidente". E nós estamos diante do primeiro pedido de um Presidente. Agora, não dá certo. Desconstitucionaliza... E o senhor já acolheu isso. Agora, é para fazer no primeiro ano, amigo, porque, no segundo semestre, não se faz mais! E, no ano seguinte, já estamos em eleição de novo! Todo mundo sabe disso! A eleição muda a atitude! Portanto, é para resolver em seis meses, Senador Marcelo Castro. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

olhem lá! Se puder, antecipe! É melhor o primeiro semestre! É melhor para o Presidente Lula, é melhor para o Brasil. Tempo! Isso é sobre o tempo.

Sobre o valor, o Malba Tahan nos ensinou: às vezes, você consegue dar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não! Todos aprendemos com ele a ver que, se eu der um camelo para inteirar 36, todos ganhamos, inclusive eu, que dei um camelo, ganho um camelo de volta. O senhor aprendeu essa conta? Então, ele ensinou tudo certo. Só que ele ensinou que todo mundo ganhava. Não era árabe e era Fluminense – talvez fosse torcedor do Flamengo, mas nasceu no Rio de Janeiro o Malba Tahan.

Então não existe essa história de dizer que é 105, fora 175. Cento e cinco é a dotação para chegar a R$405. O que nós temos prioritariamente é que inteirar os 600 prometidos tanto pelo candidato Jair Bolsonaro, em quem eu votei, quanto pelo candidato Lula, que venceu a eleição. Seiscentos reais mais alguma coisa: R$200 no caso do Bolsonaro, R$150 mais R$150 no caso do Lula. Eu me baseio na IFI. A IFI diz que, arredondando, faltam 80 bilhões para estes 105 bilhões – em números redondos. Essa é a nossa proposta.

Agora, se quiser discutir alguma outra prioridade, que o Senador Marcelo Castro alinhou, então é o seguinte, nós temos que medir e correr um risco. Mas isso vai para a Comissão de Orçamento, e nós temos que estabelecer um acordo. Se alguém quer incluir, por exemplo, os 10,8 bilhões para custear a questão da enfermagem, como é emenda... Senador Davi, o senhor não pode dizer que eu nunca defendo as suas ideias. São raras... (*Risos.*) ... as ideias que eu defendo, mas esta eu vou defender. Nós não votamos nisso? Nós não criamos metade de uma criança? A outra metade está faltando, e uma metade só não vive. Se quer incluir, vamos dizer claramente: "Olha, nós temos um compromisso que ficou pendente".

Ou seja, eu não vou discutir aqui as prioridades, mas vamos fazer a conta certa, a conta do Malba Tahan. É um mais um, não 105 fora.

Terceiro ponto: destinação. Além destas destinações – que têm que ficar claras e assumidas por todos nós e pela equipe de transição também –, o que mais é para colocar? Vamos dizer isso claramente. É o risco que nós estamos impondo a nós mesmos. Ou seja, vamos fazer uma coisa clara. E eu apenas acrescentei uma, com autorização do meu parceiro. Olha, são 100 bilhões ou 175 bilhões ou 180 para um programa de transferência de renda? Tudo bem. Tanto um candidato quanto o outro tinham prometido mais do que está previsto na programação orçamentária da proposta de lei. Vamos ser claros quanto a isso. Transparência já aumenta a credibilidade.

Mas, para concluir, eu propus uma coisa, Relator Alexandre. Eu gostaria muito que sobrasse um dinheirinho, fosse em seis meses, fosse em um ano ou em quatro anos ou em dez anos, para que, além do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programa de transferência de renda... Bom, "não precisa mais, baixou de 20 milhões para 10 milhões", o que sobrar do crédito que nós dermos, pelo tempo que dermos, pode ser usado também em programa de geração de emprego. Porque nós não temos sistema circulatório para fazer o dinheiro chegar ao micro. Ele não tem nem sala para ser recebido em banco. Basta lembrar que, do Pronampe, Senador Flávio, quanto é que foi o valor da garantia dada pelo Governo? Trinta e oito bilhões. Sabe quanto é que os bancos emprestaram? Foram 39,8, menos do que 1,1 por um. O sistema financeiro não sabe lidar com essa gente que é informal. Tem que criar sistemas próprios. Então, um programa de geração de emprego é menos arriscado, porque pode ser que paguem, e pagam. Muhammad Yunus conseguiu, com o seu banco, menos de 2% de inadimplência. E os exemplos que nós temos em Santa Catarina são de menos de 2%. Porque o sujeito só consegue manter o crédito pagando, ele não tem padrinho.

Então, são só estas três coisas. Número um, tempo: um ano. Mais do que isso, vai fazer mal ao Governo, vai fazer mal ao Presidente Lula. Número dois, o valor: eu aceito qualquer valor, desde que seja claro, a ser confirmado na Comissão de Orçamento. Nós não vamos escrever na proposta de emenda à Constituição, mas vamos escrever. Assim como em outras discussões, na RP 9, também nós temos que saber quanto é que cada Parlamentar recebe. E o terceiro...

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Eu me comprometo com V. Exa. se V. Exa. participar de todas essas composições.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o terceiro é o mais fácil: programa de transferência de renda é sagrado. Não tem um cretino que seja contra ou que diga, tenha coragem de dizer que é contra. Acho que tem uma vaguinha para o Programa de Geração de Emprego, que é muito mais. Esse é o nosso objetivo político.

E, para concluir, eu sugiro que os senhores leiam o discurso do Fernando Gabeira, quando ele deixou o PT, em 14 de outubro de 2003. Vou repetir, primeiro ano do primeiro mandato do Presidente Lula, 14 de outubro de 2003: "Eu sonhei o sonho errado". Eu sonhei que o Estado fosse criar riqueza. Quem cria riqueza é o corajoso que empreende. Leiam. Ele diz outras coisas sobre meio ambiente também muito pesadas e sérias. Eu tenho um profundo respeito pelo Fernando Gabeira como cidadão, como político que foi e hoje como grande jornalista, uma enciclopédia.

Quem acha que emitir moeda é um caminho fácil para distribuir bondades? Admita, assim, com um pouquinho de dúvida, que pode ser que essa pessoa esteja sonhando o sonho errado.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Plínio Valério.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM. Para discutir.) – Presidente, na vida da gente, a gente tem que aprender, e uma delas é ter paciência de ouvir e falar quando tem alguma coisa a acrescentar.

No que diz respeito ao que está sendo discutido aqui, essa PEC pode ser o que você quiser, mas PEC de transição não é. Teria que ser de um ano. Eu não vou pedir mais destaque, Amin, porque já tem a sua e a do Oriovisto, que estabelece um ano, mas vou fazer algumas observações.

O que a gente não pode é estar aumentando o déficit público e trabalhar em cima de alta de juros. Já foi dito tudo isso. Já foi dito 1 milhão de contas. Eu vou falar o que eu observei e sobre o qual não é possível ficar calado aqui, ouvindo tantas coisas.

Primeiro, ninguém aqui é contra o Auxílio Brasil. Todo mundo é a favor. Segundo, se em 2026, Relator, vão estabelecer novas regras fiscais, vão propor uma nova âncora fiscal, por que 2004? Terceiro, para ser PEC.....

Vai responder a essa questão em detalhes? O.k.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Não.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - AM) – A eleição acabou em outubro, gente. A eleição acabou em outubro. Nós já estamos em dezembro. E essa PEC veio em cima da hora. Quarenta dias para elaborar uma PEC. É aquela velha, cansada, discutível, reprovável mania: se traz tudo em cima da hora para ser feito a rodo. É aquela desculpa: se não aprovar, o Brasil fecha, vai faltar comida... Sempre a mesma balela, sempre – eu estou aqui há quatro anos, venho da Câmara Municipal de Manaus – a mesma balela! Quem está na mesa, quem está com o poder tem essa mania de trazer tudo em cima da hora para argumentar que quem for contra é contra a população.

"O Lula ganhou a eleição porque o Bolsonaro errou; o Lula ganhou a eleição porque o Bolsonaro pecou e não foi bom." Foi assim que o PT ganhou a eleição, dizendo isso. Agora o PT quer dinheiro antecipado para consertar os erros do antecessor. Até eu... Até o meu avô, lá em Eirunepé: "Me dá dinheiro que eu vou consertar o erro do cara de quem eu ganhei". Beleza. Assim é, derramando. Então, a gente está nessa discussão aqui, aí, eu ouço que o Lula foi bom, que o Lula isso e aquilo. Se ele foi tão bom, não precisa dessas benesses. Ganhou a eleição, tem que arcar com a responsabilidade, e não querer que o Senado assuma a responsabilidade desse fura-teto.

Eu ouvi, Kajuru, um especialista na CNN ou Globo, não sei onde foi, dizer que, em quatro anos, se for 200 bi, vai arrombar um tanto equivalente a dez anos do que a reforma da previdência economizou, e eu não vi ninguém contestar. Por isso o Girão pediu audiência pública. Por isso foi pedida audiência pública aqui.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, Presidente, eu estou falando isso, e não estou acrescentando absolutamente nada. Eu estou dizendo o que é um desabafo. Ouvi tanta coisa aqui que não cabe mais.

Um ganhou a eleição, o outro perdeu; então, vamos em frente. Agora, não vamos querer que eu, Plínio Valério, Senador pelo Amazonas, das barrancas do Juruá, admita ser um otário. "Vai acabar, vai faltar comida..." Essa coisa é de palanque. A eleição acabou – a eleição acabou –, tem um vencedor. Então, vamos descer de palanque. Vamos acabar com essa balela. Aqui ninguém é contra o auxílio, ninguém é contra a população. A gente é contra a demagogia de dar com a mão e tirar com a outra. Você vai trabalhar com aumento de inflação, porque os juros vão subir – e eu não sou o economista responsável.

Em síntese, Presidente, o desabafo que eu queria fazer era exatamente este: eu vejo gente achando que aqui tem bobo, que aqui tem Senador bobo que vai entender, que vai achar que é bobo. Aqui, ao contrário do que o Barroso pensa, não tem mané.

Então, Kajuru, a minha intervenção é porque eu creio que essas coisas precisam ficar registradas nos *Anais*. Quem me conhece, quem votou em mim sabe que eu não sou otário que entende, que fica caladinho diante de tanta besteira. A eleição acabou. Tiveram um prazo, não deram no prazo, querem no final. A eleição foi ganha pelo Lula porque o Bolsonaro errou. Agora o Lula quer dinheiro para consertar o erro do Bolsonaro. Assim, até a minha avó, lá em Eirunepé.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Próximo Senador inscrito para a discussão da matéria, o Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Com muita brevidade, quero reconhecer o esforço de vários Líderes e do Relator, Senador Alexandre Silveira, no sentido da construção de um acordo, mas, ao mesmo tempo, registrar que esse acordo não foi confirmado, não foi consolidado e que o relatório que irá à votação é um relatório que traz a criação de um espaço extrateto de R$175 bilhões, valor que é considerado excessivo por praticamente todos os economistas brasileiros e para uma grande parte dos Senadores que participam deste debate.

Então, faço esse registro no sentido de que – de certa forma aproveitando a fala do colega Plínio Valério – é preciso deixar para trás o espírito de eleição. A eleição já acabou. Nós precisamos de um governo que funcione, mas que funcione de verdade e não apenas por um ou dois anos. Todas as análises econômicas – e o Senador Tasso apresentou com muito cuidado, com muito respeito – ou da maioria delas ao menos apontam para um crescimento da dívida com os impactos e desdobramentos que já conhecemos, que é aumento de inflação, aumento de taxa de juros.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, quero registrar, infelizmente, pela desistência do acordo, que não é possível votar acompanhando o texto que hoje apresenta o Senador Alexandre e já deixar registrado que, em Plenário, estaremos lutando, juntamente com os demais colegas que entendem da mesma forma, pela aprovação de uma PEC que atenda apenas a emergência do momento, que estabeleça um prazo para a criação de novo arcabouço fiscal e que tenha um valor limitado e carimbado, Sr. Presidente.

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – É importante que se registre: um valor limitado e carimbado para atendimento de despesas referentes a direitos sociais. Não dá para abrir um espaço que permita a manipulação para outras finalidades que não aquelas que já foram faladas aqui exaustivamente, como alimentação, moradia, transporte. Concordamos com tudo isso, mas isso tem que estar no texto e hoje não está.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu também faço uso da palavra para deixar, aqui nos *Anais*, uma coisa que eu vou fazer, com muito prazer, daqui para frente, que é defender o legado do Governo Bolsonaro. Os números são tão bons, são tão fantásticos – e este Congresso tem uma parcela grande de responsabilidade nesses bons números – que, mesmo com um período de pandemia, a maior crise sanitária que todos aqui já viram em vida, ainda assim, se comparados, são melhores do que governos passados, porque são resultado de muito diálogo, de transparência, de seriedade e de zelo com a coisa pública.

O Governo está fechando o ano, Senador Girão, na casa dos 8% de taxa de desemprego, mesmo depois de uma pandemia que assolou o mundo e deixou dezenas de milhões de pessoas desempregadas mundo afora. O segundo semestre está terminando com três meses de deflação, com inflação mais baixa do que a Europa e os Estados Unidos. Eu acho, Presidente Davi, que a gente nunca viu isso em vida também. O Governo Bolsonaro, sendo comparado no período pós-pandemia a governos anteriores, ainda assim se sai melhor.

Mas Deus sabe o que faz. E a gente tem que assim continuar com os mesmos princípios, independentemente de quem esteja sentado na cadeira de Presidente, para evitar que nós corramos com mais velocidade para o precipício. Este é o nome da PEC: PEC do precipício. Há celeridade aqui em aprovar o que está sendo proposto nesse relatório. Fura-teto de quase 180 bilhões por dois anos seguidos é para explodir, é para arrebentar a boca do balão com a inflação, é para desconcertar todo o contexto de geração de emprego que existe hoje no Brasil, é para explodir taxa de juros, é para dificultar o crédito. Vai ser tudo de ruim.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E a fórmula... Não tem fórmula mágica. Aqui foi falado por vários Senadores que me antecederam que a consequência de se aprovar isso é aumento de inflação, aumento de dólar, aumento de desemprego e uma óbvia – óbvia! – redução no poder de compra dos R$600, que, daqui a seis meses ou um ano, vão valer R$500, por causa de celeridade, de preocupação de um, dois, três dias, quando poderíamos chegar a um consenso, já que há praticamente uma unanimidade de que esse fura-teto tem que ser de apenas um ano, para dar tempo de o Governo se organizar, para que as promessas em comum das campanhas sejam cumpridas.

Não é desrespeito com quem tem que o mandato agora você pedir para que o próximo Congresso avalie o que vai acontecer no Orçamento de 2024, porque são esses Senadores, são esses Parlamentares que vão fiscalizar a execução desse Orçamento, não são todos que estão aqui nesta legislatura.

Então, Presidente, fica aqui mais uma vez o compromisso nosso de atender os R$600. O Bolsonaro faria diferente. Duzentos reais... A diferença dos R$200, apenas essa, seria fora do teto, não os R$600 como um todo, como está sendo sugerido aqui, agora, pelo prazo de um ano, o que é mais do que razoável para que não desamparemos aquelas pessoas que mais necessitam e também para que possamos dar alguma previsibilidade e transparência para os investidores, para que possamos manter o cenário de economia estável que o Brasil vive hoje, Presidente.

Fica aqui este registro, a não ser que muitos Senadores aqui, Girão, queiram dar o Orçamento para o Governo do PT trabalhar melhor na campanha municipal de 2024, que é o que vai acontecer se nós entrarmos no Orçamento de 2024. É óbvio que essa discussão vai se tornar eleitoral! A não ser que toda a maioria do Senado esteja querendo apoiar os candidatos a Prefeito do PT, deveríamos votar apenas por um ano esse fura-teto, como eu disse, para que não falte para aqueles que mais que precisam e para que, em médio e longo prazos, não explodam de vez a boca do balão e não corramos mais rápido para o precipício, que é disso que essa PEC trata.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Sr. Presidente, peço inscrição...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Presidente, vamos votar!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... para a discussão. Peço inscrição para a discussão. Eu não discuti a matéria.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Portinho!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para discutir.) – Ah, bom, já é minha vez! Obrigado!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria reafirmar o nosso desejo aqui da construção. Todos os nossos gestos, os do Governo e os meus pessoais, foram no sentido da construção. Mas, realmente, é uma PEC num valor... Se fosse só o Auxílio Brasil, como estamos cansados de ouvir aqui, nós convergiríamos com o Auxílio Brasil de R$600. Se fosse só o Auxílio Brasil com mais os R$150 por filho, já a teríamos aprovado, ouso dizer, há mais de 30 dias, inclusive. Os que nós discutimos são os valores dos acréscimos a mais, sem a explicação dos impactos na economia.

Está superado o pedido de audiência pública, mas eu vou fazer os estudos. Li atentamente o relatório do Senador Alexandre, que faz a defesa de que não haverá impacto, que traz fundamentos. Eu o respeito. Mas ouvi também atentamente o Senador Tasso Jereissati, o Senador Oriovisto. Aqui, neste Senado, nós temos alguns decanos; além dos dois, há o nosso querido Senador Amin.

Eu quero insistir: sempre discutíamos aqui de ano em ano. E, se temos o interesse em produzir um novo arcabouço fiscal, uma nova âncora em 2023 – estou aberto à discussão, registro novamente, para construir –, que esse prazo, naturalmente, seja só dessa PEC por 2023, porque, se vamos construir a partir de 2024, vai vigorar outro arcabouço fiscal. E mais que isso, se essa também é a nossa convergência, de um ano, e há destaque tanto da emenda do Senador Esperidião Amin, há destaque do Senador Oriovisto...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... no seu voto em separado, vamos pelo menos superar isso, até como um gesto de convergência. Se colocar dois anos, a inércia vai nos levar, naturalmente, o Governo – e seria em qualquer Governo, deixo claro –, a não avançar nessa discussão no ano que vem, porque tudo realmente é trazido aqui ao Senado no afogadilho, e o Senado sempre respondeu – sempre respondeu!

A minha preocupação, insisto, é não gerar juros altos. Hoje o beneficiário do Auxílio Brasil neste Governo tem acesso ao empréstimo consignado. Ele vai receber os seus R$600 se passar a PEC com o fura-teto de duzentos e tantos bilhões, que, em dois anos, serão quatrocentos e tantos bilhões, quase meio trilhão – meio trilhão em dois anos! Ele vai buscar o seu empréstimo, e os juros não serão mais os juros de hoje, vão ser os juros impactados por essa PEC. Ele irá ao supermercado, para ficar claro, porque ninguém quer enganar o beneficiário do Auxílio Brasil, com R$600, que compra uma cesta hoje, e não vai comprar nem um terço da cesta de amanhã. E vai vir aumento de tributo para poder lastrear esse rombo no Orçamento, porque não existe almoço grátis. Existe é a política pública, programa de governo.

Eu quero aproveitar, antes de encerrar, para pedir ao Senador Marcelo Castro – já havia pedido antes, Senador, e peço aqui com todo carinho... Tenho a maior preocupação com programas habitacionais, fui Secretário de Habitação da cidade do Rio de Janeiro, fui o Secretário que, na história da cidade do Rio de Janeiro, mais entregou unidade habitacional e título de propriedade. E, na época, o programa em vigor era o Minha Casa, Minha Vida – não tenho problema nenhum em dizer isso. Acho que tem problemas de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

arquitetura, condomínios fechados, que motivam a milícia e o tráfico no Rio de Janeiro, mas o programa é um programa de mercado, é um programa que atende quem precisa de habitação. Eu venho pedir, Senador Marcelo, que abra um espaço das RP 9, se é que vamos ter ou não, mas que esteja lá aberto para a construção habitacional. Nunca tivemos a oportunidade de encaminhar... Tivemos lá a tragédia de Petrópolis e não tivemos a oportunidade, Senador Flávio – era a nossa vontade, estava lá no nosso relatório da tragédia –, de encaminhar recursos para a construção habitacional. Mas não tinha espaço, não tinha rubrica, aliás. Então, vamos abrir, porque não é uma política só do Governo, é uma política de todos nós Senadores.

Agora, querer dar vinte e tantos bilhões no Orçamento, a gente sabe que não vai ser executado. Um prédio demora até três anos para ser construído. Esses recursos são diluídos no tempo. E não precisa carregar agora no fura-teto para poder fazer isso. Essa é a minha experiência, que eu compartilho.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Pode discordar! Você dá o orçamento proporcional ao que vai ser executado no ano. Você não vai dar o orçamento inteiro.

Então, meus caros Senadores, não sou contra... Ao contrário, sou completamente a favor dos R$600, dos R$150 por filho, embora eu tenha aqui minhas dúvidas, mas as guardo para mim, porque represento a população. Agora, gerando inflação, gerando juros altos, vamos enganar aqueles que precisam do auxílio, porque eles acham que vão receber os R$600 que valem hoje nesse Governo Bolsonaro – nesse Governo em que o PIB cresceu, em que a inflação está mais baixa, o desemprego está mais baixo –, só que não vão valer, não vão valer pelo impacto do rombo do teto dessa PEC, que alguns já dizem que é a PEC do fim do teto fiscal.

Manifestei a minha posição em discussão, e podemos prosseguir, Presidente, para votação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Eu tenho só um Senador inscrito para falar. Eu queria fazer uma sugestão aqui. Todo mundo já... Nós estamos aqui há muito tempo; todo mundo tem opinião formada.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – E não muda a opinião de ninguém mais, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu quero... Deixem-me fazer a votação, e vamos... Enquanto a gente faz a votação do relatório apresentado, a gente passa a palavra para o último Senador inscrito. Pode ser, Líder? Todo mundo já...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Presidente Davi Alcolumbre... Pedir vista, não é? É regimental, nós vamos pedir vista. Quero fazer o pedido de vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Olha, espera lá!

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É óbvio!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

É regimental? É regimental. Mas nós estamos construindo, desde as 10h da manhã... O complicado aqui... Perdoe-me V. Exa., Senador Eduardo Girão, com todo o respeito, com todo o carinho que eu tenho por V. Exa., porque está exercendo um mandato de Senador igual a mim, igual a cada um que está aqui. A gente está construindo esse entendimento – ou não – há oito horas, porque foi feito um acordo de que a gente ia deliberar ainda hoje aqui no Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não; espere aí... (*Fora do microfone.*) Desculpa, Sr. Presidente...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Desculpa; esse acordo não me incluiu, não.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... não houve acordo nisso. A gente tentou costurar um acordo para tentar superar a audiência pública, para tentar superar uma discussão. E eu, por exemplo, já que não vou ter os economistas para me explicarem, eu vou usar esse prazo de vista para buscar aqui a minha consultoria, porque eu quero saber quais vão ser os impactos, os impactos dessa PEC, porque isso é responsabilidade política, gente! E é um direito!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Presidente... Dê uma hora de vista, Presidente!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É um direito!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Suspenda o debate.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É um direito!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – V. Exa. pode dar uma hora de vista, e vamos ganhar tempo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Quem tem o direito e não exerce o direito que tem não o merece.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Portinho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – ... seria importante V. Exa. dar uma hora de vista. Daí, às 6h25b a gente retorna o debate.

O SR. PAULO ROCHA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. *Fora do microfone*.) – Uma hora é o suficiente para ele ouvir a consultoria.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Uma hora é o suficiente. Quem não conseguir...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Nós temos uma audiência...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – É uma hora...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É só até amanhã!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Quem não conseguir entender em uma hora, volta para a escola!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não tem CCJ amanhã? Dê a vista até amanhã!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Não, Presidente!

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Portinho...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Regimentalmente, pode dar uma hora.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Presidente, o que é isso? Sempre nós tivemos vista de um dia para o outro.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Espera lá! Não, não...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – A decisão é do Presidente!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não, não! Sempre nós tivemos vista de um dia para o outro!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Isso é decisão do Presidente!

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minuto. Deixe-me só...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não teve audiência pública; já não teve a questão do Lasier Martins aqui, que era para ser a sessão amanhã...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Não, não, não...

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – A sessão não era para ser hoje; a sessão era para ser amanhã!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Espera lá! Espera lá!

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Meia hora!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Uma hora, Presidente, de vista.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – Meia hora já é muito! Meia hora!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fazendo soar a campainha*.) – Só um minuto! Só um minuto aqui. Espera lá!

Eu conversei com o Senador Oriovisto Guimarães pela manhã, quando ele fez um apelo para vários Senadores, inclusive o Senador Veneziano – se não me engano, ele não está presente aqui...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Acabou de sair.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... de que a gente iria dar 30 minutos de vista para a gente fazer a deliberação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – O suficiente!

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Aí eu pedi uma hora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Aí, o Senador Jorge Kajuru pediu uma hora de vista, que é o que a gente está dando de praxe para matérias com essa envergadura aqui na Comissão.

E o Senador Oriovisto solicitou duas horas, nós estamos a seis horas dessas duas horas.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, fui citado, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – O que eu pedi foram duas horas para a gente almoçar. O senhor deu uma hora e 15 minutos. Eu não falei em vista, o senhor está fazendo alguma confusão.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, antes...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Mas foi discutido isso.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu queria encaminhar a V. Exa. para a gente poder dirimir qualquer dúvida. Regimentalmente, V. Exa. pode estabelecer o tempo da vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Uma hora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Então, que V. Exa. suspenda agora, porque a gente tira qualquer dúvida e, em uma hora, a gente retoma o debate...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Em uma hora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – ... e estabelece regimentalmente o que os colegas estão solicitando, porque eles têm o direito na verdade de fazer esse pedido, e V. Exa. tem o direito de estabelecer uma hora.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Exatamente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Uma pergunta regimental, Sr. Presidente.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Uma dúvida regimental.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minuto.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – O pedido de vista não é para a sessão seguinte e amanhã não tem a sessão seguinte? Quem sabe amanhã a gente consegue fazer um acordo até lá? Que eu saiba é até amanhã.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – A sessão seguinte antecipada...

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Senador Portinho, acalme-se.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Rose.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Obedeça ao Regimento, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, apenas solicito a V. Exa. para estabelecer um procedimento, porque quase que ganha no grito. Aqui não é grito, aqui é entendimento. Meia hora ou uma hora, eu acho que atende o pedido de vista regimental; em seguida, poderíamos votar.

Peço àqueles que se inscreveram... Inclusive eu fui uma que abdiquei da minha fala, porque nós temos ainda o Plenário e temos o andamento da Casa. V. Exa., tão diligente que é, pode inclusive esclarecer, meia hora ou uma hora.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Plenário está suspenso.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Com toda a sinceridade, Presidente, eu achava que o senhor tinha convocado a extraordinária hoje exatamente para dar vista para o dia seguinte. O entendimento de todo mundo foi este: vai dar tempo de a gente ler.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Presidente...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou fazer igual ao Senador Oriovisto, que falou ainda há pouco, foi meu almoço. Então, agora também não foi para fazer para amanhã, foi para fazer tudo hoje.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – É o mínimo, Presidente Davi.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Vanderlan.

Só um minuto.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, obrigado.

Olha, eu estou acompanhando pelo meu gabinete – e atendendo – as discussões. Eu fui umas das pessoas que, por defender o Governo Bolsonaro, apanhei tanto aqui como apanhei em Goiás – muito, não é, Kajuru?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Demais.

O SR. VANDERLAN CARDOSO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - GO) – Mas nós temos que ser justos. Nós aprovamos agora esses dias o PLP 123. Vocês lembram do PLP 123 que nós apoiamos? Nós liberamos teto de gastos para os estados por quatro anos. Eu apresentei uma emenda, que eu achei justa, que foi de dois anos. E eu estou vendo uma discussão agora de um ano, dois anos, sendo que o valor, que é R$600 mais R$150 para criança até seis anos, que é o que está sendo debatido, não tem problema nenhum mais. Tanto o Governo Bolsonaro como o Governo do Presidente Lula apresentaram essa proposta durante a eleição. E mais: foi por prazo, tempo indeterminado – indeterminado. Será que vão voltar atrás? Não vai voltar atrás, não é?

Então, quero só pedir, Sr. Presidente – desculpem, eu cheguei meio atrasado –, para lembrar que, esses dias atrás, o PLP 123, de minha relatoria, eu fui o Relator, foi bem discutido nesta Casa, nós liberamos para os governos quatro anos de teto de gastos, de transferências constitucionais. É só esse aparte que eu queria fazer.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Sr. Presidente, Sr. Presidente, uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Oriovisto.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, nós temos aqui uma conversa dos que estão se opondo ao valor e ao prazo. Nós queríamos 80 bilhões por um ano.

O que eu quero propor ao senhor é o seguinte, votamos hoje, o Relator passa para os 145, mas escreve 145, e nós votamos hoje aqui na Comissão. E nós que somos contra não vamos criar dificuldade, mas nos reservamos o direito de apresentar uma emenda de Plenário no sentido de lutar por um ano e por um valor mais razoável. E não complicamos mais a CCJ.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Presidente Davi, eu queria só perguntar ao... Eu só quero perguntar ao Senador Oriovisto se a proposta que V. Exa. está fazendo seria aprovar por acordo, a despeito da apresentação da emenda amanhã em Plenário, é isso?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. *Fora do microfone*.) – É isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – É por acordo?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Da minha parte, sim. Daqueles que eu consultei, sim.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Relator Alexandre, permita-me acolher a ponderação do Senador Oriovisto. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, não tem...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Eu também vou guardar o meu Regimento, Presidente. Já estava com ele aqui abertinho para ler.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Senador Oriovisto, Senador Oriovisto, Senador Oriovisto, só para esclarecer...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minuto, só um minuto.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Tem que ter texto. Tem que ter texto. A gente já fechou o acordo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minuto, só um minuto.

Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE. Pela ordem.) – Apenas pela ordem. Precisamos do texto do acordo, para que a gente não fique num moto-contínuo aqui de que vai não vai, vai não vai. Já foi anunciado no microfone. O acordo é os 145 por dois anos...

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) – Mantido o restante do texto, lembrando dos 23 bilhões do superávit primário...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A única coisa que vai mudar é o valor para 145, é isso?

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Altera de 175 para 145, porque nós temos os 6,5, o excesso de arrecadação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – E o arcabouço fiscal em agosto, correto?

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – O texto original está aí: 175 mais 23 dá 198.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Isso, isso.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – Nós estamos tirando 30 bilhões.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – E o prazo para envio do novo arcabouço fiscal, agosto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Agosto. Já está no texto.

Então, pronto.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixa eu falar, a única...

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Relator, Relator, rapidinho, senão a gente não vai concluir aqui, que vai ser um acordo para a gente concluir hoje.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não. É simbólico. É unanimidade.

Só... A única alteração que foi solicitada, pelo que eu entendi, é a redução do recurso...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - SE) – São 145 mais 23. Tá fechado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É isso.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – De 175 para 145.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É isso!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Isso.

O SR. ALEXANDRE SILVEIRA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MG) – Mais os 23 do superávit primário...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em votação o relatório apresentado com a forma modificada do acordo. Em votação. (*Pausa.*)

Aprovado por unanimidade.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Não, não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com voto contrário do Senador Espiridião Amin.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - CE) – Meu voto contrário também.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Voto contrário do Senador Girão e do Senador Amin.

(*Tumulto no recinto.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – E no Plenário derrotaremos a emenda de um ano e...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a reunião.

(*Iniciada às 10 horas e 34 minutos, a reunião é encerrada às 17 horas e 34 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 16ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 4ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 56ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 13 DE DEZEMBRO DE 2022, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dez horas e zero minutos do dia treze de dezembro de dois mil e vinte e dois, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Davi Alcolumbre, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Renan Calheiros, Rose de Freitas, Esperidião Amin, Eliane Nogueira, Veneziano Vital do Rêgo, Giordano, Marcelo Castro, Luis Carlos Heinze, Plínio Valério, Tasso Jereissati, Jorge Kajuru, Marcos do Val, Soraya Thronicke, Mara Gabrilli, Lasier Martins, Lucas Barreto, Omar Aziz, Mecias de Jesus, Flávio Bolsonaro, Paulo Paim, Telmário Mota, Jaques Wagner, Humberto Costa, Eliziane Gama, Fabiano Contarato, Julio Ventura, Paulo Rocha e Izalci Lucas. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho, Oriovisto Guimarães, Alexandre Silveira, Marcos Rogério, Rogério Carvalho e Weverton. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5343, de 2020 - Não Terminativo -** que: "Institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências." **Autoria:** Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE). **Relatoria:** Senadora Simone Tebet. **Relatório:** Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-PLEN, 3-PLEN, 7-PLEN, 12-PLEN, 15-PLEN e 20-PLEN; parcialmente favorável à Emenda nº 2-PLEN; e contrário às demais Emendas, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais. **ITEM 2 - Proposta de Emenda à Constituição n° 76, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública." **Autoria:** Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG), Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE), Senador Alvaro Dias (PODEMOS/PR), Senador Arolde de Oliveira (PSD/RJ), Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA/MA), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Flávio Arns (REDE/PR), Senador Jorge Kajuru (PSB/GO), Senadora Juíza Selma (PSL/MT), Senador Lasier Martins (PODEMOS/RS), Senadora Leila Barros (PSB/DF), Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senador Marcos Rogério (DEM/RO), Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES), Senadora Maria do Carmo Alves (DEM/SE), Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senador Omar Aziz (PSD/AM), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Plínio Valério (PSDB/AM), Senadora Renilde Bulhões (PROS/AL), Senador Roberto Rocha (PSDB/MA), Senador Rodrigo Pacheco (DEM/MG), Senadora Rose de Freitas (PODEMOS/ES), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE), Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Favorável à Proposta, com as emendas que seguem e pela rejeição da Emenda nº 1. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido dos Senadores Fabiano Contarato e Giordano. **ITEM 3 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Marcio Bittar (PSL/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Carlos Viana (MDB/MG), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Marcos Rogério (PL/RO), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT), Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** A ser apresentado. **Resultado:** Adiado. **ITEM 4 - Projeto de Lei n° 1604, de 2022 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da lei." **Autoria:** Senadora Simone Tebet (MDB/MS). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Aprovado o Projeto e a Emenda nº 1-CCJ. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às onze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2022/12/13

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 16ª Reunião, Extraordinária, semipresencial, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 4ª Sessão Legislativa Ordinária da 56ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 4, previamente publicados na convocação da reunião.

A reunião ocorre de modo semipresencial e contará com a possibilidade de Senadores e Senadoras votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital.

Os Senadores que estiverem aqui no plenário podem utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas. Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem clicar...

Essas instruções já foram passadas aqui, Dr. Ednaldo. Já está todo mundo... Temos um livro aqui de instruções. Todo mundo está votando já com essas instruções aqui.

Muito obrigado.

Passamos diretamente ao primeiro item da pauta, projeto de lei...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Questão de ordem, Senador Líder Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Obrigado, querido irmão. Eu vou ser rápido.

Eu gostaria de aproveitar que estamos na penúltima, talvez, reunião da CCJ em 2022 para fazer uma solicitação ao Sr. Presidente da Comissão, Davi Alcolumbre, ético, probo, que, tenho certeza, concordará 100% com o que peço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Não entenda, Presidente, que aqui vai um presente de Natal para o senhor. O fato é que eu gostaria muito que V. Exa. me ajudasse na tramitação futura da proposta de emenda à Constituição que protocolei em maio, ou seja, há sete meses.

A PEC 12, de 2022, altera a Constituição Federal com o objetivo de determinar a inelegibilidade para o mesmo cargo dos chefes do Poder Executivo, no período subsequente, e definir seus mandatos em cinco anos e não em quatro, ou seja, para o bom português, acabar com a reeleição, que é um mal neste país.

E como o Presidente da CCJ pode ajudar? O senhor sabe. Ela se encontra na Secretaria Legislativa do Senado para distribuição. Como o caminho natural é a Comissão de Constituição e Justiça, seriam bem-vindas gestões para que o processo se iniciasse logo. Depois, chegando a PEC à CCJ, o senhor, como Presidente, definiria prontamente um Relator. Eu sugiro, inclusive, o senhor mesmo. Isso permitiria que nos debruçássemos sobre o assunto já no início da próxima legislatura.

Não tenho dúvida, Brasil, pátria amada, de que, com o fim da reeleição, estaremos prestando um serviço ao país.

Resumidamente, em segundos, a minha proposta, a minha PEC apresentada é histórica, porque dá mais um ano, querido amigo e também respeitado Senador Veneziano Vital do Rêgo... Ela daria mais um ano de mandato – em vez de quatro, cinco –, que é o suficiente para um bom governo trabalhar e fazer ótima gestão. Evidentemente, essa proposta do fim da reeleição, Presidente Davi, seria a partir de 2030. Eu não seria irresponsável de propô-la agora que o Presidente Lula foi eleito. Embora ele tenha dito sempre que é contra a reeleição, que não será candidato à reeleição, não seria justo eu fazer isso, assim como não fiz com o Presidente Bolsonaro quando apresentei, em maio, essa proposta de fim da reeleição, que, na época, em maio, seria para 2026.

Como ela vai ser discutida em fevereiro, se o Presidente Davi colocá-la em pauta... O Presidente Pacheco deu a palavra dele a mim: "Eu a coloco no Plenário, em fevereiro, Kajuru". A mim, ao Amin, ao Girão, ao Alvaro Dias, ao Oriovisto, ele deu a palavra. E eu confio no Presidente Rodrigo Pacheco cegamente. Então, o certo seria a partir de 2030, mandato para Prefeito, Governador e Presidente de cinco anos.

Muito obrigado.

Desculpe-me se foi longo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Kajuru, a proposta ainda não foi encaminhada para a Comissão – o Secretário da Comissão acabou de me passar aqui a tramitação da matéria –, mas, naturalmente, independentemente de ela ser encaminhada ainda neste ano, eu acho que V. Exa. faz uma reflexão sobre essa matéria. Há um debate, já

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

há alguns anos, em relação a esse instituto da reeleição. Nós fizemos a minirreforma eleitoral, mas, nessa minirreforma eleitoral, muito ainda está a desejar no aprimoramento do processo, das normas e da legislação do processo eleitoral brasileiro.

Eu, pessoalmente, quero dizer a V. Exa. e a todos que estão nos acompanhando hoje aqui que eu sou a favor do fim da reeleição. Eu tenho a convicção de que a reeleição traz, por um lado, algumas perspectivas em relação a poder dar continuidade a um mandato de quatro anos, mas eu sou a favor de um mandato de cinco anos. Falo isso há muito tempo aqui. Acho que seria importante e também bom para a sociedade, saudável, se nós pudéssemos ter essa oxigenação.

A partir do momento em que aquele Prefeito ou aquele Governador ou aquele Presidente pudesse exercitar os cinco anos na plenitude do seu mandato, eu tenho certeza absoluta de que ele seria avaliado quando, na sucessão dele, ele pudesse apresentar para a sociedade o que ele fez e indicar o seu sucessor, do seu partido, de um partido aliado, para dar continuidade àquelas políticas públicas. Eu acho que essa questão de um Prefeito, um Governador, um Presidente ganhar a eleição, no segundo ano estar preocupado com a eleição municipal e no terceiro ano já estar preocupado com a reeleição, eu acho que, do mandato de quatro anos, dois anos apenas que o Executivo tem a liberdade e a autonomia plena de fazer aquilo a que se propôs a fazer quando do processo eleitoral, quando da candidatura.

Então, eu tenho uma convicção formada e eu sou favorável a essa proposta.

Quero dizer para V. Exa. que eu vou apoiar, vou assinar, vou subscrever e vou votar, quando a gente puder deliberar sobre essa matéria, transformando apenas em um mandato de cinco anos, porque também um mandato de quatro anos não é compatível. E aí a gente vai ter que aprimorar o conjunto da obra. Então, eu queria que a gente...

Vou propor para o nosso Presidente que a gente pudesse criar uma Comissão Especial nos moldes de outras matérias que já foram debatidas nesta Casa, e que a gente pudesse unificar em uma legislação todo o aprimoramento da legislação eleitoral brasileira, incluindo, se couber e se tiver o apoio da maioria, essa proposta de emenda à Constituição acabando com a reeleição e ampliando o mandato por um ano. Acho que, se a gente fizer para daqui a dez anos, talvez a gente tenha êxito.

Qual é o problema do debate do fim da reeleição? O problema do debate do fim da reeleição é que toda vez que a gente traz o debate do fim da reeleição para o Plenário do Senado ou da Câmara dos Deputados, nós estamos debatendo a próxima eleição. Aí começa todo mundo a falar que é casuísmo. V. Exa. fez uma referência muito importante em relação à eleição nacional. Então, eu acho que, se a gente fizer um debate maduro, franco, honesto e verdadeiro sobre esse modelo de eleição no Brasil e se a gente colocar para isso começar a valer para 2030, 2032, 2034, eu acho que a gente consegue unificar um número maior de pessoas para debater concretamente um modelo, não uma eleição ou a próxima eleição.

Com a palavra o Presidente Veneziano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente Davi, muito brevemente, até para que nós não atrapalhemos o bom encaminhar da pauta, mas eu não poderia também, como V. Exa. assim o fez, deixar de mencionar e fazer algumas rapidíssimas considerações ao que está a propor o querido Senador Jorge Kajuru com essa iniciativa.

Nós tivemos uma oportunidade ímpar, que foi em 2015, recordo-me muito bem – V. Exa. já estava no Senado –, mas, na Câmara dos Deputados, e por força de não ter sido aprovada quando estávamos diante de algumas mudanças que foram feitas e consumadas e outras, entre as quais a de estabelecer o fim da reeleição, estabelecendo, portanto, um período de cinco anos, nós não tivemos votos suficientes na Câmara. Aí, portanto, não veio ao Senado. Desperdiçamos, naquele momento, uma ótima oportunidade. Eleições após eleições, volta-se ao mesmo tema. Não estamos a trazê-lo em razão de termos concluído o processo de 2022, que nos trouxe mais uma vez essa própria constatação.

Por mais que, em 1994, tenhamos inaugurado no nosso país esse instituto da reeleição, não estávamos preparados – não estávamos preparados. Institucionalmente, ainda não estamos preparados. Cada um de nós aqui vivenciou isso na pele e, mesmo não vivenciando isso na pele, temos a autoridade para, como observadores políticos, constatar que institucionalmente o Brasil não se encontra preparado para conter os ímpetos institucionais de quem vai à reeleição. Eu já fui a uma reeleição em Campina Grande; então, posso falar de cátedra.

Então, é importante, Senador Jorge Kajuru, e como bem afirmou o Senador Presidente Davi Alcolumbre, anunciando, inclusive, o seu pessoal apoio, que nós nos permitamos trazer, a partir do início do próximo ano, de forma tranquila, de forma bem discutida, com uma Comissão de pessoas que conheçam e tragam suas sugestões, para que esse tema não volte a estar engavetado. Tem de mim, como desde 2015, o apoio a essa iniciativa.

Obrigado e desculpe, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só uma observação antes de a gente iniciar a pauta, Presidente Veneziano, Senador Giordano, Senador Lucas Barreto e os outros Senadores que estão participando também de maneira virtual desta reunião. Eu me lembro – não sei se na eleição do Presidente Bolsonaro – de que, em alguns momentos, ele disse que não seria candidato à reeleição.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. *Fora do microfone*.) – Disse várias vezes.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu me lembro também, agora nesta eleição, do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no seu discurso, em algumas falas do Presidente eleito, Presidente diplomado, de que ele também não é ou não será candidato à reeleição. Eu me lembro de alguns líderes também nacionais – e me permito, se falar aqui uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

bobagem... Eu acho que o Governador do Rio Grande do Sul, Eduardo Leite, falou também na sua campanha que não seria candidato à reeleição. Na verdade, ele não foi candidato, porque ele renunciou ao mandato para disputar no partido a vaga de Presidente da República, não conseguiu êxito no seu partido e disputou a eleição, entre aspas, porque não foi uma reeleição, mas foi uma reeleição, porque renunciou em abril e disputou em outubro. Isso será outro problema, porque, se daqui a quatro anos o atual Governador Eduardo Leite, que foi eleito, quiser disputar a reeleição, ele poderá, porque ele interrompeu esses oito meses. Mas isso é uma discussão jurídica, eleitoral que nós vamos fazer.

Mas eu digo assim: vamos aproveitar que o Presidente Bolsonaro disse que não era candidato à reeleição e foi candidato, vamos aproveitar que o Presidente Lula diz que não é candidato à reeleição, vamos aproveitar esses outros exemplos e promover esse debate, porque é para aproveitar a onda da disposição de todos.

Vamos aqui iniciar o primeiro item da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5343, DE 2020

- Não terminativo -

Institui a Lei de Responsabilidade Social; estabelece normas de responsabilidade social para a redução da pobreza e dá outras providências.

Autoria: Senador Tasso Jereissati (PSDB/CE)

Relatoria: Senadora Simone Tebet

Relatório: Favorável ao Projeto e às Emendas nºs 1-PLEN, 3-PLEN, 7-PLEN, 12-PLEN, 15-PLEN e 20-PLEN; parcialmente favorável à Emenda nº 2-PLEN; e contrário às demais Emendas, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em Plenário, foram apresentadas as seguintes emendas: Emenda nº 1-PLEN, da Senadora Rose de Freitas; Emendas nºs 2-PLEN a 6-PLEN, do Senador Paulo Paim; Emendas nºs 7-PLEN a 9-PLEN, do Senador Alessandro Vieira; Emenda nº 10-PLEN, da Senadora Eliziane Gama; Emenda nº 11-PLEN, do Senador Jayme Campos; Emenda nº 12-PLEN, do Senador Alvaro Dias; Emendas nºs 13-PLEN a 17-PLEN, do Senador Weverton; Emendas nºs 18-PLEN a 20-PLEN, do Senador Fabiano Contarato; e a Emenda nº 21-PLEN, da Senadora Kátia Abreu;

- Em 31/01/2022, foi realizada audiência pública para a instrução da matéria.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foram recebidas em Plenário 21 emendas.

Em 23/09/2021, foi realizada audiência pública destinada à instrução da matéria.

Concedo a palavra à Senadora Simone Tebet, para proferir o relatório. (*Pausa.*)

Presidente Simone...

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois não.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Como Relatora. *Por videoconferência*.) – Bom dia, Presidente Davi e Sras. e Srs. Senadores!

É com muita alegria e honra que relato este projeto do Senador Tasso Jereissati. Eu vou fazer um resumo breve do relatório, porque ele é muito extenso, se houver autorização de V. Exas.

Trata-se de um projeto com 39 artigos que estabelece normas de responsabilidade social para o Governo Federal e define metas para taxas geral de pobreza e de extrema pobreza decrescentes.

O art. 2º do PL estabelece três benefícios financeiros: o Benefício de Renda Mínima, o Poupança Seguro Família, e o Poupança Mais Educação, que serão em breve aqui definidos e pormenorizados.

Também permite que a União crie "de acordo com a disponibilidade de dotação orçamentária e mediante seleção por editais, o Programa de Bolsas e Incentivos à Educação (PBIE) para jovens integrantes de famílias habilitadas ao recebimento do Benefício de Renda Mínima, na forma do regulamento".

Na p. 2... Nós estamos ainda no relatório, definindo artigo por artigo, explicando artigo por artigo do que se trata.

O projeto, Sr. Presidente, recebeu 21 emendas. Eu vou, na fase da análise, pormenorizá-las.

Indo direto a análise, p. 5.

O Projeto de Lei nº 5.343, de 2020, trata da proposta da Lei de Responsabilidade Social, de autoria do Senador Tasso Jereissati. A proposição visa a conciliar a responsabilidade social com a responsabilidade fiscal, duas demandas da sociedade brasileira após a pandemia.

Entre suas inovações, estão a criação de metas para a redução da pobreza e da extrema pobreza no Brasil, com base no regime de metas para a inflação que já existe há décadas no Brasil. Nessa sistemática, caso as taxas de pobreza e extrema pobreza fiquem acima dos limites estabelecidos, caberão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

explicações públicas sobre os motivos pelos quais as metas foram descumpridas, bem como anúncio de providências para o seu cumprimento e os prazos em que devem surtir efeito.

Prevê, ainda, que caberá ao Poder Executivo publicar semestralmente relatórios acompanhando as metas, monitorando riscos e propondo medidas. Poderão compor estas medidas reformas nos gastos públicos ou no sistema tributário.

O Projeto da Lei de Responsabilidade Social organiza a proteção social aos vulneráveis no Brasil em três pagamentos: Benefício de Renda Mínima, Poupança Seguro Família e Poupança Mais Educação.

O Benefício de Renda Mínima é uma transferência de renda, semelhante ao Bolsa Família ou Auxílio Brasil, e complementar a este, mas com uma diferença importante: é customizado, levando em conta a realidade de cada família, pois é pago por membro da família, não num total único a cada família.

Assim, há exatamente o valor necessário para fechar o hiato de insuficiência de renda de cada uma – de acordo com uma determinada linha de extrema pobreza, sem retirar os benefícios atuais do programa Auxílio Brasil ou do programa Alimenta Brasil. Para cada família, há um valor diferente de complementação de renda que permite a cada família ser atendida de forma plena para sair das linhas de pobreza.

Outra diferença importante em relação aos programas já implementados de transferências de renda é o cômputo diferenciado de rendas do trabalho, para não haver desestímulo à participação no mercado de trabalho. O aumento desse tipo de renda não implicará em redução equivalente do benefício recebido pela família.

O segundo pagamento criado no projeto, a Poupança Seguro Família, é destinado exclusivamente a famílias que recebem renda do trabalho – tanto as que são beneficiárias do Benefício de Renda Mínima quanto as que não o são. A renda pode ser tanto do trabalho formal quanto do informal. Este pagamento é na verdade um depósito de poupança. A lógica da proposta é de que a pobreza atinge famílias de forma diferente: há um grupo em que a pobreza é crônica (e o tratamento é o Benefício de Renda Mínima) e um grupo em que a pobreza é intermitente (e o tratamento é a Poupança Seguro Família). Para este grupo, que tem capacidade de geração de renda própria, a transferência de renda mensal não seria necessária, mas a formação de um colchão de poupança para lidar com adversidades sim.

Por sua vez, a Poupança Mais Educação é o terceiro pagamento da proposta, consubstanciada em um depósito mensal em favor de estudantes matriculados na rede de ensino e que sejam membros de famílias beneficiárias do Benefício de Renda Mínima. Os pagamentos começam no ensino fundamental e são feitos até o final do ensino médio, regular ou profissionalizante, quando poderão ser sacados – se a idade do estudante não for superior em três anos à idade de referência para conclusão.

Além dos pagamentos, a proposta também trata do seu custeio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os novos benefícios seriam integrados à rede já existente de transferência de renda. Eles poderiam adicionalmente ser suplementados por emendas individuais e de bancadas e pela tributação sobre heranças e doações, de acordo com decisão de Parlamentares e governos estaduais, que valeriam para seus territórios.

Não vemos na proposta óbices de natureza regimental e jurídica, muito menos constitucional.

Vale lembrar que a Lei da Responsabilidade Social virá exatamente para se somar aos esforços da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Após a apresentação deste projeto, em 2020, o Congresso Nacional chegou a aprovar o regime de metas de redução da pobreza, na própria medida provisória do Auxílio Brasil. Entretanto, de forma inexplicável, as metas foram vetadas pela Presidência da República. É, assim, oportuno retomarmos este anseio que não é só Parlamento, mas da sociedade brasileira.

Há outros pontos em que o Auxílio Brasil merece ser revisitado.

Lembro que este projeto se baseia, pelo menos em relação às metas para redução da pobreza, em experiências que já foram implantadas na última década em países como Canadá, Nova Zelândia e Reino Unido.

Gostaria de reforçar aqui apenas alguns pontos, já indo direto à p. 8, antes de entrar na análise das emendas.

A Poupança Seguro Família tem um desenho engenhoso, que permite pagar valores maiores para famílias que elevem sua renda do trabalho e, com isso, diminuam o que recebem de transferência de renda, incentivando sua emancipação na forma de depósitos de poupança.

Observo ainda que toda renda do trabalho é contemplada, ao contrário do Auxílio Inclusão Produtiva Urbana, previsto na lei do Auxílio Brasil, que contempla apenas rendas formais.

Vemos na Lei de Responsabilidade Social ora apresentada outras vantagens em relação ao Auxílio Brasil. Uma é prever um conjunto mais enxuto de pagamentos, em vez do grande número de benefícios previstos no Auxílio Brasil.

Outra superioridade é contar com estímulo à conclusão dos estudos por meio da Poupança Mais Educação.

Há ainda outra diferença fundamental de desenho, que é o pagamento de acordo com a necessidade de cada família. Esta customização é importante, tanto para manter o Cadastro Único forte e abastecido, dotando o Estado de informações que serão usadas em outras políticas públicas, como para evitar incentivos adversos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Com um pagamento igual para todas as famílias, conforme está sendo feito no Auxílio Brasil, há um estímulo para divisões artificiais nos domicílios. É o que tem acontecido e, Sr. Presidente, denunciado pelo Tribunal de Contas da União. Passamos de mais ou menos 2,5 milhões, 3 milhões de famílias consideradas unipessoais para 5 milhões de famílias em questão de dois ou três meses.

Para as taxas de pobreza, estabelecemos a linha em que se relaciona o pagamento do Auxílio Brasil. Assim, a linha de extrema pobreza por pessoa vai até metade do valor de R$200, metade do valor pago por aquele programa por família, pois consideramos que a menor família é composta por dois membros. E, para taxa geral de pobreza por pessoa, consideramos o valor entre essa linha de extrema pobreza e o valor total do Auxílio Brasil de R$400 por família. Novamente destacamos que os cálculos dessa linha de pobreza são feitos por pessoas, não por famílias, como é feito atualmente no Programa Auxílio Brasil.

Em relação à boa técnica legislativa e redação, entendemos que a proposição seja incorporada à Lei 14.284, de 29 de dezembro de 2021, que, entre outras coisas, instituiu o Programa Auxílio Brasil e o Programa Alimenta Brasil.

Nas análises das emendas, Sr. Presidente, foram apresentadas a Emenda nº 1, da Senadora Rose de Freitas, que parte da premissa que o número de benefícios e o valor dos beneficiários não devem se ajustar às dotações orçamentárias, mas, sim, o Governo deve manter o orçamento conforme o número de beneficiários. Nós acatamos parcialmente as emendas da Senadora Rose e a Emenda 7, do Senador Alessandro Vieira, que se complementam. Logo, que todos os que tenham direito receberão o benefício. Retiramos todos os dispositivos que definam prioridades de entrada na fila dos beneficiários.

Quanto à Emenda nº 2, do Senador Paulo Paim, defendemos a manutenção da revogação dos dispositivos referentes ao cômputo familiar. Por isso, estamos acatando parcialmente.

As Emendas 3 e 20, do Senador Paulo Paim e do Senador Fabiano Contarato, no mesmo sentido, acatamos totalmente. Elas suprimem a alteração no abono salarial. Embora meritórias, priorizando o pagamento integral do abono a famílias com crianças, elas poderiam ser judicializadas, isso porque o abono salarial tem regras previstas pela Constituição. A indefinição sobre esse aspecto poderia atrasar a apreciação desse programa.

Concordamos com as Emendas 12 e 15, dos Senadores Alvaro Dias e Weverton, que visam suprimir o art. 16 do texto original, que prevê suspensão de deduções no Imposto de Renda da Pessoa Física na falta de outras fontes de recursos para o pagamento dos benefícios da Lei de Responsabilidade Social. Assim, acatamos totalmente essas emendas.

As emendas não acatadas ou pretendem alterações que vão de encontro, ou seja, ao contrário do propósito inicial deste projeto, ou não se vinculam ao fim da Lei de Responsabilidade Social.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Indo ao voto, Sr. Presidente, e diante do exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 5.343, de 2020, e parcial ou total das Emendas nºs 1, 2, 3, 7, 12, 15 e 20, bem como pela rejeição das demais emendas nos termos do substitutivo, que peço vênia para não ler, porque já foi publicado previamente no Portal do Senado, e as Sras. e os Srs. Senadores já tiveram tempo para fazer a sua devida leitura.

É como votamos e apresentamos a esta douta Comissão o nosso parecer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Coloco em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queria discutir a matéria...

Senador Humberto Costa, para discutir a matéria.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PE. Para discutir. *Por videoconferência*.) – Sr. Presidente, eu gostaria de pedir vista deste projeto para que possamos apreciá-lo melhor e discutirmos numa outra oportunidade.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador Humberto.

Como o pedido de vista é regimental, está dada vista ao Senador Humberto Costa, nos termos regimentais.

ITEM 2

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 76, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Constituição Federal, para incluir as polícias científicas no rol dos órgãos de segurança pública.

Autoria: Senador Antonio Anastasia (PSDB/MG) e outros

Relatoria: Senador Weverton

Relatório: Favorável à Proposta, com as emendas que seguem e pela rejeição da Emenda nº 1.

Observações:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Em 16/09/2021, foi apresentada a Emenda nº 1, de autoria do Senador Nelsinho Trad;

- Em 06/07/2022, foi juntado requerimento solicitando a retirada da Emenda nº 1;

- Em 07/07/2022, foi apresentada a Emenda nº 2, de autoria do Senador Nelsinho Trad;

- Em 17/03/2022, foi realizada Audiência Pública para a instrução da matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pela ordem. Tenho duas inscrições aqui, Senador Fabiano Contarato e Senador Giordano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Perfeito. Se você prefere, pode ser...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – V. Exa.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Bom, inicialmente, mais uma vez, eu quero parabenizar V. Exa. à frente da condução desta Presidência, falar... Eu acho que, nesses momentos tão difíceis, Senador Davi, é necessário a gente sempre estar reforçando, dando esse reforço positivo, porque, às vezes, a gente só recebe crítica. Então, eu quero falar para V. Exa. que V. Exa. muito me inspira aqui, à frente da Presidência da CCJ e é sensível quando se faz ponderação.

Nesse sentido, eu quero requerer a V. Exa. que seja retirado de pauta o item 2, porque é um projeto de emenda constitucional que altera o art. 144 da Constituição Federal nos órgãos de segurança pública. Nisso eu tenho minha motivação, não por ter sido delegado por 27 anos, mas porque é um tema que também está sendo objeto de discussão na própria equipe de transição na área de justiça e segurança pública, razão pela qual eu acho que este não é o momento para debater esse assunto. Nós estamos no término do ano, desta legislatura, e eu requeiro a V. Exa. a sensibilidade para retirar de pauta o item 2, PEC 76, de 2019.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O segundo orador inscrito, Senador Giordano.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Pela ordem.) – Presidente, bom dia.

Estou com o meu companheiro Contarato aqui. O pedido seria o mesmo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou atender os pedidos do Senador Fabiano Contarato e do Senador Giordano, até porque o Relator da matéria não está presente. Então, também não nos cabe indicar um Relator *ad hoc* de uma matéria de que teremos discussão e votação, e a gente acaba prejudicando o Relator, pois ele não está aqui para defender os seus argumentos do seu relatório.

Então, para não criarmos problemas e para atender o pedido do Senador Fabiano e do Senador Giordano, eu vou conceder a palavra ao Senador Veneziano, mas vou retirar de pauta.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Eu concordo, Presidente Davi. Não é um tema tão imediatamente... Eu não diria que não seja prioritário, Senador Jorge Kajuru. Precisa ser enfrentado, mas, a título de sugestão, compreendendo de já há as duas ponderações feitas pelo Senador Fabiano Contarato e pelo Senador Giordano, que requerem, conjuntamente, a retirada de pauta, ao retornarmos às atividades no próximo ano, que nós pudéssemos fazer uma audiência pública.

É fundamental que nós enfrentemos... Fazer um...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Está solicitando?

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não, eu vou formalizar esse pedido de audiência pública, porque eu já estive tratando sobre o assunto, com os demais outros companheiros, e é indispensável que o tema, as observações, as teses defendidas e as preocupações de cada um desses que fazem essas categorias possam ser expostas para que nós tenhamos, quando nos debruçarmos à apreciação, o entendimento pleno.

Eu vou encaminhar à Secretaria desta Comissão o pedido para que nós realizemos essa audiência ao retornarmos às nossas atividades e também vou pedir a sua compreensão e sensibilidade – que sempre a tivemos –, Presidente Davi Alcolumbre, para que não deixemos, não alarguemos esse tempo de apreciação dessa PEC nº 76, que é importante. É importante que essa matéria possa ser de fato enfrentada por nós, mas com os cuidados e com as ponderações feitas pelos nossos companheiros e de imediato compreendidas por nós outros.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, agora suprido esse momento, eu queria fazer aqui uma reflexão. Não vou tomar muito tempo de V. Exa., não.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ontem nós presenciamos um verdadeiro ataque terrorista às instituições, à democracia, chegando ao cúmulo de adeptos do atual Presidente tentarem invadir sede da Polícia Federal, incendiando ônibus e carros. E nós estamos presenciando... O que é mais preocupante, Senador Davi é a omissão das autoridades, a omissão do Ministro da Justiça, a omissão do Exército quando essas pessoas estão acampadas ali. Eu queria ver se fossem outros movimentos sociais que estivessem acampados em áreas do Exército. Eu queria ver se fossem pobres e pretos que estivessem agindo com atos terroristas, tentando entrar dentro da Polícia Federal, se eles não seriam recebidos com tiros, se eles não estariam presos.

Eu queria fazer uma pergunta aqui: desses atos terroristas que ontem atentaram contra a democracia, contra as instituições, contra um processo legítimo que foi a eleição do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e de Geraldo Alckmin, quantas pessoas a Polícia Federal prendeu? Quem está sendo responsabilizado? Porque, se não houver isso, essas instituições que compõem o Estado têm que ser responsabilizadas criminalmente por crime de prevaricação, previsto no art. 319. A regra é clara. O art. 13, §2º, alínea "a", do Código Penal diz: "A omissão é penalmente relevante quando [...]: a) [o agente] tenha por lei obrigação de cuidado, proteção ou vigilância". Isso não sou eu que estou dizendo. Isso está estampado no art. 13, §2º, alínea "a".

Então é o poder do Estado. Já que o Estado avocou para si a *persecutio criminis* para impedir a justiça privada, como podem as instituições ficarem omissas? Qual foi o comportamento do Ministro da Justiça? O que a Polícia Federal fez efetivamente para prender e responsabilizar criminalmente por esses atentados terroristas? O que as Forças Armadas estão fazendo quando essas pessoas estão subvertendo a ordem? Estão entrando dentro dos quartéis, estão fazendo lá... Porque uma coisa é a liberdade de expressão, agora, a liberdade de expressão, Senador Davi, não pode ser utilizada como escudo protetivo para prática de crime. Se sua liberdade de expressão fere, dói, machuca, mata, você não tem liberdade para expressá-la. Essas pessoas têm que ser responsabilizadas.

E não podemos ter esse comportamento de conciliação, como aconteceu na transição da ditadura para a redemocratização. Este foi o grande erro: "vamos fazer lei de anistia, não vamos olhar para trás". Não! Isso é inegociável. São crimes contra a humanidade, são crimes contra a Lei de Segurança Nacional. Essas pessoas têm que ser responsabilizadas. Isso é crime de ação penal pública incondicionada – "in" é um prefixo, quer dizer que independe de condição. Então essas pessoas têm que ser responsabilizadas.

Agora fica aqui o meu protesto porque a omissão das autoridades, seja do Ministro da Justiça, seja o comportamento... Onde já se viu!? Eu queria ver, Senador Kajuru, se fossem pretos e pobres que estivessem atacando a Polícia Federal! Eu queria ver se fossem pretos e pobres que estivessem dentro dos espaços do Exército! Eu queria ver! Aí, sim, nós vamos ver que essa premissa constitucional de que todos somos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, está longe de ser realidade porque, no Brasil, uns são mais iguais que outros. Infelizmente é isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Fica aqui meu repúdio. Acho que esse Senado tem que dar uma resposta, tem que convocar Ministro da Justiça, tem que convocar Diretor da Polícia Federal para falar: o que vocês estão fazendo? Porque, se não fizeram nada, se não prenderam ninguém em flagrante... A Constituição é clara: ninguém pode ser preso salvo em flagrante e delito. O art. 302 do Código Processo Penal diz isso. Então, quantas pessoas daquele ataque terrorista de ontem estão presas? Quantas pessoas estão presas?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Nenhuma.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Quem foi responsabilizado?

Agora, nós não podemos fazer vista grossa nisso, sob pena de nós nos apequenarmos, porque a nossa omissão é penalmente relevante.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Questão de ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Obrigado, querido Davi.

Irretocável, amigo Contarato! Liberdade de expressão é com as palavras e não com as mãos. Às 4h da madrugada, a gente viu imagem desses manifestantes querendo derrubar ônibus nos viadutos.

Agora, eu vou ser rápido aqui e vou deixar cada um de vocês, Veneziano, Giordano, Barreto, Contarato, nossa linda e intocável Eliziane e Davi... Pasmem! É de ficar aturdido. Uma empresária do ramo do agro é quem me contou quando eu liguei para ela ontem à noite no interior de Goiás e falei: "Está na hora de parar". Ela: "Agora não tem mais jeito, Kajuru". Ela me contou dois detalhes, Veneziano, que assim, gente, eu não esperava que fossem acontecer. Se isso parar no editor chefe do *The New York Times*, é capa. Esses manifestantes que estão daqui há dois meses, além de terem os seus salários garantidos, empregos garantidos e mantidos, aqui, Contarato, eles têm direito a hotéis de luxo – por isso Brasília não tem mais lugar em hotel, os hotéis estão lotados – e, seguindo, alimentação o dia todo. Eles comem como se fossem jogador de futebol, ou seja, têm café da manhã, lanche, almoço, lanche da tarde, jantar e lanche antes de dormir. E, agora, para ficar aturdido: eles têm direito a massagem durante o dia e a psicólogo. Eu duvido que alguém me desminta isso.

ITEM 3

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 10, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: A ser apresentado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Quanto ao item 3 da pauta, a Proposta de Emenda à Constituição nº 10, de 2022, o Relator da matéria, Senador Rogério Carvalho, e o autor da matéria, Senador Nelsinho Trad, encaminharam um *e-mail* para esta Comissão solicitando a retirada de pauta dessa matéria e pedindo para que nós pudéssemos apreciá-la no dia de amanhã.

Como hoje é uma reunião extraordinária, a gente tem toda condição de fazer a deliberação dessa matéria amanhã...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano, parabéns pela fala. E fica registrado, Senador Fabiano, Senador Veneziano e Senador Giordano, a solicitação da audiência para discutir a matéria.

Então, eu vou informar à Secretaria que, já que o Relator da matéria e o autor da matéria, tanto o Senador Nelsinho Trad como o Senador Rogério Carvalho, estão solicitando que a gente possa deliberar essa matéria amanhã por conta de um ajuste no relatório... Em vez de ele fazer aqui no Plenário essa adequação do relatório apresentado, ele solicitou que nós pudéssemos deliberar essa matéria no dia de amanhã. É o item 3 da pauta. Eu tenho um *e-mail* retirando. E, como a solicitação foi que a gente pudesse deliberar, já que essa matéria já está há algum tempo para ser deliberada e tem um apelo de vários Senadores...

Fica retirado de pauta, a pedido do Relator.

ITEM 4

PROJETO DE LEI N° 1604, DE 2022

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), para dispor sobre as medidas protetivas de urgência e estabelecer que a causa ou a motivação dos atos de violência e a condição do ofensor ou da ofendida não excluem a aplicação da lei.

Autoria: Senadora Simone Tebet (MDB/MS)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observações: *Votação nominal.*

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A Senadora autora da matéria, antes da Relatora, pediu a palavra pela ordem.

Senadora Simone.

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem. *Por videoconferência*.) – Obrigada, Sr. Presidente. Serei muito breve, até porque não quero atrapalhar a relatoria da Senadora Eliziane, já que se trata de um projeto extremamente relevante e, por coincidência, de minha autoria.

Eu queria apenas me somar à fala do Senador Fabiano Contarato, porque essa violência, essa depredação e esse vandalismo que nós nunca vimos e imaginávamos ver no centro do poder do Brasil não vão intimidar a democracia brasileira. Os criminosos precisam ser punidos por esse caos que provocaram na segunda-feira.

E apenas para complementar, Sr. Presidente, não devemos apenas chamar o Ministro da Justiça para esclarecimentos nesta casa. Aliás, já fiz um requerimento, quando da paralisação e do bloqueio de estradas federais, impedindo o trânsito de pessoas, impedindo doentes de poderem chegar aos hospitais, alimentos e remédios de chegarem aos seus destinos para salvar vidas ou alimentar as pessoas.

Também precisamos lembrar que esse QG – essas pessoas ficam no entorno do QG e do Palácio da Alvorada –, qualquer violência cometida nessa região, Sr. Presidente, é uma região considerada zona de segurança nacional, a jurisdição é federal e das Forças Armadas brasileiras, tanto é que qualquer crime cometido nessa região não é julgado pelo foro comum, pela Justiça Federal, mas pelo Tribunal Penal Militar. Então, me somando à fala do Senador Fabiano Contarato, entendo que temos que tomar providências nesta Casa, não apenas convocando as autoridades civis, mas também podendo ter um diálogo com as Forças Armadas através, quem sabe?, do Presidente Rodrigo Pacheco, juntamente com o Presidente da Câmara, para sabermos em que pé se encontra a situação e quais as providências que estão sendo tomadas, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

Vou conceder a palavra à Relatora, Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, queria cumprimentar V. Exa. e cumprimentar a Senadora Simone Tebet. Antes, porém, também quero trazer os meus cumprimentos ao Senador Fabiano Contarato, que trouxe, na verdade, esse tema absolutamente relevante e que nos traz uma certa revolta pela omissão e pelo que nós acompanhamos ontem no Brasil: uma tentativa clara, na verdade, de se imprimir um sentimento de guerra, de instabilidade no Brasil, e, na verdade, nós sabemos que não é isso.

Ontem nós tivemos a diplomação do Presidente Lula num clima de absoluta tranquilidade, com as instituições brasileiras funcionando. Infelizmente, o que não está funcionando são aqueles que são tolerantes com esse tipo de violência inaceitável por todos nós.

Presidente, eu queria cumprimentar a Senadora Simone Tebet pela iniciativa deste projeto, ao passo que cumprimento o Conselho Nacional de Procuradores-Gerais, que nos enviou aqui uma moção de apoio a este projeto de lei.

Eu quero cumprimentar, de forma muito especial, o Dr. Thiago... Não vou me arriscar a falar o sobrenome dele, porque talvez possa pronunciar errado, mas ele sabe, Dr. Thiago, que é Promotor de Justiça...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Dê uma dica.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Thiago Pierobom.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É difícil mesmo!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – É difícil, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está perdoada! (*Risos.*)

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ele é pior ou bom?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Ele é bom! Podem ter certeza disso!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Aí é bom. Está tranquilo, então. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Dr. Thiago, os meus cumprimentos! Ele esteve conosco, inclusive, no gabinete, falando da importância desta iniciativa. Ele é representante de uma comissão nacional de Promotores de Justiça contra a violência doméstica contra a mulher.

E eu também quero cumprimentar aqui o Consórcio Lei Maria da Penha, que está representado aqui pela Alice, pela Cleide e pela Dra. Lia, que tive a honra de acompanhar, estando conosco aqui em plenário, muito feliz pela aprovação, Presidente, que haverá, com toda a certeza, deste projeto de lei.

Eu quero colocar aqui algumas questões que eu julgo importantes antes de iniciar o relatório.

Nós vivenciamos, neste período, agora, período de pandemia muito grave, vários problemas que nós acompanhamos, notadamente na área da saúde, em que tivemos aí, infelizmente, um número terrível de pessoas que perderam a sua vida. Nós tivemos, junto com todo esse processo muito desastroso para a nossa sociedade brasileira, também um aumento grave de violência doméstica no Brasil. Só para se ter uma ideia, no período de pandemia, nós tivemos 2.451 feminicídios e tivemos, em relação ao registro, aumento de casos de violência nas ligações para a Polícia Militar através do número 190, um percentual de 16% a mais em relação à média dos demais períodos anteriores, ou seja, nós tivemos, junto com a pandemia, um período com alto número de feminicídios no Brasil e, portanto, de violência doméstica. Só para se ter uma ideia, no ano passado, especificamente, uma mulher foi assassinada pela condição de ser mulher a cada sete horas. Vejam que esse é um número que nós precisamos mudar; virar essa página no Brasil.

No feminicídio, ou seja, o assassinato de mulheres, a motivação é o desprezo, a raiva, o sentimento de perda de controle sobre a mulher. Então, o assassinato acontece, sobretudo, pela condição de gênero que a mulher, na verdade, tem. Portanto, claramente, é um crime de ódio.

Nós avançamos no Brasil na lei sobre o feminicídio, nós avançamos no Brasil na criação da Lei Maria da Penha, mas nós precisamos avançar no aprimoramento dessa lei, que é o que estamos a fazer agora, e também na conscientização para que esse tipo de crime possa ser punido para que realmente o agressor, o assassino, o homem que comete esse tipo de atrocidade possa pagar pelos seus atos e, portanto, ter a aplicação da pena à altura desse tipo de ato terrível.

Eu queria cumprimentar o Presidente Davi Alcolumbre por escolher o meu nome para relatar este importante projeto aqui na Comissão de Constituição e Justiça.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É só para fazer um registro, Senadora Eliziane. Isso foi um apelo feito também por várias Senadoras. A Senadora Leila tem, quase que semanalmente, levantado a possibilidade de nós deliberarmos esta matéria pelo significado e pela importância desta matéria. E V. Exa. – é preciso registrar – também tem, ao longo dos últimos dias, cobrado desta Presidência que a gente pudesse deliberar esse assunto pela importância, pela magnitude. E eu fiquei muito satisfeito quando as Senadoras nossas todas indicaram V. Exa. a este Presidente para ser Relatora dessa matéria, pelo significado e pela importância.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Sou eu que agradeço.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Como Relatora.) – Sou eu que lhe agradeço, Presidente Davi. V. Exa. é sempre muito cordial com a pauta feminina aqui desta Casa.

E agradeço às companheiras. A Senadora Leila... Eu queria fazer aqui um registro, Presidente, porque esta Casa tem a Liderança Feminina e tem a Procuradoria, Kajuru – V. Exa. é uma pessoa extremamente sensível a essa causa e, aliás, tem muito carinho pela nossa querida Leila –, e a Leila tem feito um trabalho extraordinário na Procuradoria. Ela tem sido muito diligente. Em nenhum caso de violência que chegou ao conhecimento deste Congresso Nacional a Senadora Leila se omitiu, deixou de fazer a sua participação, de cobrar, de exigir, de entrar com uma ação. Então, eu queria destacar o trabalho, que, aliás, é o papel da Procuradoria; a Procuradoria surgiu com esse objetivo. Então, eu acho que ela cumpre muito bem, à altura, o papel que exerce como Procuradora desta Casa.

Com sua permissão, Presidente Davi, eu vou seguir aqui na análise do projeto para que possamos, na verdade, ganhar tempo, que é o que todos nós queremos, para a aprovação dessa lei.

A matéria cinge-se à competência da União para legislar privativamente sobre direito processual penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, inciso I, e 61 da Constituição Federal.

Não encontramos no projeto vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, tampouco óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o PL nº 1.604, de 2022, é conveniente e oportuno.

A Lei Maria da Penha é uma legislação eminentemente protetiva, que busca salvaguardar as mulheres de qualquer tipo de violência doméstica e familiar. Assim, a interpretação de seus dispositivos deve buscar a efetiva concretização da proteção das mulheres da forma mais ampla possível.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse é o propósito do PL nº 1.604, de 2022, quando acrescenta novos dispositivos à Lei Maria da Penha, no caso, os §§4º a 6º ao art. 19 e o art.40-A, com o objetivo de afastar interpretações que restrinjam o seu espírito protetivo e, consequentemente, mitiguem a aplicação dos instrumentos de defesa das mulheres em face dos agressores, a exemplo das medidas protetivas de urgência.

A previsão da concessão das medidas protetivas de urgência de modo célere (em juízo de cognição sumária), com a redução de espaço para que os julgadores possam indeferi-las, o que poderá ocorrer apenas quando comprovada a inexistência de quaisquer riscos à ofendida ou aos seus dependentes, sem dúvida amplia a proteção legal. Com efeito, esse regramento disciplina o parâmetro decisório, pois atribui aos juízes a incumbência de avaliar se há provas de que a mulher de fato estaria protegida no caso de indeferimento da medida protetiva.

Do mesmo modo, é bastante oportuna a desvinculação da existência de tipificação penal da violência, do ajuizamento de ação penal ou cível e também da existência de inquérito policial ou do registro de boletim de ocorrência, para a concessão de medidas protetivas, uma vez que se assegura proteção à mulher, ainda que a conduta praticada não seja tipificada como crime. Ademais, o projeto, adequadamente, ainda deixa claro que as medidas protetivas prevalecerão enquanto persistirem riscos à ofendida ou aos seus dependentes.

Já a determinação de aplicação da Lei Maria da Penha a todas as condutas violentas baseadas no gênero praticadas contra a mulher, "independentemente da causa ou motivação dos atos de violência, ou da condição do ofensor ou da ofendida", é um dos principais pontos do PL. Com essa expressa previsão, dificultam-se interpretações que neguem a aplicação da referida lei protetiva, sob o argumento, por exemplo, da inexistência de motivação de gênero, vulnerabilidade financeira ou dependência hierárquica da vítima em relação ao agressor.

Não obstante o mérito do projeto, há um ponto que pode ser aperfeiçoado. Estamos nos referindo à primeira parte do novo §4º do art. 19, que diz que "as medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida", mas não identifica qual seria o momento desse depoimento. Assim, na forma da emenda apresentada ao final, estamos propondo nova redação para a parte inicial do §4º para que fique claro que as medidas protetivas de urgência serão concedidas a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou de suas alegações escritas.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.604, de 2022, e da emenda apresentada abaixo.

EMENDA Nº - CCJ
Dê-se a seguinte redação [...]:
"§ 4º As medidas protetivas de urgência serão concedidas em juízo de cognição sumária a partir do depoimento da ofendida perante a autoridade policial ou da apresentação de suas

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

alegações escritas e apenas poderão ser indeferidas diante de comprovada inexistência de risco à integridade física, psicológica, sexual, patrimonial ou moral da ofendida ou de seus dependentes."

Sala da Comissão.

Esse é o voto, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está em discussão a matéria. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerramos a discussão.

Consulto os Senadores e Senadoras sobre se podemos realizar votação única para o projeto e para a emenda, nos termos do parecer apresentado. (*Pausa.*)

O.k.

Como essa é uma votação terminativa, eu preciso da votação nominal dos Senadores.

Os Senadores e Senadoras já podem votar.

Solicito à Secretaria que chame os Senadores para que eles possam votar no sistema remoto de votação.

(*Procede-se à votação.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós precisamos ter 14 votos para a gente encerrar a votação e a maioria dos 14 naturalmente votando "sim" para aprovar o substitutivo apresentado pela Senadora Eliziane Gama.

Com a palavra o Senador Giordano.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Pela ordem.) – Presidente, só para informar que neste momento eu não consigo votar digitalmente, porque meu celular está programando o meu sistema.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP) – Mas aqui eu estou sem o código, o meu código está no meu celular.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Não, mas só o número...

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP) – Ah, só o número? O.k.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Presidente, se V. Exa. permitir, enquanto...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Claro. V. Exa. tem o tempo que achar conveniente. Esse é o último item da pauta, e a palavra é de V. Exa.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – É só por essa razão. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não é só por essa razão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – Não, eu sei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É também por essa razão.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB) – É para não perdermos a condição...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Isso é intriga da oposição, Presidente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, serei breve. É para que nós, enquanto aguardamos chegar ao número necessário à apreciação dessa matéria, registremos o quão importante é a iniciativa da Senadora Simone Tebet, cuja relatoria de forma precisa, sensível e competente foi feita pela Senadora Eliziane Gama.

Eu quero fazer alguns registros da altíssima capacidade de produção que a Bancada Feminina teve durante o ano de 2022, iniciativa e compromisso que o Presidente Rodrigo Pacheco fez ao tempo em que disputava, na Mesa Diretora, o cargo de Presidente e assim se comprometeu com a Bancada Feminina de poder fortalecer a sua presença, através de uma bancada. Ao longo desses meses, estando com a presença da Senadora Simone, depois da Senadora Eliziane e agora também sob a incumbência, no caso da Procuradoria, da Senadora Leila, se fizeram presentes em diversos momentos temas de suma importância, entre estes o que hoje nós debatemos, em que, quiçá, não haverá dúvidas em relação à unanimidade pela sua aprovação, portanto.

Mas, Presidente, como já foi feito aqui anteriormente e de maneira muito precisa pelos Senadores que me antecederam – o Senador Fabiano Contarato, que iniciou essa abordagem, o Senador Jorge Kajuru, a Senadora Simone, a Senadora Eliziane –, penso que nenhum de nós deste Colegiado senatorial deveria, em que pese termos as nossas posições políticas, conceituais, ideológicas... Mas existem alguns

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temas, existem alguns fatos que se sobrepõem a esse convencimento pessoal. Estou a me referir aos episódios que aconteceram ontem aqui na capital federal e que são demonstrações de desapreço à nossa Constituição, de desapreço às nossas instituições, de desapreço à democracia, que têm muito a ver com o silêncio que estimula, o silêncio que paradoxalmente instiga. Quando o Presidente da República não menciona, quando o Presidente da República atual não rechaça, quando veementemente não se dirige àqueles que se apresentam como correligionários para deixarem de se comportar, contra essas iniciativas e essas investidas, Senador Giordano, muitos terminam por se sentir autorizados a fazer atos da dimensão que nós vimos durante a noite e a madrugada de ontem e hoje.

Então, eu lamento, deploro esse silêncio, deploro a ausência, deploro mais uma vez atos que podem, de fato, ser tipificados como prevaricações daqueles que constituídos estão a tomar as providências cabíveis, exigíveis às suas funções, como é o caso dos que respondem pela Polícia Federal e, no caso expresso, daquele que responde pelo Ministério da Justiça, e que não se apresentaram, mesmo com todos os fatos que por si exigiam atitudes e reprovação imediata, entre essas as prisões dos que se apresentavam como arruaceiros, como verdadeiros baderneiros, vândalos a atacarem a incolumidade dos que nada absolutamente têm a ver com os que depredam os patrimônios públicos.

Então, Presidente Davi Alcolumbre, eu sei que V. Exa. também tem essa compreensão, porque é a compreensão e a responsabilidade de todo e qualquer agente político não apenas, mas de todo e qualquer cidadão em sã consciência. Os que não imaginam, os que não alcançam, os que não compreendem que essas iniciativas podem um dia se voltar contra os que imaginam não estarem suscetíveis aos mesmos terminam cometendo um engano terrível. Então, a minha reprovação, o meu veemente registro de discordância às ausências, a silêncios que são silêncios comprovadamente criminosos dos que prevaricam por outras intenções.

A necessidade de que o Poder Legislativo, no caso, esta Casa, o Senado Federal, tem... Eu vi a posição do Senador Rodrigo Pacheco, que, ao longo desses meses, enfrentou, como nós enfrentamos, as sensíveis realidades sobre as quais nós precisamos também nos posicionar, para que não estimulemos ou não nos permitamos ver os estímulos que estão sendo feitos, até mesmo, impressionantemente, por instituições que também estão a fazer – há ajudas, algumas explícitas, não apenas implícitas – com que grupelhos se acomodem em frente a quarteis, e dos quarteis até mesmo tendo tido alguns apoiamentos.

Então, Presidente, eu me alonguei, mas, como houve de sua parte esse deferimento, eu imagino poder minimamente, ao registrar, dizer do meu sentimento de desaprovação a esses fatos, como sei que também são sentimentos seus e da Casa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Presidente, questão de ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Kajuru, só um minuto, porque a Senadora Simone pediu também. Ela está inscrita.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Ah, desculpa. Ela tem prioridade. É Ministra, mulher consagrada no Brasil inteiro. Você acha que eu sou louco de querer falar primeiro do que ela? (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Autora do projeto...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Eu sou louco? É uma mulher para a qual eu fico de joelhos.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Olha, Senadora Simone, o prestígio. A primeira agenda lá no ministério. (*Risos.*)

A SRA. SIMONE TEBET (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - MS. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Obrigada, Presidente Davi. Obrigada, Kajuru, querido amigo.

Eu não poderia terminar meus trabalhos no Senado, Senador Davi, num momento mais especial: poder relatar um projeto da envergadura do projeto Senador Tasso Jereissati, que trata do social, do combate à fome, do erradicar a miséria, diminuir a pobreza; e ter um projeto meu relatado pela minha Líder, Líder da Bancada Feminina, Senadora Eliziane Gama. E não é qualquer projeto, é o projeto que moveu a Bancada Feminina praticamente nesses oito anos no Senado Federal.

Vamos lembrar que há exatos oito anos, pela primeira vez, se criou, uma Comissão, que é a Comissão de Combate à Violência contra a Mulher, uma Comissão Mista, Câmara e Senado, em 2015. Chegou tarde, mas chegou num momento importante. E nós da bancada fizemos tudo que podemos, apesar de ainda não termos feito tudo.

Tive o privilégio de ser Presidente desta Comissão, depois ser Líder da Bancada Feminina, hoje liderada não só pela Eliziane, eu sou liderada por todas as Senadoras que hoje fazem parte do Senado Federal.

E ao ver o Senador Veneziano, com esse sotaque maravilhoso e gostoso de se ouvir – não é? –, não tenho como não fazer aqui uma homenagem à Bancada Feminina, Sr. Presidente. Nós somos diferentes, Senador Veneziano, no sotaque. Nós da Bancada Feminina somos diferentes nas nossas filiações partidárias e até mesmo nos nossos posicionamentos ideológicos, mas essa diferença não é capaz de impedir a nossa união de esforços. Nós nos unimos, nós somos uníssonas, numa só voz, quando a causa é a causa feminina, quando está em jogo a violência contra a mulher, contra a criança, contra o idoso, e em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

qualquer das suas formas, porque, quando a gente fala na pauta feminina, nós estamos falando da pauta da mulher; nós estamos falando da pauta da mãe; nós estamos falando da pauta da avó; nós estamos falando da pauta da filha.

Nós aqui não nos diferenciamos. Vou além: quando as grandes causas do país estão em jogo, vocês veem a unanimidade das vozes femininas do Senado Federal lutando por projetos que possam combater qualquer tipo de mal. Então, eu gostaria de deixar registrado aqui, nesta Comissão, dando o meu testemunho de o quanto nós avançamos nesses oito anos na legislação não apenas no combate à violência contra a mulher, mas também na valorização mais do que devida a todas nós que ainda sofremos não só algum tipo de violência física ou doméstica, algum tipo de discriminação no mercado de trabalho, na vida pública – afinal, somos tão poucas.

E aí, por fim, Sr. Presidente, quero dizer da minha alegria de ter tido a oportunidade de relatar na minirreforma eleitoral um dos itens que estabeleceu pela primeira vez, e já fez efeito na Câmara dos Deputados, que bateu recorde com cem Parlamentares femininas, a criação de um dispositivo constitucional que agora estabelece que os partidos que elegerem negros ou mulheres contarão em dobro para o fundo partidário, o fundo eleitoral.

E quero aqui deixar apenas um testemunho da importância desse projeto, Sr. Presidente. Na realidade, sem esse projeto, nós ficamos na mão da jurisprudência dos tribunais superiores, que ora entendem possível, ora entendem não possível estender as medidas protetivas que salvam vidas – porque tempo aqui é a diferença entre vida e morte de um cidadão ou uma cidadã, porque horas, minutos e segundos fazem a diferença diante de um agressor que está com uma arma, que está com uma faca, que está com suas próprias mãos colocando em risco uma mulher. Portanto, medidas protetivas salvam vidas e são fundamentais.

Esse projeto tira qualquer dúvida, tira das mãos do Judiciário e traz para as mãos e para a decisão do Legislativo, porque aqui é o foro competente, a decisão de definir que as medidas protetivas poderão agora ser aplicadas por juízes não só na violência doméstica contra a mulher, mas também em situações que envolvam menores e que envolvam idosos. É por isso que ele é mais do que meritório.

Eu peço que esse projeto seja, de forma terminativa, votado "sim" pelos colegas e que ninguém peça que esse projeto possa ir para o Plenário, para que ele possa ir para a Câmara dos Deputados.

Como eu vi a minha mestre e a minha Líder Rose de Freitas – acabei de ver que está também aqui por Zoom –, vou parar de falar para ouvir a voz da sabedoria, porque também ela me orientou desde o primeiro dia em que eu cheguei aqui no Senado Federal. Chegamos juntas, Rose! É uma alegria muito grande vê-la aqui também no modo virtual.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senadora Simone.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jorge Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO. Pela ordem.) – Presidente, primeiramente, eu posso começar com humor? (*Pausa.*)

Hein, Presidente? O senhor me autoriza a começar com um pouco de humor?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está mirando em quem assim? Só para eu saber. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Fernando Bezerra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está tranquilo, então. Pode começar. (*Risos.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Este senhor, homem público quase que inigualável... Sabe o que ele fez comigo, o que ele provocou? Na despedida emocionante dele e jamais vista aqui no Senado como Senador, eu fui brincar com ele, não é? Falei: "Bezerra querido, eu não vou me despedir de você, não. Eu só vou dizer o seguinte: você é tão jeitoso, tão jeitoso, que, se eu fosse mulher, eu cometeria adultério, mas infelizmente eu sou homem". Sabe o que aconteceu comigo? A minha amada mulher terminou comigo... (*Risos.*)

Então, eu credito isso exclusivamente ao Fernando Bezerra. E que você me apresente urgentemente uma pernambucana, o.k.? (*Risos.*)

Mas, agora, falando sério...

Venê, você tem um projeto belíssimo de 2019 que é o PLP – a Eliziane não para de rir – 21, que cuida das atribuições do Vice-Presidente da República. Não tem como colocá-lo em pauta? A gente não tem, Veneziano, como nós dois juntos pedirmos para que se coloque em pauta ainda neste ano? Porque ele está aqui na CCJ, parado.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone.*) – É pouco possível, porque nós só temos sessão amanhã.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Nós só temos sessão amanhã, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Mas está pronto para pautar?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Está prontinho, e eu sou o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Você já relatou...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Eu já relatei. Já está pronto.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Qual é?

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – É o PLP 21.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É sobre divórcio? (*Risos.*)

Só para me tranquilizar.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Atribuições ao Vice-Presidente.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Não estão constando constitucionalmente...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Exatamente: constitucionalmente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vamos organizar naquele pacote que nós vamos colocar para a próxima sessão legislativa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – É um pacotão, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já que é de Vice-Presidente, vamos botar no nosso grupo de trabalho da PEC...

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Isso!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já arrumei um grupo de trabalho para o projeto.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - GO) – Exatamente. *Show*!

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Obrigado, Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Fernando não é bom: arrumou um divórcio. (*Risos.*)

Senadora Rose de Freitas.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. *Por videoconferência.*) – O Sr. Presidente me ouve?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Perfeitamente.

A SRA. ROSE DE FREITAS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - ES. Pela ordem. *Por videoconferência.*) – Bom dia a todos! Bom dia, Fernando e todos que estão à mesa!

Presidente, não é uma retórica – não é, Senador Kajuru? – falar sobre a luta das mulheres do Congresso, sobre as mulheres. E eu sinto um pouco de emoção, Simone, conversando por essa tela e falando com você, por tudo o que você desempenhou, por tudo o que vários companheiros desempenharam, mas sobretudo por lembrar que o ativismo maior foi o dessas mulheres que, determinadas, chegaram ao Parlamento. No resultado dessa eleição, vimos que perdemos companheiras pelo caminho. Tem que saber um pouco da vida para chegar aonde você chegou, desempenhar o que você desempenha, tomar as decisões que você tomou e, muitas vezes, solitariamente, como todas nós fazemos.

Hoje, no meu estado, perdemos mais uma mulher de uma maneira trágica, sempre no registro da violência permanente contra a mulher quando ela faz a sua opção pela sua felicidade, pela sua individualidade, pelas decisões que ela deseja, para que seja melhor para o seu caminho. E ela recebe, em contrapartida, essa violência para a qual eu não tenho mais palavras. Eu estava pensando aqui em qual seria a palavra que ilustraria essa insidiosa violência contra as mulheres... Não tenho essa palavra – não a tenho.

Nós fizemos muito, Simone; muitos projetos de lei. Nós fizemos muitas manifestações. Nós acendemos o Congresso Nacional, colocamos as cores do nosso repúdio no país inteiro. Nós pregamos, em todos os lugares, a nossa igualdade. Nós pedimos que houvesse um reconhecimento por parte dos nossos companheiros, e muito nos acompanharam. Eu queria fazer uma homenagem aos muitos que estiveram do nosso lado. Uma homenagem também ao Fernando, que está aí, ao Davi, que está aí, a todos aqueles que, em dado momento, diante da nossa resenha de luta contra a violência, se manifestaram e nos acompanharam, como agora a gente deseja que faça o Presidente Davi, mandando direto para o Plenário, para que seja votada, essa manifestação que estamos fazendo.

Quero agradecer ao Kajuru pelo seu relatório. Mas eu queria, antes de mais nada, Presidente – acho que é a última vez que a CCJ se reúne. Acho que sim –, que fique registrado que por aí passou uma mulher de luta, passou uma mulher combativa, passou uma mulher determinada, que caminhou pelo Brasil, dizendo: "Olha, eu tenho uma proposta para este pais". E o país não precisava ser traçado como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

um país de amplo desenvolvimento, porque o maior desenvolvimento que nós podemos pregar é o desenvolvimento da cultura, do respeito à cidadania, aos direitos humanos.

Então, Simone, eu quero te dar, assim, o meu abraço muito forte, muito forte. A gente... Dizem que as mulheres brigam entre si; não, nós brigamos por todas as ideias e os compromissos em que nós acreditamos. Então, se eu e Simone estivermos brigando por um projeto, é o projeto; nunca – nunca –, jamais afastadas da nossa convicção de que nós nos somamos o tempo todo. Ainda que não nos somemos com a expressão da verdadeira (*Falha no áudio.*)

... de que nós somos a maioria da população. Tudo isso já teria que ter acabado, Simone. Então, não pode, no final de 2022, estarmos aqui pregando novamente o ativismo contra a violência, impedindo que o Plenário vote e querendo marcar nossa posição.

Eu dou meu abraço a você assim como uma irmã, uma companheira. Você tem muito a contribuir com este país. Não desanime hora nenhuma. Nenhuma.

Eu, que perdi por 30 mil votos lá no Espírito Santo – mas tiveram quase 800 mil pessoas votando e dizendo: "Eu quero uma mulher no Senado" –, não estou desanimada. Eu estou... E se eu não voltar, de maneira nenhuma, eu quero que você esteja aí, tá? (*Falha no áudio.*)

... fazer um projeto para unificar o voto nacional a favor das mulheres. Seríamos mais de metade deste Congresso.

Então, meu abraço, querida, do fundo do coração.

Presidente, muito obrigada porque, enquanto exerceu o mandato de Presidente, V. Exa. foi um Presidente feminista, líder feminista Fernando. Se nós nos somarmos permanentemente, ainda veremos este país numa posição de igualdade. Não é justo perdemos mais uma mulher no Espírito Santo por força desse sentimento de procurar sua liberdade. E eu só tenho que dizer este projeto é importante, como tantos outros o são. Mas a cada momento em que se fizer política, Fernando, até fora de mandato, que você não se esqueça de brigar pelas mulheres, pregar a luta das mulheres.

Este país só será o país que Lula pensa e que outros pensam se todos nós tivermos ombreados nessa árdua campanha de combate à violência contra a mulher.

Portanto, muito obrigado a todos, ao Veneziano, a todos vocês, ao Kajuru, pela companhia até este quarteirão da história. Ainda vamos escrever outros juntos.

Muito obrigada.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA) – Presidente Davi, V. Exa. me permite?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Claro, Senadora.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar União Cristã/CIDADANIA - MA. Pela ordem.) – Eu queria cumprimentar a Senadora Rose de Freitas, mais uma vez deixar aqui todo o meu apreço, todo o meu respeito por ela. Ela é uma mulher extraordinária, e eu falei isso várias vezes. É uma mulher que avançou na sua atuação para uma área, Senador Kajuru, muito controlada por homens, que é a área orçamentária, a área da economia. E ela conseguiu fazer isso com muita maestria, conduzindo Comissões importantes nesta Casa, como a CMO. Então, não há dúvida nenhuma de que nós, da Bancada Feminina, lamentamos muito, na verdade, que nós não a tenhamos nos próximos quatro anos nesta Casa. Mas você vai votar, se Deus quiser, e vai continuar dando a sua contribuição.

Meus cumprimentos à Senadora Simone Tebet. Aliás, eu queria registrar – e pedi também para isso, Senadora Simone Tebet – o seu trabalho na transição na área de desenvolvimento social. V. Exa. admitiu aí a inclusão de famílias no termo desenvolvimento social. Achei uma iniciativa muito importante. Acredito que dará inclusive... Até mesmo porque não se pode pensar o desenvolvimento social sem pensar o eixo familiar, sobretudo a mulher. A gente sabe que a mulher é chefe de família, ela investe 100% de todos seus recursos dentro do ambiente familiar. Então, esse é um ato, um gesto muito importante a inclusão da família no eixo da transição na área de desenvolvimento social.

Mais uma vez os meus parabéns a você, Simone!

Sinto-me muito honrada de relatar este importante projeto. V. Exa. deixa a sua marca nesta Casa como Senadora, como uma mulher extraordinária. Fez um grande trabalho como candidata a Presidente da República, foi uma grande vencedora. Você foi uma das mulheres mais vencedoras desse processo eleitoral. Meus cumprimentos a você e mais uma vez a minha gratidão pela sua companhia e pela sua presença nesta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já temos 21 votos, Senadores.

Declaro encerrada a votação.

Solicito à Secretaria que divulgue o resultado da votação.

(*Procede-se à apuração.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – O projeto foi aprovado por unanimidade: 20 votos SIM. (*Palmas.*)

Aprovado o projeto e a Emenda nº 1 da CCJ, a matéria será encaminhada à Mesa para as providências cabíveis.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Informo à Secretaria que nós teremos reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania amanhã.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 10 horas, a reunião é encerrada às 11 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às dezesseis horas e sete minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Jader Barbalho, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Omar Aziz, Flávio Bolsonaro, Angelo Coronel, Carlos Portinho, Sergio Moro, Otto Alencar, Eduardo Braga, Eliziane Gama, Lucas Barreto, Ciro Nogueira, Renan Calheiros, Esperidião Amin, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Oriovisto Guimarães, Augusta Brito, Marcos do Val, Ana Paula Lobato, Weverton, Plínio Valério, Zenaide Maia, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra, Sérgio Petecão, Vanderlan Cardoso, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Mara Gabrilli, Tereza Cristina, Daniella Ribeiro, Paulo Paim, Dr. Hiran, Fernando Farias, Hamilton Mourão, Randolfe Rodrigues, Teresa Leitão, Cid Gomes, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira e ainda dos Senadores não membros Romário, Nelsinho Trad, Rodrigo Cunha, Styvenson Valentim, Izalci Lucas e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Magno Malta, Eduardo Girão e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição do Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2023/2024. **Resultado:** Instalada a Comissão e eleito, por aclamação, o Senador Davi Alcolumbre, Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania para o biênio 2023/2024. O Senhor Senador Flávio Bolsonaro registra a abstenção dos Senadores do Bloco Vanguarda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quarenta e nove minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA. Fala da Presidência.) – Sras. Senadoras, Srs. Senadores, considerando o fato de ser, dos integrantes desta Comissão, o mais jovem dos participantes, assumo a Presidência dos nossos trabalhos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação da Comissão e eleição do Presidente da Comissão para o biênio 2023-2024.

Tendo em vista a apresentação da indicação, pela Liderança do Partido União Brasil, do Exmo. Sr. Senador Davi Alcolumbre, União Amapá, para a Presidência, e sendo a única candidatura apresentada, consulto o Plenário sobre a possibilidade de realizarmos a eleição por aclamação.

ORADOR NÃO IDENTIFICADO – De acordo.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Se há acordo por parte do Plenário, em votação por aclamação o nome do Senador Davi Alcolumbre para a Presidência desta Comissão. (*Pausa.*)

Aprovado. (*Palmas.*)

Declaro eleito, por aclamação, o Senador Davi Alcolumbre, União Amapá, para Presidente da Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Sr. Presidente, pela ordem, só para registrar a abstenção do Bloco Vanguarda, apenas isso.

Ninguém lançou candidato avulso, ninguém pediu verificação, mas é para marcar a posição sobre a nossa contrariedade em relação à forma como estão sendo conduzidas as composições das Comissões, em especial no tocante à Presidência e à Vice-Presidência. A gente ainda espera que haja um caminho para um acordo. Sempre buscamos isso, desde após a eleição do Presidente Rodrigo Pacheco, mas apenas neste momento, para marcar essa posição, registrada de forma pacífica e ordeira, aguardando que esse gesto possa dar o espaço devido a um bloco que tem 23 Senadores e que precisam ser respeitados nesta Casa também, Presidente.

Apenas isto, registrar o voto de abstenção do Bloco Vanguarda.

O SR. PRESIDENTE (Jader Barbalho. Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PA) – Com a minha solidariedade, determino o registro em ata.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Convido o Senador eleito Davi Alcolumbre para ocupar seu lugar à mesa e, em seguida, usar da palavra.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Boa tarde.

Queria cumprimentar, antes de iniciar esta fala, todas as servidoras do Senado Federal, todas as Senadoras, todas as mulheres que fazem desta Casa uma grande instituição, uma instituição secular, de quase 200 anos de existência, e, na pessoa dessas mulheres, abraçar todas as mulheres brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Quero agradecer ao Senador Jader Barbalho, Senador mais experiente desta Comissão e mais jovem desta Comissão, que nos deu a honra hoje de presidir a reunião de instalação e eleição da Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal, e agradecer a V. Exa. não só a presença, mas a participação decisiva na construção de um bloco parlamentar que hoje compõe como Líder o ex-Presidente Senador Renan Calheiros, que é o Bloco da Maioria: Podemos, PSDB, PDT, MDB e União Brasil.

Então, em nome do Presidente Jader Barbalho e do Presidente Renan Calheiros, quero agradecer a confiança do Líder Eduardo Braga e do Líder Efraim Filho pela indicação do nosso nome para presidir a Comissão de Constituição e Justiça do Senado Federal.

Quero agradecer também aos Líderes partidários de todos os partidos, da Rede, do PT, do PSB, do PSD, de todos os partidos que entenderam e aceitaram a indicação do nosso bloco para que a gente pudesse ser reconduzido, no dia de hoje, novamente por mais um biênio, Presidente desta Comissão.

Quero agradecer também a todos os Senadores que sempre se fazem presentes nas nossas reuniões desta Comissão, que é sem dúvida nenhuma a Comissão mais importante do Senado Federal. E todos nós, juntos, teremos um grande desafio nessa nova quadra da história nacional e do Parlamento brasileiro. Quero dizer da minha gratidão e do meu comprometimento com todos os membros desta Comissão e deste Colegiado.

Quero dizer a V. Exas., aos Líderes partidários, aos Senadores e também fazer um agradecimento ao nosso Presidente, Senador Rodrigo Otavio Soares Pacheco, pela confiança depositada nessa construção, que naturalmente se iniciou lá atrás, no processo da sua reeleição.

Quero dizer ao Senador Flávio Bolsonaro, que não sei está aqui ainda presente, que, apesar da manifestação de V. Exa., legítima, eu preciso reconhecer que faz parte do Parlamento a divergência, o contraditório, mas também quero agradecer a V. Exa., que não mediu esforços para, apenas em nome do bloco, se manifestar na eleição no dia de hoje porque nós teríamos outros caminhos, a não ser só a manifestação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O bloco de V. Exa. tinha construído uma candidatura para esta Presidência e seria talvez a única Comissão instalada no dia de hoje em que teríamos uma disputa para o cargo de Presidente da Comissão.

Então, eu quero reconhecer e fazer um gesto a V. Exa.: dizer a V. Exa. e ao bloco que não faltará deste Presidente, até pela relação que nós construímos aqui no Senado Federal nos últimos quatro anos, uma relação franca, verdadeira e honesta.

Quero dizer a V. Exa. e aos liderados de V. Exa. do bloco, em nome do Ministro Ciro Nogueira, do Líder Mecias de Jesus e do Líder Carlos Portinho, que não está mais aqui, eu acho, que V. Exas. terão desta Presidência toda a solidariedade e todo o apoio em todas as causas importantes para o bloco e para o país. Muito obrigado, Senador Flávio, pelo gesto que V. Exas. fizeram no dia de hoje.

E, da minha parte, me colocar integralmente à disposição para fazer a interlocução necessária das agendas importantes do Brasil, porque todos nós somos Senadores da República, todos nós temos as nossas responsabilidades, todos nós temos os nossos compromissos, independentemente da posição ideológica e partidária em estejamos nesta Casa a representar, porque o mandato é a representatividade da vontade popular por um período. Então, enquanto estivermos aqui, eu quero me colocar à disposição, para que possamos construir essa interlocução desta Casa, do Senado da República, Presidente Jader. V. Exa., como ex-Presidente desta Casa, muito nos honra com a sua presença.

Então eu quero, de novo, na sua pessoa, na pessoa do Senador Kajuru, que está aqui ao meu lado, Líder do PSB, agradecer o carinho, agradecer a acolhida de todos os Senadores que conviveram nos últimos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Coronel Alberto Fraga, muito obrigado, Deputado Fraga.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós temos dois aqui hoje então, o Coronel Angelo e o Coronel Fraga.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É para não perder para o Fraga, entendeu?

Então eu queria agradecer. Senador Oriovisto, muito obrigado também pelo apoio da indicação do bloco. Agradeço ao Líder Fabiano Contarato.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E assim, coloco-me, Líder Randolfe Rodrigues, à disposição também de V. Exa., como Líder do Governo no Congresso Nacional, para que a gente possa construir essa interlocução. A gente sabe da importância, do papel fundamental da oposição, e V. Exa. é uma figura viva na defesa intransigente das suas convicções nesta Casa ao longo dos últimos anos. E dessa maneira, Líder Eduardo Braga, a gente precisa reconhecer o papel também do bloco de oposição, liderado pelo Líder Portinho, pelo Ministro Ciro Nogueira e pelo Líder Mecias, porque a gente terá matérias importantíssimas tramitadas nesta Casa e nesta Comissão, e a gente vai precisar do apoio das Lideranças de oposição, Senador Alan Rick, para construir um texto mais adequado e um texto que possa, de fato, representar a vontade da população brasileira, sem novamente excluir ou distinguir o partido A, o partido B e o partido C.

Também quero dizer que tive a honra e o privilégio... Agradeço ao povo do Amapá, que novamente, na eleição do ano passado, me deu a oportunidade, através do voto direto e livre, de estar novamente com V. Exas. no Senado Federal. Ao povo do Amapá, a minha gratidão, o meu trabalho, o meu entusiasmo, a minha crença, a minha confiança e os meus agradecimentos pela oportunidade de estar novamente nesta quadra histórica do nosso país a colaborar com esta Casa, com o Amapá, com o Brasil e com cada um daqueles que esperam, todos os dias, que esta Casa possa, de fato, diminuir as diferenças, as desigualdades que hoje estão por todos os quatro cantos do nosso país.

Peço aos Senadores, como um Senador de um estado pequeno da Federação – falo em meu nome, em nome do Senador Lucas Barreto, que está aqui presente, do Amapá, e em nome do Senador Randolfe Rodrigues –, que a gente possa, de fato, olhar para as desigualdades regionais deste país. As desigualdades regionais deste país, sem dúvida nenhuma, são e serão a nossa firme atuação, enquanto ex-Presidente desta Casa e Presidente desta Comissão.

E eu tenho certeza absoluta de que cada um dos Senadores, seja de grandes de grandes estados do Brasil, do Centro-Sul do Brasil, do Norte, do Nordeste ou de Centro-Oeste... Que a gente possa estar focado na decisão...

(*Intervenções fora do microfone.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Senador Omar Aziz – já interrompemos aqui o raciocínio – vai ser o Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal. Então, eu quero só fazer um registro...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. DAVI ALCOLUMBRE (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tudo tranquilo, então. (*Risos.*)

Então, eu queria agradecer, Omar. Eu não posso brigar com V. Exa. O Senador Omar faz uma confusão grande sozinho, imaginem se juntar os três.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu queria agradecer a Deus, agradecer aos Senadores e agradecer ao Ministro Ciro. Conte comigo. Quero agradecer ao Senador Izalci e ao Senador Weverton, nosso Líder do PDT, meu irmão, meu amigo do Nordeste deste país, do Estado do Maranhão. Em nome de V. Exa., Senador Weverton, eu quero dar um abraço caloroso, Senadora Eliziane, em todos vocês que sempre me apoiaram, que sempre me ajudaram na condução, seja como Senador... A Senadora Ana Paula... Ela veio? À Senadora Ana Paula, que não está aqui presente, quero agradecer. Queria agradecer a todos que sempre me apoiaram, seja como Senador da República, seja como Presidente da Casa, Líder Otto, ou como Presidente desta Comissão.

Eu me comprometo com V. Exas. a discutir mais, a conversar mais, a buscar o entendimento de uma agenda que seja coletiva. Este é o meu compromisso com todos os Senadores da CCJ. Eu tenho certeza absoluta de que, se a gente conseguir construir esse Colegiado para buscar os consensos da pauta em deliberação, a gente vai ter mais produtividade, a gente vai ter mais eficiência e vai dar respostas necessárias para o País.

Muito obrigado. Que Deus nos abençoe e nos proteja sempre! (*Palmas.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente Davi Alcolumbre, aproveitando este momento de confraternização, quero parabenizar as mulheres, neste dia especial, dia em que nós celebramos as mulheres do Brasil.

Quero cumprimentar V. Exa., Senador Davi Alcolumbre, por, mais uma vez, presidir a mais antiga e importante Comissão do Senado Federal. V. Exa. é um jovem de 45 anos...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... como eu, filho de um estado pequeno. Muito me alegra, no discurso de V. Exa., a defesa da redução das desigualdades regionais.

Sr. Presidente, este é o sonho do Brasil, é cláusula pétrea da Constituição que nós possamos reduzir, cada vez mais, as desigualdades que tanto ferem o povo mais pobre do Norte e Nordeste deste país.

Quero cumprimentá-lo e dizer que também muito me alegra ter, novamente, um judeu brasileiro como Presidente da nossa mais importante Comissão. Eu sou Vice-Presidente do Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Israel e primo, trabalho, por essa amizade, por essa relação de entrelaçamento entre os nossos países, Brasil e Israel.

Sr. Presidente, conte conosco. Faremos aqui o bom debate, o debate em favor do Brasil, daquilo que nós entendermos ser importante para o desenvolvimento regional, para a reduções das desigualdades

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

regionais, para o bom debate da economia, da agricultura, daquilo que chegar a esta Comissão, que tem o controle da constitucionalidade, do direito, que é a fase final da aprovação das matérias nesta Casa. Quero dizer-lhe que conte comigo para que façamos um grande debate e aprovemos aquilo que for para o bem do nosso povo.

Parabéns, mais uma vez! Sucesso! Que Deus o abençoe!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senador Alan, pelas palavras de V. Exa.

Concedo a palavra ao Líder Randolfe Rodrigues.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) – Presidente, quero-o cumprimentar por, mais uma vez, presidir a Comissão de Constituição e Justiça.

V. Exa., para o orgulho de todos nós amapaenses, ocupou, nos últimos três períodos, por duas vezes, um dos cargos mais importantes do Congresso Nacional: esta Comissão e a Presidência do Congresso Nacional. É um motivo de muito orgulho e regozijo para nós amapaenses e, ao mesmo tempo, soa como música para os nossos ouvidos ouvir de V. Exa., ouvir de um amapaense a declaração de que esta Comissão de Constituição e Justiça será um dos instrumentos para alcançarmos o que é, na prática, um dos objetivos da República Federativa do Brasil, consoante o art. 3º, inciso III, da Constituição, que é combater e reduzir as desigualdades sociais e regionais.

O nosso Estado, meu caríssimo Davi Alcolumbre, é um retrato do que representou, ao longo da nossa formação como nação independente, o aprofundamento das desigualdades regionais. Nós sabemos o que representa isso e sabemos o quanto é importante para todos nós estarmos trabalhando, juntos, em espaços de institucionalidade, como este, para reduzi-las.

Eu fiz questão de vir aqui saudar e homenagear V. Exa., porque tenho certeza de que o posto que V. Exa. ocupa aqui é um motivo de regozijo e muita celebração para todos os amapaenses e, além do mais, será um posto que cumprirá um papel muito importante para a fase que nós temos em nosso país a partir de agora, que é de reconstrução nacional.

Com a experiência de ter sido Presidente do Senado Federal, sei que V. Exa. conduzirá esta Comissão respeitando as diferenças, mas também a colocando a serviço dessa tarefa importante que é a reconstrução do país em todas as esferas.

Em especial, reitero, mais uma vez, o motivo de todos nós amapaenses de muito júbilo e regozijo.

Então, meus efusivos cumprimentos, Presidente Davi Alcolumbre.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, meu colega Senador Randolfe Rodrigues, do meu Estado do Amapá.

Agradeço a V. Exa. o privilégio de ter V. Exa. nesta Comissão no dia de hoje. Agradeço as palavras de V. Exa. São palavras que muito me tocam, porque V. Exa. conhece a nossa trajetória no Amapá. V. Exa. é um Senador de luta, é um Senador de ideais, é um Senador de coragem e eu agradeço a manifestação de V. Exa. e agradeço o apoio de V. Exa.

V. Exa. também, assim como o Líder Izalci Lucas, do PSDB, foram fundamentais para que nós pudéssemos constituir o Bloco, junto com a Rede, com o partido de V. Exa., e a indicação deste cargo foi do nosso bloco. Então, quero dividir, com V. Exa. e com o Senador Izalci, os meus agradecimentos.

Muito obrigado, Líder Izalci. Muito obrigado, Líder Randolfe, pela oportunidade.

E agradeço as palavras de V. Exa.

Líder Weverton.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, este celular aqui...

Antes de fazer aqui os cumprimentos, este celular estava aqui do lado.

É do Senador Moro ou do Alan Rick? (*Pausa.*)

Ah, porque a gente pensou que era do Moro. A gente botou 1313 e não deu. (*Risos.*)

Não, não é dele não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Olha, o Líder Efraim está aí.

Daqui a pouco, ele vai defender.

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Eu botei aqui... Não é dele não.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É! Quem vai defender é o liderado dele. (*Risos.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – O Senador Weverton está querendo quebrar o clima de paz e de... (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está tudo tranquilo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Está tudo tranquilo. A fase mais difícil foi ultrapassada, e o Senador Weverton quer...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Mas eu votei... E aí eu disse: "não é dele".

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A pedido dos Senador Líder Efraim, eu vou pedir à segurança, à Polícia Legislativa do Senado Federal, que retire o Senador Weverton para não tumultuar o ambiente. (*Risos.*)

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. *Fora do microfone*.) – Em início de legislatura não é possível, não é?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não é possível!

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA. Pela ordem.) – Presidente, só quero cumprimentá-lo aqui novamente pela investidura nesta importante Comissão. Há muito trabalho pela frente, sei da responsabilidade... E, claro, ontem, na homenagem que o TSE, Tribunal Superior Eleitoral, fez ao Presidente desta Casa, Rodrigo Pacheco – e lá V. Exa. o estava prestigiando, junto com a maioria dos nossos pares –, falou-se muito do Estado democrático de direito, do respeito à Constituição. E, ali, eu lembrei que, logo no início desse momento difícil que o país viveu, V. Exa. estava aqui, na Presidência desta Casa, segurando firme. Não foi fácil. Nós sabemos o que se enfrentou para fazer com que chegássemos até aqui. Então, parabéns! V. Exa. tem o reconhecimento por toda essa construção que está sendo feita.

Neste ano, temos reforma tributária, programas voltando para a ponta, diálogo acontecendo, respeito e, acima de tudo, harmonia. É disso que o Brasil precisa, e nós temos que trabalhar para fazer com que o emprego seja gerado. As pessoas querem, o brasileiro quer ver este país dando certo, e eu tenho certeza de que cada um, com o seu ponto de vista e as suas opiniões, obviamente, juntos nós vamos conseguir, no final, encontrar soluções concretas para ajudar este país.

Então, tenho certeza de que esta Comissão, presidida por V. Exa., vai ser fundamental na construção dessas soluções que esta Casa há de produzir para o Brasil.

Parabéns, Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Líder Weverton. Quero agradecer também a V. Exa. pelas palavras, agradecer a amizade, como disse, o carinho, o companheirismo, a lealdade e dizer a V. Exa. que tenho certeza absoluta de que nós, juntos, iremos construir essa nova quadra, esse novo biênio da Comissão de Constituição e Justiça, com a experiência de V. Exa., com a maturidade política de V. Exa. em ser um mediador também. Isso será

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muito importante no debate, porque nós teremos embates. Eu tenho certeza de que V. Exa. vai nos ajudar a construir os consensos necessários para nós avançarmos na agenda do Brasil e do povo brasileiro. Não será desta Comissão, não será do Senado Federal; será uma agenda do Brasil e dos brasileiros.

Muito obrigado pelas palavras de V. Exa.

Meu Líder Efraim Filho.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Presidente Davi Alcolumbre...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, eu queria só, mais uma vez, registrar o meu pedido, Senador Efraim...

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Não. Hoje, Dia da Mulher, a senhora não tem só o aparte; está cedida a palavra...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, Senador Efraim, V. Exa. pode falar. É só para deixar registrado.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – ... a V. Exa.; e, depois, falo, com o maior prazer.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Não, Senador. Eu só quero registrar o meu pedido. Desculpe-me até porque eu interrompi V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já está registrado.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Está cedida...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Calma! Espera lá, Líder!

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Deixa ele...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu tenho carinho e amizade pela Senadora Eliziane. Ela é minha amiga, só que ela estava ali fofocando com o Líder Randolfe.

Aí eu não quis atrapalhar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Você está vendo como é? Sobrou para a gente.

Está tudo tranquilo. Eu protegi a fofoca para não atrapalhar e ainda sobrou para a gente!

Com a palavra o Líder Efraim.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. *Fora do microfone*.) – Deixa eu continuar aqui... (*Risos.*)

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB) – Só que a gente quer saber depois, não é?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. *Fora do microfone*.) – Depois eu conto.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Aí está certo.

Presidente Davi, a palavra é muito rápida no sentido de desejar boa sorte a V. Exa., porque competência você tem de sobra. Já presidiu esta Casa, hoje tem uma desenvoltura e um desempenho das suas atividades que dão a você o que poucos brasileiros têm em termos de dimensão do cenário político brasileiro, do conhecimento dos ministérios, das ações e da agenda que este país precisa enfrentar. Igualmente já parabenizei o Senador Renan Calheiros também pela Presidência da Comissão de Relações Exteriores. Estão aí dois ex-Presidentes desta Casa.

Então, conte comigo como seu Líder com muita humildade para as missões, para as tarefas, aqui singelamente como suplente desta Comissão, mas para contribuir com os trabalhos e com o desenvolvimento das pautas que V. Exa. irá trazer.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Líder Efraim.

Só peço permissão para a Senadora Eliziane, porque eu já vou passar a palavra para ela, só para agradecer a presença da Senadora Ana Paula, que está aqui com a gente, nossa Senadora do Estado do Maranhão.

Senadora, seja bem-vinda! Bom trabalho. Obrigado pelo apoio.

Agradeço a presença do Presidente Renan Calheiros, nosso também ex-Presidente desta Casa, que também assumiu, no dia de hoje, uma grande tarefa como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal. Eu tenho certeza absoluta de que também, com a experiência e com a liderança do Presidente Renan Calheiros, nós vamos construir juntos esses Colegiados tão importantes da Casa, as Comissões. Tenho certeza absoluta de que teremos a oportunidade de conversar muito, de debater muito,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de discutir e de buscar as alternativas e as soluções necessárias para melhorar a vida dos brasileiros, Presidente Renan. Então, quero agradecer a V. Exa.

O Presidente Renan e o Líder Efraim são os Líderes do nosso bloco: o Presidente Renan Calheiros é o Líder da Maioria e o Senador Efraim Filho é o Líder do bloco; MDB e União Brasil estão juntos nesse bloco, juntamente com a Rede, com o Podemos, com o PSDB e com o PDT.

Novamente faço questão de registrar, em nome do Líder Izalci, do Líder Oriovisto, do Líder Randolfe, do Líder Efraim e do Líder Eduardo Braga a minha gratidão e os meus agradecimentos pela oportunidade de estar novamente aqui.

Quero agradecer a presença do Presidente Renan, que veio nos prestigiar na eleição de hoje, e dizer a V. Exa., Presidente, que nós estamos inteiramente à disposição de V. Exa., porque eu tenho certeza absoluta de que a sua capacidade de articulação, o seu conhecimento, a sua vivência vão engrandecer a nossa missão à frente desta Comissão.

Muito obrigado pelo apoio.

Senadora Eliziane Gama, Coordenadora-Geral da Frente de Resistência.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu queria só o cumprimentar, Presidente Davi, pela Presidência desta Comissão.

V. Exa. apresenta uma chapa por unanimidade, uma chapa única. A gente sabe que, nos últimos dias, houve muito um debate de que poderia haver dentro da CCJ um embate, uma competição, uma apresentação de uma outra chapa, o que seria absolutamente legítimo, mas eu acho que V. Exa., demonstrando, mais uma vez, o poder de articulação e de envolvimento, mesmo, às vezes, divergindo no mérito – e isso faz parte da democracia –, conseguiu, na verdade, trazer essa unidade dentro da Comissão de Constituição e Justiça, naturalmente como mérito seu.

Então, eu queria cumprimentá-lo e parabenizá-lo

A sua história é uma história absolutamente bonita, rica, grande. Muito jovem já foi Presidente do Senado Federal, continua Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, que é a principal Comissão desta Casa, por uma força sua, nada contra quem tem lá os seus apadrinhados, mas uma força sua, individual sua, luta sua, mérito seu. Então, eu queria cumprimentá-lo, parabenizá-lo e lhe desejar muito sucesso nesta Comissão.

Eu estou aqui também como titular desta Comissão e V. Exa. tem tido muita sensibilidade com as mulheres. Aliás, a sua esposa está por aqui porque eu a vi agora há pouco; então, eu queria também parabenizá-la, é uma pessoa muito agradável, muito amiga, muito companheira.

Apenas quero cumprimentá-lo e lhe desejar muito sucesso em mais um grande desafio em sua vida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Senadora Eliziane.

Presidente Renan.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Pela ordem.) – Eu quero dizer, Senadora Eliziane, que essa importantíssima Comissão do Senado Federal, nessa quadra importante da vida nacional, quando todos nós, de uma forma ou de outra, queremos consolidar cada vez mais os princípios democráticos, assume definitivamente um papel importantíssimo, fundamental e insubstituível.

V. Exa. que já foi Presidente do Senado Federal, um excelente Presidente do Senado Federal, já foi Presidente desta Comissão de Constituição e Justiça, eu tenho assim, Davi, muito prazer, muita satisfação de poder colaborar para que efetivamente a sua Presidência continue e continue, sobretudo, produzindo os resultados que a Presidência produziu no biênio anterior.

Estou muito feliz de estar aqui contigo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. *Fora do microfone*.) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente Davi, eu quero aqui também, em nome do nosso partido do MDB, cumprimentar V. Exa., cumprimentar não apenas pela recondução na Comissão de Constituição e Justiça, mas cumprimentar pela capacidade de V. Exa. na articulação política.

Eu creio que, desde outubro de 2022, eu pude, junto com V. Exa., iniciar um processo de construção que muitos talvez não acreditassem que fosse possível, a construção de um bloco entre o União Brasil e o MDB. A partir daquelas conversas que tivemos em outubro de 2022, começamos a plantar uma semente extremamente importante, que acabou consolidando a reeleição do Presidente Rodrigo Pacheco e na qual o União Brasil e o MDB tiveram um papel importantíssimo. Eu quero aqui destacar não apenas o papel de V. Exa. nessa condução, e uma condução importantíssima... Esta Comissão, a Comissão de Constituição e Justiça, não tem apenas o papel preponderante de tratar as matérias legislativas, de papel constitucional, de papel legislativo, mas tem o papel também da grande articulação política e esta articulação política a que me refiro ontem teve como ápice a homenagem que o Presidente do Senado recebeu no Tribunal Superior Eleitoral pelo papel de protagonismo numa quadra

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

singular da República brasileira na defesa da democracia. E eu sou testemunha do papel que V. Exa., que a Comissão de Constituição e Justiça, que o União Brasil e o MDB tiveram no sustentáculo dessa posição, de que o Presidente Rodrigo não seria capaz, em que pese toda sua determinação de fazê-lo, de forma solitária.

Fez porque tinha suporte, porque tinha apoiamento político, porque tinha sustentação dentro do Congresso Nacional e dentro do Senado da República e dentro da Comissão de Constituição e Justiça.

E, a partir dali, começamos a construir algo extremamente importante, que chegou à eleição do Presidente Rodrigo Pacheco, numa disputa importante; chegou à consolidação de um Bloco Democracia, em que o Presidente Renan Calheiros exerce a Liderança da Maioria, o Líder Efraim exerce a Liderança do bloco, e construímos um entendimento sobre as Comissões Parlamentares, que hoje se instalam no Congresso Nacional de forma extremamente política, porque, afinal de contas, esta é uma Casa política.

E a recondução de V. Exa., por aclamação, na Comissão de Constituição e Justiça mostra exatamente o que tem de mais forte e de singular na personalidade do político Davi Alcolumbre: a capacidade de articulação política, que é um papel central da Comissão de Constituição e Justiça.

Por tudo isso, nós, do MDB, nos sentimos representados pela recondução de V. Exa. na Comissão de Constituição e Justiça.

Creio que as matérias que serão debatidas nesta Comissão, as matérias em que nós vamos construir soluções aqui na articulação política, sob a liderança de V. Exa., serão fundamentais, mas este exercício da conciliação política, este exercício da liderança política, esse exercício da conformação da democracia e dos fundamentos da democracia têm sido uma marca fundamental do exercício do mandato de V. Exa. nesta Casa.

E eu tenho certeza de que esta é, sem dúvida, uma das características de V. Exa. também na sua terra, no Amapá, que acaba de lhe reconduzir por mais oito anos ao Congresso Nacional e no Senado da República.

Portanto, parabéns pela sua recondução na CCJ e parabéns pela representação do Amapá aqui na República. Mais dois anos na CCJ para construção de um Brasil mais democrata e mais comprometido com o desenvolvimento regional, como V. Exa. falou no discurso ainda há pouco.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Muito obrigado, Líder Eduardo Braga.

Eu queria novamente agradecer pelas palavras de todos os Senadores que fizeram a sua inscrição no dia de hoje na nossa eleição de recondução aqui da CCJ.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer pelas palavras de V. Exa., que é um líder político respeitado e reconhecido nacionalmente, um líder da Amazônia, um líder que tem 40 anos de vida pública. E as palavras de V. Exa. que foram dirigidas a mim, naturalmente, não nos envaidecem, mas são o reconhecimento da nossa atuação. Então, eu, com muita humildade, quero agradecer a V. Exa. o reconhecimento público, a manifestação de V. Exa., assim como foi feito pelo Líder Efraim, assim como foi feito pelo Líder Weverton, pela Líder Eliziane, pelo Líder Randolfe, as palavras do Presidente Jader, do Presidente Renan, agradecer a presença do nosso Senador Paulo Rocha aqui, que veio nos prestigiar – um cara extraordinário do Estado do Pará, humilde, trabalhador, um homem público cuja atuação ao longo de muitos anos a gente reconhece. Vai assumir outras missões agora na República, ajudar o Pará, ajudar o Brasil.

Eu queria agradecer, Eduardo, a manifestação de V. Exa. Eu tenho muito orgulho de construir essa relação ao lado de V. Exas. Eu sei e reconheço isso, que nem sempre a gente consegue agradar a todos ou atender a todos, porque é para isso que nós estamos aqui no Parlamento, onde as posições contrárias também são importantes. Mas eu preciso fazer essa manifestação aqui, que enquanto Presidente do Senado, enquanto Senador da República, o apoio do MDB, o apoio do PT, o apoio do PDT, o apoio de V. Exas., do Presidente Renan, de V. Exa., foi fundamental para que a gente pudesse construir esse ambiente, para que a gente pudesse construir esse Senado Federal, que fez tantas entregas à sociedade brasileira. Em um dos momentos mais delicados da história da humanidade, nós estávamos aqui firmes, de cabeça erguida, trabalhando, votando, ajudando o Brasil, ajudando os brasileiros.

Se hoje existem recursos para pagar o Auxílio Brasil, ou o Bolsa Família, de R$600, mais R$150 por crianças, isso começou lá na PEC que nós votamos aqui de ajuda para os estados, para os municípios e para a população diante do enfrentamento à pandemia. Os R$600, Presidente Renan, são fruto desta Casa aqui. Foi o Senado Federal e a Câmara dos Deputados que decidiram ampliar o valor desse auxílio, do Bolsa Família, em um momento delicado para as famílias brasileiras, e que hoje se consolida na Constituição brasileira a partir de uma votação de uma emenda constitucional chamada PEC da Transição, que deu as garantias para a sociedade brasileira, àqueles milhões mais pobres deste país a terem a possibilidade de receberem esse recurso, praticamente o triplo do que recebiam antes da pandemia, antes do Auxílio Emergencial e antes do novo Bolsa Família. Então, se nós pegarmos, se nós formos organizar todas as agendas do Senado da República, do Congresso brasileiro, nos últimos quatro anos, eu tenho certeza absoluta de que todos nós nos orgulharíamos muito do nosso papel, da nossa participação, da nossa atuação e da nossa votação.

Hoje essa consolidação se dá a partir de uma fala de V. Exa., assim como foi dito pelos outros colegas Senadores. Isso transfere novamente a responsabilidade de a gente buscar, como eu sempre disse, acertar mais do que errar. Mas todos nós também temos qualidades, virtudes e defeitos. Mas eu quero me comprometer com V. Exa., com o Senado Federal, com o Brasil. Teremos muitos embates. Isso não tem como não acontecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas eu quero, novamente, me comprometer com o Senado Federal, com V. Exas., que me confiaram esta nova missão, com os Líderes do nosso Bloco Democracia, porque eu vou buscar novamente acertar mais do que errar.

Muito obrigado.

Que Deus nos abençoe e nos proteja sempre! Amém!

(*Iniciada às 16 horas e 07 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 49 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e cinquenta e quatro minutos do dia quinze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Davi Alcolumbre e Flávio Bolsonaro, reúne-se a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania com a presença dos Senadores Omar Aziz, Carlos Portinho, Angelo Coronel, Sergio Moro, Marcio Bittar, Magno Malta, Otto Alencar, Eliziane Gama, Eduardo Braga, Eduardo Girão, Lucas Barreto, Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Fabiano Contarato, Rogério Carvalho, Oriovisto Guimarães, Marcos do Val, Weverton, Plínio Valério, Veneziano Vital do Rêgo, Rogerio Marinho, Zenaide Maia, Efraim Filho, Zequinha Marinho, Vanderlan Cardoso, Eduardo Gomes, Mara Gabrilli, Daniella Ribeiro, Alan Rick, Paulo Paim, Dr. Hiran, Carlos Viana, Hamilton Mourão, Giordano, Teresa Leitão, Jorge Kajuru, Cid Gomes, Alessandro Vieira e ainda dos Senadores não membros Dr. Samuel Araújo, Laércio Oliveira, Izalci Lucas e Soraya Thronicke. Deixam de comparecer os Senadores Renan Calheiros, Jader Barbalho, Augusta Brito, Ana Paula Lobato e Mecias de Jesus. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A Presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas das reuniões anteriores, que são aprovadas. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 5385, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 311 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senador Carlos Portinho. **Relatório:** Favorável ao Projeto e à Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer favorável ao Projeto e à Emenda nº 1-CCJ. **Observação:** Durante a discussão, o Senador Fabiano Contarato apresentou a Emenda nº 1, que foi acolhida pelo Relator. **ITEM 2 - Projeto de Lei Complementar n° 21, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Jorge Kajuru. **Relatório:** Favorável à Emenda nº 3 - PLEN. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relatório. **ITEM 3 - Projeto de Resolução do Senado n° 94, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Institui o Prêmio Senado Federal de Segurança Pública, destinado a agraciar pessoas que criem mecanismos de melhora da segurança pública ou atuem em ação de segurança pública de grande repercussão nacional." **Autoria:** Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto com a Emenda nº 1. **Resultado:** Aprovado o Parecer com a Emenda nº 1-CCJ. **ITEM 4 - Proposta de Emenda à Constituição n° 10, de 2022 - Não Terminativo -** que: "Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano." **Autoria:** Senador Nelsinho Trad (PSD/MS), Senadora Zenaide Maia (PROS/RN), Senador Telmário Mota (PROS/RR), Senador Sérgio Petecão (PSD/AC), Senador Davi Alcolumbre (DEM/AP), Senador Angelo Coronel (PSD/BA), Senador Otto Alencar (PSD/BA), Senador Vanderlan Cardoso (PSD/GO), Senador Marcio Bittar (PSL/AC), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Jayme Campos (DEM/MT), Senador Carlos Portinho (PL/RJ), Senador Rogério Carvalho (PT/SE), Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS/RR), Senador Paulo Rocha (PT/PA), Senador Giordano (MDB/SP), Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Marcelo Castro (MDB/PI), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF), Senador Lucas Barreto (PSD/AP), Senador Romário (PL/RJ), Senador Esperidião Amin (PP/SC), Senador Carlos Viana (MDB/MG), Senador Alexandre Silveira (PSD/MG), Senador Marcos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Rogério (PL/RO), Senador Carlos Fávaro (PSD/MT) e Senador Eduardo Girão (PODEMOS/CE). **Relatoria:** Senadora Daniella Ribeiro. **Relatório:** Favorável à Proposta, com o acatamento parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Adiado. **ITEM 5 - Projeto de Lei n° 3713, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências." **Autoria:** Senador Major Olimpio (PSL/SP), Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS), Senador Flávio Bolsonaro (PSL/RJ) e Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB/PE). **Relatoria:** Senador Alessandro Vieira. **Relatório:** Favorável ao Projeto, e às Emendas de nº 1 a 4, na forma do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta, a pedido da Senadora Mara Gabrilli. **ITEM 6 - Projeto de Lei n° 1822, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha." **Autoria:** Senador Fabiano Contarato (REDE/ES). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 7 - Projeto de Lei n° 1899, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica." **Autoria:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos dos Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Rogério Carvalho, nos termos regimentais. **ITEM 8 - Projeto de Lei n° 2491, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a redação do § 2o do art. 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e acrescenta o art. 699-A à Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar, envolvendo o casal ou os filhos." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Sérgio Moro, nos termos regimentais. **ITEM 9 - Projeto de Lei n° 2641, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer requisitos para a compra de equipamentos usados em procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS)." **Autoria:** Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta. **Resultado:** Retirado de Pauta para reexame do Relatório. **ITEM 10 - Projeto de Lei n° 3130, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para prever entre os objetivos da Renaesp a promoção de intercâmbio com instituições de ensino superior no exterior, assim como treinamentos com órgãos de segurança pública e defesa social de outros países." **Autoria:** Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES). **Relatoria:** Senador Oriovisto Guimarães. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Vista concedida ao Senador Esperidião Amin. **ITEM 11 - Projeto de Lei n° 3167, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera os arts. 94, 96, 97, 98 e 99 da Lei no 10.741, de 1º de outubro 2003, para aumentar as penas para os crimes de discriminação, falta de assistência, abandono e exposição a perigo contra o idoso, e para adotar a regra geral para aplicação do procedimento sumaríssimo." **Autoria:** Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS). **Relatoria:** Senador Marcos do Val. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta. **Resultado:** Encerada a discussão e adiada a votação. **ITEM 12 - Projeto de Lei n° 3616, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Trânsito Brasileiro), para incluir na Carteira Nacional de Habilitação as informações sobre o tipo sanguíneo e fator Rh do condutor e sobre a sua condição de doador ou não doador de órgãos e tecidos." **Autoria:** Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL). **Relatoria:** Senador Fabiano Contarato. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta. **Resultado:** Encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 13 - Projeto de Lei n° 3815, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que os menores de 12 anos tenham assentos contíguos a seus pais ou responsáveis." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PSB/DF). **Relatoria:** Senadora Eliziane Gama. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2-CDH. **Resultado:** Adiado. **ITEM 14 - Projeto de Lei n° 3983, de 2019 - Terminativo -** que: "Acrescenta o § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Esperidião Amin. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta. **Resultado:** Encerrada a discussão e adiada a votação. **ITEM 15 - Projeto de Lei n° 4018, de 2019 - Terminativo -** que: "Altera a redação do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever nova sistemática de afastamento do servidor público para participação em programas de pós-graduação stricto sensu." **Autoria:** Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB). **Relatoria:** Senador Rogério Carvalho. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta. **Resultado:** Retirado de pauta para reexame do Relatório. **ITEM 16 - Projeto de Lei n° 5281, de 2019 - Terminativo -** que: "Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que o marco temporal para aferição da idade mínima será a data da posse no cargo eletivo." **Autoria:** Senador Irajá (PSD/TO). **Relatoria:** Senador Weverton. **Relatório:** Pela aprovação do Projeto. **Resultado:** Encerrada a discussão e adiada a votação. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Davi Alcolumbre
Presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP. Fala da Presidência.) – Bom dia!

Queria cumprimentar os Senadores e as Senadoras, cumprimentar os servidores, os assessores, os colaboradores, e agradecer a presença de todos os que estão hoje participando aqui da nossa primeira reunião da Comissão de Constituição e Justiça.

Gostaria de, iniciando o procedimento regimental, informar que está aberta, havendo número regimental, a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas das reuniões anteriores.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

As atas estão aprovadas e serão publicadas no *Diário do Senado Federal.*

A presente reunião destina-se à deliberação dos itens 1 a 16.

A reunião ocorre de modo presencial e contará com a possibilidade de os Senadores votarem qualquer matéria por meio do aplicativo Senado Digital.

Informo que, em cumprimento ao Ato da Comissão Diretora nº 1, de 2023, não será admitida a participação e o uso da palavra de maneira remota nas sessões deliberativas das Comissões. Além disso, somente será possível a votação pelo aplicativo se houver sido previamente registrada a presença de maneira física nas dependências da Casa. Quem estiver aqui no plenário igualmente pode utilizar normalmente os computadores disponíveis nas bancadas para o registro da presença.

Aqueles que votarem por meio do aplicativo devem acessar a área parlamentar e procurar a votação na CCJ em curso, identificada também pelo nome da matéria. Após a autenticação com a senha no Sistema de Deliberação Remota (SDR) e escolhido o voto, é necessário enquadrar adequadamente o rosto na área reservada à captura do voto, sob pena de não validação do voto.

Informo que o acesso à sala de reunião estará restrito às Sras. e aos Srs. Senadores e aos servidores da Secretaria das Comissões e das áreas de tecnologia do Senado Federal, no estrito exercício das suas atribuições.

Antes de iniciar o primeiro item na pauta, eu gostaria de fazer algumas manifestações a partir da eleição, na última semana, da Presidência. Eu conversei com alguns Senadores já. Por exemplo, a Senadora Mara Gabrilli nos solicitou oficialmente a retirada do item 5 da pauta, por haver ainda algum tipo de divergência e discordância em relação à votação dessa matéria no dia de hoje.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 5

PROJETO DE LEI N° 3713, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 10.826 de 22 de dezembro de 2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas – Sinarm, define crimes e dá outras providências.

Autoria: Senador Major Olimpio (PSL/SP) e outros

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto, e às Emendas de nº 1 a 4, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 03/09/2019 foi recebida a Emenda nº 1, de autoria do Senador Jorginho Mello;

- Em 03/12/2019 foi recebida a Emenda nº 2, de autoria do Senador Telmário Mota;

- Em 17/02/2022 foi recebida a Emenda nº 3, de autoria do Senador Jaques Wagner;

- Em 14/03/2023 foi recebida a Emenda nº 4, de autoria do Senador Lucas Barreto; a Emenda nº 5, de autoria do Senador Eduardo Gomes; e a Emenda nº 6, de autoria do Senador Carlos Viana (dependendo de relatório as Emendas nºs 5 e 6);

- Em 15/03/2023 foi recebida a Emenda nº 7, de autoria do Senador Carlos Portinho (dependendo de relatório).)

Como nós estamos hoje estabelecendo – e eu queria contar com o apoio de V. Exas. no sentido de organizar – um rito, pelo menos, procedimental em relação à deliberação das matérias, eu gostaria de, em virtude do pedido feito pela Senadora Mara Gabrilli de retirada de pauta do item 5, aproveitar essa oportunidade para informar que nós fizemos um relatório, que já está à disposição dos senhores: temos 723 matérias pendentes de deliberação na nossa Comissão.

Eu solicitei à Secretaria da Comissão que nós pudéssemos classificar as matérias em relação à temática do assunto e também em relação às solicitações que foram feitas por Senadores para relatar as proposições. Foram compiladas em 14 ou 15 temáticas de matérias, por exemplo: administração pública indireta e meio ambiente, agropecuária e abastecimento, assistência social, ciência, tecnologia e informática, controle externo, eleições, controle externo de processo civil, crianças e adolescentes e mulheres, datas comemorativas, defesa nacional e Forças Armadas, desenvolvimento social e combate à fome.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, nós fizemos um apanhado de 15 áreas temáticas dessas 723 matérias que estão – Senador Magno, tudo bem? – na Comissão, na Presidência da Comissão, e eu gostaria de solicitar a V. Exas. que a gente pudesse não só dar celeridade na deliberação das matérias que estão em tramitação na CCJ... Já encaminhei, pela Secretaria da Comissão, para os Líderes partidários um ofício solicitando das Lideranças partidárias as prioridades ou a priorização de matérias que estão em discussão ou deliberação na Secretaria da Comissão de Constituição e Justiça. Então, nós vamos organizar por tema, por área de interesse dos Parlamentares, pela solicitação das Lideranças partidárias a forma de nós fazermos, da melhor maneira possível, a distribuição da indicação dos Relatores da matéria, pela sua área de atuação, mas também ouvindo as Lideranças partidárias e os membros desta Comissão, para a gente poder deliberar. Quando a gente for decidir a indicação da relatoria de um assunto ou de outro – Senador Oriovisto –, vamos tentar, da melhor maneira possível, adequá-la às solicitações feitas pelos Senadores membros da Comissão e pelos Líderes partidários.

Eu sei que nós teremos, Senador Portinho, em muitos casos, várias solicitações. Nós vamos tentar da melhor maneira possível fazer a destinação dos indicados para relatar as matérias, buscando da melhor maneira uma proporcionalidade entre os blocos partidários. Eu acho que a gente vai organizar para que cada bloco e cada Líder e cada partido possa se destacar num tema afeito àquele Parlamentar que tem a vocação para uma determinada área de atuação, pela agenda do Parlamentar, que vai estar basicamente dividida nessas 14 ou 15 áreas temáticas desses 723 projetos.

Então, já que nós estamos iniciando hoje com essa informação no plenário, eu queria desde já... Já recebemos várias solicitações, na Secretaria, vários pedidos de relatorias, e nós vamos compatibilizar para a gente fazer nesta semana a indicação dentro desse critério, em que eu aguardarei as indicações dos Líderes e dos Senadores para a relatoria das matérias e posterior indicação para a pauta.

Por que nós estamos com essa pauta hoje com 16 itens? Porque nós tínhamos 42 itens que foram remanescentes da legislatura passada. Eu tentei buscar os projetos que haviam sido solicitados pelos Senadores para a Secretaria-Geral da Mesa. E, desses 42 projetos, fora os que tinham relatórios pela rejeição, dos quais os respectivos Relatores abriram mão de serem pautados nesta primeira reunião, eu fiquei com 22 pedidos. Nós organizamos com a Secretaria-Geral da Mesa, os 17... Não, os 16. Eram 17, mas foi retirado um. (*Pausa.*)

Eram 17, dos 22... Nós organizamos 17 dos 22. Foi pedido para retirar um, para debater mais a matéria, que era o item 17. Então, hoje a nossa pauta tem 16 projetos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Menos quatro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É verdade. Menos o 5, que foi um pedido da Senadora Mara.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, hoje a nossa pauta tem 15 matérias, eu vou aguardar para a gente pegar as matérias remanescentes, mesmo aquelas que tenham divergências, e aguardar a orientação dos Líderes partidários e a solicitação dos Senadores para a matérias e temas correlatos à atuação de cada Parlamentar ou da Liderança.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente Davi...

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou passar para o primeiro inscrito. O primeiro inscrito é o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, muito rapidamente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em seguida V. Exa.

É o Plínio Valério. O Flávio e o Plínio.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente – bom dia a todos –, eu parabenizo V. Exa. pela condução.

Queria dar um encaminhamento sobre o projeto, o item 5 da pauta, que trata das armas. Eu li o relatório, há vários avanços, muitos ajustes também têm que ser feitos ali no relatório do Senador Alessandro. Eu queria fazer a V. Exa. a seguinte solicitação: em vez de tirar de pauta simplesmente, como é um assunto que envolve diversos setores dentro do serviço público e da sociedade, a gente pode combinar uma audiência pública daqui a duas, três semanas no máximo, abre-se o prazo de mais uma semana para emendas e a gente vota. Eu acho importante votar logo esse relatório, Presidente, porque, senão, daqui a pouco quem está legislando sobre esse assunto é o Supremo de novo.

Então, acho que esta Casa tem que enfrentar o assunto, para aprovar ou para não aprovar, mas eu acho importante haver aqueles que vão operacionalizar esse sistema todo, Polícia Federal, Exército, as associações representativas das classes todas da segurança pública, os representantes dos caçadores, atiradores e colecionadores. Eu acho que é importante termos uma audiência pública, Presidente.

Já faço aqui oralmente então esse pedido a V. Exa. para que possa haver uma audiência pública sobre esse relatório, para que, na sequência, nós possamos votá-lo aqui na CCJ.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou passar para o Senador Plínio e para o Senador Magno Malta.

Deixe-me só aproveitar, já que a gente vai conseguindo dirimir as dúvidas... Tem um requerimento dos Senadores Fabiano Contarato e Rogério Carvalho já solicitando audiência pública para esse assunto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Eu quero, enquanto a gente vai deliberar... Eu não vou colocar em votação para que o Senador Flávio possa avaliar os nomes dos integrantes do requerimento da audiência pública, e a gente já marcar, no dia de hoje, a audiência pública para a próxima quinta-feira, porque aí a gente ganha esses dez dias para chamar todos os envolvidos. Faremos na próxima quinta-feira a audiência pública e, na outra semana, a gente coloca em discussão.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – Presidente... Presidente, pela ordem. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É para isso que eu estou perguntando se querem incluir alguém.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) – Presidente, mas eu acredito que a sugestão do Senador Flávio é prudente. Ele está sugerindo que a gente faça essa audiência pública daqui a duas ou três semanas exatamente para que a gente possa amadurecer a composição dessa audiência pública, porque esse é um tema...

Veja, esse relatório foi apresentado ontem às 9h da noite, Sr. Presidente. Só para que V. Exa. tenha ideia do tamanho do relatório, é este o relatório apresentado às 9h da noite.

Então, é absolutamente razoável o que o Senador Flávio está propondo. Eu acho que, daqui a duas ou três semanas, fazermos a audiência pública, calibrarmos as pessoas que vão participar da audiência pública e nós podermos nos debruçar sobre o relatório apresentado... Esse é um tema extremamente importante, que nós já tentamos deliberar nesta Comissão várias vezes. Esse já é um... Não é aquele projeto que nós tentamos deliberar no ano passado; é um novo projeto, um novo relatório.

Portanto, creio que é absolutamente razoável o que o Senador Flávio propôs...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – E eu sugeriria a V. Exa. estabelecer...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sr. Presidente, pela ordem, literalmente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Como autor do requerimento, eu concordo plenamente com a preocupação do Senador Eduardo Braga, do Senador Flávio Bolsonaro. Acho que teremos duas, três semanas para amadurecer. Os nomes nós podemos construir. Fazemos a audiência pública, debatemos, nos debruçamos sobre o relatório e, aí sim, será pautado o projeto.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então, assim, nós vamos ter outra oportunidade...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Presidente, literalmente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Pela ordem, existe uma pauta.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Certo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Na pauta, esse é o item 5. Por que a gente está discutindo o item 5 antes...?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Sim, mas por quê? Por que, lá no item 5... Ou tiram ou retiram o item 5. Aí, a gente já vota o um, o dois, o três, o quatro, pela ordem, Presidente. Pela ordem, literalmente.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM) – De acordo, Sr. Presidente,

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) – Vai ficar uma discussão sobre o quinto ponto da pauta...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Tudo bem.

O Senador Plínio Valério pediu a palavra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Cid, pela ordem, também cabe alguma dúvida que o Senador tenha, pois eu tenho dúvida.

Eu estou vendo aqui projetos que foi superestimado trazer, de 2019; tem um de 2022, que é o item 4; e a minha PEC, que fixa o mandato para o Supremo, que é de março de 2019, nunca é pautada daqui. Eu já estou aqui há quatro anos – quatro anos. O Senador Anastasia era o Relator, saiu, e até hoje não foi escolhido um outro Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Qual é o número?

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu sugiro...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe eu lhe fazer... Como...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Deixa eu só dizer uma coisa: sugiro também, como Ouvidor do Senado, que a gente ouça também a voz popular. O e-Senado faz sempre pesquisa. Pesquisem lá para ver qual o percentual da população brasileira que quer ver essa PEC votada. É a PEC que fixa o mandato para Ministro do Supremo.

Davi, março de 2019, irmão – março de 2019! E eu estou vendo pautada aqui matéria de 2022.

Eu acho louvável ordenar, isso aí está perfeito, mas vamos ouvir também o clamor da voz popular. O e-Senado pode ser um grande – e a Ouvidoria – emissário disso.

Peça! Peça! Não acredite em mim. Peça para o e-Senado pesquisar, para ver qual o percentual da população brasileira quer ver essa PEC votada.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou colocar, com um ofício verbal de V. Exa. para incluir na pauta. Está feito aí.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Senador Davi...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está na ordem.

Magno Malta.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, uma preocupação, uma vez que eu estou nesta legislatura e aqui tem matéria de quando eu estava na

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

legislatura com o Anastasia – o Senador Plínio acabou de falar. Eu estou determinado a pedir vista de tudo, porque não tem a menor lógica. Uma pauta que você não recebe em oito dias, de uma quinta para uma outra quinta, ou de uma terça para uma outra terça, não existe máquina no mundo, com a melhor assessoria que você tenha, que você tenha o mínimo de conhecimento de projetos que vêm prontos, mais rápido do que imediatamente.

Então, eu vim com a disposição de pedir vista de tudo. Em havendo consenso, eu peço... Quer dizer, não preciso de consenso para eu pedir vista; pedir, pedi. Eu vou esperar...

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Presidente, eu estou concordando com Magno Malta, só registro isso.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... debatermos e eu vou pedir vista de tudo, Sr. Presidente – vista de tudo. Meu pedido de vista está pedido.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Quando a gente... Pelo Regimento, Senador Magno, V. Exa. tem, regimentalmente, a prerrogativa de fazer o pedido de vista. Vai ser feito um por um. Eu vou fazer a leitura, aí V. Exa. pede; vou fazer a leitura, e V. Exa. pede. Todos que vão ficar...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois é.

E aí, nós vamos já deixar esse um que já vai ficar dentro desse prazo para a próxima quarta-feira, porque aí vai estar no prazo adequado.

Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – É bem rápido, Presidente. É só para também pedir, solicitar para botar em pauta a PEC 30, que é para incluir na Constituição o combate à corrupção como uma premissa, e o Projeto de Lei 395, de 2019, sobre a anistia dos policiais.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Fica também... Está registrado. Fica como solicitação. (*Pausa.*)

Item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI Nº 5385, DE 2019

- Não terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Altera o art. 311 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para criminalizar a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Carlos Portinho

Relatório: Favorável ao Projeto.

Autoria é do Deputado Federal Paulo Ganime. O Relator é o Senador Carlos Portinho, com parecer favorável.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Peço vista de tudo.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Concedo a palavra ao Relator Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Eu vou ter a oportunidade no relatório tentar demover agora o Senador Magno Malta, por favor. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Agora vai!

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Agora, vai...

Vamos lá.

Parecer para leitura do PL 5.385, de 2019.

Vem à análise desta Comissão de Constituição e Justiça o PL que é de autoria do Deputado Paulo Ganime, que altera o art. 311 do Decreto-Lei 2.848, de 7 de dezembro de 1940, que é o Código Penal, para criminalizar – atenção, porque é da maior importância – a conduta de quem adultera sinal identificador de veículo não categorizado como automotor.

Peço vênia para ir direto ao relatório.

A matéria cinge-se à competência da União para legislar privativamente sobre direito penal, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional.

Não encontramos no projeto vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, tampouco óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o PL 5.385, de 2019, é conveniente e oportuno.

A redação atual do art. 311 do Código Penal trata apenas do crime de adulteração de sinal identificador de veículos automotores. Lembro ainda que, quando a adulteração recai sobre veículos não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

automotores, tais como reboques, a conduta é considerada atípica, pelo fato de não se enquadrar no referido tipo penal. Pontua, por fim, que seria necessária a adequação da legislação para suprir esse vácuo.

Com a proposição, o art. 311, *caput*, do Código Penal, além da adulteração e da remarcação, passa a criminalizar a supressão de sinal identificador. A redação proposta deixa claro que as condutas de adulteração: i) não se restringem ao chassi, ao contrário, podem recair sobre o monobloco, o motor ou a placa de identificação de veículo automotor; ii) também se aplicam a reboque, semirreboque ou suas combinações.

Daí a importância, e ressalto aqui, porque esses crimes já estão sendo praticados, mas são considerados atípicos. A cada semana que se demora mais, ganham com isso os malfeitores.

O projeto de lei ainda estende a aplicação do referido tipo penal: i) ao funcionário público que contribui para o licenciamento ou registro do veículo remarcado ou adulterado – por exemplo, naqueles esquemas que acontecem aí em DETRANs da vida, etc., ele responde, passa a responder –; ii) àquele que pratica conduta de aquisição, transporte ou guarda de maquinismo, aparelho, instrumento ou objeto especialmente destinado à falsificação ou adulteração – a guarda desses equipamentos –; iii) ao receptador de veículo automotor, reboque, semirreboque ou suas combinações ou partes com sinal identificador adulterado.

Para as duas últimas situações, quando as condutas forem realizadas no exercício de atividade comercial ou industrial, o PL propõe a qualificação do crime.

Denota-se que o art. 311 do Código Penal, ao punir quem adultera os sinais identificadores de veículo automotores, onera a venda de veículos roubados ou furtados nos quais é feito esse tipo de falsificação. Não obstante, como destacado pelo autor do projeto, o referido tipo penal não criminaliza a adulteração dos sinais identificadores de reboques, semirreboques e suas combinações, o que torna essas condutas atípicas.

Indo ao final, não há razão para se isentar de responsabilidade penal o indivíduo que adultera a identificação de veículos não automotores. Essa conduta, por dificultar a localização desses bens e ser igualmente voltada à indústria do comércio ilegal de veículos, é dotada de inegável desvalor.

Ademais, estamos falando de situações interligadas, pois o agente que altera sinal identificador de carros também, muitas vezes, o faz em reboques e semirreboques.

O projeto ainda vai além e, adequadamente, prevê a punição daquele que adquire, recebe, possui, etc., instrumento ou outros objetos destinados à falsificação ou à adulteração de sinais identificadores de veículos, bem como cria um tipo penal específico para a receptação de qualquer tipo de veículo – automotor ou não – com sinal de identificação adulterado. Demais disso, quando essas atividades forem praticadas no exercício de atividade comercial ou industrial, é prevista uma forma qualificada do crime, com pena mais elevada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Pelo exposto, temos que o PL 5.385, de 2019, de fato, supre uma lacuna existente no Código Penal e deve ser urgentemente aprovado.

E quero lembrar que esse projeto já foi debatido amplamente na Câmara de Vereadores e teve a sua aprovação, chegando aqui.

O voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto 5.385, de 2019.

Acredito que é possível, da análise explicada, pelas razões e pela sua importância, Senador Magno Malta, em especial, a gente poder aprová-lo e levá-lo ao Plenário para votação.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, art. 14, fui citado...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Positivamente.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – ... de forma educada e respeitosa, e o art. 14 vale para isso também, quando você é citado de forma respeitosa.

Sr. Presidente...

O que foi Cid?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone*.) – Nada. Eu estou te olhando. Você está falando, eu estou te olhando. Posso?

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Deve!

Sr. Presidente, numa matéria como essa, em que a gente toma conhecimento no plenário e tem um mérito, diante disso eu quero refazer a sugestão de que, a partir de hoje, em havendo unanimidade desta Comissão, que nenhuma matéria entre em pauta sem que antes, oito dias antes, nós a tenhamos recebido, porque assim, alguns conhecem e outros não. Aqui também se põe jabuti, aquelas matérias que vêm mais rápido do que imediatamente, com mais de 20 páginas, como mostrou o Senador Eduardo Braga. Nesse caso em que no mérito todos nós somos favoráveis, eu refaço, mas refaço de forma que, a partir de agora, nesta Comissão, todos os Senadores que a compõem recebam todas as matérias que virão para a pauta da sessão seguinte oito dias antes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Magno, só para fazer uma... Não é uma resposta, mas é uma ressalva.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Ok.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pelo Regimento, são dois dias úteis. Então, eu não tenho como mudar uma regra regimental para atender ao apelo de V. Exa. Eu me comprometo com V. Exa. a tentar, dentro do quanto possível, o mais rápido possível, mas até dois dias antes nós estaremos amparados pelo Regimento.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Sr. Presidente, minha mãe me ensinou que existem momentos na vida em que a graça é maior do que a lei. A lei nem sempre tem razão, mas a lei é dessa forma. Eu estou implorando pela graça; a graça é maior que ela. Para haver harmonia na Comissão, essa harmonia fica maior do que a lei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Nós vamos buscar a graça, mas nós vamos seguir a lei.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Mas eu procurarei... (*Risos.*)

Escute, e nem é um assunto para achar graça.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É verdade.

O SR. MAGNO MALTA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - ES) – Então, eu procurarei buscar emendar o Regimento Interno, e vou fazer essa proposta hoje, para que nós – disse o Senador Cid que eu tenho o apoio e também o apoio de outros Senadores – tenhamos mais antecedência e nossas assessorias possam estudar a matéria.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Lucas Barreto.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP. Pela ordem.) – Só uma questão de ordem, Sr. Presidente, para pedir também que se paute a PEC 51, principalmente neste momento em que os estados do Norte e Nordeste sofrem com a desoneração do IPI, que é a maior fonte do FPE, e o FPE é extremamente importante para todos os estados do Norte e Nordeste.

Ela já está com o relatório pronto, o Relator é o Senador Rogério Carvalho, que continua na CCJ. Então, ela está também apta para ser pautada e votada junto com a PEC do Senador Plínio.

Obrigado, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Para discutir, Presidente.

O SR. LUCAS BARRETO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AP) – Eu quero registrar, Sr. Presidente, que acaba de chegar o Senador Esperidião Amin.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Para discutir o item 1, pode ser, por gentileza?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pode. Exatamente.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, nessa matéria, eu quero parabenizar o Senador Portinho pelo brilhantismo do relatório. Eu, como delegado, atuei por muito tempo. Esse art. 311 do Código Penal, que fala em adulteração de qualquer sinal de veículo automotor, é de extrema importância, mas nós temos um princípio da legalidade expresso que diz que não há crime sem lei anterior que o defina, não há pena sem prévia cominação legal. E nós sabemos que em direito penal não existe a chamada analogia *in malam partem* e sim apenas *in bonam partem.*

A minha preocupação é porque nós tínhamos o Projeto de Lei 5.543, que ampliava o conteúdo do veículo automotor, ou seja, o próprio art. 96 do Código de Trânsito estabelece as hipóteses de veículos: o veículo automotor, o veículo elétrico, o híbrido. Então, eu faço aqui, como um ajuste de redação, que, além de constar o veículo automotor, vírgula, híbrido, elétrico... E aí nós conseguiríamos abraçar e alcançar todo e qualquer veículo que tenha essa propulsão... Existe uma dúvida com relação a esse conceito na resolução do Contran. Está bem?

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Pela ordem, eu entendo que é um ajuste de redação, porque ele está exemplificando. Então, eu não vejo problema em acatar.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. *Fora do microfone.*) – Isso. O que abunda não prejudica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vou propor, então...

Há oradores inscritos para discutir a matéria? (*Pausa.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não.

Não havendo mais oradores inscritos, nós encerramos a discussão.

A gente vai colocar em votação o relatório apresentado pelo Senador Portinho com as adequações feitas e com o aceite do Relator, pelo Senador Fabiano Contarato.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Como Relator.) – Adequação de redação, está?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Adequação de redação.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir o parecer da Comissão favorável ao projeto.

A matéria vai ao Plenário.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Muito obrigado, Senador Magno Malta, pela paciência.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Item 2 da pauta.

O Senador Relator, Líder Jorge Kajuru, encaminhou o ofício solicitando a retirada da pauta para adequação no seu relatório.

Fica retirado o projeto.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 2

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR N° 21, DE 2019

- Não terminativo -

Regulamenta o parágrafo único do art. 79 da Constituição Federal, para dispor sobre as competências e atribuições do Vice-Presidente da República.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Jorge Kajuru

Relatório: Favorável à Emenda nº 3 - PLEN.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Observações:

- Em 26/06/2019 a Comissão aprovou o Relatório do Senador Jorge Kajuru, que passou a constituir o Parecer da CCJ, favorável ao Projeto com a Emenda nº 1-CCJ e a Emenda de Redação nº 2-CCJ;

- Em 03/07/2019 foi recebida na Secretaria-Geral da Mesa a Emenda nº 3-Plen, de autoria do Senador Jaques Wagner.)

Item 3.

ITEM 3

PROJETO DE RESOLUÇÃO DO SENADO N° 94, DE 2019

- Não terminativo -

Institui o Prêmio Senado Federal de Segurança Pública, destinado a agraciar pessoas que criem mecanismos de melhora da segurança pública ou atuem em ação de segurança pública de grande repercussão nacional.

Autoria: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS/RN)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao Projeto.

Observação: *A matéria será apreciada posteriormente pela Comissão Diretora.*

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para proferir o seu relatório.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu aproveito o momento para fazer dois pequenos, breves registros. O primeiro deles é, com relação ao projeto de regulamentação de armas – porte, posse, venda, registro –, quanto à minha concordância com as manifestações, que sinalizam muito bem a vontade e o entendimento, vindas de Flávio Bolsonaro, Fabiano Contarato e tantos outros colegas.

Um segundo ponto de registro, Sr. Presidente, é que, no dia de ontem, foi necessário impetrar mandado de segurança perante o Supremo Tribunal Federal...

Sr. Presidente, é uma comunicação relevante para esta Casa, em particular...

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – ... para esta Comissão, que versa justamente sobre regularidade legislativa e constitucional.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Por gentileza, gostaria de pedir atenção aos assessores.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Faço minha a advertência do Senador Alessandro Vieira. É um assunto muito sério sobre tramitação de medidas provisórias.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Gostaria de solicitar aos assessores e colaboradores da Comissão, que nós temos um orador na tribuna...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Como Relator.) – É um breve registro, Sr. Presidente.

Ontem foi necessário, após exaustivas tratativas na seara política, inclusive, tenho certeza, com a participação de V. Exa... Persiste uma omissão ilegal, inadequada do Presidente da Câmara dos Deputados, Deputado Federal Arthur Lira, que não permite a retomada do rito constitucional de tramitação de medidas provisórias.

Utilizei-me do instrumento do mandado de segurança perante o Supremo, para que se tenha a retomada imediata da Comissões Mistas e do pleno funcionamento. Não há mais sentido na manutenção de qualquer excepcionalidade vinculada ao período de pandemia, e existe um prejuízo muito grande para esta Casa e para o povo brasileiro quando você não tem a devida tramitação de projetos.

Estamos falando de assuntos sérios...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – ... de repercussão financeira, de repercussão política e que precisam da atenção e da colaboração de todos. A Constituição está aqui para ser velada e respeitada.

Entro no exame da proposta de resolução apresentada pelo Senador Styvenson Valentim.

PRS 94, de 2019, que institui o Prêmio Senado Federal de Segurança Pública, destinado a agraciar pessoas que criem mecanismos de melhora da segurança pública ou atuem em ação de segurança pública de grande repercussão nacional.

O Prêmio consiste na concessão de diploma a ser entregue anualmente a até três agraciados, com indicação feita por qualquer Senador ou Senadora perante a Mesa do Senado Federal. A escolha dos agraciados será feita por comissão composta por um Senador de cada partido com representação nessa Casa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Na justificação, o autor esclarece que o objetivo é reconhecer e valorizar o trabalho de cidadãos que criem mecanismos de melhora da segurança pública e de profissionais de segurança pública que atuem em ação de grande repercussão.

O Senador Giordano, de forma extremamente oportuna, nos recordou e apresentou sugestão já acatada pelo autor e por mim, para que o nome do prêmio não seja Prêmio Senado Federal de Segurança Pública, mas, sim, Prêmio Senador Major Olimpio de Segurança Pública, como reconhecimento a um grande profissional da segurança e um grande colega que perdemos durante a pandemia da covid.

O relatório é pela aprovação, Sr. Presidente, só com essa retificação de terminologia.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão a matéria

Senador Esperidião Amin; em seguida, Senadora Eliziane Gama.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – As mulheres primeiro, não é, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Parabéns!

Senadora Eliziane.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Para discutir.) – O Senador Esperidião Amin é uma pessoa absolutamente querida.

Presidente, eu só quero...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu queria só cumprimentar o Senador Alessandro Vieira, Presidente, pelo projeto e pela homenagem, Senador Alessandro, ao Major Olimpio, que foi uma extraordinária figura, uma pessoa que marcou a sua passagem pelo Senado Federal, pelo Congresso Nacional, assim como pela Câmara dos Deputados. Era um intransigente defensor da segurança pública brasileira. Em todos os momentos de sua atuação política, ele sempre destacou, com muita evidência, a sua preocupação em relação à defesa da segurança, em relação à defesa da vida. Então, eu queria cumprimentá-lo pela mudança de terminologia e pela homenagem ao Senador Major Olimpio.

Presidente, seguindo, eu queria lhe fazer, na verdade, um pedido. Hoje está acontecendo também a Comissão dos ianomâmis aqui do lado, assim como há outras Comissões, de fato, funcionando. Eu estou para relatar três propostas, que são os itens 6, 8 e 13. Eu pediria a V. Exa. se pudesse unificar e se V. Exa., com a permissão dos colegas, pudesse inverter essa pauta, para que eu pudesse participar de um momento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

importante também, que é dos ianomâmis, óbvio, se houver a aquiescência aqui dos demais colegas. Como eu disse, são várias Comissões funcionando aqui simultaneamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Esperidião Amin. (*Falha no áudio.*) **O SR. ESPERIDIÃO AMIN** (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – ... era oportuna quando o Senador Cid Gomes estava aí com o senhor – não sei se ele saiu.

Ontem, ele estava coletando assinaturas para que a tramitação das medidas provisórias fosse feita alternadamente, não é? Ou seja, uma começa na Câmara, outra começa no Senado, que é o que nós vamos ter que tentar aprovar caso persista esse impasse que foi registrado aqui pelo Senador Alessandro Vieira. Só para aditar – viu, Senador Alessandro? – ao que V. Exa. falou, porque realmente não dá para se chegar à véspera da prescrição da medida provisória, e, por interesses legítimos e republicanos, nós termos que aprovar a medida provisória porque senão vai prejudicar isso ou aquilo...

Então, talvez a tramitação com mais rapidez desta emenda constitucional proposta pelo Senador Cid possa pelo menos representar politicamente um gesto do Senado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Como Relator.) – Sr. Presidente, apenas, pela citação, para que se dê...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – ... fluxo a esse pensamento, quero saudar a iniciativa do Senador Cid, mas lembrar que aprovamos já uma PEC nesta Casa para regular a tramitação das MPs na gestão da Presidência do Senador Davi Alcolumbre, e ela repousa serenamente numa gaveta da Câmara dos Deputados.

Então, por esse desequilíbrio entre as Casas, infelizmente e aparentemente, vai ser necessária uma arbitragem do Poder Judiciário.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O Senador Rodrigo Pacheco tomou conhecimento disso ontem e nos disse – aos que estavam presentes – que vai seguir a trilha mineira. Eu confio muito nisso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Giordano.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Para discutir.) – Presidente, eu só queria agradecer o acolhimento pelo autor, Senador Styvenson, e pelo Relator, Alessandro Vieira, dessa bela homenagem no sentido de esse prêmio se chamar Senador Major Olimpio, que todos aqui conheceram muito bem e sabem que ele foi um homem que, em sua vida inteira, desde seus 15 anos de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

idade, lutou pela segurança pública do seu estado e do seu país, sempre lutando pela dignidade, pela segurança dos nossos cidadãos.

Então, eu só venho agradecer a todos aqui, principalmente ao nosso Relator Alessandro.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Continua em discussão a matéria.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Sr. Presidente, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Fabiano.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Eu quero parabenizar a autoria do Senador Styvenson Valentim, o brilhante relatório do Alessandro Vieira – meu querido Alessandro –, e a sensibilidade de nós termos aqui a memória do nosso tão querido Major Olimpio.

Nós que somos oriundos da segurança pública sabemos que quem está lá na ponta, lidando diretamente com a população... O policial, senhoras e senhores, é o primeiro garantidor de direitos. O policial não pode ser visto como violador de direitos. O policial é quem efetivamente está garantindo direitos à população num momento tão delicado que é quando está sendo violado ou foi violado qualquer bem jurídico naquele contexto. Nós sabemos que o Major Olimpio, que brilhantemente atuou na briosa Polícia Militar, muito dignificou a Polícia Militar do Estado de São Paulo. E eu falo a todos os policiais do Brasil. Como policial civil, também aqui eu quero fazer esse registro, porque, muitas vezes, nós temos uma visão, uma percepção de que é o Judiciário que faz ou de que é o Ministério Público. Mas, olha, o que chega ao Judiciário passa pelas mãos inicialmente das Polícias, seja Civil, Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, as próprias guardas municipais. A população tem essa garantia. Está expresso no art. 44 que a segurança pública é direito de todos, mas é dever do Estado.

Parabéns, Senador Alessandro. Muito me orgulha e me emociona aqui essa homenagem ao nosso querido Senador Major Olimpio.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Queria aproveitar também, antes de encerrar a discussão da matéria, para cumprimentar o Senador Alessandro pela homenagem ao Senador Major Olimpio, nosso eterno Senador, nosso amigo. Que Deus o tenha.

Perdemos três grandes Senadores para a covid. Com certeza absoluta, Senador Maranhão, Senador Arolde, Senador Major Olimpio foram três grandes perdas aqui de milhares de brasileiros que perdemos para a covid.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

E, quando o Senador Alessandro faz essa emenda acolhendo essa manifestação, isso é também um gesto de respeito e de reconhecimento à história e, por isso, eu preciso cumprimentá-lo, Senador, pela homenagem ao nosso eterno Senador Major Olimpio. Que Deus o tenha.

Está encerrada a discussão.

Em votação o relatório.

Os Senadores e as Senadoras que o aprovam queiram permanecer como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, com a emenda apresentada, que passa a constituir o parecer da Comissão, favorável ao projeto.

A matéria vai à Comissão Diretora.

O item 4 da pauta é um projeto de autoria do Senador Nelsinho Trad. A Relatora da matéria é a Senadora Daniella Ribeiro.

Foi solicitado também que a gente pudesse retirá-lo da pauta no dia de hoje para buscar o entendimento e a Relatora se fazer presente. Ela não gostaria que fosse feito o relatório *ad hoc*, e temos também um requerimento de audiência pública que a gente precisa discutir conjuntamente. Então, fica a retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO N° 10, DE 2022

- Não terminativo -

Altera o art. 199 da Constituição Federal para dispor sobre as condições e os requisitos para a coleta e o processamento de plasma humano.

Autoria: Senador Nelsinho Trad (PSD/MS) e outros

Relatoria: Senadora Daniella Ribeiro

Relatório: Favorável à Proposta, com o acatamento parcial da Emenda nº 1, na forma do Substitutivo que apresenta.

Observação: *Em 13/12/2022 foi recebida a Emenda nº 1, de iniciativa da Senadora Mara Gabrilli.*)

O item 5, como anunciei no início da reunião, foi uma solicitação da Senadora Mara...

Ah, Senador Flávio! Senador Flávio, queria pedir a V. Exa. e aos Senadores que a gente pudesse, antes de concluir a reunião, já saber quem são os convidados que alguns Senadores querem sugerir para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

audiência pública que nós vamos marcar para o projeto do item 5 da pauta de hoje. A gente vai organizar para daqui 15 ou 20 dias fazermos a audiência pública.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente, a gente pode também encaminhar... Dá uma data para a gente poder encaminhar à assessoria da Comissão os nomes, para gente olhar com calma...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está bom.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Tem Senadores que têm que ler o projeto. Eu já li o relatório inteiro, mas alguns Senadores têm que ler o relatório.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Na próxima reunião, a gente aguarda a indicação dos novos nomes para compor a audiência. Como vai ser feita daqui 21 dias a audiência, então a gente vai ter tempo.

Item 6.

ITEM 6

PROJETO DE LEI N° 1822, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha.

Autoria: Senador Fabiano Contarato (REDE/ES)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta, e pela rejeição das Emendas nºs 1-CDH e 2-CDH.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação Nominal.

Informo ao Plenário que para essa matéria nós precisamos de votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama para proferir o relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Só pela ordem, para uma informação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM. Pela ordem.) – Eliziane, só um minuto, por favor. Desculpa.

Eu peço vista antes ou depois do relatório?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Depois do relatório.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Está bom, mas eu já adianto o pedido de vista. Eu preciso ver e checar a nossa lei que colocou, na grade transversal do ensino brasileiro, o tema de violência contra a mulher, porque a gente mexeu na Lei Maria da Penha – aliás, as Deputadas Federais da Câmara mexeram. Eu preciso dar uma olhada nesse projeto.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Com a palavra a Senadora Eliziane Gama.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Como Relatora.) – Eu queria falar com o Senador Plínio.

Na verdade, o projeto do item 6, que trata da temática que V. Exa. acaba de ler e que é do Senador Fabiano Contarato... Apesar de o Senador Plínio, que pedirá, na verdade, vista, Sr. Presidente, nós recebemos também aqui uma outra solicitação do Ministério da Mulher para que a gente possa fazer um aprimoramento em relação a esta proposta. Então, eu pediria que a gente pudesse deixar para a semana que vem...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Para retirar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – ... para retirar de pauta para a semana que vem, já com o compromisso de V. Exa. de a gente colocar na Ordem do Dia, porque o aprimoramento vai melhorar muito o projeto. Então, eu achei pertinente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Pois é. Deixe-me falar uma...

Senadora Eliziane, me perdoe. Como há um interesse do Senador Plínio Valério de pedir vista do projeto e como V. Exa. vai fazer umas adequações no projeto a partir desse pedido do ministério, se as assessorias puderem conversar... É porque eu vou pautar na semana que vem. Se o Senador Plínio pedir vista, vai sair de novo. Então, seria bom conversar uma semana.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu posso, Presidente, dar como lido o relatório. E aí já acata o pedido de vista do Plínio, cumpre esse prazo, e, na semana que vem, a gente já retorna com as adequações necessárias.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Aí a Secretaria me informa que, se tiver um pedido de vista, será em cima do novo relatório. Então, vai parar de novo.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Então, tudo bem. As assessorias vão sentar e...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Fica retirado...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Acredito que não haverá divergência. Aliás, é uma temática muito importante.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vai ficar retirado de pauta. E vou ficar aguardando o relatório apresentado por V. Exa., e o Senador Plínio vai ter o direito de ou votar ou pedir vista novamente na próxima semana.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Eu pediria, Presidente, com a sua permissão: no item 13, em que também eu estou como Relatora, nós também solicitamos a mesma questão. Há um pedido, inclusive, das agências de aviação e da Liderança do Governo, que estão construindo umas adequações também importantes. Se V. Exa. puder deixar...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senadora Eliziane, ainda bem que o Senador Cid Gomes não está aqui. Senão, ele ia pedir a palavra e dizer: "Olhe, vamos esperar chegar ao item 13, pois ainda estamos discutindo o item 7". Mas já está retirado também...

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 13

PROJETO DE LEI N° 3815, DE 2019

- Terminativo -

Altera a Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, para determinar que os menores de 12 anos tenham assentos contíguos a seus pais ou responsáveis.

Autoria: Senadora Leila Barros (PSB/DF)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 1-CDH, com uma emenda que apresenta, e pela rejeição da Emenda nº 2-CDH.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa;

- Votação Nominal.)

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – Eu não queria ser...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Eu já ia falar do item 16.

O SR. PLÍNIO VALÉRIO (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - AM) – ... indelicado com a Senadora...

O SR. WEVERTON (PDT/PDT - MA) – Então, não vou nem falar! (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – E, agora, eu sou Relatora também do item 8. Se V. Exa. me permitir, eu já...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Só um minutinho, porque o Senador Amin está aqui, e ele é o Relator do item 7.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Tudo bem.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é só para esclarecer. Então, o item 13 está retirado de pauta. Não é isso?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Sim, a pedido...

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PI) – Perfeito. Eu ia pedir vista...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – ... da Relatora.

Só um minutinho, Senadora Eliziane, pois vai ser rápido o Relator, o Senador Amin.

ITEM 7

PROJETO DE LEI N° 1899, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para vedar a contratação de pessoa física condenada pelos crimes que especifica.

Autoria: Senador Marcos do Val (CIDADANIA/ES)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos dos Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Em 14/03/2023, foi recebido relatório reformulado pelo Senador Esperidião Amin;

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação Nominal.

Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin, Relator da matéria, para proferir o seu relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Sr. Presidente... (*Pausa.*)

Assim que o senhor terminar de receber esse abraço, que é um abraço maravilhoso, Presidente! Os dois lados do Rio Jordão irmanados: o Rio Jordão filisteu, filistino, representado pelo Senador Omar Aziz, palestino; e Davi Alcolumbre, representante da colônia hebraica.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, amigo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Os dois juntos... Isso aí, se mandar para a ONU... Se mandar essa fotografia para ONU, os senhores serão requisitados...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Numa missão de paz.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... talvez por dois anos, para cumprir uma missão de paz lá no levante. (*Risos.*)

Merecia até um aplauso.

General Mourão, por favor, um aplauso para essa fotografia. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu estou fazendo amizade com o Omar porque ele é Presidente da Comissão de Fiscalização.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Se vocês fizerem amizade profunda, nós estamos perdidos. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Ele foi eleito Presidente da Comissão de Fiscalização e Controle do Senado Federal.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um *habeas corpus* preventivo, não é? (*Risos.*)

Sr. Presidente, vem à análise... E eu peço muita atenção de todos, mas peço especial atenção do Senador Marcos do Val. Por uma questão de lealdade, sempre que eu faço um parecer que tem alguma contradição com a proposta, eu remeto ao autor, por uma questão, que eu entendo, de ética. E nesse caso há alterações em relação a sua proposta.

Vem à análise desta Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, para apreciação em caráter terminativo, o projeto de lei apresentado pelo Senador Marcos do Val, que visa modificar o art. 3º da Lei de Licitações. Para quê? Para vedar a contratação pelo poder público de pessoas físicas condenadas em segunda instância...

Então, vem aí o primeiro nó. Em condenação em segunda instância, eu sou a favor de que todas as consequências lhe sejam impostas, mas isso não tramitou ainda. Está, como diz o Senador Alessandro Vieira, em processo de limbo e purgatório, na Câmara dos Deputados, há uns oito anos, eu acho.

a) crimes previstos na Lei de Drogas;

b) violência doméstica e familiar contra a mulher, que a Senadora Eliziane Gama não se cansa de atualizar;

c) crimes contra crianças e adolescentes punidos com reclusão, assim definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

d) crimes hediondos.

Ou seja, isso já foi, por tabela, discutido na Comissão de Segurança Pública, quando eu trouxe esse exemplo para mostrar como é perigoso mexer no mosaico da pena. Nós discutimos naquela ocasião, Senador Moro, a hierarquia da pena, a hierarquia do crime, no caso.

Cabe a esta CCJ, nos termos do arts. 101 e 91 do Regimento Interno, apreciar a matéria em caráter terminativo, analisando-a sob os aspectos de admissibilidade, juridicidade, regimentalidade e técnica legislativa e também mérito.

Quanto à constitucionalidade, o PL é válido.

E aí eu abrevio o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em relação à constitucionalidade material, consideramos também não haver ofensa a qualquer dos princípios e regras da Constituição.

Portanto, eu abrevio a leitura.

Quanto à regimentalidade, tudo certo.

No aspecto da juridicidade verifica-se que a proposição está revestida da forma correta – é um projeto de lei ordinária –, além de ser dotada de coercitividade e do caráter inovador.

Como o Senador Lucas Barreto inovou ao anunciar a chegada, eu quero aproveitar para anunciar a chegada ao plenário do nosso amigo Senador Rogério Carvalho.

Rogério Carvalho, acabo de anunciar a sua chegada...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Uma salva de palmas! (*Palmas.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... porque foi criado este hábito aqui: quando o sujeito chega atrasado recebe palmas. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu não sabia! Eu não sabia. Cadê o Lucas? Eu pensei que fosse elogio!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu cheguei atrasado e fui corneteado; o senhor chegou atrasado e foi também. Na próxima, vai ser também...

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. *Fora do microfone*.) – Posso dar um abraço no meu amigo Marcos do Val?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Está liberado, inclusive "nimim" também, pode até dar um abraço em mim também, não será demais. (*Risos.*)

É que ontem nós tivemos uma emoção a mais. (*Fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E eu estava pensando que era elogio!

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Quanto ao mérito, além da óbvia necessidade de se concretizar e dar maior efetividade ao citado princípio da moralidade administrativa, cabe destacar – e aí é que vem a discrepância – dois trechos da justificação, com os quais concordamos especialmente. Afirma o autor, com correção, ser necessária "a intensificação das ações punitivas contra condenados por crimes que atraem profunda reprimenda social e legal, principalmente o tráfico de drogas, a violência contra a mulher, os crimes hediondos e os crimes mais graves cometidos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

contra a criança ou o adolescente", que é lógico que são crimes que exigem a nossa repulsa permanente, "repulsa judicial, legal e social".

Parece-nos, aliás, que ninguém questionará ser imoral – e, a partir da entrada em vigor desta lei que se busca aprovar, ilegal, quer dizer, passaria a ser ilegal – o poder público contratar um estuprador, ou um homicida, ou um espancador de mulheres ou crianças. Acho que ninguém vai ficar satisfeito com esse tipo de contratação.

Também aqui, contudo, são necessários alguns ajustes, a fim de atender ao critério constitucional e lógico da proporcionalidade, ou hierarquia do crime. Por exemplo: na lei de drogas, há crimes equiparados a hediondo e outros de menor potencial ofensivo – quer dizer, nem tudo que é da lei antidrogas é hediondo –, em relação aos quais nem sequer é cominada pena de prisão. Então, não havendo pena de prisão, não há por que enfileirar da lei tudo.

Da mesma forma, não se pode permitir a contratação de condenados por outros crimes graves citados na Constituição Federal, tais como racismo e ação de grupos armados contra o Estado e contra a ordem democrática. Isso é hediondo e não está relacionado.

Portanto, do ponto de vista da técnica legislativa, nós estamos remetendo à contratação de pessoas condenadas por crimes imprescritíveis, crimes que não prescrevem (racismo e ação de grupos armados contra o Estado e a ordem democrática – aliás, tema muito atual), insuscetíveis de graça ou anistia, outros tipos de crime portanto (tráfico de drogas, tortura, terrorismo e crimes hediondos), além dos delitos de violência contra a mulher.

Finalmente, deve-se deixar claro que a contratação é vedada nas formas direta (pessoa física contratada pela administração pública) e indireta (mediante empresa terceirizadora de mão de obra), o que se faz na forma de substitutivo adiante apresentado.

Portanto, nós acolhemos o espírito da sua proposta, porque eu acho que vem ao encontro de um sentimento da sociedade, mas com esse... E nem acho que temos feito um trabalho completo.

Fico muito feliz ainda quando eu posso cumprimentar um servidor público. O consultor que me ajudou nisso aqui é o Consultor João Trindade. Não sei se ele está aqui.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Eu tive a honra – tive a honra – de participar da banca examinadora do doutorado dele, a honra foi minha, na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco. É mole isso? Participei da banca em que ele, apesar da minha presença, logrou o grau de doutor, na tradicionalíssima Faculdade do Largo de São Francisco. Eu tive a honra de participar da banca examinadora, ou seja, participei de um degrau da escalada da carreira de um servidor da nossa Consultoria Legislativa. E, dia 24, vou participar de outra na mesma Faculdade do Largo de São Francisco, para a minha honra pessoal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Portanto, esse cuidado que teve o consultor de, rapidamente, em 24h, ajustar a forma antiga do projeto a essas discrepâncias, que eu acho que foram corrigidas, eu admito que isso aqui possa ser objeto do escrutínio de todos.

Assim, o melhor ponto de vista de técnica legislativa é remeter essa questão ao substitutivo que eu proponho, e está aqui proposto. Eu repito: não estou pedindo que peçam vista, mas eu compreenderei perfeitamente se houver pedido de vista. Porque aqui nós dizemos: É vedada a contratação, em qualquer das modalidades admitidas por esta Lei [das licitações], direta ou indiretamente, inclusive por meio de terceirização da mão de obra – já pensou: você vai contratar... se está barrada, está barrada como terceirizada também –, de pessoa física condenada criminalmente em segunda instância por – portanto, nós estamos sendo mais rigorosos do que a regra *erga omnes* –: I – crime imprescritível ou insuscetível de graça ou anistia; II – crime previsto na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 – Lei Maria da Penha [e suas atualizações]; ou III – crime previsto na Lei nº 8.069, de 31 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente, se punido com reclusão, ou seja, se o crime merecer uma pena menor do que reclusão, e quantos anos não interessa.

Parágrafo único: o condenado que obtiver a reabilitação na esfera criminal deixa de ser alcançado pela vedação prevista no *caput*, ou seja, é uma correção feita com muito zelo. Por isso, eu fiz questão de louvar o consultor, porque, afinal, nós contamos com uma Consultoria de altíssimo nível.

E eu já ouvi no corredor que alguém pedirá vista – não fico chateado, acho compreensível –, mas acho que a correção mais grave que era necessária, Senador Moro, e que eu tinha mencionado lá na Comissão de Segurança Pública – o senhor está recordado – quando tratamos de um outro assunto, junto com Fabiano Contarato...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Senador Esperidião Amin...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Acho que aqui nós procuramos dar o enquadramento correto, não sei se perfeito. Mas eu quero louvar o trabalho rapidíssimo feito pelo consultor.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Eu só queria dar um complemento, até para agradecer. Eu acho que os pontos que foram colocados engrandeceram o projeto. E eu pediria aos colegas que não pedissem vista por conta de ser uma pauta delicada. E a cada dia, a cada hora, a cada minuto tem alguém nesse exato momento passando por isso. Então, eu acho que a gente poderia dar essa prioridade, essa velocidade, por conta da proteção de todos os idosos que nós colocamos ali.

Eu agradeço o enriquecimento do relatório. E parabéns para o novo doutor...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Ah, foi ano passado? Então, é pós-doutorado agora.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Em discussão...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador.

Em discussão, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Eu registro aqui – primeiro, parabenizo V. Exa. pela condução dos trabalhos – que, como eu não pude falar antes, acho essa ideia de separar os temas, as pautas por listas e colocar a preferência dos Senadores uma atitude muito louvável da sua parte. Fica esse registro.

Do outro lado, acompanhei aqui a discussão do projeto e acho que tecnicamente o relatório do Ministro Esperidião Amin acabou tratando – Senador, perdão – o tema com muita propriedade, não é?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É uma antecipação talvez, não é?

Mas eu... Só me chamou atenção aqui, Senador, que talvez se pudesse pensar num aprimoramento do projeto num turno suplementar ou num projeto à parte para que fosse também abrangida essa mesma vedação de contratação para pessoa jurídica administrada por pessoa física condenada por esses crimes, já que, no fundo da Lei de Licitações, é muito mais comum a contratação de pessoa jurídica do que propriamente de pessoa física. Então, eu tinha pensado numa espécie de um parágrafo bastante simples, em que a vedação se estenda a pessoa jurídica administrada por pessoa relacionada no *caput*. Fui alertado aqui pela minha assessoria de que poderia ser colocada uma proposta de emenda num turno suplementar a essa discussão. Vou checar essa...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador, só um minuto, porque tem um Senador escrito para discutir a matéria. O Senador Sergio ainda está com a palavra, eu acho.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Então, seria basicamente... Eu acho que pode ser aprovado nos termos em que se encontra, não é? E, regimentalmente, se fosse possível agregar um parágrafo para estender a proibição...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O caminho regimental, Senador, é pedir vista e apresentar a emenda.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Então eu vou colocar o Senador Alessandro, que está inscrito para discutir, mas tem um pedido de vista já que vai ser feito, então eu vou passar para a gente...

Senador Alessandro Vieira.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Para discutir.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Muito rapidamente, quero elogiar a iniciativa do Senador Marcos do Val, acertada, efetiva; e o ajuste técnico duplamente parabenizado: o Esperidião Amin, com a experiência que tem e o reconhecimento da capacidade técnica, corrigiu as dificuldades de constitucionalidade do projeto.

Apenas quero fazer uma observação com relação à sugestão apresentada pelo Senador Moro para que a gente não incorra no erro de fazer com que a pena ultrapasse a pessoa do autor, não é? O crime cometido pelo proprietário da empresa não pode penalizar o funcionário da empresa, creio eu, mas teremos a oportunidade de discutir isso efetivamente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu também peço à minha assessoria que veja. Eu acho que essa manifestação do Senador Alessandro é importantíssima...

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. *Fora do microfone*.) – Vai contar CPF, não CNPJ.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, vamos resolver aqui, porque, se mandar para a Câmara, já há problemas demais com a Câmara.

Senador Rogério Carvalho.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE) – Presidente, diante dessas sugestões todas e do que foi discutido aqui, inclusive em relação à segunda instância, uma vez que constitucionalmente a gente só pode considerar alguém culpado por decisão do próprio STF depois do trânsito em julgado, então nós vamos pedir vista do projeto de lei.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Sergio Moro, como foi feito o pedido de vista, V. Exa. terá tempo de fazer essa emenda ao relatório, e o Senador Amin, com certeza...

Eu quero fazer só um entendimento. Já que eu sei que é um tema muito importante e que haverá participação de muitos Senadores, eu quero colocar e informar ao Plenário que esse tema estará na próxima

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

reunião da Comissão como item prioritário. Teremos uma semana para as emendas e para a discussão e para a votação.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só quero fazer uma observação...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É um assunto muito sensível.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Exatamente.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Vamos só fazer uma observação.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Até porque é terminativo.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Só quero fazer a observação de que não se trata de punir a pessoa jurídica. É colocar o administrador da pessoa jurídica. Então, uma empresa que quer afastar a vedação da licitação, ela simplesmente troca de administrador e pode permanecer fazendo a contratação. Agora, admitir que não possa ser contratado alguém que matou alguém numa licitação, mas aí essa pessoa pode ser contratada como administrador da pessoa jurídica, isso não dá, não é? Aí fica um negócio meio complicado. Não é punir a pessoa jurídica, afasta-se o administrador, e a pessoa jurídica segue incólume com as possibilidades de contratação.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP) – Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Senador Giordano.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Para discutir.) – Presidente, eu queria deixar claro que esse é um assunto muito sensível, porque nós estamos mexendo... Diariamente acontecem no nosso país milhares e milhares de licitações. São milhares e milhares de empregos envolvidos quando uma empresa ganha uma licitação pública, então esse é um assunto que acho que a gente tem que estudar, rever muito e muito esses detalhes, porque senão vai implicar empregos. A coisa não está fácil e vai ficar pior ainda.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Já está retirado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Regimentalmente, o pedido de vista suspende a discussão, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Não, mas é só para aproveitar, já que...

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Pois é, mas é só para eu poder seguir também no meu item, porque eu tenho outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Está bom.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – É porque quem defende a favor parece que é a favor da punição, e quem está questionando parece que é a favor da corrupção, e não é isso, é uma coisa muito maior. A pessoa que está aqui defendendo, que é a favor, parece que: "Não, ah, esse aqui é honesto". O cara que está questionando, como os Senadores estão questionando, por causa de uma coisa ou outra... Porque o interessante aí é o CPF, não é o CNPJ

A pessoa – vamos supor aqui, num exemplo – é dona de uma empresa que tem um contrato e tem 2 mil funcionários trabalhando, terceirizados. Aí ele tem uma briga com a esposa, agride a esposa, é preso, condenado, e como ficam esses 2 mil funcionários? Estou dando um exemplo aqui porque isso pode acontecer. Como ficam esses 2 mil funcionários?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Foi isso que o Senador falou.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Foi isso que você colocou.

Então, não é que sejamos contra a punição.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Sim.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Nós estamos a favor também de fazer um meio termo para que a gente não possa prejudicar quem não tem nada a ver com isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – E eu acho que a proposta do autor não era isso.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Como Relator. *Fora do microfone*.) – Não, nunca foi isso.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Vista concedida.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Item 8 da pauta.

ITEM 8

PROJETO DE LEI N° 2491, DE 2019

- Terminativo -

Altera a redação do § 2o do art. 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil) e acrescenta o art. 699-A à Lei no 13.105, de 16 de março de 2015 (Código de Processo Civil), para estabelecer o risco de violência doméstica ou familiar como causa impeditiva ao exercício da guarda compartilhada, bem como para impor ao juiz o dever de indagar previamente o Ministério Público e as partes sobre situações de violência doméstica ou familiar, envolvendo o casal ou os filhos.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senadora Eliziane Gama

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observação: *Votação Nominal.*

Informo que teremos votação nominal.

Concedo a palavra à Senadora Eliziane Gama para proferir o relatório.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Como Relatora.) – Sr. Presidente, senhores colegas, antes eu queria cumprimentar o Senador Rodrigo Cunha pelo projeto, pela iniciativa, e V. Exa., por me escolher para relatar tão importante projeto, sobretudo neste momento, que é o mês de março, quando acontece todo o debate sobre o combate à violência contra a mulher... Na verdade, todo processo que envolve violência doméstica, inclusive em relação às crianças, é o grande debate neste momento de fato no Brasil.

Vamos ao relatório, Presidente.

O Projeto de Lei nº 2.491, de 2019, do Senador Rodrigo Cunha, vem à Comissão de Constituição e Justiça para decisão terminativa.

O projeto centra-se em estabelecer que, em caso de risco de violência doméstica ou familiar, o juiz não deve aplicar a guarda compartilhada. Estabelece ainda que o juiz, no processo de guarda, deverá indagar às partes e ao Ministério Público se há ou não risco de violência doméstica ou familiar, abrindo prazo de cinco dias para a juntada de provas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Os arts. 1º e 2º encerram essa pretensão legislativa mediante alteração do §2º do art. 1.584 do Código Civil e mediante acréscimo do art. 699-A ao Código de Processo Civil (Lei nº 13.105).

O art. 2º da proposição é a cláusula de vigência, fixando a data da publicação como a da entrada em vigor da nova lei.

Na justificação, afirma-se que o objetivo é que o juiz e o representante do Ministério Público tomem conhecimento de situações de violência doméstica e familiar envolvendo as partes do processo de guarda. Objetiva também determinar que o juiz fixe a guarda unilateral quando ficar demonstrada uma situação de violência doméstica ou familiar.

A proposição foi distribuída apenas à CCJ para decisão terminativa.

Portanto, foi-nos incumbida a relatoria.

O projeto não apresenta vício de regimentalidade. Nos termos do art. 101, inciso II, alínea "d", do Regimento Interno do Senado Federal, compete à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania opinar acerca da constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência, notadamente as que tratem de direito civil.

Quanto aos requisitos formais e materiais de constitucionalidade, verifica-se que: compete à União legislar privativamente sobre direito civil; cabe ao Congresso Nacional dispor sobre todas as matérias de competência da União; os termos da proposição não importam em violação de cláusula pétrea; e não há reserva temática de iniciativa, nos termos do art. 61 da Carta Magna.

No que concerne à juridicidade, o projeto se afigura correto, pois, como se sabe, a juridicidade de uma norma pode ser aferida com esteio nos seguintes critérios: adequação do meio eleito ao alcance dos objetivos vislumbrados; generalidade normativa, que exige sejam destinatários do comando legal um conjunto de casos submetidos a um comportamento normativo comum; inovação ou originalidade da matéria ante as normas jurídicas em vigor; coercitividade potencial; e compatibilidade com os princípios diretores do sistema de direito pátrio ou com os princípios especiais de cada ramo particular da ciência jurídica.

No que concerne ao mérito, consideramos louvável a iniciativa inovadora abraçada pelo projeto em análise.

Os nossos pequenos brasileiros não podem ser expostos a violência, ainda mais a familiar, em hipótese alguma.

Violências deixam marcas profundas na formação da criança e do adolescente, ameaçando o seu bem-estar durante o resto da vida.

O Parlamento já tem sido enérgico nesse sentido. Recentemente, por exemplo, entregamos à nação a Lei nº 13.715, de 24 de setembro de 2018, que estabeleceu a perda do poder familiar do genitor que tenha

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

sido condenado por crime doloso cometido contra o outro genitor ou contra o descendente. Pais ou mães violentos têm de perder o poder familiar!

E essa preocupação do Parlamento com a integridade física e psicológica dos nossos pequenos tem de continuar.

A proposição em pauta se alimenta da nobre intenção de afastar a guarda daquele genitor que exponha o filho a violência doméstica ou familiar.

E, nisso, o projeto merece todos os aplausos.

Os juízes, ao se depararem com riscos de exposição do filho à violência doméstica, têm de agir preventivamente, repelindo o genitor agressor da esfera de convívio do filho. Não é só suprimir o período de convivência, mas também o excluir da tomada de decisões do quotidiano do mirim. A guarda, pois, não pode ser compartilhada em hipóteses como essa.

A bem da verdade, os juízes já deveriam decidir assim com base no art. 1.586 do Código Civil. Esse preceito determina que o juiz, quando constatar a existência de "motivos graves", pode regular a guarda de modo particular, afastando a guarda compartilhada. O conceito de "motivos graves" graves já abrange a exposição da criança e do adolescente a riscos de violência, especialmente porque o próprio Estatuto da Criança e do Adolescente estabelece que nenhuma criança ou adolescente jamais "será objeto de qualquer forma de [...] violência [...]" e que o juiz tem de adotar medidas emergenciais "para proteção de vítimas de violência ou abuso sexual". E ele tem que adotar essas medidas emergenciais.

A proposição em pauta afasta qualquer dúvida acerca disso e alinha todos os juízes brasileiros a, em um único som, protegerem os nossos pequenos brasileiros de ameaças de violência doméstica.

Diante de todo o exposto, votamos pela constitucionalidade, regimentalidade, juridicidade e, no mérito, pela aprovação do Projeto de Lei nº 2.491, de 2019.

Esse é o relatório, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu estou consultando a Secretaria... O nosso quórum presencial diminuiu um pouco aqui e a gente precisa de votação nominal. Mesmo no aplicativo, a gente vai ter, talvez, dificuldade.

Eu queria propor, Senadora Eliziane, encerrar a discussão – não temos Senadores inscritos aqui. E a gente colocaria a votação na próxima...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Ah, sim, na próxima semana?

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – É.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Ah, perfeito.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – A votação. A discussão está encerrada.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Discussão encerrada...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Eu queria pedir vista, então.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Desse projeto?

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Isso. Houve um pedido aqui na AMB, que quer se debruçar sobre o projeto e, eventualmente, apresentar alguma sugestão.

Então, pedindo vênia aqui à Senadora...

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – É um belo projeto, muito bem relatado, do Senador Rodrigo Cunha, que, inclusive, é do União Brasil. Ele foi também aqui muito bem relatado pela Senadora Eliziane, mas houve uma solicitação para mim. Tenho certeza de que a ideia é buscar contribuir para aprimoramento do projeto, se houver esse espaço.

Então, pediria essa vista.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Obrigado, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, eu peço a palavra pela ordem. E vou pedir a sua atenção pessoal, porque o senhor está incluído na minha liturgia.

Em junho de 1991, como Senador, eu apresentei um projeto de lei que estabelecia critérios para avaliação de incentivos e benefícios fiscais e creditícios, ou seja, tudo de que a União abre mão sob a forma de subsídios ou quando ela subsidia, gasta dinheiro subsidiando juros. Eu não estou revogando nada, eu só quero que isso seja avaliado quanto à geração ou manutenção de emprego, à competitividade para o setor e ao que o consumidor ganhou com isso. Então, são 32 anos. Esse projeto, na sua quarta versão, se encontra aqui.

O Presidente da Casa, em 17 de dezembro de 2019... O senhor se lembra de quem era?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

É esse mesmo. Ele, atendendo a um requerimento do Senador Luiz Pastore, tirou da Comissão de Justiça... O projeto já estava pronto, já estava no Plenário e veio para cá. Dia 17 de dezembro de 2019. De lá até hoje, passou-se uma legislatura, e o projeto está devidamente relatado pelo querido amigo Senador Tasso Jereissati desde o dia 14 de julho do ano passado. Já cuidamos da sua tramitação. O que eu peço a V. Exa...

Esse projeto hoje já passou pela Secretaria do Tesouro de dois governos. O Brasil abriu mão, nesses 31 anos, Senador Flávio, sabe de quanto? Foram R$12 trilhões, R$450 bilhões por ano. Eu não estou dizendo se é bom ou ruim, mas nunca se avaliou o custo-benefício segundo esses três padrões. Eu tenho vergonha de mim, porque, em 31 anos, aperfeiçoando esse projeto quatro vezes, não consegui vê-lo ser votado – pelo menos ser rejeitado!

O meu apelo é para que V. Exa. designe um novo Relator e dê alguma prioridade a isso. Terá mais valor que três batidas com a sua testa no Muro das Lamentações. Vale a mesma coisa!

Olhe aí: o Oriovisto pode ser o Relator.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Deixe-me fazer... Eu consultei o Ednaldo aqui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – E o Flávio Bolsonaro ainda vai gritar três vezes *shalom*...

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – *Shalom* ou salamaleque!

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – O Ednaldo, nosso Secretário, me informou que, como terminou a legislatura, a gente precisa designar um novo Relator. Eu faço um compromisso agora de indicar – solicito à Secretaria que indique – o Senador Oriovisto para que a gente coloque na pauta da próxima semana ou, no máximo, em 15 dias esse projeto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Davi Alcolumbre. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - AP) – Eu vou passar... Deixe-me pedir a permissão de V. Exas.... A nossa pauta já está estabelecida aqui, os Senadores vão discutir a matéria. Foram alguns itens tirados. Eu tenho que representar o Senado Federal na posse do Ministro Jhonatan de Jesus, lá no Tribunal de Contas da União, agora, 11h30. Então, eu vou passar a Presidência para o Senador Flávio, que aceitou o convite para coordenar nossa reunião, para concluir a votação das matérias do dia de hoje.

Muito obrigado.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Sr. Presidente, só para otimizar o tempo, eu solicito a retirada de pauta do item 9, de que eu sou o Relator.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Presidente Davi.

Como quase todos os projetos foram retirados de pauta, eu aviso agora os Senadores de que qualquer pedido de relatoria é comigo, qualquer pedido de ingresso e colocação na Ordem do Dia são comigo também, em especial aqueles voltados para o aumento de despesa em segurança pública. (*Risos.*)

Brincadeira, Presidente.

Dando continuidade à pauta, o item 9 está retirado, a pedido do Senador Contarato.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 9

PROJETO DE LEI N° 2641, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o art. 15-A à Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências, para estabelecer requisitos para a compra de equipamentos usados em procedimentos diagnósticos ou terapêuticos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Autoria: Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, nos termos do Substitutivo que apresenta.

Observações:

- Nos termos do art. 282 do RISF, se for aprovado o Substitutivo, será ele submetido a turno suplementar;

- Votação Nominal.)

Vamos ao item 10, terminativo.

ITEM 10

PROJETO DE LEI N° 3130, DE 2019

- Terminativo -

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Altera a Lei nº 13.675, de 11 de junho de 2018, para prever entre os objetivos da Renaesp a promoção de intercâmbio com instituições de ensino superior no exterior, assim como treinamentos com órgãos de segurança pública e defesa social de outros países.

Autoria: Senador Marcos do Val (PODEMOS/ES)

Relatoria: Senador Oriovisto Guimarães

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observação: *Votação Nominal.*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, já emendando, então, eu estou recebendo uma solicitação, em nome do Senador Ciro Nogueira – peço que o Senador Marcos do Val me ouça –, para pedir a retirada de pauta, se concordarem, para um exame. Como é início de sessão legislativa, eu acho que isso é compreensível e nós devemos... Eu faço minha, então, a solicitação do Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É o item 13, se eu não me engano? (*Pausa.*)

Item 10 também é retirado de pauta? (*Pausa.*)

Qual é o item, então, Senador Esperidião Amin?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Item 10, por solicitação do Senador Ciro Nogueira.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O item 10 é da relatoria do Senador Oriovisto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Sim, mas eu não estou pedindo a relatoria, eu estou pedindo a retirada de pauta. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Relator... Assim, o pedido de vista é...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – É uma solicitação do Senador Ciro Nogueira. Eu estou só sendo o porta-voz da solicitação dele.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Oriovisto quer fazer alguma comunicação?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Pela ordem.) – Veja, eu sinceramente não entendo o porquê dessa retirada de pauta, porque é um projeto

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

extremamente simples, do Senador Marcos do Val, que simplesmente autoriza convênios de estudos para a academia de segurança pública. É uma coisa muito...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Oriovisto, se o Senador Amin concordar, o Relator faz a leitura do seu relatório e, em seguida...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu posso só fazer uma colocação?

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Eu acho que não vai ser votado hoje porque não vai ter quórum.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – É terminativo também.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É terminativo, então...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Eu queria fazer uma colocação...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Oriovisto, o senhor, como Relator, prefere fazer a leitura agora ou... Para já ganhar tempo talvez para a próxima audiência.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – É, eu acho que seria bom fazer leitura agora e dar como discutido porque, ao relatar, vocês vão ver que ele é um projeto que não tem o que discutir, é uma coisa...

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O senhor está com a palavra, vamos passar à leitura do relatório.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR) – Então, está bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O Senador Marcos do Val pela ordem.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Eu só espero que não seja o Ministério da Justiça trabalhando nos bastidores para atrapalhar meus projetos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não, não haverá isso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Ah, porque autor é o Senador Marcos do Val.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Tanto é que, admitido o acordo, ao que eu vou me limitar é a pedir vista no final da leitura.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a palavra, o Senador Oriovisto, Relator da matéria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Para atender à solicitação do Senador Ciro Nogueira.

O SR. ORIOVISTO GUIMARÃES (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PODEMOS - PR. Como Relator.) – Está bem.

Senador Amin, eu poderia atender sem problema nenhum e não vejo problema em pedir vista, mas é que se trata de um projeto tão simples, tão simples que eu acho que, após a leitura do relatório, vocês poderão entender melhor o que eu estou dizendo.

O que visa esse projeto, que é do Senador Marcos do Val?

Vem à Comissão de Constituição e Justiça – estamos aqui –, em decisão terminativa, o Projeto de Lei 3.130, de 2019, do Senador Marcos do Val, que "altera a Lei 13.675, de 11 de junho de 2018, para prever entre os objetivos da Renaesp a promoção de intercâmbio com instituições de ensino superior no exterior, assim como treinamentos com órgãos de segurança pública e defesa social de outros países".

Eu vou até pular o relatório e vou direto à análise, porque indo para a análise eu poupo tempo.

A análise é a seguinte.

De acordo com o inciso I do art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal, compete a esta Comissão opinar sobre a constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade das matérias que lhe forem submetidas por despacho da Presidência.

Além disso, conforme a alínea "c" do inciso II do mesmo dispositivo, também compete a esta Comissão emitir parecer, quanto ao mérito, sobre as matérias relativas à segurança pública.

Na proposição, não foi encontrada nenhuma inconstitucionalidade formal ou material.

A matéria não é de iniciativa legislativa privativa, pois não trata da criação de órgãos ou cargos públicos, nem da modificação de competências administrativas de órgãos públicos.

O projeto observa a juridicidade, por atender aos requisitos de adequação da via eleita, generalidade, abstração, coercitividade, inovação e concordância com os princípios gerais do direito.

Além disso, a matéria não contraria nenhuma norma regimental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O projeto não possui vícios de técnica legislativa, obedecendo aos preceitos da Lei Complementar 95, de 1998, que dispõe sobre a elaboração e redação das normas jurídicas.

No mérito, a proposição é relevante, conveniente e oportuna.

É muito bem-vindo o estímulo à promoção de intercâmbios e cursos sobre segurança pública junto a universidades e órgãos de segurança pública no exterior.

Precisamos saber como os demais países lidam com as questões de segurança pública. Assim, teremos condições de avaliar nossas práticas, para manter o que está dando certo e buscar novas soluções para mudar o que está dando errado.

Não podemos ser afetados pelo fenômeno da endogenia, que é a tendência ao engessamento do comportamento e à estagnação do conhecimento. Quando um grupo se mantém isolado, todos tendem a agir e a pensar da mesma forma. As ideias circulam, mas ficam limitadas. Cria-se uma resistência ao novo, ao diferente. Não há uma oxigenação. Daí a importância do contato frequente com outras opiniões, outras perspectivas, outras visões de mundo.

Podemos tomar, como exemplo de sucesso das trocas de experiências com outros países, o caso do Japão dos anos 70, sintetizado na frase do ex-Primeiro-Ministro Takeo Fukuda: "Copiar para criar, criar para competir, competir para vencer. Já estamos na segunda fase."

Eu quero só dizer que essa instituição, a Renaesp, atua em todos os estados brasileiros, foi criada por lei e visa basicamente aprimorar a segurança pública em nosso país. Então, estamos fazendo uma coisa singela, que é acrescentar um parágrafo pequeno ao art. 40, no inciso VIII, que diz: "promover intercâmbio com instituições de ensino superior no exterior, assim como treinamentos com órgãos de segurança pública e defesa social de outros países".

É só uma permissão para que se abram as cabeças para a experiência internacional. Não vejo no que isso possa ser complicado.

É o relatório, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Oriovisto.

Em discussão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) – Presidente, conforme anunciei, estou pedindo vista, e, repito, não por não concordar com o relatório ou com o projeto, mas por solicitação do Presidente do meu partido, que teve que se ausentar. Deve estar, junto com os que nos deixaram, na posse do Jhonatan. Faço o pedido de vista, mas aplaudindo tanto a iniciativa...

Eu só queria fazer uma restrição: não pode fazer esse curso de especialização no Texas. (*Risos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Esperidião.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – O que nós tínhamos para aprender em matéria de algemas e algemar, no Texas já foi aprendido. Então, nisso aí, não há mais necessidade de especialização, mas, no mais, o intercâmbio é muito bom.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Vista concedida.

Por uma cessão, o próximo item é o item 11.

Projeto de Lei 3.167, de 2019.

O SR. ROGÉRIO CARVALHO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - SE. Pela ordem.) – Presidente, eu queria pedir para retirar de pauta o item 15, de que sou Relator.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Está anotado aqui, Senador.

Retirado de pauta.

(É o seguinte o item retirado de pauta:

ITEM 15

PROJETO DE LEI N° 4018, DE 2019

- Terminativo -

Altera a redação do art. 96-A da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, para prever nova sistemática de afastamento do servidor público para participação em programas de pós-graduação stricto sensu.

Autoria: Senador Veneziano Vital do Rêgo (PSB/PB)

Relatoria: Senador Rogério Carvalho

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma emenda que apresenta.

Observação: *Votação Nominal.*)

Quais foram os já retirados de pauta? Vamos... Não vamos pela ordem: item 15, item 13. Mais algum?

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, que foi retirado de pauta.

Agora estamos no item 11.

ITEM 11

PROJETO DE LEI Nº 3167, DE 2019

- Terminativo -

Altera os arts. 94, 96, 97, 98 e 99 da Lei no 10.741, de 1º de outubro 2003, para aumentar as penas para os crimes de discriminação, falta de assistência, abandono e exposição a perigo contra o idoso, e para adotar a regra geral para aplicação do procedimento sumaríssimo.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)

Relatoria: Senador Marcos do Val

Relatório: Pela aprovação do Projeto com a Emenda que apresenta.

Observação: *Votação Nominal.*

Adotando o mesmo procedimento dos outros projetos, vamos passar à leitura do relatório e à discussão. A votação, como é nominal também, fica para a próxima sessão.

Então, com a palavra o Relator, Senador Marcos do Val.

Projeto de autoria da Senadora Soraya Thronicke.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Como Relator.) – Muito me honra tê-la aqui ao meu lado.

Então, vamos lá.

Vou direto à análise.

Preliminarmente, registramos que a matéria sob exame não apresenta vícios de constitucionalidade formal, uma vez que o direito penal e o direito processual penal estão compreendidos no campo da competência legislativa privativa da União, consoante dispõe o art. 22, inciso I, da Constituição Federal. Ademais, não se trata de matéria submetida à iniciativa privativa do Presidente da República, nos termos do §1º do art. 61 da Carta Magna.

Por sua vez, não encontramos óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

No mérito, entendemos que o PL é conveniente e oportuno.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem envelhecido de forma rápida e intensa – e aí eu me incluo. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2021 a população idosa brasileira era composta por 31,23 milhões de pessoas, o que totalizava 14,7% da população.

A Lei 10.741, de 1º de outubro de 2003, Estatuto do Idoso, foi um avanço na garantia dos direitos da pessoa idosa, entre eles os direitos à vida, à liberdade, ao respeito, à dignidade, à alimentação, à saúde e à convivência familiar e comunitária.

Não obstante essa importante iniciativa legislativa, verifica-se o agravamento na violência contra as pessoas idosas, caracterizada pela violência física ou psicológica, discriminação, abandono e negligência, entre outras formas.

Segundo levantamento feito pelo antigo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, apenas de janeiro a junho de 2022, o Disque 100 registrou 35 mil denúncias de violações de direitos humanos contra pessoas idosas – em apenas seis meses. Em mais de 87% das denúncias, ou seja, em 30.722, as violações ocorreram na casa onde o idoso reside. Destas, 16 mil ocorreram na casa onde residem a vítima e o suspeito. Entre os agressores, os filhos são os principais responsáveis pela violação, figurando como suspeitos em mais de 16 mil registros, seguidos por vizinhos (2,4 mil) e netos (1,8 mil).

Não podemos admitir mais o agravamento desse quadro.

Ademais, temos que implementar medidas legislativas que previnam e combatam a violência contra os idosos.

Diante disso, o PL 3.167, de 2019, de forma extremamente pertinente, agrava as penas dos crimes de discriminação, falta de assistência, abandono e exposição a perigo da integridade e saúde, física ou psíquica, praticados contra idosos, previstos, respectivamente, nos arts. 96, 97, 98 e 99 do Estatuto do Idoso. No nosso entendimento, as penas previstas atualmente para esses crimes (algumas delas apenas de detenção, como nos crimes dos arts. 97, 98 e *caput* do art. 99) não são suficientes para a prevenção e a repreensão das condutas neles tipificadas.

Por sua vez, o PL pretende estabelecer, no art. 94 do Estatuto do Idoso, como regra geral na persecução penal dos crimes previstos no referido diploma legal, a aplicação do procedimento sumaríssimo, previsto na Lei nº 9.099, de 26 de setembro 1995, independentemente da pena máxima privativa de liberdade cominada. Atualmente, o procedimento em questão somente é aplicado quando a pena máxima privativa de liberdade não ultrapassar quatro anos.

Sobre esse dispositivo, é importante esclarecer que o Supremo Tribunal Federal, na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.096/DF, deu interpretação conforme a Constituição ao art. 94 do Estatuto do Idoso, com redução de texto, para suprimir a expressão, entre aspas, "do Código Penal e", de forma a aplicar apenas o procedimento sumaríssimo previsto na Lei nº 9.099, de 1995, para conferir celeridade processual ao julgamento dos crimes praticados contra os idosos. Na oportunidade, entendeu-se pela impossibilidade de aplicação de quaisquer medidas despenalizadoras e de interpretação benéfica ao autor do crime.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Não obstante o descrito na ementa do PL, que dispõe que se pretende adotar como regra geral o rito sumariíssimo no processamento dos crimes previstos no Estatuto do Idoso, a redação dada ao art. 94 do referido diploma legal prescreve que serão aplicadas, no que couber, as disposições da Lei 9.099, de 1995, bem como, subsidiariamente, o Código Penal e o Código de Processo Penal.

Diante disso, propomos, nos termos da emenda abaixo, que, nos termos do entendimento preconizado pela nossa Suprema Corte, apenas o procedimento previsto na Lei 9.099, de 1995, seja aplicado aos crimes previstos no Estatuto do Idoso, e não as medidas despenalizadoras. Ademais, retiramos a referência ao Código Penal, nos termos da interpretação conforme a Constituição, com redução de texto, feita pelo STF.

Outrossim, entendemos que os juizados especiais criminais não estão preparados para julgar crimes mais graves contra idosos. Isso porque, como o rito é sumariíssimo, o procedimento é extremamente abreviado em nome da celeridade processual, não estando apto, a nosso ver, para apurar condutas mais graves, que, não raras vezes, requerem meios de instrução mais complexos – como, por exemplo, uma perícia. Sendo assim, mantivemos na redação do art. 94 a sua aplicação apenas aos crimes do Estatuto do Idoso cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse quatro anos de reclusão.

Voto.

Ante o exposto, o voto é pela aprovação do Projeto de Lei nº 3.167, de 2019, com a emenda que apresentamos a seguir:

> EMENDA Nº – CCJ
> Dê-se ao art. 94 da Lei nº 10.741, de 1º de outubro de 2003, alterado pelo art. 1º do Projeto de Lei nº 3.167, de 2019, a seguinte redação:
> "Art. 94. Aos crimes previstos nesta Lei, cuja pena máxima privativa de liberdade não ultrapasse 4 (quatro) anos, aplica-se o procedimento sumariíssimo previsto nos arts. 77 e seguintes da Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995, vedada a aplicação de qualquer medida despenalizadora ao autor do crime, e, subsidiariamente [trava-língua], no que couber, as disposições do Código de Processo Penal."

Fica, então, encerrada aqui a minha relatoria.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Aberta a discussão.

Primeira oradora inscrita, Senadora Soraya Thronicke, autora do projeto; na sequência, Senador Esperidião Amin.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. Para discutir.) – Sr. Presidente, caros colegas, Senador Marcos do Val, foi com grande alegria que eu me deparei hoje com o Projeto de Lei de 3.167 pautado para hoje. Fiquei muito feliz e quero agradecer ao Presidente Davi

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Alcolumbre também. Por quê? Porque algo de muito preocupante vem sangrando o nosso país: aqueles que construíram o Brasil e que cuidaram de todos nós são agora vítimas de uma violência sem freio que o peso da lei não vem sendo capaz de conter, e eu falo da desenfreada e contínua violência contra os idosos. O Estatuto do Idoso, já em vigor há mais de 15 anos, enumerou um vasto catálogo de tipos penais que visam a proteger a dignidade e o bem-estar da pessoa idosa. Não há dúvidas de que o estatuto aprovado aqui no Congresso Nacional foi uma grande vitória, mas crimes comuns, como a discriminação, a falta de assistência em situações de iminente perigo, o abandono e a exposição a perigo recebem penas leves que não ajudam a dissuadir os agressores de idosos, que estão por toda a parte, que sabem que a punição é branda e que o procedimento do julgamento não visa ao encarceramento, submetendo-se ao procedimento dos Juizados Especiais.

Em 2019, chegou até o meu gabinete o pedido de uma alteração legislativa do Sr. Benedito Aarao Sales de Araujo, bacharel em Direito que atualmente está se especializando em Direito da criança, dos idosos e da juventude. Este jovem é conhecido e admirado em todo o Brasil pela sua dedicação à sua vozinha, D. Adelina de Sousa Sales, uma idosa que tinha Alzheimer. Aí ele virou o Benedito da Vozinha e ficou conhecido por compartilhar nas redes sociais, diariamente, a rotina que ele tinha nos cuidados com a sua avó. Sem nenhum truque de maquiagem ou roteiro prévio, ele mostrava em seus vídeos, de forma descontraída e extremamente carinhosa, como cuidava da sua avó. E essa postura trata de um alerta às famílias, em especial aos mais jovens, pois mostra que é possível conviver com os idosos com enfermidades graves e se dedicar a eles.

O Benedito da Vozinha, apoiado por milhares de brasileiros, milhares de fãs, tem o perfil Benedito da Vozinha. E essa proposta vai se tornar, se Deus quiser, em breve, com a sanção, na lei da vozinha, em homenagem à D. Adelina, que ganhou nas redes sociais milhões de netos que diariamente paravam tudo que estavam fazendo para assistir à sua rotina em uma verdadeira novela da vida real. Hoje, mesmo após o seu falecimento, que aconteceu no dia 21 de agosto de 2018, ela ainda é querida e lembrada porque ela é uma referência de idosa amada e bem-cuidada, um grande exemplo para todos nós.

Então, aqui quero parabenizar o Benedito, neto da D. Adelina, pela luta. Anos e anos lutando, ele me procurou em 2019, e somente agora nós conseguimos pautar. Parabéns pelo relatório, e vai aí o nosso amor, nossa dedicação e nossa responsabilidade para com os idosos do nosso país. E alerto aqueles que abusam, porque o abuso com idosos vai desde pegar o cartão da aposentadoria desse idoso, usar e deixar o idoso à míngua, e todo tipo de violência nós precisamos coibir.

E aqui, por fim, quero mandar um grande abraço para os nossos idosos de lá do Mato Grosso do Sul, da Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul. Na segunda-feira, estarei lá na aula inaugural da Universidade da Maturidade, um projeto inspirado em um projeto que o nosso colega Eduardo Gomes realiza, lá no Tocantins, há mais de 15 anos, enviando emendas para promover o ensino nas universidades para os nossos idosos. Eles têm condições de fazer muito mais, eles querem fazer. Então, maturidade do Mato Grosso do Sul, aguarde-me aí. Na segunda-feira, estarei com vocês, na Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, na nossa UEMS.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agradeço mais uma vez ao nosso colega Eduardo Gomes, que muito nos inspira nessa batalha e nos direitos dos idosos.

Obrigada, Sr. Presidente. Parabéns ao colega Marcos do Val.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Parabéns, Senadora Soraya.

Vem bem a calhar essa discussão, no momento em que viralizou um vídeo exatamente de duas jovens universitárias desdenhando, de uma forma...

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. *Fora do microfone*.) – Só 40 anos, a senhora. Só.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – ... muito ruim, de um colega aluno idoso. Não é?

Senador Mourão, obrigado.

Senador Esperidião, com a palavra. Vedado uso em causa própria.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Bom, em primeiro lugar, quero cumprimentar a Senadora Soraya, o projeto é meritório. Algum maledicente pode dizer que eu gosto do projeto em causa própria. Por exemplo, é o que passa na cabeça dele, que só pensa naquilo. Mas, em nome da paz, *shalom salaam*, eu acho que o Senador Marcos do Val deu uma boa contribuição com o relatório.

Eu creio que infelizmente isso é uma doença absolutamente previsível e compatível com o momento que nós vivemos. O Brasil deixou de ser o país do futuro. A nossa pirâmide etária não é uma pirâmide, é um barril com a base diminuindo e o topo aumentando, com todas as consequências, inclusive essa, algumas dessas que a Senadora Soraya mencionou. De forma que é um projeto oportuno. Deveria ser complementado por muitos dispositivos de política pública e certamente aparecerão, porque infelizmente a maldade também se sofistica muito. É uma verdade.

Só para concluir, para não dizerem que não fui eu que falei, para dizerem que fui eu que falei, eu vejo que o nosso Plenário está relativamente deserto. Eu considero que se o Senador Marcos do Val quiser, acho que até o Senador Fabiano Contarato concorda com que V. Exa. pode ter sido alvo de coação moral irresistível, com esse assédio que a Senadora Soraya demonstrou aqui. Coação moral irresistível. Porque tem tanta cadeira aqui e ela sentou...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – ... cobrando, cobrando a fidelidade do seu relatório. Nós não vamos abrir BO sobre isso, mas fica registrado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Esperidião.

Pelo baixo quórum também, quanto ao projeto que seria votado em caráter terminativo, portanto votação nominal, fica adiada para a próxima sessão apenas a votação...

Encerrada a discussão.

A votação fica adiada para a próxima sessão.

Passamos para o item 12.

ITEM 12

PROJETO DE LEI Nº 3616, DE 2019

- Terminativo -

Altera o art. 159 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997 (Código de Trânsito Brasileiro), para incluir na Carteira Nacional de Habilitação as informações sobre o tipo sanguíneo e fator Rh do condutor e sobre a sua condição de doador ou não doador de órgãos e tecidos.

Autoria: Senador Rodrigo Cunha (PSDB/AL)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com a emenda que apresenta.

Observação: *Votação Nominal.*

Passo a palavra, então, ao Relator, Senador Fabiano Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Eu serei bem breve, tendo em vista que o relatório já foi disponibilizado. Esse relatório, em síntese, esse projeto de lei altera o art. 159 do Código de Trânsito Brasileiro, para inserir ali, entre os dados que devem constar na Carteira Nacional de Habilitação, o tipo sanguíneo, fator RH, condição de doador ou não doador de órgãos e tecidos, ressalvada opção do titular pela não inserção dessa informação.

Dessa forma, Sr. Presidente, eu considero o relatório por lido e, como ele é terminativo, fica a discussão para a próxima sessão.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Fica adiada a votação nominal para a próxima sessão.

Próximo item, item 14.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – O item 14 da pauta. Senador Esperidião, V. Exa. confirma a retirada de pauta do item 14?

ITEM 14

PROJETO DE LEI N° 3983, DE 2019

- Terminativo -

Acrescenta o § 3º ao art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, para prever o reconhecimento de atributos de representação em certificado digital.

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Esperidião Amin

Relatório: Pela aprovação do Projeto, com uma Emenda que apresenta.

Observações:

- A matéria foi apreciada pela Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática;

- Votação Nominal.

V. Exa. é o Relator, e havia um pedido de V. Exa. para...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Pela ordem.) – A sugestão que eu queria dar a V. Exa., Presidente, e ao nosso amigo, eminente Senador Esperidião Amin, se, obviamente, não houver nenhuma objeção, seria proceder como nos outros projetos, fazer a leitura apenas – como não haverá quórum, provavelmente –, só para a gente poder adiantar o expediente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Eu acho que é o correto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Com a palavra V. Exa., para fazer a leitura do relatório.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Como Relator.) – Eu tinha essa precaução, mas o resultado é o mesmo.

Eu só quero dizer que eu tenho uma grande afinidade com esse projeto, porque ele vem da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, ele tem a ver com certificação digital, e isso tem uma grande importância para a economia brasileira.

O senhor e o Relator conhecem a sala-cofre, onde estão todos os *backups* de todos os documentos com certificação digital do Brasil?

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não é mais uma nuvem?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não. Essa sala-cofre fica na Universidade Federal de Santa Catarina. É como se nós entrássemos num submarino. São seis câmaras e, na sexta câmara, oxigênio e umidade zero, cheiro de esparadrapo. Lá está o *backup* de tudo o que tem certificado. A primeira via, vamos chamar assim, fica aqui, no Palácio do Planalto, que o senhor conhece.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Físico, papel, não é?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A segunda via, lá.

Então, é um assunto com o qual eu tenho alguma afinidade. Por isso, esse projeto, que veio de lá e não tem emendas... Estou lendo aqui o texto.

A análise é muito rápida.

A instituição da ICP Brasil representou um verdadeiro marco de modernização do Brasil. A criação dessa infraestrutura representa a realização segura de transações dos mais diversos tipos, sem a necessidade da presença física dos envolvidos e sem o uso de documentos de papel, por meio de certificados digitais que garantem a autenticidade e a integridade das informações. Com isso, pavimentou-se o caminho para uma infinidade de aplicações.

Abstraído o aspecto da regimentalidade, da juridicidade e da técnica legislativa, é quanto ao mérito, especialmente, nesse último, que eu tenho alguma coisa a acrescentar ao meu relatório. Então, é por essa razão que eu tinha pedido a retirada, mas, diante da isonomia, eu vou apresentar o meu relatório novo neste

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

momento e submetê-lo, então, à apreciação na próxima sessão. Ouviu, Senador Irajá? Eu mesmo tinha feito modificações, em que eu incursiono por essa dificuldade. Então, eu vou ler uma parte do relatório.

É preciso deixar clara a finalidade do PL: as entidades certificadoras e os certificados atuais em nada serão afetados (era, por exemplo, a legítima preocupação do Prof. Ricardo Custódio, da UFSC, que colaborou decisivamente para a análise deste PL, juntamente com a nossa assessoria); cria-se, assim, um dever para que os desenvolvedores de sistemas façam com que os *softwares* que aceitam certificação digital passem a reconhecer os atributos complementares de tais certificados, quando eles existirem. O famoso PJE, por exemplo, usado para o processo judicial eletrônico em boa parte da Justiça brasileira, terá que ser adaptado, no prazo de *vacatio legis*, intervalo, para reconhecer a diferença entre o advogado fulano de tal e o Senador fulano de tal, caso este deseje inserir tal informação complementar no seu certificado eletrônico.

Essa alteração resolverá, espera-se, um problema concreto, que toca especialmente à administração pública, mas também interessa àqueles que têm a função de representar pessoas incapazes. E a proposição o faz sem gerar mais ônus para o portador do certificado ou para o certificador e merece, portanto, aprovação deste Colegiado e desta Casa.

Propomos uma emenda ao art. 2º, para alongar um pouco a cláusula de vigência. Por quê? Com efeito, a doutrina registra que "a técnica legislativa exige que a lei deva estabelecer a sua cláusula de vigência de modo a contemplar prazo razoável para que dela se tenha amplo conhecimento". É o que consta do *Curso de Direito Legislativo*, a que tive acesso. No mesmo sentido, a manifestação enviada ao nosso gabinete pelo Prof. Ricardo Custódio, que é o responsável pela sala-cofre que eu mencionei...

O senhor, que agora é meio catarinense, não deve perder a oportunidade de fazer essa visita. É realmente muito interessante para conhecer os mecanismos de segurança que nós já temos.

No mesmo sentido, a manifestação enviada ao nosso gabinete pelo referido representante do Laboratório de Segurança em Computação adverte que há certificados com validade de até três anos. Então, veja bem, um certificado vale por três anos, o que justifica também a *vacatio legis* de pelo menos um ano.

Assim, estamos sugerindo que a lei decorrente da aprovação do projeto entre em vigor após um ano de sua publicação, em vez de nos 180 dias sugeridos.

Ante o exposto, o meu voto é este: pela aprovação do projeto, com a modificação do art. 2º, que dirá: "Esta lei entra em vigor um ano após a sua publicação", pelas razões que estão expostas neste aditivo de parecer que submeto neste momento e, no nosso caso, alguém pede vista.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Esperidião, a praxe estava sendo a seguinte: a gente fazia a leitura do relatório, encerrava a discussão e, na sessão subsequente, apenas se vota, não se discute mais.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Mas é este o relatório.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Este relatório não é o que está disponível para os Senadores?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não é o que está disponível.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dos Senadores que estão presentes aqui, alguém tem alguma coisa a ser opor?

O Senador Irajá quer fazer uso da palavra?

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – A modificação, a única modificação é quanto à vigência, pelo que eu expus. Quer dizer...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Nenhuma objeção, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Não, eu digo o seguinte: dessa forma, como é uma alteração de acordo com o autor também do projeto, a gente pode fazer como nos outros casos, para ganhar tempo também: como já foi lido o relatório, encerra-se a discussão e só se vota na próxima sessão.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – É, foi lido o relatório e será dada publicidade, a partir de agora, ao novo relatório.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Mas, se fizermos dessa forma, não encerro a discussão, fica a discussão em aberto, mas, na próxima sessão, se alguém quiser pedir vista novamente...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Olha, estou sendo informado...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Exatamente. Aí se vota o mérito depois.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Presidente, eu estou sendo informado de que este relatório já foi apresentado aí.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Então, pronto, resolvido o assunto.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Na leitura aqui, no computador, ele não está exposto.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador, o senhor pretende fazer mais alguma alteração?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Não.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Então, a gente pode encerrar a discussão e já votar na próxima...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) – Já está entregue. O que ele não está é aplicado no nosso sistema eletrônico.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Esperidião.

Então, em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discutir, encerrada a discussão.

Na próxima sessão, apenas vem para votação esse projeto, sem discussão, já que também é em caráter terminativo.

E o item 16...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Pela ordem.) – Presidente, o item 16 é um projeto também de minha autoria, cujo Relator é o Senador Weverton. Ele está na posse agora do Ministro Jhonatan de Jesus, do TCU, e pediu que *ad hoc* fosse feita a leitura pelo Senador Fabiano Contarato.

Então passo... É o apelo a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Era esta a dúvida que a gente tinha aqui: se não tinha problema fazer a leitura por um relator *ad hoc.*

Então, designo, como Relator *ad hoc*, o Senador Fabiano Contarato.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Obrigado.

ITEM 16

PROJETO DE LEI N° 5281, DE 2019

- Terminativo -

Modifica a Lei nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, para determinar que o marco temporal para aferição da idade mínima será a data da posse no cargo eletivo.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senador Irajá (PSD/TO)

Relatoria: Senador Fabiano Contarato

Relatório: Pela aprovação do Projeto.

Observação: *Votação Nominal.*

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente,

Este é o relatório do Projeto de Lei nº 5.281, para determinar que o marco temporal para aferição de idade mínima será a data da posse no cargo eletivo.

Passo à leitura da análise.

Compete a esta Comissão, conforme o art. 91, combinado com o art. 101 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), decidir terminativamente sobre a presente matéria.

No que se refere à constitucionalidade da proposição, cabe assinalar, em primeiro lugar, que nela são observados os requisitos constitucionais de competência e iniciativa e que seu conteúdo não conflita com os princípios fundamentais da República, nem com os direitos e garantias individuais. Não há óbices outros a esse respeito.

O trâmite legislativo tem seguido o rito estabelecido no Regimento Interno desta Casa. Igualmente, verifica-se aderência da proposição às normas regimentais.

Quanto à técnica legislativa, o projeto de lei observa os ditames da Lei Complementar nº 95, de 26 de fevereiro de 1998.

Em relação ao mérito, difícil não partilhar da perplexidade que o autor registra na justificação: qual a razão para excluir cidadãos aptos a votar da possibilidade de pleitear uma vaga à vereança? Qual a razão de uma regra exclusiva para candidatos a Vereador, cujo único efeito é retirar da competição todos os postulantes que completam 18 anos entre 15 de agosto e os primeiros dias do ano seguinte? Por que restringir o direito de ser candidato unicamente para cidadãos naquela faixa etária?

Não vislumbro razões convincentes em favor da manutenção do texto vigente. Em contraposição, vejo a ampliação do direito de ser candidato a Vereador, até o mesmo limite estipulado para os demais candidatos, uma medida de justiça, com base no princípio constitucional da isonomia.

Voto.

Em razão do exposto, o voto é pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do Projeto de Lei 5.281, de 2019, e, no mérito, pela aprovação.

Esse é o relatório, Sr. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Contarato.

Em discussão.

Para discutir, Senador Efraim.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Para discutir.) – Presidente, eu estava conversando com o Senador Irajá, aqui ao lado, sobre o projeto, até para entender a *mens legis* da norma. Uma vez eu estudei o tema, até porque lidávamos muito, eu e o Irajá, com os temas de juventude e política, e, à época da lei, justificava-se porque o menor de 18 anos era inimputável. Então, eventualmente, cometendo um crime eleitoral durante o tempo da eleição, ele não responderia por essa prática. Depois dessa norma, veio a faculdade de se votar a partir dos 16 anos. Então, em tese, esse argumento cai por terra, porque o direito de se eleger é também compatível com o de votar, o direito de votar e de ser votado. Quem vota, também em tese, poderá cometer um crime eleitoral mesmo abaixo dos 18.

Então, eu acho que, *a priori*, num primeiro olhar, a proposição do Senador Irajá faz sentido para que se adapte o mesmo direito de eleger e de ser eleito.

Então, fica para discussão essa mensagem para que se reflita até para que se possa aprofundar se é esse mesmo o conceito para, no momento da votação, a gente já ter essa base mais preparada.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Efraim.

Só um comentário antes de passar a palavra para o Senador Irajá e a gente encerrar a sessão. O Vereador mais jovem da história do Brasil eleito até hoje chama-se Carlos Bolsonaro, e foi exatamente essa situação. Ele foi eleito, em outubro de 2000, com 17 anos de idade, Vereador da cidade do Rio de Janeiro. Completou 18 anos no dia 7 de dezembro de 2000 e, em 1º de fevereiro 2001, ele já tinha 18 anos. Foi uma decisão do então Desembargador do TRE do Rio chamado Marco Aurélio Bellizze, que hoje é Ministro do STJ, que deu o direito ao Vereador de tomar posse, porque a data a ser observada era exatamente a idade na data da posse.

Senador Irajá, com a palavra.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Para discutir.) – É, foi bom esse testemunho, Presidente, porque, na verdade, o que nós estamos fazendo aqui é corrigindo uma injustiça. Para ser Senador da República, você tem que ter 35 anos na data da posse; Governador de estado, 30; Prefeitos e Deputados, 21. Em todos os casos, a data de corte é a posse, exceto no caso dos Vereadores, que é o que a gente estava mencionando aqui, porque existia um conflito. Mas, a partir do momento em que a nossa legislação permitiu que os jovens de 16 anos pudessem votar democraticamente, exercer o seu direito como cidadão, no voto, portanto, eles também assumem as suas responsabilidades em crimes eleitorais e coisas do gênero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Então, nós permitimos que jovens de 18 anos incompletos, que é o caso, possam disputar uma eleição... Na verdade, nós estamos garantindo que a democracia seja mais ampliada na sua plenitude, porque é dar oportunidade para que pessoas também possam participar de um processo de um pleito.

Assim como o Vereador Carlos, eu também passei por isso. Eu sou uma prova viva disso, porque eu disputei a eleição para o Senado com 34 anos, 35 incompletos. Ainda bem que eu já tinha 35 na data da posse, porque, se essa lei dos Vereadores se aplicasse no caso dos Senadores, eu não estaria aqui hoje no Senado Federal. Então, eu sou uma boa testemunha disso.

Nós estamos aqui propondo uma lei que vai unificar um tratamento dado a Senadores, Governadores, Prefeitos, Deputados Estaduais e Federais. Vamos tratá-los de forma igual, para os Vereadores do Brasil também. Então, foi com base nessa minha experiência, inclusive, e por ser o pleito de vários jovens do Brasil que desejam disputar as eleições, que estão ali com 17 para completar 18 anos até a data da posse, que eu tomei a iniciativa de apresentar esse projeto.

Obrigado, Presidente.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Parabéns, Senador Irajá.

Aparteando aqui o Senador Irajá, Presidente, só para registrar, como nós aqui em tese fazemos parte dessa geração mais jovem do Senado – e o poeta Victor Hugo dizia que, se nos olhos dos mais experientes brilha uma luz, nos olhos dos jovens arde uma chama –, que nós sempre discutimos nesta Casa que é preciso, para legitimar a democracia, que os jovens participem. E é preciso deixar claro: querer que eles participem só votando, sem dar a eles o direito de serem votados é no mínimo mesquinho. Então, se a norma permite que o jovem abaixo de 18 anos tenha a faculdade de votar, permitir que ele seja protagonista e não mero coadjuvante de uma disputa num cargo de Vereador é também uma justiça que se faz a essa nova geração brasileira, que a gente tanto pede, tanto quer e tanto espera que seja cada vez mais ativa e participativa no processo democrático.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado, Senador Efraim.

Não havendo mais quem queira discutir...

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO) – Só quero agradecer, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Senador Irajá.

O SR. IRAJÁ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - TO. Pela ordem.) – Desculpe-me, eu cometi uma indelicadeza.

Agradeço ao Senador Weverton pela relatoria e ao Senador Fabiano Contarato, por ter se prontificado a fazer a leitura do parecer.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Flávio Bolsonaro. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Obrigado.

Não havendo mais quem queira discutir, está encerrada a discussão.

Como também é em caráter terminativo, a votação nominal fica adiada para a próxima sessão.

Sendo assim, este nem tão jovem Presidente encerra a sessão, por não haver mais nada a ser tratado.

Bom dia a todos.

(*Iniciada às 9 horas e 54 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quinze horas e onze minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Renan Calheiros e Esperidião Amin, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros, Alessandro Vieira, Sergio Moro, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete da Silveira, Cid Gomes, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Fabiano Contarato, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina, Hamilton Mourão, Carlos Portinho, Wilder Morais, Mecias de Jesus, Romário, Angelo Coronel, Rodrigo Cunha, Alan Rick, Dr. Samuel Araújo, Jayme Campos e Eduardo Braga. Deixam de comparecer os Senadores Humberto Costa e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2023-2024, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal. Resultado: Instalada a Comissão e eleito, por aclamação, Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para o biênio 2023/2024, o Senador Renan Calheiros. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e cinquenta e dois minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal.

Senador Renan Calheiros
Presidente Eventual da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional
Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:

http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
08/03/2023 - 1ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Conforme a pauta publicada, a presente Reunião destina-se à instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e do Vice-Presidente desta Comissão para o biênio 2023-2024, nos termos do art. 88 do Regimento Interno da Casa.

Comunico que foi registrada apenas a candidatura do Senador Renan Calheiros, do Movimento Democrático Brasileiro, de Alagoas, para o cargo de Presidente.

Consulto as Sras. Senadoras e os Srs. Senadores se podemos eleger o indicado por aclamação...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - ... tendo em vista haver apenas uma candidatura.

Concedo a palavra ao Senador Carlos Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Para questão de ordem.) - Sr. Presidente, pela ordem, nos termos do disposto no art. 14, inciso X, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, para manifestar a discordância do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelos Partidos Liberal, Progressistas, Novo e Republicanos, com a forma como está sendo conduzida a eleição à Presidência das Comissões do Senado Federal.

O Presidente do Senado, Senador Rodrigo Pacheco, no seu discurso de posse, afirmou:

> *"[...] o Brasil precisa mesmo de pacificação.*
>
> *[...]*
>
> *O Senado Federal também precisa de pacificação [...]*
>
> *Pacificação é buscar cooperação. Pacificação é lutar pela verdade. Pacificação é abandonar o discurso de "nós contra eles" e entender que o Brasil é imenso e diverso, mas o Brasil é um só.*

Infelizmente, o que se observa nas eleições para a Presidência das Comissões do Senado Federal é exatamente o inverso, *data maxima venia*. Não foi observada a proporcionalidade, conforme determina o §1º, do art. 58, da nossa Constituição Federal, que é cristalino, ao determinar que, abro aspas: "§1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa".

Na oportunidade, cumpre registrar que o termo "tanto quanto possível", constante do artigo, é para garantir que, havendo um número maior de partidos ou blocos do que Comissões, não será possível a distribuição observando a proporcionalidade. Mas não é o caso. Hoje o nosso bloco é o terceiro maior bloco desta Casa, o que lhe garantiria, pela proporcionalidade, direito à Presidência de quatro Comissões, conforme o cálculo.

Ademais, pode alguém argumentar que poderia haver disputa também para a eleição da Presidência desta Comissão, como ocorreu no Plenário do Senado Federal. No entanto, importante observar que, na Comissão, diferentemente do que ocorre

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

no Plenário, não há maioria dos membros; pelo contrário, os membros da Comissão compõem-se pela formação da divisão proporcional dos blocos e partidos. Logo, matematicamente falando, é impossível o bloco com menor formação eleger o Presidente, já que possui menos membros. Sendo assim, como representante do Bloco Vanguarda, em nome de todos os nossos membros, informo que vamos nos abster de participar da votação, por entender que ela não está respeitando a proporcionalidade conforme determina a Constituição Federal.

Registre-se, não é nada pessoal com os Senadores que estão compondo a chapa para a Presidência da Comissão, mas, sim, a forma como estão sendo conduzidas as eleições para a Presidência das Comissões, rasgando a nossa Constituição Federal.

Ademais, fazendo uma retrospectiva, durante todas as legislaturas desta Casa sempre foi respeitada a proporcionalidade e a representatividade partidárias diante das Presidências das Comissões.

Ante o exposto, peço tão somente, Sr. Presidente, que registre em ata e também nas notas taquigráficas a abstenção do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo PT, PL, Republicanos e Partido Novo, na votação para Presidente desta Comissão.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Esperidião Amin. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para responder questão de ordem.) - O direito de expressão é livre e é evidente que constará da ata essa proclamação e tantas mais quantas ocorram. Mas o fato é que nós temos uma candidatura só registrada, eu já proclamei. Portanto, isso não impede que nós façamos a eleição por aclamação, respeitando que os integrantes do Bloco Vanguarda, eu próprio o integro, nos abstenhamos e isso não impede a aclamação, que é o passo que eu vou dar a seguir.

Nós podemos, portanto, eleger o Senador Renan Calheiros por aclamação. E eu peço que se expressem através de uma salva de palmas. *(Palmas.)*

E eu próprio aplaudo, registrando a abstenção dos que integramos o bloco.

Convido, portanto, o Senador Renan Calheiros para ocupar a cadeira. Aproveito para lhe desejar êxito. Fui o último ocupante da cadeira de Presidente no período final de 2022 e tenho certeza de que o Senador Renan Calheiros, com a experiência que tem, com o conhecimento que tem não apenas da Casa, mas da realidade política do Brasil e do contexto internacional bem conduzirá os nossos trabalhos.

Por favor.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Sr. Presidente Renan Calheiros, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Cid com a palavra.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) - V. Exa. foi aclamado nesta Comissão para presidi-la e certamente o tema é fundamental para o país restabelecer as suas relações com o mundo, resgatar a participação nas instituições, nos organismos internacionais, que ao longo dos últimos anos ficou relegada a um quinto plano. Tenho certeza de que a sua Presidência contribuirá para que o Brasil possa restaurar o seu papel perante a comunidade internacional.

Além disso, está também sob o guarda-chuva da Comissão de Relações Exteriores as questões relacionadas às Forças Armadas. E a sua experiência, tenho certeza, ajudará na relação com as Forças Amadas, Exército, Marinha, Aeronáutica, a restabelecer um clima de harmonia e naturalmente de hierarquia também, porque as Forças Armadas nada mais são do que um braço do Estado, a serviço do Estado, independente de quem esteja no Governo.

Mas eu queria me reportar, Sr. Presidente, ao tempo em que parabenizo V. Exa., à colocação do nosso querido amigo Portinho, a quem eu quero bem, quero bem, gosto mesmo, gosto mesmo, tenho simpatia pelo seu jeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Muito obrigado.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Como foi registrada em ata a abstenção e a abstenção é resultante de um protesto, eu queria que de alguma forma ficasse registrado também em ata que o que aconteceu no Senado pode até ter sido algo inédito. Eu desconheço como o Senado se comportou há cem anos, se as coisas eram assim.

Mas a minha origem é o Parlamento. Eu sou, por natureza, parlamentarista e sempre defendi e sempre preguei e sempre fiz o que o Senador Carlos Portinho defendeu aqui, que é uma distribuição eclética na proporção das representações partidárias nos organismos de direção da Casa. Mas isso não pode ser uma mão só de vinda, tem que ser de ida e de vinda. Só prazer, "faça o que eu digo, não faça o que eu faço" sempre me incomoda.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Como Presidente da Assembleia do Ceará e, antes, Líder do maior partido, sempre na Assembleia do Ceará, desde o tempo em que eu pude contribuir, as Mesas são ecléticas. Fui Governador e ajudei, estimulei que o meu partido fizesse isto: Mesa eclética, participação proporcional nas comissões, etc.

O que aconteceu, no Senado, neste ano, foi que o Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo PL, PP, Republicanos e Novo, resolveu não participar, ele resolveu não participar de um esforço de uma Mesa eclética, porque a Mesa é a baliza de todas as direções, as Comissões são uma sequência disso, uma sequência natural. Então, no momento em que ele não participou da Presidência, que, na Mesa, é o principal cargo, isso fez com que se entendesse que eles estavam fora das demais disputas ou demais composições dos órgãos de direção.

Então, Mesa Diretora é órgão de direção, Presidência de Comissão é órgão de direção. Se a gente for ler o Regimento - acho que foi lido aqui, na fala do Senador Carlos Portinho -, o que diz o Regimento é que, tanto quanto possível, e é assim que se recomenda, porque o que faz Parlamento é maioria, o que determina as decisões do Parlamento é a maioria. Fez maioria? Pode comandar. O recomendável, por isso o Regimento diz, é que - tanto quanto possível - se obedeça a proporção das representações partidárias. Isso está assegurado.

Aqui está o nosso painel, demonstrando que está assegurado ao Bloco Parlamentar Vanguarda a participação do Astronauta Marcos Pontes, do Senador Wellington Fagundes, da Senadora Tereza Cristina - ele vai cumprir o rito dele, vai a outra Comissão - do Senador Esperidião Amin e do Senador Hamilton Mourão, além dos seus suplentes, todos componentes deste bloco. Então, a participação está assegurada!

Não pode se reclamar que o bloco foi discriminado. Poderia até ser, se fizessem maioria os demais, poderia nem ter participação esse bloco, mas não foi. Não é esse o sentimento do Presidente Rodrigo Pacheco. Não é esse o sentimento de vários dos que lideram os blocos dos partidos que fazem os blocos, hoje, que são base do Governo.

Então, eu queria, para efeito de história, deixar registrado aqui que não houve nenhuma discriminação, que não houve nenhum rolo compressor, que não houve nenhuma decisão de excluir. Eles participam. Das direções, a partir do momento em que eles concorreram à Presidência... E, certamente, nessa concorrência, assumiram compromissos, porque eu sei de notícias de que a outra candidatura havia assumido compromissos com membros, com pessoas de Presidência de Comissão. Então, isso é natural do processo democrático.

Então, eu queria mesmo, Presidente, era cumprimentá-lo e desejar-lhe muito sucesso e êxito à frente da missão de conduzir esta tão importante Comissão do Senado Federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado. Eu lhe agradeço muito, de coração, Senador Cid Gomes.

Senador Randolfe Rodrigues, com a palavra.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Pela ordem.) - Presidente, são duas questões no mesmo sentido do Senador Cid Gomes, e, como a questão mais importante é saudar e homenagear V. Exa., que assume agora a Presidência desta Comissão, eu vou tratar da primeira questão rapidamente.

Na verdade, Senador Cid, é um mandamento que consta, inclusive, da Constituição no art. 52, que diz que tanto quanto possível, participar das comissões. O "tanto quanto possível" está sendo respeitado em todas as comissões. A Oposição tem o seu assento e seu direito. Para presidir as comissões não foi possível. Foi simples assim, e essa é uma escolha que foi feita já na escolha da disputa pela Presidência da Casa. Naquele momento não foi possível a composição. Os dois blocos que constituem o campo majoritário compreenderam que, se não foi possível composição para a Presidência da Casa, lamentavelmente não seria possível também na Presidência das Comissões.

Resolvida essa questão, inclusive fazendo questão que se registre tanto quanto foi registrada a questão de ordem apresentada pelos ilustres membros da Oposição aqui, nesta Comissão, e nas demais comissões, eu queria saudar V. Exa., Senador Renan Calheiros e destacar que V. Exa... Eu não tenho dúvida da tarefa que V. Exa. virá a cumprir na Presidência desta Comissão. V. Exa. tem experiência de já ter sido Presidente do Congresso Nacional e ter conduzido a Presidência desta Casa com respeito às diferenças, com maestria, com garbo.

A Constituição da República, no seu art. 4º, estabelece que a República Federativa do Brasil, em relação às suas relações internacionais, tem que cumprir uma série de dez princípios. Lamentavelmente, Presidente Renan, na última quadra histórica, nos últimos quatro anos, nenhum dos dez princípios constantes do art. 4º da Constituição, que regem a conduta de nossa nação na esfera internacional, foi respeitado. Nós não tivemos um papel de defesa da prevalência dos direitos humanos (inciso II do art. 4º da Constituição), nós não respeitamos a autodeterminação dos povos... Aliás, ao contrário, enquanto a Ucrânia estava sendo invadida, o Presidente da República anterior estava visitando o país invasor. Então, um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

princípio da Constituição não foi respeitado outrora. Nós não respeitamos o papel que o Brasil tem que cumprir na defesa e na realização da paz global, da paz mundial. Nós tomamos lado em conflitos. Nós, lamentavelmente, colocamos o país, no último período... Aliás, nós não, mas, na quadra anterior, o Governo brasileiro, nos quatro anos anteriores, colocou o país numa situação de pária internacional. Tem sido um trabalho enorme para o Governo do Presidente Lula restaurar o papel que o Brasil tem e que está consagrado nos dez princípios constantes do art. 4º da Constituição.

Para isso, é indispensável o papel desta Comissão, que aqui, além de cuidar da defesa do Estado, além de cuidar da relação com as Forças Armadas, aqui sabatina os nossos representantes diplomáticos no conjunto das nações amigas. Esta Comissão, a Comissão de Relações Exteriores do Senado, é fundamental para a tarefa histórica de resgate do Brasil na seara internacional, e não poderia ser presidida de melhor forma senão por um dos nossos mais brilhantes e experientes Senadores, que é o Senador Renan Calheiros.

Quero estar aqui para procurar, ao máximo, assessorar e apoiar o trabalho que será conduzido por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Agradeço muito a V. Exa., Senador Randolfe Rodrigues.

Eu vou conceder a palavra, obedecendo a ordem que me apresentaram, ao Senador Eduardo Braga, que é Líder do MDB e responsável pela indicação do meu nome a todos os companheiros membros desta Comissão. Vou conceder a palavra ao Senador Nelsinho Trad, ao Senador Marcos do Val, ao Senador Francisco Rodrigues e ao Senador que pediu há pouco, Hamilton Mourão.

Líder Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Pela ordem.) - Senador Presidente, nosso querido Renan Calheiros, cumprimentando V. Exa. pela aclamação como Presidente da nossa Comissão de Relações Exteriores, eu quero iniciar agradecendo a todos os Senadores e Senadoras, agradecendo aos Líderes partidários e aos Líderes de bloco pelo entendimento para que pudéssemos chegar a bom termo na eleição, por aclamação, de V. Exa. nesta Comissão.

E V. Exa. chega, como foi bem dito pelo Senador Líder do Governo no Congresso, Randolfe Rodrigues, na condição de ex-Presidente do Senado por quatro vezes. Portanto V. Exa. chega à Comissão de Relações Exteriores numa quadra singular da República brasileira e com uma experiência muito grande no Parlamento, para dar a envergadura e a estatura de que esta Comissão necessita nesta quadra tão singular.

O MDB no Senado da República está, neste momento, muito orgulhoso e muito esperançoso no trabalho da nossa Comissão de Relações Exteriores, na sua competência, que já foi aqui colocada pelo Senador Randolfe, que tem uma importância, como eu disse ainda há pouco, muito singular. Esperamos todos que tenhamos muito êxito. Portanto, cumprimento V. Exa. e cumprimento cada um dos Senadores e Senadoras membros desta Comissão.

Com certeza temos muitos desafios a vencer nestes próximos anos, mas temos convicção de que, pelo trabalho, pela dedicação e pela experiência de todos os Senadores sob o comando de V. Exa, esta Comissão vai contribuir muito para o engrandecimento das relações exteriores e para o trabalho desta Comissão.

Parabéns a V. Exa.!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Obrigado, meu querido Líder Eduardo. Agradeço fundamentalmente a sua indicação para que eu possa presidir esta Comissão permanente do Senado Federal e espero estar à altura das suas expectativas e das expectativas dos partidos.

Eu concedo a palavra ao Senador Francisco Rodrigues. *(Pausa.)*

Concedo a palavra ao Senador Nelsinho Trad.

Com a palavra V. Exa.

O SR. NELSINHO TRAD (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - MS. Pela ordem.) - Caro Presidente recém-eleito na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Senador Renan Calheiros, num breve olhar ao mapa que está expressado ao fundo da cadeira de V. Exa., observam-se várias peças se conectando para formar o painel como um todo. Dessa forma, eu entendo que o funcionamento produtivo de qualquer Comissão passa invariavelmente pela contribuição dos seus pares que formam o Colegiado. Apenas uma ressalva, Senador Renan: esta Comissão, além de cuidar das relações exteriores, internacionais, apresenta também no seu bojo - e fala aqui quem já sentou nessa cadeira por dois anos - a Comissão de controle da atividade de inteligência, uma Comissão mista, que faz parte também das atividades que V. Exa. vai ter que comandar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E eu espero e posso aqui afiançar a nossa colaboração no sentido de auxiliá-lo para que esta Comissão possa, assim como fez nas vezes em que foi presidida por nomes históricos do nosso país, como Afonso Arinos, Benedito Valadares, Gilberto Marinho, Carvalho Pinto, Humberto Lucena, Antonio Carlos Magalhães, José Sarney, Jefferson Peres, Eduardo Suplicy, Cristovam Buarque, Saturnino Braga, Fernando Collor, e aqui a presença de Esperidião Amin. Digo esses nomes porque são nomes inspiradores, na nossa avaliação, de uma ação e de uma atuação, que devem ser a premissa das nossas atividades, a fim de promover a interlocução do Governo atual com o restante dos governos amigos do nosso país. E àquele que não estiver nesse sentido, cabe a esta Comissão, sim, estender a ponte para que a gente possa incentivar as relações diplomáticas e, através delas, advirem os negócios importantes para a economia brasileira e importantes para o desenvolvimento social da nossa população.

De tal sorte, Senador Renan Calheiros, não tenho a menor dúvida de que, com a experiência de V. Exa., que já presidiu esta Casa, o Congresso Nacional, por quatro vezes, terá maturidade suficiente para poder, de forma sábia, o que lhe é peculiar, conduzir os trabalhos da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. Conte com este simples Senador para auxiliá-lo!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Obrigado, querido amigo Nelsinho Trad, muito obrigado mesmo.

Concedo a palavra ao Senador Marcos do Val.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) - Presidente, primeiro quero dar os parabéns pela escolha. Acho que foi uma escolha muito forte e não tenho dúvida de que será feito um excelente trabalho, até por conta do seu histórico aqui como Senador da República. E me coloco aqui à disposição, como integrante, para auxiliá-lo no que for possível.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado, Marcos.

Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) - Eu já saudei, já prestei os meus serviços próprios às responsabilidades da minha idade na condição de mais idoso eventual ou disponível, como fiz na Comissão de Educação. Igualmente, quero fazer votos de muito êxito.

Mas, inspirado nas palavras do Senador Nelsinho Trad, que fez uma Presidência exemplar, assim como a Senadora Kátia Abreu, que conduziu os trabalhos por quase dois anos, eu apenas completei, juntamente com a Senadora Margareth Buzetti, o seu período, e tendo como Vice-Presidente, que também não foi eleito junto, foi eleito depois, o Marcos do Val, eu queria chamar atenção para duas questões pouco conhecidas; não por V. Exa., mas não conhecidas pela sociedade. É o trabalho que esta Comissão tem desenvolvido em torno da defesa nacional e particularmente, iniciada na gestão do Senador Nelsinho Trad, a defesa cibernética. Foi criada uma subcomissão sobre esse assunto, com exercícios de defesa cibernética levados a termo com foco na realidade no Forte Marechal Rondon, onde está sediada a defesa cibernética do Exército, e também na busca de recursos para a defesa cibernética. Nós não somos desimportantes a ponto de não sermos alvo; seria muita ingenuidade.

Estamos vendo aí sistema financeiro, energia elétrica, infraestrutura em geral. O sistema financeiro talvez seja o que menos gosta de divulgar, mas, quando acontece um problema de abastecimento de água, um acidente ferroviário, uma pane no sistema elétrico, isso acontece em outros lugares do mundo também e nem sempre por acidente.

E também há o papel da Comissão Mista de Controle, o papel congressual, o Senador Nelsinho Trad muito bem lembrou. Na aprovação da Lei 9.883, que criou o Sistema Brasileiro de Inteligência, sucessor do SNI, ficou reservado um espaço para o Congresso. Seis representantes da Câmara e seis representantes do Senado, sem suplentes.

Aprovamos as emendas no ano passado. Não foi fácil reunir. E estamos vivenciando aí um assunto que nos diz respeito. São 48 agências de inteligência, que compõem o Sistema Brasileiro de Inteligência. Isso, se não tiver aumentado ou diminuído. Então, é uma atividade complementar.

Neste ano, por alternância, a Comissão Mista será presidida por um Deputado Federal, mas eu lhe sugiro que certamente os episódios mais recentes, especialmente de 8 de janeiro, me chamaram a atenção para isso. É uma Comissão congressual de controle. Para evitar o descontrole e o desconhecimento mínimo das atividades de inteligência, eu lhe sugiro dedicar uma atenção inédita, porque nem eu, nem os meus antecessores talvez tenhamos avaliado onde é que nós poderíamos parar. E nós não vamos parar, vamos prosseguir.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Por isso, a minha fala aqui é no sentido não de aconselhar ou orientar, mas de destacar essa responsabilidade que V. Exa. assume a partir deste momento e da gravidade do momento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Francisco Rodrigues, e, na sequência, daria a palavra ao Senador Efraim, Líder do nosso bloco.

Com a palavra, o Senador Francisco Rodrigues.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) - Sr. Senador Renan Calheiros, V. Exa., que assume hoje a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, está talhado para ocupar, de uma forma muito eficiente e competente, esta Comissão, até porque, como Deputado Estadual por dois mandatos, Deputado Federal por dois mandatos e Senador da República já no quarto mandato, está preparado exatamente para conduzir a bons termos esta Comissão tão importante neste momento e nesta quadra da história em que vivemos. A Comissão de Relações Exteriores, na verdade, tem uma transversalidade institucional fortíssima, porque aqui vai representar os interesses nacionais, tanto na área de relações exteriores, quanto na área interna, com as Forças Armadas.

E um tema que é muito caro e que é muito importante, que eu venho tratando desde os últimos quatro anos nesta Comissão, é em relação à importância estratégica e à necessidade urgente de que sejam retomadas as relações diplomáticas com a República Bolivariana da Venezuela. Nós que, lá no Estado de Roraima, temos uma fronteira viva de mil quilômetros com a República Bolivariana da Venezuela sabemos que a posição geopolítica, geoestratégica do estado, do nosso estado no concerto dos estados ao norte do país é fundamental para que, em sendo retomadas essas relações, não apenas o nosso estado, o Estado de Roraima, a Amazônia, mas, acima de tudo, o Brasil possa manter vivas essas relações com a Venezuela, porque nós entendemos que a Venezuela, por ser a maior reserva de petróleo do planeta, com aproximadamente 302 bilhões de barris de petróleo já identificados, a Venezuela, sendo o parceiro comercial mais importante dos estados da Região Norte, a iniciativa do Governo Federal realmente nos faz aqui deixar um largo elogio quando está retomando as relações com a Venezuela.

Atualmente o Embaixador Flávio Macieira está em processo de reimplantação dessa embaixada na Venezuela, trabalhando de uma forma muito intensa junto ao Governo venezuelano. Tivemos a oportunidade, hoje pela manhã, de termos um tempo bem largo de conversas, ouvindo as ponderações, ouvindo as demandas, ouvindo, inclusive, a necessidade de, rapidamente, instalar-se essa embaixada, os consulados também, até porque na Venezuela vivem mais de 25 mil brasileiros. Até o momento, nós não temos nenhum dos três consulados em funcionamento e tampouco a nossa embaixada. No entanto, nós entendemos e esperamos até que seja apresentada, aqui no Congresso Nacional, a indicação do próximo embaixador, para que possamos, ainda neste semestre, ver essa embaixada reaberta, voltando as relações, que sempre foram extremamente positivas e eficientes, entre os dois países. Portanto, deixo aqui esse registro.

Como minha primeira manifestação, nesta Comissão, nesse período em que V. Exa. assumirá a Presidência, queremos fortalecer esses laços comerciais, econômicos, sociais, políticos, entre o Brasil e a República Bolivariana da Venezuela, pela sua posição estratégica para o nosso país e - por que não dizer? - para toda a América Latina. Então, este é o registro que eu gostaria de fazer, parabenizando novamente V. Exa. por ter ocupado hoje a Presidência da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado, Senador Francisco Rodrigues, querido amigo.

Concedo a palavra ao Senador Efraim, que é o Líder do União Brasil no Senado Federal e do Bloco Democracia, que é o maior bloco parlamentar desta Casa.

Com a palavra V. Exa.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) - Compartilho com V. Exa. a honra e a missão de liderar os blocos da Maioria aqui na Casa, tenho certeza de que, com a humildade de quem tem uma amizade que atravessou gerações - V. Exa. é amigo do meu pai, Efraim Moraes. Hoje, tenho a oportunidade de estar aqui, neste momento, desejando-lhe boa sorte, até porque competência V. Exa. tem de sobra. Então, como Líder do bloco, quero dizer que estarei aqui, Presidente, para contribuir com os trabalhos desta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Jaques Wagner, Líder do Governo no Senado Federal, com a palavra V. Exa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) - Senador Renan Calheiros, cumprimento todos os colegas Senadores e Senadores.

É só para parabenizá-lo mais uma vez. Quero dizer que V. Exa. assume esta Comissão num momento de absoluta retomada do protagonismo brasileiro nas relações e no cenário internacional. Então, falo como membro da Comissão, mas também como Líder do Governo, para dizer-lhe que eu tenho certeza de que V. Exa. tem sensibilidade para poder, nesta Casa aqui, contribuir - independentemente de sermos Oposição ou Governo - , para que o Brasil retome o lugar que sempre teve, através da nossa diplomacia, através da grandeza da nossa nação e do nosso povo.

O Presidente Lula tem retomado esse papel. Já esteve nos Estados Unidos, na Argentina, no Uruguai. No final do mês, vai para a China, já recebeu o Chanceler da Alemanha. Eu diria que há uma avidez, uma demanda reprimida, dos últimos quatro anos, em que, infelizmente, não o Brasil, mas o Governo abriu mão desse protagonismo internacional. Portanto, tenho certeza de que V. Exa. terá uma missão desafiadora, de capitanear, aqui nesta Casa, essa retomada e, como disse o Senador Chico Rodrigues, de uma outra área que diz respeito a esta Comissão, a de defesa nacional, que é uma área também que nós precisamos pacificar. Ela foi muito ideologizada, o que eu entendo que não é o papel constitucional previsto para as Forças Armadas. As Forças Armadas são uma instituição de Estado e não de governo e, portanto, é a Constituição que deve balizar o comportamento de todos.

Eu acredito que, com a capacidade do Presidente Lula e com a sua...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Obrigado.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA) - ... como já foi Presidente também desta Casa, não desta Comissão, mas do Senado da República, por mais de uma vez, nós poderemos contribuir, repito, para que o Brasil retome a posição que sempre foi nossa e que, infelizmente, foi abandonada nos últimos quatro anos.

Conte comigo aqui na Comissão, na Liderança do Governo e muito boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Muito obrigado, Jaques Wagner. Muito obrigado mesmo pelo seu papel na condução desse processo aqui no Senado Federal.

Eu quero agradecer a todos, fundamentalmente, e dizer da satisfação de presidir esta importante Comissão do Congresso Nacional. Aliás, hoje, esta Comissão faz 120 anos de existência, uma Comissão importante, fundamental, que tem como propósito fundamental, enquanto nós estivermos à frente da sua condução, a reconstrução, o resgate, a restauração do papel que o Brasil sempre exerceu nas relações internacionais, fazendo com que o país volte a ser exemplo de multilateralidade, de soberania, de independência, de liberdade, de defesa da democracia. Esse é o desafio para todos nós.

Eu acabo de receber aqui uma informação, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, de que os Líderes, Senador Marcos do Val, ainda não efetivaram a indicação dos candidatos à Vice-Presidência. Eu queria combinar este encaminhamento, de nós fazermos isso na próxima reunião, que não será mais extraordinária, será uma reunião ordinária, na quinta-feira, às 10h, quando, efetivamente, nós daremos sequência à eleição que realizamos hoje aqui para o Presidente desta Comissão e faremos a eleição para o Vice-Presidente.

Eu peço, inclusive, a todos os Líderes partidários que, efetivamente, façam as suas indicações para que nós possamos submeter esse processo ao mesmo encaminhamento consensual a que foi submetido o processo da eleição para a Presidência.

Eu agradeço mesmo, de coração, a todos e espero, à frente desta Comissão, estar à altura da expectativa que todos têm nos trabalhos da Comissão e no papel que ela deve exercer no resgate da nossa política externa, um exemplo que sempre foi oferecido pelo Brasil nas suas relações internacionais.

Muito obrigado a todos. *(Palmas.)*

Está encerrada a reunião extraordinária.

(Iniciada às 15 horas e 11 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 51 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e oito minutos do dia dezesseis de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Renan Calheiros, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros, Sergio Moro, Cid Gomes, Izalci Lucas, Daniella Ribeiro, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Margareth Buzetti, Flávio Arns, Tereza Cristina, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Carlos Portinho, Eduardo Gomes e Rogerio Marinho. Deixam de comparecer os Senadores Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Astronauta Marcos Pontes e Wellington Fagundes. Havendo número regimental, a reunião é aberta.. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em três partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação do Plano de Trabalho para o Biênio 2023-2024. **Resultado:** Apresentado o Plano de Trabalho, fica aberto prazo de 7 (sete) dias para as contribuições das senhoras e senhores membros. **2ª Parte - Eleição**. **Finalidade:** Eleição do Vice-Presidente da Comissão para o biênio 2023-2024, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal. **Resultado:** Eleito, por aclamação, Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, para o biênio 2023/2024, o Senador Cid Gomes. **3ª Parte - Deliberativa**. **ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 2, de 2023** que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Casa Civil, Sr. Rui Costa, e pelo seu subordinado Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), na pessoa do Sr. Diretor-Adjunto da Abin, o Sr. Alessandro Moretti, informações relativas ao suposto uso, durante o governo Jair Bolsonaro, de programa secreto para monitorar ilegalmente a localização de pessoas por meio do aparelho celular." **Autoria:** Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 3, de 2023** que: "Realização de Audiência Pública na CRE com a presença do Senhor Ministro da Defesa, José Mucio Monteiro Filho" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 4, de 2023** que: "Realização de Audiência Pública na CRE, com a presença do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira" **Autoria:** Senador Renan Calheiros (MDB/AL). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 5, de 2023** que: "Requeiro que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional – CRE, nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresente Indicação sugerindo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a convocação de Cúpula Extraordinária dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com participação de representante da Ucrânia como convidado(a), podendo ser realizada inclusive por videoconferência, a fim de discutir medidas concretas para se alcançar imediato cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia, bem como o estabelecimento de meios diplomáticos ou políticos efetivos capazes de superar as divergências e garantir a paz no longo prazo." **Autoria:** Senador Flávio Arns (PSB/PR). **Resultado:** Requerimento sobrestado. **Observação:** Pedido de exame pelo Senador Esperidião Amin. **ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional n° 1, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que sejam convidadas a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

comparecer a esta Comissão, a fim de prestar informações sobre a possível revogação do Decreto 9.731, de 2019 - que que dispensa de forma unilateral, vistos de visita, a Comunidade da Austrália, do Canada, Dos Estados Unidos da América e do Japão." **Autoria:** Líder do PL Carlos Portinho (PL/). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Aprovado como adendo ao Req nº 4/2023-CRE, na parte referente ao Ministro das Relações Exteriores. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e cinquenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Renan Calheiros
Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
16/03/2023 - 2ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. Fala da Presidência.) - Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião, extraordinária, como todos sabem, destina-se à apresentação do plano de trabalho, que será pormenorizadamente discutido, e haverá também a abertura de um prazo para emendamento. Essa é uma obra coletiva desta Comissão Permanente do Senado Federal, combinaremos inclusive o prazo e a maneira de recebermos as propostas e as emendas de cada um. Ela destina-se à apresentação, portanto, desse plano de trabalho para o biênio 2023-2024, votação de requerimentos, se não me engano, quatro requerimentos, dois de praxe, porque o nosso Regimento Interno do Senado Federal determina que nós comecemos os trabalhos da legislatura, aqui pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com as presenças do Ministro da Defesa e também do Ministro das Relações Exteriores, do nosso Chanceler. E, para tanto, esses requerimentos serão votados, posteriormente nós combinamos as datas e anunciaremos essas datas à Comissão.

Antes, portanto, de apresentarmos o plano de trabalho, permitam-me, Senadores e Senadoras, Senador Amin, umas breves considerações, já que não pudemos fazê-las na oportunidade em que fizemos a eleição para Presidente da Comissão de Relações Exteriores. E pretendemos, na sequência, também eleger o Vice-Presidente desta Comissão. Na oportunidade também foi impossível e combinamos para hoje elegermos o Vice-Presidente.

Na madrugada e no início deste dia, nós avançamos para um consenso. Havia algumas indicações contraditórias, conflitantes, melhor dizendo, mas agora a indicação parece pacificada com a sugestão do nome do Exmo. Senador Cid Gomes para compor a Vice-Presidência desta Comissão, não havendo mais, evidentemente, nenhum conflito.

Há pouco eu conversei com o Senador Marcos do Val, que foi para outra Comissão e pediu para que nós avançássemos. Como esse consenso chegou, voltou, então eu sugiro à Comissão invertemos a ordem, começarmos pela eleição do Vice-Presidente. Não havendo competição, ela pode, como se fez para a Presidência, ser feita também por aclamação.

Eu vou consultar a Comissão, as Senadoras e os Senadores exatamente para isso.

Os Senadores que concordam, por aclamação, com o nome do Senador Cid Gomes para Vice-Presidente da Comissão Permanente de Relações Exteriores e de Defesa Nacional permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

Eu cumprimento o Senador Cid e o convido para sentar aqui à mesa dos nossos trabalhos. *(Palmas.)*

Antes de adentrarmos aos outros itens da pauta, faremos isso imediatamente, permitam-me, como falava anteriormente, fazer algumas considerações.

Reitero, Senadoras e Senadores, a gratidão, a confiança que me foi conferida coletivamente para dirigir esta Comissão.

As circunstâncias da nação deram relevância rara a este Colegiado. O mundo todo tem caminhado nessa direção, na direção do protagonismo das Comissões Legislativas de Relações Exteriores. E nós achamos que, com o esforço de todos nós, chegou a hora de nós tentarmos obter esse protagonismo para esta importante Comissão do Congresso Nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Do ponto de vista interno, fazendo com que os Parlamentares olhem mais para o funcionamento dela, para o dia a dia dos nossos trabalhos. E do ponto de vista externo, para que as relações exteriores possam, do ponto de vista do que aqui se discute e se produz, ocupar o lugar que merecem diante da sociedade.

As relações exteriores têm evoluído tanto que se tornaram tema permanente das agendas de campanhas presidenciais aqui no Brasil e em outros países do mundo.

Na aclamação do meu nome, me abstive de falar sobre planos de trabalho, a fim de evitar as armadilhas do improviso em temas evidentemente muito sensíveis. Nossas responsabilidades, como todos sabem, estão em três frentes: a política externa, a defesa nacional e o controle dos serviços de inteligência.

Os pressupostos da política externa, que elevaram a credibilidade, a confiabilidade brasileira e a tradição do Rio Branco, são solares e constitucionais: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre Estados, defesa da paz, a solução pacífica de conflitos, repúdio ao terrorismo e ao racismo, a cooperação entre povos para o progresso da humanidade, a concessão de asilo político e a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina.

Esse decálogo, dez mandamentos que sacralizam nossa diplomacia ao longo da história, foi incinerado em nome, lamentavelmente, de uma chancelaria ideologizada, isolacionista, negacionista, antiglobalista e subserviente, que nos trouxe prejuízos econômicos, comerciais e geopolíticos.

Esse surto de retrocesso, Srs. Senadores e Sras. Senadoras, de retrocesso civilizatório, que nos alijou mundialmente e se insinuou, de certa forma, entre os sanatórios fascistas, autoritários, se esvaiu, como todos sabem, em eleições livres, lícitas e democráticas.

O fim da chancelaria ideologizada nos reconduz ao protagonismo histórico ativo, altivo dos grandes debates mundiais. Essa página internacional amarelada pela vergonha, permitam-me, está virada.

Mas antes de seguirmos adiante, eu peço até desculpas obrigatórias aos povos de todas as nações que foram insultados ou ofendidos por ações equivocadas ou palavras descabidas. Eles são tantos que me penitencio antecipadamente por eventual lapso, mas menciono os principais objetos da beligerância passada: França, Alemanha, Finlândia, Holanda, Dinamarca, Reino Unido, Áustria, Uruguai, Argentina, Bolívia, Chile, Venezuela, Cuba e tantos outros.

Eu estou aqui exatamente como o Brasil sempre esteve, em absoluta missão de paz.

Questionar a lisura dos processos eleitorais em outras nações ou na nossa não se coaduna com o respeito ao Estado democrático de direito. Insuflar o corpo diplomático, espalhar inverdades, patrocinar rupturas internas ou externas, defender quarteladas, aqui ou alhures, revela pendores autoritários anacrônicos e reprovados pelos estados modernos e civilizados. Os democratas respeitam os rituais democráticos que se insurgem ou conspiram contra eles.

Como Presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado Federal em uma nova ordem republicana, desejo publicamente condenar a selvageria mortal da invasão ao Congresso Nacional dos Estados Unidos, comandada por lunáticos. Ainda precisamos saber, e isso será respondido rapidamente, se há brasileiros envolvidos naquela invasão. Nossos três Poderes recentemente também foram vítimas da mesma barbárie, do vandalismo urdido por extremistas que se recusam a viver sob as regras democráticas. Igualmente repudio a invasão da Ucrânia, repetindo lamentavelmente pendores autoritários de tristes lembranças.

Nós temos de recuperar o tempo dilapidado com agendas evidentemente medievais e reinserir o Brasil nos grandes temas mundiais. Por essa razão, vamos colaborar legislativamente, como for necessário, com uma agenda diplomática, ambiental, climática, como anunciada pelo Presidente da República na COP 27, quer dizer, uma diplomacia de direitos humanos, em busca da igualdade de gênero, racial e contra todas as discriminações, em defesa dos povos originários, que envolva investimentos dos países mais ricos em busca de um desenvolvimento sustentável no combate à pobreza e à fome, flagelo que nos ronda, infelizmente, de novo.

A eleição de 2022 teve uma sinalização tão enfática, Senador Cid Gomes, que instantaneamente ressuscitou o Fundo de Defesa da Amazônia, suspenso após os índices obscenos de queimadas e desmatamento de nossas florestas. Como frisou o Presidente da República, o Brasil está de volta, o diálogo está de volta.

Esse protagonismo brasileiro implica, como todos sabem, resgatar também a atenção e fortalecer os Brics, o Mercosul e o imediato retorno do Brasil à Celac (Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos), abruptamente abandonada em 2020, a retomada das relações diplomáticas com a Venezuela e uma atenção especial ao continente africano e ao acordo entre o Mercosul e a Comunidade Europeia. Igualmente, vamos somar esforços na ampliação do Conselho de Segurança da ONU, somar esforços também no ingresso na OCDE e na transparência da OMC, nos organismos internacionais de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

saúde. Eu me orgulho de repetir ao mundo: vamos sempre acatar e não atacar as orientações da ciência oriundas da OMS e da Opas, que são diretrizes alinhadas com a política externa do Governo legitimamente eleito.

Nós, aqui nesta Comissão, vamos colaborar e, no dia a dia dos nossos trabalhos, propor aprimoramentos legais no fortalecimento do Estado democrático de direito e cooperação internacional.

Um dos primeiros, se me permitem dizer, propósitos com relação às matérias que estão tramitando aqui nesta Comissão - que vou trabalhar para pautar, para agendar com absoluta prioridade na apreciação - é uma matéria oriunda da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito da pandemia que disciplina minuciosamente - isso é um avanço para a legislação brasileira - os crimes de genocídio e contra a humanidade previstos no Estatuto de Roma, proposta originada, como disse, na própria Comissão e aprovada como decisão da Comissão Parlamentar de Inquérito que já foi mandada para esta Comissão. Como outras matérias aqui, evidentemente, precisa tramitar.

Nesta Comissão, nós vamos proceder a uma arqueologia dos erros e excessos cometidos no passado a fim de saná-los, evidentemente no limite da nossa competência. Não corrigir erros seria nos condenar à repetição; não espiar vícios é soterrar nossas virtudes. O vício não é nada além do que a repetição dos erros. Vícios autocráticos levaram nações ao colapso econômico, social, político e à sarjeta da humanidade.

A recepção respeitosa e as conversas do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva pelo mundo sempre têm ampla repercussão e editoriais nos jornais, servem para redimensionar o Brasil no exterior, revelando que o país é bem-vindo ao debate mundial sobre temas globais, relevantes e contemporâneos, como meio ambiente, fome, emprego, crises sanitárias, entre outros, desprezados, infelizmente, quando a pauta é medieval, bizarra, belicista e antidemocrática.

No âmbito da Defesa, e, há pouco, conversava, rapidamente, com o Senador Hamilton Mourão, eu me amparo, novamente, na lucidez da Carta Cidadã. As atribuições das Forças Armadas estão perfeitamente delimitadas no art. 142, da Constituição Federal, em que não se divisa nenhuma interpretação além do que está enunciado, também, Senadora Daniella, na Constituição. As Forças Armadas, constituídas pela Marinha, pelo Exército e pela Aeronáutica, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema do Presidente da República, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Eu fui Constituinte, como alguns aqui...

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

Sem dúvida, Amin - sem dúvida, Amin.

Eu fui Constituinte...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Não temos culpas iguais.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... não temos culpas iguais; desbalanceadas, mas de lado a lado -, como muitos aqui, e nunca - nunca - o Constituinte da Carta da redemocratização conjecturou que as Forças Armadas fossem um poder, muito menos o poder sobre o Poderes, a tese febril do Poder Moderador.

O Poder Moderador foi sepultado pela República e repousa, em paz, no Museu Imperial, ao lado das joias da Coroa dos tempos do Imperador. Está cristalino, tudo isso, na nossa Constituição. As Forças Armadas são, como todos sabem, instituições nacionais, assim como sua missão, como constitucional, está delimitada à defesa da pátria, à garantia dos Poderes, da lei e da ordem. Qualquer conjectura além disso é delírio. A pacificação que a nação reclama não pressupõe impunidade. Aqueles, da caserna, ou de qualquer caverna conspiratória, que forem responsabilizados por temas golpistas, haverão de pagar por suas transgressões dentro da lei e com respeito, evidentemente, ao processo legal.

Não nos transformaremos em delegacia de polícia, é claro, mas iremos acompanhar, atentamente, os desdobramentos das investigações neste quesito.

Diariamente, somos assombrados por assassinatos banais, agora até políticos, provocados por caçadores, atiradores e colecionadores de armas, praga que, infelizmente, se multiplicou pela banalização do acesso às armas de fogo.

Como muitos aqui também sabem e se recordam, eu fui, Senador Randolfe, Senador Cid Gomes, o proponente do referendo que restringia a venda de armas e munições em 2005. Desde 2003, pelo Estatuto do Desarmamento, que salvou evidentemente muitas vidas, é uma atribuição do Exército Brasileiro o registro e a fiscalização das armas de fogo adquiridas e mantidas pelos CACs.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Diante de realidade orçamentária - e aqui também nós vamos discutir e conceber, na medida do possível, um projeto de evolução, para que a gente possa, ao longo dos próximos anos, resgatar compromissos com relação aos recursos orçamentários da Defesa, das Forças Armadas -, é sabido que essa missão, embora dada, não está sendo evidentemente cumprida. Há insuficiência de dados no Sistema de Gerenciamento Militar de Armas (Sigma), carência de pessoal, bem como inexiste a integração com dados do Sinarm (Sistema Nacional de Armas) e do Infoseg, do Ministério da Justiça, para vedar o acesso a armas de fogo, sobretudo por criminosos.

Só a carência de documentos e a checagem, Senadora Leila, da autenticidade dos mesmos documentos são insuficientes para conter o belicismo e a barbárie em nosso cotidiano. Eu vou propor a esta Comissão a criação de um grupo de trabalho entre esta Comissão, as Forças Armadas e o Ministério da Justiça para que essa fiscalização, na prática, seja regulamentada pormenorizadamente e deixe de ser uma ficção.

Por fim, Senadoras e Senadores, também está afeito a esta Comissão o controle das atividades de inteligência, que envolve, no Brasil, mais ou menos 48...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eram 48... No início. São mais de 48 órgãos.

O Sistema Brasileiro de Inteligência tem como fundamentos a preservação da soberania nacional, a defesa do Estado democrático de direito e a dignidade da pessoa humana, devendo ainda cumprir e preservar os direitos e garantias individuais e demais dispositivos da própria Constituição Federal, os tratados, as convenções, acordos e atos internacionais de que a República Federativa do Brasil seja parte ou signatária.

As democracias modernas convivem e não podem prescindir das atividades de inteligência. É imperioso arquivar o preconceito, engavetar a desconfiança e desvincular definitivamente as atividades modernas de inteligência dos arbítrios da ditadura militar, para ajudarmos a erguer um serviço de inteligência moderno, eficiente, com mudanças na organização do Sistema Brasileiro de Inteligência, no aprimoramento legal, para respaldar as atividades dos profissionais, que, muitas vezes, envolvem tipificações penais, no aperfeiçoamento do controle e, sobretudo, discutirmos realisticamente o orçamento da atividade, historicamente, muito abaixo de outras nações. O polígrafo do orçamento não mente: a atividade no Brasil, de fato, é de semiclandestinidade, quase secreta na acepção de inexistência, o que nos torna absolutamente vulneráveis, haja vista as últimas denúncias que têm ocupado o nosso vasto noticiário.

No dia 08 de janeiro, os três Poderes foram alvos de ações terroristas. Por qual razão a conspiração não foi atalhada? Onde estavam os informantes? A quem compete coordenar e centralizar o trabalho de inteligência e orientar corretamente o Presidente da República? Quem falhou? Foi um erro coletivo ou individual?

Essas e outras inquietações ainda não foram suficientemente esclarecidas, mas expuseram, sem dúvida nenhuma, falhas indisfarçáveis na vigilância e uma vulnerabilidade não camuflável.

Não há como esconder a falta de integração entre agentes da inteligência, as contradições legais, a incipiência e a escassez de recursos.

Coloco-me à disposição para que, nesta Comissão, com a participação evidentemente de todos - esse deve ser um propósito de todos -, para reestruturarmos o Sisbin, aprimorarmos as leis para regular meios e técnicas da atividade e melhorarmos o controle externo.

Senador Amin, eu... Por favor...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Pode concluir.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor. Com muita satisfação.

Há vários projetos - e até PECs - tramitando em todos esses aspectos. Vamos debatê-los e aperfeiçoar um serviço do qual não podemos evidentemente abrir mão.

Por essa reconstrução, nós vamos priorizar a sabatina do indicado para comandar a Abin, o Sr. Luiz Fernando Corrêa, para ouvi-lo evidentemente sobre os planos de reestruturação.

Eu aproveito a oportunidade para informar que ainda não nos foi despachada a indicação do Sr. Luiz Fernando Corrêa, para a Abin. Já foi remetida a indicação para o Congresso Nacional, mas a Mesa do Senado Federal ainda não mandou para esta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Tão logo seja mandada para esta Comissão, nós vamos agilizar os procedimentos para marcação da data desta sabatina, e espero que muitas daquelas preocupações que, como disse e repito, precisam ser aclaradas e esclarecidas, possam, inclusive, começar a ser respondidas na própria sabatina do novo indicado para a diretoria da Abin.

Inicialmente, são essas as considerações.

Eu vou conceder a palavra ao Senador Amin e a todos os Senadores que desejarem fazer uso da palavra. Em seguida, nós vamos apreciar os requerimentos. Na sequência, nós vamos dar conhecimento do plano de trabalho que está sendo proposto, com prazo exatamente para que ele seja aprimorado, e para tanto eu conto efetivamente com a participação de todos.

Senador Esperidião Amin, com a palavra V. Exa.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) - Presidente, eu gostaria, como democrata que sou, de lembrar que cumpri prazerosamente a tarefa de, como último Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional e nos anos de 2022 e 2023, Presidente da CCAI, Presidência que agora está acometida à Câmara dos Deputados, que elegeu ontem, se não me engano, um Deputado do PSDB de São Paulo, cujo nome não estou lembrando, Presidente... Então, caberá a ele neste ano ser o Presidente e no ano que vem será V. Exa.

Eu quero fazer três comentários relativamente longos. Primeiro, quanto às suas observações, que - me permita dizer - são estranhas à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - isso é a sua avaliação sobre governo, características do governo anterior -, eu quero dizer que não as subscrevo. Fico por aí para não abrir aqui uma polêmica que cabe no Plenário, e nós já tivemos polêmicas no Plenário, o que é muito bom para a democracia.

Mas eu cumpri, com a maior leveza, a responsabilidade de ex-Presidente, de presidir. Fui injuriosamente acusado de ser o mais antigo também. Acho que isso é uma injúria, porque eu não tenho os cabelos brancos. Não tenho o atestado, os cabelos brancos para atestar essa senilidade. Mas eu cumpri prazerosamente. O senhor está legitimamente investido. Agora, todos os seus comentários estranhos à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que não foram poucos - depois quero cópia do discurso, porque eu vou colecionar as minhas divergências -, eu não os subscrevo. É só isso que eu digo, respeitosamente e democraticamente.

Agora, quanto ao exercício da... Vejamos, nós tivemos quatro Presidentes em quatro anos. Tivemos o Senador Nelsinho Trad, que conduziu inclusive no ano de 2020, com todas as dificuldades da pandemia, esta Comissão, com grande competência. Tivemos a Senadora Kátia Abreu, que iluminou esta Comissão, e tivemos a Senadora Margareth Buzetti, que sucedeu imediatamente a Senadora Kátia, e a mim coube encerrar o período da legislatura. Eu quero dizer que a Comissão foi muito bem conduzida. Até por mim foi bem conduzida, porque quando nós fomos apreciar os embaixadores, eu procurei, indiretamente - não diretamente - o Governo para não produzir entrechoques aqui, porque o Governo, que já tinha sido eleito, divergia da indicação de nomes. E não divergia por razões de mérito; divergia por razões de orientação política. E quem define a política exterior é o Chefe do Executivo. Está na Constituição.

Então, sobre tudo isso aí, podemos discutir no Plenário.

Mas eu quero destacar que a posição, por exemplo - e o senhor mencionou o conflito entre Rússia e Ucrânia -, entre o atual Governo e o anterior é rigorosamente igual. Rigorosamente igual.

E o Presidente Lula até complementou, dizendo que o que menos se discute é a paz.

Eu disse ao Sr. John Kerry, quando ele esteve aqui e veio nos trazer US$50 milhões de contribuição para o Fundo da Amazônia...

Sobre os Estados Unidos e a Amazônia, nós temos desde a CPI da Amazônia, que merece ser revisitada, cujo Relator foi o Senador Jarbas Passarinho... E isso é da sua época, porque o relatório é de 1989, quando o senhor era Constituinte, inclusive. Eu não era. *(Fora do microfone.)*

Não. Eu estava Prefeito de Florianópolis, Prefeito da minha cidade, que copiou do Ceará muita coisa de saúde, copiou da sua Sobral, copiou. E emprestamos o Antenor Naspolini para ajudar lá, na educação básica. Então, nós temos grandes afinidades.

Mas eu quero só dizer que aquela CPI merece ser revisitada, porque só mudaram alguns atores. A cobiça é mesma. E a ajuda é tão falsa quanto, a que existia.

Eu disse a ele o seguinte: pelo instituto da Suíça, cujo nome não me recordo agora, um dia de guerra da Ucrânia, com aqueles tanques antigos, me perdoe, anteriores até à sua passagem pelo Exército, tanques fumegantes, que, às vezes, dão um tiro... Eu só falei "fumaça", não falei outras coisas. Um dia daquela guerra gera mais emissão de carbono do que três dias de desmatamento no mundo. Um dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

E nós sabemos quem está financiando aquela guerra. Quem já gastou US$40 bilhões naquela guerra? Foram os Estados Unidos.

Então, eu não quero ser juiz da questão.

Acho que o Presidente Lula deu um passo positivo, como foi dado um passo positivo, em relação ao Irã, na busca pelo desarmamento. E estou falando de dois passos positivos dados pelos Governos do PT.

Eu estava, casualmente, numa visita da Câmara, no Departamento de Estado Americano quando foi anunciado o acordo do Irã. Havia mais decepção do que euforia, porque o atrito era bom.

Isso é um sentimento meu. Ninguém vai tirar isso. Mas isso é uma discussão pessoal.

O que eu quero lhe dizer é que vale a pena revisitar esse relatório.

O que o Gorbatchov disse sobre a internacionalização da Amazônia, não das estepes russas, não da Sibéria, onde há graves problemas ambientais e péssimas perspectivas. Mas defendia a internacionalização.

O nome só mudou de Mitterrand para Macron. O discurso é o mesmo!. De forma que, sobre tudo isso, acho que a Comissão faz bem em se debruçar, fazer um simpósio para saber que ajuda é essa, se isso fere ou não a nossa autonomia.

Portanto, sobre o que V. Exa. falou em matéria de relações exteriores, eu quero dizer que esta Comissão, nos quatro anos, foi plural, todos tivemos oportunidade de discutir. Eu discuti com o ministro, por divergência, quanto ao tratamento díspar em relação aos palestinos. O que são direitos humanos? Dos humanos! Qual é a religião e o que ele pensa é outra coisa. Houve divergências aqui muito saudáveis.

Quanto à questão da defesa nacional, eu quero lhe reiterar que a única recomendação que eu fiz publicamente quando da sua posse, depois que eu saí daí e vim para cá, foi, por exemplo: no dia 24 agora nós vamos ter o privilégio de bater - é assim que se diz, não é: bater o casco...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS) - Bater o casco.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - ... da primeira Fragata Tamandaré...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS) - Corveta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - ... corveta.

Acho que tem mais tamanho de fragata, mas tem potencial...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS) - A classe é corveta.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - A classe é corveta. Então, fui corrigido por quem de direito. Se até o Angelo Coronel aceitou a determinação...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Pois é, da terra e do ar.

Então, nós vamos bater o casco de algo que vai representar muito para a indústria naval brasileira, porque, junto com o progresso do Fórmula 1, progride a indústria automobilística. Junto a um vaso de guerra, eu imagino o cuidado que tem que ter com o parafuso de uma nave armada.

Então, vamos bater o casco da primeira corveta Classe Tamandaré em Itajaí, Santa Catarina, para benefício de toda a indústria naval brasileira. Isso é o progresso que o Congresso permitiu. E foi aqui que foi discutido isso, junto com tudo o mais, para o Exército e para a Aeronáutica.

O que eu recomendo e peço é que V. Exa. dê muita atenção, expandindo a Subcomissão de Defesa Cibernética, prestigie o exercício de defesa cibernética que deve ser feito em meados deste ano no Forte Rondon - é isso? -, onde está o comando do Exército, Comando de Defesa Cibernética do Exército. Nós somos muito mais importantes do que alguns imaginam no cenário internacional para achar que conosco não vai acontecer nada em matéria de ataque cibernético contra o sistema financeiro, infraestrutura, etc. Eu só torno público esse meu pedido construtivo a V. Exa.

Finalmente, como ex-Presidente da CCI, eu peço ao Presidente da CRE que solicite a quebra... Quem pode fazer isso, pela Lei 9.883 e pela que criou o Sistema Brasileiro de Inteligência, com as 48 agências, e eu não sei quantas são hoje - são seis Senadores, seis Deputados, seis suplentes. É uma comissão atípica. Talvez isso possa até ser revisto. É uma resolução do Congresso.

Esta comissão tem uma responsabilidade enorme, a Comissão Mista de Controle de Atividades de Inteligência, para impedir que haja extravagâncias. Isso que está se comentando aí, de usar o sistema para que o meu telefone, se estiver

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

comigo, denuncie onde é que eu ando, podendo criar confusões até em casa, isso foi proclamado por prefeituras do Brasil. A de Florianópolis, inclusive, proclamou como algo benéfico. O fato é o seguinte: o sujeito está com covid, eu sei onde é que ele anda. Isso foi proclamado, está na imprensa local, e não foi só em Florianópolis, isso foi considerado um ganho sanitário. E é sempre assim: destroem as Torres Gêmeas e todo o dispositivo de proteção e defesa do cidadão fica submetido ao temor nacional; isso aconteceu lá, acontece no mundo inteiro, sempre aconteceu. O inimigo externo é o motivo e, às vezes, o pretexto para exorbitâncias em matéria de "arapongagem", digamos assim.

Então, eu deixo aqui o pedido que eu já fiz - consta, na Comissão de Controle das Atividades de Inteligência, o meu pedido - para que seja quebrado o carimbo de "reservado" na resposta que o GSI deu à Comissão de Controle das Atividades de Inteligência. Eu fiz o pedido no dia 9. O que eu pedi? Toda troca de mensagens entre o dia 2 de janeiro e o dia 8 de janeiro, toda. Como eu não tinha assinado, o GSI não aceitou a minha assinatura digital, eu mandei a assinatura de punho, analógica - não tem importância; se o GSI acha que nós somos analógicos, sejamos; em Roma, como os romanos. Recebemos a resposta no dia 20 sobre a coleta de toda essa troca de mensagens: que está dentro do cofre da Comissão própria.

Eu rogo a V. Exa. que insista com o Presidente da CCAI - se precisar do meu testemunho pessoal, estarei ao seu lado - para que seja quebrado, e só o GSI pode fazê-lo, pelas leis, pela lei e pela resolução, o carimbo de "reservado".

Eu sou subscritor das duas CPIs: da CPI do Senado e da CPMI.

Eu acho que nós temos que copiar o Capitólio. O Capitólio, o Congresso Nacional dos Estados Unidos, está fazendo a investigação definitiva sobre o que aconteceu lá. Por isso, eu acho que nós temos que fazer, e fiquei muito satisfeito porque a sua primeira declaração, pelo menos, foi a favor.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) - Eu sou conceitualmente defensor de qualquer investigação.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Então, eu estou homenageando a sua fala, não estou desafiando. Eu penso a mesma coisa, eu acho que nós temos a responsabilidade. Por quê? Porque foi na nossa Casa também.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) - Nas duas.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - No Congresso.

Além do insulto, da barbárie, coisa que me causa repulsa, naquele dia, foi no palácio presidencial, que tem o Batalhão da Guarda Presidencial, que antigamente era quase formado por catarinas.

Agora é multirregional, mas, durante muito tempo, havia celebração dos catarinas aqui no hotel onde eu morava, no Bristol. Eles vinham de Blumenau, de Itajaí, do Vale do Itajaí, para celebrar, todos os anos, os veteranos dos Dragões da Independência.

Então, o Supremo Tribunal Federal, aquela violência... Eu concluo lembrando a frase do Presidente Lula na primeira entrevista que ele deu: alguém abriu a porta. E quem abriu a porta estava do lado de dentro, ou seja, abriu a porta para que entrassem.

Eu acho que esse é um dever que nós temos, como congressistas - e aplaudo a sua postura, repito, só não subscrevendo... Ressalvados os destaques, então. E o senhor pode contar com a minha contribuição positiva, afirmativa e democrática, para favorecer todo o seu plano de trabalho, de cujo exame eu farei com o maior respeito e espírito cooperativo.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu agradeço muito e queria dizer que V. Exa. já não estava mais aqui nesta Comissão quando eu fiz questão, naquela improvisada reunião extraordinária, de ressaltar o seu papel como ex-Presidente desta Comissão importantíssima.

As críticas à política externa que, por acaso, eu fiz aqui, claro que não englobam o papel exercido por esta Comissão Parlamentar de Inquérito. V. Exa. foi irretocável, em todos os momentos, e tem sido com relação a isso. O que eu falei foi da necessidade de nos esforçarmos para chamar a atenção dos próprios Parlamentares, Senadores e Deputados, também na Comissão de Relações da Câmara, para que essa Comissão seja melhor olhada pelos próprios Parlamentares, porque esse protagonismo com relação aos Parlamentos já acontece no mundo todo e eu entendo que nós devemos somar esforços, todos nós - há pouco falava isso com o Senador Hamilton Mourão -, para que a gente possa popularizar, levar essas informações do que aqui se discute, se decide, se encaminha, para a sociedade, contar com a ajuda, também, para isso,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

dos meios de comunicação... Eu acho que nós temos muito a avançar com relação a esses objetivos, e a participação de V. Exa. é fundamental para que isso, na prática, verdadeiramente aconteça.

Antes de nós avançarmos com relação à apresentação rápida do plano de trabalho para uma posterior discussão e emendamento, eu queria fazer alguns registros, dar alguns informes com relação ao funcionamento do dia a dia desta nossa Comissão.

Como eu disse, serão votados hoje alguns requerimentos, dois requerimentos. E ontem falava com o Senador Portinho sobre a convocação do Ministro.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Convites.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Aliás, sobre o convite - hábito de linguagem. Nós temos um mandamento regimental de, ao começarmos as legislaturas, convidar para audiência pública aqui nesta Comissão o Ministro da Defesa e o Ministro das Relações Internacionais. Pessoalmente, já estive com ambos, já combinei detalhes com relação às datas, que serão posteriormente anunciadas, e hoje nós vamos votar esses dois requerimentos.

Conforme seja formulado ao final e ao cabo no plano de trabalho, eu queria comunicar que serão convocadas, oportunamente, audiências públicas para que nós possamos dar concretude aos eixos contidos no plano de trabalho que será aqui discutido e posteriormente aprovado.

Tem um outro aspecto para o qual eu queria chamar a atenção dos senhores e das senhoras sobre o processo de apreciação das indicações dos nomes de autoridades, as sabatinas. Eu queria informar - e o Senador Amin o sabe muito bem - que nós temos duas regras que são levadas em consideração aqui nesta Comissão quando os nomes indicados recebem os *agreements* e quando nós marcamos as suas sabatinas. Tem duas regras regimentais que são levadas em consideração, que é um plano do indicado com relação ao que pretende fazer à frente da embaixada ou do organismo internacional, e uma outra regra, que é um relatório de gestão do embaixador anterior. O esforço que eu gostaria que nós fizéssemos era para coincidir, casar o calendário dessas duas obrigatoriedades desta Comissão, de modo que o relatório de gestão possa ser utilizado com relação à proposta do embaixador que está sendo avaliado. Porque eles aqui acontecem em momentos diferentes. Geralmente, eles não se encontram, e isso seria, claro, uma referência muito boa para que nós pudéssemos, inclusive, deliberar com relação à aprovação ou não do nome que está sendo indicado e sabatinado.

Eu queria comunicar também que nós temos vários projetos em tramitação aqui na Comissão de Relações Exteriores, se não me engano, sete. E há pouco eu falei rapidamente que tentaria priorizar a discussão e a designação de relator para um deles que aqui foi anunciado. E a mesma regra será utilizada com relação aos demais.

Nós vamos solicitar ao Presidente do Senado Federal o despacho a esta Comissão, também não foi despachado ainda, para que a gente possa encaminhar providência de 20 projetos de decreto legislativo que, recebidos pelo Senado, estão na mesa do Senado Federal e ainda não foram mandados para essa Comissão.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - E há alguns, não sei quantos, pendentes ainda aqui.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Três acordos?

Solicito que pelo menos um deles seja objeto da mais cuidadosa análise.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sem dúvida. Pode contar...

Sobre a sabatina, queríamos só repetir que o nome indicado para Diretor da Abin, Sr Luiz Fernando Corrêa, também nós não recebemos aqui nesta Comissão. Tão logo a Mesa despache essa indicação para a Comissão de Relações Exteriores, também nós encaminharemos as providências, marcaremos as datas e tudo mais.

Nós temos três requerimentos sobre a mesa. Quatro requerimentos, pois acaba de chegar um requerimento também do Senador Flávio Arns. *(Pausa.)*

Nós vamos pedir ao Senador Cid Gomes, o Vice-Presidente desta Comissão, que leia os requerimentos. Em seguida, nós os submeteremos à apreciação. *(Pausa.)*

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que quiserem discutir fiquem inteiramente à vontade.

3ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

EXTRAPAUTA

ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Nº 2, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro da Casa Civil, Sr. Rui Costa, e pelo seu subordinado Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência (Abin), na pessoa do Sr. Diretor-Adjunto da Abin, o Sr. Alessandro Moretti, informações relativas ao suposto uso, durante o governo Jair Bolsonaro, de programa secreto para monitorar ilegalmente a localização de pessoas por meio do aparelho celular.

Autoria: Senador Randolfe Rodrigues (REDE/AP)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Sr. Presidente, aqui, sobre a mesa, requerimento do Senador Randolfe, que requer da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional que sejam prestadas, pelo Sr. Ministro da Casa Civil, Rui Costa, e pelo seu subordinado Diretor-Geral da Agência Brasileira de Inteligência, na pessoa do Sr. Diretor-Adjunto da Abin, o Sr. Alessandro Moretti, informações relativas ao suposto uso, durante o Governo Jair Bolsonaro, de programa secreto para monitorar ilegalmente a localização de pessoas por meio do aparelho celular.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) - Presidente, eu tenho um reparo a fazer.

A Abin era, na época, vinculada ao ministro do GSI. Então, ainda que tenha se deslocado - eu nem sei se já houve deliberação terminativa do Congresso a respeito de uma medida provisória que desloca...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Bom, mas, de qualquer maneira, a responsabilidade ministerial, até há pouco, e especialmente de 2018 a 2022, era do GSI. Portanto, eu acho que seria cabível convidar também o GSI, se vai ser o atual ou anterior, mas eu creio que o atual ministro vai dizer: "Olha, não sei de nada". E nem pode saber de coisa alguma.

Agora, o GSI tem, pelo menos, os arquivos, os registros de contrato, se o contrato foi assinado em 2018, quem é que fez a licitação... Ou seja, toda a memória do assunto está - eu nem falo do fulano ou beltrano - no GSI.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP. Para encaminhar.) - De acordo. Na verdade, seria convidar, instar, provocar... Visto que estamos não convidando aqui, mas...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) - Não, não estamos convidando, estamos pedindo as informações aos dois.

De pleno acordo. Aos dois.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL. *Fora do microfone*.) - Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) - Só uma ponderação, Presidente. Essa atividade não deveria ser feita pela comissão de inteligência mista entre Senado e Câmara, porque nós temos a Comissão, que é institucionalmente dirigida a supervisionar a atividade de inteligência, e nós estamos aqui, na prática, pedindo informações sobre questões relacionadas à inteligência, que têm que ser esclarecidas - concordo. Mas a minha ponderação é de que deveria ser feito na Comissão de Inteligência, em relação à qual, inclusive, esta Comissão tem um envolvimento no sentido de poder indicar pessoas.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) - Tem um desdobramento que deve ser imediatamente tomado por V. Exa., Presidente Renan, que é a imediata instalação da CCAI, por V. Exa. e pelo seu congênere Presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados.

A característica dessa Comissão é que ela é a Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado. Portanto, até para o próprio uso, utilização e acompanhamento de tal informação por parte da CCAI, é de interesse desta Comissão, obviamente, o acesso a essas informações sem embargo, sem prejuízo do imediato compartilhamento com a CCAI, visto que, como já foi dito, a CCAI será composta e terá, inclusive, o exercício da Vice-Presidência por parte do Presidente desta Comissão no próximo biênio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu queria só propor um encaminhamento, e acho que é importante que todos concordem.

Como não houve ainda, Senador Sergio Moro, a instalação dessa Comissão de Controle da Atividade de Inteligência, ela será presidida, nesse primeiro ano, pelo Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e, no segundo ano, pelo Presidente desta Comissão. Como é um mero requerimento de informações, ainda não estamos convidando, e foi este também o propósito do Senador Amin, nós podemos, agregando a autoridade citada pelo Senador Amin, aprovar aqui, nesta Comissão, o requerimento até a instalação da própria Comissão de Controle da Atividade de Inteligência, porque trata apenas de informação.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/REDE - AP) - Só para conhecimento, conforme os termos do Regimento Comum, não à toa que a inteligência do Regimento Comum dá luz à CCAI com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado da Câmara dos Deputados e a Comissão de Relações Exteriores e Defesa do Estado do Senado Federal. Como ambas a compõem, a guarda de documentos reservados até para apreciação da CCAI, obviamente, tem as mesmas responsabilidades que o Regimento Comum do Congresso Nacional estabelece à CCAI e às resoluções da própria Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Podemos encaminhar dessa forma? *(Pausa.)*

Em votação.

Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Permite-me, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Por favor.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) - Para sanar uma dúvida localizada.

A resposta a esse requerimento será de domínio, no mínimo, dos membros da CRE.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Desculpe-me.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - As informações constantes da resposta serão, no mínimo, compartilhadas na Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Claro! Claro!

De acordo com regras... Eu era ainda Presidente do Senado Federal quando nós fizemos a organização daquelas regras que compõem hoje o Regimento Interno de funcionamento da Comissão, que é absolutamente temporário. Até que regras mais definitivas não fossem aprovadas, nós tivemos que estabelecer um regimento interno com regras, evidentemente, provisórias.

O segundo requerimento...

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 3, DE 2023

Realização de Audiência Pública na CRE com a presença do Senhor Ministro da Defesa, José Mucio Monteiro Filho.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

3ª PARTE

EXTRAPAUTA

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 4, DE 2023

Realização de Audiência Pública na CRE, com a presença do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Autoria: Senador Renan Calheiros (MDB/AL)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Sr. Presidente, dois requerimentos, ambos de iniciativa de V. Exa., já referidos aí, que tratam do convite ao Ministro das Relações Exteriores e ao Ministro da Defesa para marcarem data para comparecer a esta Comissão.

São os Requerimentos 3 e 4.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que convidam...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - O Ministro das Relações Exteriores...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Defesa.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É, são os requerimentos de praxe, na forma do Regimento. Eu falei anteriormente que acaba englobando a iniciativa de V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Só uma dúvida: esse é o meu requerimento?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, é o requerimento da própria Mesa.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - É iniciativa do Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Em votação os requerimentos.

Os Senadores que aprovam...

Em discussão. *(Pausa.)*

Não havendo quem queira discutir, os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovados.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) - Sr. Presidente, requerimento da Comissão de Relações Exteriores que trata... Aliás, é um requerimento à Comissão, do Senador Flávio Arns, que pede ao Exmo. Sr. Presidente da República a convocação da Cúpula Extraordinária dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com participação de representante da Ucrânia como convidado, podendo ser realizada inclusive por videoconferência, a fim de discutir medidas concretas para se alcançar imediato cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia, bem como o estabelecimento de meios diplomáticos ou políticas efetivas capazes de superar as divergências e garantir a paz no longo prazo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O que é que pede mesmo?

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Ele pede que a Comissão de Relações Exteriores...

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - ... apresente indicação, sugerindo ao Sr. Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que convide para a reunião do Brics a Ucrânia, para que nessa reunião possa ser discutida a paz entre as duas nações.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Na verdade, é um requerimento que propõe a indicação de procedimento ao Presidente da República.

Concedo...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Pode pedir vista?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Concedo vista, na forma do Regimento, ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Quero namorar esse requerimento!

(É o seguinte o item sobrestado:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

3ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL N° 5, DE 2023

Requeiro que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional - CRE, nos termos do art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, apresente Indicação sugerindo ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República a convocação de Cúpula Extraordinária dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), com participação de representante da Ucrânia como convidado(a), podendo ser realizada inclusive por videoconferência, a fim de discutir medidas concretas para se alcançar imediato cessar-fogo entre Rússia e Ucrânia, bem como o estabelecimento de meios diplomáticos ou políticos efetivos capazes de superar as divergências e garantir a paz no longo prazo.

Autoria: Senador Flávio Arns (PSB/PR))

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Bom, o requerimento vai aqui...

E era um só, Presidente. Como votamos dois juntos, eram os quatro requerimentos que tínhamos a ser apreciados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Portinho.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Sobre o meu requerimento, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós vamos apreciar o requerimento. O problema, e eu falei isso... De uma certa forma, o requerimento, que é mandamento regimental que nós já apreciamos aqui, de convite do Ministro, já engloba o...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) - Não, mas aí... Perdão, Sr. Presidente, desculpe discordar, mas o meu requerimento é um requerimento específico para um tema e que envolve, inclusive, também a Sra. Ministra do Turismo, porque é um assunto que pertine a ambos, tanto ao Chanceler quanto à Ministra do Turismo. E é um assunto - não tem aqui nenhuma rivalidade ou ideologia no meu pedido -, é um assunto que importa, na verdade, ao seu estado, Senadora Daniella, ao seu estado, Presidente, ao seu estado, porque parece que vai começar a vigorar a partir de outubro a exigência de vistos para o ingresso de turistas, seja a passeio, a trabalho, a lazer ou a que for, dos Estados Unidos, do Japão, da Austrália e do Canadá, isso tem um impacto nas economias não só do nosso país, são divisas que vêm para o nosso país... Aliás, é a melhor divisa que vem, porque ele deixa nos hotéis, nos restaurantes, nas feiras e nos congressos e impacta a economia de cada um dos nossos estados e nossas cidades.

Inclusive até no requerimento eu trago aqui, Senador Esperidião, que Santa Catarina recebeu 115.611 turistas americanos, só americanos; Alagoas, Sr. Presidente, que desembarcaram direto, 15.500 turistas americanos. Então, deve haver uma explicação, que eu acho que cabe aqui ser dada a esta Comissão, da razão da volta desse visto. Acho que vai nos caber avaliar se essa razão econômica é suficiente a ponto de prejudicar, muitas vezes, embaraçar a vinda de turistas para o nosso país que trazem divisas, para os nossos estados.

Então, Sr. Presidente, o requerimento - por isso que perguntei se estava sendo lido o meu, porque o meu requerimento é específico para esse assunto - é para tratar desse assunto, é um convite, não é uma convocação. Vivi no Governo passado pedidos de convocação raivosos, a gente tinha que negociar para transformar em convite. Estou fazendo com a maior fidalguia aqui o convite ao Exmo. Sr. Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores, e Sra. Daniela Carneiro, Ministra do Turismo, para a gente compreender, porque deve haver razões, não é...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Queria só informar, antes de conceder a palavra...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Eu gostaria que o meu requerimento fosse lido e colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - O requerimento de V. Exa. já tinha sido até anunciado por mim e está contemplado com relação ao convite ao Ministro Mauro Vieira, porque nós acabamos de votar um requerimento que engloba o requerimento de V. Exa., que está tramitando nesta mesa. No entanto, com relação ao convite à Ministra do Turismo, não. Nós vamos então convidar a Ministra do Turismo para que ela possa aqui ajudar a tirar dúvidas com relação a isso, uma vez que já há um convite com pauta ampliada para o Ministro das Relações Exteriores.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Eu queria só dizer, a título de adiantamento de por que essas coisas evidentemente aconteceram, que na diplomacia há o princípio, sobre o qual o Brasil sempre se debruçou, da reciprocidade da isenção de vistos. Como a nossa política...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Desde que isso não traga impacto econômico ao nosso país, nos cabe avaliar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Como a nossa política externa não observou critérios de reciprocidade, as coisas eram feitas unicamente no interesse de uma das partes, evidentemente que essa medida foi tomada. Estou dizendo isso aqui, não tenho nem obrigação de fazê-lo.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Sr. Presidente, não quero entrar nem no mérito, porque eu poderia desfilar aqui milhares de argumentos que mostram economicamente; mas é exatamente por não querer entrar no mérito, querer ouvir antes de julgar, que eu gostaria, Sr. Presidente, que o meu requerimento fosse lido na íntegra, porque ele é específico para um tema e envolve não só o Ministro das Relações Exteriores como a Ministra do Turismo, porque tem a ver com relações exteriores. O turismo é uma das principais economias do país e uma das principais economias do meu estado. Aí agora eu vou defender o meu estado, porque o ingresso de turistas no Rio de Janeiro vindo dos Estados Unidos é mais do que meio milhão. Isso é divisa, dólar que entra no meu estado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu tenho um requerimento...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Sr. Presidente, eu tenho direito à leitura do requerimento e à votação, seja para aprová-lo, seja para rejeitá-lo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. tem direito à leitura do requerimento e eu já comuniquei a decisão da Mesa de que o requerimento de convite ao Ministro das Relações Exteriores já está contemplado, em função da aprovação de um requerimento da própria Mesa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Sr. Presidente, eu respeito.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É uma redundância.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Não é redundância...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Abunda... Agora com relação ao...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... porque o termo é específico. São dois ministros que têm a obrigação de vir aqui. Eu estou convidando...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Um já está vindo com data marcada.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Sr. Presidente, eu gostaria da leitura e votação do meu requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Isso é uma redundância. Eu vou submeter o requerimento de V. Exa. no que refere ao convite à Ministra do Turismo.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Pela ordem.) - Posso tentar intervir para pacificar, no sentido de entendimento pleno?

Presidente, eu acho que uma coisa é o convite para que o Ministro das Relações Exteriores e Defesa Nacional venha aqui cumprir até um dever inaugural. Assim como o senhor falou, o Ministro das Relações Exteriores e o da Defesa Nacional. Isso é uma coisa, que é pacificada. Tomara que ele venha semestralmente aqui.

Agora, o pedido dele é uma coisa pontual e específica. E eu, pessoalmente, gostaria dessa reunião. Até sugeriria que nessa vinda fossem convidados membros de outras Comissões. Explico o porquê. Não é só turismo. O meu estado, por exemplo, exporta mais para os Estados Unido do que para a China. A nossa exportação é um pouco diferente, tem mais valor agregado, tem mais tecnologia. Se eu disser para vocês que 25% dos motores elétricos nos Estados Unidos são *made in* Weg.

Então, exatamente. Essa decisão do Governo de reciprocidade conta com o meu apoio total, ou seja, sou absolutamente favorável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Agora, como dizia Vitorino Freire, as consequências vêm sempre depois. Então, como nós temos esse intercâmbio, fora o turismo... Eu acho até que, além do turismo, poderíamos até convidar integrantes de outras Comissões, mas é um assunto específico. Isso aqui vai tomar tempo.

O Ministro das Relações Exteriores certamente...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... ponto de vista do chanceler...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Mas é outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Nós já temos marcada a vinda.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Mas é outra reunião.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não. É uma reunião... Desculpa, Senador Amin, é uma reunião para tratar de temas específicos das relações exteriores, o que inclui...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - E defesa nacional...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... a questão da isenção de vistos sem reciprocidade...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - O senhor anunciou no início que estava convidando o Ministro das Relações Exteriores e o Ministro da Defesa...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sim...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - São dois requerimentos já aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Já aprovados...

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Já aprovados. Este que o Senador apresentou, com a sua fundamentação, é específico para este decreto, esta decisão do Governo de estabelecer a reciprocidade.

O que ele está pedindo, e eu considero relevante, é que se analise numa reunião específica, isso junto com a Ministra do Turismo, se isso terá consequências boas. E, se não forem boas, quais? Só isso.

Portanto, é... Como diz o Miguel Livramento, que é o meu filósofo, uma coisa é uma coisa, outra coisa é outra coisa. Só isso que eu queria dizer, para pacificar, não é para confrontar.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) - Eu queria só, também complementando, lembrar aqui...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senadora.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) - Obrigada, Sr. Presidente.

Ao recorrer aqui ao nosso Vice-Presidente, lembrando que uma das discussões até acerca da medida provisória que nós apreciamos acerca do turismo, uma das suas preocupações, Senador Cid Gomes, é justamente sobre trazer divisas para o país.

Eu acho que não há dificuldade, Sr. Presidente. Eu também gostaria aqui de concordar com o requerimento. Acho que não há dificuldade alguma em que haja alguma convocação específica, algum convite específico para um momento como esse, que realmente tem interesse para todos os brasileiros, para todos nós, que consequências poderão ter. E aí acho que isso não alterará, de forma alguma, as reuniões nossas. Muito pelo contrário, eu acho que vem contribuir. Então, eu gostaria de concordar também aqui. É por isso que eu falei, Senador Cid Gomes, nesse seu entendimento também, seria esse apoio, apoiarmos aí o requerimento do Senador Carlos Portinho. Não vejo dificuldade, até porque o Governo deverá ter excelentes razões para tomar uma atitude com essa.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Então, falando aqui, é uma matéria de mérito da economia processual. É o seguinte: como já há uma convocação aprovada, nós poderemos até fazer um adendo da convocação, inclusive atendendo ao requerimento, mas não pode ser uma redundância. Essa não é nossa melhor diplomacia. Por favor!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Desculpe, Sr. Presidente, não é redundância, é um direito parlamentar meu, como, aliás, todos aqui somos iguais. É um requerimento que está na pauta, eu peço que ele seja lido e votado, para uma audiência específica, com um tema específico, determinado, inclusive, bem delimitado e justificado...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Oportunamente apreciaremos o requerimento de V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Oportunamente, na forma do Regimento...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Sr. Presidente, começamos muito mal. O requerimento está na pauta, como tantos outros.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Oportunamente apreciaremos o requerimento de V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - V. Exa. está se negando a ler o meu requerimento hoje, que está na pauta?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Não, não. Eu não estou me negando a nada.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Não há pedido de adiamento.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou me negando...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Há interesse aqui de vários Senadores de estados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou me negando a ser...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - A gente começa mal.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu estou me negando a fazer opção pela repetição inútil.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Não é repetição inútil. É uma audiência específica...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Que já está incluída. É uma repetição óbvia.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - ... para um tema específico, com uma Ministra, inclusive, cujo nome não está nesses outros requerimentos. São requerimentos individualizados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Está bom. Essa é uma decisão da Mesa, que eu acabo de encaminhar.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Isso atenta contra todos os Parlamentares. Então, para a gente escolher...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu aceitarei fazer uma referência no requerimento aprovado anteriormente.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Isso é um absurdo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Aceito fazer uma referência de que, inclusive...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - O Requerimento é o nº 1, é anterior a todos esses aqui. Todos esses, Sr. Presidente. Eu não quero criar, acho que não tem nem necessidade. Se o Ministro não quiser, não vem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Compete a esta Presidência definir sobre a prioridade da pauta.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Mas ele está na pauta, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com todo respeito. Com todo respeito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Por que um desgaste desnecessário desse para um tema que é de interesse nacional, passando por cima do direito parlamentar? Isso poderia ser com qualquer um de nós.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Infelizmente, não será útil...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Isto é uma Casa democrática, Sr. Presidente. É dizer aprova ou não aprova? Votem contra.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Tão democrática, que nós já aprovamos a vinda...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Não! O meu Requerimento é o nº 1, é antes de todos esses. Eu tenho direito, não é só o Ministro das Relações Exteriores, é a Ministra do Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - V. Exa. tem o direito. Nós vamos submeter...

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - V. Exa. está enganado.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... oportunamente à apreciação.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Suas ideias não correspondem aos fatos, Sr. Presidente. O senhor falou em democracia, falou em direitos, está aqui um apoio, inclusive, do Plenário a esse convite. Não é uma convocação. Já foi, no Governo passado, tudo era convocação. Estou tendo aqui a fidalguia de pedir um convite. Ô, Sr. Presidente, é absolutamente desnecessário esse...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Mesa vai apreciar o requerimento de V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - O meu requerimento está em pauta. Vai apreciar e não vai mais entrar em pauta. Vou ser aqui... O meu direito vai ser ultrapassado pelos outros à vista de todos os meus colegas. Isso é um absurdo, gente! Pelo amor de Deus! Poxa, V. Exa. me decepciona na abertura desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, e igualmente digo isso de V. Exa.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Não, não, não.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu acho que nós estamos aqui em missão de paz.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Ah, por favor! Faça valer o Regimento. Agora, poupe-nos de caminhar sempre pela redundância.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Que redundância?

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Para refazer o que já está feito.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - A Ministra do Turismo não está. Meu Requerimento é o nº 1.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - A Ministra do Turismo não está no requerimento?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Para mim está no meu, não nos que foram aprovados.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E quem disse que a Ministra está nos aprovados?

Por favor, nós passamos ao item seguinte da pauta.

Vamos dar conhecimento à proposta de plano de trabalho...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Desculpe-me, Senador, a Senadora aqui pediu a palavra, quer falar.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senadora Professora Dorinha.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Também quero falar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senadora Leila na sequência.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Pela ordem.) - Bom dia a todos!

Sr. Presidente, eu queria só sugerir se não seria possível acrescer ao requerimento, então, que V. Exa. já aprovou, o convite à Ministra Daniela no tocante a esse tema, para que pudesse ser tratado. Entendi que oportunamente será discutido.

Acho que é importante o interesse. Tenho certeza de que a preocupação é com o país. Então, é interessante conhecermos as motivações e, logicamente, a relação de reciprocidade, que é sempre o que é perseguido pelo bem do nosso país. Então, é uma sugestão. Entendo que tem um foco específico e que, talvez, possa ser atendido nesse formato.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Eu aceito o encaminhamento de V. Exa.

Quero dizer que esse encaminhamento já foi proposto, de nós votarmos o convite à Ministra do Turismo e de incluirmos, no requerimento já aprovado, um adendo, inclusive para atender o requerimento do Senador Portinho.

Fora disso, é nós nos guiarmos por uma tática legislativa que, sinceramente, não é usada. Significa dizer o seguinte: apresentar cinco, seis requerimentos, objetivando um convite para uma autoridade, dividir os fatos em alguns e estabelecer datas sucessivas para isso. Não é a melhor diplomacia, infelizmente.

O Senador Portinho sabe da consideração, do respeito, da estima que tenho por ele, mas eu não vou incorrer numa coisa que, sabidamente, não está correta, não está lógica, que não é a lógica do ponto de vista do processo parlamentar, legislativo.

Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Senadora Leila...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Pode falar, pode falar.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Não, não vou...

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) - Rapidamente, Senador.

Pedindo vênia aos colegas, nós entendemos que já fizemos uma convocação ao Ministro das Relações Exteriores e que o caso é diplomático, inclusive, é a concessão de vistos. Então, acho que é interessante, nesse primeiro momento em que já tivemos essa convocação, que sejam também sanadas essas dúvidas com relação... E tendo a necessidade, após, dessa convocação, de o Ministro vir aqui, podemos, sim, pensar e o próprio Portinho apresentar um novo requerimento, se ele não tiver sanado as questões da pasta do turismo, da economia. Esse primeiro momento é para a gente entender as ações e a atitude diplomática de fazer a questão do retorno dos vistos com esses países. Então, como nós aqui estamos discutindo as relações diplomáticas, acho que é importante, primeiramente, ouvirmos o Ministro das Relações Exteriores sobre o motivo dessa questão dos vistos.

Eu acho assim, gente, nós teremos um ano inteiro para debater tudo o que é de interesse não só do país, mas também dos nossos estados. Então, eu acho que é desnecessário esse desgaste nosso numa primeira reunião, sendo que já tem um requerimento aprovado para o Ministro das Relações Exteriores vir aqui.

É isso. Essa é uma posição que, eu acho, entende a posição do Presidente, entende também, Portinho, a sua posição. Mas o que é importante agora é o Ministro das Relações Exteriores estar aqui, gente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) - Presidente, ontem nós estávamos numa sessão, no Plenário, e houve um debate sobre uma proposta de mudança de lei, de penas dos crimes sobre o consumo.

E houve uma divergência muito grande ali, no Plenário, que impediu a votação. O Presidente Rodrigo Pacheco bem conduziu ali, buscou uma solução salomônica e acabou pacificando a questão.

A minha sugestão, já que houve aqui esse entrevero, e respeitando as razões de todos, então, é de que nós já façamos a adição ao requerimento já aprovado e já votemos nesta sessão o convite, porque existem as questões econômicas e eu acho que a preocupação é essa. Para que a questão seja devidamente apreciada por esta Comissão, tem o aspecto diplomático, mas tem a repercussão sobre o turismo brasileiro. E aí quem é mais habilitado para falar disso é a Ministra do Turismo.

Então, assim, eu entendi a sua ponderação, entendi a ponderação do Carlos Portinho, mas, para resolver a questão, então, votemos, desde logo, uma adição ao requerimento já aprovado para convocação da Ministra do Turismo na mesma oportunidade. Para convite, perdão, convite. E eu tenho certeza de que esse tema será restrito, a conversa será sobre a questão do visto e do turismo.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) - Sr. Presidente, eu concordo com o que o Ministro Moro está colocando, porque eu não tenho dúvida de que o Ministro Mauro Vieira vai chegar aqui e vai dizer que é reciprocidade. Ele vai se basear na regra. Mas existem consequências de uma decisão dessa natureza, porque é a Ministra do Turismo a responsável por colocar essas consequências e, no final das contas, isso ajuda o atual Governo a tomar uma decisão melhor.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Sr. Presidente, eu...

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Com a palavra, o Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) - Com a sua permissão.

Pelo que eu estou entendendo, nós estamos insistindo numa discussão que eu, que sou engenheiro, para mim está clara. Foram aprovados aqui dois requerimentos, um que convida, e é praxe desta Comissão, no início dos seus trabalhos, convida o Ministro da Defesa e outro, que convida o Ministro das Relações Exteriores. Esse convite ao Ministro das Relações Exteriores atende à solicitação do Senador Carlos Portinho.

O Senador Carlos Portinho, Presidente, alega que essa questão tem a ver, não só, embora a decisão seja das Relações Exteriores, tem a ver com a economia e pede que o Turismo também seja convidado. Só que, a meu juízo, é incompatível que você, nesta ou na reunião em que estará o Ministro da Defesa e na reunião em que estará o Ministro das Relações Exteriores, traga um outro ministro. Vai ficar deselegante. Nós vamos tratar de 100 assuntos com o Ministro das Relações Exteriores e de um só assunto que tem o Turismo.

Então, a meu juízo, é só aditar, quer dizer, dizer, no requerimento, no requerimento do Presidente, que é requerimento do Senador Portinho também, convidando o Ministro das Relações Exteriores, e aprovar o convite à Ministra do Turismo para uma outra oportunidade, até porque é um convite, para vir discutir, especificamente.

Não é razoável que a gente fique convidando, o tempo todo, o Ministro das Relações Exteriores.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) - Atende-me a sua proposta, caro Senador Cid.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Hã?

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Até porque os Ministros não vão querer vir juntos. Eles não vão querer vir juntos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Não é isso? Um requerimento só da Ministra do Turismo.

Foi o que o Presidente propôs desde o início.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Portinho, os Ministros não vão querer vir juntos.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - Faz a votação desde logo para superar essa questão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) - Eles não vão querer vir juntos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Sim, mas a votação...

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) - E para sairmos daqui tranquilos.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - O do Ministro das Relações Exteriores já está aprovado. O que o Presidente está dizendo é que se convide a Ministra do Turismo.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - E faz-se um adendo no requerimento.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Foi a proposta.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) - Mas votamos hoje.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. *Fora do microfone*.) - Mas votamos hoje.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Sem problema! O um já está votado.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Essa foi a proposta que eu fiz, de nós submetermos...

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Desde o começo... Desde o começo, foi o que o Presidente propôs.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - ... e fazermos o convite à Ministra.

(Intervenções fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É!

Em votação, portanto, o requerimento que convida a Ministra do Turismo para comparecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito... *(Risos.)*

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE) - Opa! De Relações Exteriores. Você disse "parlamentar de inquérito". *(Risos.)*

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Ainda não, Presidente! Ainda não!

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - É porque a proposta, em algum momento, parecia uma acareação. *(Risos.)*

Trazer os dois para...

Em votação o requerimento com o adendo devido.

As Senadoras e os Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. *(Pausa.)*

Aprovado.

O SR. CARLOS PORTINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) - Muito obrigado, Sr. Presidente, pela intervenção de todos e a harmonia da nossa Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Renan Calheiros. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - AL) - Obrigado.

Eu vou passar a Presidência para o Senador Cid Gomes.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC) - Para pacificar esta reunião, o senhor podia pedir para convidar o Presidente da Embratur também. *(Risos.)*

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) - Sras. e Srs. Senadores, o próximo item da pauta é a apresentação do plano de trabalho para o biênio 2023/2024 desta Comissão. Dele foi dado conhecimento. Acho que cada um dos senhores recebeu uma cópia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

As sugestões que houver de emendas, de alteração no plano de trabalho podem ser apresentadas - é a ponderação que a Mesa faz - até o dia 23 de março. Portanto, como hoje é dia 16, na próxima quinta-feira ou até quinta-feira os membros da Comissão poderão apresentar sugestões de alterações ou de acréscimos ao plano de trabalho que está distribuído.

Bom, não havendo mais nada a tratar, eu solicito, antes de encerrarmos, propondo a dispensa da leitura da ata da reunião anterior, do dia 8 de março, que seja aprovada pelos presentes. *(Pausa.)*

Com a concordância, está aprovada a ata.

Nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença de todos, declaro encerrada a presente reunião.

(Iniciada às 9 horas e 28 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 54 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às nove horas e vinte e sete minutos do dia vinte e três de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob a Presidência do Senador Cid Gomes, reúne-se a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional com a presença dos Senadores Fernando Dueire, Jaques Wagner, Chico Rodrigues, Beto Faro, Flávio Arns, Astronauta Marcos Pontes e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os Senadores Professora Dorinha Seabra, Randolfe Rodrigues, Renan Calheiros, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Humberto Costa, Wellington Fagundes, Tereza Cristina e Esperidião Amin. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** - Apreciação do Plano de Trabalho. **Resultado:** Prorrogado o prazo para apresentação de contribuições ao Plano de Trabalho. Apreciação adiada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Cid Gomes
Vice-Presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.061557/2023-93

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA
SECRETARIA DE REGISTRO E REDAÇÃO PARLAMENTAR

REUNIÃO
23/03/2023 - 3ª - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) - Bom dia.

Havendo número regimental, declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária - visto que a nossa reunião ordinária é às 10h -, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Nós temos uma clara ausência de quórum para deliberações. Penso até - e pessoalmente falarei com o Presidente Renan - que esse horário, que é um horário regimental, deveria ser repensado, porque nós tivemos a inclusão na agenda do Senado de dois eventos de grande importância, que demandam nossa presença, que são a própria reunião ordinária do Plenário, marcada para às 10h - para às 11h, desculpem - e a reunião ordinária do Colégio de Líderes, marcada para às 9h.

Então, aqui nós temos sete Líderes e, se formos contar Vice-Líderes, por exemplo, o Senador Chico Rodrigues acabou de dizer que, na ausência do Líder, ele vai lá para a Comissão ou para a reunião dos Líderes, representando o seu partido. Então, vamos tratar disso.

O que temos em pauta para hoje... Obviamente, havendo exigência de quórum, já foi retirado. Nós temos uma comunicação de documentos recebidos por esta Comissão, e faço agora esta comunicação.

Sras. e Srs. Senadores, comunico o recebimento de documentos pela Secretaria, os quais, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, pelo prazo de 15 dias, podendo os membros solicitarem a autuação dos referidos documentos. Findo o prazo sem manifestação, os documentos serão arquivados.

Espero que todos já tenham a assistência, o conhecimento, a informação para ingressar no *site* da Secretaria. Depois eu quero uma aula particular para eu ver onde ficam esses documentos.

O Presidente Renan Calheiros está ausente porque acompanha o Presidente da República em uma viagem acho que ao seu estado ou à Paraíba.

(Intervenção fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Cid Gomes. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Fala da Presidência.) - Não, acho que é... Bom, é para esse evento da Marinha. Então, está numa representação desta Comissão, visto que o assunto da defesa está relacionado a ela.

E ele fez a designação de alguns Relatores para algumas matérias que já estão na Comissão. Então, eu peço à Secretaria que dê conhecimento aos Relatores designados para que ofereçam parecer, e o Presidente fará uma pauta oportunamente para a apreciação dessas matérias.

Nós tínhamos previsto para hoje, embora já houvesse uma disposição de minha parte de adiar em função de anúncios de desejos ainda de contribuir, a aprovação do plano de trabalho. Então, pelo motivo de não ter quórum e pela manifestação, por exemplo, do nosso Senador Marcos, fica adiado por mais uma semana o prazo para recebimento das contribuições, das sugestões para o plano de trabalho desta Comissão. Houve já uma contribuição da Senadora Dorinha; lembro-me também da Senadora Mara Gabrilli, que ofereceu sugestões; e o Senador Marcos estava me falando aqui, mas eu peço que ele apresente por escrito. Haverá, por parte da Mesa desta Comissão, toda a disposição de acolher e acatar as sugestões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Há uma previsão também do item avaliação de políticas públicas, com exigência de quórum - só para dar conhecimento; isso não será feito agora.

Conforme é explicitado no plano de trabalho aprovado e nos termos do art. 96-B do Regimento Interno, comunicamos a abertura do prazo, que irá até 29 de março - esta é só uma comunicação de abertura de prazo -, para a indicação de políticas públicas a serem avaliadas no âmbito da Comissão. As indicações deverão ser apresentadas na forma de requerimento. A Presidência esclarece que tais políticas públicas deverão estar circunscritas à competência regimental da Comissão de Relações Exteriores e tratar de assuntos como: atos e relações internacionais, Ministério das Relações Exteriores, comércio exterior, Forças Armadas, questões de fronteiras e limite de território nacional, assuntos referentes à Organização das Nações Unidas e entidades internacionais de qualquer natureza. Isso é meio que um apêndice, um anexo ao plano de trabalho.

A Presidência pergunta se há alguma manifestação. *(Pausa.)*

Então, nada mais havendo a tratar, agradecendo a presença, está encerrada a presente sessão extraordinária e convocada outra para às 9h de quinta-feira da semana que vem, que ninguém sabe se vai ser a semana virtual - é bem provável que seja, será anunciado hoje. Em sendo assim, já deixo aqui antecipado que eu acho que a própria Comissão poderá também fazer virtual, porque acho que foi essa a deliberação. Na semana em que o Plenário funcionará de forma mista, se acontecer - a previsão é de que aconteça - na semana que vem, até em função da viagem de alguns, inclusive, do próprio Presidente, esta Comissão também fica passível de que a sua reunião seja de forma mista, semipresencial.

Obrigado.

(Iniciada às 9 horas e 26 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 32 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quatorze horas e quarenta e sete minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Chico Rodrigues, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Jayme Campos, Wilder Morais, Soraya Thronicke, Vanderlan Cardoso, Rodrigo Cunha, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Tereza Cristina, Augusta Brito, Luis Carlos Heinze, Veneziano Vital do Rêgo, Teresa Leitão, Cleitinho, Weverton, Izalci Lucas, Efraim Filho, Jaime Bagattoli, Dr. Samuel Araújo, Alan Rick, Astronauta Marcos Pontes, Laércio Oliveira, Fernando Farias, Esperidião Amin, Rogério Carvalho, Fabiano Contarato, Cid Gomes, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Marcos do Val, Carlos Portinho, Styvenson Valentim, Paulo Paim e Romário. Deixam de comparecer os Senadores Beto Faro, Eduardo Braga, Carlos Viana, Wellington Fagundes e Eduardo Gomes. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão e eleição de presidente e vice-presidente para o biênio 2023-2024. **Resultado:** Instalada a Comissão e eleito presidente por aclamação, para o biênio 2023-2024, o Senador Confúcio Moura. O Senador Wilder Morais lê antes manifesto para anunciar a abstenção de voto do Bloco Parlamentar Vanguarda. Fazem uso das palavras os Senadores Wilder Morais, Jayme Campos, Chico Rodrigues, Cid Gomes, Jaime Bagattoli e Cleitinho. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quinze horas e doze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente Eventual da Comissão de Serviços de Infraestrutura

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Serviços e Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

A presente reunião tem por finalidade a instalação dos trabalhos e a eleição do Presidente e do Vice-Presidente da Comissão para o biênio de 2023-2024, nos termos do art. 88 do Regimento Interno do Senado Federal.

Foi registrada até o momento a seguinte chapa: para Presidente, o Senador Confúcio Moura, MDB, Rondônia.

Consulto os presentes se há mais interessados em se candidatar para que possamos finalizar o preparo da cédula de votação.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. *Fora do microfone*.) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Pela ordem, nobre Senador Wilder Morais.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu peço pela ordem, nos termos do dispositivo do art. 14, inciso X, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, para manifestar a discordância do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelos Partidos Liberal, Progressistas, Novo e Republicanos, na forma como está sendo conduzida a eleição da Presidência desta Comissão aqui no Senado Federal.

O Presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, em seu discurso de posse, afirmou:

> [...] o Brasil precisa mesmo de pacificação. Os Poderes da República precisam trabalhar em harmonia, buscando o consenso pelo diálogo. Os entes federativos devem estar de modo sincronizados para que as políticas públicas possam efetivamente chegar à população.
>
> O Senado Federal [também] precisa de pacificação para bem desempenhar suas funções de legislar e de fiscalizar. Os interesses do país estão além e acima de questões partidárias, e nós, Senadores e Senadoras, precisamos nos unir pelo Brasil.
>
> [...]
>
> Pacificação é buscar cooperação. Pacificar é lutar pela verdade. Pacificação é abandonar o discurso de "nós contra eles" e entender que o Brasil é imenso e diverso, mas o Brasil é um só.

Infelizmente o que se observa nas eleições para a Presidência das Comissões do Senado Federal é exatamente o inverso. Não foi observada a proporcionalidade, conforme determina o §1º do art. 58 da nossa Constituição Federal, o qual é cristalino ao determinar que, abre aspas: "Na constituição da Mesa e das Comissões, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou blocos parlamentares que participam da respectiva Casa."

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Na oportunidade, cumpre registrar que os termos "tanto quanto possível", constantes no artigo, são para garantir que, havendo um número maior de partidos ou blocos do que Comissões, não será possível a distribuição observando a proporcionalidade. Mas não é esse o caso. Hoje o nosso bloco é o terceiro maior bloco desta Casa, o que lhe garantiria, pela proporcionalidade, o direito à Presidência de quatro Comissões, conforme os cálculos.

Ademais, pode alguém argumentar que poderia haver disputa também para a eleição à Presidência da Comissão, como ocorreu no Plenário do Senado Federal. No entanto, é importante observar que na Comissão, diferentemente do que ocorreu no Plenário, não há maioria de membros. Pelo contrário, os membros da Comissão são compostos pela formação da divisão proporcional dos blocos e partidos. Logo, matematicamente falando, é impossível o bloco com menor formação eleger o Presidente, já que possui membros a menor.

Sendo assim, como representante do Bloco Vanguarda, em nome de todos os membros, informo que vamos nos abster de participar da votação, por entender que ela não está respeitando a proporcionalidade conforme determina a Constituição.

Registra-se que não há nada pessoal com os Senadores que estão compondo a chapa à Presidência, e sim com a forma como estão sendo conduzidas as eleições para Presidente das Comissões, não só nesta, mas também em outras... da nossa Constituição Federal. Ademais, fazendo uma retrospectiva durante toda a legislatura desta Casa, sempre foi respeitada a proporcionalidade partidária diante das Presidências das Comissões.

Ante o exposto, peço que registre em ata e nas notas taquigráficas a abstenção do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelos partidos PL, PP, Republicanos e Novo, na votação para a Presidência desta Comissão, Sr. Presidente.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Chico Rodrigues. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Registro a manifestação do nobre Senador Wilder Morais, do PL, de Goiás, representando o PL, o PP, o Republicanos e o Partido Novo. Deixamos aqui registrado nesta reunião.

Eleição por aclamação.

Consulto as Sras. e os Srs. Senadores quanto à possibilidade de elegermos o indicado por aclamação, tendo em vista que não há outras indicações.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam a eleição por aclamação permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a eleição por aclamação.

As Sras. e os Srs. Senadores favoráveis à chapa apresentada permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Proclamo eleito, por aclamação, para o biênio 2023-2024, o Senador Confúcio Moura para Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Convido os Senadores eleitos para ocuparem os seus lugares à mesa e passo a Presidência da reunião ao Senador Confúcio Moura. (*Palmas.*) (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, uma boa tarde a todos Senadores e Senadoras, boa tarde a todos consultores e assessores de gabinetes. Estou muito agradecido pelas presenças honrosas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu assumo a Presidência da Comissão de Infraestrutura com o objetivo de fazer tramitar aqui as grandes necessidades do campo, das rodovias, ferrovias e hidrovias brasileiras.

Esta Comissão será, a partir das manifestações lidas aqui pelo Senador Wilder... A gente concorda com a manifestação do bloco partidário, mas, a partir deste momento, eu gostaria de conclamar todos, porque todos nós temos rodovias em nossos estados, todos nós temos necessidades em nossos estados. Estou vendo aqui o nosso Senador mais jovem, lá de Minas Gerais, que é o estado onde mais rodovias existem no Brasil. Logicamente, ele e outros tantos também terão muitas demandas, e a nossa Comissão será o veículo e o instrumento para levar ao Ministério dos Transportes, ao Dnit, a quem competência tiver, os anseios da Comissão e as necessidades dos nossos estados.

Então, quero me colocar inteiramente à disposição, de uma maneira apartidária, neste momento, como Presidente, para conduzir os projetos em andamento e distribui-los de uma maneira equitativa para os Senadores relatarem, sem nenhuma preferência – os projetos que estão em andamento aqui na Casa. Com isso tudo, nós queremos limpar a pauta, não deixando nada parado aqui dentro de projetos de interesse dos Parlamentares, dos atuais e daqueles que já passaram. Há muitos projetos excelentes de legislaturas anteriores. Então, dessa forma, eu quero me colocar à disposição de todos e de todas para este trabalho bonito aqui na Comissão de Infraestrutura.

Eu, agora, abro a palavra para aqueles inscritos na seguinte ordem, até o momento: o Senador Chico Rodrigues e, logo depois, o Cid Gomes.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Sr. Presidente, eu gostaria de me inscrever. Senador Jayme Campos, Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Por favor, vamos anotar aqui.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR) – Sr. Presidente...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Eu abro mão para o Chico e para o Cid, que são mais velhos do que eu e têm preferência.

O SR. PRESIDENTE (Carlos Portinho. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Perfeito, Chico, com a palavra.

O SR. CHICO RODRIGUES (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - RR. Pela ordem.) – Sr. Presidente, eu quero, inicialmente, parabenizar V. Exa. pela eleição para ficar à frente desta importante Comissão do Senado da República.

Quero dizer que há uma manifestação coletiva, praticamente de todos os Srs. Senadores, de todos os estados, em função do momento em que vivemos em relação, especialmente, às rodovias brasileiras. Nós temos mais de 65 mil quilômetros de rodovias federais, das quais, aproximadamente, 30 mil quilômetros estão em condições difíceis de tráfego. Temos mantido contato com o Sr. Ministro de Estado Renan Filho, que tem demonstrado uma vontade enorme de ajudar a resolver esse problema. Tem uma disponibilidade, segundo informações preliminares, de, aproximadamente, R$20 bilhões para que se possa investir nessas rodovias, que são, na verdade, as artérias do desenvolvimento deste país.

No nosso caso, especificamente, no nosso Estado de Roraima, percorri, agora, recentemente, no último domingo, um trecho da rodovia BR-174, que liga Manaus ao nosso

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Estado, à Venezuela e à Guiana, e passei seis horas ilhado em um atoleiro de aproximadamente 1km. Já mantivemos contato com o Sr. Ministro de Estado dos Transportes, e ele inclusive já se dispôs a hoje à noite nos receber, no sentido de começar a sanar essas questões.

O Ministro tem uma experiência enorme. Ele foi Governador de Alagoas por dois mandatos, jovem ainda, mas deixou as rodovias estaduais – e interveio também nas rodovias federais do seu Estado – em condições excepcionais, igualando-as, inclusive, às rodovias do Estado de São Paulo.

Portanto, pela experiência que V. Exa. encerra como ex-Governador, como Senador, como Deputado Federal – que fomos, inclusive, juntos, em tempos pretéritos, lá na Câmara dos Deputados –, V. Exa. tem toda a competência para que possa, através desta Comissão importante, atender aos pleitos de todos os estados.

Então, quero desejar êxito a V. Exa., aos demais membros que comporão essa direção da Comissão de Infraestrutura e dizer que, na verdade, nós seremos parceiros, durante esses dois anos, nessa aventura para melhorar as condições das rodovias brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra o Senador Cid Gomes.

O SR. CID GOMES (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - CE. Pela ordem.) – Presidente, eu poderia até abrir mão, em nome do respeito, do carinho, da atenção, me antecedendo à palavra do nosso querido Senador Jayme Campos, mas será tão breve a minha palavra que eu peço a compreensão dele.

Eu quero só cumprimentá-lo e dizer que esta Comissão foi, durante todo o processo de definição de quem a conduziria, com qual partido ficaria, talvez, a mais disputada de todas as Comissões; foi mais disputada do que a CCJ, mais disputada do que a CAE, mais disputada do que a Comissão de Relações Exteriores, e acho que não poderia ficar em melhores mãos que não as suas. Então, eu quero cumprimentá-lo, parabenizá-lo.

Eu não sou nem membro titular, embora seja da área. Eu sou engenheiro civil e gosto muito do setor de infraestrutura, portos, aeroportos, estradas; é a área com que mais me identifico.

O representante do PDT será o Senador Weverton, e tenho certeza de que com isso comunga – e pede que lhe renda aqui a homenagem também.

Sucesso na sua missão!

Tenho certeza de que esta Comissão será muito bem representada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado pelas palavras, Senador Cid Gomes.

Com a palavra o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Sr. Presidente, querido Senador Confúcio, demais Senadores e Senadoras aqui presentes, só pedi a palavra para dizer que eu estou muito feliz de ver V. Exa. presidindo esta Comissão de Infraestrutura, Comissão esta que, sem dúvida alguma, é muito importante para o nosso país, até pela dimensão continental que nós temos. O país tem quase 8,9 milhões de quilômetros quadrado, carente de infraestrutura, sobretudo daquilo que certamente pode transportar a nossa produção, as nossas riquezas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu não tenho dúvida alguma de que V. Exa. nos liderando aqui à frente desta Comissão vai fazer um trabalho exitoso, até pela sua experiência como ex-Governador, por dois mandatos, do querido Estado da Rondônia, um homem público que nós invejamos pela sua capacidade, pela sua retidão de caráter, por ser um homem que trabalha de forma republicana e que, acima de tudo, como Senador da República, com quem já estamos convivendo nesses quatro últimos anos, fez um trabalho todo especial à frente da Comissão da covid, que, lamentavelmente, levou quase 700 mil brasileiros a óbito. E V. Exa. fez ali um trabalho exemplar. Acompanhei muito de perto V. Exa. presidindo aquela Comissão, cujos resultados foram altamente positivos. E eu não vejo de outra forma que não V. Exa. fazer aqui esse trabalho, dando voz e oportunidade para que todos nós, Senadoras e Senadores, tenhamos a oportunidade ímpar de, naturalmente, manifestarmos aqui os interesses de cada estado e, sobretudo, do Brasil.

Particularmente, já quero iniciar aqui dizendo a V. Exa. que nós temos que, urgentemente, fazer aqui uma audiência pública para convidar as pessoas, as empresas que ganharam algumas das concessões dos aeroportos do Brasil. Em Mato Grosso, uma empresa ganhou algumas concessões. Havia naturalmente, naquele momento da pandemia... Houve uma prorrogação do prazo para os investimentos que estavam pactuados dentro daquela concessão, venceu esse prazo e nada foi feito, nenhum pedaço, ou seja, nenhum saco de cimento foi colocado lá, muito menos um tijolo. E esta Comissão tem o papel preponderante de nós cobrarmos aquilo que foi pactuado quando foram concessionados os aeroportos, e falo, sobretudo, de Mato Grosso, que eu conheço muito bem. Dessa forma, Sr. Presidente, temos que tratar dos assuntos das nossas rodovias, das nossas ferrovias, das hidrovias. Enfim – e como bem disse o Senador Chico Rodrigues –, nós temos hoje de R$21 bilhões a R$22 bilhões no Ministério da Infraestrutura que podem ser investidos nas nossas rodovias e em outros setores tão importantes da logística brasileira.

Por outro lado, também uma pauta que eu vou trazer para esta Comissão é a questão de nós destravarmos a questão da ferrovia que demanda de Sinop a Mirituba, a Ferrogrão, tão importante para o escoamento da nossa produção através do Calha Norte, que demanda naturalmente o Estado do Pará. E, aqui, esta Comissão tem esse papel de lutarmos, de trabalharmos para melhorar a questão da infraestrutura, sobretudo, como bem me referi, as rodovias, ferrovias, hidrovias, portos brasileiros etc.

Portanto, V. Exa. tem toda a minha admiração e respeito pelo trabalho que V. Exa. fez como homem público por este país, sobretudo pelo querido Estado de Rondônia. Tenha na figura do Senador Jayme Campos um grande aliado para trabalharmos para construirmos um Brasil com mais oportunidades, mas, acima de tudo, com mais justiça social.

Parabéns, sucesso e boa sorte!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Jayme Campos.

Com a palavra o Senador Jaime Bagattoli.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Boa tarde a todos!

Quero dar os parabéns ao Senador Confúcio Moura, ex-Governador do nosso Estado de Rondônia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero reiterar as palavras do Senador Wilder e lhe dizer, Presidente desta Comissão, que você sabe a importância que nós temos e sabe a deficiência que nós temos de infraestrutura no país.

Eu quero dizer que venho do agronegócio e conheço as deficiências que nós temos em infraestrutura na Região Centro-Oeste, na Região Norte e, enfim, em todo o Brasil, tanto de rodovia quanto de ferrovia. Se o Brasil não investir pelo menos em 6 mil quilômetros de trilhos nos próximos dez anos, a produção brasileira vai entrar em colapso, porque não haverá logística. São muito poucos os investimentos que nós temos nos últimos 20 anos em infraestrutura.

Sr. Presidente, o senhor é conhecedor da BR-364 e da 429. O senhor sabe a importância daquela rodovia – eu estive, inclusive, no Dnit. A BR-364 abrange o Mato Grosso e é a única espinha dorsal que nós temos na Região Norte. Ela avança para três capitais, para três estados de que o senhor é conhecedor: Rondônia, Acre e Amazonas, ligação a Manaus. Então, nós precisamos dela. Aquela rodovia tem que ter uma relevância de muita importância no Ministério de Infraestrutura. Nós estamos perdendo muitas vidas naquela rodovia, em que já era para terem sido feitos investimentos. Há oito, dez anos, era para terem começado os investimentos e não foram feitos.

Então, Sr. Presidente, o senhor é conhecedor, o senhor foi Governador e o senhor sabe da importância e que nós precisamos investir em infraestrutura neste país. Por isso, como diz o nosso Senador Wilder, a gente fica até pensando por que nós não participarmos em nenhuma Presidência das Comissões.

Grande abraço.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Jaime Bagattoli.

Com a palavra o último escrito aqui, Senador Wilder Morais, do Estado de Goiás.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, cumprimento-o por sua eleição, parabenizo-o e desejo-lhe sucesso.

Quero dizer que, como já estive aqui no Senado por um mandato e em toda a minha trajetória aqui eu estive como membro da Comissão de Infraestrutura, até pela formação de engenheiro civil que sou, eu gostaria e tenho certeza de que podemos contribuir muito nessa pauta nos próximos dois anos com o senhor na Presidência. Quero dizer também o quanto é importante esta Comissão, como já foi dito aqui pelos meus colegas que me antecederam, para temas relevantes para o crescimento econômico do nosso Brasil.

A nossa colocação, como membro do PL e do Bloco Vanguarda, é um posicionamento, como bem disse aqui, sobre a questão de não ter sido respeitada a proporcionalidade, e um bloco com 23 Senadores não participar de nenhuma Comissão. Mas você pode ter certeza de que a nossa contribuição na sua liderança vai ser muito intensa, para que a gente possa destravar e melhorar cada vez mais a mobilidade do nosso Brasil em todas as áreas.

Parabéns pela eleição!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Cleitinho, por favor, com a palavra.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - MG. Pela ordem.) – Boa tarde a todos os Senadores e Senadoras.

Cumprimento V. Exa. pela Presidência da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu queria dizer que, como eu estou rodando o estado inteiro, como V. Exa. mesmo disse, o Estado de Minas Gerais está caótico, uma calamidade, todas as estradas de Minas Gerais, tanto federais e estaduais, estão intransitáveis, tem trechos que estão interditados. Tenho que trabalhar muito pelas minhas Minas Gerais.

Uma das sugestões que eu vou fazer aqui é um projeto que estou protocolando. Se tem a lei de incentivo à cultura, que é a Lei Rouanet, se tem a lei de incentivo ao esporte também, por que não fazermos uma lei de incentivo às estradas também? Que, tenho certeza, vai dar mais alternativas para os empresários poderem investir nas estradas aqui tendo também incentivo tributário.

Então, eu queria muito contar com a ajuda aqui de todos os Senadores, pela experiência que vocês têm, para a gente, juntos nesta Comissão, poder trabalhar esse projeto, que, eu acho, vai ser de suma importância, Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Por favor, estão fazendo uso da palavra, eu peço silêncio.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - MG) – Vai ser muito importante esse projeto porque o Governo Federal está com poucos recursos para poder investir em todas as estradas do Brasil.

Eu presenciei cenas lá em Minas Gerais, Sr. Presidente, de empresário querendo investir nas estradas, mas, infelizmente, o DNIT não deixou; então, acho que esse projeto vem para poder resolver esse problema. Tenho certeza de que, lá em Minas Gerais... Hoje mesmo eu estava conversando com alguns empresários que têm toda a vontade de fazer isso. Então, queria muito conversar com o senhor depois para a gente poder, junto, com esse projeto, protocolá-lo aqui na Comissão para a gente poder trabalhá-lo nacionalmente, que, eu sei, vai ajudar não só Minas Gerais, mas todo o Brasil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Cleitinho.

Eu quero deixar bem claro que Presidente não pode tudo. Ele apenas conduz os trabalhos. As sugestões, as ideias, as audiências públicas, os rumos da Comissão serão tomados de acordo com as manifestações dos membros da Comissão.

Então, a Comissão está aberta, eu sei que os temas são vastos e necessários e que aqui eu apenas vou conduzir as sugestões dos senhores.

É uma audiência pública? A gente coloca em votação.

Teve maioria? A gente convoca e faz a audiência pública.

Chama um ministro para vir aqui? Põe em votação. Houve maioria? Faz o convite ao ministro.

E assim nós vamos conduzindo passo a passo a Comissão. Não tem nada pronto, nada acabado, nada definido assim como o Presidente determinando o que deve ser feito nesta Comissão.

Eu sei que ela é extremamente importante. Eu sei que nós todos temos olhos para enxergar, a gente dirige carro por aí afora, sabe como é que está a situação das rodovias brasileiras, das necessidades grandiosas de outras áreas da infraestrutura brasileira.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Senador Jayme Campos abordou um tema do estado mais produtivo do Brasil, que é o Mato Grosso. Realmente, o escoamento dessa riquíssima safra anualmente padece de um desperdício, talvez o Jayme tenha esses dados, um altíssimo prejuízo com as perdas no transporte.

Dessa forma, nós vamos declarar encerrada a nossa primeira reunião, também deixando aberto um nome para a próxima reunião da eleição de Vice-Presidente da Comissão, que não ficou definido. Então, aqueles que desejarem ocupar a Vice-Presidência podem me procurar ou procurar aqui a Comissão para deixar o seu nome para nós submetermos à votação na próxima reunião.

Assim sendo, declaro encerrada a nossa reunião.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 14 horas e 48 minutos, a reunião é encerrada às 15 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às nove horas e quatro minutos do dia quatorze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência do Senador Confúcio Moura, reúne-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura com a presença dos Senadores Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso, Wilder Morais, Eduardo Gomes, Tereza Cristina, Veneziano Vital do Rêgo, Beto Faro, Izalci Lucas, Jaime Bagattoli, Astronauta Marcos Pontes, Margareth Buzetti, Laércio Oliveira, Esperidião Amin, Fernando Farias, Marcelo Castro, Mecias de Jesus, Oriovisto Guimarães, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Angelo Coronel e Paulo Paim. Deixam de comparecer os Senadores Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Augusta Brito, Teresa Leitão, Chico Rodrigues, Jayme Campos, Soraya Thronicke, Rodrigo Cunha, Eduardo Braga, Carlos Viana, Weverton, Wellington Fagundes, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: **1ª Parte - Reunião de Trabalho**. **Finalidade:** Apresentação do Plano de Trabalho de 2023. **Resultado:** O Plano de Trabalho é apresentado e fica aberto a contribuições dos membros da Comissão pelo prazo de sete dias. **2ª Parte - Deliberativa**. **ITEM 1 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 1, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o plano de atuação do governo para estruturação nacional dos sistemas de transportes do Brasil para os próximos anos, com a presença do senhor Renan Filho, Ministro de Estado dos Transportes." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 2, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, para apresentação do panorama da infraestrutura portuária e aeroportuária brasileira e das perspectivas de atuação do novo governo para o setor, com a presença do senhor Márcio França, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 3, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as parcerias e investimentos necessários em infraestrutura para integração e desenvolvimento do país, com a presença do senhor Waldez Góes, Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 4, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as diretrizes governamentais para aproveitamento das potencialidades energéticas e minerais do país, com a presença do senhor Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 5, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os planos e necessidades de infraestrutura dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento básico e ambiental, para atendimento das necessidades básicas do cidadão e desenvolvimento urbano e rural dos municípios, com a presença do senhor Jader Filho, Ministro

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Estado das Cidades." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 6, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implantação de tecnologia disruptiva e estratégias previstas para melhoria da infraestrutura tecnológica do país e a previsão de conectividade para transformação digital das cidades, com a presença da senhora Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 7, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a previsão de cobertura de telefonia celular e internet 5G nas diversas localidades, com a presença do senhor Juscelino Filho, Ministro de Estado das Comunicações." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 8, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o planejamento e previsão orçamentária para estrutura básica visando o desenvolvimento das cidades brasileiras, com a presença da senhora Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento." **Autoria:** Senador Confúcio Moura (MDB/RO). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Serviços de Infraestrutura n° 9, de 2023** que: "Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Medida Provisória n° 1156, de 2023, que trata da extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Propõe os seguintes convidados: representante do Ministério das Cidades; representante do Ministério da Saúde; o senhor Diogenes Otero Braga; a senhora Helena Magalhães Lira; e o senhor Paulo Lyra Filho." **Autoria:** Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB), Senadora Tereza Cristina (PP/MS), Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB/PB), Senador Izalci Lucas (PSDB/DF). **Resultado:** O requerimento é subscrito pela Senadora Tereza Cristina e pelos Senadores Veneziano Vital do Rêgo e Izalci Lucas, e aprovado. Fazem uso das palavras os Senadores Beto Faro, Veneziano Vital do Rêgo, Wilder Morais, Laércio Oliveira, Daniella Ribeiro, Astronauta Marcos Pontes, Tereza Cristina e Izalci Lucas. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação das atas da reunião anterior e da presente reunião, que são aprovadas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e dois minutos. Aprovada, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/14

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Quero render homenagens sinceras de pesar pela morte do nosso ex-Deputado, ex-Ministro Eliseu Padilha, que faleceu ontem, no Rio Grande do Sul.

Eliseu Padilha foi meu colega Deputado Federal; depois foi Ministro do Fernando Henrique Cardoso; Ministro dos Transportes da Presidente Dilma; e Ministro do Presidente Temer, em que foi Chefe da Casa Civil. Exerceu um trabalho extraordinário durante a sua vida parlamentar devocionada.

Foi uma morte muito rápida, 30 dias, por um câncer de estômago que o abateu ontem, infelizmente.

Então, aos seus familiares nossas homenagens, nosso reconhecimento pelo trabalho extraordinário que ele exerceu e fez pelo país.

Ainda não há número regimental, mas eu declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

- Ofício 19, de 2023, do gabinete do Senador Astronauta Marcos Pontes enviado à Comissão para conhecimento. O expediente em atenção fala dos estragos causados pelas fortes chuvas no Estado de São Paulo, em especial no litoral norte, Baixada Santista, região de Sorocaba. O Senador requer a adoção pelo Senado das seguintes providências: solicitar ao Governo Federal a abertura de crédito extraordinário do orçamento de 2023; a abertura de uma Comissão Temporária de defesa civil; solicitar à Caixa Econômica Federal o acesso das vítimas das enchentes ao saque calamidade de forma *online*, por meio do aplicativo do fundo de garantia;

- Ofício 33, de 2023, da Associação do Parlamento Amazônico, que deseja sucesso a esta Presidência na condução dos trabalhos da Comissão e manifesta interesse em uma futura reunião entre os dois colegiados;

- Ofício 86, da Federação Nacional das Operações Portuárias (Fenop), que oferece congratulações pela eleição da Presidência;

- Ofício 4, da Associação Brasileira dos Terminais Retroportuários e das Empresas Transportadoras de Contêineres, que pede apoio ao Projeto de Lei 3.412, de 2019, que institui o Regime Tributário para Incentivo à Modernização e à Ampliação da Estrutura Portuária (Reporto), pleito do setor do comércio exterior nacional;

- correspondência da Associação Norte e Nordeste Energia Solar, que solicita a abertura do diálogo junto à sociedade para definir as políticas energéticas a serem priorizadas – importantíssimo! –;

- Ofício 61, da Câmara Municipal de Campinas, São Paulo, uma moção, um apelo ao Senado Federal pela criação de uma fonte permanente de recursos para subsidiar o transporte público no país;

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

- Mensagem 102, da Presidência da República, que encaminha relatório anual de implementação da Lei 12.815, de 2013, elaborado pela Agência Nacional de Transportes Aquaviários;

- Ofício 2015, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, informando o relatório final da Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras foi publicada em 15 de dezembro de 2022 e está disponível no *site* da instituição;

Bem-vindo, Senador!

- Ofício 361, da Câmara Municipal de Itaquaquecetuba, São Paulo, que encaminha requerimento com questionamentos referentes ao cancelamento de recursos para reforma do Ginásio de Esporte Roberto Noriaki Yamashita, naquele município;

- Aviso 1.494, do Tribunal de Contas da União, que trata da consolidação e da fiscalização relacionadas a investimento em obras públicas;

- Ofício 417, da União dos Legislativos da Fronteira Oeste, que solicita urgência na recuperação da BR-290, importante rodovia na fronteira oeste do país;

- Ofício 5, da Confederação Nacional do Transporte (CNT), para informar a divulgação de estudo em infraestrutura, transporte, investimento e financiamento de longo prazo;

- Ofício 313, da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), que apresenta requisitos referentes à Consulta Pública 61, para avaliação de conformidade de equipamentos tipo *smart TV box*;

- correspondência eletrônica do Sr. Fábio Veras, Presidente do Sindinfor (Sindicato da Indústria de Software e da Tecnologia da Informação de Minas Gerais), na qual informa que recebeu, na primeira reunião do Conselho Consultivo da Anatel, a incumbência de ser Conselheiro Relator da proposta estratégica;

- Ofício nº 46, da Comissão Externa da Câmara dos Deputados, destinado a acompanhar e fiscalizar a repactuação do acordo referente ao rompimento de barragens do Fundão, da mineradora Samarco, que causou impacto severo nos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo, especialmente nas comunidades e municípios da Bacia do Vale do Rio Doce (Cexbarra), que encaminha relatório final da Comissão Externa, em epígrafe, para conhecimento.

Nos termos da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 12, de 2019, os documentos, já disponíveis para consulta na página da Comissão, aguardarão eventuais manifestações das Sras. e dos Srs. Senadores pelo prazo de 15 dias, após o qual serão arquivados. Informamos ainda o arquivamento de expedientes que tiveram seu recebimento comunicado em reuniões anteriores.

Comunico aos Srs. Senadores e a todos que convidamos a Senadora Augusta Leitão, do Estado do Ceará, para ocupar o cargo de Vice-Presidente da Comissão. Ela o aceitou. Como, infelizmente, ela tem compromissos no estado hoje, não estando presente, vamos adiar a votação para a semana que vem, mas já temos aí a Vice, a Senadora Augusta Brito...

Eu falei o quê?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Falei Leitão. Misturei as duas Senadoras: Teresa Leitão com Augusta Brito. É Augusta Brito.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Reunião interativa. Informo que a presente reunião será interativa, transmitida ao vivo, aberta à participação de todos os interessados, internautas, por meio também do Portal e-Cidadania, na internet, em senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone da Consultoria: 0800 0612211.

A presente reunião está dividida em duas partes: a apresentação do plano de ação para 2023 e a reunião deliberativa propriamente dita. (*Pausa.*)

Com o objetivo de otimizar os trabalhos da Comissão, tornar sua agenda transparente, permitir a máxima participação das Sras. e dos Srs. Senadores membros e ampliar o diálogo com a sociedade, esta Presidência submete à apreciação de V. Exas. um plano de ação para o ano de 2023.

Esse plano de ação será distribuído para todos os gabinetes, para as assessorias, para, no prazo de sete dias, ser melhorado. Esse é um esboço elementar que, logicamente, todos os Senadores poderão enriquecer com suas sugestões para que esta Comissão seja realmente dinâmica e tenha uma efetividade comprovada.

Nesse plano de ação – eu não vou fazer a leitura dele toda, porque os senhores o receberão –, nós incluímos a organização dos trabalhos. Já preenchemos todos os espaços dos meses de março e de abril com eventos e com a participação de alguns convidados em audiências públicas. Por exemplo, para a primeira audiência pública, foi convidado – vamos já, já votar o requerimento – para estar aqui conosco o Ministro dos Transportes, Renan Filho. Isso é muito importante, primeiro, para motivar os Senadores, despertar o interesse, e ele mesmo apresentar, embora com dois meses só no seu mandato, para a Comissão os eixos do seu trabalho frente ao Ministério dos Transportes.

O plano de ação contempla, conforme diz o art. 104 do Regimento Interno do Senado, que é muito claro, o seguinte:

> Art. 104. À Comissão de Serviços de Infraestrutura compete opinar sobre matérias pertinentes a:
> I – transportes de terra, mar e ar, obras públicas em geral, minas, recursos geológicos, serviços de telecomunicações, parcerias público-privadas e agências reguladoras pertinentes;
> II – outros assuntos correlatos.

Para tanto, a Comissão deverá atuar como um ponto focal tanto para o Senado Federal quanto para a sociedade na busca por informações confiáveis, transparentes sobre o desenvolvimento da infraestrutura do nosso país em sua mais ampla concepção. Serão avaliados os sistemas viários, de saneamento básico, de fornecimento de energia, de tecnologia da informação, de canais de comunicação formais e informais, ferramentas de desenvolvimento como *softwares*, bem como as redes políticas e sociais do sistema de crenças partilhadas.

Colocamos aqui alguns temas muito prementes no nosso país, coisas que todos nós vemos no dia a dia nas ruas, como, por exemplo, o transporte urbano.

Em relação ao transporte urbano das capitais brasileiras, os senhores veem que muitos trabalhadores de periferias e de bairros distantes enfrentam, muitas vezes, cinco horas, seis horas dentro de ônibus – e ônibus de péssima qualidade, em geral, não é? E isso nós temos que, se não pudermos resolver, pelo menos, debater aqui na Comissão, colocar bem às claras,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

trazendo especialistas e experiências nacionais para a mitigação dessa dramática situação do transporte público metropolitano nas grandes cidades brasileiras. Realização de audiências públicas com especialistas, representantes de empresas e usuários e elaboração dos relatórios respectivos.

Outro fator que nós devemos encarar e debater aqui: habitação em área de risco. De ontem para hoje mesmo, nós vimos dois acontecimentos no Brasil – um em Manaus e acho que outro em São Paulo, se não me falha a memória – com mortes e desabamento de encostas. Então, esta situação de análise do cenário de habitação em área de risco a gente deve discutir aqui na Comissão.

Vamos supor que tenha no Brasil 300, 400, 500 municípios que tenham áreas comprovadamente de risco. É necessário que o Governo, no tempo devido, se planeje, elabore e vá trabalhando, antes do incidente, do acidente ou da tragédia, nos municípios, por ordem de risco e de complexidades, para a construção de habitações populares, tirando as pessoas da área de risco. Não podemos observar e nos conformar com uma tragédia – morreram 50, morreram 100, morreram tantos –, sabendo que, no ano que vem, morrerão também, de novo e, no outro ano, também, de novo... A cada chuva, morrem de novo... Então, é importante a gente debater essa realidade e já ir colocando no orçamento, numa gradação conveniente de municípios de maior risco, os municípios mais suscetíveis a esses acontecimentos trágicos no país, cercando a população com as devidas proteções de anúncio prévio, não é? Muita coisa acontece de súbito, como uma chuva terrível como a que houve agora em São Paulo, de maneira inesperada, mas deve ter sirenes ou outros meios de evacuação da população, além do treinamento dessas comunidades de risco. Isso é fundamental!

Tem outro tema sobre o qual nós devemos conversar que são esses prédios públicos. Por exemplo, lá em São Paulo – vocês conhecem, ali perto do Teatro Municipal de São Paulo, bem no centrinho histórico –, tem não sei quantos prédios fechados, lacrados: prédios, às vezes, públicos; ora, privados. Esses prédios em demanda judicial poderiam ser ajustados convenientemente com projetos arquitetônicos bacanas para poderem abrigar uma série de pessoas que vive em situação de risco habitacional, moradores de rua. É um assunto já falado, mas nunca encarado para uma solução. Isso é importante! Trazer da periferia para o centro as pessoas mais pobres também. Por que eles não podem morar no centro, perto da escola, onde tem internet, onde tem asfalto bom, onde tem hospital próximo, onde tem tudo isso? Então, esses são temas desta Comissão. São temas palpitantes do Brasil. E esta Comissão é para isto: é para trazer o que é evidente para a prática.

Esse plano de trabalho, então, nós vamos submeter a todos os senhores. Vocês terão aí sete dias para o seu aperfeiçoamento. Gostaria muito que os assessores de gabinete, os Srs. Senadores, dentro do possível, pudessem enriquecer o nosso plano de trabalho.

Senador Beto Faro, com a palavra – Senador pelo Pará.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Pela ordem.) – Bom dia a todos! Bom dia, Sr. Presidente!

Srs. Senadores e Sras. Senadoras, primeiro é para parabenizar pela iniciativa do plano de trabalho, que já abrange vários pontos que nós vamos ter que nos debruçar nesta Comissão, nesses setes dias. Vamos receber agora, para poder analisar com mais detalhes e poder apresentar aquelas alterações que nós achamos convenientes. Mas é importantíssimo... Os

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

temas que o senhor levanta aqui são muito importantes para o nosso trabalho e importantes para a agenda do Brasil. O novo Governo, que tem preocupações... O Presidente Lula já esteve em locais onde nós tivemos esses desastres, como São Paulo, e tem acompanhado de perto. E os ministros todos têm viajado, têm apresentado proposições.

Acho que é um bom momento, porque é um momento de união, em que a gente vê Líderes de partidos diferentes, de matizes diferentes, como ocorreu em São Paulo: o Prefeito era do PSDB; o Governador, do PRB; o Presidente, do PT; e os três juntos para poder achar as soluções para os problemas graves que estavam acontecendo ali. Portanto, acho que o momento é oportuno para a gente fazer esse debate, fazer o trabalho de prevenção. E o Senado tem uma importância muito grande.

Quero lamentar aqui – como V. Exa. já o fez no início –, pelas informações que tive, a morte do Eliseu Padilha, que foi Ministro inclusive do Governo da Presidenta Dilma e Parlamentar reconhecido no Congresso Nacional. Quero me congratular aqui com a família, com aqueles que viveram mais próximo dele. Era uma pessoa importante aí para a política nacional.

E, por último, quero externar que a Bancada do PT vai votar a favor dos requerimentos se a gente tiver o quórum necessário aqui para fazer. Não tem... São requerimentos de importância trazer o Ministro aqui para poder apresentar seus planos, aquilo de que já está tendo conhecimento dentro do ministério, aquilo que está previsto – começar esse diálogo entre Parlamento e ministério. Às vezes, durante o ano, seja na Comissão de Orçamento, seja no próprio Plenário do Senado Federal, nós vamos ter que estar dialogando sobre projetos de leis que alteram a questão orçamentária, e que possamos dialogar, para adequar, às vezes, as demandas e os programas que o os ministérios vão estar tocando.

Portanto é importante que a gente possa ter esse diálogo, no convite, no diálogo aqui permanente. Tem vários requerimentos já sobre isso, mas outros virão. Eu mesmo vou apresentar, para a próxima reunião, outros requerimentos, e a gente poderá de forma harmônica estar trabalhando isso.

Quero parabenizá-lo pela Presidência da Comissão.

Você anunciou que a Augusta é Senadora do nosso partido, suplente – agora efetiva – do Senador e ex-Governador do Ceará, uma companheira nossa, e eu acho que dessa forma, nesse formato da Comissão, a gente vai poder fazer um trabalho importante para o Senado e para o Brasil.

Então, quero parabenizá-lo e desejar sucesso.

Conte com o nosso mandato aqui na relação para que a gente possa ter um bom trabalho durante esse período na Comissão de Infraestrutura.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado. (*Pausa.*)

Bem, então o plano de trabalho chegará... (*Pausa.*)

Perfeito.

A apresentação e leitura do plano de ação já fiz.

Bem, dando continuidade, item 1 da pauta, um requerimento de minha autoria.

Veneziano, bom dia. Tudo bem?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE
ITEM 1
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 1, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o plano de atuação do governo para estruturação nacional dos sistemas de transportes do Brasil para os próximos anos, com a presença do Sr. Renan Filho, Ministro de Estado dos Transportes.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Está em discussão o requerimento de convite do Ministro dos Transportes, Renan Filho.

Palavra liberada. (*Pausa.*)

Como não há quórum ainda para votação, está chegando perto, eu vou continuar a leitura. Depois a gente põe em votação em bloco.

Hoje só tem requerimento de minha autoria aqui, porque logicamente é a primeira reunião, não é?

2ª PARTE
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 2, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, para apresentação do panorama da infraestrutura portuária e aeroportuária brasileira e das perspectivas de atuação do novo governo para o setor, com a presença do Sr. Márcio França, Ministro de Estado de Portos e Aeroportos.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Trata-se tanto dos portos dos rios, fluviais, como marítimos.

2ª PARTE
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 3, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as parcerias e investimentos necessários em infraestrutura para integração e desenvolvimento do país, com a presença do Sr. Waldez Góes, Ministro de Estado da Integração e do Desenvolvimento Regional.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

2ª PARTE
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA Nº 4, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as diretrizes governamentais para aproveitamento das potencialidades energéticas e minerais do país, com a presença do Sr. Alexandre Silveira de Oliveira, Ministro de Estado de Minas e Energia.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Vamos em frente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

2ª PARTE
ITEM 5
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 5, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de discutir os planos e necessidades infraestruturais dos sistemas de abastecimento de água e de saneamento básico e ambiental, para atendimento das necessidades básicas do cidadão e desenvolvimento urbano e rural dos municípios, com a presença do Sr. Jader Filho, Ministro de Estado das Cidades.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

Esse é um tema fantástico.

Mais um requerimento.

2ª PARTE
ITEM 6
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 6, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a implantação de tecnologia disruptiva e estratégias previstas para melhoria da infraestrutura tecnológica do país e a previsão de conectividade para transformação digital das cidades, com a presença da Sra. Luciana Santos, Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

2ª PARTE
ITEM 7
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 7, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a previsão de cobertura de telefonia celular e internet 5G nas diversas localidades, com a presença do Sr. Juscelino Filho, Ministro de Estado das Comunicações.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

2ª PARTE
ITEM 8
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 8, DE 2023
- Não terminativo -

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater o planejamento e previsão orçamentária para estrutura básica visando ao desenvolvimento das cidades brasileiras, com a presença da Sra. Simone Tebet, Ministra de Estado do Planejamento e Orçamento.

Autoria: Senador Confúcio Moura (MDB/RO)

São esses os seis requerimentos iniciais apresentados.

Já temos condição de votar?

Falta um voto, um presente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Veja com o pessoal dos telefones para ligar. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então, já, já chegam.

Pronto! Já vieram agora. Já vamos votar.

Bem, já temos o número regimental para votação. Chegou mais um colega Senador. Não vou ler de novo. Vou apenas repetir.

São seis requerimentos, já lidos: o Ministro dos Transportes, Renan Filho, é o primeiro; Márcio França é o segundo; Waldez Góes é o terceiro.

Na semana que vem, eu gostaria que os senhores apresentassem requerimentos, para dar um dinamismo bem grande aqui à Comissão, não é, Astronauta Marcos Pontes?

Alexandre da Silveira, das Minas e Energia; Jader Filho, das Cidades – todos já convidados –; Luciana Santos, sobre o seu admirável mundo, da Ciência e Tecnologia, não é?; e o Ministro Juscelino Filho e a Ministra Simone Tebet.

Estão em discussão os requerimentos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Primeiramente quero congratular-me ao vê-lo presidindo esta Comissão tão importante, saudando os companheiros que a integram e dizer que, até porque venturosamente tive nos quatro primeiros anos de Senado a sua companhia e posso externar aos que dificilmente não tendo o conhecimento pleno da sua capacidade, do seu perfil moderado, ponderado, competente e formação intelectual de que indiscutivelmente nós somos bem sabedores, se assim o fez em outras Comissões, haverá de fazê-lo ainda melhor, como Presidente da Comissão de Infraestrutura.

E quero, notadamente aos requerimentos que V. Exa. nos deu na condição de autor a saber, a compartilhar, concordar na sua plenitude. Cada um destes traz a preocupação que é de todos nós, a de convidar o Executivo, através de seus respectivos representantes, as pastas ministeriais... Plenitude e amplitude sobre os mesmos temas que serão abordados.

V. Exa. convida o Ministro Renan Filho, que tem muito à frente do Ministério dos Transportes, sabedores que somos das nossas vicissitudes, das nossas limitações e dos grandes desafios que nós temos para abordar essa temática.

Convida S. Exa. o companheiro Jader Filho, que, igualmente, à frente da pasta das Cidades, que volta a ter relevância, tratará e se empenhará a discutir com os Prefeitos, com aqueles gestores que bem o sabem, tanto quanto nós tivemos a oportunidade certa feita em saber, representando um município como o de Campina Grande, das suas debilidades, das suas deficiências e do quanto somos ainda dependentes dessa interlocução com o Governo Federal.

V. Exa. também convida S. Exa. a Ministra Luciana Santos para que nós tratemos sobre ciência e tecnologia.

Enfim, a oportunidade que nós vamos ter para saber dos mesmos e das mesmas quais são as ideias, quais são não apenas os propósitos, mas, de forma bastante calcada, objetivamente, as ações deste novo Governo recém-instalado no país, é altamente pertinente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Por essas razões, eu faço, nas primeiras palavras desta reunião, as nossas congratulações mais efusivas ao reconhecimento que temos nós sobre a sua competência, mas também dizendo que teremos esse trabalho que hoje se inicia com a autoria monopolizada de V. Exa., mas que haverá, evidentemente, doravante, com os demais companheiros, de ter essa participação que nos cabe.

Então, as nossas saudações e o nosso posicionamento favorável à aprovação dos seis requerimentos apresentados por V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Veneziano.

Estão em discussão os requerimentos.

Não havendo...

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO) – Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não, Senador Wilder.

O SR. WILDER MORAIS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - GO. Para discutir.) – Eu também quero parabenizar V. Exa. pelo primeiro dia de trabalho da nossa Comissão.

Esses convites a todos os ministros por meio desses seis requerimentos são muito importantes para que eles possam vir e mostrar para nossa Comissão, debater aí quais são as ações efetivas, como bem-dito anteriormente pelo nosso colega Senador. Isso acho que é importante.

E eu parabenizo V. Exa. e também sou favorável ao convite a cada um deles, para que a gente possa trabalhar todas essas áreas importantes para o desenvolvimento do nosso Brasil.

O SR. LAÉRCIO OLIVEIRA (Bloco Parlamentar Vanguarda/PP - SE. Para discutir.) – Pela ordem, Sr. Senador Confúcio. É um prazer muito grande estar aqui nesta Comissão.

Hoje é meu primeiro dia de aula. Então, como primeiro dia de aula, a gente tem que aqui ouvir e aprender. E eu tenho o privilégio de estar participando desta Comissão. Quero emprestar a minha contribuição.

Esta Comissão tem um papel importantíssimo pela natureza dela. E esse é um tema que me atrai bastante, portanto, durante o seu governo, nós estaremos aqui para ajudá-lo a levar adiante todas as temáticas produzidas aqui nesta Comissão.

Portanto, também, meu voto é favorável.

E, como disse o nosso colega Veneziano aí, o monopólio que o senhor herdou nesse primeiro dia de aula não se repetirá, porque certamente todo mundo trará a sua contribuição aqui.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Senador Laércio, eu fico muito agradecido. É um prazer muito grande conhecê-lo. Vamos trabalhar juntos.

Com a palavra a Senadora Daniella Ribeiro.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, primeiro quero cumprimentá-lo, dizer da minha alegria em poder contribuir com o nosso acordo entre partidos e poder saber que estaremos nesse lugar, mas aprouve a Deus e eu digo sempre isto: eu sei que Deus prepara coisas que a gente às vezes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

pensa que vão estar num determinado lugar, e aí as coisas acontecem... E sob a orientação d'Ele, quero poder ter a sensibilidade para também compreender onde nesse momento eu deveria estar.

Então eu quero parabenizar V. Exa., dizendo que é isso que se faz aqui na Casa, não é, Veneziano? Eu falo com Veneziano, porque somos paraibanos, mas cumprimento todos os Senadores aqui, todos os colegas, a imprensa aqui presente. Quero parabenizá-lo e tenho certeza de que esta Comissão está muito bem representada com V. Exa., com a sua Presidência, com o seu trabalho, que sempre foi muito destacado nessa Casa e muito respeitado.

Quero aproveitar para parabenizar também o requerimento do Senador Veneziano no intuito de ouvirmos...

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – É de autoria do Presidente Confúcio. Os seis requerimentos hoje em discussão são dele.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Perdão! Desculpe, é que perguntei aqui ao lado de Veneziano, tem o requerimento aqui, eu entendi errado. Então, quero cumprimentar e já dizer do meu apoio, com toda certeza, ao requerimento de V. Exa.

E também, *a posteriori*, gostaria de pedir a palavra para incluir um requerimento extrapauta, que eu gostaria de apresentar aqui, e gostaria de contar com o apoio dos colegas, se for possível.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senadora Daniella Ribeiro. (*Fora do microfone.*) É uma satisfação muito grande.

Bem, com a palavra nosso Ministro e Senador Marcos Pontes.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Antes de mais nada, gostaria de parabenizá-lo pela Presidência e também pelos requerimentos. Quero dizer da importância de que nós possamos ouvir esses planos. Lembro-me do meu tempo ali como Ministro: muitas vezes eu até pedia para vir para cá, para o Congresso, para poder falar a respeito dos planos, porque assim você consegue mais aderência, à medida que você prossegue naquela execução daqueles planos.

Então, parabéns pelos requerimentos. Eu concordo com todos eles, e pode contar comigo aqui, 100%, para sua Presidência e para o andamento aqui da Comissão.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Marcos Pontes.

Bem...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... para esta Comissão. Já lidos. todos os interessados se manifestaram, e estão em votação.

Aqueles que concordam com a aprovação dos requerimentos permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Outro assunto muito importante da Comissão...

(*Interrupção do som.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... são as relatorias. Estive olhando a história da (*Fora do microfone.*) Comissão: teve caso, em gestões anteriores, de um projeto de lei ficar na mão de um Senador mil dias. Mil dias! Aí não ajuda, não movimenta a Casa!

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. *Fora do microfone*.) – São três anos.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Três anos. A grande média é acima de quatrocentos dias. O Regimento pede sete dias da distribuição. Aqui chega o projeto de lei na Comissão, nós temos três dias para distribuí-lo, e o Senador, sete dias para relatar. Logicamente, nós entendemos que às vezes tem uma sobrecarga na assessoria legislativa, e não dá para sair com sete dias, mas eu queria combinar com a Comissão um prazo nosso, que vamos colocar no plano.

Nesse plano que está aí, que os senhores receberão, vamos acrescentar um acordo de conveniência entre nós todos para que a iniciativa de um Parlamentar, um Deputado ou um Senador, não vá chegar aqui e morrer. De repente é um projeto bom, um projeto que tem que tramitar, que tem que andar, que tem que movimentar, e isso que leva o autor do requerimento, do projeto de lei, a um desânimo muito grande. Ele fala: "Poxa, eu faço o projeto de lei, estudo, estudo, pesquiso, pesquiso, jogo na Comissão, e ele é engavetado". Isso é terrível!

Olha, tem projeto que é inconstitucional. Lá na Câmara, no meu tempo lá, na década de 90, era o seguinte: todo projeto chega à Comissão de Constituição e Justiça – técnica legislativa, constitucionalidade, juridicidade. Se ali o projeto não preenche esses requisitos, ele é arquivado automaticamente, ele nem tramita nas Comissões. Aqui no Senado não tem isso. Então aqui no Senado não tem esse bloqueio prévio, essa seleção prévia dos projetos que são inconstitucionais.

Tem outro fator: o colega Deputado apresenta o projeto e o colega Relator fica com vergonha de rejeitar. Fala: "Eu vou rejeitar esse projeto da Senadora Tereza Cristina? Ele tem uma inconstitucionalidade, mas ela é tão gente boa. Eu não vou fazer isso com ela". Então, para não contrariar o colega, o Senador não faz o relatório, não conversa com o autor, explicando, para ver se faz uma mudancinha, manda de novo para a Comissão e altera aí a coisa. O dinamismo é grande.

Eu queria propor para os senhores e para as senhoras 30 dias. Vocês podem colocar sugestão para o relatório por 30 dias. Tem projetos difíceis, tem projetos que precisam de audiência pública. O autor, o Relator vai... Mas isso é um caso especial. Nesse caso, ele vai aqui justificar que não dá para fazer com 30 dias, que precisa ouvir a população, ouvir segmentos da sociedade e explicar e justificar que ele precisa de mais elementos, mais debates. Então, nesses casos a gente prorroga, num acordo entre nós todos.

Então, eu gostaria que, assim que o plano de trabalho chegar aos gabinetes, os senhores já coloquem essas datas e deem uma mexida para, na próxima sessão, nós votarmos essas alterações do nosso plano de trabalho. O que não se planeja minimamente não chega a lugar algum. Se nós não fizermos um plano mínimo, nós não chegaremos a... Ficaremos batendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

cabeça aqui na Comissão, inventando coisas de última hora e terminaremos não tendo um foco importante no que realmente nós temos que fazer.

O drama da infraestrutura brasileira, nos mais diversos leques e competências que nós temos aqui, é muito grande. São muitas discussões sérias que nós temos que fazer aqui, não é? E temos que ajudar o Governo, seja ele quem for. Nós temos que contribuir para realmente... Ninguém quer viver em cima de estradas cheias de buracos, de ponta a ponta, não é? Então são esses os temas.

Assim sendo, nós vamos dar continuidade aqui.

Eu passo a palavra para a Senadora Daniella...

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Isso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – ... porque ela tem uma proposição a fazer.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB. Pela ordem.) – Sr. Presidente, é um requerimento extrapauta, que trata de uma audiência pública para discutirmos a extinção da Funasa, órgão extremamente importante para todo o nosso país. Trago aqui uma preocupação pertinente, inclusive pertinente demais não só pela atuação da Funasa até os dias de hoje, mas principalmente pela forma com que as coisas estão acontecendo. Entre elas é simplesmente a quantidade de obras que foram paradas no país, mais de 3 mil obras paradas que a Funasa realiza nesses municípios de menos de 50 mil habitantes. E aqui eu quero falar sobre o que isso significa para os municípios, para os Prefeitos, para todos aqueles que têm essa atuação e também da minha preocupação justamente por essa falta de planejamento do que se queria ao tirar a Funasa do Ministério da Saúde para colocar no Ministério das Cidades. Como?

Por causa desse "como", está havendo um limbo na Funasa: mais de 2 mil servidores de carreira estão simplesmente desesperados por não saberem o que vai acontecer com eles, fora a questão dessas obras de saneamento relacionadas à saúde. Por ser uma autarquia, é ela que faz diretamente as obras, que as realiza – e aqui eu tenho a certeza de que há Senadores que são conhecedores dessa realidade. Fora isso, há preocupação com o que... Porque são obras que estavam sendo realizadas, foram paradas, e os recursos foram para lá. Como é que vão responder esses Prefeitos durante esse período em que está havendo esse limbo?

Uma medida provisória foi encaminhada para esta Casa. No entanto, durante esse período, não há, simplesmente, uma explicação por parte do Governo.

Por isso, é nesse sentido esse requerimento, para que venham tanto representantes do Governo – vou apresentar alguns nomes e peço aos colegas que também tenham interesse que possam apresentar – quanto pessoas da Funasa, que realizam um trabalho sério, mas, neste instante, estão em insegurança jurídica total e absoluta.

O prejuízo maior é para o país. Eu vejo que o prejuízo é maior para o país, porque não há ainda essa definição durante esse período, porque se faz um planejamento. Se eu vou extinguir um órgão, então, durante o período em que vai haver essa extinção, por força da medida provisória, como é que vai ser? Onde essas pessoas vão ficar? E as obras? Como vão continuar acontecendo?

E aí eu trago também para V. Exa. a preocupação, por exemplo, com essas obras. Por serem realizadas diretamente pela Funasa, há preocupação por parte dos municípios, porque,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

indo para o Ministério das Cidades, como isso vai ficar? A Caixa Econômica vai realizar essas obras. E quem não sabe aqui, vamos ser sinceros, que os Prefeitos têm pavor da realização de obras – aqui todos nós sabemos disso – através da Caixa Econômica pela dificuldade, pela burocracia, pelo tempo, porque muitas vezes são iniciadas, Senador Veneziano, no início de uma gestão, mas, muitas vezes, não conseguem terminar por força dessa burocracia, dessa dificuldade? Então são muitas as nuances.

Eu acho que esta Comissão vai ter um papel fundamental para a gente discutir já – começar a discutir e dar andamento – uma definição. Precisamos ouvir do Governo o que se está pensando, qual é a realidade tanto dessas pessoas, os servidores, quanto das obras que estão sendo realizadas, ficaram suspensas, estão suspensas, mas os recursos foram para os municípios. E aí? Os Prefeitos vão responder por isso? Como é que isso vai acontecer?

Então, Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a V. Exa... Eu não quis... Eu trouxe até uma justificativa, mas, como é um pouco extensa, eu não tenho dúvida de que, na audiência pública... E aqui eu peço a V. Exa. e aos colegas que a gente possa fazê-la o mais urgentemente possível, porque é um assunto de extrema relevância para os municípios e para a infraestrutura do nosso país o saneamento para aqueles mais humildes, aqueles que necessitam de água potável. É a água que dá condição para que o nosso povo tenha a certeza de que pode contar com o Governo Federal, no sentido de estar bem cuidado.

E esse é o papel que a Funasa sempre fez. Então, é necessário não só a justificativa, mas saber o que está acontecendo no meio disso. E não só o que está acontecendo, porque nós sabemos, mas como isso tudo vai ficar e como isso tudo está? Nós precisamos dar respostas e, além disso, tomar nosso posicionamento, porque a medida... Se vai caducar ou não durante esse período, há uma dificuldade. Se for caducar, é um prejuízo ainda maior. Então, acho que nós temos um papel aqui extremamente necessário. Nós somos os representantes desse povo, desses estados de menos de 50 mil habitantes, de todos esses estados que estão precisando, estão necessitando de uma resposta acerca desse direcionamento à Funasa.

Por isso, Sr. Presidente, gostaria de pedir, através do requerimento extrapauta, que possamos votar essa audiência pública e marcar para o mais rápido possível. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Já tem uma quantidade bem maior de Senadores. Nós combinamos que, na sessão próxima, votaremos aqui o nome da Senadora Augusta Brito, do Estado do Ceará, como Vice-Presidente desta Comissão. Eu liguei para ela. Como ninguém manifestou interesse, eu liguei para ela e ela aceitou. Assim na próxima... Infelizmente, ela não está presente hoje. Faremos a eleição na semana que vem. Então, ela já está preparada para essa finalidade.

Quero avisar a todos que as nossas sessões iniciarão rigorosamente às 9h, porque todos nós temos outras Comissões também. Daqui a pouco, tem outras Comissões. É um corre-corre terrível. Então, começando às 9h, a gente anuncia as audiências públicas, o que pode demorar, e termina às 10h, 10h e pouco. Aí dá tempo de você também ocupar outras Comissões na mesma manhã.

Com a palavra, eu creio que seja para discutir o mesmo tema, a Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS) – Bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bom dia!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS. Para discutir.) – Senador Confúcio, quero parabenizá-lo pela eleição. A semana passada foi muito tumultuada, eu acho que eu não cheguei a falar com o senhor, porque tive que correr para uma outra Comissão. Conte com meu apoio.

Concordo plenamente que nós precisamos ter um prazo para discutir e aprovar ou rejeitar o que se chega a esta Comissão. O Brasil tem pressa, e o Senado precisa ter pressa também. Eu sou uma pessoa comprometida com resultado. Então, conte comigo. E eu espero que todas as Comissões desta Casa possam avançar. Temas mais complicados com certeza a gente precisa discutir mais, fazer audiências públicas, ouvir os setores ligados a esses projetos, mas tem alguns que a gente não precisa nem de sete dias. Por exemplo: dar um nome a uma rodovia; tem que chegar na nossa mão, relatar e vir. Nós não podemos ter pilha aqui de projetos de lei esperando. Então, conte com meu apoio integral para que possamos caminhar rapidamente.

Eu quero me somar à Senadora Daniella Ribeiro, assinar em conjunto esse problema da Funasa, que é seriíssimo mesmo. Nós precisamos resolver. Concordo plenamente que ele precisa sair da saúde. A saúde sempre foi o patinho feio, dependia de orçamento, às vezes tinha obra, o orçamento não ia. Se coloca 5% do valor da obra, o prefeito faz a licitação, depois tem o problema da Caixa Econômica, enfim.

Eu acho que isso aqui, todos nós que somos, que já militamos na política, há muito tempo, sabemos que isso ocorre, mas precisamos resolver para onde vai a Funasa, urgentemente. Não é?

E esse problema das medidas provisórias que também precisa ser resolvido – se vêm logo cá, se não vêm, como é que isso vai acontecer –, para que também nós possamos caminhar e, enfim, não se caduque aí com essas medidas provisórias, que eu acho que são mais de 18, Senadora Daniella.

Então, era isso.

Muito obrigada. E vou, da próxima vez, chegar às 9h em ponto. Eu estava atendendo um problema sério, mas vamos fazer força para estar aqui, no horário. Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Requerimento extrapauta solicitado pela Senadora Daniella Ribeiro de nº 9, de 2023.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 9
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA N° 9, DE 2023

Requer a realização de audiência pública, com o objetivo de debater a Medida Provisória n° 1156, de 2023, que trata da extinção da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA. Propõe os seguintes convidados: representante do Ministério das Cidades; representante do Ministério da Saúde; o senhor Diogenes Otero Braga; a senhora Helena Magalhães Lira; e o senhor Paulo Lyra Filho.

Autoria: Senadora Daniella Ribeiro (PSD/PB) e outros

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debater a Medida Provisória 1.156, de 2023, que trata da extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa).

Proponho para a audiência a presença dos seguintes convidados: representante Ministério das Cidades; representante do Ministério da Saúde; o Sr. Diogenes Otero Braga; a Sra. Helena Magalhães Lira; e o Sr. Paulo Lyra Filho.

Assinado pela Senadora Daniella Ribeiro e subscrito pela Senadora Tereza Cristina também.

Está em discussão o requerimento da Senadora.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. *Fora do microfone*.) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

Com a palavra, Senador Veneziano.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para discutir.) – Sr. Presidente, é para que se dê reconhecimento público de que nós concordamos em sua plenitude. Se há preocupações, o que não desconhecemos, e, se há situações que precisam ser corrigidas, o que também, igualmente, não desconhecemos, é preciso que o próprio Governo o faça em detalhamento para que o Congresso possa se pronunciar sobre uma matéria que, logo, logo, estará por nós sendo tratada.

Não sou, como a mim me parece a maioria, porque, antes mesmo deste momento no qual temos diante de nós a discussão sobre esse pertinente requerimento de autoria da Senadora Daniella Ribeiro... Nós temos o sentimento de que a maioria do Congresso – não apenas do Senado Federal, mas também da Câmara dos Deputados – reserva essas preocupações que foram expedidas pela Senadora Daniella, com as quais concordamos; pelo menos eu sinto isso da Senadora Tereza e demais outros companheiros. Você extinguir sem dar a conhecer as suas razões... E entendo que as razões não mostrarem como corrigir aquilo que pode ter gerado uma decisão dessa é no mínimo incongruente. Então, façamos esse debate para que nós as conheçamos do próprio Governo, autor da sugestão.

Não estou aqui a duvidar que possam ter sido encontradas, tem razões, mas que nós façamos esse debate. Afinal de contas, nós não podemos chegar ao Plenário, quando viermos a discutir essa medida provisória – e tomara que a discutamos antes mesmo que ela perca a sua vigência –, sem que haja para nós esse reconhecimento. Os prejuízos causados e que poderão ser gerados, sem que nós saibamos quais pastas ou quais serão as diretrizes, por quem serão tomadas doravante, se pelo Ministério das Cidades – concordo, tem muito mais a ver com a área –, se pelo Ministério da Saúde...

Simplesmente queremos fazer aquilo que nos cabe, que é nosso dever: debater para conhecer os motivos e fazer o melhor, tomar a melhor decisão. Não dá para ficarmos no limbo com gestores e, mais do que os próprios gestores, as próprias populações, que se perguntam... Muitas dessas ainda não sabem dos efeitos que poderão ser originados com a extinção pura e simples. Há aquelas que, bem o sabem, começam a se perguntar: "E esta obra? E aquilo que foi anunciado? E o convênio que foi celebrado? E a expectativa que nós criamos quando o gestor ou a gestora...". Os próprios prefeitos, como é que eles se responsabilizarão?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, nada mais simples do que fazer esse debate para que tenhamos a melhor decisão a ser tomada.

Por essa razão, Presidente Confúcio, subscrevo também o requerimento apresentado pela Senadora Daniella.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, para discutir o requerimento da Senadora Daniella, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para discutir.) – Presidente, também quero parabenizar V. Exa. pela condução e pela reeleição.

Também quero subscrever. Esse é um tema de todas as áreas. V. Exa. sabe, por exemplo, as obras inacabadas que existem na educação são mais de 4 mil, e a gente tem obra para todo o lado. A gente precisa... Eu vejo sempre o questionamento com a Caixa Econômica, mas, toda vez que eu fui à Caixa para resolver alguma coisa, eles cumprem o que nós decidimos, a lei. Aí, o Tribunal de Contas em cima das leis. Então, a gente precisa também dar uma olhada de que forma nós podemos melhorar essa questão da legislação para facilitar e agilizar os processos da Caixa e tudo o mais.

Quero aqui aproveitar para parabenizar também a Senadora Daniella, que é a nossa Presidente agora da Comissão Mista de Orçamento. Então, a gente vai precisar muito dessa interação da infraestrutura e de outras áreas também com a Comissão Mista de Orçamento.

Lembrando: as pessoas não sabem que, quando você constrói um hospital, se esse hospital custa 200 milhões para ser construído, ele custa para o gestor municipal, estadual ou federal, mais de um terço da obra, quase a metade da obra de custeio depois, por ano. Então, se eu construir um hospital por 200 milhões, ele te custa, anualmente, pelo menos 120 milhões, 130 milhões. Por isso que as creches não funcionam, porque a construção de uma creche é a coisa mais simples do mundo; agora, para manter a creche é que o prefeito tem dificuldade. Então, é dessas coisas que a gente precisa.

Quando aprovamos a emenda, por exemplo, de bancada, nós decidimos isso, quer dizer, a gente tem que garantir que essa obra vá até o final, porque hoje começa, muda o prefeito, para a obra, depois vai fazer outra coisa, e fica todo esse monte de obras paradas no Brasil.

Então, eu quero subscrever. Acho que nós vamos ter que... V. Exa. fez muito bem. Há requerimentos aqui praticamente de quase... Quase, não, porque hoje são 37; então, ainda está longe de chamar todo mundo.

Mas o que falta neste país é política de estado. Os caras não sabem nem o que vão fazer ainda, quer dizer, extingue o negócio... A Funasa, que tem convênio, inclusive todos os estados... Você está vendo aí essa crise de dengue para todo o lado, o Espírito Santo agora violento, e quem cuida disso é a Funasa. Aí extingue, como é que fica isso? Fica todo mundo esperando o quê?

Então, eu parabenizo a iniciativa e as falas também do Veneziano e da Tereza, que foram também nessa linha. Então, eu quero também subscrever e aprovar o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – O requerimento, também subscrito pela Senadora Tereza Cristina, pelo Izalci Lucas e pelo Veneziano Vital do Rêgo.

Bem, todos já discutiram; vamos à votação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Os Senadores e as Senadoras que estiverem de acordo com esse requerimento extrapauta para audiência pública para discutir sobre a Funasa permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovado.

Senadora Daniella, a Secretaria da Comissão vai apressar e entrar em contato com V. Exa. para encontrar a melhor data o mais rápido possível.

Muito obrigado.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - PB) – Obrigada, Sr. Presidente. Obrigada aos colegas que subscreveram o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Antes de encerrarmos a nossa reunião de hoje, a primeira, proponho a dispensa da leitura e a aprovação das atas da presente reunião e da reunião anterior.

As Sras. e os Srs. Senadores que aprovam as atas permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovadas.

Não havendo mais nada a ser tratado nesta reunião, eu agradeço a presença de todos e declaro encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 04 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 02 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA REUNIÃO CONJUNTA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA PELA COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA (3ª REUNIÃO) E PELA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO (3ª REUNIÃO), EM 21 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às nove horas e vinte minutos do dia vinte e um de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Marcelo Castro, reúnem-se a Comissão de Serviços de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Jayme Campos, Wilder Morais, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke, Eduardo Gomes, Eduardo Braga, Tereza Cristina, Augusta Brito, Veneziano Vital do Rêgo, Carlos Viana, Beto Faro, Chico Rodrigues, Izalci Lucas, Efraim Filho, Jaime Bagattoli, Dr. Samuel Araújo, Astronauta Marcos Pontes, Margareth Buzetti, Fernando Farias, Esperidião Amin, Rogério Carvalho, Cid Gomes, Jorge Kajuru, Alessandro Vieira, Angelo Coronel, Alan Rick, Jaques Wagner, Paulo Paim, Rogerio Marinho, Professora Dorinha Seabra, Flávio Bolsonaro, Dr. Hiran, Flávio Arns, Zenaide Maia e Ivete da Silveira. Deixam de comparecer os Senadores Daniella Ribeiro, Lucas Barreto, Sérgio Petecão, Teresa Leitão, Rodrigo Cunha, Weverton, Wellington Fagundes, Luis Carlos Heinze e Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Audiência Pública Interativa**, atendendo aos requerimentos REQ 1/2023 - CI, de autoria Senador Confúcio Moura (MDB/RO), e REQ 1/2023 - CDR, de autoria Senador Marcelo Castro (MDB/PI). **Finalidade:** Debater o plano de atuação do governo para estruturação nacional dos sistemas de transportes do Brasil, para os próximos anos. **Participante:** Renan Filho, Ministro de Estado dos Transportes. Fizeram uso da palavra os Senadores Eduardo Braga, Jorge Kajuru, Veneziano Vital do Rêgo, Espiridião Amin, Zenaide Maia, Dr. Hiran, Cleitinho, Jayme Campos, Izalci Lucas, Sérgio Petecão, Alan Rick, Jaime Bagattoli, Soraya Thronicke, Professora Dorinha Seabra, Wellington Fagundes e o Deputado Federal Castro Neto. **Resultado:** Audiência pública interativa realizada. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às treze horas e quarenta e três minutos. A presente Ata, já aprovada pela Comissão, será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Confúcio Moura
Presidente da Comissão de Serviços de Infraestrutura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/21

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos!

É com imensa satisfação que estamos aqui juntos, duas Comissões, para esta audiência pública com a presença e S. Exa. o Ministro Renan Filho.

Havendo número regimental, declaro abertas a 3ª Reunião da Comissão de Serviços de Infraestrutura e a 3ª Reunião da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, que ocorrem de forma conjunta, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 21 de março de 2023.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública, com o objetivo de debater o plano de atuação do governo para a estruturação nacional do Sistema de Transportes do Brasil para os próximos anos, em atenção ao Requerimento n° 1, de 2023, da Comissão de Infraestrutura, de minha autoria, e ao Requerimento n° 1, de 2023, da CDR, de autoria do Senador Marcelo Castro.

O Ministro Renan Calheiros já está conosco aqui à mesa.

Eu comunico que esta reunião será interativa, transmitida ao vivo e aberta à participação dos interessados por meio do Portal e-Cidadania na internet, no endereço www.senado.leg.br/ecidadania, ou pelo telefone 0800-0612211.

O relatório completo, com todas as manifestações, estará disponível no Portal da Comissão, assim como as apresentações que forem utilizadas pelos expositores.

Inicialmente, eu quero agradecer à disposição de S. Exa. o Ministro dos Transportes, Renan Filho, em comparecer prontamente a esta audiência conjunta. Essa atitude revela não apenas a disposição para o trabalho, como também para manter o diálogo aberto com o Parlamento.

Temos como tema deste encontro o que deve ser o plano de atuação do governo para a estruturação nacional do Sistema de Transportes do Brasil para os próximos anos. Trata-se de um tema vasto, variado, que atinge a vida de milhões de brasileiros e que ainda apresenta muitas deficiências. O diálogo que se abre hoje, aqui nesta audiência, tem como objetivo a colaboração entre os Poderes Executivo e Legislativo, para que possamos encontrar soluções para as deficiências, em benefício do nosso país.

Eu creio que já tenha sido possível determinar as prioridades para o plano de trabalho, segundo as diretrizes estabelecidas pelo Presidente Lula.

Aqui, eu gostaria de tomar a liberdade de sugerir a V. Exa. que se dedicasse também à regulamentação, ainda dependente, sobre os diversos aspectos da Lei de Ferrovias. Entendo

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que deve ser um dos papéis destas Comissões fomentar o debate, esclarecer assuntos e contribuir permanentemente para o aprimoramento de políticas públicas de infraestrutura.

Como a audiência conjunta, eu passo a palavra ao Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Pela ordem.) – Quero agradecer ao nosso Presidente Confúcio Moura, cumprimentar a todos os colegas Senadores e dizer que nós estamos jogando juntos aqui, o Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e o Presidente da Comissão de Infraestrutura, que, por uma coincidência, couberam ao MDB.

Nós fizemos uma coordenação aqui para que os ministérios que fossem relacionados com obras de infraestrutura viessem aqui às nossas Comissões. Como os temas são muito correlatos, nós combinamos que faríamos as reuniões das Comissões conjuntamente, a Comissão de Infraestrutura e a Comissão de Desenvolvimento Regional.

Então, nós chamamos o nosso Ministro Renan Filho, a quem agradecemos aqui a presença, que nos honra muito. S. Exa. tem um histórico brilhante na vida pública, está à frente, hoje, de um dos ministérios mais importantes, que é o Ministério dos Transportes, e que está com a grande responsabilidade de tocar essas obras tão importantes para o nosso país. E a gente sabe que um dos pontos principais de deficiência do nosso país é o número de obras inacabadas e inconclusas que há no Brasil. Esse número varia – falam em 112 mil. 15 mil obras –, mas, no Dnit e no Ministério dos Transportes, não é diferente. Temos muitas obras a que se precisa dar continuidade.

E é evidente que o Brasil está, embora tardiamente, olhando para os outros modais, o hidroviário, o ferroviário, os portos, os aeroportos, o que já não era sem tempo. O país cresce celeremente na produção agropecuária, somos o terceiro maior produtor de grãos do mundo, o maior exportador, tem o Centro-Oeste todo aí que está produzindo cada vez mais, e a gente precisa escoar essa produção de maneira mais célere.

Nós convidamos, além do Ministro dos Transportes, o Ministro da Integração e Desenvolvimento Regional, com quem faremos também uma reunião conjunta, o Ministro das Cidades, a Ministra do Turismo e a Ministra do Planejamento, que, por sinal, é do MDB. Nós queremos que ela exponha aqui o planejamento do país, visto que, evidentemente, outra grande deficiência do nosso país é a falta de planejamento. Esperamos que, agora, com a Simone à frente do Ministério, ela nos brinde com um plano de desenvolvimento do país para fazer um desenvolvimento integrado, levando em consideração um desenvolvimento harmonioso, procurando privilegiar as regiões que ainda estão mais acanhadas, mais deprimidas economicamente, que, tradicionalmente, a gente sabe que eram as Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O Centro-Oeste avançou e, agora, o problema está basicamente nas Regiões Norte e Nordeste.

Então, queremos agradecer a presença ao Ministro, a quem podemos passar a palavra, para, sem mais delongas, começar a nossa reunião para a qual nós o convidamos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É o seguinte: nós vamos dar o tempo necessário ao Ministro para apresentar o seu plano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Já temos aqui cinco Senadores inscritos. Na ordem: os Senadores Eduardo Braga, Senador Kajuru, Veneziano Jaime Bagattoli, Esperidião Amin e a Senadora Zenaide Maia.

Se aqueles que forem chegando desejarem fazer as suas perguntas, por favor, vamos fazer em bloco de três.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Senador Confúcio.

Hiran, por favor.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bloco de três. Três Senadores fazem as perguntas, e o Ministro responde às três.

Depois, vamos alternando.

Então, vamos iniciar, passando a palavra ao nosso convidado especial, Ministro Renan Filho.

Ministro Renan, V. Exa. está com a palavra.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Muito obrigado pela recepção, Senador Confúcio Moura, Presidente da Comissão de Infraestrutura, e Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional.

Para mim, é um grande prazer iniciar o trabalho destas Comissões Temáticas do Senado Federal, neste ano legislativo de 2023.

Eu senti bastante, ao chegar ao Senado Federal, eleito pelo povo de Alagoas recentemente, ser convocado para compor o Governo do Presidente Lula. Sei que a tarefa será árdua. Vou contar muito com o reforço e com a experiência de Marcelo Castro e de Confúcio Moura, que foram dois experimentados Senadores, escalados pelo Senado Federal para desempenhar as suas funções à frente dessas importantes Comissões.

Para além da nossa relação pessoal, somos do mesmo partido e compartilhamos dos mesmos propósitos. Já tive a oportunidade de conversar e de receber ambos.

Ao olhar o Plenário da Comissão, também queria dizer que tive a oportunidade de estar praticamente com todos os Senadores, tratando dos seus estados, de problemas na área de transportes do Brasil todo.

Então, trago uma apresentação para tratar um pouco dos desafios do Brasil, que são gigantescos na área de infraestrutura e, sobretudo, apresentar o que aconteceu ao longo dos últimos anos e que nos trouxe até aqui. Nós vamos precisar enfrentar o desafio de um ponto de inflexão para que a nossa infraestrutura de transportes pare de piorar e volte a melhorar, porque ela vem piorando ao longo dos últimos anos, o que é muito danoso para a competitividade internacional, para a nossa integração regional. Um país continental como o Brasil não pode abrir mão de integrar o povo brasileiro, de aproximar o povo brasileiro por meio dos transportes.

Passo à apresentação.

Poucas coisas nos unem tanto quanto a necessidade de investir em infraestrutura, porque ela desenvolve fronteiras agrícolas, minerais, do turismo, aumenta a eficiência e a produtividade da economia, reduz desigualdades regionais, aproxima as regiões, como dito aqui pelo Senador Marcelo Castro, e promove a integração nacional.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Aquela frase ali foi colocada no texto final do relatório da Comissão de Transição: os principais retrocessos a serem revertidos pelo novo Governo são a recuperação do investimento público e dos mecanismos de planejamento da infraestrutura, um pouco disso que Confúcio e Marcelo também colocaram aqui no início.

Peço para passar.

Ainda bem que eu não fiquei com a responsabilidade de passar a página.

Este é um diagnóstico feito pelo Bird, pelo Banco Mundial, que diz basicamente o seguinte: o baixo investimento em infraestrutura, associado a uma matriz desequilibrada, leva a um sistema de transporte de baixa qualidade, de baixa acessibilidade e com elevadas emissões de carbono.

O Brasil, comparativamente a outros países que são referência para nós, tem uma concentração no modal rodoviário, vem lutando para ampliar ferrovias, mas ainda estamos bem distantes do que proposto pelo Plano Ferroviário Nacional, que nos obriga a chegarmos a 40% do transporte de cargas nos nossos modais de transportes de ferrovias. Estamos ainda bem aquém.

Ali, a gente observa: o laranja é o transporte rodoviário, comparando com outros países e com a União Europeia. Então, o Brasil é o que tem a maior concentração.

Próximo, por favor.

Este é um outro dado muito interessante, porque a gente sempre fala no Brasil e ouve muito as pessoas nos cobrarem, a todos nós da política. Quem foi Governador, especialmente, sabe como as pessoas demandam por infraestrutura nos seus estados, e, no país, não é diferente. Essa é uma outra avaliação do Banco Mundial, dizendo que os investimentos em infraestrutura são chaves para o crescimento econômico inclusivo e sustentável, e para melhorar a competitividade dos países. Quanto menos se investe, menos competitivo é o país.

O verde ali é o investimento iminentemente público. E o amarelo, o investimento privado. E o somatório dos dois, o investimento com relação ao PIB no ano de 2022. É investimento com relação ao PIB no ano de 2022. O Brasil investiu menos de 2% do PIB, entre investimentos públicos e investimentos privados. E investiu menos, é importante dizer, relativamente ao PIB, do que Bolívia, do que Nicarágua, do que Belize, do que Peru, do que Panamá. Investiu menos do que Equador, Costa Rica, Colômbia, Chile e Uruguai. Ou seja, o Brasil tem investido muito pouco.

E eu passo adiante, para apresentar um pouquinho mais para os senhores.

Este é o *ranking* de competitividade internacional. Numa avaliação de 63 países, infelizmente, o Brasil ocupa a 59ª posição e vem perdendo posições ao longo dos últimos anos. O Brasil caiu duas posições na lista de 63 países e ocupa a 59ª posição, segundo o Anuário de Competitividade Mundial, que é uma pesquisa feita pelo IMD, que é o World Competitiveness Center, que verifica o ambiente econômico e social do país para gerar inovação e destacar essa capacidade no cenário global.

Por que ocorre isso com o Brasil? Nós temos dificuldades gigantescas, climáticas, cada vez mais desafiadoras, dificuldades de diferenças regionais muito acentuadas. Nós temos a necessidade de conciliar a sustentabilidade com os investimentos em infraestrutura, por sermos um dos países mais importantes globalmente, no que concerne à preservação do meio ambiente, e precisamos, ao mesmo tempo, garantir competitividade. Quando a gente soma isso tudo,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

coloca numa panela de pressão e faz um caldo, o caldo é este aí: é o país em uma posição muito ruim internacionalmente e acentuada sobretudo pela baixíssima capacidade de investimentos realizados nos últimos oito anos, mas sobretudo nos últimos seis, quando nós vivemos aqui no regime de organização fiscal balizado pelo teto de gastos.

Próximo, por favor.

Esse é um dado que apresenta duas décadas de evolução de investimentos no Brasil. A gente pega uma primeira década, que foi ali de 2003 até 2013, e observa um claro crescimento do investimento, tanto do investimento público quanto do investimento privado. O público é o azul. O vermelho é o investimento privado ali naquela tela. A gente observa, de 2003 a 2013, um crescimento continuado, sem interrupção. Depois de 2014, de 2013 a 2014, melhor dizendo... Depois de 2014, no ano de 2015, nós vivemos aquela crise toda aqui no Brasil, todo mundo conhece. Houve uma queda abrupta do investimento e ele vem lutando para permanecer estagnado em 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020 – estagnação do investimento. Ao longo dos últimos dois anos, houve um leve crescimento para retomar a capacidade de investimento privado de 2014. O investimento está estagnado, o privado, mas a involução do público ainda coloca a gente, em 2022, investindo bem menos do que em 2014 – cerca de 20% a menos. É muita coisa. Vinte por cento a menos de investimento, oito anos depois, demonstra que o nosso desafio é gigantesco. Isso gera um *gap*, uma lacuna na infraestrutura nacional. A gente investe menos do que a depreciação do país, e isso vai se acentuando, criando novos problemas.

Então, nós observamos, ao longo dos últimos anos... Eu tive a oportunidade de conversar com todos os Senadores muito detalhadamente. Até aproveito para dizer aqui nesta Comissão que perde uma grande chance o ministro ou o representante do Poder Executivo que abre mão de conversar e de ouvir a experiência do Legislativo, porque certamente ilumina pontos, Senador Confúcio e Senador Marcelo, que são muito importantes para o país e que às vezes, pela imensidão da tarefa, ficam relegados a um segundo plano.

Mas o que o corre no Brasil com esse *gap* de infraestrutura, essa lacuna, um investimento menor do que a depreciação? É que a gente está vendo no Brasil obras que não terminam nunca, obras paralisadas. A gente está vendo no Brasil estradas que eram de asfalto e voltaram a ser de barro. O cidadão fica sem entender por que isso acontece em um país como o nosso. Essas coisas ocorrem porque houve uma redução da capacidade de investimento no Brasil, público e privado – o somatório dos dois. Esse é que o mais importante. Não importa tanto, no ambiente da infraestrutura, se o investimento é público ou privado. O que importa é o total do investimento. Então, às vezes o sujeito fala assim: "eu cresci o investimento público". E o outro, em outro momento diz: "eu cresci o investimento privado". Os dois precisam suplantar os investimentos dos anos anteriores, para que a gente diminua a necessidade da nossa infraestrutura.

Mas o que o ocorre no Brasil é que, de 2014 a 2022, nos últimos oito anos, nós tivemos, para a infraestrutura, uma década perdida, em que nós investimos muito menos do que na década anterior e deixamos para trás o crescimento – mais ou menos o que, no ambiente da economia, aconteceu na década de 80, que os economistas convencionaram chamar de "década perdida". Só que isso ocorreu em um momento em que o país até cresceu mais do que outros países do mundo. Agora, obviamente, de 2014 para cá, a gente está enfrentando as dificuldades globais associadas às dificuldades do nosso próprio país, gestadas por nós mesmos. É que eu não quero entrar em detalhes porque os senhores são mais experientes, inclusive, do que eu

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

nessa seara, porque vivenciaram aqui as dificuldades da política, as dificuldades pandêmicas que o Brasil viveu ao longo desse ciclo desafiador.

Próximo, por favor.

Esse é um dado muito interessante, uma comparação com um vizinho nosso, o Uruguai. Recentemente, o Presidente Lula esteve no Uruguai para uma reunião bilateral, para tratar dos interesses dos dois países. Ao chegar lá, o Presidente uruguaio, Lacalle Pou, fez uma cobrança ao Presidente Lula dizendo que lá atrás o Brasil tinha se comprometido, Senador Confúcio e Senador Marcelo, em fazer uma ponte entre o Brasil e o Uruguai, para integrar os dois países, para fortalecer o comércio, dado que o Uruguai se ressente bastante no Mercosul. Tive uma recente reunião com o embaixador uruguaio, com o Ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com o Ministro de Relações Exteriores, com o chanceler uruguaio, e também com a Ministra da Economia e com o Ministro dos Transportes de lá. E eles se ressentem porque, na formação do Mercosul, o Uruguai "se abriu" – entre aspas – para o Brasil, para comerciar com o Brasil. Isso dito a nós, pelo chanceler uruguaio, significa para eles, basicamente, se abrir ao mundo, porque nós somos um país muito maior, em população, do que o Uruguai, que tem uma indústria muito produtiva. E ele precisa que, de certa forma, o Mercosul colabore com o avanço do comércio, com o estreitamento dos nossos laços, e fez a solicitação dessa ponte. Mas veja o que é interessante: ao solicitar uma ponte – o Uruguai solicitar ao Brasil – presume-se que o Brasil tenha uma capacidade de investimento maior do que a uruguaia. Mas isso não é verdade.

No ano passado, o Brasil investiu em transportes US$1 bilhão, em obras novas e em manutenção da sua infraestrutura, e o Uruguai também. O Uruguai também investiu US$1 bilhão. Ali ainda está colocado, gente, US$1,45 bilhão. Só que tem que tirar uma parte, porque naquele número, US$1,45 bilhão, ainda estão incluídos os investimentos em portos e aeroportos, dado que no ano passado o ministério não era dos transportes, era da infraestrutura. Por que eu digo isso? Porque esse investimento representa, *per capita*, US$6,7 por habitante no Brasil, contra US$294 por habitante no Uruguai. Isso demonstra que o modelo não está correto.

Não é possível o Uruguai investir igual ao Brasil, não é possível! Se a gente mudar um pouco o enfoque e eu disser que Alagoas e o Mato Grosso somados, ou Alagoas e o Mato Grosso do Sul somados, Senador Kajuru, dois pequenos estados do Brasil, que qualquer um dos dois da região central somado a Alagoas o total dá em torno de 7 milhões de habitantes, as duas capacidades de investimento dos estados suplantam, Senador Marcelo e Senador Confúcio, a capacidade de investimento do país, ou seja, Alagoas e Mato Grosso investiram mais do que o Brasil. Isso também demonstra que o modelo que determinava a capacidade de investimento do país estava equivocado na minha visão. É óbvio que a gente precisa de garantir um modelo sustentável. Ninguém defende, como no passado, investir sem fazer conta, endividar por anos a fio o país, porque isso não tem sustentação, isso já ficou claro para todos nós, mas, ao fazer essa comparação com outros países, a gente observa que, na discussão de um novo marco fiscal na reforma tributária, a gente vai precisar dar uma olhada se o que estava sendo feito estava errado ou se estava nos colocando para baixo na competitividade internacional como mostrado ali há pouco.

Eu acho que essa é uma grande reflexão, e o Congresso Nacional e o Senado Federal especialmente, onde estamos hoje, tiveram um papel muito importante na PEC da transição. Vai ser preciso agora, com o novo arcabouço fiscal, deixar de olhar apenas, Senador Marcelo, para

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

o curtíssimo prazo para fazer uma abordagem mais longa, mas que garanta, ao mesmo tempo, para um país diverso como o Brasil e com inúmeras dificuldades, capacidade de investir, capacidade de atrair capital privado, porque garante a sua sustentabilidade. Eu acho que essa é uma discussão que precisará ser feita, o Senado certamente terá capacidade e lucidez para fazê-la, e eu estarei sempre à disposição se de alguma maneira puder colaborar.

Próximo, por favor.

Esse é outro quadro muito interessante. Ele trata apenas do investimento público. Eu associo, nas duas partes da tabela, de um lado, o investimento, do outro lado, a piora da malha. A gente observa muito claramente que, ao cair o investimento, pioram as rodovias no Brasil. Então, vamos lá.

Em 2012, o Ministério dos Transportes teve a sua maior capacidade de investimento. A preços atuais, a preços de hoje, teria investido R$45 bilhões; depois caiu para 29, 28, 20 e ali, de 2014 para frente, respeitando aquela outra tabela que soma o público com o privado, houve uma queda quase contínua também no público, só com um soluço em 2017, que foi exatamente aquele primeiro ano, Senador Marcelo Castro e Senador Confúcio, do teto de gastos, que não levava em consideração a questão da inflação para o ano anterior. Então, houve um pequeno crescimento e depois voltou a cair. Mas o que é mais interessante, Senadores e Senadoras? No ano de 2022, nosso orçamento foi de 7,7 bilhões, o orçamento do Ministério da Infraestrutura, somando portos e aeroportos, contra 45 que já havia sido. Em 2023, se o Congresso não tivesse votado a PEC da transição, o nosso orçamento para transportes e para portos e aeroportos, tudo junto, seria de 6,5 bilhões, o que daria algo em torno de 5 bilhões para transportes; 5 contra 45 é um nono do que já foi o investimento. Eu não estou nem colocando aqui, nessa tabela, Líder Eduardo, o que deveria ser o investimento no Brasil. Eu acho que o Parlamento deve fazer essa discussão, e eu também estou pronto, mas o nosso desafio é tão hercúleo que, se for colocado ali o que deveria ser, o nosso percentual é muito pequeno.

O azulzinho ali é o que seria. O amarelo é o que fez a PEC da transição. A PEC da transição... Senador Petecão, bom dia! A PEC da transição nos colocou adicionais 14,6 bilhões: 2,7 bilhões para o ano de 2022, em que entraram, Senador Kajuru, esses 2,7 bilhões, no dia 31 de dezembro, do que se conclui, portanto, que ele virou, na prática, restos a pagar, Senador Marcelo, mais o orçamento de 2023. Então, ali, a gente soma os 14,6 mais os 6,5, o que dá R$21,1 bilhões para o ano de 2023, e a gente recupera a capacidade de investimento do Brasil ali, para o que a gente tinha em 2020.

Senador Cleitinho, é um prazer encontrá-lo.

Então, eu acho que essa tabela é importante para demonstrar isso.

Próximo.

Agora, eu vou falar um pouquinho de como é a distribuição desse orçamento regionalmente.

A Região Nordeste, Senador Marcelo, o senhor que foi Relator aqui do orçamento, conhece bem. Ali está Região Nordeste. No ano de 2022, nós tivemos, para toda a Região Nordeste, um investimento de R$1,9 bilhão e, em 2023, nós teremos R$6,7 bilhões, o que representa 3,47 vezes a mais o investimento na região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vou passar, não vou detalhar por estado para não demorar mais, mas os Senadores terão essa informação, que eu já passei para muitos Senadores. Aqueles que não a tem terão essa informação por estado e, depois, também aberta por obra e por ação orçamentária se desejarem.

Próxima região.

Região Norte. No ano passado, aquela primeira coluna ali, o pagamento em 2022 foi de R$1,426 bilhão. Neste ano, nós teremos, só para manutenção, R$2,334 bilhões, mais R$1,737 bilhão para obras novas, o que totaliza R$4,71 bilhões, 2,85 vezes a mais do que no ano anterior.

Próximo.

O Sudeste. A gente, no ano passado, teve 630 milhões. Você vê que o Sudeste recebe um investimento menor do que outras regiões. Senador Confúcio e Senador Marcelo, os senhores conhecem, mas, só para uma explicação, no Sudeste, São Paulo e Rio de Janeiro têm muitas rodovias concedidas à iniciativa privada – Minas Gerais também. Por isto, o investimento direto do Governo Federal é menor, pela dimensão das concessões que foram realizadas nesses estados, em anos anteriores. Então, foram...

Só um minutinho.

Região Sudeste: 630 milhões foi o pagamento do ano passado. Neste ano, a gente tem 1,249 bilhão para manutenção e 1,142 bilhão para obras novas, o que totaliza R$2,391 bilhões, 3,88 vezes maior do que o pago em 2022.

Próximo. O mesmo ocorre na Região Sul. A gente teve, no ano passado, R$1,22 bilhão pago. Neste ano, a gente tem R$1,547 bilhão para manutenção e R$1,807 bilhão para a construção de novas obras, o R$3,355 bilhões, 3,28 vezes o que foi pago no ano passado.

Próximo.

Na Região Centro-Oeste, o investimento do ano passado não chegou a R$1 bilhão, foi de R$945 milhões. Neste ano, a gente tem um R$1,671 bilhão para manutenção e R$1,278 bilhão para a construção e adequação. E o total geral R$2,949 bilhões, o que totaliza 3,12 vezes do que o pago ano passado.

Próximo.

Então, já perpassamos todas as regiões. Eu queria fazer rapidamente uma finalização desse diagnóstico. Segundo a pesquisa da CNT, que é a Confederação Nacional do Transporte, 66% da malha federal e estadual está com avaliação regular ruim ou péssima – 66% da malha regular, ruim ou péssima! Por isso eu disse no início que agora o desafio é parar de piorar e voltar a melhorar. E a nossa ideia é em dois anos a gente não ter nada na malha federal ruim ou péssimo, desde que mantenhamos a capacidade de investimento.

Queria dizer ao Senado Federal, que fará uma discussão muito ampla agora acerca do arcabouço fiscal, provavelmente será entregue nos próximos dias ao Congresso Nacional, que se nós voltarmos a uma capacidade de investimento pré-PEC da transição, certamente nós não teremos condição de frear a piora da nossa infraestrutura de transportes. Isso é consenso na área de engenharia. A gestão não é capaz de suplantar a necessidade de recursos para essa área, por mais que você tenha capacidade de gestão, a formação de um excelente time técnico. Eu estou aqui com todo o time técnico montado.

Queria agradecer ao meu partido, ao Presidente Lula. Montamos uma equipe de primeira linha para trabalhar à frente do Ministério dos Transportes. Está ali o Jorge Bastos, que é Presidente da Infra S.A.; o George Santoro, que é Secretário-Executivo do Ministério dos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Transportes; o Sr. Adrualdo Catão, que é Secretário Nacional de Trânsito; a Viviane Esse, que é a Secretária Nacional do Transporte Rodoviário; o Leonardo Ribeiro, que é Secretário Nacional do Transporte Ferroviário; e o Fabrício Galvão, que é Diretor-Geral do Dnit substituto. Uma equipe eminentemente técnica e capaz de levar adiante os desafios, mas nós vamos precisar ter as condições orçamentárias para tanto.

Apesar de estar ruim, 96% da malha tem contrato de manutenção. Então, o sujeito pergunta: "Mas, se tem contrato, por que está ruim?". Está ruim porque não tem recurso, não tem como fazer a obra. Primeiro o Governo piorou a qualidade do contrato nos últimos anos. O Dnit tinha um contrato elogiado mundialmente, sugerido pelo Banco Mundial, Senadora e Senadores, ao mundo para replicar essa iniciativa, que é o Crema, que foi desenvolvido pelo próprio Banco Mundial com o Dnit. O Crema é um contrato por desempenho, não se paga apenas por obra. Paga-se por obra e pela qualidade da rodovia utilizada pelo cidadão. Isso é um modelo muito inovador que o Brasil exportou para o mundo inteiro. Tem vários países do mundo utilizando essa estratégia. Só que ela exige uma regularidade orçamentária, porque, como paga por desempenho, se o desempenho for bom, tem que pagar todo mês; não é só quando executa a obra, porque o Brasil se acostumou, Senador Veneziano, a pagar quando se executa a obra. O sujeito entrega a obra, mas, dali a um ano, ela está precisando de manutenção. Aí você tem que fazer um outro contrato.

O Crema garante a continuidade mais longeva dessa manutenção e essa manutenção é avaliada por desempenho. Mas eles não tinham dinheiro para manter o Crema. O dinheiro caía todo ano, o Governo ficava inadimplente com as empresas de manutenção e isso impedia de ir adiante. O que acontece? Eles criaram um novo tipo de contrato, que se chama Pato. Ao chegar ao ministério, eu até achei muito sugestivo este nome: Pato. E eu disse que o dinheiro estava raleando tanto, Senador Confúcio, que o próximo tipo de contrato seria o "Pinto". (*Risos.*)

E isso impede que a manutenção das rodovias avance. Mas a gente tem contrato. Em 96% da malha, 88% dos contratos infelizmente são Pato; apenas a diferença é Crema.

A nossa ideia, Senador Fernando Farias, é chegarmos a 40% de Crema ao final do ano. Eu estou enfrentando o desafio: esta semana farei uma reunião com as empresas de elaboração de projeto para que a gente gere pelo menos 15 mil quilômetros de Crema, para ter mais Crema, com mais recursos, melhorando a qualidade da malha.

Nós tínhamos mais de cem obras muito importantes paradas ou em ritmo muito lento. Tivemos chuvas intensas no primeiro semestre e necessidade de escoamento de safra recorde de grãos.

Concessões rodoviárias. Um tema também muito importante. O Brasil concedeu 13 mil quilômetros. Eu queria dizer ao Senado Federal que nós temos 4,8 mil quilômetros em pedido de relicitação. Vamos ter que discutir um pouco esse modelo de relicitação porque o Brasil nunca conseguiu relicitar um contrato desse. Esse é um grande desafio também.

Ferrovias, estradas. Vamos passar adiante porque eu acho que eu já estou chegando ao final; há muita informação.

Nós lançamos o Plano de 100 Dias. Fomos o primeiro ministério na Esplanada a lançar o Plano de 100 Dias, ainda nos primeiros 15 dias de governo, que tem, sobretudo, cinco ações básicas e uma meta, que era aplicar um 1,7 bilhão no primeiro quadrimestre; pagar 1,7 bilhão de recursos. Ele foi dividido em revitalização, retomada e intensificação de obras rodoviárias e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ferroviárias; prevenção de acidentes; medidas para o bom escoamento da safra recorde de grãos; ações para fortalecimento e atração de investimentos privados; e pronto atendimento a emergências.

Só este ano nós tivemos mais de 120 emergências, que são quedas de pontes, que são quedas de barreiras. Por que isso ocorre? Pelo desafio climático que nós estamos enfrentando e pela falta de investimento que o Brasil viveu ao longo dos últimos anos. Então, além de não se fazer coisa nova, o que tinha vai despencando. Lá no Amazonas do Senador Eduardo Braga mesmo nós estamos a reconstruir duas pontes que recentemente caíram. Estamos enfrentando esse desafio.

Próximo.

Aí tem várias obras que foram retomadas. Eu queria passar todas elas, Eduardo, mais adiante e dividir essa apresentação com os Senadores, que podem olhar e, depois, a gente pode trocar informações sobre elas. Mas ali tem uma importante: a gente retomou 495 contratos de obras novas ou de manutenção, que estavam ou 100% parados ou andando com velocidade aquém da necessidade do cronograma físico-financeiro da obra. Ou seja, uma obra de cem que tem trinta para cada ano teria que terminar em três anos e alguns meses. Só que essas obras nunca têm a necessidade do cronograma físico-financeiro por ano. Então, passa-se a ideia no Brasil de que as obras não terminam nunca. Mas nós retomamos 495 contratos e conseguimos colocá-los dentro no cronograma físico-financeiro das obras, o que é uma novidade nesses últimos anos no Brasil.

Próximo.

Também temos a manutenção rodoviária. São desafios, não é? São 15 mil quilômetros de rodovias federais em condição ruim ou péssima; somente em 2022, o patrimônio rodoviário brasileiro foi depreciado em 16 bilhões. Então, isso é o que eu chamei de *gap* da infraestrutura, depreciação maior do que investimento.

Próximo. Passando mais rápido.

Há uma série de obras de manutenção que estamos fazendo: a BR-343, no Piauí, Marcelo; a 174, no Amazonas, Senador Eduardo, de que já começamos a derrubar asfalto e está vivendo momento de muita dificuldade, especialmente naquele trecho da reserva indígena, na divisa com Roraima. Então, a gente tem acompanhado de perto.

Senador Renan, é um prazer.

E a BR-116, em Minas Gerais.

Próximo.

Essas são algumas fotografias que exemplificam as obras que foram retomadas naqueles contratos: a BR-101, em Alagoas e em Sergipe, retomamos; a BR-116, na Bahia; a BR-354, no Acre; a BR-116, no Ceará.

Próximo.

Nós retomamos obras de pontes importantes. Essa é na BR-080, em Goiás; obras como a 447, no Espírito Santo; a BR-381, em Minas Gerais, conhecida como "rodovia da morte", Senador Cleitinho, que está aí no *pipeline* de concessões e certamente estará entre os próximos três leilões. A iniciativa privada agora, certamente, vai ter êxito, porque tem 60km em que teve a duplicação concluída com recursos públicos, o que vai facilitar a viabilidade. Mas temos obras no Rio Grande do Sul, em Roraima, em Santa Catarina, em Sergipe...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Obras de concessões: essa é a parte em que eu trato do investimento privado aqui. São os investimentos feitos pelas concessionárias. Então, tem muitas obras sendo realizadas no Brasil, e o nosso desafio é intensificar essas obras.

Segundo a CNI, no ano passado, o Brasil investiu cerca de 8 bilhões em rodovias; precisa chegar a aproximadamente 15 para somar com os 15 ou 20 do Governo, e a gente suplantar aquele investimento anterior, para a gente voltar a ter um investimento maior do que teve em 2014.

Próximo.

Temos obras ferroviárias importantes. Neste primeiro semestre, será concluída, finalmente, a Ferrovia Norte-Sul, que foi iniciada no Governo Sarney, transpôs todos esses Governos até agora. Senador Confúcio, pela primeira vez na história do Brasil, uma locomotiva vai sair do Porto de Itaqui, no Arco Norte, e vai conseguir chegar ao Porto de Santos, em São Paulo, que é muito importante para o país. Estamos tocando a Transnordestina, mas temos desafios a serem resolvidos, especialmente o braço de Pernambuco, e o próprio Presidente tem tratado diretamente sobre essa questão. Temos a Fiol, que é uma ferrovia que está em construção na Bahia.

Infelizmente, no ano passado, o Brasil só investiu em R$100 milhões em obras próprias de ferrovias, o que é muito pouco. Dizer isso ao Senado Federal é importante. Cem milhões de reais em ferrovias, Senador Wagner, se a gente for fazer aqui uma conta muito básica para colocar R$10 milhões por quilômetro ferroviário em obra feita, R$100 milhões significam que, no ano passado inteiro, foram executados dez quilômetros de ferrovia, ou seja, é muito aquém do desafio de um país continental como o Brasil.

Neste ano, o nosso orçamento para obras próprias de ferrovia, Senador Renan, Jorge, que está ali e conhece bem isso, e Leonardo Ribeiro também, é de 600 milhões, ainda muito aquém da necessidade do país. É óbvio que obras ferroviárias têm a maior parte do seu capital e investimento privados, mas é importante o Brasil também ter alguma condição de fazer parcerias público-privadas.

Próximo.

Próximas entregas: a duplicação da 470, no Rio Grande do Sul, que está em obra de Navegantes a Indaial, vamos ter entrega agora ainda antes dos cem dias – cem dias são até 10 de abril, só para a gente ilustrar na cabeça, essas são as entregas até dez de abril –; a duplicação na 116, também no Rio Grande do Sul, de Camaquã a Cristal – eu estive recentemente lá –; a duplicação...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – Está errado ali, Santa Catarina, exatamente, de Navegantes a Indaial. Muito obrigado, Senadora. Eles colocaram ali Rio Grande do Sul.

A duplicação da BR-101, em Sergipe, lá em Maruim – o Presidente esteve lá recentemente retomando a obra, já vamos ter uma entrega dentro dos cem dias –; a duplicação de 16km na BR-135, no Maranhão, de Bacabeira a Santa Rita; vamos entregar também, nesses cem dias, a duplicação da BR-428, em Petrolina, na saída para Recife e vamos também iniciar uma obra muito importante em Petrolina, dando sequência a essa obra; vamos também entregar...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – Saída para o Piauí. Exatamente, Senador Marcelo. E naquela demanda em que o Senador Fernando Bezerra e você trabalharam bastante no ano passado.

A duplicação da BR-101, lá no trecho ali de São Miguel dos Campos, que está com um acidente, nós vamos entregar 8km e corrigir uma dessas emergências que ocorre no meu estado, um deslizamento; o Anel Viário de Jataí, que é uma obra muito importante para o Estado de Goiás, está quase pronto, Senador Kajuru – vamos entregar também dentro dos cem dias, até 10 de abril. Estou combinando com o Governador Caiado, falei com ele recentemente e com o Vice-Governador também e vou avisar a bancada federal para quem desejar estar presente; a 487, no Paraná, está pronta, essa que é uma duplicação da Boiadeira, lá em Santa Elisa – essa obra está 100% pronta, nós já vamos entregar também agora; e a pavimentação da 432, em Roraima, de Cantá até Novo Paraíso.

Próximo.

Ainda temos outras entregas importantes nesses cem dias. Uma é a ordem de serviço da BR-235, que é a travessia urbana de Juazeiro a Petrolina, uma obra muito emblemática no Nordeste brasileiro. Essa ponte ficou conhecida como a Ponte Picolé. A ponte foi duplicada, Senador Eduardo, mas, na cabeceira da ponte, ela estreita. O Senador Wagner está rindo ali porque ele conhece bem, foi Governador da Bahia. E o Presidente, na minha primeira reunião, Senador Wagner, tratou dessa questão e disse que fazia questão de resolver isso, porque não tem sentido duplicar uma ponte e uma parte da duplicação não ser feita, o que estreita, cria um funil. Ela é conhecida lá na região como Ponte Picolé. A gente vai dar ordem de serviço para essa travessia urbana de Juazeiro, na Bahia, e também em Petrolina.

A conclusão da recuperação da BR-290, a Ponte de Uruguaiana, na divisa com a Argentina, que é um dos principais entrepostos comerciais do Brasil – em terra, é o maior. Está sendo 100% recuperada, e nós vamos entregá-la em breve. A revitalização de 625km em concessões e revitalização também da BR-163, no Mato Grosso e no Pará, da Via Brasil, de 375km, que também foi uma concessão.

Próximo.

Este é um dado muito interessante: nós lançamos neste ano no Eixo 2 do Plano de 100 dias, que era salvar vidas, um trabalho com o Ministério da Justiça, e os acidentes na operação Carnaval tiveram queda.

Queria registrar aos Senadores um outro ponto muito importante, que humaniza a agenda da infraestrutura: o Brasil é o terceiro país onde mais se morre no trânsito no mundo. Essa é uma agenda que precisa ser enfrentada – precisa ser enfrentada –, e a gente está tentando, na Senatran, criar uma agenda, chamar a atenção para isso. A maior parte das mortes não ocorre nas rodovias federais, a maior parte ocorre dentro das cidades, especialmente nas cidades médias do Brasil e especialmente nas cidades que usam muitas motos. O Nordeste colabora bastante com isso. Então, é uma agenda muito importante para todos nós.

Próximo.

Próximo.

Esse foi o Eixo 3, as medidas para o escoamento da safra. Eu queria dizer às Comissões de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional que o Brasil está a escoar, de janeiro até o fim de abril, uma safra recorde. O terceiro país que mais produz grãos do mundo está neste ano a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

escoar uma safra recorde. Por isso, nós fizemos uma série de ações com o Ministério da Agricultura, com o Ministério de Portos e Aeroportos, com o Ministério da Defesa. Estão ali os Ministros Carlos Fávaro e Márcio França, de Portos e Aeroportos, naquela imagem junto comigo porque nós trabalhamos juntos e, ao final de abril, teremos escoado safra recorde com um nível de problemas menor do que em anos anteriores. Mas, certamente, ainda escoamos a nossa safra com um custo muito grande, muito maior do que em outros países do mundo.

E um dado interessante de que se fala muito na infraestrutura é que custa mais para a produção nacional tirar a safra da fazenda até o porto do que do porto para a China – esse é um dado muito interessante –, ou do porto para o resto do mundo. A China é um dos custos mais caros, mas para o resto do mundo todo também, obviamente.

Então, esse é um grande desafio. A gente precisa cada vez mais colocar a produção em ferrovias, melhorar as nossas rodovias, retirar pontos de estrangulamento, retirar carga de estrada, o que obriga manutenção mais elevada. Essa é uma tarefa inexorável e não se faz sem investimento, porque são coisas incongruentes querer ter um país mais competitivo, um país mais moderno com uma política fiscal que não garante nenhum investimento. O grande desafio e a engenhosidade que o Ministro Haddad vai precisar apresentar ao Brasil e ao mundo... Essa política fiscal não é só para nós, ela é para o mundo inteiro, porque ela precisa garantir confiança em quem no mundo tem dinheiro e topa financiar o nosso endividamento. E certamente esse financiamento não é só do povo brasileiro, ele é um financiamento do mundo inteiro. Então, precisa garantir confiança em todo mundo. E o desafio, a engenhosidade é como garantir recursos para investir nesse ambiente que impõe contenção de gastos.

Eu tenho dito ao Ministro Haddad que é por isso mesmo que a gente tem um Ministro da Fazenda competente como ele e há uma grande expectativa sobre as suas decisões, porque esse é o tamanho do desafio que nós vamos enfrentar, ter um investimento sustentável no tempo.

Aí são as emergências, de que já falei – mais de cem emergências. A gente já liberou...

Eu coloquei esse quadro aí porque um dos pontos em que interagimos muito com o Senado Federal e com a Câmara dos Deputados é exatamente a emergência. Quando ocorre uma emergência, imediatamente o Parlamentar daquela região é acionado, não é? A gente faz uma interação muito ampla. Eu queria dizer que estamos inteiramente à disposição em todas as áreas do ministério. Nós tivemos 125 emergências, e a gente tem cem que foram liberadas totalmente, 21 que estão em liberação parcial, ou seja, das 125, 121 foram liberadas totalmente ou com liberação parcial e temos quatro que ainda estão em liberação – em liberação significa que não foi liberada ainda, porque ali em liberação é um eufemismo, não é? Não foi liberada ainda, como, por exemplo, uma no meu estado. Tem hora que, dependendo do tipo do acidente, não é moleza. A obra de emergência por lá vai levar, na própria execução, seis meses e ainda está em fase de solução de engenharia.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – O Acre também está com uma emergência na BR-364. Está muito chuvoso e a BR está com emergência.

Próximo.

Volta um pouquinho.

Tem o Acre, que está com problema. Tem a 174, que está com problema.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – Na 319, teve duas quedas de pontes, em que nós já estamos trabalhando para reconstruir; inclusive, improvisadamente, colocamos uma balsa. Imaginem os senhores: o cidadão vem numa rodovia de terra, e, para atravessar o local onde havia uma ponte, Senador Veneziano, que caiu no ano passado, a gente colocou uma balsa. Aí ele vai e passa na balsa – o Líder Eduardo esteve lá falando comigo –, só que o rio é navegável também. Os rios do norte do país são estradas, são hidrovias. O rio é navegável. Mas qual é o problema? Quando você coloca a balsa, só passa carro. Depois tem que tirar a balsa para voltar a passar o barco. Você imagina a mão de obra que significa isso, mas essa é a realidade de um país em que a depreciação é sempre maior do que o investimento. Então, a cada ano, a qualidade da infraestrutura vai piorando. E ponte é assim: se não há manutenção, um dia ela cai. Isso é inexorável. Se você constrói uma ponte e passa anos a fio sem dar manutenção, uma certeza é absoluta: um dia ela cai, ela não suporta para sempre. Isso está acontecendo. Nós tivemos cem, resolvemos a maior parte, mas tem algumas que chamam a atenção, que saltam aos olhos.

Uma outra de que eu queria aproveitar aqui a audiência das Comissões de Infraestrutura e de Desenvolvimento Regional para tratar é a 277, no Paraná, uma rodovia fundamental que liga Curitiba ao Porto de Paranaguá, em que também teve um acidente. Ela está entre aquelas que nós já liberamos parcialmente, mas é uma liberação parcial de uma rodovia vital para o escoamento da produção de um estado que bate recordes sucessivos de produção agrícola, que é o Estado do Paraná, e de acesso ao Porto de Paranaguá, que é um dos portos com maior capacidade de exportar no planeta. Então, coisas como essas são desafios grandes.

Próximo.

Aí, o quinto ponto são as concessões.

Eu queria falar muito rapidamente das concessões que estão vindo aí no *pipeline.*

Próximo.

Os dois lotes de concessão do Paraná estão bem avançados – nós estamos na fase final de diálogo com o Governo e com o Parlamento também. A BR-381, em Minas Gerais, como coloquei, no trecho de Belo Horizonte a Governador Valadares, e a BR-040, do Rio a BH, também estão estruturadas. A BR-364 – Senador Confúcio, conversamos bastante sobre ela –, que é uma artéria fundamental que liga o Centro-Oeste ao Norte do país, cortando todo o Estado de Rondônia e chegando ao Acre, onde o Senador Petecão disse que há um isolamento, no meio do estado, que não permite que as pessoas cheguem até o extremo norte do país e a divisa com os nossos países vizinhos. Três lotes do Corredor Centro-Norte: na BR-364, em Goiás e em Mato Grosso; na BR-174 também; na BR-060; e na BR-452, que é um corredor muito importante para a exportação no país. O corredor do Rio Grande do Sul, que são as BR-116, BR-290, BR-158 e BR-287, também está bem avançado. E nós temos outros 18 projetos em estruturação, pelo BNDES e pela Infra S.A., de concessões. Nós vamos trabalhar nas duas frentes. O Governo entende que é importante conceder o que há viabilidade econômica para tanto, porque você concentra os seus esforços onde não há condição de a iniciativa privada, por meio de cobrança de pedágios, garantir a manutenção. Então, esse é um modelo utilizado no mundo inteiro, e o Brasil também vem avançando. A gente já tem quase 15 mil quilômetros concedidos, e a tendência é, ao longo dos próximos anos, chegarmos a de 20 a 25 mil quilômetros de concessões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Próximo.

Esse é o eixo ferroviário. Para a atração de investimento privado, a gente vai concluir a Ferrovia Norte-Sul, esse é um investimento privado; dar continuidade às obras da Fiol –; a Fiol II está sendo tocada com recursos públicos, mas a gente entende que é necessário fazer uma concessão da Fiol, quem sabe, criando um corredor Fico/Fiol, que é o corredor que liga o Centro-Oeste brasileiro, integra Norte e Sul e garantirá a exportação de parte da produção do Brasil central pelo sul da Bahia, um investimento muito importante. Nós estamos estruturando uma concessão privada. E a Transnordestina, que é tocada pela iniciativa privada com *funding* oferecido pelos bancos públicos, especialmente o Banco do Nordeste e também o Fundo Constitucional do Nordeste, que estrutura esses investimentos.

Nós temos também ali o Fico/Fiol, como eu falei, e os estudos para as prorrogações e renovações das concessões já realizadas. A FCA é uma muito importante. A Rumo Malha Sul é outra importante. Temos os estudos para a concessão da Ferrogrão – a Ferrogrão está momentaneamente parada no Supremo Tribunal Federal e precisa de uma decisão do Supremo Tribunal Federal para avançar.

Sobre a revisão do Marco Regulatório de Ferrovias, eu queria dizer ao Senado Federal que foi um avanço muito grande. Quero parabenizar pelo trabalho, especialmente, o Senador Jean Paul, o Senador José Serra, ampliando também para todo o Senado Federal, que ofereceu um marco regulatório mais moderno ao Brasil para ferrovias. Entretanto, a gente ainda precisa se debruçar sobre duas questões: os vetos presidenciais e a necessária regulamentação de alguns pontos da lei. Vamos tratar disso ao longo deste semestre deste ano, inclusive estabelecendo diretrizes claras para as autorizações ferroviárias, que são um avanço legislativo, mas precisam ser mais bem iluminadas.

Próximo.

Vamos lá!

Senadores, está bem pequenininho ali, porque são tantas coisas... Eu queria perguntar aos senhores se os senhores desejam que eu faça regionalmente uma explanação no sentido horário, começando ali, no zero minuto, e rodando até os 60 minutos, para a gente dar uma olhada regionalmente, falando aqui de obras importantes no Brasil, porque são muitas obras que estão em andamento, mas eu acho que valeria a pena, já que a gente está aqui, fazer uma leitura.

Por exemplo, no Pará, na BR-316, nós estamos com uma obra importante, de Castanhal ao acesso à Salinópolis. É uma obra muito demandada pelo Senador Jader Barbalho.

No Maranhão, nós temos uma obra de duplicação da BR-135, lá em cima, de Bacabeira a Miranda do Norte.

Nós temos, Marcelo, uma obra que é importante para você – na verdade, duas. Uma é o contorno de Teresina, com cinco viadutos, muito importante para o Estado do Piauí, e também outra obra, de Teresina a Demerval Lobão e de Teresina a Altos, e o rebaixamento da Ladeira do Uruguai.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – Essa é de duplicação. São obras muito importantes.

A obra de duplicação de Caucaia ao Pecém, na BR-222, no Ceará.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A travessia urbana de Tianguá, também no Ceará, é uma obra muito importante. Eu estive conversando sobre essas de Tianguá e de Caucaia ao Pecém com o Senador Cid Gomes.

Também temos a BR-316, Marcelo, no Piauí, de Teresina. É uma duplicação de Teresina a Demerval Lobão, obra fundamental.

No Rio Grande do Norte, temos adequação e duplicação, Senadora, da Reta Tabajara, que finalmente vamos terminar. Eu assumi um compromisso com a Governadora, com a senhora e com toda a Bancada do RN de terminar essa obra até o final de abril e começar a obra sequente, para dar continuidade aos trabalhos no RN.

Temos a adequação de Cabedelo a João Pessoa, Senador Veneziano; de Campina Grande à Farinha também, a duplicação de Campina Grande à Farinha. De Cabedelo a João Pessoa é uma triplicação, uma obra muito importante para a Paraíba.

Temos uma obra fundamental para Pernambuco – está ali o Senador Dueire, do nosso partido, do MDB – que é a finalização da duplicação de Caruaru a Toritama, e a Pão de Açúcar.

Queria colocar que a BR-104 está em estudos, Senador, para ser duplicada no Nordeste inteiro. Ela é uma artéria fundamental para desafogar a BR-101, uma artéria que liga, Marcelo. Depois da conclusão da BR-101, o Brasil precisa duplicar a BR-104, porque ela liga Maceió, passa por União dos Palmares, uma cidade muito importante em Alagoas, passa por Caruaru, passa por Toritama e por aquele complexo de vestuário, o complexo do vestuário de Pernambuco, passa por Campina Grande e chega a Lajes, no Rio Grande do Norte. É uma estrada que tira, pelo interior, boa parte do fluxo da BR-101, retirando das capitais um fluxo desnecessário, que não estava indo para lá, e facilita, por exemplo, obras também fundamentais, como o contorno do Recife, como o contorno de João Pessoa, que são obras estruturantes, o anel metropolitano de Maceió, todas elas necessárias, justamente porque o fluxo roda por essas cidades. A duplicação da BR-101, em Sergipe e na Bahia; a duplicação de Petrolina, saída para o Recife, que é uma obra fundamental, que está finalizando agora, e nós vamos inaugurar. Então, eu já passei por algumas dessas obras. Esse mapa tem todas essas obras distribuídas regionalmente no país.

Queria passar para outra região ali: Centro-Oeste, Sul e Sudeste. Há uma série de obras importantes e estruturantes que está em andamento. Eu tenho me reunido com todas as bancadas do Brasil. Praticamente já recebi todos os Governadores, os Senadores, alguns mais de uma vez, com muita felicidade, porque são obras fundamentais, e que agora, de maneira alvissareira – sabe, Senador Marcelo? –, as pessoas estão acreditando que vão adiante. Então, eu estou me esforçando para que essa esperança não se perca no curto prazo.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. *Fora do microfone*.) – Este ano está garantido. Nós temos que garantir os próximos.

O SR. RENAN FILHO – Este ano acho que está quase garantido, Marcelo. A gente tem que... A esperança tem que ser sempre acalentada, não é? Então, este ano está garantido, mas para os outros anos há uma discussão importante a ser feita, até porque obra de infraestrutura... Eu digo sempre assim que, às vezes, as pessoas querem muito rapidamente, e eu sou um sujeito acelerado, eu quero tentar fazer as coisas também, mas obra de infraestrutura não é igual a pipoca de micro-ondas, que a gente coloca e depois, pá-pá-pá, em cinco minutos, está pronta. Obra de infraestrutura leva, pelo menos, três anos; dois anos no mínimo; se for pequenininha, dois anos; e de três anos exige três orçamentos diferentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu disse, em outro dia, que a PEC da transição não pode representar um voo de galinha na capacidade de investimento do país, e nós sermos aprisionados novamente pelo enforcamento dos investimentos que promoveu o teto de gastos. Acho que essa é a discussão mais importante do Parlamento brasileiro no semestre.

Aí estão as duplicações, as pontes e as travessias do Centro-Oeste, do Sudeste e do Sul do país.

À frente, tem um só de pavimentação no Norte e também dividido no Centro-Oeste, no Sudeste e no Sul do país. Só de pavimentação, são muitas obras. Se eu fosse ler todas aqui, eu iria tornar muito mais enfadonha do que eu já tenho tornado esta reunião da Comissão.

Queria registrar ao Senado Federal – e eu presumo que esse ponto é muito importante – que nós temos no Brasil muitos desafios ambientais, e esses desafios ambientais precisam ser colocados, precisam ser suplantados, obviamente respeitando o desenvolvimento sustentável. Ninguém quer obra que imponha o desmatamento da região, mas fica cada vez mais claro que as populações de regiões mais remotas ou de capitais importantes precisam de algumas obras. Por exemplo, a BR-319, no Amazonas, é uma BR que já foi asfaltada e voltou a ser uma estrada vicinal, como a gente chama, com o leito em barro. Manaus é a sétima capital do Brasil e é a única capital do Brasil que não tem ligação por asfalto.

Então, isso é uma coisa que precisa ser enfrentada. É um anseio de toda a classe política do Amazonas – toda. Eu tive a oportunidade, Senador, me permita, eu sei que é o seu estado – a expressão do Senador Eduardo Braga é até uma expressão ali de tristeza ao me ouvir falando sobre isso aqui no Senado Federal –, e nós vamos enfrentar o desafio de voltar a ter Manaus ligada por asfalto.

Eu fui agora recentemente Governador de Alagoas. Acho que os Senadores sabem disso. Alagoas ainda tinha algumas cidades sem ligação por asfalto, cidades menores obviamente, mas nós universalizamos a ligação por asfalto em todas as cidades do estado. Isso representa uma transformação muito grande para as pessoas de uma pequena cidade. Aí os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras imaginem o que significa a sétima capital do Brasil não ter ligação por asfalto. Certamente é um drama para quem vive lá. As pessoas não podem pegar o seu veículo e ir para outro estado, porque vão ter que enfrentar um périplo numa estrada que não permite condições mínimas de trafegabilidade.

O Dnit, Senador, vai começar aqueles 7km. Está ali o Diretor-Geral, que me disse que, essa semana, ele finaliza aquele acordo para a gente começar aqueles 7km iniciais. Eu tratei especificamente dessa obra com o Presidente Lula, fazendo esse relato também. E vamos tocar isso.

Ali tem alguns desafios ambientais que eu gostaria de compartilhar com os Senadores para contar com a colaboração do Parlamento brasileiro no sentido de encontrarmos saídas para obras importantes – essa 319, no Lote C; a pavimentação do trecho do meio, que também é um desafio na 319; a pavimentação de um trecho remanescente em Taguatinga, no Tocantins; a BR-135, na Bahia, que é a pavimentação de São Desidério a Correntina, uma estrada importantíssima ali no Oeste Baiano em que a gente tem cavernas e, por conta disso, não conseguimos avançar. Para que os senhores tenham noção do que significa o desafio, sobre esse trecho já foi escrito uma tese de doutorado na área ambiental para se justificar a construção da obra. E a obra, nesse tempo inteiro – o sujeito resolveu fazer uma tese de doutorado –, não

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

andou, Marcelo. Então, a tese de doutorado diz que não há esse impacto esperado, mas nós não conseguimos avançar. Então, coisas como essa são importantes de ser serem ditas. A pavimentação de Cocos à divisa com Minas Gerais, na Bahia, também é um desafio; a BR-135, em Minas Gerais, de Manga a Itacarambi. A BR-101, no Espírito Santo, lá em Sooretama, que é uma duplicação, também está com um desafio grande ambiental.

E aí finalizo, Senadores, colocando-me à disposição para conversar com os senhores sobre todas essas ações.

Mas quais são os próximos passos, desafios e qual é a nossa agenda? Eu queria dizer que é muito importante para o Brasil... Eu sou Ministro da área da infraestrutura, não da área econômica, mas é fundamental que nós tenhamos um arcabouço fiscal que assegure recursos necessários para o desenvolvimento da infraestrutura. É fundamental também a reversão da trajetória de piora da malha rodoviária, acontecida nos últimos anos, pelo incremento de investimentos.

Nós vamos retomar, intensificar e concluir as obras inacabadas, notadamente nos corredores de escoamento, eixos de integração nacional e travessias urbanas; e estabelecer, a partir do Plano Nacional de Logística (PNL), a carteira de projetos para execução futura.

Eu acho que um tema que o Parlamento brasileiro precisa discutir é se vai ter mais recurso, Líder Eduardo, Senadora Zenaide, Senador Kajuru. Vamos eleger com clareza os projetos para a gente garantir duas coisas: primeiro, qualidade dos projetos eleitos para receber os investimentos; e, por outro lado, mais recursos para esses projetos, para evitar aquela discussão de que o recurso vai para coisas que não são importantes, e isso não impulsiona o desenvolvimento do país. Eu acho que esse é um mecanismo que aplaca um pouco os ânimos do mercado, ao saber o que será feito com os recursos a serem disponibilizados. Eu acho que isso é uma coisa importante.

Ampliar concessões, efetivar parcerias público-privadas e prorrogações antecipadas, primando pela vantajosidade ao país.

Fortalecer e capacitar o corpo técnico do Ministério dos Transportes e de suas vinculadas, valorizando a gestão e a governança dos investimentos.

Reforçar o papel da Infra S.A. como empresa de excelência em planejamento e estruturação de projetos.

Aprofundar diálogo com órgãos de controle no sentido de repactuar contratos de concessões desequilibrados.

Eu queria agradecer aqui, no Senado Federal, a parceria que tenho tido com outros órgãos de fiscalização do próprio Governo, com o Tribunal de Contas da União, porque isso nos tem garantido avançar numa agenda de controle da integridade e dar solução para problemas antigos que travam a infraestrutura nacional. Acho que essa é uma agenda que também precisará ser percorrida para viabilizar novos investimentos em concessões já existentes.

Deixem-me dizer uma coisa aos senhores, muito rapidamente, porque é importante: se nós já concedemos 15 mil quilômetros e queremos enfrentar o desafio de conceder mais, é natural nós observarmos que o que já foi concedido, em tese, tem mais viabilidade do que o que virá a ser concedido. Primeiro, é concedido o que tem mais viabilidade. Ora, se já foi concedido o que tem mais viabilidade e nós temos muitos problemas, é imperioso que a gente resolva esses problemas, porque lá está a maior capacidade de investimento, estão as principais rodovias do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

país, as mais rentáveis, as com mais alto fluxo, nas áreas com maior renda *per capita* brasileira. Então, a gente precisa ter uma agenda de solução para relicitações, de reequilíbrio de contratos, que tragam investimentos de curto prazo para o país. Isso, associado ao novo arcabouço fiscal e à nova reforma tributária, certamente ajuda a destravar a infraestrutura e ajuda a economia a voltar a crescer. Então, esse é um tema que nós vamos precisar discutir com o Tribunal de Contas da União e com o Poder Legislativo para verificar se a gente tem como estabelecer uma nova governança, se a gente precisa de legislação específica e qual caminho nós vamos precisar percorrer para tentar destravar esses investimentos.

Vamos trabalhar para aperfeiçoar os normativos existentes, os marcos de ferrovia e de licenciamento ambiental. O Governo deseja discutir esses dois temas para modernizá-los.

Implantar obras de segurança viária – esse é um tema também muito importante, que eu queria dividir com o Parlamento –, construção de terceiras faixas, eliminação de pontos críticos e implantação de áreas de escape. Vejam os senhores: o Dnit nunca tinha construído uma área de escape para caminhão em declive acentuado. Isto é uma coisa fundamental: com a perda de freio, o sujeito tem onde se salvar. Nós vamos entregar a primeira agora, mas essa será uma política de implantação dessas áreas de escape que o mundo inteiro faz; a iniciativa privada já faz nas concessões, mas o Dnit nunca tinha feito, vai fazer a primeira agora. Salvar vidas eu acho que também é um caminho importante.

Implantar uma agenda do Senatran. A gente vai discutir neste Maio Amarelo todas essas ações de desburocratização, de simplificação, de proteção à vida, que é uma agenda muito conectada com a Secretaria Nacional de Trânsito.

Próximo.

Essa era a apresentação.

Eu queria, Senador Confúcio, Presidente da Comissão de Infraestrutura; Senador Marcelo Castro, Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional, nas pessoas dos senhores quero fazer um agradecimento e dizer que eu estou aqui à disposição dos Senadores para que a gente possa discutir as questões da infraestrutura nacional, com muita alegria e de maneira produtiva, para que a gente possa construir um trabalho capaz de fazer o Brasil avançar, retomando investimentos, melhorando a qualidade de transporte no Brasil, garantindo inclusão, desenvolvimento regional e garantindo a integração nacional, que eu acho que é o papel principal do Ministério dos Transportes.

O Presidente Washington Luís disse lá atrás uma vez, antes ainda de Getúlio Vargas chegar à Presidência da República, mas bem próximo, que governar naquele momento era abrir estradas porque o restante vem a partir delas. Essa é uma frase muito forte, que era mais verdadeira naquele Brasil daquele momento do que no Brasil de hoje, mas segue sendo verdadeiro que, ao abrir uma estrada, a gente abre uma porta para o desenvolvimento, porque, por onde passam a motocicleta, o carro, o ônibus e o caminhão, passam também a geração de emprego, de oportunidades e de desenvolvimento para o país.

Acho que por isso é importante a gente valorizar essa agenda do Ministério dos Transportes.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito bem. Vocês viram uma apresentação do ministro muito didática, muito realista, cirúrgica, mostrando a realidade dramática do sistema de transporte do Brasil.

Nós temos aqui inscritos para perguntas os Senadores Eduardo Braga, Kajuru e Veneziano, no primeiro bloco.

Como tem muitos inscritos e nós deixamos livre o tempo do Ministro Renan Filho para apresentar claramente a situação, o diagnóstico real das rodovias, ferrovias e hidrovias brasileiras, neste primeiro bloco eu gostaria de objetividade nas perguntas para não delongar muito.

Algumas Comissões estão esperando a nossa Comissão aqui – ali fora. Todos nós pertencemos a duas ou três Comissões aqui no Senado e somos chamados pelos Presidentes para dar presença porque há votação.

Depois, nós temos os Senadores Jaime Bagattoli, Esperidião Amin – alguns já saíram – e a Senadora Zenaide.

No terceiro bloco teremos os Senadores Dr. Hiran, Cleitinho e Sérgio Petecão.

E, por último: Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Margareth Buzetti, Alan Rick e Chico Rodrigues.

Então, vamos iniciar primeiro agradecendo a belíssima apresentação do Ministro Renan Filho.

Eu passo a palavra ao primeiro Senador a fazer perguntas, Senador Eduardo Braga.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - AM. Para interpelar.) – Presidente Confúcio Moura, nosso Presidente Marcelo Castro, eu queria começar cumprimentando V. Exas. pela iniciativa desta reunião com o eminente Ministro Renan Filho. Creio que esta reunião foi de uma importância muito grande, primeiro porque tratamos do tema infraestrutura de transporte com o aspecto do desenvolvimento regional, segundo porque o Ministro Renan Filho fez um retrato real da situação da infraestrutura de transporte do país e um diagnóstico de como se encontra essa infraestrutura.

Eu queria cumprimentá-lo, Ministro, porque V. Exa., ao apresentar esse diagnóstico, mostra algumas situações que eu gostaria de destacar. A primeira é sobre a área de concessões, a minha região, a Região Norte, não tem concessão de rodovia. Então, eu fico muito à vontade para poder falar. Nenhuma das relicitações avançou, exatamente na região em que nós temos as rodovias com a maior viabilidade econômico-financeira das rodovias e onde há a maior possibilidade de investimento privado nessas rodovias. Ora, é óbvio que esse é um dos principais problemas a serem resolvidos. E V. Exa. colocou muito bem. Essa é uma questão que está sendo tratada com o Tribunal de Contas da União, e o Parlamento deverá ter que colaborar muito provavelmente com o marco legislativo, legal para auxiliar o ministério.

Então, uma colocação que eu gostaria de deixar para que V. Exa. possa talvez aprofundar é com o que poderíamos contribuir, talvez a Comissão de Infraestrutura possa aprofundar, no marco legal para que possamos dar uma resposta, porque, Presidente Confúcio, imagine que nós temos algo como talvez 4% ou 5% das rodovias concedidas, em processo de relicitação há alguns anos, e nós não avançamos nas rodovias mais ricas do país. E isso é um dos principais gargalos da infraestrutura. Isso não depende de arcabouço fiscal, isso não depende de recurso público, isso depende de uma vontade política do país de acabar com o escândalo. Portanto, eu quero aqui destacar essa afirmação feita pelo Ministro Renan Filho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A segunda colocação que eu quero fazer tem características regionais. Ministro, a situação das BRs na Região Norte é caótica. No meu estado, a BR-174, no início deste ano, estava praticamente intransitável. Eu tenho que começar agradecendo a V. Exa. porque V. Exa. deu determinações para que o Dnit pudesse emergencialmente fazer um trabalho de ações imediatas, de enrocamento, etc. para que ela pudesse ter o mínimo de condição de trafegabilidade. No entanto, se não houver uma ação de recuperação dessa rodovia, vai acontecer com a 174 o que aconteceu com a 319.

Quando eu era jovem, eu pude trafegar na 319 asfaltada. Hoje nós vivemos um drama, há pelo menos 20 anos, para tentar voltar a asfaltar a BR-319. E se nós não recuperarmos a 174 – e aí dependemos da área de planejamento e projetos do Dnit, que precisa imediatamente fazer com que nós possamos ter um contrato de recuperação e não um contrato, entre aspas, que é chamado de "pato", especificamente na 174 –, nós teremos problemas.

A questão da BR-319, Ministro, chegou ao cúmulo de ela ser transferida, para que o Dnit de Rondônia administrasse a BR-319 dentro do Estado do Amazonas. Portanto, a segunda colocação é pedir a V. Exa. que a 319 volte a ser administrada pelo Dnit do Amazonas, porque a situação é tão dramática, Ministro, que hoje nós tivemos que acionar a Antaq porque faltou combustível no transporte da travessia da balsa ontem – na travessia da balsa de uma dessas pontes que desabou. É uma situação realmente dramática. E eu quero aqui agradecer o empenho que V. Exa. tem tido com relação a essa situação.

As BRs não se resumem à 319 e à 174: nós temos a 230, que também tem dificuldades; nós temos dificuldades na 317, na 307; ou seja, as BRs da Amazônia foram simplesmente abandonadas. Tem parte do Estado do Acre que foi isolada. Ou seja, o retrato como o atual Governo recebeu as BRs da Região Norte é lastimável, e eu tenho certeza que esse retrato que V. Exa. mostrou com relação às BRs do Nordeste também não é muito diferente, não é? Ainda há pouco, o Senador Confúcio ficava alegre quando ouvia que iria haver ações também na BR no Estado de Rondônia.

Portanto, esse é um retrato que muitas vezes o Brasil não estava conhecendo com relação à situação das BRs da Região Norte, da Região Nordeste, e que V. Exa. traz neste momento para que a gente tome conhecimento.

Eu acho que são dois pontos importantes. Essa questão das concessões que estão em relicitação: acho que é um escândalo nós termos as BRs mais viáveis de investimento privado, que não dependem, portanto, de recursos públicos, e elas estarem com problemas de investimento e nós não conseguirmos destravar isso – e aí é uma vontade política que o Ministro traz ao Congresso. Eu acho que, através da Comissão de Infraestrutura, nós temos como agir e encontrar uma maneira, junto com o Tribunal de Contas da União e com o Executivo, de termos um marco legal para resolvermos essa questão e, ao mesmo tempo, encontrarmos mecanismos para resgatar aquilo que o Ministro colocou com absoluta sensibilidade política: existem enormes populações ainda isoladas do ponto de vista da ligação rodoviária. Ter uma cidade como a cidade de Manaus isolada da ligação rodoviária há mais de 20 anos, tendo em vista que já foi interligada e hoje está absolutamente isolada, não cabe explicação, as pessoas não conseguem compreender.

Portanto, quero agradecer e dizer da nossa esperança de que, com o trabalho conjunto que o Senador Renan Filho liderará no Ministério dos Transportes, com o Presidente Lula, com

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

a sensibilidade de quem conhece o Brasil e tem essa sensibilidade da desigualdade regional, nós haveremos de vencer e trazer novas respostas para o povo brasileiro.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos dar continuidade à palavra dos Senadores. Antes eu gostaria de agradecer a presença honrosa do Deputado Federal Castro Neto à nossa audiência, do Deputado Edinho Bez – presente – e da Deputada Estadual de Rondônia Taíssa, todos se fazendo presentes aqui.

Com a palavra o Senador Kajuru.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Para interpelar.) – Para ser objetivo, eu acompanho as palavras do Senador Eduardo Braga, as iniciais, sobre a ação prioritária dos Presidentes das Comissões Confúcio e Marcelo, nossos amigos e exemplos.

Silvio Santos me ensinou, nos meus 40 anos de carreira na televisão brasileira: amar, propagar, quem é ótimo e quem é ruim. Já aproveito para dizer que o Ministro Haddad precisa melhorar e deixar de ser soberbo, até porque a soberba precede a ruína.

O prazer meu aqui é estar diante, disparado, de um dos quatro melhores ministros do Governo Lula, Ministro Renan Filho. Minha admiração por ti já é de tempo.

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Assinou embaixo.

Eu vou fazer três rápidas colocações sobre o meu Estado de Goiás.

Na Ferrovia Norte-Sul no Estado de Goiás, Ministro Renan, há trechos inacabados em nosso estado, especialmente na altura do Município de Palmeiras e outros. Diante disso, como o ministério está acompanhando a execução e quais ações que serão empreendidas?

Segunda e penúltima: a respeito do trecho da rodovia BR-060/153, meu questionamento respeitoso é em relação à construção do novo traçado da BR-153, o contorno de Goiânia, medida importantíssima para desafogar o trânsito da capital e Aparecida. Essa obra está nos planos do seu ministério, Renan?

Última: tenho cobrado e muito, sozinho, em Goiás, lamentavelmente, da ANTT a fiscalização das rodovias federais em Goiás, mas infelizmente os goianos vem pagando...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – ... um pedágio elevado sem ter, em contrapartida, no mínimo, um pavimento de qualidade. Um exemplo é a Concebra, essa pífia Concebra, que está apenas tapando os buracos. O ministério poderia requerer algo?

Concluo.

Ontem, tive uma excelente reunião com o Ministro do Tribunal de Contas da União Walton Alencar Rodrigues, que é um ministro raríssimo também, e ele e preocupado com o preço majorado do pedágio em Goiás. Eu entrei com uma ação para suspender esse preço do pedágio em Goiás, pois não há contrapartida, as estradas estão péssimas, viraram queijos suíços– e eu as mostro em minhas redes sociais, faço isso desde 2015. E, pasmem, a Concebra mandou dizer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

abertamente que, se diminuir o preço criminoso do pedágio, aí é que as estradas vão ficar piores ainda. Como é que você pode ouvir uma resposta dessa?

É isso, Ministro Renan Filho.

Muito obrigado.

Eu tenho certeza de que o senhor fará história no Ministério do Transportes.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Senador Jorge Kajuru.

Com a palavra, Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Para interpelar.) – Presidente, para que nós resguardemos a condição e a prerrogativa que todos nós Senadores temos de poder falar e em face de uma realidade dominada, que é a de participarmos em outras Comissões, eu haverei de ser objetivo.

Eu quero saudar V. Exa. e o Senador Marcelo pela iniciativa conjunta que fizeram e que permite a todos nós representar não apenas este Colegiado, mas a Casa Senatorial, e conhecer sobre as ações que haverão de ser desenvolvidas pelo Ministério dos Transportes. Assim o fez tanto em relação ao Senador Renan Filho como a outros e outras integrantes do Executivo.

Quero saudá-lo, Ministro, Senador, Senador Ministro Renan Filho, e dizer que, de fato, a sua solicitude... E V. Exa. haverá de dizer que cumpre com as obrigações até pela própria orientação do Presidente Lula, que é de fazer com que o Parlamento se aproxime do Executivo e nele possam estar sendo recebidos tanto para ouvir como também para sugerir. E V. Exa. é o perfil, até porque experimentado gestor e Parlamentar que foi. As palavras que V. Exa. ouvirá de certo não são loas, são o reconhecimento de que, para esses desafios hercúleos, na sua expressão, em uma delas, há de se ter quem, junto a um corpo técnico e não isoladamente – e quero saudar toda a sua equipe presente –, haverá de superar, porque competentes e com valores e virtudes vocês bem as têm e os têm.

A minha preocupação, Senador Ministro, e não quero aqui particularizar, porque cada um de nós, até para que prestemos as nossas devidas considerações aos que nós representamos, gostaria de lhe falar. V. Exa. trouxe a questão da BR-230, e eu já lhe levei uma situação muito delicada que se reporta a um dos óbices que é o de deparar-se com a necessidade de fazer uma nova licitação num trecho importantíssimo da cidade de Cabedelo até João Pessoa. Mas eu não quero fazer particularizações, porque isso nós assim fazemos diretamente nas nossas audiências.

A pergunta que eu deixo para poder ter a tranquilidade... E quero dizer aqui porque é justo que nós assim o façamos nos dirigindo ao Relator-Geral do Orçamento de 2023, porque, se o Ministério dos Transportes e outros poderão fazer algo de diferente neste ano, deve-se muito à participação, à sensibilidade de todos, sim, mas de quem conduziu o relatório final. É por isso que V. Exa. terá de 7 bilhões um valor quase triplicado de 21 bilhões. E aí eu lhe pergunto: houve uma desmobilização, e se, durante quatro anos sucessivos, nós tivemos perdas vertiginosas, apenas fazendo a ressalva do ano de 2017, como bem trouxe em um dos eslaides, eu pergunto a V. Exa. se essa desmobilização, essa diminuição também se deu no corpo técnico, na estrutura? Vocês estão, de fato, com condições e capazes de poder, tendo esse orçamento, colocá-lo em execução, ou ficaremos com recursos sem essas execuções? Porque V. Exa. terá aquilo que outros não tiveram – e é lamentável saber que todo esse diagnóstico e tudo que bem

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conhecemos sobre a importância de podermos integrar as regiões, de podermos escoar as nossas riquezas, essa visão não houve num período bem recente –, e a pergunta direta a V. Exa. é se há condições de nos tranquilizar, todos os brasileiros, de poder, tendo esse orçamento, vê-lo executado?

Obrigado e parabéns, Ministro!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Sr. Ministro Renan Filho, o senhor tem dez minutos para responder aos três Senadores.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Acho, Presidente, que eu talvez precise de um pouquinho menos. Mas é um grande prazer interagir aqui, nesta Comissão, com o Senador Eduardo Braga, com o Senador Kajuru e com o Senador Veneziano Vital do Rêgo.

O Eduardo colocou as situações das BRs do Amazonas com muita propriedade. Eduardo, além de um Senador muito experimentado – foi Governador do Amazonas duas vezes e conhece isso detalhadamente. Eu queria dizer corroboro integralmente, e vou me esforçar ao máximo, Líder Eduardo Braga, para dar de volta ao povo de Manaus o direito de se integrar ao Brasil – por um lado; e dar também ao Estado do Amazonas o direito de se integrar com o mais extremo norte do país. Nós estamos trabalhando nisso diariamente. Eu tenho cobrado pessoalmente o Dnit acerca disso tudo.

O Senador fez uma solicitação que eu queria aproveitar para determinar aqui ao Dnit: não havendo qualquer óbice legal, que a gente retorne a gestão da BR-319 para a Superintendência do Amazonas, até porque não há sentido, e porque a Superintendência de Rondônia tem muito a fazer. E o Senador Confúcio certamente vai cobrá-los acerca das rodovias de Rondônia.

Então, acho que isso é uma coisa importante, vamos acompanhar isso, Presidente Fabrício. É muito bom que o Diretor Executivo, em substituição ao Diretor-Geral do Dnit, esteja aqui para que a gente observe de perto essas demandas e a gente possa conversar sobre todas elas. Então eu acho, concordo, Líder Eduardo, que as BRs do Norte do país estão em situação deplorável, estão muito ruins, porque as rodovias no país estão em 66% como regulares, ruins ou péssimas. Mas, se esse índice for olhado apenas na Região Norte, certamente estará pior, porque o nível do investimento foi menor e os desafios são maiores: desafios climáticos, desafios de distâncias gigantescas.

Se a gente pegar uma rodovia como essa BR-319, Senador Confúcio, e colocá-la na Europa, provavelmente ela vai de Portugal até a Alemanha. Por quê? Porque o Brasil é um país de dimensão continental. E esse desafio precisa ser enfrentado com esses parâmetros que nós colocamos aqui, com competência técnica e com recursos.

Eu queria passar agora ao Senador Kajuru. Na Ferrovia Norte-Sul, Senador, nós estamos na fase final das obras exatamente no Estado de Goiás. Nós vamos finalizá-las em breve. Essas obras são privadas, e as concessionárias têm extremo interesse em fazer essa conexão ampla do norte ao sul do país, cortando o Estado de Goiás. Isso é uma obra muito importante.

A BR-060 e a BR-153, a construção do novo traçado se mistura com a sua terceira pergunta, com a segunda e a terceira, que trata da fiscalização das rodovias administradas pela Concebra. A Concebra é uma das rodovias que está com pedido de relicitação, que eu coloquei aqui. Então, como ela está com pedido de relicitação, nem temos como discutir o pedágio, se vai ser mais caro ou mais barato no futuro. A gente tem que discutir quais são as obras que serão eleitas para essa nova concessão e finalizar a relicitação. Por que o senhor disse que a rodovia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

está toda esburacada? Lá no Nordeste tem uma expressão muito utilizada para rodovia esburacada, que as pessoas lá falam, falavam sobretudo no passado: que estava parecendo uma tábua de pirulito, porque lá, antigamente, se vendiam aqueles pirulitos naquela tábua e, quando se tiravam os pirulitos, ficavam só os buracos.

A relicitação implica no não investimento da concessionária. O que a concessionária diz ao país quando pede uma relicitação? Que ela quer sair do trecho porque há algum problema, como problema de contrato... E é por isso que eu defendi aqui que esse trecho especificamente... Veja o senhor, a ligação de Brasília com Goiânia é uma das menores distâncias entre as capitais do país, só é maior do que uma outra, que é de Recife a João Pessoa, ou seja, essa é uma distância relativamente pequena, com alto fluxo, com indústrias importantes no meio, como, por exemplo, a indústria de fármacos de Anápolis e outras tantas, com o agro muito forte, com renda *per capita* média elevada na região, e mesmo nesse trecho a gente está com dificuldade. Foi exatamente essa ressalva que eu fiz aqui para elevar a capacidade de investimento do país. A gente precisa resolver essa relicitação, porque ali há como, na minha visão, fazer investimento com pedágio mais barato. Agora, a gente tem que aproveitar a experiência adquirida nos últimos anos e cuidar disso, ou com um novo marco legal ou com um entendimento com o TCU, a exemplo do que foi feito em outros caminhos. Para dar mais segurança, talvez um marco legal seja a maneira mais tradicional de avançarmos.

E o contorno de Goiânia, a Infra S.A., que é a junção da Valec com a EPL, está estudando para incluir numa nova concessão ou fazer uma PPP. Por que PPP? Porque tem obras importantes, como o contorno de Goiânia... E, se o senhor se recordar, eu falei aqui de outros contornos: o anel metropolitano de Maceió; o contorno de Jataí, que está pronto; as obras de Juazeiro e de Petrolina; o contorno do Recife, porque todas essas obras são fundamentais. As cidades cresceram e engoliram as BRs, e a infraestrutura não foi adequada.

Na saída de Belo Horizonte, Senador Cleitinho, certamente, quando o senhor chega por lá, as pessoas falam: "Rapaz, para sair de Belo Horizonte em direção ao nordeste do Brasil, por exemplo, há um estreitamento".

Então, esse contorno é uma obra relativamente cara para ser financiada 100% com pedágio. Talvez seja importante o país discutir uma parceria público-privada para essa e para outras tantas obras. Por isso, aqui na apresentação, eu coloquei como fundamental a gente colocar um outro modelo entre o investimento eminentemente público, financiado pelo Orçamento Geral da União; e um investimento eminentemente privado, financiado por tarifas de pedágio, por exemplo. No meio tem que ter alguma coisa que combina um pouco do recurso público para garantir um pedágio mais adequado à população, mas o Brasil nunca fez isso no âmbito federal. Os estados têm bons modelos, e nós vamos caminhar direção, Senador Kajuru.

Passo agora ao que disse o Senador Veneziano que, além das observações que fez, com as quais eu concordo, fez uma pergunta: se havia corpo técnico suficiente e se a gente tem condição de colocar o Orçamento em execução.

Queria dividir em duas partes. Primeiro, Senador, no que concerne à iniciativa privada, houve um amplo sucateamento no Brasil. As empresas de engenharia quebraram no país ao longo dos últimos anos pelos motivos que esta Comissão e este Senado Federal conhecem. Agora, nós temos, sim, condição de gastar os recursos, de aplicar os recursos do investimento. No eslaide, a gente colocou aqui como meta investir 1,7 bilhão nos cem primeiros dias do

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

governo. Já ultrapassamos essa medida – chegamos a 1,8 bilhão no dia de hoje – e a expectativa é chegar a superar 3 bilhões nos primeiros cem dias. Ou seja, a meta era 1,7 que já era a meta mais arrojada dos últimos cinco anos, e nós vamos passar de 3 bilhões.

Queria tranquilizar o Senador Veneziano e o Senado Federal ao dizer que o Dnit é a principal casa de engenharia rodoviária do país e tem capacidade técnica avançada para tocar adiante os projetos. Nós precisamos percorrer esse caminho – e eu tenho dito isso muito ao Presidente – com uma agenda de integridade conectada às melhores experiências internacionais, em proximidade com os órgãos de controle interno do Governo, com os órgãos de controle externo também, como, principalmente, o Tribunal de Contas da União, e com responsabilidade ambiental. Eu acho que essa é a agenda que o Dnit precisa percorrer para conciliar com a sua capacidade técnica. E digo isso sem deixar de colocar que é importante que nós façamos outros concursos públicos, renovemos a casa, porque o último concurso foi realizado no Dnit em 2012. O Fabrício, que eu acho que entrou nesse...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN FILHO – Terminou aqui meu tempo.

O Fabrício, que eu acho que entrou nesse, já está de cabelos brancos.

O SR. VENEZIANO VITAL DO RÊGO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PB. Pela ordem.) – Presidente, foi completa a resposta. Apenas, me dirigindo ao Dr. Fabrício, peço para ter esse olhar em relação à situação, que é delicada e que tem gerado repercussões públicas no trecho de duplicação de Cabedelo até a área de Oitizeiro. Cabedelo a João Pessoa é altamente delicado, porque precisará de uma relicitação em face do perímetro concluído, que foi feito pelo Exército Brasileiro.

Obrigado, Ministro.

Obrigado, Fabrício.

E vou pedir licença, Presidente, para ir relatar dois projetos aqui na CE.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Dando continuidade, nós temos aqui uma inversão. O Senador Jaime Bagattoli teve que ir para outra comissão e pediu para remanejá-lo para uma lista mais abaixo.

Então, eu chamo agora o Senador Esperidião Amin.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Coloca o Senador Jayme Campos, que é o xará dele. Presidente, o Senador Jayme Campos, que é o xará dele. Tendo em vista que ele não está presente na Comissão, eu me habilito a representar também aqui o meu xará, que somos da mesma região.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem. (*Risos.*)

Está bem, Senador.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. Para interpelar.) – Olha, o Senador Jayme Campos tem esse direito, primeiro porque é xará; segundo, porque acaba de se catarinizar, porque o Jaime Bagattoli é nascido em José Boiteux, Santa Catarina. Então, o senhor é muito bem-vindo ao nosso estado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Obrigado.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Como ele tem mais cabelo branco do que eu, ele tem precedência até para falar, não é? Eu serei muito...

(*Interrupção do som.*)

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Estou apenas informando ao Senador Eduardo Braga, porque um dos seus filhos legiferantes foi lido há pouco na Comissão de Assuntos Econômicos – é o PLP 245 –, e pilotos, pessoal do serviço aéreo embarcado, mineiros de subsolo e vigilantes armados ou não... Há uma grande comitiva esperando-o ali.

Eu quero saudar o Ministro, o Diretor-Geral do DNIT, encontrei aqui o nosso diplomata, Presidente da Infra, o Dr. Jorge Bastos e outros colaboradores do Ministro, e quero saudar a todos e dizer que é uma reunião muito importante. Tenho notícias aí da presença dos argumentos e informações do Ministro, muito competentemente exarados.

Quero registrar também que é um momento de alegria ver que os pais não estão atrapalhando. Refiro-me ao Senador Renan, que saiu, porque soube que eu iria falar, e, numa inversão de posição, o Senador Marcelo, que não está atrapalhando o meu Deputado preferido. Então, comportem-se – referindo-me aos pais.

Tenho três observações a lhe fazer.

Primeiro, eu tenho grande preocupação com a bolha deste ano. O que existe é isso, é uma bolha. O Senador Marcelo Castro teve uma ação decisiva; eu também acho que ajudei. Foi triplicado o valor de recurso, mas, num ano só, isso é um perigo. Por quê? Porque nós vínhamos com um teto de gastos que eu, tomando a expressão de Leonel Brizola... O limite de teto de gastos funcionava como rato em guampa, ou seja... O Brizola usava essa expressão campesina, e o único que aqui conhece o que é rato em guampa, o que pode conhecer é o Jayme Campos. Ou seja, o rato entra numa guampa, num chifre, e vai apertando. À medida que ele prossegue, que vai em frente, ele vai se apertando. Nós chegamos a ter um superávit de R$300 bilhões em 2021 – deve ter passado de R$200 bilhões em 2022 –, e não tínhamos dinheiro para pagar médico residente. Quer dizer, é o suplício de Tântalo misturado com rato em guampa. E, quando você recebe um – como se chama isso, Senador Marcelo? – um hausto de ar, não tem nem pulmão para suportar aquilo. Daquilo que foi perguntado aqui sobre projetos, eu acho muito importante que nós tenhamos um arcabouço fiscal, um marco fiscal – como se queira –, que promova uma exceção razoável em matéria de gastos sociais e investimentos, sob pena de nós não podermos ter um projeto nacional. Isso vale para o Ministério dos Transportes e para outros. Esse bom senso é que vai confirmar que o marco fiscal – Senador Marcelo Castro, que eu lhe dizia que ia ser parido em março ou abril, e V. Exa. dizia para mim que isso era para o segundo semestre, para depois da LDO, está lembrado? – é a pedra angular deste Governo e do que vai acontecer com o Brasil. É a pedra angular, é o que vai segurar a estrutura.

Eu quero aqui manifestar minha preocupação e, ao mesmo tempo, dizer que farei o possível para que nós cheguemos a esse ponto de equilíbrio.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC) – Segundo, quero lhe pedir informações a respeito do que o ministério vai fazer para tornar o *free flow,* que foi relatado pelo Senador Jayme Campos – estou falando sobre o *free flow* –, relatório do Senador Jayme Campos, num projeto de lei bem mais modesto de minha autoria, e que tem que ser transformado num jogo tecnológico brasileiro. Não tem cabimento nós ficarmos importando essa tecnologia, que é importante para a segurança, para democratizar a cobrança de pedágio. Ou seja, onde todos pagam, todos pagam menos.

A primeira experiência, pelo que eu sei, está ocorrendo na Rio-Santos, só que a Rio-Santos sofreu, a Rio-Santos, como um todo, hoje é sinônimo de uma catástrofe ambiental. Mas, seja onde for, que o ministério – além da ANTT, além de outros elementos, como o Dnit – possa otimizar a sua utilização e estimular a fabricação, o desenvolvimento desse produto no nosso país. Até vou mencionar o nome de uma empresa que nos orgulha em Santa Catarina, que desenvolve esse tipo de tecnologia de observação, que é a Intelbras, empresa catarinense, produtos catarinenses. Com muito orgulho eu menciono esse nome não para fazer *lobby*, mas para dizer que outras empresas desse padrão devem se habilitar; universidades, para desenvolver isso.

E, finalmente, quero reiterar a V. Exa. as preocupações que Santa Catarina lhe expôs, aduzindo que nós não temos projeto – projetos executivos, relatório de impacto ambiental –, ou seja, temos poucos projetos para as necessidades do Brasil. E acho que o papel da Infra vai ser muito relevante.

E eu sugiro que, em parceria com governos estaduais, projetos que são prioridade do ponto de vista dos estados sejam viabilizados o mais rapidamente possível, com os respectivos estudos ambientais, para que da bolha nós saiamos para uma fase de continuidade, que é inerente a quem lida com infraestrutura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Dando continuidade, eu passo a palavra para a Senadora Zenaide Maia.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - RN. Para interpelar.) – Bom dia a todos e a todas.

Eu quero aqui já parabenizar o Senador Confúcio Moura, Presidente da CI, o nosso Senador Marcelo Castro, da Comissão de Desenvolvimento Regional, que tem tudo a ver com o que a gente está discutindo, também já agradecer a presença do Ministro Renan Filho e dizer o seguinte: é um diagnóstico – quem é médico aqui entende... O Ministro chegou aqui com menos de cem dias e está mostrando um retrato das rodovias brasileira, a importância que elas têm e o que a gente deve fazer, como ele usou aí, para a infraestrutura não continuar piorando, e sim melhorando.

Quero parabenizar, porque essa vinda dos ministérios aqui ao Congresso é importante, porque ele fica ouvindo... É essa história de a gente convidar, e não vir.

O que tem sido feito aqui no Senado Federal? A gente está convidando os ministros. Eles vêm e apresentam. A gente sabe que esse período de transição foi riquíssimo para o Brasil. Esse período de transição foi maravilhoso, porque todos tiveram oportunidade de falar e chegar a um consenso.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu diria, Ministro Renan Filho, que o senhor, como médico, daria quase 100% do diagnóstico em menos de nada. Foi cirúrgico isso aqui. Deu visibilidade à população brasileira, deu visibilidade à gente que, no ministério, existe o diagnóstico de como se encontra o Brasil e que temos como tratá-lo – isso aqui foi deixado claro – com investimento público.

A gente sabe, e eu costumo dizer aqui: não tem história, Jayme, de nenhum país do mundo que saiu de uma crise econômica sem investimento estatal – e justamente em infraestrutura. Eu acho que o que atrai empresas... Eu diria que o setor privado também não investiu, porque... Eu pensaria assim: se o próprio Estado brasileiro não está acreditando que precisa investir em sua infraestrutura para atrair investimentos outros do privado, por que eu vou acreditar nisso? Então, a gente tem que dar credibilidade para as empresas também.

E a pergunta que eu faria é a seguinte: o senhor mostrou aí que do orçamento de 2022 para 2023, que a gente vai executar, a média, no mínimo, dobrou três vezes para todas as regiões. Eu já falo aqui, pedindo licença, que lá tem a duplicação da Reta Tabajara. E eu disse ao Ministro, Esperidião, que já tem muita venda assim de castanha, de tudo, e aí lá um cara botou assim: "Fiado só quando terminar a duplicação da Reta Tabajara" – eu disse para o ministro. (*Risos.*)

Então, essa garantia dos serviços... Adorei o que Esperidião disse. Os estados têm que se debruçar por seus projetos porque, se a gente chega... E aqueles estados que ainda não tiveram condições, vamos cobrar também. Vamos atrair a iniciativa privada, mas é o seguinte: se o estado não mostra confiança, o privado também, que é para ter lucro, não vai ter.

O que a gente precisa... O senhor acha que, se a gente conseguir – mesmo com a fala de Esperidião, que a gente respeita, sobre esse perigo do superinvestimento, do superendividamento –, se a gente continuasse dobrando três vezes mais para todas as regiões, em quanto tempo a gente já estaria em uma escala bem melhor no investimento de infraestrutura? A minha pergunta seria essa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Continuando, com a palavra, o Senador Dr. Hiran.

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR. Para interpelar.) – Bom dia a todos.

Bom dia, Senador Confúcio; bom dia, Senador Marcelo. Parabéns pela pertinência desta audiência tão esclarecedora para todos nós.

E parabéns, Ministro Renan, que demonstrou um profundo conhecimento da realidade da malha viária do nosso país. Também quero fazer uma referência aqui à presteza com que V. Exa. nos atende, aos Parlamentares, com muito boa vontade, muito esclarecedor. Inclusive, logo no início da nossa legislatura, procurei V. Exa., que me atendeu com tanta rapidez que eu chamei a bancada, mas a bancada não conseguiu chegar. Só fui eu e Zé Haroldo, o Deputado Zé Haroldo Cathedral, porque lhe telefonei às 10h e, ao meio-dia, eu estava em uma audiência com V. Exa. Muito obrigado.

Quero aqui fazer uma referência à nossa BR-174. O Senador Braga já falou. Naquela audiência o senhor anunciou os 315 milhões de investimentos para a recuperação da 174 em todo o seu trajeto; para a recuperação da nossa 210, que vai do km 500 da 174 até quase a fronteira com o Pará; e também da conclusão da 432, que vai do Município do Cantá também até o km 500. E lá nós estamos fazendo, como o senhor nos informou e eu informei ao Estado

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Roraima, aquela obra emergencial que está acontecendo na reserva Waimiri Atroari, de cerca de 110km, mas essa obra emergencial está sendo feita no Estado do Amazonas. O nosso Estado de Roraima está numa situação um pouco melhor.

Mas quero chamar a atenção de V. Exa. para o trecho Norte, que vai de Boa Vista, Dr. Fabrício, até Pacaraima. Agora mesmo eu estava no telefone falando com o Secretário de Infraestrutura, que é o nosso Vice-Governador, levantando o número exato de carretas que passam em média pela 174 com destino a Boa Vista...

(*Soa a campainha.*)

O SR. DR. HIRAN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - RR) – ... que levam diesel, que levam gás liquefeito para a nossa planta de Jaguatirica, que é uma planta a gás, e também para a exportação que nós fazemos para a Venezuela, que vive uma crise humanitária sem precedentes.

Nós passamos ali naquela estrada, Presidente Marcelo Castro, 150 carretas em média diariamente. A nossa estrada de Pacaraima, de Boa Vista até Pacaraima, está voltando a ser como a BR-319. Eu e o Senador Braga somos do mesmo colégio, do Colégio Dom Bosco, e nós passeávamos em Porto Velho, atravessávamos a balsa lá em Humaitá e íamos de estrada asfaltada até Porto Velho. A BR-174 de Boa Vista até Pacaraima está voltando a ser igual à BR-319.

Então, eu pediria a V. Exa. que, além daquele contrato que já existe, a gente pudesse fazer uma obra emergencial lá, porque, daqui um mês, um mês e meio nós vamos começar com um período mais chuvoso lá, que é um período um pouco diferente do Amazonas, Ministro, e lá nós vamos ter um problema grave de desabastecimento tanto de Pacaraima, que já sofre com a imigração venezuelana, e também nós vamos fazer sofrer aquelas pessoas, os venezuelanos que precisam de gêneros alimentícios que passam pela nossa estrada e que entram na Venezuela através de Pacaraima e de Santa Elena de Uairén. Então, eu quero fazer aqui um pleito a V. Exa., pela presteza com que tem nos atendido. É um pedido do nosso Governador Antonio Denarium, que tem feito um trabalho muito importante na questão do agronegócio. Nós estamos produzindo quase 150 toneladas de soja, nós estamos exportando isso pelo Porto de Itacoatiara, e a estrada 174 é a nossa única via de acesso a esse porto. Então, a estrada é fundamental para o nosso desenvolvimento e para nossos suprimentos que chegam ao nosso estado diariamente.

Então, eu quero pedir, em nome do povo de Roraima, que eu represento aqui, que o senhor, o mais rápido possível, através do nosso Dnit, faça uma obra emergencial, principalmente naquele trecho de Boa Vista, que você conhece muito bem, Fabrício, até Pacaraima, porque a estrada praticamente desapareceu.

Muito obrigado, Ministro.

O senhor colocou finalmente – só para concluir –, o senhor apresentou aí um prédio de concessão do Corredor Centro-Norte, que envolve, entre outras rodovias, a 364 e a 174. Eu acho que a gente só pode falar em concessão dessas vias se a gente tiver realmente uma recuperação adequada e uma manutenção adequada, para que elas despertem interesse da iniciativa privada para tomar conta dessas rodovias.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Muito obrigado, Ministro. Parabéns pela sua exposição. Vou incomodá-lo várias vezes lá para defender os interesses do nosso Estado de Roraima e conte comigo para defender os interesses do nosso país. Um grande abraço e parabéns.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, com a palavra o nosso Ministro Renan Filho, para responder aos três Senadores que, por último, fizeram perguntas.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Eu queria agradecer as perguntas dos Senadores e passar a responder ao Senador Esperidião Amin, à Senadora Zenaide Maia e ao Senador Dr. Hiran. É um prazer.

Primeiro, quero agradecer ao Senador Esperidião pela maneira sempre carinhosa. Essa também é uma preocupação minha, Senador. O senhor colocou aí com muita ênfase na sua fala a importância do novo arcabouço fiscal do Brasil. E é óbvio que administrar os transportes de um país com um incremento de recurso, se ele for mesmo uma bolha e depois ocorrer a diminuição, para além dos problemas que o senhor colocou, tem alguns adicionais, por exemplo, nós vamos iniciar uma série de obras neste ano acreditando, Senador Marcelo, que o orçamento dos anos vindouros nos dará condição de levá-las adiante. Tem várias obras que foram citadas aqui. Então, se for mesmo uma bolha que estoura ao longo deste ano e que, no ano que vem, nós voltaremos a ter recursos próximos ao que impunha ao Brasil o teto de gastos, essa bolha vai gerar o seguinte problema: além da queda, nós vamos levar um coice, que é depois piorar mais. Então, sinceramente, eu não acredito que esse será o caminho do Brasil, porque eu sinto que o Governo está estimulando que façamos novos investimentos, que enfrentemos as dificuldades.

Para observar a necessidade de recursos que tem o Brasil, é só nós ouvirmos as falas dos Senadores. Eu não ouvi todos ainda, mas eu presumo que nenhum Senador vai se colocar aqui na direção de dizer o seguinte: "Olha, Ministro, muito obrigado, os transportes avançaram muito lá no meu estado, e eu acho que é hora de priorizarmos a saúde, a educação, a segurança". Não. Todo mundo quer que se priorizem a saúde, a educação e a segurança, mas quer também investimentos em transporte e infraestrutura. Isso demonstra a importância e a atualidade do tema.

Com relação ao *free flow*, Senador Espiridião, o *free flow* é uma grande inovação. O Brasil pode dar um grande exemplo ao mundo, porque o mundo ainda não avançou como deve no *free flow*. O *free flow* precisa garantir isto que o senhor colocou: já que se vai pagar por percurso, por quilômetros percorridos, isso precisa cobrar de todos exatamente o que cada um roda, para baratear para o conjunto da população, não é verdade? Essa tese, Senador Jayme, é supercorreta, atual e justa. Uma grande dificuldade de pedágio é a justiça. Às vezes, o sujeito mora próximo de uma praça, por exemplo, e, ao ir trabalhar, tem que passar todo dia nela, mas só roda 6km quilômetros da casa dele para o trabalho, Senador Cleitinho. Então, é diferente do sujeito que roda naquela mesma rodovia 80km.

Essa é uma questão muito debatida e que, agora, com o avanço tecnológico do *free flow*, nós vamos ter condição de, ao passar por um radar, observar exatamente quantos quilômetros cada pessoa naquele trecho percorreu. Isso vai permitir uma cobrança mais justa e precisa garantir também uma redução de preço para o conjunto das pessoas. Nós estamos em teste na Rio-Santos, que sofreu bastante com esse problema agora no norte do Estado de São Paulo, especialmente na cidade de São Sebastião. Mas aquele trecho da Rio-Santos é um trecho

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

estadual, do Estado de São Paulo. Na concessão federal, inclusive, com os investimentos que a concessionária fez, houve muito menos problemas. Vale dizer também que o volume de chuvas na área concessionada não foi o mesmo, só para ser justo. Mas esse projeto do *free flow* é um grande avanço para o país e nós vamos enveredar esforços nessa direção, Senador.

Queria convidar o Senado Federal, que trabalhou duramente para levar esse projeto adiante, para que acompanhe esse projeto, sugira. A Infra S.A. está trabalhando duro nisso, a Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário também. Esperamos avançar nessa direção.

Quanto aos projetos de Santa Catarina, realmente precisamos avançar. Eu dei, naquela nossa audiência muito profunda, uma audiência longa – queria parabenizar o Senador Espiridião, o Governo do Estado de Santa Catarina, o Governador e toda bancada pela reunião profunda e profícua que fizemos, e fizemos também com outros estados –, eu pude dar a minha opinião sobre a necessidade de investimento no país. E, na hora de responder, agora, à Senadora Zenaide, Senador Esperidião, nós vamos ver o tamanho do desafio, porque a Senadora Zenaide fez uma pergunta muito interessante, que é mais ou menos assim: "O que precisa o Brasil de recursos para a gente levar a infraestrutura ao que recomenda a comunidade internacional e ao que fazem os países mais desenvolvidos?". E aí, Senadora, a senhora falou um pouco da Reta Tabajara, que me chamou muita a atenção aquele quadro que colocaram lá. Eu não sei se os outros Senadores ouviram bem, mas teve um comerciante, lá na Reta Tabajara, que colocou na porta da loja dele a seguinte mensagem a todos os passantes: "Fiado só quando terminar a duplicação da Reta Tabajara".

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/PP - SC. *Fora do microfone*.) – Assinado São Tomé. (*Risos.*)

O SR. RENAN FILHO – É, assinado São Tomé.

Então, assim, imagine que é uma obra que já entrou no anedotário popular que não termina nunca, mas agora vai terminar, não é, Senadora Zenaide? Então, eu estou muito feliz com isso, e vamos dar continuidade às obras.

A Senadora me perguntou, Presidente Confúcio e Presidente Marcelo, quanto o Brasil deveria investir para estarmos num nível de investimento razoável *vis a vis* ao que imaginam a comunidade especialista internacional e o Banco Mundial, que é talvez o organismo multilateral que mais estuda essas necessidades de infraestrutura planeta afora.

Aí eles chegam à conclusão – que eu vou fazer uma conta aqui para a senhora, Senadora – de que o Brasil deveria investir, até 2030, US$778 bilhões, o que daria algo superior a R$3,5 trilhões, neste período de 2023 a 2030, aproximadamente em oito anos.

Como a gente investiu, e eu mostrei à senhora menos de R$200 bilhões por ano. Isso vezes oito – são os oito anos – daria 1,6 trilhão, 2 bilhões abaixo da necessidade que o Banco Mundial coloca. Isso baseado no volume investido no ano passado, ou seja, a gente ainda vai ficar com um *gap* de R$2 trilhões com relação àquilo que o Banco Mundial estabelece, se a gente mantiver a média de investimento do ano passado. Este ano cresceu, mas obviamente o desafio é ainda maior. O desafio é muito grande.

Uma coisa que eu vou – adicionalmente à sua pergunta, Senador – colocar aos Senadores e que é importante colocarmos, porque eu não sei bem como se comportava o Governo Federal antes, Senador Confúcio, mas o bom – sabe, Dr. Hiran? – é o Dnit dizer ao Senador, ao Deputado, ao Governador, quando lá estiver, por exemplo – passando a responder o senhor –,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para resolvermos o desafio de Boa Vista a Pacaraima, na BR-174, quanto custa? Quanto temos? E vamos entregar a contento.

Eu acho que é importante fazermos esse debate, Senador Marcelo, para observarmos qual é o nível de solução que nós vamos dar, porque muitas vezes a manutenção fica aquém da necessidade da região, mas fica aquém da necessidade da região justamente porque os recursos estão aquém dos recursos necessários para entregar uma rodovia no patamar que a população merece. E, como essa discussão num país democrático e republicano, como no Brasil, é coletiva, ela é do Executivo obviamente, mas é do Legislativo também, porque é o Legislativo que estará colocando a sua opinião acerca das possibilidades de investimento que o país tem. Acho que esse é o desenho razoável, racional para que, com uma equipe competente, com os recursos minimamente necessários, possamos levar adiante.

Eu acredito, Senador, que, com relação ao passado próximo, nós vamos ter condição de melhorar muito. Nós vamos melhorar a BR-174, por quê? Porque nós tivemos para este ano recursos em transportes superiores aos últimos quatro anos, no Brasil. Agora, obviamente, o nosso desafio não é só este ano. O Senador Esperidião chamou de bolha, o Senador Marcelo concordou, e eu alertei que não podemos ter aqui um voo de galinha, que é, depois deste ano, voltarmos aos recursos dos anos anteriores, sob pena de não conseguirmos dar vazão às necessidades que a população tem, por um lado, e sob uma pena maior ainda de não conseguirmos terminar obras, como, por exemplo, a daquela duplicação lá no Rio Grande do Norte, essa que corta o estado todo – qual é o número da BR?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – Da BR-304, no Rio Grande do Norte. É um anseio do estado promover aquela duplicação. Nós combinamos ali – não é, Senadora Zenaide? – de enfrentar o desafio de iniciá-la; fazer um projeto, iniciar um trecho. Mas, já que vamos iniciar, obviamente o cidadão sonha em concluí-la, e, para concluí-la, é importante os investimentos futuros chegarem a contento.

Então, eu acho que com isso respondo a esse trio de Senadores.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu quero agradecer muito a participação dos Senadores. A audiência está cumprindo os objetivos dela, com uma mobilização... A gente só vê normalmente casa cheia assim, na Comissão de Constituição e Justiça, naqueles temas bem polemizados, e hoje aqui o interesse pelas rodovias, pelas ferrovias, pelas hidrovias despertou os Senadores, os visitantes, os Deputados, como o Deputado Marcelo e o Deputado Castro Neto, que está aqui sentado com a gente.

Eu vou continuar, passando a palavra para o Senador Cleitinho.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - MG. Para interpelar.) – Bom dia a todos os Senadores e Senadoras; bom dia ao Presidente, ao Ministro, ao Fabrício também, do Dnit, e a todos os servidores presentes aqui também. Meu carinho a todos os servidores da infraestrutura – estive lá com o Ministro.

Eu queria aqui dar algumas sugestões.

Vendo a situação *in loco*, Sr. Presidente – até acho que a nossa Comissão poderia fazer isso junto –, tenho toda a humildade com esses projetos que eu protocolei. Eu abro mão deles

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se o próprio Governo tiver a iniciativa de fazer, porque acho que o importante é resolver. E tem coisas pequenas que acabam ficando grandes e que são fáceis de resolver; basta ter a iniciativa de resolver.

Estou vendo toda a situação das estradas. Aconteceu uma situação na 265 com o Dnit: estava intransitável; os próprios empresários se juntaram e fizeram vaquinha para poder fazer um tapa-buraco, um recapeamento de uma via; e o Dnit pegou e não deixou. Vendo essa situação e vendo também que tem a Lei de Incentivo à Cultura, eu fiz o projeto de lei de incentivo às estradas, que é simples: tem muitos empresários que querem ajudar, com muito prazer de ajudar; então, nesse projeto, a iniciativa público-privada faz junto; e, na hora em que acabam as obras, pode-se abater no crédito tributário do empresário, inclusive com multas. Tem muitos empresários que têm multas, assim como empresas, indústrias, a própria mineradora, cheia de multas ambientais aí. E eu tenho certeza de que, como são elas mesmas que exploram as estradas, podendo ter esse desconto nas multas, elas mesmas vão poder investir nessas estradas. Então, eu acho esse projeto extremamente importante, porque tem vias que são de 30km, que se precisam resolver, e acaba que não se resolvem. Há vários trechos interditados lá em Minas Gerais, que ficam três, quatro, cinco, seis meses parados, com as pessoas sem poderem transitar. E eu tenho certeza de que, se tivesse projeto já apto, o empresário faria isso.

Tem outras situações aqui que eu queria mostrar também. Então, eu queria muito... Eu já protocolei esse projeto, mas eu tenho toda a humildade, se o Ministério de Infraestrutura junto com o Governo Federal quiser... Eu acho que o importante é fazer rápido, porque eu tenho certeza de que eu consigo. Há vários empresários em Minas Gerais que, quanto às situações de estradas de lá, eles resolvem o problema junto com o poder público.

Lá na minha cidade, Divinópolis, a gente fez isto, sem incentivo nenhum: uma gestão compartilhada. As ruas estavam todas estavam intransitáveis também. Empresários, por amor à cidade, resolveram recapear as ruas de lá.

(*Soa a campainha.*)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - MG) – Quase 50 milhões só da iniciativa privada para poder ajudar a cidade.

Então eu acho que se esse projeto for aprovado, eu consigo, dentro de Minas Gerais, junto com o Governador, junto com Deputados Estaduais, Federais e Prefeitos, resolver vários problemas que estão parados lá em Minas Gerais.

Eu queria também mostrar uma situação aqui, que é uma coisa corriqueira, coisa que eu acho que deveria já estar no Brasil inteiro. Quanto mais o dinheiro diminui, mais se usa cartão, Pix. E eu recebi isto aqui, deixe-me ver se vou conseguir mostrar para vocês.

(Procede-se à reprodução de áudio.)

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - MG) – Resumindo, gente, muitas vezes o cidadão, o caminhoneiro chega na hora de pagar e está sem o dinheiro. Às vezes pede para uma pessoa que está atrás ou fica parado. Vamos mudar isso! Lá em Minas Gerais eu consegui fazer esse projeto que tem que ser Pix ou cartão. "Agora vai demorar". Não demora nada; o uso do cartão hoje é por aproximação. Às vezes anda mais rápido

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

do que um cara que vai dar um dinheiro lá e eles não têm nem troco para voltar. Então é coisa pequena – coisa pequena.

Outra situação também em que eu acho que a gente pode combater uma injustiça, ministro, que acontece muito com essas empresas que acabam ganhando as praças de pedágio... Eu próprio vi o Kajuru criticando essa situação. Lá em Minas Gerais tem essa empresa aqui – eu fiz esse projeto também lá e eu queria torná-lo nacional –, que é a – deixe-me só pegar aqui – Eco135. A Eco é a empresa. A Eco135 agora está aumentando o pedágio lá para R$9,20. Lá é o norte de Minas, que é uma das áreas mais carentes que tem em Minas Gerais, e está indo agora para R$9,20. Quer dizer, uma ida e volta vai dar mais de R$18. A população lá não aguenta mais. E o que mais chama atenção é que essas obras que precisam ser duplicadas estão paradas.

Então fiz um projeto lá, estadual, que é um projeto que congela o pagamento de pedágio em obras que estiverem paradas até que as obras sejam concluídas. E acho que é mais do que justo.

Então que a gente possa fazer isto aqui dentro da Comissão, junto com o Ministério da Infraestrutura: um projeto de lei que não permita o aumento de pedágio em obras que estão paradas, porque para eles é simples demais. Não terminam as obras, Ministro. Nunca terminam as obras e todo ano, automaticamente, aumentam o valor do pedágio. Dá para a gente combater essa injustiça que acontece com a população brasileira e que eu vejo sempre lá em Minas Gerais.

Então essas sugestões que eu estou dando aqui... Eu não tenho vaidade nenhuma. Esses projetos eu fiz como Deputado Estadual; estou fazendo agora como Senador. Mas se vierem do Governo Federal, eu apoio. Eu estou aqui para ajudar. Eu estou aqui para nunca atrapalhar. Eu quero ver meu país andando, tendo suas estradas melhoradas. Então não tenho vaidade nenhuma e quero ser parceiro nessas situações, como eu já lhe falei, Ministro.

E agora, com todo o respeito, Fabricio, eu queria lhe falar que eu não estou fazendo aqui uma cobrança para você, para sua pessoa; eu faço para o Dnit: que vocês tenham mais comprometimento com a situação de tapa-buraco. Esse final de semana na BR-265... Eu estive lá há 20 dias, quando eu conversei com o Luiz Guerra – não sei se você o conhece –, e ele se comprometeu a tampar os buracos lá da 265. E esse final de semana, um cidadão, trabalhador, passou por ela e morreu por causa buracos. Então foi uma situação... O pessoal começou a me mandar áudio aqui me xingando, me ofendendo. Eu não vejo problema nenhum nisso, porque eu sou Senador, sou empregado do povo, eu não acho ruim isso, não, mas, na minha responsabilidade de ir lá fiscalizar, de cobrar do Dnit, de ligar para o Dnit, de pedir, pelo amor de Deus, para tapar esses buracos, eu não fui omisso. O Dnit foi omisso, totalmente omisso, porque, há 20 dias, o próprio Luiz Guerra disse para mim: "Cleitinho, na semana que vem, a gente já tampa todos os buracos da BR-265". A BR-265 continua intransitável, e, nesse final de semana, uma pessoa morreu por causa dos buracos.

Então, que se tenha zelo e comprometimento com essa situação, porque tapa-buracos é o mínimo que o Governo Federal tem que dar para a população – o mínimo é o tapa-buracos. O recapeamento, melhorar a estrada, a gente até entende, mas, quanto ao tapa-buracos, começa a fazer uma programação, porque o que acontece? Na hora em que chegar setembro, outubro deste ano, vão começar as chuvas, vão acontecer as mesmas situações em janeiro e fevereiro,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e pessoas estão perdendo a vida por causa de buracos. Que vocês tenham a programação na situação, que divulguem isso com transparência, que possa haver uma maneira só.

Hoje, o tapa-buracos é na BR-265; hoje o tapa-buracos é na BR-367; amanhã, daqui a um mês... Para ter um pouco de transparência, essa cobrança, que vai para o Dnit, é o mínimo que eu peço para vocês aqui, porque o meu nome, agora... No final de semana, domingo, eu estava respondendo um monte de pessoas sobre a BR-265, me xingando, me ofendendo, porque uma pessoa morreu. Eu não acho ruim, não, mas eu não fui omisso, e vocês foram omissos.

Eu queria finalizar, Ministro, pedindo o carinho e a atenção aqui para algumas estradas que estão interditadas em Minas Gerais – eu até passei para o senhor –, e que depois o senhor pudesse passar para mim como está a situação destas BRs aqui. A BR-367 precisa muito dos tapa-buracos, pois está intransitável. Vai de Itinga ali, vai até o sentido Bahia; precisa dessa atenção. A BR-354 também está interditada e a BR-459 também. São a BR-459 e a BR-354.

Então, se houver alguma programação, o mais rápido possível, para eu poder passar para a população, porque eles cobram isso todos os dias. Nas minhas redes sociais, eu sou marcado quase cem vezes por dia com essa situação. É para eu poder dar transparência, poder responder para eles, está bom?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Senador Cleitinho. Justamente, Minas Gerais é a maior malha viária do país.

O SR. CLEITINHO (Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS/REPUBLICANOS - MG) – A maior e hoje a pior. Então, é uma das pautas que eu ganhei como Senador para trabalhar, e eu queria, em parceria com o Ministro, poder trabalhar em cima disso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É a maior e a pior.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Não é pior que a do Acre, não, Cleitinho. (*Risos.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem! Vamos continuar, gente!

O Petecão não está presente; eu vou passar o Petecão lá para baixo, e vamos chamar o Senador Jayme Campos. Depois, Izalci.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos. Sr. Presidente, meu caro amigo Confúcio, meu caro amigo Marcelo, ilustre Ministro Renan Filho, Sr. Diretor do Dnit. Saúdo aqui, de forma toda especial, também o meu colega conterrâneo Wellington Fagundes, também um dos grandes batalhadores no trabalho a favor das melhorias das nossas rodovias federais.

Mas, Sr. Presidente, eu quero, antes de mais nada, cumprimentar o Ministro Renan Filho por ter a humildade, sobretudo num breve, curto espaço de tempo, para vir aqui debater o nosso plano de atuação do Governo para a estruturação do sistema nacional do transporte do Brasil. Isso é muito importante e o senhor, o que me chama muito a atenção, não está com muita pressa, até porque outros ministros que vieram aqui, sobretudo de transportes e diretores do Dnit, chegavam aqui, não paravam de olhar para o relógio, e, me parece, saíram da resposta devida que nós, Senadores, merecíamos por parte deles.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entretanto, ouvi a fala do senhor e estou fazendo uma reflexão. Ser Ministro dos Transportes no Brasil, Diretor do Dnit, é quase briga para compadre Lampião, não é? Um país de dimensão continental, com inúmeros problemas, sobretudo as nossas rodovias, não só as estaduais, mas também as rodovias federais, diante da própria escassez de recursos. Nos últimos anos, lamentavelmente, o Dnit quase ou nada investiu, haja vista que, pelo cenário que o senhor apontou aqui, houve, de 2014 para cá, uma diminuição sobremaneira: 5 bilhões, 6 bilhões, e nem sei se foram executados. E, para minha alegria e meu contentamento, vejo aqui esta possibilidade de se investir neste ano, se Deus quiser, de R$20 bilhões a R$21 bilhões.

Eu conversava com o Senador Wellington Fagundes, dizendo que, graças a Deus, hoje há uma perspectiva de investimento, sobretudo nas estradas importantes para o escoamento da nossa produção, particularmente do Estado do Mato Grosso. Para Mato Grosso, pelo que vi ali, estão alocados, tanto para restauração como para a construção, quase R$900 bilhões. É um dinheiro razoável.

Eu perguntava comigo, entretanto o Senador Veneziano já fez a indagação: será que nós temos um corpo técnico preparado, os projetos, as licenças ambientais? O maior problema no Brasil hoje é a questão das licenças ambientais e dos projetos.

O Senador Eduardo Braga falava da 319, Ministro Renan. Essa obra já está há algum tempo... No meu primeiro mandato, Ministra Tereza, como Senador da República, a 319 já estava projetada, programada. Inclusive, eu fui Relator lá na CMO, na Comissão Mista de Orçamentos, de um valor de R$72 milhões, e está paralisada há dois, três, quatro anos; a obra não se iniciava por falta de licença ambiental. Essa rodovia já existia há algumas décadas. Uma obra antropizada era essa BR-319 e, lamentavelmente – fui uma vez Senador, voltei a ser Senador –, até hoje essa obra não saiu do papel. Acho que o Brasil, primeiro, tem que destravar a questão das licenças ambientais.

E, graças a Deus, tive uma notícia bastante alvissareira: para o Projeto 2.159, que vai flexibilizar as licenças ambientais para as rodovias, temos uma nova Senadora designada; até então era a Senadora Kátia Abreu e, agora, se não me falha a memória e a informação, é a Ministra Tereza Cristina. Nós temos que destravar o Brasil, nós temos que fazer com que este país traga de volta os investimentos. Falar em estrada é falar em progresso e desenvolvimento.

Ontem mesmo estive em uma região do meu estado chamada Lucas do Rio Verde, uma das cidades mais prósperas do Brasil. Para os senhores terem uma noção, foi no Show Safra lá. Vai ser vendido algo em torno de R$10 bilhões em equipamentos, de máquinas, equipamentos agrícolas.

Vou falar de Mato Grosso. É um estado que está crescendo, prosperando, e nós não temos como escoar a nossa produção. Agora estamos conseguindo, graças a Deus, resolver o problema da BR-163, que hoje se chama "estrada da morte". O Governador já esteve com V. Exa. poucos dias atrás, estamos fazendo uma engenharia financeira para permitir que a concessionária que ganhou, infelizmente, essa concessão saia do pedágio, e o Governo do Estado, através da MTpar, assuma. Você imagina até que ponto chegou, Tereza – vergonha! –, o Estado de Mato Grosso assumindo obras de atribuição do Governo Federal, que foram concessionados e em que, lamentavelmente, só se instalaram as praças de pedágio, um verdadeiro caça-níquel – ali é um verdadeiro caça-níquel! E essa obra, infelizmente, não foi para frente. Hoje estamos numa situação de escoar produção de Mato Grosso, que vai ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

superprodução. Os Estados Unidos são o maior produtor de soja – o senhor sabe disso –, vem o Brasil e o terceiro é o Mato Grosso, passamos a Argentina. E não sei se o senhor viu o estrangulamento nas estradas nossas, nas federais principalmente, que são eixo, porque a BR-163 corta praticamente o Brasil, ela não é só no território mato-grossense.

E aqui eu estou muito feliz e apostando em V. Exa. Confesso de público aqui, nos meus 72 anos de idade – tenho seis mandatos: já fui Governador também do estado e sei das dificuldades, Senador por dois mandatos, Prefeito por três mandatos, enfim –, que estou apostando em V. Exa. Espero que o Dnit e o Ministério andem para frente. Nós temos que ver o Brasil para frente, porque hoje, lamentavelmente, o que se percebe é que o país parou nos seus investimentos, seja rodoviário, seja aquaviário, seja ferroviário.

Mato Grosso conseguiu um fato quase inusitado, surreal: conseguimos aqui numa negociação quase beligerante com o Ministro Tarcísio que transferisse atribuição para que o estado lançasse a primeira ferrovia concessionada pelo estado, através de uma emenda constitucional na PEC do Estado do Mato Grosso. Fizemos com que essa rodovia saísse do papel, o prosseguimento da Ferronorte, demandando Rondonópolis, indo até a cidade de Lucas do Rio Verde, numa quilometragem de 700 quilômetros.

E nós precisamos destravar agora, Ministro, a questão da Ferrogrão. Lamentavelmente, por uma decisão do Supremo Tribunal Federal, de forma monocrática, pelo Ministro Alexandre de Moraes... E nós temos que trabalhar nesse sentido, não é isso? Porque, lamentavelmente, não é porque tem 800ha de terra, que, eventualmente, pode ter reservas indígenas margeando-a, que se inviabiliza uma obra tão importante para o desenvolvimento da região não só do Mato Grosso, mas do Pará, regiões prósperas, que estão produzindo, contribuindo com a balança comercial, etc., etc.

Por isso, venho aqui, desta feita, uma vez mais. Confesso que eu sou pouco frequentador do Dnit, porque eu não aguentava ver tanta mentira assim, tapeação, e passa a sensação para o seu eleitor, para o cidadão mato-grossense de que, muitas das vezes, você leva uma mensagem a um órgão federal, nas suas bases, nos seus municípios, na sua região, e de concreto nada acontece. Eu espero...

O senhor acabou de dizer: "Olha, nós tínhamos uma previsibilidade de investir algo, nesses primeiros cem dias, como R$1 bilhão, já chegamos a R$1,7 bilhão e pretendemos chegar a R$3 bilhões, de forma que nós estamos fazendo nossa parte aqui.

O Projeto 261 lutamos aqui para modernizar, para permitir, trabalhei incessantemente, junto com o Senador Jean Paul Prates e com outros colegas Senadores aqui, para nós fazermos um novo marco regulatório em relação às nossas rodovias, às nossas ferrovias, para que o Brasil desentrave e possa, com certeza, baratear o nosso custo de produção.

De forma que eu quero apenas cumprimentá-lo, para não ser longo, na certeza absoluta, pela sua experiência e, sobretudo, pela orientação do seu velho pai, que é meu amigo da década de 80, um homem de visão moderna, um grande Parlamentar, por quem tenho maior admiração. O senhor faça o trabalho, que certamente é a esperança do povo brasileiro, apostando no novo Governo, esquecendo as questões de picuinhas políticas, partidárias e vendo o Brasil pela frente, o Brasil com mais desenvolvimento, com mais emprego, com mais saúde, com mais educação e, acima de tudo, com mais justiça social para o povo brasileiro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desejo ao senhor boa sorte, sucesso e conta com o Senador Jayme Campos, como membro titular desta Comissão e de mais três Comissões aqui: Comissão do Meio Ambiente, CAS e também Comissão de Agricultura aqui, liderada pela nossa querida Senadora Soraya Thronicke, que é a nossa Presidente.

Fique certo de que o Senado Federal vai apoiá-lo, e que façamos aquilo que certamente é a esperança para o povo brasileiro: mais desenvolvimento, geração de emprego e renda para o nosso povo.

Parabéns, sucesso e boa sorte a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

Agora, o Senador Izalci, mas, antes, eu queria explicar que nós temos ainda 13 Senadores inscritos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. *Fora do microfone*.) – Meu Deus!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Se cada um falar cinco, seis, sete minutos, já temos três horas de audiência. Muito concorrida, não é? Começou às nove e pouquinho...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É muito importante... Eu acho que podia levantar o ibope aí da TV Senado, que deve estar bem alto porque... (*Risos.*)

... há uma participação muito ativa dos Senadores, dos técnicos, dos ministérios, das assessorias. Está indo muito bem! A gente vai só economizar aí, na medida do possível, com a objetividade das perguntas, para a gente conseguir fechar e não sacrificar tanto aqui o Ministro e o Diretor-Geral do Dnit.

Com a palavra, o Senador Izalci Lucas.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF. Para interpelar.) – Presidente, primeiro, eu quero parabenizar V. Exa., Senador Marcelo Castro, também pela iniciativa. Eu acho muito importante fazermos isso em todas as áreas. Acho que a gente precisa conhecer o que está sendo feito de fato.

Quero parabenizar o Renanzinho, que era nosso amigo lá, como Deputado, e meio de campo no nosso time de futebol.

Bem, primeiro, Presidente e Senador Renan, a questão do Dnit do DF. Eu tenho várias coisas aqui para perguntar, mas, como muitos já comentaram e V. Exa. também, o Dnit do DF a gente nunca teve porque a matriz é aqui, mas a matriz cuida do Brasil e se esquece um pouquinho do DF. Então, a gente tem que ir a Goiás para conversar com Goiás para resolver as questões do DF. Essa é uma reivindicação que faço já há algum tempo, desde Deputado, para a gente ter uma atenção especial aqui também.

Eu conheci, há 20 anos, o projeto do anel viário aqui do DF, que foi apresentado quando eu entrei como Secretário em 2004, e já existia o projeto. Hoje a ligação do Sudeste tanto para o Norte quanto para o Nordeste passa por aqui, e passam exatamente no centro de Brasília caminhões e mais caminhões. E tem esse projeto do anel viário já há anos e anos, e talvez, em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

função de o Dnit não estar aqui, a gente tenha essa dificuldade, mas vamos olhar com carinho esse negócio do anel viário. E o que precisarem da bancada aqui do DF, com certeza, a gente pode ajudar.

Nós temos também alguns problemas aqui tanto na BR-060 quanto na BR-040: toda vez que você fala em algum benefício, alguma coisa no sentido de beneficiá-las, o pessoal fala: "Não, eu estou entregando, não quero mais". Na BR-040 mesmo, nós conseguimos, ainda no Governo passado... Há uma erosão imensa ali em Valparaíso, e a BR-040 está sujeita a, em qualquer momento, ser interditada, porque a erosão é muito grande e já está chegando lá, mas a gente não conseguiu implementar exatamente porque é uma concessão, e o cara da concessão...

(*Soa a campainha.*)

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – É aquele negócio: "Vou entregar, não quero mais".

Na BR-060, agora recentemente, em um retorno aqui no Recanto das Emas, eu fui lá para pedir porque tiraram o retorno. "Ah! O cara não tem interesse". Então, a gente precisava dar uma olhada. Não sei como está essa questão – é uma pergunta que eu ia fazer – das concessões. O projeto de concessão está sendo revisto? Como está a renovação disso? Em especial para a BR-060 e para a BR-040.

Sobre o marco ferroviário, praticamente foi dada uma concessão de uma ferrovia que vem de Unaí, passando aqui em Santa Maria, no DF, e indo para Anápolis. Para mim, isso estava mais ou menos bem encaminhado, com o projeto pronto, etc. Também gostaria de saber como estão esses projetos de concessão das ferrovias.

E no mais, quero parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos, e foi muito boa a audiência. É importante a gente acompanhar. Então, se puder dar uma atenção especial e dizer um pouquinho para a gente como é que está essa situação, agradeço a V. Exa.

Era isso, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Ministro Renan Filho, com a palavra.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Izalci, Senador Jayme Campos e Senador Cleitinho.

Vou começar pelo Senador Cleitinho. Queria agradecer pelas palavras, Senador. Tenha certeza de que, assim como a população de Minas e o senhor, eu também estou indignado com a situação a que Minas Gerais chegou; a Bahia; o Norte do país, ao ouvir as palavras do Senador Eduardo Braga, a posição do Senador Petecão, que diz que o Acre está isolado por conta da BR-364 no estado. Nós estamos enveredando esforços, mas o grande problema é que o Brasil passou anos a fio piorando a sua malha, e agora o nosso grande desafio é voltar a melhorar primeiro, e depois, em dois anos, tentar não ter nenhuma rodovia como ruim ou péssima. É um desafio grande, mas vai depender do arcabouço fiscal, do volume do investimento, não é?

Eu achei muito interessante a ideia que o senhor teve de, tal qual a lei de incentivo à cultura e ao esporte, ter uma lei de incentivo à infraestrutura porque, por vezes, o empresário deseja investir ou trocar tributos, mas não consegue. Eu acho que essa pode ser uma discussão boa para o Senado Federal, por ser uma vertente inteligente, pode ser a própria obra ou pode ser o projeto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Queria só justificar por que o Dnit impede que a obra seja feita diretamente por terceiros sem aprovar um projeto: porque uma rodovia é um ativo público, da mesma maneira que ninguém pode consertar uma escola sem a Secretaria de Educação anuir com relação àquela reforma, se há segurança, se está dentro das normas, e o mesmo ocorre com uma rodovia. Então, como ali é um patrimônio, mesmo que haja o interesse em recuperá-lo, precisa-se aprovar um projeto. Há modelos bem-sucedidos nessa direção, em que o próprio Dnit permite, mas tem que ser seguido o rito técnico necessário de engenharia, de responsabilidade com a rodovia.

É óbvio que muitas vezes a condição precária da rodovia mata pessoas, ceifa vidas. Isso aconteceu na Rodovia 265, que o senhor citou há pouco; isso aconteceu nesses dias na Paraíba, em Cabedelo, o Senador Veneziano falou há pouco; isso aconteceu recentemente em Alagoas. Aliás, tem um trecho em Alagoas, na duplicação da BR-101, do qual eu falei para o Presidente Lula, Senador Marcelo, que, por conta de um estreitamento de uma reserva indígena – e não se conseguiu no passado chegar a um acordo, conseguimos chegar a um acordo agora, mas ainda estamos finalizando para poder assinar o termo, está na Funai nacional, a Funai local já assinou –, já morreram cem pessoas – num trecho da BR-101 de 10km. Então o senhor imagine que isso acontece no Brasil, e a gente precisa resolver esses problemas. Eu me associo ao que o senhor colocou.

Eu queria dizer que, sobre a questão do Pix, do cartão, devemos caminhar nessa direção, Viviane. Eu acho que isso pode inclusive ser uma obrigação legal: estabelecer meios alternativos de pagamento para o cidadão que não está com dinheiro em moeda, em papel-moeda ou em moeda de metal mesmo. Isso é até uma obviedade, porque você imagine numa praça de pedágio em que tem só uma passagem ou duas e fica lá um caminhão, porque o sujeito só tem dinheiro em cartão e não tem dinheiro em espécie. Isso é só uma coisa que precisa ser feito. Eu acho que o Congresso Nacional pode fazer uma lei e o Governo Federal também pode conversar com as concessionárias, e a própria Senatran está discutindo pagamentos de multas e outras questões em Pix e em cartão, coisas em que, retrogradamente, o Brasil não evoluiu.

Queria colocar que o senhor fez uma fala aí também muito contundente com relação à Eco135, uma concessão que aumentou e que é ali no Norte de Minas, na região mais pobre do estado, mas essa concessão é estadual. E me associo...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – É, deu exemplo.

Essa concessão é estadual, não é uma concessão federal, mas há esse tipo de problema também em outras concessões.

Preço de pedágio é formado por necessidade de investimentos, por um lado, e fluxo da rodovia, por isso é que eu tenho defendido que o Brasil não pode ter somente o modelo de investimento eminentemente público ou concessão para 100% de recurso privado. É bom, nas áreas mais pobres, Senador Marcelo, a gente fazer algum aporte de recurso público que viabilize as pessoas daquela região pagarem. Porque, no Mato Grosso – falou aqui o Senador Jayme –, as pessoas não estão tão preocupadas com o pedágio; elas estão mais preocupadas com a necessidade da infraestrutura que não têm, mas, em outras regiões mais pobres do país, no Nordeste, no Norte, no norte da Bahia ou no Norte de Minas, é razoável que tenha um pedágio palatável. E essa é uma preocupação do Governo também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu acho que o Senador Cleitinho, Fabricio, deu uma sugestão na mesma direção do que eu tenho falado com vocês. Por exemplo, manutenção: nós apresentamos aos Governadores, aos Senadores... É muito importante que o Dnit tenha um mecanismo de transparência dos seus contratos para apresentar à população de maneira geral e ao Parlamento em especial onde vai fazer a manutenção, onde está fazendo e quais são os trechos que estão em obra. E que aquilo seja alimentado para que todo mundo tenha acesso, Eduardo. Eu acho que essa é uma coisa que a gente pode fazer. A gente já tem isso internamente, mas essa informação não é pública, o que atrapalha muito as pessoas.

Queria passar ao Senador Jayme Campos, saudando-o pelas palavras, e dizer que assino embaixo, talvez por já ter sido também Prefeito, Governador, Deputado Federal e agora Senador, como o senhor é há tanto tempo, eu corroboro integralmente. Acho que os projetos que o senhor elegeu são fundamentais aí, Ferrogrão; também queria incluir a BR-158, que é uma rodovia muito importante, o contorno daquela reserva que nós estamos trabalhando, e a BR-242...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Deixei para o senhor falar aí, porque só assim agora está consagrado, Wellington: a tão sonhada e esperada BR-158, se Deus quiser, agora vai sair e a BR-242 também. Isso é muito bom. Essa falinha eu vou mandar para o pessoal da minha imprensa gravar agora aqui para eu botar: "Agora sai". (*Risos.*)

O SR. RENAN FILHO – Acho que o Senado já está gravando, não é?

A BR-242... São desafios ambientais – e a Ferrogrão. São três desafios ambientais muito grandes, que o Estado de Mato Grosso precisa ver resolvidos. São rodovias com trechos relativamente pequenos para o Brasil e fundamentais para o desenvolvimento agrícola do estado, facilitação do escoamento da produção.

Quero dizer que a BR-163, Senador, que o senhor colocou aí, é muito importante para o Estado de Mato Grosso e para o Brasil, para o escoamento da produção para o Arco Norte, para o uso dos portos do Norte do país.

O Governo Federal está fazendo um grande esforço para garantir que os esforços empreendidos pela MTpar, que é a empresa estadual do Mato Grosso, sejam bem-sucedidos.

Nós abrimos mão de multas da empresa, nós abrimos isso em um valor muito representativo de quase R$1 bilhão. O Estado de Mato Grosso assumiu a responsabilidade de colocar, de aplicar R$1,2 bilhão para equilibrar a nova concessão. Isso está sendo feito por Mato Grosso porque o Governo Federal ainda não tem instrumentos de parceria público-privada efetivos, e os estados já têm. Mato Grosso tem, Bahia tem, Alagoas tem, outros estados têm também, como o Paraná. E a gente precisa fazer isso no Governo Federal. Vamos concretizar esse entendimento. Eu tive recentemente uma reunião com o Governador, com a Casa Civil para a gente finalizar o entendimento dos bancos. Falta um banco ainda aceitar o entendimento e falta a Caixa Econômica Federal, que é um dos principais credores, aceitar todo o entendimento, para a gente repassar a rodovia, autorizar a administração, e o estado evoluir.

Eu queria dizer que a fala do senhor, de maneira geral, conta integralmente com o meu apoio e vou me esforçar para estar à altura da sua expectativa, Senador. Eu acho que esse é o desafio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E eu queria dizer ao senhor que eu não tenho pressa porque eu sei da importância do Senado Federal. O sujeito que vem aqui com pressa vem com um *mix* de duas coisas, a meu ver. Primeiro, ele desvaloriza a política, acha que a política não é importante...

(*Soa a campainha.*)

O SR. RENAN FILHO – ... não entende direito as dificuldades do país, e isso é um ledo engano. Tem pouca gente mais capaz que as pessoas que estão aqui. Eu digo isso porque já estive dos dois lados, trabalho com equipe técnica e com equipe política e tenho certeza absoluta de que respeitar a política é o caminho para encontrar as saídas.

Eu queria finalizar com o Senador Izalci, rapidamente, dizendo que a BR-040 e a BR-060 são duas concessões...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. RENAN FILHO – É.

A BR-060 e a BR-040 são duas concessões que estão em relicitação. Eu falei, há pouco, aqui, dos desafios da relicitação. O Senador Eduardo, que foi o primeiro Senador a se pronunciar, se colocou à disposição para, junto com Senado e TCU, a gente estudar um caminho, Senador Izalci, para finalizarmos as relicitações. Por quê? O sujeito diz ao senhor: "Não, não posso fazer esse investimento porque está em relicitação, estou querendo devolver o trecho". De maneira angustiante, essa relicitação nunca termina, ou seja, no Brasil, nunca foi consolidada uma relicitação, finalizada e passada a outro privado, o que significa dizer que o modelo está errado, está travando as possibilidades de repassar aquela rodovia para outro concessionário para fazer esse retorno que o senhor propõe, para melhorar a própria qualidade do pavimento da rodovia. Então, é muito importante que nós discutamos isso juntos, porque se precisa de revisões no marco legal. É muito complexo o caminho da relicitação. Isso é uma coisa.

Com relação ao anel viário do DF, tenho boas notícias. O Dnit já licitou a obra. A obra está lá, custa R$300 milhões, não tem ação orçamentária. O Governo Federal vinha investindo muito poucos recursos, eu apresentei na exposição inicial, agora a gente tem mais recursos e tem essa obra. No modelo anterior, essa obra do anel viário do Distrito Federal estava estruturada para ser feita em concessão pura ou em parceria público-privada, ou pode ser feita com recursos públicos, isso é uma escolha do país. Vamos conversar, discutir. Sugiro, depois, batermos um papo com o Governo do Distrito Federal, com a secretaria especializada da área e com as bancadas, para a gente verificar o caminho, mas o que é boa nova? Tem projeto feito e está licitado. Custa R$300 milhões a obra.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Bem, Senador Cleitinho, aqui, na Comissão, tem um projeto de lei, o 4.643, de 2020, de autoria do Senador Girão, que já permite o pagamento dos pedágios com cartões, podendo... Como ele está na mão do Weverton, ele pode emendar e colocar o Pix também no substitutivo que ele fizer.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Presidente, só faltou uma resposta do Renan.

Ministro Renan, a questão da ferrovia que vem do Espírito Santo, passa por Unaí, vem aqui... Nessas concessões que foram feitas aí...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – Izalci, eu vou ver exatamente essa informação, Senador, e me comprometo a passar para o senhor ainda hoje à tarde.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Juntos pelo Brasil/PSDB - DF) – Estava tudo pronto, tinha, inclusive, gasoduto, tinha fibra ótica...

O SR. RENAN FILHO – Eu vou dar uma olhada nessa informação e me comprometo a passar isso hoje à tarde, está certo? Desculpe-me pelo lapso.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos fazer o seguinte – estava em bloco de três, e o tempo avança, não é? –: vamos colocar bloco de quatro.

Como alguns inscritos estão retornando, a gente vai fazer o seguinte: eu passo a palavra para o Senador... Já vou anunciar os próximos quatro: o Petecão; o Alan Rick; a Margareth Buzetti não está, eu não a estou vendo aqui, ela saiu; vem o Chico Rodrigues; Efraim também não está; não estando, é o Jaime Bagattoli; Soraya, e assim vai.

Então, vamos lá.

Com a palavra, o Senador Sérgio Petecão e, depois, Alan.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Para interpelar.) – Obrigado, Presidente Confúcio.

Ministro Renan Filho, inclusive no começo da nossa conversa, eu tive a oportunidade de fazer um registro e agora eu quero fazer um apelo sobre a situação da nossa BR-364. Nós já discutimos – e já quero agradecer a sua gentileza de nos receber lá no ministério – a situação da BR-364, o trecho que liga Rio Branco a Cruzeiro do Sul, que está praticamente intrafegável, intrafegável! E foi criada a expectativa... Eu estive lá com V. Exa., e foi dito, na época em que estava lá, que nós tínhamos em torno de R$293 milhões, e depois se criou a expectativa, foi divulgada pela imprensa, de que o Governo ia fazer um aporte de R$600 milhões – R$600 milhões! E, aqui na sua exposição, V. Exa. falou que o que está lá para manutenção e investimento é R$293 milhões. Esse é um ponto.

E você pode ter certeza de que toda a bancada do Acre está mobilizada para fazer o que puder para ajudá-lo, Ministro, para que nós possamos resolver de uma vez por toda aquela situação da BR para Rio Branco e Cruzeiro do Sul.

Estou indo hoje à noite para Cruzeiro do Sul e, com certeza, vou ser cobrado e cobrado muito, por conta dos Vereadores, dos empresários, que o povo da região está praticamente isolado.

Agora, o assunto que mais nos preocupa, o assunto sobre o qual hoje recebi várias ligações de alguns empresários, amigos da imprensa pedindo que faça alguma coisa, é sobre a situação ali de Extrema, do Distrito de Extrema, onde a estrada se apartou – a estrada se apartou!

(*Soa a campainha.*)

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – E, quando a BR-364 se aparta, o Acre fica isolado, isolado de tudo: combustível, ônibus... E, quando se isola o Acre, isolam-se dois países, que são o Peru e a Bolívia. A BR-364 é que dá acesso à BR-317, que liga lá com o Peru e a Bolívia.

Então, Ministro eu sei... Ouvi atentamente a sua fala. São muitas as demandas que nós temos neste país, um país continental. Adorei a sua apresentação, mostrou muito conhecimento

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

e muita segurança, mas nós não queremos nenhum tipo de privilégio – não é privilégio –; nós queremos um tratamento diferenciado, porque o Acre está isolado. Se tiver alguém que precise sair do Acre hoje, vai morrer lá.

Aqui a Polícia Federal fez uma nota dizendo que não há previsão para a liberação. Se não há previsão, vai passar um mês, uma semana... Eu não acredito que uma obra que apartou a estrada – não chegou a apartar 100%, vi pelas fotos, não estive lá *in loco,* mas as fotos mostram que a estrada não se apartou... Eu lhe faço este apelo aqui em meu nome e em nome de toda população do Acre: que nós possamos tomar uma providência e dar pelo menos uma esperança: "Ó, em um dia, dois dias, três dias...". Porque pela nota que foi divulgada pela Polícia Rodoviária Federal... Eu não queria que tivesse sido apartada antes de Rondônia, não, porque, quando se aparta antes de Rondônia, imobiliza todo mundo. Hoje, só o Acre que está pagando o preço, só o Acre que está isolado do restante do Brasil. E estamos isolados porque nós não temos outra saída – nós não temos –, como o Paraná ou São Paulo. Se se interditou uma estrada, têm mais duas, três estradas que dão acesso. Lá no Acre, não! Se se apartou a BR-364, o Acre fica totalmente isolado.

Com certeza, V. Exa. conhece a nossa realidade, é um amigo e vai nos ajudar nesse nosso apelo. Eu sei que tem muitos problemas o Brasil, mas eu tenho certeza de que o Acre hoje é prioridade.

É isso, Presidente.

Obrigado, Confúcio.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Rapidinho desta vez, só para responder o Senador Petecão pela ênfase do apelo, realmente é uma situação humanitária: houve um acidente que afundou a rodovia na madrugada de sábado para domingo.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. *Fora do microfone*.) – Dia 19.

O SR. RENAN FILHO – Foi de sábado para domingo?

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Foi. Dia 19.

O SR. RENAN FILHO – De sábado para domingo.

Na apresentação, mostrei que houve mais de 120 ocorrências como essa no Brasil ao longo dos últimos tempos. Por sorte, nós estamos britando pedra lá, estamos extraindo pedra. O próprio Dnit já cuidou disso. E vamos iniciar a recuperação amanhã, fazendo um desvio e, no máximo – no máximo –, até sexta-feira desta semana, o tráfego estará liberado em desvio, enquanto vamos reconstruir a pista. Então, não vai demorar um mês. Agora, qual o problema? Em algumas regiões do Norte do país, nem o insumo necessário para fazer uma obra dessa natureza tem. Nós mesmos estamos sendo obrigados a minerar o insumo, o Dnit está fazendo isso. A obra começa amanhã e a gente, no máximo, até sexta-feira, vai entregar esse desvio pronto para retirar a região de Cruzeiro do Sul do isolamento.

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Não. Rio Branco.

O SR. RENAN FILHO – De Rio Branco... É o Acre todo. De Rio Branco a Cruzeiro Sul, vamos tirar do isolamento.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SÉRGIO PETECÃO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Está o.k.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado, Senador Petecão.

Passo a palavra ao Senador Alan Rick.

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Para interpelar.) – Sr. Presidente, Senador Confúcio; Sr. Presidente, Senador Marcelo Castro; Senador Wellington Fagundes, demais Senadores, Sr. Ministro, mais uma vez, quero agradecer a disponibilidade, a importância que o senhor dá em ouvir os Parlamentares da mesma maneira como o senhor compreende a política por também ser Senador, ser nosso colega. Agradeço aqui ao querido Fabricio Galvão, Diretor-Geral do Dnit substituto.

Ministro, em primeiro lugar, agradeço a V. Exa. pelo acolhimento à bancada do Acre quando estivemos em seu gabinete, levando essa preocupação aqui relatada ainda há pouco também pelo Senador Petecão da precária, eu diria até absurda situação, Fabricio, da nossa BR-364. Como foi explanado e demonstrado com vídeos que nós preparamos, com toda a documentação enviada, são 200km pelo menos que precisam ser recuperados neste ano de forma consistente. A gente usa o termo "reconstrução" da BR.

Essa é uma luta que nós travamos, Senador Wellington, há mais de oito anos, desde que nós chegamos aqui. O Senador Petecão é testemunha disso. Em todas as bancadas de que nós participamos, nós lutamos pela reconstrução da nossa BR. Sabemos que é uma obra cara, difícil, mas não temos mais tempo. É preciso resolver, Ministro, e o senhor demonstrou, com extrema felicidade, o conhecimento da situação da BR.

Já foi relatado aqui o caso do km 1.033 em Vila Extrema, no Distrito de Extrema, em Rondônia, onde parte da estrada desmoronou, e é preciso que seja feita uma reconstrução imediata para a retomada do trânsito ali – o senhor acaba de nos dar essa informação.

No domingo mesmo, ao saber da informação, eu entrei em contato com o Carlos Moraes, que é o Superintendente do Dnit do Acre, e ele me disse que as informações do Dnit de Rondônia eram no sentido de que estavam em busca dos insumos, Fabricio, o que exatamente se coadunou com a informação que você me deu e que o Ministro confirmou ainda há pouco sobre a aquisição dos insumos para levar ao trecho desbarrancado, para fazer exatamente a recuperação e abrir um desvio o mais rápido possível. Então, nós e o povo do Acre esperamos por isso. São insumos hospitalares, alimentação, tudo isso que foi dito – tudo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. ALAN RICK (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – ... para o estado, se não tivermos a recuperação desse trecho o mais rápido possível.

A nossa pergunta é muito simples, Ministro. Sabemos que o ministério tem suas prioridades, e o Brasil inteiro... Como foi dito aqui, os Senadores que nos precederam demonstraram as suas preocupações. Mas o Acre sonha – sonha – com essa estrada, e nós viemos reiterar esse pedido a V. Exa., à sua equipe e ao Dnit, para que nós consigamos iniciar a reconstrução da estrada.

O senhor, na reunião, foi muito feliz quando disse: "Olha, vocês vieram aqui apresentar um relatório de cerca de R$300 milhões, mas nós anunciamos aqui que vamos colocar mais". O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

senhor fez o anúncio de que, se tudo correr bem e os processos licitatórios andarem corretamente, nós teremos um investimento de R$600 milhões – dito por V. Exa.

Então, Ministro, eu quero lhe agradecer por isso, agradecer ao Fabricio e ao Dnit, que sempre nos atendeu com toda a presteza, sabendo da dificuldade que o povo do Acre enfrenta. Conte conosco, conte com a bancada do Acre. Eu tenho certeza de que aqui se irmanam conosco também o Senador Marcio Bittar e todos os oito Deputados Federais, que clamam pela resolução desse problema.

E mais uma última consideração, Ministro: nós temos ali um sonho na região do Juruá, que é a construção da estrada até Pucallpa, a definitiva integração Brasil com os portos peruanos, o que vai reduzir em até 23 dias de navio o transporte de cargas para os portos asiáticos. Esse é um sonho de todos aqueles que querem transformar o Acre numa verdadeira rota de integração Brasil-China, Brasil-Ásia, através dos portos peruanos.

No Governo passado, nós conseguimos avançar, mas, devido à situação política do Peru, nós não conseguimos chegar a um denominador comum com o país vizinho. A minha pergunta é: o senhor vai lutar por isso também? Podemos contar com o seu apoio nesta que é uma das maiores propostas de integração do Brasil, que começou lá na década de 90 ainda, com o Presidente Fernando Henrique Cardoso, com o Iirsa (Integração da Infraestrutura Regional da América do Sul)? Enfim, esse é um outro ponto que eu coloco para V. Exa.

Realmente o investimento de R$600 milhões, a recuperação da nossa BR, a reconstrução dos trechos e a estrada para Pucallpa.

Muito obrigado, Ministro.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Vamos em frente. Eu passo a palavra para o Senador Jaime Bagattoli; a seguir, Senadora Soraya Thronicke.

Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Bom dia ao Presidente Confúcio desta Comissão, ao nosso Ministro de Infraestrutura, Renan Filho.

Quero reforçar aqui o que o Senador Petecão falou. Essa BR-364 tem dois trechos: a BR-364 saindo de Vilhena até o Rio Branco, do Acre, praticamente são 1,2 mil quilômetros. Eu vejo que aumentou, inclusive, o valor para a manutenção dessa rodovia, mas vocês vejam o caos que está naquela rodovia, o trânsito que ela tem, o trânsito pesado que é o escoamento de exportação hoje, no noroeste inteiro do Mato Grosso, nos Municípios de Comodoro, Sapezal, Campos de Júlio, Brasnorte, Campo Novo. É muito pesado e todo o escoamento dessa produção sai via Porto de Porto Velho.

Lá em Porto Velho, Ministro Renan, nós temos 30km saindo da BR-364, que é um contorno que vai para os portos... Nós precisávamos muito da ajuda também de vocês, do Ministério de Infraestrutura, para fazer esses 30km, já que estão causando problemas nos hospitais. Tem dois hospitais: o Hospital de Amor e o Hospital Santa Marcelina, que estão sofrendo demais com a poeira. Então nós precisamos ver com o Presidente desta Comissão, Presidente Confúcio, também para nos ajudar nessa situação.

Quero dizer para vocês sobre a manutenção. Nós temos a BR-364, a BR-429, nós temos essa situação do contorno do porto, que eu já comentei aqui, que é em torno de 30km, igual o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Petecão falou sobre essa interrupção que está hoje entre Rondônia, lá em Extrema, e o Acre – viu, Senador Petecão? Todos perdem com isso. Claro, o Acre está perdendo muito mais neste momento do que o nosso Estado de Rondônia, mas, nesse caso, principalmente com esse isolamento do Acre lá, nós precisamos resolver urgentemente essa situação.

E a pergunta que fica aqui para o senhor é a seguinte: a BR-364 talvez seja a rodovia... Todas são importantes no Brasil, mas eu quero que vocês entendam, ela é uma espinha dorsal. Igual falou o nosso Senador Petecão, é a única rodovia que interliga Rondônia e o Acre – e vem inclusive do Mato Grosso. Quando ela foi construída... Para os senhores entenderem, fui motorista de caminhão na década de 80, e essa rodovia de Comodoro a Cuiabá só está tão boa igual o dia em que ela foi inaugurada, em 1984.

Agora, quando você parte de Vilhena indo para Porto Velho, como o nosso Senador Confúcio sabe muito bem, há aquela situação lá do Itapuã: para fazer 3km, um caminhão desses nove eixos está gastando quase uma hora. Qual é a providência que nós vamos tomar realmente nessa rodovia, na BR-364?

Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, Senador Jaime Bagattoli.

O Senador Beto Faro está com uma audiência no MEC em cima da hora. Eu vou passar para a Soraya e passo para o senhor de imediato, a não ser que vocês consigam fazer a permuta. É possível? (*Pausa.*)

Então, Senador Beto Faro.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Primeiro, quero agradecer a Senadora Soraya.

Quero cumprimentar aqui o Presidente Confúcio, o Presidente Marcelo e o nosso Senador e Ministro Renan.

Nós estamos indo a uma audiência com vários reitores lá do Pará, com os institutos federais e com o Ministro da Educação, que já iniciou. Eu estou me deslocando para lá e queria agradecer a concessão.

Quero dizer, claro, que não tem aqui nenhuma responsabilidade do Ministro Renan e do nosso Diretor do Dnit, até porque vocês estão há dois meses e alguns dias no Governo. Mas a situação do Pará não é diferente: nós estamos com várias obras paradas, rodovias hoje intrafegáveis, muita dificuldade. O Pará é um estado que cresce no agronegócio, na agricultura familiar; é um estado que tem que transportar minério, então é uma dificuldade imensa.

E tem algumas questões como, por exemplo, nós dialogamos no passado com o Governo, que exigiu da bancada inclusive um aporte de dinheiro para algumas rodovias, nas emendas de bancada, inclusive impositivas, para que a gente pudesse trabalhar as estradas. A BR-422, por exemplo: naquela época, foi pedido para que a gente fizesse um trecho de R$40 milhões, e a União pudesse ter feito. Foi dialogado isso no ano passado, e nada foi realizado.

A BR-308, que liga Capanema a Viseu, tinha recursos, inclusive da bancada, também aportados ali. Iniciou-se a obra no período do Governo Dilma, e está paralisada a obra. Nada mais andou.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A BR-316 é a de maior tráfego, entre Belém e Salinas, toda aquela região ali. Tínhamos feito um diálogo com o Governo Federal para que a gente pudesse trabalhar o trecho Castanhal-Santa Maria, que está totalmente paralisado.

A ponte que liga o Estado do Pará e o Tocantins, ali entre São Geraldo e Xambioá...

(*Soa a campainha.*)

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Há uns quatro, cinco anos, foram iniciadas as obras, e nada mais foi para frente. A ponte está lá, parte foi feita, e a gente não andou.

Então, tem uma série de obras paradas, com recursos, inclusive, acertados com a bancada, que disponibilizou emenda impositiva para o Dnit, para que a gente pudesse trabalhar, e infelizmente essas obras estão paradas.

Da BR-155 até a parte do asfalto que existia foi tirada. A gente imaginava: tira-se ali, e a empresa vai daqui a pouco fazer. Não tem nada hoje.

Então, tem um esforço do Governo do estado no sentido de fazer a nossa malha viária estadual funcionar. E a gente passa hoje – porque era diferente no passado – vendo as estradas estaduais sendo recuperadas, sendo construídas, e as federais todas paradas.

Mas eu sei que... Não estou aqui responsabilizando... Pelo contrário, acho que hoje estamos dialogando. Esse ato aqui na nossa Comissão, sendo inclusive a primeira audiência, convite, e você estar aqui, toda a sua equipe estar aqui, isso é uma demonstração do ministério, do nosso Governo, de quem quer dialogar, de quem quer conversar e acertar esses pontos.

Conte com a nossa bancada. Eu sou o coordenador da bancada do estado. Os três Senadores e os dezessete Deputados Federais estão à disposição para contribuir com o ministério na resolução desses problemas.

Era isso. Obrigado, mais uma vez, pela concessão.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado, Beto.

Com a palavra, a Senadora Soraya Thronicke.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. Para interpelar.) – Sr. Presidente...

Senhores convidados, Ministro Renan Filho e Fabricio Galvão, obrigada pela presença. Realmente é importante para nós, e eu acho que este momento ajuda muito na vida de V. Exas. porque nós conseguimos ao menos apresentar de forma concisa o pleito dos Senadores. Vocês vão ter uma ideia geral disso. Logicamente jamais podem ser responsabilizados. Eu imagino o que é assumir uma cadeira num ministério desse com tantos problemas no Brasil.

Como vocês viram, as reclamações em relação às BRs são enormes, e eu vou levar esse pleito pessoalmente para V. Exas., mas eu gostaria aqui apenas de destacar já de antemão que eu pedi para o Governo anterior um estudo novo do Dnit em relação à BR-158, lá no Mato Grosso do Sul, na região de Paranaíba, mas eles disseram... Não entregaram, na verdade, e nos disseram que a BR-158 não tinha tráfego suficiente para uma duplicação e que eles trabalhariam apenas na engenharia. Muito recurso público já se colocou lá, e nós não resolvemos o problema, porque ela continua sendo a "rodovia da morte". É triste demais você, entra ano, sai ano, não ter uma resposta para a população.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de saber de V. Exas. o que é um tráfego suficiente para uma duplicação, porque nós enviamos para o ex-Ministro Tarcísio, hoje Governador de São Paulo, vídeos e mais vídeos com o tráfego, que é algo, assim, impressionante. Não tem como ser pior do que aquilo...

(*Soa a campainha.*)

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – ... para justificar a duplicação.

Enfim, as reclamações do Mato Grosso do Sul são também em relação à BR-262. Há muitos acidentes. A BR-262 liga Três Lagoas a Campo Grande.

E há algo que o Ministro tocou aqui, que é a relicitação da BR-163, na região sul do Mato Grosso do Sul, que liga Campo Grande a Dourados. Nós estamos até hoje pagando pedágio, e nada caminha ali. Não temos resposta. Pagamos pedágio desde 2015. E esse sistema de relicitação é realmente muito moroso. Pode ser que quatro anos de governo não sejam suficientes para resolver. Nós precisamos tomar alguma atitude. E eu fiquei muito feliz quando V. Exa. disse que nós precisamos rever essas modalidades contratuais, porque nós não conseguimos avançar nas tratativas e relicitar.

Diante de tudo isso, eu gostaria de saber a opinião de V. Exa., Ministro, acerca da cláusula de *performance bond*, porque nós andamos nas rodovias no exterior e deparamos verdadeiros tapetes, rodovias maravilhosas, seguras. E, aqui no Brasil, a pergunta fica: por que não temos essas rodovias, sendo que investimos tanto?

A cláusula de *performance bond* é uma cláusula que traz uma espécie de seguro. Dentro dessa licitação, um outro segurador suporta o custo quando a concessionária, quando o licitante, quando o contratado não entrega essa obra no prazo e na qualidade que foram avençados. Portanto, é um cuidado muito maior de quem está prestando esse tipo de serviço, justamente porque vai ter uma cobrança.

Já me disseram o seguinte: "Bom, mas a cláusula de *performance bond* aqui no Brasil vai encarecer os contratos, no mínimo, em 10%". O.k., mas nós temos aditivos e aditivos que acabam por encarecer realmente esses contratos, porque, no Brasil, você não tem uma previsibilidade de gastos. Foi o próprio caso da CCR, que pediu amigavelmente para desfazer o contrato de concessão no Mato Grosso do Sul.

Enfim, gostaria de saber a opinião de V. Exa. para que consigamos construir juntos a obrigatoriedade, nessa espécie de licitação, de que tenhamos, sim, um seguro *performance bond*.

E, para terminar, para não me delongar mais, Sr. Presidente, eu tenho várias perguntas aqui, mas gostaria apenas de questionar algo no seguinte sentido: depois da nova Lei das Ferrovias, a gente ficou sabendo pela imprensa de que há inúmeros pedidos, solicitações de empresas privadas acerca de ferrovias de cargas e apenas uma ferrovia de passageiros, que liga São Paulo ao Rio de Janeiro. Eu gostaria de saber por que a ferrovia de passageiros é tão preterida no meio privado e se há intenção do Poder Executivo em trabalhar mais essa questão das ferrovias no transporte de passageiros.

Muito obrigada. As demais perguntas eu vou fazer numa agenda com o Ministro.

Muito obrigada, Ministro.

Muito obrigada ao Diretor do Dnit, Sr. Fabricio.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito obrigado.

Com a palavra o Sr. Ministro para responder os últimos Senadores e Senadoras.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Eu queria agradecer a todos os Senadores.

Senador Petecão, eu respondi às questões do Estado do Acre. Eu acho que elas ficaram claras. O que eu disse com relação à diferença entre os 300 milhões e os 600 milhões é que essa é uma rodovia vital para o Estado do Acre e, como há uma possibilidade de não ocorrer a execução completa em outros contratos, se essa rodovia precisar de recursos adicionais, nós vamos fazer. Nós estamos com a obra 100% licitada, especialmente no trecho mais danificado, que é da cidade de Sena Madureira até Rio Liberdade. É o trecho que está em pior situação no Acre e que será 100% recuperado. Se houver necessidade de recursos adicionais, nós vamos aportá-los. Eu não sinto essa dificuldade para este ano, mas nós temos agora que aguardar – resolver a emergência e aguardar um pouco – o final do período de chuvas para a gente entrar com mais força no Acre.

Com relação a Juruá/Pucallpa, eu queria dizer que este é um investimento importante; retirar carga das nossas rodovias é uma estratégia nacional do Ministério dos Transportes. Então, nós precisamos conversar com o Peru a respeito desse projeto, porque nós já contratamos o projeto no passado, ele atravessa um parque nacional e é um projeto complexo, por conta disso. Mas não havia ainda o compromisso do Peru de fazer a ligação da sua parte. Então, isso precisa ser rediscutido. Eu sugiro que nós façamos uma interlocução. Fizemos isso recentemente com o Uruguai. Esteve aqui o chanceler uruguaio. Eu falei, na minha apresentação inicial. Acho que devemos fazer a mesma coisa com o Peru. Acho que o país agora vive uma relação bilateral com os países da América do Sul muito mais distensionada, o que vai facilitar talvez esse entendimento. Mas obviamente nós temos que ver o que significa para o Peru exportar nossa produção, se o porto dele tem capacidade, se ele tem esse desejo e como nós vamos integrar esses esforços. Mas eu estou à disposição para levar isso adiante.

Com relação à BR-364, que foi também muito falada. O Senador Jaime Bagattoli falou ali, há pouco, a respeito dela, da sua importância. Concordo. Eu gostei quando o senhor falou, Senador, da... O senhor quis dizer, mas terminou não dizendo. Disse assim, que essa BR-364 talvez seja a rodovia mais importante do Brasil. Cada Senador que for falar aqui, certamente, entende a sua principal rodovia como a rodovia mais importante para o Brasil, não é? Depois o senhor pensou em falar, mas não colocou com essa clareza. Mas essa realmente é uma rodovia fundamental para a integração do Norte do país com o Centro-Oeste, e, por consequência, da integração do Norte com todas as outras regiões do Brasil. Essa rodovia está com estruturação de uma concessão. Nós estamos finalizando a concessão. Ela está no *pipeline* de novas concessões. A gente deve sair com Paraná primeiro, depois com a BR-381, depois a BR-040 e essa BR-364 deve ser uma das próximas. E a concessão garantirá, a nosso ver, melhores condições.

Com relação ao contorno que dá acesso ao porto do Arco Norte, para acessar hidrovia e depois pegar o Oceano Atlântico, é muito importante que a gente faça essa rodovia, que é em barro e cria um transtorno muito grande. Eu queria dizer que toda a bancada de Rondônia, ao estar comigo, tratou disso, especialmente o Senador Confúcio. Fizemos uma audiência muito longa e essa reivindicação foi colocada. Não é um trecho tão grande e acho que a gente deve

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

enfrentar o desafio de fazê-lo. Eu estou à disposição para a gente encontrar um caminho conjunto para isso.

Queria saudar o Senador Beto Faro, que fez uma fala também demonstrando as dificuldades do Estado do Pará. Ele teve que sair, mas uma das obras que ele colocou aqui como muito importante é a BR-422, que nós já iniciamos. O Pará está em período de chuva agora, mas em dois meses nós vamos ter condição de já iniciar a pavimentação desse trecho, que está, desde a época da Presidente Dilma, aguardando recursos para que essa obra possa andar. Então, no fundo...

Aí queria caminhar para a Senadora Soraya. No fundo, Senadora, o grande problema do Brasil é um problema de recursos. Mas ele não era tratado com essa franqueza anteriormente por quê? Porque o teto de gastos impunha que não teria o recurso. Ora, se não teria o recurso e não havia perspectiva para tê-lo, como explicar que a BR-158 não tem fluxo para garantir uma duplicação? Ora, isso não é verdade. A verdade é que não havia recursos. E, se não havia recursos, ficava muito difícil enfrentar os desafios de que o Brasil precisa.

Nos últimos anos, eu apresentei aqui na apresentação, a nossa malha piorou, nós não tivemos investimentos novos. Se a Sra. Senadora for observar, no ano passado o Brasil como um todo investiu só R$1 bilhão em obras novas. Isso é muito pouco. Eu disse aqui, na abertura da minha explanação, que o Presidente Lula esteve recentemente no Uruguai, e o Presidente do Uruguai pediu ao Presidente Lula que fosse feita lá uma ponte de integração; assim como o estado da senhora pede, por exemplo, a rota bioceânica, que é fundamental. O Presidente paraguaio pediu, essa a gente vai terminar, como o Presidente vai fazer a ponte no Uruguai. Mas, quando o Presidente do Uruguai e o Presidente do Paraguai pedem essas obras ao Brasil, eles olham para o Brasil como a gente olha para os países mais ricos do mundo. Eles pensam, Senador Wellington, que o Brasil tem capacidade de investimento para ajudá-los nessa integração. E é papel mesmo do país, porque o Brasil é o país carro-condutor da América do Sul, conduz na economia, conduz inclusive nos costumes respeitando as peculiaridades de cada país. Mas a gente estava, nos últimos anos, com uma capacidade de investimento igual à do Uruguai, ou seja, quando o Uruguai vem a nós pedir uma ponte, na verdade, relativamente ele está com mais condição de fazer a ponte do que a gente. O Paraguai fez todo o trecho do acesso dele da rota bioceânica, e o Brasil não fez.

Então, assim, sabe que eu até outro dia disse ao Presidente Lula que foi esse abandono que nos trouxe ao Governo. A senhora foi candidata a Presidente, percorreu certamente o Brasil e pôde perceber isso o Brasil afora na última eleição. Foi uma eleição de mudança, por isso, por essas e por outras. Agora, passada a eleição, o momento é de desarmar os palanques e todo mundo trabalhar. Agora o fundamental, Senadora Soraya, é que encontremos um caminho dentro do novo arcabouço fiscal para resguardar investimentos, porque, se a solução for a mesma dada anteriormente, nós vamos ter um enforcamento do investimento no Brasil. Aí a senhora vai chegar ao Ministro, que espero que não seja eu se houver esse enforcamento, em qualquer um que a senhora chegar, vai perguntar: "Por que não duplica a BR-158?". Em vez de dizer, de assumir que é por que não há recurso, vão colocar o problema no projeto, na falta de fluxo, em problema ambiental, em outras barreiras que o Brasil se acostumou a fazer e, infelizmente, as obras não andam.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu estou otimista. Eu acho que no novo arcabouço fiscal o Congresso Nacional, com muita lucidez, vai encontrar, Senador Wellington, um caminho para que eu possa voltar em outras oportunidades e possa ser cobrado mesmo, porque eu acho que este é o papel do Parlamento: cobrar as entregas do Governo Federal garantindo as condições num trabalho coletivo, conjunto. Então, eu acho que é um momento – disse e queria repetir – alvissareiro para o país.

Por isso, esta Comissão, Senador, não é por minha causa, muito menos por mim, mas também não é por causa do Senador Confúcio nem do Senador Marcelo... O Senador Marcelo até foi muito importante como Relator da PEC do orçamento e no trabalho que fez na PEC da transição, mas, assim, Senador, não é por causa de nós nem apenas por causa da importância das Comissões, que é grande, é porque neste ano parece que a coisa vai ter mais condição de dar solução a esses problemas.

Então, quando a gente trata de recurso – queria concluir aqui – e das necessidades dos investimentos, nenhum Senador representando o seu estado disse aqui: "Por sorte, o meu estado recebeu os investimentos de que precisava". Absolutamente nenhum, porque essa é a tônica nacional, a tônica nacional é essa. Eu acho que trabalhando conjuntamente nós vamos encontrar a solução.

Acredito que, ao vir aqui, eu sinto que o que colocam os Senadores com uma observação política e um olhar muito peculiar é *grosso modo*, basicamente, o que tecnicamente se apresenta como necessidade. E nós vamos conciliar as duas coisas para levá-las adiante.

A SRA. SORAYA THRONICKE (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Por favor, Ministro, só a questão da 163, a relicitação, para que a gente possa dar uma resposta para o sul-mato-grossense e para quem trafega nas nossas rodovias. E só sobre a cláusula de *performance bond*, para que a gente possa trabalhar dentro da legislação. É importante nesse aspecto que nós consigamos trabalhar juntos.

O SR. RENAN FILHO – Muito obrigado, Senadora.

Desculpe-me. Eu tinha que colocar essas duas questões a que eu não respondi.

A 163 está em relicitação. Relicitação tem sido um problema no Brasil. Talvez nós precisemos de um novo marco legal ou de um esforço concentrado do Ministério dos Transportes com o TCU para encontrarmos o caminho ou as duas coisas. Eu falei aqui ao longo do dia, e o Senador Eduardo Braga sugeriu que o Senador Confúcio colabore; nós estamos montando um grupo de trabalho que vai ser liderado pela Secretária Nacional de Transporte Rodoviário, com a Sra. Viviane Esse representando o Ministério dos Transportes, e o TCU vai colocar técnicos também para que a gente trabalhe conjuntamente uma solução no âmbito daquela câmara recém-criada de conciliação no TCU, para ver se a gente encontra um caminho mais curto, porque o que é fato no Brasil, Senadora, é que nenhuma relicitação chegou ao final. O que significa dizer que o erro não é de parte a parte; é o erro do próprio processo, que precisa ser revisto, aperfeiçoado, para que a gente retire quem não quer ficar e coloque quem tem capacidade de tocar adiante.

Com relação à cláusula de *performance bond*, eu acho que todo o título que eventualmente puder garantir a execução de um contrato tem a sua importância e tem o seu custo. Isso é uma espécie de seguro adicional. Quando a gente concede, concede porque acha que a eficiência privada vai ser mais capaz de tocar aquele projeto adiante e, se a gente pela curva de experiência verificar outros mecanismos adicionais para garantir segurança, eles podem ser incluídos. O

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

debate no momento, Senadora, tem sido modicidade tarifária *vis-à-vis* investimentos com segurança. Nós estamos fazendo esse debate. Eu acho que o Senado Federal tem um papel importante na discussão do próprio modelo, para que a gente encontre caminhos.

Os problemas que implicam relicitações têm sido corrigidos pela curva de experiência mais recente; a gente não tem observado esse mesmo nível de problemas nas licitações mais recentes, mas vale dizer, para quem está nos assistindo e mesmo para o Plenário do Senado Federal, que o Brasil é um jovem em concessão de rodovias. Quando a gente faz uma comparação internacional com o Brasil, Senador Confúcio, Senador Marcelo, às vezes, a gente é injusto com o próprio país. Vou dizer por quê: porque a gente tem excelentes rodovias concedidas. Quando a gente vai a Miami, a Portugal ou a Alemanha, a gente não roda nas rodovias deles dos centros produtivos, do interior, das que a senhora está colocando aqui, do Brasil central ou do Norte do país; quem vai a turismo, roda nas rodovias de Miami, de Orlando, de Nova York, não roda na América Central, no centro dos Estados Unidos, onde há problemas. Óbvio que lá os problemas deles são menores do que os nossos, é verdade. Mas, assim, relativamente o Brasil teve avanço. A gente precisa agora avançar mais: fortalecer a capacidade de investimento, melhorar os contratos. É nessa direção que a gente está andando. Mas, quando a gente vai a São Paulo e a outros estados, ao Rio de Janeiro próprio, alguns têm problemas, mas a gente também tem boas soluções.

A gente precisa é dar soluções melhores para essas rodovias que estão em relicitação. Acho que esse é um desafio. Eu falei aqui e queria repetir para a senhora gravar ao finalizar que a gente tem cerca de 15 mil quilômetros licitados em concessões federais e cerca de 5 mil quilômetros em relicitação. A gente precisa resolver esses 5 mil quilômetros, porque eles podem potencializar o investimento e melhorar as rodovias para o povo brasileiro. Acho que esse é o desafio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito.

Muito bem. Nós temos aqui a participação dos internautas também. Vou só citar o nome deles: Gustavo Mariano, daqui, de Brasília; Thamires Costa, do Estado do Amazonas; Nathaly da Silva, de Pernambuco; Gabriel de Sousa, do Estado de São Paulo; Jorge Rocha, do Rio de Janeiro; Duda Santos, do Rio de Janeiro; Adriana Marques, do Paraná; Rodrigo Japiassu, do Rio de Janeiro; Júnior da Silva, de Minas Gerais. Eu, observando aqui as perguntas deles – quase todas já foram respondidas –, quero somente agradecer a todos eles por estarem ativos e assistindo à nossa audiência pública.

E estamos chegando já aos últimos Senadores inscritos. Nós temos aqui agora o Senador Marcelo Castro, a Senadora Professora Dorinha, o Wellington Fagundes. E temos uma personalidade importante que está aqui no nosso meio, que foi um dos primeiros a chegar aqui, que foi o Deputado Castro Neto, não é? Logicamente, é uma audiência do Senado, mas, devido à gentileza dele e o tempo que ele ficou, três ou quase quatro horas sentado ali, eu acho que nós vamos concordar que ele faça a última pergunta ao Sr. Ministro, não é? Então, está bom, está concedido já, já, viu?

Com a palavra, o seu querido pai, Marcelo Castro. (*Risos.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI. Para interpelar.) – Bom, eu fiquei muito feliz de ver aqui a explanação do nosso Renan Filho, porque isso dá um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

alento à gente. Não é, Wellington? A gente vê que o Brasil está andando, e principalmente na área dos transportes, que é uma área prioritária para o país. E o Renan, que chegou há pouco tempo ao ministério, veio aqui e nos deu uma aula de toda a situação em que estão as nossas rodovias, ferrovias, hidrovias. Sabe o nome das BRs, tudo de cabeça já, onde tem concessão, onde não tem, onde está paralisado, onde tem problema. Então, a gente vê que ele está inteirado, senhor de todos os problemas do ministério. Isso é uma segurança que a gente tem de que o Ministério dos Transportes está em boas mãos. E isso é motivo de muita alegria e de contentamento para nós.

Queria pontuar aqui, Renan, essa questão da falta de planejamento do Brasil, principalmente do nosso Dnit e do nosso Ministério dos Transportes. Os exemplos espalhados pelo Brasil são inúmeros.

Só no Piauí, eu cito aqui uns... No Piauí, tem a BR-222, que sai do Ceará, atravessa o Ceará todo, vai para o Piauí, o Maranhão e o Pará. Essa estrada é toda feita menos em um trecho pequeno no Piauí. E, no Piauí, nós temos um colega Deputado Estadual que acho que foi Presidente da Assembleia por nove vezes – acho que é recordista nacional – e que é dessa região. Ele já teve até audiência com o Michel Temer tendo na camisa "BR-222". Essa BR nunca foi concluída! Não se justifica, é absoluta falta de planejamento. Como que uma BR está toda construída, mas tem um estado que tem um trecho ali talvez de uns 50 quilômetros sem concluir?

(*Soa a campainha.*)

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Felizmente, agora, como fui Relator do Orçamento e tudo mais, uma oportunidade, nós vamos concluí-la.

A BR-020 foi idealizada, iniciada por Juscelino Kubitschek. Eu era menino em São Raimundo Nonato quando eu vi o primeiro caminhão a óleo diesel, caminhão Mercedes Benz, e vi trator de esteira; estavam fazendo essa BR-020. Ora, isso tem mais de 60 anos! Tem quantos anos? Uns 70 anos, 60 anos. Ainda hoje, estão fazendo a BR-020. Não se justifica! Se é importante, já devia estar concluída; se não é importante, já devia estar paralisada, mas, ainda hoje, Confúcio... (*Risos.*)

Falta de planejamento! Tem que haver um planejamento para saber onde botar o recurso, o que é prioritário, o que é mais importante para o estado.

No vizinho Estado do Maranhão, a BR-226. Essa BR vem do Pará, atravessa, entra no Maranhão. Ela foi feita, mas ficaram faltando 100 quilômetros para chegar a Timon, para chegar a Teresina, mas isso tem 40 anos! Como é que se justifica uma coisa dessas?! Como é que, faltando 100 quilômetros para concluir uma BR, passam 40 anos, entrando governo, saindo governo, entrando governo, saindo?! Ninguém... Vai ser concluída agora, porque teve um Relator... (*Risos.*)

Não é o Relator, não; foi uma PEC que propiciou tudo isso. Então, graças a Deus, agora, inclusive, parece que vão dar ordem de serviço no dia 4 de abril...

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone.*) – Está licitada.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Está licitada.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone.*) – Inclusive, está na meta dos cem dias do ministério...

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Seria bom se chamasse o Presidente Lula para ir lá dar a ordem de serviço para começar...

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – O Presidente está dizendo que vai andar em todo canto!

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Democracia/MDB - PI) – Pois é. Boa oportunidade!

Outro assunto de que eu gostaria de falar aqui também é essa questão das licenças ambientais. É claro que todos nós somos defensores do meio ambiente. Essa é uma pauta moderna, atual, mundial. Nós não podemos fugir disso, mas uma coisa é ser cuidadoso com o meio ambiente, outra coisa é ser preguiçoso nas decisões. Não é possível!

Nós fizemos lá no Piauí a BR-235. Essa BR incluiu uma ponte sobre o Rio Parnaíba. É uma BR que vai de Gilbués a Santa Filomena, no extrema sul do Estado do Piauí. Em 2006, o Ibama deu a licença para construir a estrada. Foi pedida a licença da BR, incluída a ponte, mas eles disseram que não podia liberar a da ponte, porque precisavam de um estudo maior da ponte. Ora, a ponte não tem impacto ambiental nenhum! Ela é um pilar de um lado do rio e um pilar do outro lado do rio; é uma ponte estaiada. O rio lá é estreito, porque é logo no início, no começo do Rio Parnaíba. Qual o impacto ambiental que tem isso? Nenhum. Mais impacto tem uma barca a óleo diesel, trafegando para um lado e para o outro.

O Ibama passou, Wellington, 13 anos para dar essa licença. Eu não fui ao Ibama menos do que cem vezes pedir para liberarem essa licença. Qual é o benefício que isso traz para o meio ambiente, para o país, para o mundo? Nada, benefício nenhum.

Então, é um órgão que precisa, evidentemente, dar um melhor resultado para o país, porque trava o desenvolvimento. É absolutamente desnecessário, é uma coisa que não tem impacto nenhum.

Então, eu quero me somar aqui aos que falaram que as coisas precisam andar de maneira mais célere.

Renan, nós temos que partir para incentivar mais essas concessões, porque, no mundo moderno em que nós estamos, nós precisamos da iniciativa privada. À medida que a gente passa concessão para a iniciativa privada, faz concessões, libera recurso público para atuar nas outras regiões mais carentes, que não justificam uma concessão. Então, acho que é uma prioridade também que a gente deve encampar.

Então, de uma maneira geral, o que a gente acha? Um ministério bem planejado deve manter o que nós temos, que é um patrimônio imenso, uma riqueza que o país tem, conservar esse patrimônio, dar continuidade às obras que estão em andamento e só iniciar uma obra que seja absolutamente indispensável, imprescindível, porque se obedece uma lógica. Quer dizer: vamos conservar o que nós temos, vamos continuar fazendo o que está em licitação, o que já está andando, e não ficar inventando uma obra e outra, e outra, e mais outra: nem começa uma, nem termina as que estão em andamento.

Evidentemente, a nossa grande preocupação – a Ministra Simone vem aqui, nós vamos tratar desse assunto com ela, do planejamento do país – é com a capacidade de investimento futuro que nós vamos ter, porque não vamos ter uma PEC todos os anos. (*Risos.*)

Essa veio para dar um alento, mas é evidente que a gente ter que ter um planejamento para conseguir esses recursos para o país continuar se movimentando. Não tem sentido um país

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

como o Brasil ter uma capacidade de investimento tão pequena, que vem caindo ano a ano, e a gente, evidentemente, tem – a oportunidade agora é esta – de discutir profundamente como a gente vai fazer. Eu sou defensor de que, no caso de infraestrutura, de investimento em infraestrutura, isso não possa ter maiores restrições, porque isso traz o desenvolvimento, melhora a economia, gera empregos, gera renda, melhora a vida das pessoas, faz a roda da economia girar. Mas vamos ver como é que vem esse arcabouço fiscal, e acredito que a Simone vai ter uma palavra aqui.

No mais, desejo todo o sucesso, pois quem ganha com isso é o nosso país.

Um abraço grande.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem, vamos continuar.

Senadora Professora Dorinha, com a palavra.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO. Para interpelar.) – Boa tarde, Sr. Presidente, Ministro Renan, Presidente Fabricio.

Eu quero só me reportar... Acho que vai ser mais apropriado uma audiência da bancada do Tocantins com V. Exa. para tratar da questão da ponte de Xambioá. Ela foi uma iniciativa da bancada, cujos primeiros recursos foram colocados pela bancada federal do Tocantins. E ela tem uma importância estratégica, obviamente, para o Tocantins e para o Pará. Então, nós temos ainda a questão da conclusão. Ela está em andamento, mas tivemos informação de que tem problemas de recursos para a sua conclusão.

Quero falar de duas BRs importantes, a 010 e a 235. A BR-010 teve por muito tempo problema de solução de continuidade. Hoje ela pode continuar, existe interesse da bancada na conclusão da BR-010. Tem um trecho da BR-010 também que foi recentemente federalizado, porque só tinha um pedaço da BR, justamente a que chegava à capital. A gente precisa de uma agilidade em relação a todo esse procedimento.

Quanto à BR-235, ela também é uma rodovia federal importante para nós. Eu sei que o Senador Eduardo Gomes se reportou a ela na sua fala. Para nós da bancada ela é muito importante por estar numa região de produção de soja e de integração entre Tocantins... E, lógico, todo mundo, como o Ministro disse aqui, diz que as suas rodovias são as mais importantes, mas o Tocantins está no coração do Brasil, não é?

E aí tem a BR-153, a BR-235...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – Sim, por motivos diferentes. E, logicamente, para a sua região, elas são estratégicas e têm um mapeamento e um planejamento. E uma das sugestões era que a gente pudesse ter condição de discutir o planejamento estratégico, porque, no caso da bancada do Tocantins, nós somos só 11 Parlamentares. Usualmente, há discussão pelo Orçamento e pela emenda de bancada e a gente consegue fazer uma construção que pode inclusive trabalhar junto com o Governo Federal por essas obras que são estratégicas para o Tocantins, para o Brasil como um todo.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - TO) – E a minha provocação final é teto de gastos. Eu já por várias vezes estive na Comissão de Orçamento e vi o esforço do Senador Marcelo Castro na última. Já fui Relatora Setorial também. E a gente esbarra sempre na limitação. Na minha visão, não foi por acaso que votei, na época, contra o teto de gastos, porque não sou contra o cuidado fiscal, mas acho que o modelo ia se esgotar, como se esgotou. Nós temos prioridades, às vezes tem recurso que está evidenciado no relatório da receita e a gente não tem como colocá-lo pelas limitações que o modelo que nós temos hoje nos impõe.

Então, acho que uma discussão estratégica precisa ser enfrentada junto ao Congresso. Em especial, acho que o Senado tem essa disposição também de travar esse debate.

Coloco-me à disposição e registro também a questão da BR-153. Quanto à duplicação no trecho do Estado do Tocantins – inclusive a bancada fez uma mobilização junto ao TCU –, houve um compromisso de tentar antecipar esse processo da duplicação. Então, eu queria fazer um apelo ao Ministro de que, oportunamente, a gente possa marcar uma reunião técnica da bancada com o ministério para tratar sobre a duplicação da BR-153, só registrando que, sobre o que já está em funcionamento após a concessão, já existe um resultado e o próprio pessoal do estado já menciona a melhoria da qualidade da BR-153 em alguns trechos, mas o nosso anseio é pela duplicação.

É isso.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a palavra, o Senador Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar.) – Sr. Ministro Renan; Fabricio, Diretor-Geral substituto... Ministro, uma pergunta já de cara: quando é que nós vamos ter os nossos diretores definidos? Nós queremos sabatinar logo. Essa é a intenção de V. Exa.? Já fica aí a pergunta.

Sr. Ministro, eu acho que V. Exa. é um homem de sorte, além de ser muito competente, porque, realmente, Marcelo Castro fez um papel exuberante, convencendo todos nós – situação e oposição – de que deveríamos votar a PEC do teto de gastos e, hoje, o Dnit, felizmente – o Ministério dos Transportes, mas é o caso do Dnit, que tinha R$6 bilhões –, terá R$20 bilhões para investimento este ano. O Senador Confúcio Moura também foi uma das pessoas que lutou aqui e, na condição de Presidente da CI, muito mais força terá para que a gente faça com que esses recursos realmente sejam aplicados.

Senador Marcelo, eu acho que a maior preocupação nossa – e eu quero falar aqui também como Presidente da Frente Parlamentar de Infraestrutura –, a maior preocupação da Frenlogi, inclusive, com o apoio da CNT, Ministro, que tem uma pesquisa, há mais de 30 anos, que mostra a realidade das nossas rodovias, é com esta realidade, exatamente, que o Senador Marcelo Castro colocou: obras começadas e não conclusas há décadas, então, é com concluir obras não só no Ministério dos Transportes, mas em todas as outras áreas. Eu sempre tenho defendido – inclusive, fiz um projeto de lei nesse sentido – que, numa cidade que tem uma obra começada, não se pode começar outra obra com a mesma característica. Não tem sentido ter duas, três creches, às vezes, numa cidade, e nenhuma conclusa.

(*Soa a campainha.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Nesse raciocínio, Ministro, o que nós queremos é exatamente ir na mesma linha que todos falaram aqui, principalmente que o Senador Marcelo, o nosso Senador Jayme Campos e outros Senadores colocaram. A nossa preocupação é exatamente com o impedimento burocrático, que, às vezes, faz com que as coisas não se realizem no Brasil. Essa questão da licença ambiental é algo que não dá para aceitar. Ontem, por exemplo, eu estive lá em Vila Bela da Santíssima Trindade, uma cidade de 271 anos, foi aniversário da cidade, a nossa primeira capital, a primeira capital brasileira projetada em Portugal para proteger a nossa costa fluvial. Tem lá uma igreja da história da cidade, e o Ipham não deixa reformá-la – não deixa! Está lá, não aprova projeto. Não aprova projeto! Não aprova projeto!

Então, Ministro, esse é um apoio que V. Exa. terá de todos nós, para resolver. Eu acho que nós, infelizmente, demos muito poder a áreas que não compreendem o que é o sofrimento de um Ministro que vê as pessoas morrerem porque têm buraco as estradas e outras coisas; às vezes, tem recurso, e não consegue fazer com que aquilo tenha dinamismo.

E nessa linha, Ministro, eu queria também aqui dizer que eu sou Relator do Projeto 2.646, de autoria do Deputado João Maia, com o substitutivo do Deputado Arnaldo Jardim, que trata das debêntures incentivadas. Eu estou com a relatoria desse projeto, mas é importante V. Exa. conversar com a equipe econômica para que a gente tenha uma discussão no sentido de se este Governo quer realmente a aprovação, porque eu sempre digo que não adianta apresentar um relatório que não se aprova. O bom relatório é aquele que é possível aprovar e ser sancionado ainda o projeto. Então, eu gostaria de deixar essa discussão para que V. Exa. depois pudesse me chamar para esse assunto.

Eu tenho também uma PEC, a PEC 39, que trata da segurança jurídica. É exatamente porque... Como é que pode? O grande problema que nós temos hoje nas concessões rodoviárias – nenhuma deu certo – é porque o governo também não fez a parte dele. Não houve o financiamento de longo prazo, as empresas começaram e não conseguiram concluir porque pegaram recursos de curto prazo. Então, contrato de longo prazo não pode ser uma política de governo, tem que ser uma política de Estado! Então, eu gostaria também que V. Exa. se debruçasse sobre esse assunto para ver a possibilidade de a gente avançar nesse aspecto.

Eu sou autor da PEC nº 1, do mandato passado, que trata também dos recursos das outorgas. Essa PEC foi construída na CNT, inclusive com o Senador Rodrigo Pacheco e outros tantos Senadores presentes, para que 70% dos recursos das outorgas da infraestrutura fiquem para ser aplicados também na infraestrutura e que não venham para o caixa do governo. Nós temos um bom exemplo sendo feito do primeiro investimento cruzado que é exatamente a Fico. Quero, inclusive, convidar V. Exa. para ir lá porque a obra está em ritmo bem acelerado, e o senhor vai sentir. Nós não somos problema no Mato Grosso, nós somos a solução. Como o Senador Blairo Maggi falava aqui, ferrovia para produção tem que ir à roça. Então, foi construída a Ferrovia Norte-Sul, e ela tem que chegar ao Mato Grosso, exatamente onde está a produção para o escoamento. Então, esse trabalho está sendo feito.

Ontem, nós estivemos lá em Lucas do Rio Verde, onde também será o grande entroncamento com o avanço da Fico, depois de Água Boa até Lucas do Rio Verde, e também com o avanço da Ferronorte, da minha cidade, Rondonópolis... Eu já fiz o convite e o refaço a V. Exa. para ir lá conhecer o maior terminal ferroviário da América Latina.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas nós queremos que essa ferrovia possa chegar a Rondônia, nós queremos integrar o Brasil. Claro que muitos lá poderiam falar: "Olha, a ferrovia, ficando parada em Rondonópolis, é melhor, porque traz mais imposto". Não, nós queremos integrar o estado. Mato Grosso, felizmente, é um estado desenvolvimentista, e nós sabemos o papel que nós representamos hoje para o Brasil, para o mundo, porque somos produtores de alimento, e segurança alimentar é a palavra de ordem do mundo.

Outro aspecto, Sr. Ministro, é o de que, em todas as reuniões a que a gente vai, a maior reclamação, além da segurança jurídica, é a necessidade do endurecimento penal, por conta do roubo de cargas e principalmente do receptador. Esse é o grande problema hoje e aí é uma política que o Governo tem que querer realmente enfrentar. Eu gostaria também de ser o mediador para que a gente pudesse evoluir nessa questão da legislação.

Outro aspecto também é o de que hoje a tecnologia está muito presente, e nós não temos rodovias com tecnologia no Brasil hoje. Então, eu gostaria também de sugerir aqui, Ministro, um estudo nesse aspecto. As infovias hoje são a realidade para segurança, tanto no trânsito, para segurança contra roubo de cargas...

Ontem nós estivemos lá com o Governador Mauro, onde o Governo do estado fez uma licitação internacional e está colocando em todas as cidades câmeras com alta tecnologia, porque a informação é extremamente rápida, Senador Confúcio, em um minuto, passou o carro, já é cruzada a informação com a Secretaria de Fazenda e sabe se aquele caminhão tem a nota fiscal tirada ou não. Enfim, tudo isso é um trabalho que temos que, conjuntamente, desenvolver, porque eu tenho certeza – e é o que nós queremos – de que V. Exa. seja o melhor Ministro dos Transportes do Brasil, porque o Brasil precisa que o Ministério dos Transportes realmente tenha essa realidade.

E aí, Senador Marcelo, que é o professor de todos nós aqui, o campeão da influência para aprovar todos os projetos, o homem do orçamento, olha, o senhor não terá dificuldades, porque tem aí dois companheiros de partido, pessoas que têm realmente credibilidade e respeito.

Então nesta Comissão, o senhor pode ter certeza, o senhor não terá problema. Esta Comissão será a solução para que a gente encontre esses caminhos de que o Brasil tanto precisa.

Eu quero concluir aqui também. Nós teremos uma audiência lá com V. Exa. amanhã, pedida através do Senador Jayme Campos, e vamos levar as reivindicações de Mato Grosso.

Eu só quero falar que nós estivemos ontem em Vila Bela da Santíssima Trindade, e lá nós temos a estrada da integração binacional, que é exatamente Vila Bela a Santa Cruz de La Sierra, que é uma cidade exemplo daquele país, que realmente tem uma produção também das *commodities* agropecuárias, e muitos brasileiros lá estão. A grande força da produção é de brasileiros. Então, essa estrada, no caso do Mato Grosso, são só 70km. Há a possibilidade de uma grande parceria do Governo do estado em construir, mas não adianta fazer só do lado de Mato Grosso, nós temos que ter realmente a questão do entendimento dos dois países.

Eu penso que V. Exa. também pode contribuir muito para que a gente possa encontrar a melhor forma, porque daí também essa grande produção pode sair através do Chile e do Peru, encurtando distâncias e viabilizando mais, inclusive para trazer os insumos, que isso para o Brasil é muito importante, já que lá tem muita ureia, sal, enfim, outros produtos, mas principalmente ureia, fertilizantes que podem nos ajudar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 78617C0C0050ACF7.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

É isso, Sr. Ministro. O senhor me desculpe, porque, depois de o senhor esperar com tanta paciência, eu vou ter que falar, como falei, e tenho uma reunião no Bloco Vanguarda, em que todos estão me esperando.

Convido V. Exas., se quiserem passar lá, vai ter um almoço também agora, então a fome que vocês estão passando nós podemos resolver rapidinho ali. (*Risos.*)

Muito obrigado.

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone.*) – Obrigado, Wellington.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Obrigado.

Com a palavra, o Deputado Castro Neto.

O SR. CASTRO NETO (PSD - PI) – Bom dia a todos.

Gostaria de cumprimentar o Presidente da CDR, Marcelo Castro; o Presidente da CI, nosso amigo Confúcio. Obrigado pelas palavras e pela honra aqui de fazer a última pergunta. Quero dar um abraço ao Ministro Renan Filho, um grande Ministro, Ministro dos Transportes; quero cumprimentar também o Fabricio, Diretor do Dnit.

Primeiramente, Ministro Renan, gostaria de parabenizá-lo pela excelente explanação que você fez nesses cem dias de ministério: com conhecimento da causa, com segurança, com eloquência, falando de todos os problemas abertamente. Você fez um grande diagnóstico da infraestrutura no Brasil. Fico feliz ainda de saber que o investimento que temos para esse ano é em torno de três vezes maior do que o do ano passado.

E quero parabenizar aqui os Senadores, os Deputados Federais, o Congresso pela aprovação da PEC, tão importante para que esses recursos fossem possíveis.

Quando cheguei aqui no Congresso, Ministro, eu devo confessar que eu me assustei um pouco, porque eu chego a um Brasil continental, com orçamento de trilhões, e o investimento previsto para o Brasil era em torno de R$22 bilhões. Não tem administração em nenhum país do mundo com um orçamento deste. Dá em torno aí de 0,5% de investimento. Disso não tem nem o que falar. Vocês fizeram um grande trabalho, aumentaram o poder de investimento do Brasil, mas eu acho que isso chegou em torno de 5%. O Brasil precisa de mais do que isso.

Então, como toda a fala aqui que tivemos, de que a gente precisa não ter mais o voo de galinha, precisa mais investimento, eu acho que o Brasil precisa concentrar em ter mais renda, diminuir os gastos, para ter mais investimentos para a população. Como representantes do povo, eleitos que fomos, qual é a nossa missão principal? É tratar de melhorar a vida das pessoas: melhorar a renda, melhorar emprego, melhorar a saúde. E para tudo isso não tem segredo...

(*Soa a campainha.*)

O SR. CASTRO NETO (PSD - PI) – ... precisa-se de investimento.

Então, a gente precisa andar nesse passo para poder fazer essa ação.

Bom, quanto ao Piauí...

Sim, e o teto de gastos, como todo mundo falou, eu acho que hoje pode até mudar o nome para teto de investimentos, porque, se você tem um teto e, todo ano, os gastos aumentam, o investimento fica comprimido e o que nós temos que fazer pela população não temos a capacidade de fazer, porque todo ano o investimento é menor. E isso causa, principalmente nas estradas, esse desgaste, como você mostrou no gráfico, pela diminuição de recursos, com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aumento dos problemas nas estradas. As estradas têm que ter um recurso especial para a manutenção, sem faltar, porque a ação tem que ser rápida e precisa. O gasto inicial que você faz para recuperar uma estrada, se demorar um tempo, aumenta exponencialmente o valor que tem que ser feito para poder resolver o problema.

Bom, então, dados os parabéns, gostaria de fazer algumas perguntas sobre a duplicação da BR-343 e BR-316 lá no Piauí. Já tem um projeto até Altos, mas a necessidade seria ir até Piripiri, com 160km de distância. E, na BR-316 para o sul, temos até Demerval Lobão, mas o ideal seria ir até Estaca Zero com 80km. Então, o Piauí hoje precisa de em torno de 240km de rodovias duplicadas. Então, queria saber depois aí como é que está a situação até Altos, se tem algum projeto até Piripiri ou até Estaca Zero, mais para frente.

Fiquei muito feliz quando o Ministro falou algo sobre acidente de motos. Isso é uma questão não só de transporte, mas de saúde pública. Nós perdemos vidas humanas nesse período. Jovens às vezes são também tirados do mercado do trabalho. E eu acho que isso é até uma questão, Renan, um pouco cultural.

Domingo agora, eu viajei pelo Piauí e, por coincidência, no domingo, às 11h da manhã, na minha frente, um rapaz veio de moto, sem capacete. Não notou a presença do carro. Fazia zigue-zague de um lado para o outro. E entrou numa casa assim... Quer dizer, uma direção totalmente sem orientação, sem sentido, o que gera o grande número de acidentes, principalmente no final de semana.

Um amigo meu ortopedista uma vez me falou que na pandemia a questão de ortopedia nos hospitais ficou zerada. Diminuiu o fluxo, a questão das motos. E isso aqui é uma questão cultural, bastante complexa; é uma grande ação.

Eu gosto muito de citar a Copa do Mundo de 1994, em que o Brasil foi campeão do mundo, com Romário e Bebeto, nos Estados Unidos, depois de 20 anos sem Copa. Naquele dia, ninguém no Brasil usava cinto de segurança; começamos a usar em 1995. E até hoje – eu contei a história da moto e estou contando isso aqui – nós temos casos de pessoas que andam no banco de trás dos veículos e que não usam o cinto também. Então é uma questão bastante complexa, que tem segurança, tem saúde, tem transporte. Queria parabenizar o Ministro aí pela ação.

Queria também que se falasse um pouquinho sobre a Transnordestina, obra importante para o Piauí, para o Nordeste; a liberação dos recursos para continuação da obra.

E, por último: as estradas são investimentos altos e necessitam de uma fiscalização para que as obras sejam bem-feitas, porque o retorno sai muito caro também. A questão da manutenção eu já falei.

E gostaria que o nosso amigo Fabricio, do Dnit, falasse algo, se possível, sobre as rodovias de pavimento rígido, porque elas são mais caras inicialmente, mas a sua manutenção dura trinta anos, contra dez dos pavimentos flexíveis. Então, com o custo de manutenção menor, talvez no longo prazo seja melhor investir, se tiver os recursos, em pavimento rígido do que em pavimento flexível. Não sei se hoje a diferença está menor, se vale a pena, se tem algum estudo sobre isso, alguma ideia. Porque, assim como a questão do cinto de que falei, essa também é uma questão que acho que é cultural. O Brasil já tem uma questão cultural com pavimento flexível, então isso é algo que economicamente valeria a pena, mas que também tem esse empecilho.

No mais, quero só parabenizar a todos aqui e agradecer mais uma vez a voz que me foi dada.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um bom dia!

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu queria passar a palavra, para os seus comentários finais, à Senadora do Estado do Ceará, Augusta Brito.

A SRA. AUGUSTA BRITO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - CE. Para interpelar.) – Obrigada. Agradeço e já peço desculpas também, porque tive que sair para outras Comissões, mas eu queria muito estar aqui.

Primeiro, quero parabenizar o Ministro e já agradecer-lhe, desde quando nos recebeu tão bem lá no ministério, junto com o nosso Senador do Piauí, que representa bem. Eu disse assim, nosso Presidente Confúcio: eu não quero fazer nem pergunta, porque eu tenho certeza absoluta de que, em o Piauí estando aqui, ele já fez a principal pergunta, que acabei de ouvir também do nosso Deputado Federal e que para nós é importantíssima, que é a questão da Tansnordestina – se realmente a gente já assegurou esse recurso, quando vai começar –, que é a nossa maior aflição no momento.

Eu quero aqui mesmo só registrar e parabenizar o Ministro por estar aqui a manhã inteira, com paciência, respondendo, mostrando que conhece e que sabe. E eu não tenho dúvida de que, com esse ministério, tendo essa sua vontade, essa sua força, que em pouco tempo eu já percebi que existe, em fazer realmente tudo o que foi dito, construir o que estava sendo destruído; eu não tenho dúvida de que a gente vai ter, sim, o melhor ministro.

Eu quero que V. Exa. conte com o nosso mandato de Senadora aqui junto ao ministério no que for preciso para que a gente fortaleça, para que as ações realmente cheguem à ponta e cheguem a todos os estados, não só ao Ceará – especialmente ao Ceará, no nosso Nordeste, mas que chegue a todos e a todas, fazendo a diferença na vida das pessoas em tudo o que foi dito aqui. Não vou ficar repetindo, para não ser repetitiva.

Fiquei muito feliz em ser recebida pelo senhor lá no ministério e em estar aqui hoje também vendo o trabalho da Comissão, sendo que o nosso Presidente há tão pouco tempo foi eleito e já está aí convocando esta audiência e tão bem administrando aqui, ainda abrindo este tempinho para que eu pudesse falar.

Então, parabéns também ao nosso Presidente, nosso Senador, a todos os que estão aqui participando e à assessoria lá do ministério, que está aqui por inteiro – até o chefe de gabinete, que é cearense, também está aqui. Mas quero agradecer a oportunidade realmente de participar aqui deste momento.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Então eu passo a palavra para o nosso Ministro Renan Filho para responder as últimas perguntas e fazer as suas considerações finais.

O SR. RENAN FILHO (Para expor.) – Muito obrigado, Senador Confúcio.

Esse foi o nosso último bloco de perguntas. Eu queria iniciar aqui fazendo uma consideração inicial sobre o que falou o Senador Marcelo Castro. Eu tenho uma convergência antiga com o Marcelo Castro e começo a perceber que eu tenho também com o Castro Neto. O Marcelo foi Deputado comigo, no mesmo partido, e nós sempre conversamos bastante. Eu acho o Marcelo uma das cabeças mais lúcidas do Brasil. Até anotei aqui que o certo mesmo no planejamento – não é, Marcelo? – é manter o que nós temos, dar continuidade ao que está andando e começar o que for fundamental, para a gente poder terminar o que está andando

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

antes de começar coisas novas. Eu acho que essa é uma premissa que nós estamos utilizando lá, não é, Fabricio?

Aliás, o Brasil, pelo método de governo, também é muito é complexo, porque a democracia, o orçamento feito pelo Congresso, as necessidades das bases, que a gente viu aqui... Um planejamento central muito fechado é muito difícil ser feito. É até fácil tecnicamente identificar o que precisa ser feito, mas é difícil ser feito do ponto de vista político. É importante que a gente tenha um mecanismo de flexibilização do que precisa ser feito no Brasil para dar oportunidades de algumas realizações que nem sempre estão no radar da prioridade nacional.

Entretanto, eu concordo integralmente... Acho que esse trabalho que foi feito pelo Senador Marcelo para levar adiante a BR-222, a BR-020 e a BR-226, em trechos em que faltavam alguns quilômetros – 50km, 40km, 100km –, no caso da 226...

Enquanto o Senador Marcelo falava, me passava na cabeça um filme da BR-316, que foi citada aqui. Às vezes a gente pensa que são muitas BRs, mas quando a gente começa a olhar para elas – sabe, Confúcio? –, elas começam a passar por vários estados. A BR-316 mesmo nasce em Maceió e vai até Belém do Pará; corta o Nordeste todo.

Eu fui Governador; não sabia bem disso. Sabia que ela era muito importante para o meu estado, mas aí depois eu fui ver que ela é muito importante para o Brasil todo. O Beto Faro falou aqui da chegada em Belém, que ela é o principal entroncamento na chegada de Belém e na ligação da capital Belém às cidades ali ao sul da capital. Então é uma BR muito importante. Mas essa BR tinha um trecho, de Carié a Inajá, nunca pavimentado. E eu dizia aqui em Brasília, Senadora Dorinha: "Esse é o único trecho da BR-316 que não tem pavimentação". E aí, alguns anos atrás, nós pavimentamos. Esta semana até estive lá, estávamos recuperando um trecho. O Fabricio esteve até comigo ali na divisa entre Alagoas e Pernambuco.

Depois eu descobri – porque eu passei a dizer, Confúcio, que agora a BR-316 era toda duplicada; veja como é a vida – que tem mais um trechinho em Pernambuco que não é. Está faltando o trecho. Eu disse: "Rapaz, vamos duplicar esse trecho aqui, porque eu falei tanto nisso". Vamos duplicar, não; vamos pavimentar esse trecho. Então, obras como essas são fundamentais.

Eu queria concordar com a questão das licenças ambientais, do incentivo às concessões e à atração de capital privado. É fundamental que a gente caminhe nessa direção.

Senadora Dorinha, sobre a ponte de Xambioá, uma boa notícia para a senhora. Primeiro, não há falta de recursos, as obras estão bem próximas a 80% e nós vamos concluí-las, certo? A gente tem os recursos necessários para a conclusão graças a tudo isso que nós falamos e nós vamos concluir neste ano a obra, Senadora Dorinha. Nós lançamos o Plano de 100 Dias e até o final dos cem dias nós teremos o Plano 2023, com todas as entregas distribuídas por mês. E eu me comprometo, depois desta sessão, de passar para a senhora qual o mês de entrega, a expectativa do mês de entrega da ponte de Xambioá, para a gente combinar de fazer uma inauguração com as pessoas de lá.

A duplicação da BR-153 foi concedida para a Ecovias. A restauração, Senadora, está concluída, inclusive melhorou bastante. Essa é a informação que nós temos. A restauração, que é a primeira etapa, foi concluída. Como é o novo lote de concessão? A concessão eu presumo que já foi um avanço. Só pode cobrar pedágio agora no Brasil depois de recuperar o pavimento, porque antes o sujeito ganhava uma concessão e já começava a cobrar com a rodovia

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

esburacada. Então, isso era errado, porque as pessoas não entendem. O cara diz: "Poxa, os caras vão cobrar isso aqui com a rodovia desse jeito?". O primeiro passo é a recuperação integral. Ela foi 100% recuperada, já passou... A ANTT atestou e autorizou a cobrança do pedágio depois da recuperação e agora o desafio vai ser duplicar. Tem um cronograma. Na visita que a senhora vai fazer lá ao ministério, eu me comprometo a apresentar o cronograma da duplicação, os trechos, onde será duplicado, onde será feita a terceira faixa e onde não terá duplicação. Isso tudo eu apresento para a senhora.

E há um pedido de lá, há um pleito para antecipar a duplicação no Tocantins, com recursos da outorga. Por quê? Porque a duplicação tem um prazo estabelecido em contrato, e o pleito do Estado do Tocantins é para com os recursos da outorga antecipar a duplicação. Eu acho que, numa reunião específica, a gente pode tratar pormenorizadamente disso e avançar.

Com relação à BR-010, a gente tem o EVtea, que é o estudo de viabilidade técnica. A licitação do projeto da duplicação vai ser publicada até maio deste ano. A gente vai terminar o EVtea e vai licitar o projeto dessa rodovia, até maio. Aí, depois de ter o projeto, pode ser um RDCI, a gente pode tratar de recursos, eu posso apresentar detalhadamente todo o recurso para o Tocantins e para onde ele está indo, e a gente discutir quais são as soluções que poderemos apresentar. Está certo?

Eu queria passar... O Senador Wellington fez uma fala aqui e eu concordo muito com várias coisas. O Senador Wellington é Presidente da Frenlogi, que é a Frente de Logística e Infraestrutura, que é muito próxima do ministério. Ele falou das debêntures incentivadas, Senador Confúcio. Eu até coloquei aqui na minha apresentação e no final eu corri um pouco, porque eu senti que estava muito longo e não falei das debêntures. Mas é um mecanismo de possibilidade de financiamento muito importante para obras de infraestrutura e precisa ser discutido.

Esta Comissão deve convidar o Ministério da Infraestrutura para debater esse projeto. O Senador Wellington é o Relator. É um caminho importante. E tem outras coisas: recurso de outorga. Eu concordo com o que ele colocou também. Questão de roubo de carga não é muito afeito ao meu ministério, mas a Comissão de Infraestrutura juntamente com outras Comissões, como a Comissão de Constituição de Justiça do Senado, podem trabalhar.

Na integração binacional, o Presidente Lula tem nos estimulado a discutir as rotas bioceânicas, que são muito importantes para possibilitar o escoamento da produção brasileira pelo Pacífico, que aproxima os países da Ásia e do Oriente Médio. Então, essa é uma agenda importante.

Queria agradecer as palavras do Deputado Castro Neto e dizer que, sobre a duplicação, Castro Neto, lá de Teresina a Altos e a Piripiri, para uma a gente já está em projeto de execução, que é de Teresina a Altos; de Altos a Piripiri nós estamos licitando o projeto. O Piauí tem uma agenda muito arrojada agora para tirar do papel alguns sonhos antigos. Eu queria me colocar inteiramente à disposição para executar o que foi proposto, Senador Marcelo. Já falei isso para o Governador Rafael, falei para o Ministro Wellington, que esteve comigo, falei para o Senador Marcelo, conversamos sobre a superintendência de lá do Dnit, para gente ter a eficiência necessária a fim de cumprir todas essas batalhas. Então, eu vou...

A BR-316, sua duplicação, a BR-243 também... Eu acho que esses são desafios que a gente tem que levar adiante e verificar as condições orçamentárias e financeiras, a exemplo do que colocou o Senador Marcelo, verificar, concluir o que está em andamento, principalmente

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

aquilo que as pessoas não compreendem porque não saiu do papel até agora, e iniciar coisas novas, sobretudo baseado no novo arcabouço fiscal que está sendo apresentado.

Com relação ao pavimento rígido, está bem próximo o preço hoje, Fabricio – eu vou até responder aqui pelo Fabricio –, do pavimento rígido ao do pavimento flexível. O pavimento rígido, além de ter durabilidade maior, é mais rápida a sua execução em algumas questões. É óbvio que, num país continental como o Brasil, tem que ver a oferta de insumos e as possibilidades, mas nós já estamos avançando muito – está ali o Fábio, do Dnit, a turma aqui – na execução de pavimento rígido em detrimento do pavimento flexível, seguindo um pouco esse caminho que sugeriu o Deputado Castro Neto.

Queria também agradecer à Senadora Augusta Brito pelas palavras, pela visita que me fez lá no ministério, e dizer que o Ceará foi um dos estados mais abandonados pelo Governo Federal em investimentos dos últimos tempos. Eu acho que Ceará, Minas Gerais e Bahia, aliados aos estados do Norte do país, porque esses praticamente não tiveram investimentos novos, foram os estados que tiveram maior dificuldade. E eu acho que o país precisa agora dar uma resposta a essas regiões. Eu tenho conversado sobre isso com o Presidente.

E, tratando da Transnordestina, que é um interesse comum do Piauí, do Ceará, especificamente também do Estado de Pernambuco, teve uma mudança contratual no final do ano passado que fez um aditivo ao contrato original e tirou o braço pernambucano da Transnordestina. O Presidente pediu que nós busquemos uma alternativa, a Governadora de Pernambuco também. Nós estamos discutindo as possibilidades.

Eu tenho defendido que caminhe o "L" invertido que liga Eliseu Martins a Pecém, com integração desses dois trechos em Salgueiro, em Pernambuco, para que a ferrovia possa andar. Ela está em andamento, Senadora. Hoje aplica-se cerca de R$40 milhões por mês de recursos do concessionário para tocar essa obra. Ele está com a obra aquém das possibilidades, mas ela tem cerca de 2 mil pessoas trabalhando. Então, é uma obra muito grande de infraestrutura no país, mas precisamos garantir o *funding.* O Ministério do Desenvolvimento Regional pode também ir à Comissão de Desenvolvimento Regional aqui do Senado explicar tudo isso, o Fundo Constitucional do Nordeste é lá. Eles estão trabalhando para garantir condições para que essa obra vá adiante.

É uma obra grande, ainda faltam cerca de R$5 bilhões. Com o volume que está sendo investido, de R$40 milhões por mês, essa obra nem sequer ficaria pronta neste Governo. O Presidente Lula pediu para que eu intensifique os esforços no sentido de entregar essa obra, que é uma promessa antiga ao Brasil, muito importante e muito estruturante para o Nordeste.

Dito isso, Presidente, respondendo a todas as perguntas que foram colocadas, eu queria dizer que não tenho nada mais a acrescentar. Só queria agradecer ao Confúcio e ao Marcelo. Eu digo que sinto nos Srs. Senadores – meus parceiros do Senado, apesar de eu não ter tido oportunidade de exercer o meu mandato de Senador ainda – muito espírito colaborativo e muita confiança na parceria que farei com os senhores para a gente melhorar a infraestrutura nacional.

Sigo à disposição das duas Comissões para a gente discutirmos o que for necessário.

Muito obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Muito bem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos aqui há quatro horas e meia, aproximadamente, em uma audiência pública extremamente concorrida. Parece que o Renan Filho é um *pop star* importante... (*Risos.*)

O SR. RENAN FILHO (*Fora do microfone*.) – O orçamento é que está pouco.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – E atraiu, sim, realmente uma audiência excelente, inclusive todos os internautas.

Todos perguntaram muito, e eu fiquei calado só escutando, mas nós também temos algumas demandas.

Em certa ocasião, o Presidente Lula, não sei se era no primeiro ou no segundo mandato, esteve na divisa do Brasil com a Bolívia e encontrou com Evo Morales, que era então Presidente da Bolívia; eles combinaram a construção de uma ponte binacional para facilitar a integração latino-americana de comércio, inclusive levando a produção do Estado do Mato Grosso, do Amazonas, da Zona Franca de Manaus, de Rondônia para os portos do Pacífico. E ele deu a palavra, naquela ocasião, ao Presidente Evo Morales, de que construiria essa ponte. E a ponte andou, o projeto básico foi feito, o projeto executivo foi feito, e agora o Presidente Lula retorna. Ficou parado no tempo. O Presidente Lula retorna e, logicamente, deve querer cumprir o que ele prometeu lá atrás. Então, nós queremos, depois de discutir esse assunto, que essa obra, que é de valor elevado, seja incluída nas obras do PAC, no próximo lançamento do projeto, que está anunciado à imprensa.

Quero agradecer muito a participação de todos os técnicos do Dnit, do Ministério dos Transportes, das agências reguladores que se fizeram presentes e quero agradecer ao nosso querido Ministro Renan Filho pela exposição.

Não ficaram perguntas sem respostas. Todos os Senadores ficaram satisfeitos com as respostas sinceras, verdadeiras dadas neste momento.

Antes de encerrar os nossos trabalhos, eu submeto à deliberação do Plenário a dispensa da leitura da ata da sessão anterior.

Os Senadores e as Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a ata da sessão.

Nada mais havendo a tratar – eu pergunto ao Marcelo se há algum comentário –, agradeço a presença de todos e declaro encerrada, por enquanto... Podem baixar o facho alguns, porque vão continuar aqui mais uns 20 minutos. Mas o Marcelo está dispensado, o pessoal da Comissão dele está dispensado, o Ministro está dispensado.

Muito obrigado. Muito agradecido.

Declaro encerrada a nossa reunião.

(*Iniciada às 9 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 13 horas e 44 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 01ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 19.

Às quinze horas e quarenta e quatro minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 19, sob as Presidências dos Senadores Marcelo Castro e Paulo Paim, reúne-se a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo com a presença dos Senadores Davi Alcolumbre, Efraim Filho, Eduardo Braga, Cid Gomes, Rodrigo Cunha, Professora Dorinha Seabra, Fernando Farias, Ivete da Silveira, Alan Rick, Izalci Lucas, Sérgio, Petecão, Angelo Coronel, Omar Aziz, Zenaide Maia, Otto Alencar, Augusta Brito, Teresa Leitão, Flávio Bolsonaro, Rogerio Marinho, Laércio Oliveira, Mecias de Jesus, Astronauta Marcos Pontes. Deixam de comparecer os Senadores Carlos Viana, Irajá, Beto Faro e Jorge Seif. Não membros presentes: Romário, Vanderlan Cardoso, Wilder Morais, Alessandro Vieira, Nelsinho Trad, Weverton, Carlos Portinho, Marcos do Val. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação dos trabalhos e eleição do Presidente e Vice-Presidente da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo. Todos os presentes de acordo, é procedida a eleição por aclamação, tendo em vista a chapa única para o biênio 2023/2024. **Resultado:** Instalada a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, eleitos e empossados os Senadores Marcelo Castro e Cid Gomes para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente. Registre-se que o Senador Flávio Bolsonaro leu comunicado informando que o Bloco Vanguarda se absteria da votação para Presidente e Vice-Presidente da Comissão, conforme consta nas notas taquigráficas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e vinte e um minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Marcelo Castro
Presidente Eventual da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às quinze horas e vinte um minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Jayme Campos e Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Fernando Farias, Izalci Lucas, Sergio Moro, Efraim Filho, Weverton, Sérgio Petecão, Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Augusta Brito, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Luis Carlos Heinze, Hamilton Mourão, Wilder Morais, Rogerio Marinho, Tereza Cristina, Esperidião Amin, e ainda dos Senadores não membros Nelsinho Trad, Eduardo Braga, Marcos do Val, Rodrigo Cunha, Carlos Portinho, Alan Rick, Vanderlan Cardoso, Alessandro Vieira, Paulo Paim e Romário. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. O Senador Hamilton Mourão requer que se faça constar em ata e nos respectivos anais do Senado Federal, o seu pronunciamento sobre a discordância do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelos partidos: Liberal, Progressistas, Novo e Republicanos, na forma como está sendo conduzida a eleição à presidência das Comissões do Senado Federal. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação e Eleição. Finalidade: Instalação dos trabalhos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e Eleição da Presidência e da Vice-Presidência para o biênio 2023-2024. Instalada a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Eleita, por aclamação, a Senadora Soraya Thronicke Presidente da Comissão para o biênio 2023-2024. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores Jayme Campos, Hamilton Mourão, Jaime Bagattoli, Zequinha Marinho, Efraim Filho e as Senadoras Tereza Cristina e Soraya Thronicke, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelos Senhores Presidentes e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Soraya Thronicke
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Senador Jayme Campos
Presidente Eventual da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Jayme Campos. Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciarmos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 1ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e eleição da Mesa Diretora para o biênio 2023/2024.

Até o momento, foi recebida a seguinte indicação: para a Presidência, Senadora Soraya Thronicke, conforme Ofício nº 08, de 2023, do Senador Efraim Filho, Líder do União Brasil.

Indago às Sras. e aos Srs. Senadores se há outras chapas a serem indicadas. (*Pausa.*)

Inexistindo outras chapas, consulto o Plenário, em havendo acordo, se podemos proceder à eleição por aclamação.

As Sras. e os Srs. Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Em votação, por aclamação, a eleição da Senadora Soraya Thronicke como Presidente desta Comissão para o biênio 2023/2024.

Aqueles que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

Declaro eleita, por aclamação, a ilustre Senadora Soraya Thronicke Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para o biênio 2023/2024.

A deliberação desta Comissão será comunicada ao Presidente do Senado Federal.

Convido a ilustre Senadora Soraya Thronicke para ocupar o seu lugar nesta mesa.

Passo a Presidência à Senadora Soraya Thronicke.

Sucesso e boa sorte a V. Exa!

Parabéns a V. Exa! (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Boa tarde a todos!

Obrigada, Senador Jayme Campos, nosso decano aqui. Ele não é o mais experiente, mas ele substituiu outro decano. É um prazer receber das mãos de V. Exa. hoje essa missão tão importante, Senador Jayme Campos, principalmente porque V. Exa...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS) – Sra. Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Pela ordem, Senador Hamilton Mourão.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS. Pela ordem.) – Sra. Presidente, peço pela ordem, nos termos do disposto do art. 14, inciso X, alínea "a" do Regimento Interno do Senado Federal, para manifestar a discordância do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelos Partidos Liberal, Progressistas, Novo e Republicanos, na forma como está sendo conduzida a eleição à Presidência das Comissões do Senado Federal.

Em seu discurso de posse, o Presidente do Senado Rodrigo Pacheco assim afirmou:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

> O Brasil precisa mesmo de pacificação – o Senado Federal também precisa de pacificação –, e pacificar é buscar cooperação, pacificar é lutar pela verdade, pacificar é abandonar o discurso de nós contra eles e entender que o Brasil é imenso, diverso, mas é um só.

Infelizmente, o que se observa nas eleições para a Presidência das Comissões do Senado é exatamente o inverso. Não foi observada a proporcionalidade, conforme determina o §1º do art. 58 da nossa Constituição Federal, o qual é cristalino ao determinar que, na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.

Na oportunidade, cumpre registrar que o termo, abro aspas, "tanto quanto possível", fecho aspas, constante do artigo é para garantir que, havendo número maior de partidos ou de blocos do que Comissões, não será possível a distribuição observando a proporcionalidade, mas não é o caso que nós estamos vivendo. Hoje, o nosso bloco é o terceiro maior bloco desta Casa, o que lhe garantiria, pela proporcionalidade, direito à Presidência de quatro Comissões, conforme o cálculo.

Ademais, pode alguém argumentar que poderia haver disputa também para a eleição da Presidência da Comissão, como ocorreu no Plenário do Senado. No entanto, importante observar que na Comissão, diferente do que ocorre no Plenário, não há a maioria dos membros; pelo contrário, os membros da Comissão são compostos por uma divisão proporcional de blocos e partidos. Logo, matematicamente falando, é impossível o bloco com menor formação eleger o Presidente, já que tem menos membros.

Sendo assim, como representante do Bloco Vanguarda e em nome de todos os nossos membros, informo que nos abstivemos de participar da votação por entender que ela não está respeitando a proporcionalidade, conforme determina a Constituição Federal.

Registra-se: nada é pessoal com os Senadores – muito menos com a senhora, por quem eu tenho o maior apreço – que compõem a chapa para a Presidência da Comissão, mas, sim, na forma como está sendo conduzida essas eleições, rasgando a nossa Constituição.

Ademais, fazendo uma retrospectiva e olhando as últimas legislaturas desta Casa, sempre foi respeitada a proporcionalidade partidária diante das Presidências das Comissões.

Ante o exposto, Sra. Presidente, peço que registre em ata e também nas notas taquigráficas a abstenção do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo Partido Liberal, Progressistas, Republicano e Novo na votação para Presidente da Comissão.

E, finalmente, Sra. Presidente, quero deixar muito claro: na democracia não existe vitória total, não é uma guerra clausewitziana, em que nós temos que aniquilar uns aos outros. Somos meros adversários políticos, e não inimigos. E, tenho absoluta certeza, de que todos nós aqui, mulheres e homens, estamos para trabalhar pelo Brasil.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Muito obrigada, Senador Hamilton Mourão, registrado.

Eu vou passar a umas breves palavras aqui para darmos sequência, mas, antes de mais nada, eu quero agradecer... Eu vou falar na ordem.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Hoje tivemos a Senadora Tereza Cristina. É uma honra tê-la aqui como membro da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. V. Exa., conhecedora do assunto, tem muito para nos ajudar, foi Ministra da Agricultura e é do meu Estado do Mato Grosso do Sul. Estamos juntas e todos juntos vamos conseguir trabalhar, se Deus quiser, com essa turma aqui, Pedro novamente, para zerarmos a pauta.

Também, antes de mais nada, quero agradecer e parabenizar o Senador Acir Gurgacz, que tão bem liderou esta Comissão nos últimos dois anos.

Bom, eu gostaria de começar aqui agradecendo a presença de todos e dizer que é uma honra voltar à Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal. Eu estive à frente desta Comissão por dois anos, entre 2019 e 2020, sendo que, em metade deste período, Senador Alan Rick, nós tivemos que lidar com uma pandemia. E essa pandemia, nos primeiros dias, foi tenebrosa aqui para os nossos trabalhos.

Além de todos os desafios que o mundo teve que enfrentar em razão da covid, aqui no Senado Federal, os trabalhos das Comissões tiveram que ser suspensos. E, com isso, muitas matérias de extrema importância da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária ficaram paradas nesse período, mas o agro não parou, de forma nenhuma. Pelo contrário, o setor mostrou ainda mais a sua força e a sua capacidade de se reinventar para abastecer as mesas de milhares de pessoas no Brasil e no mundo.

Em 2020, início da pandemia do coronavírus, o agronegócio foi o único setor da economia brasileira que cresceu, avançando 2% naquele ano, em comparação ao ano de 2019. Vários fatores contribuíram para que o agro se mantivesse com bons resultados durante esse período de pandemia, entre eles, a demanda externa aquecida devido à ameaça de desabastecimento de alimentos pelo mundo, o aumento da produção e a exportação de carnes, a valorização do dólar em relação ao real e o investimento dos produtores rurais em tecnologias mais avançadas que permitiram que a produção aumentasse em um menor espaço de terra, o que colabora para o equilíbrio com o meio ambiente. Aliás, a busca pela harmonia entre o agronegócio e o meio ambiente deve guiar os nossos trabalhos.

Eu assumo esta Comissão com a consciência da responsabilidade ambiental que nós temos aqui. A reforma agrária é uma ferramenta de inclusão social com toda a certeza, mas também é a primeira medida necessária para que o desmatamento ilegal seja erradicado no nosso país. Não há como combater o crime do desmatamento se não identificarmos os donos das áreas desmatadas e, além disso, distribuir terras é sinônimo de multiplicar fiscais ambientais, que certamente poderão fiscalizar e denunciar, em tempo real, qualquer intervenção ilegal em áreas nativas. Vamos lembrar que a questão fundiária é um problema histórico no nosso país e que até hoje temos mais de 60 milhões de hectares não atribuídos a ninguém, além de outros tantos ocupados e não titulados.

O agronegócio brasileiro é tecnológico, é inclusivo, é vital e é sustentável. Nossas reservas legais, Áreas de Preservação Permanente, que protegem cada área ambientalmente relevante; nossas técnicas de produção de produção tropical, como plantio direto, sistemas integrados e o uso de bioinsumos fazem do alimento brasileiro o melhor amigo do meio ambiente e o que mais combate as mudanças climáticas.

Temos em nossa Casa projetos de extrema importância, alguns temas bastante sensíveis, mas que precisam ser enfrentados e debatidos. Nós vamos trabalhar pela aprovação de matérias que são importantes para o setor produtivo e tudo, absolutamente tudo, que for fundamental para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

agronegócio brasileiro, para que continue prosperando com responsabilidade ambiental. É assim que fazemos aqui no nosso país.

Agradeço, mais uma vez, a todos aqui presentes pela oportunidade de presidir, mais uma vez, a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária no Senado Federal.

Ontem, estivemos muitos de nós aqui, juntos, na posse da nova diretoria da FPA, com o Deputado Pedro Lupion. Foi um momento em que todos, inclusive a nossa Senadora Tereza Cristina, falamos de temas sensíveis também, mas algo me chamou a atenção. Quando eu fui dar uma entrevista ontem me perguntaram: "Pois é, com essas questões ideológicas como é que vai ser? Como é que vai ser isso? Como é que vai ser aquilo?". E eu disse o seguinte: "Olha, é bom a gente não trabalhar com coisa séria, seríssima, em cima de questões ideológicas. A ciência está aqui, nós temos a Embrapa para dar o exemplo, nós temos inúmeras fontes confiáveis que vão nos dar subsídio para que nós tomemos decisões com base em evidências científicas".

Acho que isso é uma mensagem deste momento, para que a gente possa fazer a coisa certa. Estamos enfrentando momentos difíceis de invasão de terras. Somos favoráveis à reforma agrária, mas à reforma agrária plena, quando você assenta pessoas numa determinada terra, mas você entrega o título desta terra, que é a dignidade deste produtor.

E aí nós temos pessoas, vários assentamentos com pessoas que foram jogadas à própria sorte, há anos, há anos! Trinta anos assentados e não têm o título da terra, não conseguem financiamento para nada.

Então, precisamos olhar para os pequenos, os médios e os grandes como brasileiros iguais, porque não é o tamanho da extensão do seu território, da sua propriedade, que vai determinar o tamanho da sua produção. Tem muita gente aí que não tem uma boa gestão, que, às vezes, é um grande proprietário, mas não é um grande produtor. E temos exemplos de pequenos proprietários que são grandes produtores.

Então, isso é algo que nós precisamos aqui lembrar: que somos todos um e o que nos une como brasileiros é muito maior do que qualquer questão ideológica, política, partidária, que possa nos desunir, e a economia é uma delas. Pão na mesa não tem bandeira, não tem ideologia. O nosso alimento é sagrado, e é sagrado para todos nós, sem distinção. Então, é isso que vai nos pautar: a seriedade, as evidências científicas. Então, eu acredito que teremos um bom caminho pela frente. Esperamos conseguir zerar, Pedro. Vamos trabalhar bastante.

É um prazer, uma honra, mais uma vez, estar aqui. Muito obrigada a todos e contem comigo. Voltei a ver pessoas com quem eu não estava mais tão presente por conta de pandemia, por conta dos últimos meses, mas é um prazer revê-los aqui. Muito obrigada!

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem. Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Eu gostaria de indagar a V. Exa. sobre a ordem de inscrição.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – A ordem de inscrição: Senadora Tereza Cristina, Senador Jaime Bagattoli. Não sei se pronunciei corretamente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

V. Exa. deseja se pronunciar?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Se possível, se V. Exa. me permitir.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Por favor, por favor.

Senadora Tereza Cristina, com a palavra.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS. Pela ordem.) – Quero cumprimentar a Senadora Soraya Thronicke, do meu estado, pela Presidência desta Comissão tão importante, e dizer para a senhora que o nosso repúdio à maneira como as Comissões foram indicadas não tem nada a ver com os Senadores, com a Mesa, e que o clima aqui será o melhor possível. Nós estamos aqui para trabalhar a favor do Brasil. Os temas importantes que nós temos para a agricultura, que nós temos para a pequena agricultura, que nós temos com o problema fundiário brasileiro, que precisa urgentemente ser resolvido, continuar sendo resolvido. Então, eu quero me colocar aqui à disposição desta Comissão, usar um pouquinho da minha experiência como agricultora, como Deputada e depois como Ministra, para ajudar esta Comissão.

Então, tenha muito sucesso nesta Comissão, porque o sucesso desta Comissão é o sucesso do Brasil que produz, daquele Brasil que, como nós vimos ontem lá na posse da frente parlamentar, as várias entidades estiveram lá para prestigiar. Isso mostra o tamanho do agro brasileiro. Na minha opinião, é um só. Políticas públicas adequadas aos pequenos, aos médios, aos grandes produtores é que precisam ser incentivadas e problemas que nós temos de longa data precisam ser resolvidos.

O Brasil é uma potência agroambiental. A gente ouve muito aí de mazelas sobre o agro brasileiro. Muitas delas são amplificadas, mas são pontuais. Com certeza, nós precisamos trabalhar e colocar a mão, para resolver o problema fundiário brasileiro, que envolve o pequeno produtor, na grande maioria das vezes.

Então, Senadora, parabéns pela sua eleição! Que tenhamos sucesso e que possamos avançar muito nesta Comissão, com todos os temas ligados ao agro brasileiro, à agropecuária brasileira.

Também, aqui, a senhora mencionou o ex-Presidente desta Comissão, a quem eu gostaria de fazer um agradecimento, pois muito nos ajudou na sua gestão à frente desta Comissão, Senador que não está mais aqui, Senador Acir Gurgacz, que também fez um belo trabalho nesta Comissão.

Parabéns e sucesso!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Muito obrigada, Senadora Tereza Cristina.

Senador Jaime Bagattoli; depois, Senador Jayme Campos.

Com a palavra, Senador.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Boa tarde!

Eu quero dar os parabéns à Senadora Presidente desta Comissão, Soraya.

Na sua pessoa, eu quero parabenizar todas as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher, hoje. Na pessoa da nossa ex-Ministra da Agricultura Tereza Cristina, cumprimento todas as mulheres do agro do Brasil inteiro.

Eu quero dizer, primeiramente, Presidente Soraya, que nós devemos trabalhar, nesta Comissão da Agricultura, esquecendo, não diferenciando quem é da agricultura familiar, quem é pequeno, médio

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

e grande produtor, porque todos na cadeia têm importância, desde o hortifrutigranjeiro até o grande produtor.

E no que nós precisamos avançar muito não é só no meu Estado de Rondônia, um estado que conheço há quase 50 anos; é nas dificuldades que nós temos com essa situação de regularização fundiária, porque isso ocorre em diversos estados tanto da Região Centro-Oeste quanto da Região Norte. E nós precisamos avançar. Se nós não avançarmos nessa questão, nós teremos mais um protocolo a ser assinado pelos frigoríficos em 2025. Eu vou participar de uma reunião, no dia 16, sobre esse assunto, onde estarão os frigoríficos, sobre a questão do rastreamento desse gado desde o nascimento até o abate. Então, precisamos avançar nessa regularização fundiária, porque pensamos que o produtor brasileiro é responsável e sabe da importância que nós temos de preservar as nossas áreas de conservação. Precisamos avançar em todos os sentidos e precisamos, urgentemente, dar seguimento a essa regularização fundiária, pois quem está sendo prejudicado é a maioria dos pequenos produtores, com até quatro módulos, que são até 240 hectares.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Muito obrigada, Senador Bagattoli.

Com a palavra, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Muito obrigada, Sra. Presidente.

Prezada amiga querida Soraya Thronicke, cumprimento V. Exa. por, uma vez mais, assumir a Presidência desta Comissão tão importante para o nosso país. Desejo também sucesso e boa sorte!

Sr. Presidente, aqui, eu não poderia deixar, em hipótese alguma, de prestar homenagem a esta grande brasileira, grande Senadora da República, do meu querido Estado do Mato Grosso do Sul, a Ministra Tereza Cristina.

Vou fazer uma pequena reflexão aqui, Ministra. Vi o trabalho exitoso que a senhora fez frente ao Ministério da Agricultura. Nós avançamos – e avançamos muito.

Eu quero fazer esta reflexão aqui para que os senhores saibam das pessoas que têm prestado serviços a este país e que, com muita competência, com muita seriedade, de forma republicana, fizeram um trabalho para que hoje o Brasil chegasse ao patamar dessa safra, de 2023, em que produzimos quase 320 milhões de toneladas de grãos. Tudo graças ao fruto do trabalho de pessoas comprometidas com este setor, particularmente – e não poderíamos deixar de lembrar aqui também – da Embrapa, que é um orgulho de todos nós brasileiros.

A Senadora querida Ministra Tereza fez um trabalho tão maravilhoso frente a este Ministério que nós temos já a possibilidade de, nesses próximos dois, três anos, sermos autossuficientes no trigo no Brasil. Abriram vários mercados. Quantos mercados da carne bovina nós abrimos! Conseguimos ter a possibilidade da exportação para vários países. Agora mesmo, com muita alegria – e tenho certeza de que foi trabalho de V. Exa., que não é de agora, vamos ser honestos aqui –, o México já anunciou a possibilidade também de comprar a carne brasileira.

Se eu fosse nominar os grandes feitos que a senhora fez... A forma com que trabalhou frente àquele ministério, em que não tinha dia, não tinha hora, recebendo a classe política e, sobretudo, preocupada com a produção nacional, sobretudo, produzindo de forma sustentável.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Desta feita, aqui, tenho certeza de que V. Exa. vai participar da nossa Comissão – não seria de forma diferente, não é? –, para ser nossa maestra aqui, nossa professora, PHD no setor, para que esta Comissão, de fato, como a já senhora já conduziu muito bem, faça aquilo que tem que ser feito: trabalhando e defendendo os interesses da produção, compatibilizando, naturalmente, com a preservação.

O Brasil, indiscutivelmente, antevejo já com muita antecedência, será o país do futuro, em termos de produção, produzindo com tecnologia, avançando a cada dia na sua produção autossustentável, preservando nossos ecossistemas. É isso que nós queremos.

Eu tenho certeza absoluta, quando vejo o nosso querido Senador de Rondônia falando, que a regularização fundiária é fundamental. Eu digo isso porque lamentavelmente foram feitos vários assentamentos neste imenso país aqui. Só no Mato Grosso teve, no mínimo, uns 300 assentamentos, onde jogaram as pessoas, muitas das quais vivendo abaixo da linha da miséria. Melhor não fazer do que fazer uma meia boca que, na verdade, não contemplou aqueles trabalhadores que efetivamente gostariam de ter um pedaço de terra para produzir.

De qualquer forma, na nossa Amazônia, General Mourão, Senador Mourão, nós temos quase 24 milhões, eu acho, de brasileiros que moram na Amazônia brasileira. Ali o maior foco... Ou seja, estão voltadas as vistas para a Amazônia brasileira, muitas por interesse econômico, vamos ser bem honestos aqui. Ontem mesmo eu fui procurado por determinado Senador pedindo para eu retirar a minha assinatura em relação à CPI das ONGs. Não vou retirar, não! Muitos estão usando a gente como se fosse massa de instrumento, ou seja, de manobra, para interesse pessoal. Não retiro, não! Jayme Campos assinou, ele cumpre! Não sou aqui maria vai com as outras – é bom que se esclareça.

Quero dizer que, com a participação da senhora aqui e dos Srs. Senadores, nós podemos fazer um trabalho exitoso. Nós precisamos avançar aqui, respeitando a produção daqueles que produzem, que constroem a grandeza deste Brasil aqui. Nós precisamos discutir aqui rapidamente a questão da logística, em que pese não seja talvez o palco ou o cenário ideal. Entretanto, nós temos muito a ver, sobretudo, na questão de logística. O Brasil é um país de dimensão continental, com quase 9 milhões de quilômetros quadrados – são 8,8 milhões e tantos. Precisamos discutir aqui a questão de logística.

Precisamos discutir a questão logística aqui e a questão da regularização fundiária, urgentemente. Precisamos discutir, e se encontra pronto, até precisamos votar, a questão do licenciamento aqui no Brasil, que é um imbróglio tão grande, que me parece, dá a sensação de que é o próprio Governo contra a população brasileira. Nós tínhamos que colocar para votar. É inconcebível.

No meu primeiro mandato, General Senador Hamilton, aqui, fui Relator de uma matéria, na Comissão de Orçamento, em relação à BR, lá em cima, 319, se não me falha a memória, que liga Porto Velho a Manaus, não é?

É a 320?

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – É a 319.

Aquilo é um escárnio. Uma estrada que já existia, já antropizada e que, lá atrás, tinha recurso suficiente para se pavimentar, mas que não foi possível por causa de entraves burocráticos, por causa,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

muitas vezes, de um mosquito, de uma anta... E eu acho que até hoje não foi nem concluída. Isso já faz anos.

Esse é o Brasil. E nós precisamos melhorar esses ambientes, criar ambientes favoráveis para investimentos. Sobretudo, nós precisamos de segurança jurídica.

É bom que se esclareça aqui que me causa muita preocupação – sou todos os dias abordado por cidadãos do meu Estado de Mato Grosso sobre a preocupação em relação a essa questão – a invasão de terras que, eventual ou pontualmente, está acontecendo. Nós não podemos, em hipótese alguma, permitir que volte esse desarranjo no setor produtivo. E ontem eu gostei muito da fala do ilustre Governador de Goiás. V. Exas. se encontravam lá, e o Ronaldo Caiado foi muito firme no sentido de que não vai permitir que, no seu Estado de Goiás, tenha invasões, o que muitas vezes se torna uma indústria de cidadãos de má-fé, de desocupados, de malandros, etc., que querem desarranjar o setor produtivo do brasileiro.

Dessa forma, eu aposto na condução dos trabalhos de V. Exa., sei da sua capacidade, e precisamos aqui trabalhar em prol do Brasil, numa perspectiva de buscarmos, com certeza, melhores dias, sobretudo para aquelas pessoas que, de fato, dependem e merecem um setor produtivo arrumado, produzindo e, se possível, barateando-se a questão da produção nacional, que é muito cara, a questão logística do Brasil.

O senhor imagina produzir no Mato Grosso, levar lá para a Europa, levar para os países asiáticos... É ser muito competente. Andar não sei quantas milhas náuticas, para atravessar o mundo, praticamente, e nós irmos lá vender a nossa soja, o nosso milho...

E, aqui, o que temos que discutir, urgentemente, Soraya e Ministra Cristina, é a questão da suinocultura no Brasil. Estão literalmente quebrados, falidos. Nós temos, por meio do Governo Federal, que dar apoio a esse segmento do setor produtivo.

Hoje há um desarranjo por falta de valor, de preço. E o Governo Federal chegou a este momento aqui de dar um subsídio, seja através da Conab, seja através do Ministério da Agricultura... Mas, se ele não der um apoio, vai quebrar um setor que gera milhões de empregos no Brasil.

Eu estou vendo, lá no Mato Grosso e em outras regiões do Brasil, que estão quebrando. E a Comissão de Agricultura tem que discutir esse assunto aqui dentro e levar uma proposta factível de ser feita ao Governo Federal para ajudar esse segmento. Caso contrário, vamos quebrar de 90% a 100% dos produtores, ou seja, dos criadores de suinocultura no Brasil.

De forma que quero desejar a V. Exa. sucesso. Parabéns! E tenha, na figura do Senador Jayme Campos, um grande aliado para debatermos aqui, de forma séria, responsável, sem proselitismo e muito menos transformando isso aqui num palanque eleitoral. Nós temos que defender, de fato, os interesses de toda a sociedade brasileira.

Muito obrigado. Sucesso! Que Deus abençoe a senhora.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Muito obrigada, Senador Jayme Campos.

Conto, sim, com V. Exa., semanalmente.

O próximo inscrito é o Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – Muito obrigado, Presidente.

Eu venho ao microfone para felicitá-la frente a essa grande tarefa. Eu sei que toda Comissão tem o arroz com o feijão: analisar, dar parecer, aprovar ou rejeitar os projetos que por aqui devam tramitar durante esse período. E eu espero que a Comissão seja muito produtiva no sentido de a gente não deixar na gaveta nada que chegue aqui, mas criar um ambiente que possa ser favorável a votar e a ajudar o Brasil.

Mas também a gente tem que olhar para a frente, para aqueles projetos que ajudam o Brasil, que fazem com que o Brasil aconteça. E todo mundo sabe – V. Exa., que é do Mato Grosso do Sul, estado muito produtor, também sabe – da questão da regularização fundiária. Lamentavelmente, fala-se muito, mas se faz pouco. E que a Comissão de Agricultura, nesse seu mandato, possa vestir a camisa da regularização fundiária. Por quê? Porque, com a regularização fundiária, aquele velho ditado, "matam-se dois coelhos com uma cajadada só", se torna verdadeiro, Senador Efraim, Senador Hamilton, porque eu resolvo o problema da segurança jurídica no campo, mas também resolvo o problema da questão ambiental, porque, quando a área tem um dono, tem um CPF ou tem um CNPJ, todo mundo corre atrás para protegê-la e para livrá-la dos crimes ambientais. Isso é normal. E o Governo só não avança mais porque teima em fazer diferente. É uma coisa que é uma constatação natural, tem que ter regularização fundiária.

Junto com isso, para que aconteça também, a questão do licenciamento. Ah, mas não é aqui! É ali na CMA. Mas como é que a agricultura vai avançar, como é que os projetos vão avançar se a gente não tiver uma legislação inteligente, objetiva e que descomplique, desburocratize essa questão do licenciamento. E aí não é só agricultura. É tudo que acontece em serviços, tudo que acontece na infraestrutura. Então, a gente precisa se juntar a todo mundo que torce pelo Brasil, e a Comissão de Agricultura não pode ficar fora, para que se possa ajudar este país a dar um passo à frente e melhorar, desburocratizando os seus processos com uma legislação de licenciamento ambiental importante. Não me entenda mal, mas eu vejo que está junto e que não tem como a gente separar disso.

E depois, as duas últimas considerações.

Plano Nacional de Fertilizantes. Um agro do tamanho do agro brasileiro não pode continuar nessa dependência de importação de fertilizantes. Isso não existe. O Governo tem que acordar para isso. E esta Comissão pode ser o espaço decisivo para a criação de uma nova política pública de incentivo, de estrutura para que se possa explorar, no subsolo brasileiro, aquilo que já temos, e aí vamos diminuindo até a total independência dessa importação que para nós é muito perigosa, não é? Vocês sabem que nós somos agressivos no mercado externo, e essa turma procura um lugarzinho para puxar o nosso tapete. E esse é um lugar fantástico para você prejudicar o Brasil. O cara arruma uma conjuntura internacional que nos prejudica aqui, e a gente deixa de ser competitivo lá. É tudo o que eles querem.

Então, a gente precisa, urgentemente, retomar esse debate e construir, com o Governo, uma estratégia, para que se possa levar a bom tempo uma política nacional de fertilizantes, acabando, pouco a pouco, com essa dependência de fertilizantes importados, seja ele qual for.

O Brasil tem todos, basta explorar. Eles não descobriram que isso era viável lá? Não conseguiram se estruturar? Por que é que a gente não consegue aqui também? Questão de querer. Eu sei que a política é questão ideológica e ainda tem muito a ver com a questão no Judiciário e no Ministério

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Público, que militam muito para que isso não dê certo. Mas a gente precisa ser brasileiro. Às vezes, eu penso mais para a esquerda ou mais para a direita, mas eu não posso deixar de ser brasileiro, não é? A gente tem que respeitar essa diferença, mas não dá para engolir que um brasileiro trabalhe contra o seu país, reme contra essa maré.

E, agora, por último, eu quero fazer um apelo especial com relação à logística no Arco Norte. A nossa Ferrogrão... Onde está o Jayme Campos? (*Pausa.*)

Acabou de sair.

A Ferrogrão liga o centro do Mato Grosso a Miritituba e Itaituba, lá no oeste do Pará. O Ministro Alexandre de Moraes sentou em cima de uma ação em que ele deu uma liminar suspendendo tudo a respeito da Ferrogrão. Isso não é inteligente também.

Eu queria pedir a V. Exa. que, na condição de Presidente, nesta nova temporada, ajude-nos, porque, com os prejuízos que só o Pará está somando até este momento, dá para convencer qualquer um a parar com essa brincadeira. Só o Pará! Eu não estou falando do resto, dos outros estados. São bilhões de reais, porque, simplesmente, o Judiciário, atendendo uma ação do PSOL, por um detalhe burocrático, suspende tudo. Já tem algum tempo, e estamos aqui esperando.

Vamos fazer alguma gestão, alguma articulação, alguma conversa, para ver se saímos disso com a Ferrogrão.

Só a Ferrogrão, não subestimando nenhuma outra via de escoamento de produção, mas só ela já justifica uma grande ação desta Comissão, para que a gente possa ver este país enxergando, logo ali, um ramal de ferrovia que é decisivo, não só para a região do Arco Norte, não só para o Norte do Brasil, mas para o país como um todo, porque quem ganha é o Brasil como um todo.

Era isso, desejando a V. Exa. sucesso total e absoluto, dizendo que, em que pesem todas as dificuldades políticas, a gente está aqui junto para somar e ajudar este país a continuar avançando com o agronegócio, que, certamente, é o melhor e o mais forte pilar da economia brasileira.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Obrigado, Senador Zequinha Marinho.

Só para acalmar o coração de V. Exa. – acho que o senhor não havia chegado ainda –, mas eu tratei dessa questão de regularização fundiária e dessa questão de o agro e o meio ambiente caminharem juntos. Não tratei da questão dos fertilizantes, mas concordo com V. Exa., então, em tudo, estamos aqui bem alinhados.

Eu quero aproveitar e mandar um beijo para o Bruno, lá do Conjunto Satélite, em Belém do Pará, e a todos os paraenses. Agradeço pelo carinho e por toda a dedicação do povo do Pará, que tem sido muito querido comigo, muito querido mesmo. Então, Bruno, na sua pessoa, um beijo para todos os paraenses. E o Senador Zequinha Marinho vai levar meu abraço lá para você.

Senador Efraim Filho e, depois, Senador Omar Aziz.

O SR. EFRAIM FILHO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PB. Pela ordem.) – Minha estimada Presidente, Senadora Soraya, minha fala é para desejar boa sorte a V. Exa., até porque sei que competência você tem de sobra. Com a missão desafiadora de liderar a nossa Bancada do União Brasil, ter o seu nome à frente desta Comissão nos dá a certeza de que um dos temas mais relevantes do nosso cotidiano da agenda Brasil estará em boas mãos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Sou testemunha da consciência que V. Exa. tem sobre o tema, do olhar planejado, estratégico, da vontade sincera de destravar pautas importantes para que essa que já tem sido a atividade que é o motor da economia brasileira possa ser potencializada ainda mais. Conhecimento de causa você tem, pois vem de um Estado onde essa potência se torna ainda mais clara para que possa inspirar outros estados brasileiros que têm essa vocação para o agro para que possam também ter resultados tão extraordinários quanto você conhece – e tenho certeza de que irá compartilhar conosco aqui.

Estarei, humildemente, aqui na condição de suplente, nesta Comissão, mas conte comigo para contribuir com o desenvolvimento dos trabalhos da sua Presidência.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Obrigada, meu caro Líder Efraim Filho. Obrigada pela confiança, pela indicação. Aqui, eu me sinto em casa, de volta, e muito feliz. Muito obrigada mesmo, mesmo, mesmo. Obrigada.

O Senador Omar pediu a palavra, mas acredito... Hoje está um dia bem peculiar, mas eu acredito que estamos *listos*.

Então, eu gostaria, mais uma vez, de agradecer à Ana Paula, aqui representando a FPA.

Muito obrigada, Ana Paula. Muito obrigada a todas as instituições presentes.

E eu quero homenagear hoje, no Dia Internacional da Mulher, as Senadoras titulares da nossa Comissão: Senadora Augusta Brito, Senadora Eliziane Gama, Senadora Ivete da Silveira, Senadora Jussara Lima, Senadora Margareth Buzetti, Senadora Teresa Leitão e Senadora Tereza Cristina. E também as demais Senadoras aqui, que agora a gente pode nomear com bastante extensão. Estou feliz por termos 15 Senadoras. Temos a Ana Paula Lobato, a Damares Alves, a Daniella Ribeiro, a Leila Barros, a Mara Gabrilli, a Professora Dorinha e a Zenaide Maia. Então, a todas elas, a todas as mulheres aqui da nossa Comissão muito obrigada, parabéns e que possamos ser cada vez mais ouvidas! Muito obrigada.

Acredito que, nada mais havendo a tratar, encerramos a nossa sessão inaugural.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 15 horas e 21 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 04 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 16 DE MARÇO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às oito horas e trinta e um minutos do dia dezesseis de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores Jayme Campos, Izalci Lucas, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Hamilton Mourão, Eduardo Girão, Tereza Cristina, Esperidião Amin e ainda dos Senadores não membros Marcos do Val. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta que divide-se em duas partes: 1ª Parte - Reunião de Trabalho. Finalidade: Reunião de discussão do planejamento estratégico dos trabalhos iniciais da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária. Resultado: Reunião realizada. 2ª Parte - Deliberativa. ITEM EXTRAPAUTA 1 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 1, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Favaro, Ministro da Agricultura e Pecuária, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 2 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 2, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 3 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 3, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2°, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Andre de Paula, Ministro da Aquicultura e Pesca, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 4 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 4, de 2023 que: "Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de, com a participação da Embrapa Nacional, falar dos resultados, avanços da agricultura e as contribuições da pesquisa agropecuária nos últimos 50 anos." Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS). Resultado: Aprovado. ITEM EXTRAPAUTA 5 - Requerimento da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária n° 5, de 2023 que: "Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, André de Paula, informações sobre a Portaria Interministerial MPA/ MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (Mugil liza) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil"." Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC), subscrito pelo Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS/RS). Resultado: Aprovado. Usam da palavra os Senadores Jayme Campos, Hamilton Mourão, Sergio Moro, Esperidião Amin e as Senadoras Tereza Cristina e Soraya

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Thronicke, Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às nove horas e quatorze minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Soraya Thronicke
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/16

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos nesta manhã.

Declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho aos senhores e às senhoras a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião está destinada à discussão do planejamento estratégico dos trabalhos iniciais desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal.

Caros colegas, hoje, finalmente iniciamos oficialmente os trabalhos da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária do Senado Federal, neste ano de 2023. Esta Comissão, a qual presidi no biênio 2019-2020 e da qual fui membro entre 2021 e 2022 é de extrema importância para o meu Estado, Mato Grosso do Sul, e para todo o Brasil. Os temas aqui em debate são os que permitem o aprimoramento e desenvolvimento de políticas públicas para que o setor do agronegócio possa se fortalecer e se firmar como a força motriz do nosso país.

É com orgulho que volto à Presidência da CRA para comandar os trabalhos e trazer ao debate as proposições que envolvem o agronegócio, especialmente aquelas consideradas espinhosas, mas que precisam ser enfrentadas para afastarmos qualquer instabilidade que possa atrapalhar o progresso do agro brasileiro.

Temos aqui, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, importantes projetos para todo o setor do agronegócio, e eu gostaria de destacar alguns: o PL 3.687, de 2019, de autoria do Senador Randolfe Rodrigues, que altera o novo Código Florestal e dispõe sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR) e amplia o prazo de inscrição obrigatória dos produtores rurais; temos também o PL 5.135, de 2019, de autoria do Senador Flávio Arns, que altera a lei 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que fala sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR); o PL 2.159, de 2021, de iniciativa da Câmara dos Deputados, que regulamenta o licenciamento ambiental, tema que precisa ser exaurido e que muito já foi discutido aqui.

Iremos pautar, discutir e levar com afinco a nossa preocupação quanto à importância dos temas do agro brasileiro, sem esquecer das necessidades, demandas e olhos do mundo todo voltados para o nosso tão rico Brasil. Assim, reforço e reafirmo que, estando à frente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, minha prioridade será tratar com o mesmo zelo e respeito os assuntos que atingem os grandes, os médios e os pequenos produtores rurais, a agricultura familiar e todo o setor, que merece nossa atenção e dedicação. Há muitas falácias criadas em torno do agronegócio que maculam, muitas vezes, o trabalho suado que é o ganha-pão de tantas famílias que dependem do setor. Essas inverdades afetam não apenas os produtores rurais, mas prejudicam todo o Brasil, que tem no agronegócio o seu sustento e a sua força na economia.

Peço licença para citar aqui um breve trecho de um artigo publicado em 2017, mas muito atual, do Marco Sawaya Jank, especialista em questões globais do agronegócio, que fala justamente de algumas dessas falácias criadas sobre o agro.

Abro aspas:

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

"Exemplos de polêmicas falaciosas que foram se firmando com o tempo são o agronegócio contra a agricultura familiar, a produção de grande escala contra os pequenos produtores, os fazendeiros contra os assentados, a tecnologia intensiva contra a natureza. Entram também na lista as inverdades sobre monoculturas, transgênicos, defensivos agrícolas, antibióticos, bem-estar dos animais entre outros temas.

Comecemos, hoje, com a falácia que opõe o agronegócio e a agricultura familiar, que costuma gerar um filhote igualmente falso: os grandes produtores contra os pequenos produtores. As duas dicotomias não têm o menor fundamento. Para começar, a palavra 'agronegócio' vem do termo em inglês *agribusiness*, que não passa de um marco conceitual criado para delimitar os sistemas integrados de produção de alimentos, fibras e bioenergia.

Seis décadas atrás, em 1957, o Prof. Ray Goldberg, de Harvard, constatou que a agropecuária deixará de ser um segmento isolado da economia ou primário, tornando-se um elo fundamental das cadeias integradas de valor do agronegócio, cercada por segmentos industriais e de serviços a montante e a jusante.

O agronegócio nasce no melhoramento genético de plantas e animais e termina no consumo de produtos finais – alimentos, bebidas, roupas, produtos de celulose e de borracha etc.

Nesse contexto, a integração das cadeias do agronegócio tornou-se uma condição de sobrevivência para os produtores agropecuários sejam grandes, sejam pequenos, sejam corporações, sejam famílias, sejam proprietários, sejam assentados.

Milhares de pequenos produtores familiares no Sul estão, hoje, profundamente integrados às cadeias produtivas de grão, lácteos, carnes e na região, comprando insumos e vendendo matérias-primas para agroindústrias processadoras. São parte fundamental do agronegócio brasileiro.

Já grandes propriedades sem nenhuma produção não fazem parte do agronegócio.

Portanto, não é a escala que determina quem vai sobreviver, mas, sim, a integração e a eficiência".

Fecho aspas.

O artigo completo, vocês podem acessar no *site* da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA, com o título "Agricultura familiar versus agronegócio é uma falácia e um besteirol".

Eu recomendo a leitura.

Ademais, caros colegas, coloco-me, aqui, mais uma vez, à disposição para encaminharmos os trabalhos desta Comissão, com o objetivo de entregarmos ao setor do agronegócio e ao povo brasileiro soluções para os principais problemas que afetam suas vidas cotidianas, pois o agro faz parte do nosso dia a dia desde o preço e a qualidade dos alimentos que consumimos até mesmo as roupas que vestimos.

Não temos dúvida alguma de que o Brasil é agro.

E, aqui, vamos todos juntos, todas juntas trabalhar para entregar o melhor a todos os brasileiros

Desejo uma manhã abençoada a todos.

Vamos, aqui, tratar da organização dos nossos trabalhos. Eu vou ler...

Não tinha visto o Senador Jayme Campos.

Bom dia.

Bom dia.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Vamos tratar da organização dos nossos trabalhos e de como vamos tocar as nossas próximas reuniões.

Bom, aos membros desta Comissão e assessoria, quero dizer o seguinte: nos termos do art. 81, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, comunico-lhes alguns procedimentos que serão adotados.

Horário: a princípio, fica mantido o funcionamento desta Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, nas quintas-feiras, às 8h ou às 8h30 da manhã. O que vocês preferem? Até quero pedir um café depois dessa. Pede para mim, fazendo um favor. Às 8h ou às 8h30?

Esse é o horário, Senadora Tereza, que nós temos a TV ao vivo; é aberta para nós. Caso contrário, é gravado. Então, acho que seria uma oportunidade o horário que está.

Às 8h, o.k.? Está o.k. às 8h? (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Pela ordem, Senador.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – A senhora está de parabéns em convocar para esse horário! Pelo menos vamos ter a oportunidade de a rádio e a televisão transmitirem as nossas reuniões da Comissão de Agricultura, caso contrário, depois desse horário, entram a CCJ e a CAE, que têm prioridade em relação às outras Comissões.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – A prioridade da TV agora é nossa e aí a gente pode trazer a participação inclusive de internautas, ao vivo. Isso é importante.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Isso!

Parabéns! Parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Isso é importante.

Que bom que vocês concordam!

Requerimentos.

Manteremos o esquema já consagrado nesta Comissão, há mais de dois biênios: os requerimentos estarão sempre prontos para serem lidos e aprovados nas reuniões, sendo necessária a aprovação por parte do autor e requerente... Perdão! Sendo necessária a provocação, por parte do autor requerente, para lê-lo e encaminhá-lo. Após lido e aprovado, o requerimento será recebido no sistema e passará a ter numeração própria, no âmbito da Comissão.

Política pública.

Conforme preceitua o art. 96-B, do Regimento Interno desta Casa, cada Comissão permanente selecionará uma política pública desenvolvida pelo Poder Executivo para ser avaliada ao longo da Sessão Legislativa.

Solicito aos pares que nos encaminhem sugestões de políticas públicas na área temática de competência desta Comissão, para que, em momento oportuno, possamos decidir colegiadamente qual será avaliada neste ano pela CRA. O *e-mail* é: cra@senado.leg.br

Foi essa política pública que a Cíntia, da Embrapa, citou? Não, o relatório? (*Pausa.*)

Foi! Foi seu o relatório da política pública produzido aqui nesta Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Foi sobre? Qual era o tema? (*Pausa.*)

Foi exaltado o relatório do ano de 2019 produzido aqui nesta Comissão e foi assunto lá na Embrapa, não é? (*Pausa.*)

Foi política de comércio internacional agropecuário – foi o tema – que até agora surte efeitos. Muito bom.

Agenda institucional.

Para aquecermos os motores, iniciaremos este ano nossa agenda de trabalhos com o comparecimento, a partir da semana que vem, ao longo de três semanas, dos Ministros de Estado, sob a égide desta Comissão, da Agricultura e Pecuária, do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar e, posteriormente, o último, da Pesca e Aquicultura. (*Pausa.*)

Posso colocar aqui que, provavelmente, vai ser dia 23 de março o Ministro Fávaro. No dia 30...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Ele vai para a China?

Ah, bom, nós vamos rever então.

Então, as ideias aqui são os dias 23, 30 e 13.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Às vezes troca, sim, para que tenhamos um horário exclusivo com esses três ministros, separadamente, Senador Jayme, para que a gente possa se aprofundar nos assuntos da pasta de cada um.

As designações. Informo aos Srs. Senadores que designamos a relatoria de absolutamente todos os projetos desta Comissão.

Eu conto com V. Exas. para que, tão logo finalizadas as análises, encaminhem os relatórios para a pauta deliberativa. Portanto, eu não tenho mais nada aqui na gaveta. Nada, nada, nada! Espero que possamos ter agora novas propostas, mas vamos aguardar, de acordo com a necessidade de V. Exas., para que possamos deliberar esses assuntos.

Eu vou passar à leitura agora dos três requerimentos de convite para os três ministros para que possamos aprová-los.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 1

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 1, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Carlos Fávaro, Ministro da Agricultura e Pecuária, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

2ª PARTE

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

EXTRAPAUTA
ITEM 2
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 2, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. Luiz Paulo Teixeira Ferreira, Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar as diretrizes e os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 3
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 3, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II e V, da Constituição Federal, que seja convidado o Exmo. Sr. André de Paula, Ministro da Pesca e Aquicultura, a comparecer a esta Comissão, a fim de apresentar os programas prioritários de sua pasta para os próximos anos.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

Ainda dependemos de quórum para deliberação.

Mais um requerimento.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 4
REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 4, DE 2023

Requeiro, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de, com a participação da Embrapa Nacional, falar dos resultados, avanços da agricultura e as contribuições da pesquisa agropecuária nos últimos 50 anos.

Autoria: Senadora Soraya Thronicke (UNIÃO/MS)

A ideia é chamar... Tem a lista? Apenas para que os Senadores... (*Pausa.*)

Lista, após a Embrapa, de quais são os outros institutos. (*Pausa.*)

Mas eu gostaria também de receber sugestões dos Senadores e eles também podem fazer requerimentos para ouvir esses institutos, mas a Embrapa, então, já está...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS) – Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Com a palavra, Senadora Tereza Cristina.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS. Pela ordem.) – Bom dia, bom dia a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Bom dia.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS. Pela ordem.) – Eu acho importante, num segundo momento, depois de ouvir os três ministros que hoje falam pela agricultura

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

brasileira, seja ela pequena, média ou grande, ouvir a nossa Ministra do Meio Ambiente, porque hoje o serviço ambiental... Eu vou fazer um requerimento para a senhora, mas já colocando na nossa pauta a Ministra do Meio Ambiente, até porque nós temos hoje alguns problemas muito complicados. Temos a transversalidade entre a pasta da agricultura e a do meio ambiente. E eu acho que, além de a gente ouvir o que ela pensa para os próximos quatro anos em relação à política pública do meio ambiente, também devemos ouvi-la falar sobre alguns assuntos pertinentes à agricultura, pecuária – agricultura e pecuária; não o abastecimento.

Um segundo ponto que eu também queria colocar para a senhora que nós teríamos que debater nesta Comissão é o problema dos dados da agricultura brasileira. Nós passamos anos trabalhando com informações vindas do USDA e do instituto da Europa sobre a safra brasileira, estimativa de safra, enfim, a conclusão sobre a nossa safra. Durante o período em que eu estive à frente do Ministério da Agricultura, nós começamos todo um trabalho, através da Conab e, junto, com alguma transversalidade, com a Embrapa, que nos ajudava, com técnicos muito especializados da Conab.

Nessa nova reestruturação que o novo Governo fez, esse departamento que, se não me engano, se chamava de PAE, vai ficar muito difícil, com as atribuições que eu vi na medida provisória da reestruturação, continuar fazendo esse importante trabalho, porque nós não podemos depender – o Brasil é hoje o terceiro maior produtor e o primeiro, o segundo e o terceiro, na grande maioria, de produtos agropecuários – de informações de concorrentes, nós precisamos ter as nossas informações corretas. O mercado começava a se acostumar e a dar credibilidade aos números que nós vínhamos apresentando. Mas, para isso, nós precisamos saber, urgentemente, como é que vai acontecer, porque a safra está sendo colhida, a nova safrinha está sendo plantada, e como é que vão ficar essas informações daqui para frente?

Então, também seria muito importante chamar o Presidente da Conab, não sei se já está nomeado, para vir aqui dar essas explicações, independentemente de onde a Conab vai ficar.

Obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Tem toda razão, Senadora Tereza Cristina. A Conab também é uma das que nós já colocamos na lista para ouvirmos. Realmente, eu não sei se já nomearam ou não, mas, enfim, precisamos da Conab. Não tem como construir política pública sem dados. Então, é importante, sim.

E aguardo o encaminhamento de V. Exa., o requerimento, para que possamos aprová-lo. É muito pertinente ouvirmos a Ministra do Meio Ambiente.

Aqui temos Incra, para ouvir, Anater, Conab e Embrapa. Era dessa listinha que eu estava atrás.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Aproveitando a ocasião da fala da Senadora, Ministra Tereza, em relação à questão da Conab, eu também vou propor, daqui a pouco, um requerimento em relação ao que está sendo praticado, à tabela de cobrança do ITR. O que está ocorrendo? Particularmente, vou falar pelo Mato Grosso, pois eu conheço bem essa problemática. Hoje o que se arrecada pelo Incra, o ITR, é para as Prefeituras. O que está ocorrendo?

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

As prefeituras estão colocando o preço que elas bem entendem, por tabela delas, tabela Fipe aqui pela Receita Federal. Entretanto, eu defendo a tese de se colocar o preço do Intermat, preço avaliado pelo órgão competente do seu estado. Hoje está impagável, passou do limite. Então, passou a ser uma grande indústria, um verdadeiro caça-níquel. Tem prefeitura que, daqui a pouco, vai isentar a população urbana de IPTU, de cidades de grandes áreas rurais, porque está impagável. Para que V. Exa. tenha conhecimento, tem área em que eu paguei – tiro por mim, por meus vizinhos e por meus amigos –, por exemplo, 50 mil por terras de uma propriedade; neste ano, veio R$ 250 mil. E sabe o que acontece, que é o mais grave? Quem cobra é a Receita Federal, quem fica com o dinheiro é a prefeitura, e, se você não pagar, a Receita o executa e, antes de entrar em fase de execução, já coloca você no Cadin, você já fica com restrição.

Então, nós vamos ter que mudar, em último caso aqui, uma lei que existe, botar lá um adendo dizendo que tem que ser o preço praticado, o da terra, o de mercado, o do estado, ali da tabela do Intermat, que é o departamento de terras de cada estado brasileiro – cada estado tem terras, tem Intermat no Mato Grosso –, caso contrário, está inviabilizando.

Por outro lado, mais critério em relação também à questão das reservas. O que está ocorrendo? Tem prefeitura que passa a cobrar não só pela área de que se está fazendo a parte social, que está produzindo, e está quase com os mesmos valores da área que obrigatoriamente você tem que deixar de pé, ou seja, área de preservação permanente. Então, é um escândalo o que está acontecendo. Um escândalo! Para as prefeituras, está sendo muito bom, os prefeitos estão muito felizes, etc, etc. E não tem muito acordo, não. Você tem que pagar, caso contrário, daqui a pouco você está no Cadin, está sendo executado, sua propriedade está sendo penhorada, colocada em praça pública. E aí? Como é que fica?

Então, eu quero fazer essa proposta aqui para nossos colegas Senadores para nós trabalharmos... Não é o caso, não sei, do Mato Grosso do Sul, aqui do Distrito Federal, etc., etc. Nós vamos ter que fazer aqui um trabalho nesse sentido para que, no próximo ITR, do ano de 2024 – o de 2023 vai ser cobrado em 2024 –, nós já tenhamos uma posição muito clara em relação a esse assunto. Vamos propor aqui o requerimento para discutirmos de forma bem aprofundada e acharmos uma fórmula que certamente não seja tão perniciosa como essa que hoje está sendo praticada, lamentavelmente, em vários estados da Federação brasileira.

Essa é a minha contribuição, Presidente Soraya.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Senador, V. Exa. foi designado ontem, e caiu como uma luva, Relator do Projeto de Lei, do PL 5.135, que altera a Lei 9.393, de 1996, que dispõe sobre imposto sobre a propriedade territorial rural. Não sei se o senhor já estava sabendo. Caiu como uma luva! Esse projeto de lei altera a lei do imposto sobre a propriedade territorial rural para modificar os requisitos de configuração da propriedade como pequena propriedade rural; permite que a isenção do imposto se estenda ao proprietário que possua imóvel urbano e àquele que tenha como fonte principal de renda a atividade rural, altera a forma de cálculo do Valor do Imóvel Rural, nele incluindo as acessões feitas pelo proprietário; e modifica a fórmula de cálculo da alíquota do imposto. Acertei?

Esse projeto de lei é do Senador Flávio Arns, mas tramita na CCJ o 7.419, de autoria do Wellington Fagundes, seu conterrâneo, e eu acredito que poderemos, de repente, se o senhor pretende requerer

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

uma audiência pública sobre isso, tratar desses dois projetos e alinhá-los, para que venha logo já alinhado, de repente, com esse seu, a fim de que não tenhamos nenhum projeto de lei aprovado em conflito um com o outro.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Eu não conheço o teor ainda da matéria do Senador Wellington Fagundes. Pode ser que o projeto dele, às vezes, esteja melhor ou o do Senador Flávio Arns. Apensamento, não é isso? Podemos até pensar, em últimas hipóteses, em fazer o apensamento de um ou de outro projeto. Isso depende, naturalmente, daquele que se assimila melhor a essa proposta que estou fazendo aqui. Isso é questão de nós recebermos os projetos, estudarmos, e, daí, sabermos qual é o melhor encaminhamento que temos que fazer.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – E tomarmos, assim, ciência de se esse projeto deverá vir para cá.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Lógico.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Não tem como não passar por aqui, mas é bom ficarmos atentos, não é?

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Perfeito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Algo mais? Algum Senador? (*Pausa.*)

Deseja a palavra, Senador? (*Pausa.*)

Estou aguardando o quórum. (*Pausa.*)

Gostaria de solicitar aqui a presença dos Senadores membros da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, para que nos ajudem no quórum, a fim de que possamos deliberar sobre requerimentos. (*Pausa.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Com a palavra.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Nós estamos aguardando o quórum, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – O quórum.

Posso suspender por dez minutos, caso V. Exa...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Pode suspender por dez minutos. Entretanto, eu acho que a senhora fez uma bela fala na abertura dos trabalhos aqui. Neste planejamento desta Comissão, nós temos que tratar também, como bem disse aqui, da questão da Conab, do armazenamento. O Mato Grosso já está tendo alguns problemas. É uma safra, graças a Deus, muito boa. Já se está quase com dificuldade para guardar a produção, para armazenar a produção.

Então, nós temos que ver qual é a proposta do Governo daqui para a frente, o que ele vai ter de fato e de direito em relação à questão do armazenamento, à questão de logística... Lá na frente, V. Exa., independentemente de esta aqui não ser a Comissão de Infraestrutura, mas não tem nada de dificuldade convidar também aqui o Ministro dos Transportes para ver a questão da nossa logística no Brasil, não é isso? Particularmente, eu acho que tem muito a ver com esta Comissão porque, hoje, o grande contribuinte, o que está contribuindo muito para a balança comercial é a nossa produção

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

brasileira, não é isso? Essa aqui vai ser quase uma supersafra. Primeiro são os Estados Unidos, o segundo é o Brasil e o terceiro é o Mato Grosso. Na ordem de produção, por incrível que pareça, primeiro são os Estados Unidos, segundo é o Brasil e terceiro é o Mato Grosso, porque nós passamos...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone.*) – Há controvérsia, porque o Rio Grande do Sul reage.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Tomara! Vamos torcer para chover lá.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Mato Grosso do Sul reage também.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Vamos torcer para chover bastante para produzir, não é isso?

Então, eu acho que também seria de bom alvitre, lá na frente – claro, seria importante ter um belo planejamento aqui – também chamar o Ministro dos Transportes aqui, a esta Comissão, para ele prestar certas informações em relação ao que se pretende fazer em termos de logística, seja no setor rodoviário, no setor hidroviário, no setor ferroviário, até para que também o próprio setor possa fazer um melhor planejamento. Hoje, nós temos dificuldades grandes demais, haja vista que, no Mato Grosso, hoje, nós estamos com um problema grave em relação ao escoamento da produção e em relação às próprias BRs federais, que é o caso da BR-163, que agora o Governo do Mato Grosso está assumindo, que era um papel após a privatização...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – ... e de lá para cá não mudou quase nada, muito pouco. A Rota Oeste, praticamente, ele abandonou, e o Governador Mauro Mendes está fazendo um esforço muito grande, assumindo essa obra do Governo Federal, mas ela é insuficiente para atender à nossa demanda. Outro esforço que temos que fazer, que acho que tem que ser um esforço coletivo, não só em relação à bancada do Mato Grosso, mas à própria Comissão de Agricultura também, tem o Copel, a infraestrutura em relação à Ferrogrão, que demanda Sinop até o Porto de Imbituba, pela Calha Norte ali, que seria um outro corredor de exportação da produção do nosso estado, e, certamente, também aquele que entra no território brasileiro através lá do Porto de Manaus, que chega também pela via fluvial, barateando o transporte sobremaneira, inclusive para transportar para os grandes centros, não só para Mato Grosso. O que entra por ali também vai para o Rio de Janeiro, vai para São Paulo, porque ficam muito mais baratos os custos dos transportes.

Então, acho que você pode colocar no radar aí também lá na frente até convidar o Ministro Renan Calheiros para ele vir aqui ver qual é, de fato, o planejamento, a estratégia em relação a essa questão de logística, sobretudo estruturante, de que nós precisamos urgentemente, nesses próximos quatro anos do Governo Federal não só para Mato Grosso, mas para todo o território nacional. Isto é fundamental, até para que o cidadão, o empresário, as grandes empresas possam se planejar e ter de fato a garantia de que os seus investimentos estão assegurados, para que, amanhã ou depois, ele não faça um investimento e daqui a pouco não tenha meios para o escoamento da sua produção.

Eu estou fazendo esta pequena observação só para poder, talvez, contribuir com V. Exa., que está muito bem-intencionada nessas audiências, nesses convites que está propondo fazer a esses ministros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de Estado, seja da Agricultura, do MDR, ao Presidente da Conab, ao Presidente da Embrapa, etc. Esta é a contribuição que eu quero dar, mas é óbvio e evidente que fica à consideração de V. Exa.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Anotado, Senador Jayme Campos. A sua contribuição é muito importante, é muito conveniente para tudo o que a gente vai discutir.

Considerando que a nossa Comissão tinha apenas 13 ou 14 projetos de lei, em uma Comissão atuante como esta a gente vai conseguir trabalhar com uma entrega muito grande e trazer esses temas sensíveis. Tenho certeza de que não vai faltar nem tempo nem boa vontade minha e, muito menos, dos senhores, que cedinho já estavam aqui afinados e animados para a gente começar os trabalhos do agro. (*Pausa.*)

Senhores, temos dois requerimentos aqui.

Temos um requerimento aqui...

Esse é do Senador Hamilton Mourão? (*Pausa.*)

Senador Seif e Senador Hamilton Mourão.

Vamos proceder à leitura mesmo enquanto não alcançamos o nosso quórum.

2ª PARTE
EXTRAPAUTA
ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA Nº 5, DE 2023

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, André de Paula, informações sobre a Portaria Interministerial MPA/ MMA nº 1, de 28 de fevereiro de 2023, que "estabelece a Autorização de Pesca Especial Temporária, o limite de embarcações de pesca, as cotas de captura e as medidas de monitoramento e controle para a temporada de pesca da tainha (Mugil liza) do ano de 2023, nas regiões Sudeste e Sul do Brasil".

Autoria: Senador Jorge Seif (PL/SC) e outros

Nesses termos, requisitam-se as seguintes medidas, os seguintes esclarecimentos.

1. Os estudos e pareceres técnicos que fundamentaram o inciso I do art. 3º da portaria, que fixou em zero a cota de captura para a modalidade de permissionamento de cerco/traineira, que tem como área de operação o mar territorial e Zona Econômica Exclusiva (ZEE) das Regiões Sudeste e Sul do Brasil.

2. Os estudos e pareceres técnicos que fundamentaram o inciso II do art. 3º da portaria, que fixou a cota de captura em 460 toneladas para a modalidade de permissionamento de emalhe anilhado do Estado de Santa Catarina, que tem como área de operação o mar territorial das Regiões Sudeste e Sul do Brasil.

3. A lista dos órgãos e instituições públicas ou privadas foi consultada, incluindo os sindicatos e associações ligadas ao setor de pesca, universidades e centros de pesquisa, bem como as empresas localizadas na região afetada pela portaria.

4. Os dados estatísticos e estudos econômicos que avaliaram o impacto social e na renda sobre o setor pesqueiro, em especial o de Santa Catarina.

Com a palavra, para encaminhar, o Senador Hamilton Mourão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, Senador Jayme Campos, Senador Sergio Moro, senhoras e senhores aqui presentes, subscrevi esse requerimento do Senador Jorge Seif, que está se recuperando de uma contusão na perna, porque considero pertinente. Agora, salvo melhor juízo, uma vez que a senhora mesmo já está propondo a convocação do Ministro, eu acho que na própria audiência que vai ser feita com o Ministro esses questionamentos poderiam ser feitos, não teria duplicidade nessa convocação do Ministro. Não sei o que a senhora julga nesse aspecto.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Eu acredito que ele pode fazer as duas questões, porque aí ele vai ser bem pontual, mas ele poderia tratar disso, eu acho.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS) – Deveria comparecer duas vezes aqui, não é?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – É, principalmente porque virá um documento para os senhores dando essas justificativas por escrito.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS) – Sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – E aí, como ele vai ser o último a ser chamado, de repente essas informações chegam antes e a gente consegue se debruçar sobre elas, para que tenhamos mais informações ainda e para esclarecermos mais dúvidas. Acho que um não abala o outro, não.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS) – E aí enriquece o debate que vai ocorrer aqui.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Exatamente. Acho que dá para...

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS) – Acho que estamos de acordo.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Estamos de acordo.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS) – Feito.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Muito obrigada, Senador Sergio Moro. Estamos aguardando a presença de apenas mais um Senador para deliberarmos acerca de todos esses requerimentos.

Bom dia, Senador Sergio Moro.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Desculpas pelo atraso. Eu acabei tendo outro compromisso e tinha sido informado de que não teria nenhuma deliberação, então, por isso que...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Deliberação de requerimentos, nenhum projeto de lei nem nada, mas já designamos projeto de lei para a relatoria de V. Exa.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR) – Mas vim prestigiar, atrasado, com as minhas escusas, mas vim prestigiar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – E convidá-lo para a semana que vem, acho que o senhor não ouviu sobre o plano de trabalho, nós iremos ouvir quatro ministros, acredito que semanalmente, conforme a agenda deles, mas o Ministro do MMA, do Mapa, do Meio Ambiente, do MDA e da Pesca e Aquicultura.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Eu talvez sugeriria, Senadora, que nós ouvíssemos o do Desenvolvimento Agrário o quanto antes, porque existe toda uma discussão, ameaça, percepção, nuvem no ar, não sei se real ou imaginária, de que haveria um abril de invasões de terras, e me parece que o Ministro é muito ligado a esses movimentos, então, talvez fosse interessante. Não sei qual a ordem planejada, mas ouvirmos antes de abril.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – A ordem seria o segundo, mas acredito que o Ministro Carlos Fávaro parece que vai viajar. Então, nós vamos ver, vamos analisar...

Não está faltando mais ninguém.

(*Intervenções fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Muito obrigada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Depois dessa participação do nosso Líder Amin, que agora consagrou, temos quórum.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Essa mente literalmente brilhante.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Depois da coação moral irresistível...

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – É verdade.

A senhora colocou a sessão para 8h da manhã, eu particularmente acho excelente, só que tem um problema. Eu fui tirador de leite, como alguns aqui foram, levanta de madrugada para tirar, mas vai ter uma certa dificuldade para que se possa votar uma matéria...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Então, 8h da manhã. O problema é o horário, mas ele já justificou aqui de imediato. Ele estava na missa. Eu espero que na próxima missa, em vez de ser na quinta-feira, ele possa ir na sexta-feira também um pouco lá.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. *Fora do microfone.*) – Eu e a Zenaide Maia.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Pronto. Então, está resolvido. Está bom. Um abraço.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Não confessou o pecado do atraso aqui na CRA. Eu acho que não pode ser perdoado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: CB9E407B0050ACEB.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Bom, muito obrigada, Senador Amin.

Então, nós temos apenas requerimentos de convite para ministros, Embrapa e agenda. E, como o Senador Sergio Moro falou, realmente pode ser que o primeiro ministro convidado seja o Ministro do Desenvolvimento Agrário.

Então, fique tranquilo porque esse assunto é bastante sensível, está em voga e a população aguarda ansiosa para que a gente escute e que a gente consiga conversar e dialogar com o Ministro.

Bom, em votação os Requerimentos de 1 a 5, que já foram lidos aqui nesta reunião de hoje.

Os Senadores e Senadoras que os aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados todos os requerimentos.

Algo mais a tratar? Algum Senador deseja fazer uso da palavra?

Gostaria de agradecer a todos que aqui estiveram. Gostaria de agradecer às instituições, temos aqui a Embrapa, temos a FPA também, aos servidores e desejar uma ótima semana a todos.

Quero agradecer ao Senador Jayme Campos, Senador Sergio Moro, Senador Izalci Lucas, Senador Hamilton Mourão, Senador Eduardo Girão, Senadora Tereza Cristina, Senador Esperidião Amin e Senadora Margareth Buzetti.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada esta reunião.

Até a próxima quinta-feira, às 8h da manhã, ao vivo na TV Senado.

Obrigada.

(*Iniciada às 8 horas e 31 minutos, a reunião é encerrada às 9 horas e 14 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E9B43E370050ACE9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 3ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 23 DE MARÇO DE 2023, QUINTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 9.

Às oito horas e oito minutos do dia vinte e três de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob a Presidência da Senadora Soraya Thronicke, reúne-se a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária com a presença dos Senadores: Jayme Campos, Sergio Moro, Margareth Buzetti, Beto Faro, Chico Rodrigues, Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão. Deixam de comparecer os demais membros. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. Passa-se à apreciação da pauta de Audiência Pública Interativa com a seguinte finalidade: Discutir as preocupações do setor produtivo quanto aos cortes e restabelecimento dos créditos rurais pelo BNDES, às formas de bloqueio e à gestão dos empréstimos bloqueados por supostas áreas desmatadas ilegalmente com mapeamentos feitos via satélite. Esclarecer os questionamentos e as formas de comprovações para o bloqueio e a negativa do crédito. Debater as linhas de crédito que, desde outubro de 2022, estavam bloqueadas e seu restabelecimento. Participantes: Marcelo Porteiro Cardoso, Superintendente da área de Operações e Canais Digitais do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES; Rodrigo Justus de Brito, Consultor de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA; Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – Ibama; Wilson Vaz de Araújo, Secretário de Política Agrícola (Substituto) do Ministério da Agricultura e Pecuária - Mapa; e Guy de Capdeville, Diretor de Pesquisa e Inovação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. Resultado: Reunião realizada. Usam da palavra os Senadores: Jayme Campos, Beto Faro, Jaime Bagattoli e a Senadora Soraya Thronicke, Presidente da CRA. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e vinte minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Soraya Thronicke
Presidente da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/23

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E9B43E370050ACE9.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Declaro aberta a 3ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura do Senado Federal.

Antes de iniciar os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e a aprovação da ata da reunião anterior.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada.

A presente reunião destina-se à realização de audiência pública com o objetivo de discutir as preocupações do setor produtivo em relação aos cortes e restabelecimentos de créditos rurais pelo BNDES, as formas de bloqueio e a gestão dos empréstimos bloqueados por supostas áreas desmatadas ilegalmente, com mapeamentos feitos via satélite. Esclarecer os questionamentos e as formas de comprovações para o bloqueio e a negativa do crédito é de suma importância para nós, bem como debater também as linhas de crédito que, desde outubro de 2022, estavam bloqueadas e o seu restabelecimento.

Esta audiência pública é interativa por meio do Portal e-Cidadania, no *site* do Senado Federal, e por meio do telefone 0800 0612211.

Senhoras e senhores, Senadoras e Senadores, é com grande satisfação que recebemos, hoje, os técnicos, aqui na CRA, para esclarecerem as dúvidas vindas do Colegiado, da Comissão em relação aos créditos rurais existentes no BNDES e as novas formas de cancelamento e autorizações.

Volto a dizer, todo brasileiro deveria aprender na escola, desde cedo, que o nosso país ocupa posição de grande visibilidade e influência em dois setores de importância vital para o futuro da humanidade: meio ambiente e segurança alimentar. Nossas vidas são, inevitavelmente, influenciadas pelo fato de o Brasil ter sido agraciado com a maior extensão de florestas tropicais e com a maior diversidade biológica do planeta, condições compartilhadas com a posição de grande produtor e exportador de alimentos.

Todos concordamos com a necessidade de barrar o desmatamento no nosso país. A tarefa não é nada fácil nesses tempos em que a desinformação e análises rasas, unidas a preconceitos, se alastram com grande facilidade. Apesar da extraordinária trajetória recente do país na produção de alimentos, há crescente disseminação de pessimismo e também de mitos, que inflam os problemas e

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C96720D60050ACE8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

desqualificam os avanços que o Brasil alcançou na agropecuária e na gestão dos seus recursos naturais. Portanto, caros colegas, a cautela é necessária e imprescindível.

Precisamos entender que nosso país foi o único capaz de construir uma ousada política pública sobre o tema, o Código Florestal, que tornou obrigatória a conservação de florestas nativas e a proteção de nascentes e margens de rios nas propriedades privadas, o que perfaz 25,6% de toda a área preservada no país. Por isso, cada vez mais, a importância de nossa atenção ao tema e, principalmente, da informação fidedigna é de suma importância. Não podemos permitir a desinformação em relação ao produtor responsável.

E, como é de conhecimento de todos, há cerca de um mês e meio, após firmar parceria com o MapBiomas, plataforma que monitora em tempo real todos os biomas brasileiros via satélite, gerando alertas e laudos de desmatamento, o BNDES já negou em torno de 58 pedidos de empréstimos a imóveis rurais com desmatamento ilegal em 14 estados que totalizam 948 hectares.

As solicitações de crédito somavam R$24,8 milhões, segundo o comunicado no próprio banco. Os estados com maior reprovação de financiamentos até agora foram Tocantins, Pará e Rondônia.

Assim, faço aqui alguns questionamentos quanto ao sistema, segurança, estabilidade, forma de atuação dessa plataforma e, principalmente, como ficam os órgãos de fiscalização, os órgãos estaduais – perdão – de fiscalização? Eles já estão inseridos na nova forma de mapeamento e localização dos desmates? Ou é apenas na esfera federal esta implementação? Como é que ficará a exposição dessas informações? Isso será transparente ou não?

É de extrema importância não colocarmos todos os produtores no mesmo balaio e termos campanhas de informação, campanhas fidedignas.

Portanto, senhoras e senhores, creio que esta audiência pública irá esclarecer e, acima de tudo, que aqueles que estão enfrentando essa espécie de problema entrem em contato conosco, não no sentido de uma denúncia nem nada, mas que a gente possa, aqui no Senado Federal, ser o elo para essa comunicação e que possamos fazer alguma coisa. O que nós não podemos é parar nossa produção.

E, sendo assim, vamos dar início às oitivas – oitivas no bom sentido – dos técnicos que aqui estão e, desde já, agradeço pela presença dos senhores.

Eu gostaria de chamar aqui à mesa Marcelo Porteiro Cardoso. Está *online* o Marcelo, Marcelo Porteiro Cardoso – agora eu vejo –, que é o Superintendente da Área de Operações e Canais Digitais do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Muito obrigada, Marcelo, por estar aqui conosco. Eu creio que as suas explicações serão as melhores possíveis, serão alvissareiras, eu espero.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C96720D60050ACE8.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu gostaria de chamar aqui à mesa Rodrigo Justos de Brito, Consultor de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA); Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama); Wilson Vaz de Araújo, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa); e Guy de Capdeville – ai meu Deus, como é que se fala? –, Diretor de Pesquisa e Inovação da Embrapa. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Nós estávamos com a fala do Marcelo.

Não sei como está o seu horário, Marcelo. De início, nós vamos lhe dar dez minutos, com tolerância, por óbvio.

Mas de repente seria importante, Marcelo, você escutar os demais oradores, porque eu acho que você pode fechar com as respostas. Vocês concordam? É porque eu acho que seria mais objetivo. Ou começamos com o Marcelo, primeiro explicando e depois... (*Pausa.*)

O Marcelo? (*Pausa.*)

Então, está bem.

Então, Marcelo, primeiro é você, se possível.

Vamos abrir o microfone para você. (*Pausa.*)

Senador Beto Faro?

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA) – Posterior a ele.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Presidente, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Pela ordem, Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Bom dia a todos e a todas!

Eu quero indagar a V. Exa. porque estava prevista também nesta audiência aqui a presença do Ministro Paulo Teixeira, se não me falha a memória. Não é isso? Assim está na minha agenda, conforme a informação que nós tivemos no gabinete de que o Ministro Paulo Teixeira estaria comparecendo nesta audiência.

Eu indago a V. Exa. se ele vai comparecer ou se os demais convidados são essas autoridades que aqui estão presentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B8F1AF940050ACE5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Senador Jayme Campos, a agenda dos ministros não permitiu que hoje viessem. A cada dia nós teremos um, sozinho, somente para o ministro esclarecer.

Como eles estão viajando para a China, está tendo uma viagem, não foi possível. Então, nós trocamos a audiência pública para esta questão também de suma importância que são os créditos do BNDES. Então, eu acho que não avisaram V. Exa. que o Ministro Paulo Teixeira não poderia estar aqui hoje.

Qual é a data que ele... (*Pausa.*)

A princípio, no dia 20 de abril, é o Ministro Paulo Teixeira.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Obrigado pela sua informação.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Obrigada, Senador.

Então, eu passo a palavra ao Superintendente da área de Operações e Canais Digitais, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Sr. Marcelo Porteiro Cardoso.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO (*Por videoconferência.*) – Obrigado.

Primeiro testando.

Vocês me escutam bem?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Sim, Superintendente.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Senadora.

Primeiro eu gostaria de dar bom dia a todos os participantes aqui desta audiência e agradecer aqui o convite feito ao BNDES pela Senadora Soraya e cumprimentar a Exma. Senadora e, em sua pessoa, cumprimentar todos os demais Senadores participantes aqui desta Comissão. Cumprimento aqui os demais convidados que estão participando desta importante audiência e cumprimento os participantes aí que nos acompanham via internet.

Nós trouxemos aqui uma apresentação bem objetiva, para mostrar que o crédito rural no BNDES tem uma importância central. Como a Exma. Senadora destacou aí na sua fala inicial, o setor agro é um setor de extrema importância para o país. E o BNDES como um banco de desenvolvimento,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B8F1AF940050ACE5.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

como um banco de fomento, reconhece essa importância e apoia, vem apoiando fortemente o setor, reconhecendo aí o impacto superpositivo que esse segmento tem na economia brasileira.

Então, eu vou projetar aqui, conforme orientação da assessoria. Um minutinho. Aqui está o compartilhamento de tela. (*Pausa.*)

Vocês conseguem ver a apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Sim.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO (*Por videoconferência.*) – Para mim não está aparecendo. Deixe-me só ajustar aqui, um minutinho. Peço um minuto, por gentileza.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Superintendente, coloque, por favor, em modo apresentação.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO (*Por videoconferência.*) – Perfeito. Vocês conseguem ver em modo apresentação?

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – O.k. Sim, agora ficou perfeito.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO (*Por videoconferência.*) – Ótimo.

Então, como eu dizia, o BNDES tem uma especial atenção para esse segmento, que é um segmento que tem muito impacto positivo na economia brasileira. Na verdade, a gente pode até dizer que vem sustentando a economia brasileira nos últimos anos o setor agro, com uma participação cada vez mais importante, especialmente na formação do Produto Interno Bruto do país.

A gente traz aqui alguns dados para corroborar essa informação. Primeiro, a participação no PIB, que chega ali a quase um quarto quando a gente considera todas as cadeias que são apoiadas e reforçadas pelo setor agro, seja de fornecimento de insumos, seja de transporte rodoviário, de máquinas e equipamentos, enfim, são cadeias longuíssimas que são muito beneficiadas na geração de emprego, na geração de riqueza e na geração de impacto econômico positivo pela atuação e pela produção do setor agro brasileiro, que é destacadamente um dos mais importantes do mundo. O BNDES, como banco de desenvolvimento, tem bastante atenção a isso, apoia e comemora os resultados do setor agro. O papel do banco é reforçar e fazer com que o produtor tenha condições de produzir e de entregar esse resultado cada vez mais importante para a economia brasileira. Para isso, a gente vem numa parceria com o Governo Federal, com o Ministério da Agricultura. Wilson Vaz está aí na mesa, ele é um importante parceiro nosso, para que a gente consiga desenvolver as linhas de financiamento e tornar esses financiamentos disponíveis ao produtor brasileiro, que, no final do dia, é quem faz a coisa acontecer, é quem entrega o resultado para a nação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C70210A30050ACE4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Um outro dado importante é a participação do agro, a força do nosso agro no que tange a nossa balança comercial. A balança comercial brasileira tem superávits muito em função... Aqui a gente tem um recorte específico do saldo comercial de 2022. Então, foram mais de US$140 bilhões, quando a gente compara exportações com importações, gerados pelo setor, o que corrobora a importância desse segmento para a geração de divisas para o Brasil, essas divisas que são tão importantes para o desenvolvimento da nossa economia.

Entrando aqui especificamente na nossa atuação, eu destaco aqui duas atuações que nós temos no que a gente chama de modelo indireto de atuação, que é um modelo que a gente faz via bancos e especialmente cooperativas de crédito que ajudam o BNDES a distribuir esse crédito na ponta.

Essas são as duas principais atuações dos principais segmentos que a gente consegue atender com esse crédito, feito via parceiros, e chegar a todos os estados e chegar a mais 5 mil municípios brasileiros.

Do lado esquerdo, a gente tem as micro, pequenas e médias empresas, que são um destaque, que têm uma importância muito grande na atuação do banco. A gente tem uma carteira de mais de R$103 bilhões de apoio a micro, pequenas e médias empresas; mais de 860 mil operações; e mais de 400 mil clientes, que são atendidos por essa forma de apoio às MPMEs (micro, pequenas e médias empresas).

Do outro lado, a gente tem o agronegócio. O agronegócio tem uma importância extremamente grande aqui na nossa carteira. São mais R$61 bilhões que a gente tem de carteira de agro, mais de 500 mil operações e mais de 270 mil clientes, que foram apoiados aqui pelo BNDES, nas diversas linhas, nas linhas equalizadas, nas linhas subvencionadas do Governo Federal, dentro do Plano Safra, dentro dos programas agrícolas do Governo Federal em que o BNDES é um dos operadores, mas também em linhas próprias do BNDES.

Especialmente, o BNDES é mais especializado no financiamento do investimento, sejam máquinas para equipamentos, sejam silos para armazenagem, seja a parte de agricultura de baixo carbono. Enfim, o banco operacionaliza várias linhas do Governo Federal e também suas linhas próprias de apoio ao setor.

Dando seguimento, é importante entender o nosso modelo operacional. Esse modelo é um modelo, como eu destaquei, de banco atuando em parceria com outras instituições financeiras. Nós somos um provedor de *funding*. Nós temos um fluxo de como é que funciona a concessão, a esteira da concessão de crédito para o produtor rural.

Então, o produtor rural dirige-se à instituição financeira credenciada pelo BNDES, nós temos mais de 50 bancos que operacionalizam o crédito do BNDES. Aí volto a destacar a importância das cooperativas de crédito, que têm crescido e têm tido bastante destaque no apoio especialmente ao

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C70210A30050ACE4.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

crédito rural. Esse cliente procura a instituição, apresenta a necessidade de crédito dele. O agente financeiro faz toda a formalização da operação, verifica os requisitos do cliente, define as condições operacionais e contrata a operação de crédito em nome do BNDES. O BNDES, então, digitalmente, numa esteira e num sistema totalmente digital, homologa essa operação em tempo real. Isso é muito importante e foi uma evolução. Eu considero que é muito importante aqui esse segmento, porque o produtor precisa de agilidade na concessão de crédito. Ele tem janelas de investimento, pois ele precisa do recurso para aplicar imediatamente na sua propriedade. Então, a gente considera que essa questão da velocidade da concessão do crédito é de extrema importância. E o BNDES faz o monitoramento dessa operação de crédito durante toda a vida.

Os créditos do BNDES destacam-se no mercado por serem créditos de longo prazo. A gente está falando aqui de operações que duram seis, sete, às vezes dez, às vezes quinze anos, por exemplo, se a gente tiver operações de armazenagem ou operações que operam cooperativas de produção agrícola. Então, são operações bastante longas, operações de longo prazo. O BNDES tem um papel especial, importante na concessão desse *funding* de longo prazo.

Dando seguimento ao primeiro bloco de informações que acho que são de principal interesse do setor e dos Exmos. Srs. Senadores que aqui estão, a análise da regularidade ambiental. Então, o primeiro ponto que já foi destacado aqui, na fala inicial, a gente firmou um acordo, em 2022, o BNDES firmou um acordo, em 2022, de cooperação, com o uso da ferramenta Mapbiomas, que é uma ferramenta que vem sendo cada vez mais usada por diversas entidades, inclusive secretarias de meio ambiente, e outras instituições financeiras tem feito o uso dessa ferramenta, para monitorar indícios de desmatamento. Então, a primeira palavra importante aqui, a gente sempre está falando de indícios. A gente precisa de confirmação documental, numa segunda análise, se esses indícios se confirmam ou não.

Então a gente não trata, num primeiro momento, daquele alerta. Ele é preventivo. Ele não é determinístico num primeiro momento. Então a gente trata como mais uma informação para análise na concessão do crédito. E até, baseado nesse princípio, o crédito, num primeiro momento, é aprovado, ele não é negado. Ele fica aprovado e o recurso fica reservado ao produtor rural, independentemente do resultado da ferramenta Mapbiomas.

Então a gente considera que pode ter alguma informação que a ferramenta não capturou e que o produtor rural detenha essa informação. Por isso, a gente abre a oportunidade para que o produtor rural, junto à instituição financeira de relacionamento dele, possa comprovar que aquele desmatamento que a imagem de satélite capturou está respaldado por alguma documentação, como, por exemplo, um documento de supressão, que autoriza uma supressão vegetal, um TAC, ou alguma documentação que comprove que aquele desmatamento que a imagem de satélite está mostrando não é irregular.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4A6907880050ACE2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então é muito importante que esse ponto fique claro. A gente não faz a negativa da operação. A operação é aprovada e ela fica para uma análise de uma segunda camada, a partir de documentações que o produtor pode trazer e pode comprovar que aquela imagem de satélite ou está equivocada ou tem uma base documental que respalda aquela imagem.

Então, justamente, o último ponto aqui do eslaide demonstra que essa documentação comprobatória da regularidade pode ser apresentada à instituição financeira e aí a operação vai ter seguimento normalmente.

Então, neste momento, dessas 58... Nós aprovamos, nessa janela em que a ferramenta começou a ser usada, tem aproximadamente um mês, mais de 5 mil operações, e apenas 58 operações caíram nesse filtro. Em nove operações, os produtores já conseguiram trazer a documentação e elas tiveram seguimento, elas estão sendo contratadas e o recurso será liberado. Esse é o processo. Então é uma parcela muito pequena do que é detectado. E assim é esperado porque a gente acredita que o produtor trabalha de uma maneira sustentável, de uma maneira regular. Então mais de 99% das operações foram consideradas regulares.

Isso é muito importante e até valoriza o setor. Mostra que realmente o setor, como nós já esperaríamos, opera dentro da regularidade florestal e de acordo com todos os normativos que regulam a questão ambiental e a questão da sustentabilidade.

Essa medida foi tomada porque está alinhada ao Código Florestal Brasileiro, e a estratégia do banco é ser um banco de desenvolvimento sustentável. A sociedade cobra o BNDES para que o BNDES seja, cada vez mais, um banco que apoie a sustentabilidade, e o agronegócio tem um papel importantíssimo. Eu considero que, talvez, o produtor brasileiro seja o produtor, no mundo, que produz de maneira mais sustentável.

Então, isso é importante para a gente, porque, como uma instituição de fomento, um banco de desenvolvimento, a gente tem oportunidade também de captação de recursos, domesticamente e no exterior, e essas captações, no exterior, cada vez mais, passam por esse crivo de análise da questão da sustentabilidade. Então, o banco acaba conferindo também um selo, a gente acredita que a gente acaba conferindo um selo ao produtor, a esses mais de 99% dos produtores que produzem de maneira absolutamente sustentável.

Assim, a gente ficou bastante satisfeito com o resultado. Não esperaríamos nada diferente disso. Estamos bastante confortáveis e temos certeza de que uma parte, ao menos uma parte desse 1% que caiu nesse filtro, vai ter a oportunidade de comprovar a sua regularidade.

Dando seguimento, eu vou falar, um pouco mais, sobre o Plano Safra e as nossas linhas, como é que a gente atua dentro do Plano Safra, para caminhar para a parte final da apresentação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4A6907880050ACE2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, no Plano Safra atual que está em curso, de 2022-2023, o BNDES solicitou ao Governo Federal R$34,5 bilhões de limite equalizável, para atender a demanda dessa safra. Por uma série de questões técnicas, o BNDES recebeu autorização para ofertar R$19,8 bilhões, quase R$20 bilhões de recursos equalizados, o que corresponde a, aproximadamente, 17% do limite total que foi equalizado dentro do Plano Safra.

Só relembrando, os programas equalizados são programas subvencionados pelo Tesouro Nacional, e o BNDES é obrigado a respeitar esses limites. Então, o BNDES não pode ultrapassar os limites, que são definidos em portarias do Tesouro Nacional, de maneira que, uma vez que esse limite é esgotado, o BNDES não tem alternativa, a não ser fechar aquela linha e aguardar a alocação de novos recursos. Caso ocorra uma dotação suplementar, o BNDES está superpronto, superdisponível para operacionalizar novas linhas.

Neste momento, está acontecendo uma discussão em torno de uma possibilidade de aporte de novos recursos, e o BNDES estará sempre pronto para apoiar o setor e distribuir esses recursos, de maneira rápida, séria e eficaz, para os produtores rurais.

Por fim, aqui está um retrato do Plano Safra atual, que foi lançado, em 29 de junho, pelo Governo Federal. Nós já aprovamos quase R$22 bilhões, e quase 100 mil operações já foram realizadas com esses recursos. São 12 programas equalizados, e a gente também tem um produto nosso, próprio, que não é passível de equalização, então esse nunca é interrompido, porque ele não depende de autorização de recursos equalizados do Tesouro Nacional.

Mais uma vez, eu destaco que o banco está superdisponível e pronto para operacionalizar novos recursos que, eventualmente, o Governo Federal queira e possa disponibilizar ao setor.

Com isso, eu encerro a minha apresentação. Espero que tenha sido esclarecedora, fico aqui à disposição para qualquer dúvida e reforço a parceria do BNDES com esse segmento que a gente entende de extrema importância para o desenvolvimento do Brasil.

Muito obrigado a todos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Agradecemos a sua explanação, Superintendente Marcelo, e vamos passar para o próximo orador, Rodrigo Justus de Brito, que é Consultor de Meio Ambiente da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil, CNA.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor.) – Bom dia à Senadora Soraya Thronicke e a todos os Senadores e demais participantes desta audiência pública!

Primeiramente, vou fazer um breve comentário aqui sobre a fala do Marcelo Porteiro, do BNDES.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 4A6907880050ACE2.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Eu penso que, caso, ao invés das notícias e das divulgações e dos discursos tidos pelo Presidente do BNDES e pela diretora de que o agro é um bando de criminosos, etc. e tal, se esse tipo de informação qualificada que foi passada aqui tivesse sido divulgada à sociedade, talvez esta audiência nem estivesse acontecendo.

O que nós soubemos pela imprensa foi uma fala, um discurso do Presidente do BNDES dizendo que o BNDES iria, dali para a frente, cercear operações de crédito e que, na verdade, esses que tiveram o crédito suspenso tiveram o crédito suspenso porque não tinham autorizações de supressão emitidas pelo Ibama. Na verdade, o Ibama não emite mais essas autorizações desde 2011. Nenhum produtor brasileiro tem uma autorização de supressão do Ibama, exceto se ele estiver dentro de uma terra indígena, e ele não obterá também essa autorização, ou se ele estiver dentro de uma unidade de conservação federal, que ele também não obterá essa autorização. Então, na verdade, quem emite essas autorizações são os governos estaduais.

Disse, ainda, o Presidente que, daqui para a frente, eles iriam checar com os estados. Na verdade, essa era a primeira providência a ser checada.

Outra questão é: qual é a metodologia de análise para se entender se uma área precisa de autorização de supressão ou não considerando que nós temos um código florestal? Existe um pousio. Existem regiões onde o imageamento do satélite não dá uma análise perfeita de se essa área foi ou não utilizada no passado, se ela está no período de pousio, ou seja, seria necessária a oitiva prévia do estado, que é quem emite a autorização e quem faz a análise do Cadastro Ambiental Rural, para saber se essa área também está dentro do percentual permitido pela legislação para que o produtor faça uso das suas áreas.

Então, o que nós vimos nessas divulgações e nessas matérias é que nessa metodologia de análise não está claro se a legislação está sendo seguida, até porque instituições filiadas ao próprio MapBiomas são contrárias à aplicação do Código Florestal, que é uma lei vigente no país.

Então, nós estamos partindo, nessa análise, da aplicação da legislação concreta ou da vontade, gosto e preferência daqueles membros da ONG que fazem essa análise? Então, na verdade, é necessário que haja um clareamento. Vamos lembrar que nós temos o Manual de Crédito Rural, aprovado pelo Conselho Monetário Nacional, e lá estão as regras relacionadas à suspensão de crédito. Até estivemos, no ano passado, em "n" reuniões aqui com o Vaz, com o próprio Banco Central e o Conselho Monetário Nacional sobre as normas que sustam os financiamentos na Amazônia e agora serão aplicados em outros biomas. Então, o BNDES tem que seguir as regras do Manual de Crédito Rural, que estão estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional. Qualquer regra de gosto e preferência tem que ser submetida, tem que ser transformada numa norma antes de que venha a ser aplicada aos casos concretos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 796996710050ACE1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Esse número que foi mostrado aqui realmente é um número muito pequeno de operações que estão aí sustadas. O que nós não concordamos é com a forma como isso foi divulgado. Não foi colocado em nenhum momento quantas operações foram ou estão aprovadas, mas sim apenas aquelas, então ficou parecendo que 100% de tudo que foi pedido ao banco foi negado porque os produtores são bandidos. E é necessário também dar o direito de resposta a esses que aí estão. Foi falado que eles foram chamados para apresentar documentação comprobatória; tem caso até no Paraná que eu vi. Como nós não temos nenhum caso concreto que nos foi trazido para ser analisado, não colocamos a mão no fogo por nenhum desses que aí estão. O que nós criticamos é a forma como está sendo tratado um setor.

Nessa mesma semana, ouvimos também a diretora do BNDES, Tereza Campello, falando que o agro é predatório, o agro destruiu o meio ambiente no Brasil e que o modelo de financiamento precisa ser revisto. Então, se de um lado ficamos muito felizes com o resultado dessa apresentação da performance do BNDES, da importância do BNDES na composição do custeio das nossas safras, da importância disso tudo, nos preocupa que isso venha a ser modificado, atrapalhando um setor que contribui, sim, não da forma como foi dito, que o agro é responsável pela fome, pelo desmatamento e pela obesidade inclusive no Brasil. Não aceitamos esse tipo de colocação da diretora. Esse tipo de colocação vai contra as próprias diretrizes do BNDES, que tem ajudado a financiar o desenvolvimento do nosso agro, reconhecido inclusive pelo Prêmio Nobel da Paz de clima, lá na conferência do clima no Egito, Rattan Lal, que esteve lá e ganhou o Prêmio Nobel da Paz, na parte de agricultura, dizendo: "A agricultura brasileira é um modelo global de sustentabilidade para a agricultura de baixo carbono".

Então, nós entendemos que é preciso lembrar que a eleição já terminou e que a gente tem que seguir trabalhando com as instituições pelo desenvolvimento econômico e social do nosso país.

Senador, essas são as minhas colocações. Eu queria aqui entender essa metodologia, se ela foi publicada, qual é a normativa que institui essa parceria, de que forma, quais são os parâmetros técnicos e jurídicos e se o Código Florestal está sendo devidamente respeitado. Eu acho que inclusive esta Comissão poderia requerer ao BNDES que apresentasse essa documentação para uma posterior análise, para a gente, numa próxima oportunidade, se necessário, fazer uma rediscussão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Muito obrigada, Rodrigo, Consultor da CNA.

Antes de passar para o próximo orador, que é o Jair Schmitt, vou quebrar o protocolo porque a palavra seria dada aos Senadores inscritos...

(*Intervenção fora do microfone.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 796996710050ACE1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Ah, depois! Então tá, porque o senhor falou que tinha um compromisso.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Aí o senhor conversa com o Senador Jayme Campos, que foi o primeiro inscrito.

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Não tem problema, vocês se acertem aí.

O.k.. Então, o Senador Beto vai aguardar os demais. O.k., Senador.

Bom, então, passamos a palavra agora para Jair Schmitt, Diretor de Proteção Ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Bom dia a todos e a todas.

Bom dia, Senadora Soraya, na pessoa de quem eu cumprimento todos os Senadores, os presentes, os nossos ouvintes pela internet e também os demais membros aqui da nossa mesa.

Nós agradecemos também muito a oportunidade de trazer esclarecimentos, contribuir com este debate, fazer um debate justo, tornar a informação clara, precisa para a sociedade e, às vezes, evitarmos ruídos ou malditos. Então, nesse sentido, reforço nossos agradecimentos.

Eu gostaria de destacar na minha fala quatro aspectos essenciais de maneira mais ampla e que possam elucidar um pouquinho mais a situação.

O primeiro aspecto é relativo à autorização de desmatamento, que, tecnicamente, é a autorização de supressão da vegetação nativa. O Código Florestal, em alguns dispositivos, prevê que o proprietário, o detentor do imóvel rural possa suprimir a área ou uma determinada fração dessa área em função do bioma, da quantidade de reserva legal e assim por diante.

Desde 2006, quando foi estabelecida a Lei de Gestão de Florestas Públicas, boa parte dessa competência foi transferida aos órgãos estaduais de meio ambiente, e isso depois foi ratificado, inclusive na Lei Complementar 140 e, por fim, no próprio Código Florestal, de 2012. Então, na maior parte das áreas privadas, a competência legal, inclusive em assentamentos, a competência primária de autorização da supressão da vegetação é dos órgãos estaduais do meio ambiente. O Ibama, como órgão federal, em alguns casos muito específicos, seja em áreas de domínio da União, seja, eventualmente, em empreendimentos que necessitem suprimir a vegetação, aí, sim, é o órgão que autoriza. Então, esse é o primeiro ponto importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 796996710050ACE1.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mas, nesse contexto, também é importante destacar que, por meio de algumas estimativas, levantamentos feitos aí a partir de informações disponibilizadas publicamente pelos vários órgãos ambientais e pelo próprio Ibama, dá para se dizer que mais de 95% da supressão do desmatamento que ocorrem nos vários biomas brasileiros não têm autorização. Então, esse é um fator bastante importante, crítico.

E nós sabemos que em cerca aí de 70%, variável de ano para ano, o desmatamento contribui para a emissão de gás de efeito estufa. Todas as emissões que o Brasil gera, em grande maioria, advêm do desmatamento. É por isso que, talvez, municípios como Altamira emitam mais gases de efeito estufa do que São Paulo, com aquela concentração de população, de carros, entre outras fontes. Então, esse é um dos primeiros pontos de preocupação. Na Amazônia, inclusive, esse número, embora alguns estados até tenham uma prática, um expediente mais avançado de autorização, mas, quando a gente coloca a Amazônia Legal como um todo, pode chegar a 98%, variando de ano para ano, evidentemente.

Ainda sobre esse assunto, é importante destacar que a autorização de supressão não é a licença ambiental da atividade. Muitas vezes, também ocorre esse equívoco, muito embora os órgãos ambientais, para buscar maior eficiência processual, tenham unificado o procedimento e tentado dar agilidade para isso.

O segundo ponto é relativo à fiscalização ambiental e o que isso acaba, inclusive, rebatendo para a concessão de crédito para atividade rural no país.

Então, o Ibama, como outros órgãos ambientais, tem o papel de fiscalizar e de buscar a punição dos infratores ambientais, aqueles que descumpriram as regras ambientais. E isso é feito de diversas formas, seja presencialmente ou eventualmente de maneira remota.

A grande questão é que, quando você faz uma autuação, você tem que embargar a área. É uma medida cautelar obrigatória estabelecida. E o embargo é informado, disponibilizado naquilo que a gente chama de lista pública de embargos do Ibama, predominantemente a do Ibama. Mais recentemente, começou-se a integrar nesse mesmo *site* informações do ICMBio, na tentativa, pelo menos no papel do órgão do Ibama de centralizar a informação e prover melhor informação à sociedade, ao mercado, para que pudessem consultá-la.

Ocorre que, por norma aí do Conselho Monetário Nacional, há uma restrição de conceder crédito rural – isso não é recente, isso já é antigo – a quem tem área embargada. Então, decorrente dessa resolução, todas as instituições financeiras, grandes e pequenas, têm esse dever de verificar junto ao *site* de áreas embargadas do Ibama, mas tecnicamente deveria verificar também os demais órgãos ambientais, estaduais e municipais de meio ambiente. E, havendo o embargo, por regra, a instituição financeira tem esse dever de restringir o crédito até que seja regularizada a área.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9CED98070050ACE0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós recentemente fizemos algumas melhorias na disponibilização dessas informações públicas. O nosso papel como instituição, além de fazer a fiscalização, evidentemente, é assegurar, prover a melhor informação possível para a sociedade.

E aí, eu lembro de uma outra situação importante. Quando a gente olha as estatísticas de desmatamento, eu falei do que era ilegal, os noventa e tantos por cento, variável de ano para ano. Mas, quando a gente compara o número de imóveis rurais no país, esses noventa e tantos por cento de desmatamento ilegal na verdade estão sobrepostos apenas a cerca de 2% dos imóveis rurais do país.

Ou seja, uma pequena minoria de proprietários que acaba trazendo essa grande quantidade de desmatamento ilegal. E num contexto de mercado, em que a economia pujante no Brasil diz muito em relação ao agronegócio, muitas das vezes o bom produtor, o produtor que atua corretamente acaba pagando pela imagem generalizada dos demais produtores que não cumprem a legislação.

Então, eu acho que esse é um ponto importante de a gente trazer ao debate e fazer um debate justo. Quem é ilegal é ilegal, e obviamente quem opera legalmente e atende as regras, inclusive, consegue crédito rural sem nenhuma dificuldade, em relação a isso pelo menos.

Então, separar de maneira geral esse joio do trigo é decisivo para todo esse processo. E, nesse contexto, o Ibama tem buscado aí prover melhores informações à sociedade para que ela também ajude a fazer suas escolhas, suas opções de negócios.

Enfim, eu acho que, de maneira geral, esses são alguns dos esclarecimentos, as informações iniciais. Reforço o agradecimento por poder trazer essas informações e a gente se coloca aí à disposição para outros esclarecimentos.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Jair Schmitt, do Ibama, muito obrigada pelos esclarecimentos.

Passo a palavra agora para Wilson Vaz de Araújo, Secretário de Política Agrícola do Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa).

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO (Para expor.) – Bom dia a todos. Primeiramente, cumprimento a Senadora Soraya pelo convite e pela iniciativa em convocar esta audiência pública, os Senadores presentes, Senador Mourão, Senador Beto, Jayme Campos, por quem tenho muita admiração, e outros que estão presentes aqui também, meus colegas de mesa, Ibama, meu colega de ministério, da Embrapa, Rodrigo Justus, com quem também temos várias discussões aí.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9CED98070050ACE0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Realmente é um tema bastante delicado e nos preocupa muito, preocupa os organismos ligados ao meio ambiente, por um lado, à agricultura, por outro. E, na verdade, o que se quer é uma convergência disso tudo. Você não pode é deixar o nosso agro ser prejudicado, com todo o potencial que tem, às vezes, eu digo o seguinte, às vezes por excessos de exigências que às vezes nem a gente dá conta de cumprir.

Gostei das colocações iniciais da senhora, quando a senhora mencionou essa dificuldade. Eu acho que nós, enquanto agentes públicos, quando nós estabelecemos um regramento, umas exigências, uma regulamentação, a gente tem que estar preparado para fazer cumprir essa regulamentação no tempo que a atividade produtiva requer, porque, às vezes, você faz um tipo de autuação naquele momento, aí produtores deixam de acessar o seu crédito para produzir, e há uma demora, mesmo que esse produtor rural, ou outro empresário tenha regularizado. Há uma demora entre a liberação dessa área para continuar a produção, não é?

E o Rodrigo falou uma coisa, e a gente também fica bastante incomodado, que é o fato de ter disparidades nas exigências relacionadas às comprovações disso. O Banco Central tem um regramento lá que ele utiliza, acho que com informações do Incra ou do próprio CAR. Agora o BNDES está utilizando esse Mapbiomas. A leitura nossa é que isso teria que ser pacificado, entendeu? Aqueles que concedem o crédito teriam que ter a mesma parametrização para fazer as eventuais intervenções, tá?

Que elas são necessárias, são. Eu acho, assim, eu já milito nessa área do agro, não tenho um hectare de terra, a não ser a minha casa onde eu resido, entendeu? Mas eu já milito há muitos anos, muitas décadas nesse negócio. Parece até que eu nasci trabalhando com isso, sabe?

E, assim, eu acho que de largada, de princípio, na minha avaliação, nesses mais de 40 anos de atuação aí, é que todos os produtores são bons, sabe? A exceção... Então, quer dizer, a regra é esta: em princípio, todos os produtos são bons; agora, existem as exceções, como mencionou o colega do Ibama, que na ilegalidade, a maioria dos desmatamentos estão na ilegalidade.

Mas até isso, eu acho que precisaria ficar mais claro, entendeu? Eu não sei, porque às vezes, a informação, como saiu, é aquilo que o Rodrigo falou, ela sai dando um sinal de um segmento tão importante, mas um sinal negativo. Por que foi que não deixou claro que é 1% do conjunto das operações? Então, esse tipo de informação, eu acho relevante.

Eu fiz uma lâmina para um outro ponto que a senhora colocou, de esgotamento precoce de recursos do crédito rural.

Pode passar, por favor? Acho que tem aí umas cinco lâminas, que eu vou passar muito rapidamente, para vocês verem a numeração. Isso está no *site* do Mapa É só ir à página de política agrícola, informações, crédito rural, grupo de acompanhamento de crédito rural.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 9CED98070050ACE0.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós alocamos, como vocês bem acompanharam, R$340 bilhões nesse Plano Safra que está em curso, sendo 195 com recursos controlados e 135 com taxas livres.

Nas contratações, embora fale em esgotamento, vejam aí... Está faltando, está escondida... Ah não, está certo. Na última lâmina, dos R$340 bilhões que nós tínhamos, aplicaram-se, financiaram-se R$243 bilhões. Restam aí, até em fevereiro... Restam quatro meses para encerrar o Plano Safra, que é 30 de junho. Então, nós não temos dúvidas – vocês podem até registrar – de que os financiamentos nesse Plano Safra, quando findarmos 30 de junho, vão chegar próximos a R$400 bilhões, de R$350 bilhões a R$400 bilhões, observando o desempenho, nesses 4 últimos meses, de anos anteriores.

E na parte – ali se vê – tem custeio, é claro, basicamente 75% dos recursos são para financiamento de custeio; o outro segmento é investimento. É esse que faz a mudança de patamar de produtividade. Então, tem lá R$67 bilhões aplicados. Nós previmos 94, se eu não me engano.

Aí tem a comercialização. A comercialização apresenta uma queda porque ela é inversamente proporcional ao preço de mercado. Quanto menor estiver o preço de mercado, mais demandadas as políticas públicas de apoio à comercialização. Como os preços estão em patamares elevados, então, se demanda pouco recurso para a comercialização. E, no total, R$243 bilhões, 23% a mais do que no ano passado.

Pode passar, por favor.

Aqui é para o público. Passe, por favor. Não, ainda não passou. Aí...

Então, nós temos a agricultura familiar, com R$40 bilhões. Nesses oito meses, já superamos todos os recursos que foram aplicados em qualquer uma das últimas safras, R$40 milhões.

O médio produtor rural, que é uma categoria, hoje, para a qual a gente sente que precisa ter um apoio um pouco melhor. Os demais estão financiamento no crédito rural, mas também têm grande volumes de financiamentos a taxas livres, seja no mercado financeiro, seja pelo mercado de capitais. Então, repetindo, o total – a variação é a mesma – é de 23%.

Pode passar, por favor.

Número de contratos. Então, quando fecharmos também o Plano Safra possivelmente vamos em 2 milhões de contratos, em 1,950 milhão de contratos. A grande maioria disso, 75% são PRONAFs vinculados à agricultura familiar, especificamente no Pronaf. São produtores que têm renda bruta anual de até R$530 mil. Então, isso responde por 75% dos números dos contratos.

Pode passar, por favor. Essa aí você pode passar. Pode passar essa também. Depois, quem quiser mais detalhes pode vir... Pode passar essa também. É um detalhamento das que eu apresentei anteriormente. Pode passar essa também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 31D742830050AD0F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A próxima é sobre todas as fontes que estão contempladas naqueles R$340 bilhões que eu anunciei no começo, que eu mencionei. Não é? Esses recursos são obrigatórios. Nós estamos com R$58 bilhões. E é aquela regra mais popular, desde 1965. Hoje está nesse patamar de 25% dos recursos do crédito rural têm que ser direcionados – dos recursos captados em depósitos à vista – para financiar a agricultura. E esse que está aí. Já esteve em 37%, já baixou para 27,5%, baixou para 30%, ainda está aí em 25%. E há uma regulamentação – sinceramente, a gente tem refletir um pouco sobre isso – em que, em janeiro de 2024, esse percentual baixaria para 22,5%. Então, eu acho que cabe uma avaliação sobre se é oportuno você reduzir esse percentual ou manter, eventualmente, dependendo de todas as outras fontes que estiverem disponíveis, ou se não deve elevar também, por causa do custo que está o recurso hoje, livre.

Aí você tem a poupança rural, uma parte é equalizada pelo Tesouro, e os fundos constitucionais. Tem o BNDES, como o Marcelo bem mencionou ali. Tem os fundos constitucionais. Aí, no "outros", ali, tem café, tem recursos livres, recursos externos, tudo aparece nessa categoria de "outros", e, embaixo, você tem as fontes livres, tá?

Então, as fontes livres foram de R$93 bilhões, que foram 38% do todo que foi liberado e correspondem à evolução de 26% em relação ao ano passado, enquanto que as fontes controladas, respondem lá por 21%.

Pode passar, por favor.

E aí todos os programas que, de certo modo, tem para atividades específicas ou para segmentos específicos. Nós temos programa para aquisição de máquinas e implementos agrícolas. Esse programa tem desde 2000, que é o Moderfrota, que ficou mais popularizado ainda. Nesse programa, certamente, já foram financiados mais de R$100 bilhões em toda a sua existência. Tem esse Moderagro...

(*Soa a campainha.*)

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO – ... que é para modernização da agricultura.

Eu estou já chegando ao final, tá?

Um para irrigação, um programa específico para irrigação.

Esse aí, que também tem uma vitrine, que todo mundo... É o que mais se visualiza nesses conjuntos de programas, que é o Programa de Agricultura de Baixo Carbono para a redução da emissão de gases de efeito de estufa na agricultura. Mas aqui eu quero fazer um destaque. Esse programa tem uma dotação de recursos, mas eu gostaria de ver, Senadora, quem pode dizer por que todos esses programas não são também sustentáveis. Nas linhas de financiamento do ministério, que tem lá os programas, não tem um que seja indutor de desmatamento ou de práticas ilegais, seja social,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 31D742830050AD0F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

seja ambiental, seja de governança. Enfim, a gente tem esse cuidado, sabe? Esse programa começou lá em 1998. Portanto, já estamos aí com 25 anos de programa e a gente tem tido esse cuidado.

Então, não é só Programa ABC+. Ele é, de fato, uma vitrine, mas todos esses programas têm um nível de sustentabilidade.

Então, eu acho que, nesse conjunto aí, nós nem colocamos para o financiamento específico de cooperativas de pecuária, porque a gente não tinha ainda a convicção de que eles são genuinamente sustentáveis. Mas aí a gente fez uma avaliação de que 50% dos recursos do crédito rural são, sim, emprestados dentro desse conceito de sustentabilidade.

Para quem tiver dúvida, nós temos um trabalho na página do Ministério da Agricultura. Pode lê-lo. Nós fizemos uma leitura exaustiva do que está registrado no sistema do Banco Central sobre todos esses programas, tudo que é liberado, o que está dentro desse conceito de boas práticas.

Então, a gente não pode perder tudo que a nossa agricultura pode produzir nas suas diferentes regiões por causa de uma demanda que, às vezes, é muito excessiva para quem conhece o nível em que está a nossa agricultura hoje, tá? Quem viaja pelo Mato Grosso, eu sou do Estado do Paraná, quem viaja ali pelo Paraná, pelo Estado da senhora, o Mato Grosso do Sul, pelo Rio Grande do Sul aí do Ministro Mourão, do Senador Jayme, no Mato Grosso, enfim, olhem, andem, visitem e vejam o quanto enche os olhos essa agricultura que está aí no país afora, sabe?

Bom, acho que podemos passar.

Não, aí vai... Acho que deu por aí, tá? Tem outras lâminas que vocês podem esgotar – viu, Senador?

Mas tem um caso para dizer. Quando o BNDES falou que demandou R$34 bilhões e foi contemplado com R$19 bilhões, na verdade, a nossa limitação em termos de recursos controlados e subvencionados pelo Tesouro é quanto de orçamento nós temos para trabalhar. O conjunto das instituições financeiras demandaram em maio e junho do ano passado para o Plano Safra R$238 bilhões equalizados. Isso aí custaria para o Tesouro, se tudo fosse liberado, R$26 bilhões. A Ministra da Agricultura, a Ministra Tereza, à época, começou demandando R$20 bilhões. O setor também pediu R$20, R$22 bilhões. Tivemos, aprovados pelo Ministério da Economia, R$12,5 bilhões; portanto, menos da metade para cumprir todas as demandas que foram feitas.

Aí, é claro, nós temos critérios para a distribuição desses recursos, para cumprir até as recomendações da Controladoria-Geral da União, e fizemos as distribuições. Onze bancos se classificaram para acessar esses recursos, e, aí, tivemos os critérios de distribuição. Então, é claro que não se atendeu a todos na dimensão do que nós gostaríamos e do que foi demandado. Então, essa é uma regra. Esperamos ter uma melhor alocação de recursos para este ano.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 31D742830050AD0F.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Neste momento, nós estamos defendendo, o Ministro Fávaro, que manteve entendimentos com o Ministro Haddad, está em análise técnica no Ministério da Fazenda, uma alocação adicional de R$1 bilhão em recursos orçamentários, ainda em 2023, para a gente conseguir fechar o Plano Safra até 30 de junho. Se nós conseguirmos esse orçamento, isso pode nos dar uma alavancagem de até R$30 bilhões de recursos para novos financiamentos de investimento e de custeio. Aí, sim, eu acho que a gente fecharia o Plano Safra com uma boa aplicação e, eventualmente, programas que estão trancados poderiam chegar até 30 de junho como recurso.

É isso! E, aí, eu fico à disposição para perguntas, lembrando: o BNDES, de fato, é o nosso maior agente na operacionalização dos programas de investimento. Por quê? Tem 36 agentes financeiros que operam por intermédio do BNDES. Foi melhor um banco de segundo piso, um banco que não opera no varejo com os outros, não é? Então, todos esses outros bancos podem buscar recursos dentro do BNDES, além de terem, muitos deles, a sua equalização direta.

Então, é, de fato, uma parceria que começou com esse programa também em 1998, um programa que nós tínhamos na época, que se chamava Prosolo, que era para a recuperação de solo, que, até hoje, nunca foi interrompido; muito pelo contrário, só ampliou essa participação, assim como os bancos cooperativos, o Banco do Brasil e outros também privados, que estão nos ajudando em relação ao financiamento da agricultura.

É isso. Eu estou aí à disposição para eventuais questionamentos.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Wilson Vaz, muito obrigada pelos esclarecimentos.

Agora, eu passo a palavra para o nosso último orador, o Sr. Guy de Capdeville, Diretor de Pesquisa e Inovação da Embrapa.

Com a palavra.

O SR. GUY DE CAPDEVILLE (Para expor.) – Bom dia, Senadora Thronicke. Obrigado pelo convite à Embrapa para participar desta audiência.

Cumprimento aqui o Senador Beto Faro. Em nome da senhora e do senhor, eu cumprimento a todos os demais Senadores e a audiência que está nos acompanhando. Cumprimento também o Jair Schmitt, Diretor do Ibama, o Rodrigo Brito e o Wilson Vaz, meu colega de Ministério da Agricultura.

Senhoras e senhores, eu confesso que nós ficamos um pouco preocupados quando a Embrapa foi convidada, porque esse é um tema em que a atuação da Embrapa é um pouco mais marginal – questões de crédito, questões de comando e controle –, mas nós somos uma instituição de soluções. Então, o que eu gostaria de trazer para os senhores e senhoras aqui é o que a Embrapa oferece como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7DD5BC800050AD0E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

possibilidades que podem contribuir nessa discussão e que podem ajudar nas tomadas de decisão que realmente sejam favoráveis e positivas para o país.

É importante frisar aqui que a Embrapa é uma empresa do Estado brasileiro. Eu sou um técnico, como todos os demais colegas da Embrapa. Então, o nosso papel aqui é trazer o esclarecimento técnico-científico para esta Casa, para o Congresso e para os demais órgãos, instituições e ministérios que estão envolvidos com o tema.

Então, eu gostaria de fazer menção a algumas questões aqui, Senadora, que eu acho que seriam bastante úteis para essa discussão e que poderiam nos abrir caminhos para soluções que possam contornar as questões tratadas aqui pelos nossos colegas.

Nós temos tratado essas questões de desmatamento, de recuperação ambiental, entre outros aspectos, numa visão mais sistêmica; num contexto de políticas e programas que podem ajudar e trazer soluções para questões tão complexas quanto essas.

Nós temos o nosso Código Florestal implementado, é o código mais moderno do mundo, é o código mais exigente do mundo. Nós temos o Cadastro Ambiental Rural, que é uma ferramenta fantástica, que precisa continuar sendo implementada, acompanhada e evoluída. Nós temos uma série de programas que são coordenados pelo Ministério da Agricultura, a princípio, como o Programa de Bioinsumos. Nós tivemos a crise dos fertilizantes aí, e nós estabelecemos uma rede, que nós chamamos de Rede FertBrasil, e dentro dessa rede nós estabelecemos uma caravana que está indo a todas as regiões do país, capacitar agricultores, capacitar técnicos do Senar, de agências públicas de transferência de tecnologia, entre outras, para ajudar o agricultor a reduzir a necessidade desses insumos não renováveis, digamos assim – nós somos muito dependentes de importação. Por exemplo, importamos quase 80% do fósforo que nós precisamos na adubação na agricultura.

E nós estamos, então, trazendo soluções que podem nos ajudar a reduzir isso. Reduz impacto, aumenta a captura de gás carbônico, e a gente começa a ter uma agricultura com formato sustentável.

Nós temos o Plano ABC+, que já foi citado aqui pelo colega Vaz, que realmente é uma iniciativa muito interessante. A produção de bioinsumos no Brasil mais do que quadruplicou em comparação a anos anteriores, e a tendência é crescer cada vez mais e, adotando essas tecnologias, nós estaremos reduzindo em muito os impactos ambientais, e principalmente quando a gente fala em recuperação de áreas degradadas é onde a gente pode evitar desmatamento.

Bom, recuperação de áreas degradadas demanda uma série de iniciativas e conceitos científicos que são extremamente complexos, não é algo trivial. Nós precisamos de desenvolvimento de cultivares, adaptação de sistemas de produção às condições ambientais.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7DD5BC800050AD0E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.061557/2023-93-10 (ANEXO: 010)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Nós estamos enfrentando as mudanças climáticas, que estão chegando com força. Nós estamos vendo uma série de situações no Sul do país, não é? O Rio Grande do Sul vem passando por uma série de crises hídricas que não só afetam a agricultura, como estão afetando a sociedade como um todo. E nós temos ferramentas importantes que podem ajudar na tomada de decisão, inclusive alguns bancos já vem adotando isso, que é o nosso Sistema Zarc, que é o sistema de zoneamento ambiental para avaliação do impacto ambiental sobre o processo produtivo. E lá nós damos informações sobre as cultivares que devem ser adotadas, sobre previsão climática, sistemas de produção que possam ser adotados e, com essas informações sendo adotadas pelo produtor rural, o produtor rural consegue, a partir disso, ter garantias que o banco precisa e exige para dar financiamento e, inclusive, seguro rural.

A outra coisa que é importante dizer é que, no se pensar que há uma área desmatada ou que foi degradada, nós temos uma série de soluções que podem permitir a recuperação dessas áreas. Por exemplo, sistemas integrados, como a integração lavoura–pecuária–floresta.

Nós estamos tendo aqui em Caldas Novas agora – ontem e hoje; por isso, o Presidente Celso Moretti não está aqui – a discussão da Rede ILPF. Nós já chegamos a 18 milhões de hectares de sistemas integrados. Isso é fixação de carbono. Isso é diversificação de produção. Isso traz contextos que são extremamente importantes para o produtor rural, com ganhos realmente financeiros. O produtor é um agente de mercado e tem que ser encarado como agente de mercado.

Nós temos, então, também, de deixar bem óbvio por que é importante a adoção de tecnologias, quando a gente está discutindo esses contextos.

Só para dar alguns exemplos aqui, nós recentemente publicamos um livro que nós chamamos de o efeito poupa-terras de tecnologias. Nós percebemos, ao longo de vários estudos, em várias cadeias – e aí eu estou me referindo à soja, ao gado de corte, à produção de leite, à produção de café e a várias outras –, que o fato de termos adotado tecnologias científicas embasadas, comprovadas no processo produtivo nacional, nas últimas cinco décadas, que só no setor da soja nós tivemos uma economia de terra da ordem de 70 milhões de hectares. Como isso foi acontecer? Com 70 milhões de hectares, eu estou me referindo a uma Alemanha e a uma Bélgica juntas. E isso foi terra salva por uso de tecnologia, por aumento de produtividade, que nós não precisamos desmatar nem Cerrado, nem bioma Amazônia, nem bioma Mata Atlântica.

Então, para a senhora ter uma ideia, Senadora, na área de produção de carne, de gado de corte, nós tivemos um aumento, nos últimos 30 anos, de 80% na exportação de carne sem ter aumentado um hectare sequer. Isso são sistemas intensivos, em que a gente tem piquetes lá de um hectare que antes produzia uma única cabeça, e hoje nós estamos podendo produzir quatro cabeças de gado, em sistemas confinados com nutrição no cocho, com abate prematuro – prematuro no bom sentido, não é? Em vez de abatermos uma cabeça com quatro anos, abatemos hoje com três. Tudo isso se soma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 7DD5BC800050AD0E.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

para efeitos positivos da preservação ambiental, como na emissão de metano, que é um dos vilões hoje aí das questões ambientais. Então, existem soluções tecnológicas para ajudar nisso.

E trazendo um pouco para próximo dessa discussão que o colega Jair, os colegas Wilson e Rodrigo e o colega do BNDES mencionaram, eu fui demandado por um dos assessores do atual Ministro da Agricultura em como nós poderíamos definir mecanismos – para que o produtor rural, ao adotar tecnologias sustentáveis – e usá-los para comprovar que ele está fazendo serviço ambiental de forma que os bancos possam ter segurança para reduzir juros, por exemplo, para o Plano Safra, reduzir juros para outras formas de fomento da estrutura agropecuária brasileira.

Então, se o produtor rural está usando bioinsumos em vez de fertilizantes químicos, se ele está fazendo trabalho preocupado com a qualidade de vida do empregado rural, se ele está recuperando áreas degradadas, tudo isso pode ser somado dentro de um efeito que possa ajudar a reduzir o custo do processo produtivo e haja maior segurança para que os bancos possam trazer fomento ao sistema produtivo. Então, nós consideramos isso extremamente importante.

(*Soa a campainha.*)

O SR. GUY DE CAPDEVILLE – Para concluir, Senadora, nós achamos que existem questões que, dentro desse contexto integrado de ações, nós precisamos olhar as populações. Por exemplo, nós estamos falando de desmatamento e nós estamos focando principalmente na Região Amazônica. Na Região Amazônica, nós temos uma população muito carente, uma população pobre, uma população que precisa ser trabalhada para que ela possa engajar um mercado de trabalho. Hoje, senhoras e senhores, nós temos tecnologia para explorarmos o bioma Amazônia sem destruir uma árvore sequer. Nós temos tecnologias para colher amostras daquilo que nos interessa, que é aquilo que pode permitir a produção de um ativo que possa substituir e baratear o custo de produção, principalmente quando a gente está falando em agricultura familiar, que precisa realmente, que não tem condições de pagar por certos níveis tecnológicos. Nós precisamos desenvolver essa sociedade e dar a ela condição de se engajar em mercados de trabalho, ter uma mudança socioeconômica e educacional e, com isso, entender a necessidade da preservação ambiental.

Então, nós propusemos e nós estabelecemos na Embrapa um plano que nós chamamos Plano Embrapa para Bioeconomia no Bioma Amazônia. Lá nós estamos trabalhando... Nós temos nove unidades de pesquisa na Amazônia Legal, uma em cada um dos nove estados da Amazônia Legal. Essas unidades estão ali inseridas nesses ambientes desses biomas e junto a essas comunidades, principalmente originárias. Nós estamos trabalhando com essas unidades, nós lançamos editais de pesquisa para estimular a bioeconomia, não somente essa bioeconomia tradicional, que é a da produção de alimentos, agregação de valor a alimentos, mas a bioeconomia mais moderna, que nós chamamos de bioeconomia de renováveis, em que nós buscamos, por exemplo, micro-organismos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 258E70E10050AD0D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que produzem enzimas para uso na indústria têxtil, para uso na indústria de alimentos, em que nós buscamos moléculas químicas para substituir aquelas sintéticas para controle de doenças e pragas.

Enfim, existe uma alternativa enorme de possibilidades e, para concluir, o foco principal é: nós trazemos a solução, ofertamos isso para indústrias de base biológica e capacitamos a sociedade no entorno dessas indústrias para que ela se engaje no mercado. Isso vai trazer diferença socioeconômica para essa população. É só isso, senhoras e senhores, no meu entender, que vai ajudar realmente a reduzirmos o desmatamento e trazermos produção sustentável, que vai derrubar, inclusive, barreiras comerciais internacionais.

Era isso. Muito obrigado!

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Guy, Diretor de Pesquisa e Inovação da Embrapa, muito obrigada pelos esclarecimentos.

Antes de passar a palavra para o Senador Beto Faro, eu já vou deixar um questionamento para o Marcelo Porteiro, do BNDES, para que ele já comece a elaborar uma resposta, e aí passamos para o Senador.

A minha pergunta, Marcelo, vai bem na linha do que o Rodrigo Justus, da CNA, colocou aqui para nós. Nós temos um Manual de Crédito Rural, que já determina todas as exigências para concessão de crédito. Então, a pergunta que fica para você: essa ferramenta, MapBiomas, está inserida dentro dessas exigências? Sem problema algum se não estiver, mas o que nós podemos fazer para que ela esteja, para que tenhamos previsibilidade e seguranças nas exigências de captação de crédito?

Uma outra pergunta, o que não ficou claro para mim. Você disse que 99% daqueles que caíram na "malha fina" – vamos dizer assim – do MapBiomas do BNDES, de 99% já foi resolvido, e foi concedido crédito, e de 1% está ainda em análise.

As perguntas: quanto tempo demora essa análise? Porque, às vezes, esse procedimento interno de vocês pode demorar a ponto de um produtor perder a safra. Queria saber qual é a agilidade nesse sentido. Algum crédito já foi definitivamente negado?

Gostaria de saber, desde a implantação, que foi em 2022, se vocês já disseram "não, definitivamente".

Diante desse não definitivo, qual é o procedimento? O procedimento é entregar uma *notitia criminis* para os órgãos competentes? Se você nega o crédito por conta do desmatamento ilegal, você tem acesso a uma informação que, em tese, deve ser apurada e buscada pelos órgãos competentes.

Gostaria de saber se vocês encaminham essa *notitia criminis* para os órgãos competentes.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 258E70E10050AD0D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Enfim, vou passar agora para o Senador Beto Faro.

Com a palavra, Senador.

O SR. BETO FARO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - PA. Para interpelar.) – Presidente, parabéns pela iniciativa.

A todos que vieram aqui, representando as instituições, parabéns pelas apresentações esclarecedoras.

Não temos que ter medo de fazer as audiências, de convidá-los.

Aliás, eu não estava no Senado, mas estava no quinto mandato na Câmara, inclusive em mandatos do Presidente Lula, e não vi, em nem um desses mandatos, tanta gente do Governo vindo a esta Casa, no Senado e na Câmara, como nós estamos vendo neste início do mandato. É muito significativa a forma como os ministérios, os bancos estão vindo, em sinal de respeito ao Senado, à Câmara, dialogando, debatendo. Ministros estão indo aos estados; bancos se disponibilizando para dialogar, para conversar, para tirar dúvidas. Eu quero parabenizar este novo momento.

Ainda há questões de acirramento da política, e não pararemos num período curto, mas acho que nós estamos num bom caminho.

E aqui é o fórum. Nós temos vários instrumentos para poder informar à nossa sociedade, mas este aqui é um fórum importante. É a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária que tem que debater mesmo essa questão dos créditos, dos pontos. Então, nós estamos num dos fóruns extremamente adequados para poder dialogar.

Quero parabenizar o BNDES e todos que fizeram explanações extremamente importantes.

Sou do Pará, um dos estados que, hoje, tem informações do desmatamento, dessa questão toda. Às vezes, fico até meio incomodado.

Quero dizer ao representante do Ibama que gostei muito da sua apresentação, do formato. O único reparo que, se pudesse fazer, faria é que, nas comparações, eu vejo que se compara – isso não é usado por vocês – Altamira com São Paulo. Nós temos São Paulo, como um todo, com toda a industrialização, com toda a questão, São Paulo inteiro tem 240 mil quilômetros quadrados. O Município de Altamira tem 170 mil. Portanto, é um pouco mais o Município de Altamira. Então, a extensão do município de Altamira é muito grande. Nós temos um estado que... Daria umas cinco São Paulo. Então às vezes tem problemas localizados que são problemas grandes, porque ali é grande, porque ali é um tamanho grande. Mas no restante foram muito esclarecedoras as questões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 258E70E10050AD0D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.061557/2023-93-11 (ANEXO: 011)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Primeiro porque a questão desse certo monitoramento, se há a abertura de áreas, a contratação, inclusive, o protocolo, a relação que foi construída com o Mapbiomas, já é do ano passado, não é deste ano. Foi feito inclusive no Governo anterior esse procedimento.

Queria depois até entender qual o período, se é só com relação a esse Plano Safra ou se já vinha sendo feito. E acho extremamente importante que nós tenhamos, seja ele ou outro, esse monitoramento. É extremamente importante, até para quem está produzindo nessas regiões para vender para fora, fora do seu estado, fora do país. Hoje o mercado é muito mais exigente. Você, daqui a pouco, não compra com quem está produzindo de forma ilegal. Eu não acho que gente que está na ilegalidade vem buscar crédito. O cara que está devastando hoje não vem. Talvez até por isso tenha esse percentual aqui... O percentual esclarecido pelo BNDES, do total de pessoas que solicitaram o crédito, não é do total de pessoas monitoradas, é do total de pessoas que solicitaram o crédito, menos de 1% caiu nessa malha fina que você falou, Presidente – menos de 1%. E várias pessoas já estão inclusive comprovando que as suas atividades estão corretas. A pessoa que está hoje contra a legislação, que está fazendo abertura ilegal, essa coisa toda, não vem buscar. É difícil ele vir se apresentar. Muitas vezes não tem nem documento da área, não tem nada, e tal, é na clandestinidade mesmo.

Então, acho extremamente importante que nós tenhamos um mecanismo. Se tem alguma coisa para aprimorar esse mecanismo vamos fazer, mas tem que ter, inclusive como um dos mecanismos de preservação dessa nossa região.

Também essa questão do crédito já foi esclarecida. Nós temos o montante de crédito equalizado e aquilo que foi disponibilizado ao BNDES está sendo trabalhado. Nós temos é que buscar mais. E há um esforço, eu tenho participado de vários eventos do Governo Federal e das falas, inclusive, do Presidente Lula e das pessoas que estão à frente, porque nós temos que buscar recursos para poder fazer o financiamento, organizar o orçamento e buscar recursos para poder fazer essa questão.

Tem um esforço sendo feito hoje pelo Governo para a gente recompor o nosso orçamento, para a gente buscar recursos para poder trabalhar, porque é por aí a saída para geração de emprego e para geração de renda. É por aí a nossa saída no Brasil.

Então, o esforço todo do Governo no sentido de a gente buscar mais recursos. O BNDES tem aqui à disposição... O Ministério da Agricultura hoje trabalha com essa questão, o Ministério da Fazenda, da recomposição, inclusive, dos recursos. Se tiver aqui um Senador que está à disposição para poder, se puder, ajudar e fazer alguma medida, estou junto, para poder ir buscar, porque nós precisamos disso.

Eu tenho percebido como anda isso em nosso país. Muitos órgãos foram desmontados nesse último período e é preciso serem remontados. O Presidente Mercadante... Hoje mesmo vou ter uma

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 258E70E10050AD0D.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conversa com a Tereza Campello. São pessoas extremamente equilibradas. Não são de fazer bravata, não. São pessoas extremamente equilibradas. Já foram ministros do país, já foram ministros. Tereza Campello já foi ministra do país e estão, com certeza, aqui na Comissão e para o diálogo nos órgãos à disposição.

Amanhã eu vou estar saindo aqui de Brasília para Marabá, no Pará, com o Ministro do MDA, com o Ministro Paulo Teixeira, que vai dialogar e não é só com o segmento da agricultura familiar, porque deveria, prioritariamente, o MDA dialogar com esse segmento, mas vai discutir regularização fundiária, que é para pequeno, que é para médio, que é para grande. Nós vamos estar debatendo amanhã, em Marabá, essa realidade.

Então, queria só fazer esse registro de parabéns aos órgãos que estão vindo dialogar, parabenizar a iniciativa da nossa Comissão. E me sinto muito esclarecido pelas informações dos órgãos que foram chamados aqui para tratar desse ponto.

Obrigado, Sr. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Obrigada, Senador Beto Faro.

Em seguida, passo a palavra para o Senador Jaime Bagattoli, e aí devolvo a palavra para o Marcelo.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Para interpelar.) – Bom dia, Presidente Soraya; Guy, da Embrapa; Jair Schmitt, do Meio Ambiente; Rodrigo, da CMA; e Wilson de Araújo, representando aqui o Ministério da Agricultura.

Primeiramente, eu quero dizer ao Jair Schmitt o seguinte: sobre essa questão de desmatamento, o desmatamento hoje, até foi dito aqui pelo Senador, não existe em propriedades rurais que estão documentadas. Há muito pouco. Hoje seria uma loucura um produtor rural que está apto – entendeu? – a adquirir crédito rural, que está com a sua reserva averbada, legalizada... Jamais ele vai fazer uma coisa errada, até porque ele sabe... Não é porque é o Governo que está aí, o governo de centro, o de direita ou o de esquerda. Nós temos até que esquecer essas coisas. Nós temos que pensar num Brasil independente de qual é o governo, até porque nós temos que olhar para frente e ver que 208 milhões de pessoas são muito mais importantes do que qualquer partido político.

Tem tantas ONGs para cuidar deste Brasil, para ver a questão ambiental, para ficar falando sobre questão ambiental. O que nós precisamos fazer, Sr. Jair Schmitt, o senhor que está hoje à frente do meio ambiente, é regularizar, simplificar essa regularização de crédito de carbono para quem tem a sua reserva averbada. Nós temos que simplificar isso, porque, se nós simplificarmos isso, se realmente isso for acontecendo, você pode ter certeza de que nenhum produtor vai querer fazer desmatamento ilegal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4640E500050AD0C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Uma outra coisa que nós temos que olhar para o futuro e pensar a respeito é essa questão da regularização fundiária. A partir do momento em que nós chegarmos a um consenso de que temos que regularizar as terras, principalmente desses pequenos produtores, também dos médios, dos grandes, de todos, a União vai receber com isso, todos nós vamos receber com isso. E o que vai acontecer? Nós vamos legalizar esse produtor que, hoje, está trabalhando na ilegalidade.

Então, nós precisamos pensar que nós precisamos documentar essas pessoas. Nós temos que trabalhar firmemente, e eu acredito que o Governo vai trabalhar firmemente nessa regularização fundiária.

Quanto à Embrapa, eu quero dizer da importância que teve a Embrapa. O senhor foi muito firme nas suas palavras e quero dizer que eu conheço aquela Região Norte, eu sou do Estado de Rondônia, e lá não existe catástrofe, porque está chovendo muito agora. São nove meses de chuva, nunca mudou aquilo lá, eu moro lá há quase 50 anos.

Aquele negócio de todo mundo dizer agora: "Olha, está chovendo muito na Amazônia no mês de março!". Eu tenho todos os dados de chuvas da Embrapa de Vilhena, desde 1971. O ano em que menos choveu foi 1973, praticamente há 50 anos. E hoje vem chovendo... Eu moro em uma cidade em que chove em torno de 2,5 mil milímetros/ano. É um privilégio! Naquele Estado de Rondônia, são nove meses de chuva, só tem três meses de interrupção e não dá mais a seca que dava no passado. No passado, chegava a dar 120 dias; hoje, não dá mais. Não me pergunte, não sei o porquê.

Mas eu quero dizer que o senhor foi muito firme aqui quando o senhor falou da Embrapa, da importância da Embrapa, independentemente de governo, da importância que a Embrapa teve no desenvolvimento. Lá no passado, no final da década de 70, nós produzíamos 30 sacos. O senhor foi feliz nas suas palavras. Hoje, no Cerrado, produz-se mais de 70 sacos – em média! Em média! Então, no desenvolvimento da soja, do algodão, do milho safrinha, do café clonal... Nós temos, hoje, no Estado de Rondônia, mais de 60 mil hectares de café com altíssima produtividade.

Então, nós precisamos ver todas essas questões. A questão do CAR é uma situação muito importante – pode estar lá conversando – que tem que ficar dentro do Ministério da Agricultura, porque isso é uma questão que já é uma dificuldade para o produtor. Essa situação do CAR tem que continuar lá dentro do Ministério da Agricultura.

Eu quero dizer para o senhor, Sr. Wilson, que cada Ministro da Agricultura fez a sua parte. Todos que passaram aí, independentemente de governo, cada um fez a sua parte. E a gente sabe que, quando se assume uma pasta dessas, é para o bem da agricultura, o bem da pecuária, o bem de tudo, para que possamos aumentar a nossa produtividade.

Quando o senhor falou também sobre o segmento da produtividade do bovino... Antigamente, não era como o senhor falou. O senhor falou, assim, que era com quatro anos que se matava um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4640E500050AD0C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

animal, com cinco anos, seis anos, antigamente. Hoje, eu estou dentro do segmento e eu sei também – estou no segmento de soja e de boi – como nós os aperfeiçoamos e, hoje, estamos matando o boi com menos de três anos. Isso até é um negócio...

O pessoal está na China, e acho que o Presidente Lula vai à China também nesta semana. A gente tem que, no futuro, não neste momento, mas no futuro, até rever aquele protocolo que teve lá, o descaso que aconteceu de um caso atípico da vaca louca, e aí nós prejudicamos não só o setor produtivo, pois não prejudicou só o médio e o grande produtor, mas prejudicou, no geral, principalmente, o pequeno produtor, aquele que cria o bezerro e que hoje está sofrendo uma grande dificuldade.

Quanto aos valores de crédito rural. O crédito rural, e eu ouvi aqui o senhor falando sobre os depósitos à vista, é 25% – 25%! Eu acho que isso tinha que ser mais até, porque eu falo para vocês da importância do crédito rural principalmente para fomentar a agricultura familiar, os pequenos produtores, que são os grandes geradores de emprego e renda por este país.

Então, é de grande importância nós aumentarmos essa situação do crédito rural principalmente para o miniprodutor, para a agricultura familiar, o médio e o grande produtor.

Eu queria falar para o senhor da CMA que o senhor foi muito feliz nas suas palavras também falando sobre nós produtores rurais. E eu vou me enquadrar aqui não só na condição de Senador da República, até porque essa função, para mim, aqui, é uma novidade, porque eu venho do setor produtivo. Eu jamais havia assumido um cargo político neste país. Nunca fui Vereador, não fui Prefeito, não fui nada. Até era um sonho, talvez, da cidade onde eu moro, uma cidade de 100 mil habitantes, eu ter sido Prefeito, mas não fui. E eu vim e fui eleito direto ao Senado da República, quase uma coisa inexplicável.

Eu quero dizer para vocês que eu estou aqui numa luta, eu quero batalhar pelo bem do Brasil. Nós sabemos, Sr. Jair Schmitt, nós sabemos da importância de nós preservarmos o meio ambiente, as nossas propriedades, nascente d'água, tudo. Agora, não faz justiça também nós sermos chamados de bandidos por uma imprensa, nós sermos colocados como vilões, dizerem que o agronegócio é o vilão de uma situação que está causando problemas ao meio ambiente.

Eu conheço a Europa, conheço os Estados Unidos, já fui à China, eu conheço os países lá para fora, e lá ninguém preservou nada. Não existe um código florestal tão amplo quanto o nosso. Agora, nós precisamos também que o setor público olhe para o produtor com outros olhos. Nós temos que ser tratados como pessoas do bem, como pessoas que estão produzindo, como pessoas que estão lá no campo. E eu falo para o senhor, Sr. Jair Schmitt, que não vá pensar que são só o médio e o grande produtores, não, nos quais eu me encontro, mas também o pequeno produtor. Nós temos mais de 70 mil propriedades hoje no Estado de Rondônia que são de pequenos produtores. Não tem um

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4640E500050AD0C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

documento da propriedade deles. Eu gostaria que muitos de vocês que estão aqui hoje à frente dessas Comissões conhecessem a realidade do campo, como funciona lá no campo.

E outro setor, aqui, também – só para eu terminar minhas palavras –, outro setor que é tratado como vilão, como um destruidor da mata, é o setor madeireiro.

Eu falo para vocês que eu fui neto de madeireiro, sou neto. Meu avô era madeireiro, meu pai. Quando fui para o Norte do Brasil – estou com 62 anos –, já fui para mexer com serraria. Fui motorista de caminhão, fui tudo, então eu conheço isso. E o setor madeireiro é tratado como bandido lá.

Vocês sabiam que o setor madeireiro é o que mais ajuda na preservação da Amazônia? Pouca gente sabe disso, porque muita gente vive dentro do ar-condicionado, mas não conhece lá no campo. Gente, quando se faz um plano de manejo florestal, aquela área tem que ficar intacta durante mais de 30 anos. Eu fiz plano de manejo no passado; são 30 anos. Ele vai lá coletar cinco, seis árvores por hectare, o resto da mata vai ficar lá. Depois de dois anos que ele fez a exploração, você pode sobrevoar de helicóptero na copada das árvores, a vegetação está intacta. Agora, se ele vai tirar madeira em reserva indígena que não for legalizada, se vai tirar em áreas que não foram legalizadas, aí tudo bem, tem que ser revisto. Mas, na minha opinião, aqui nesta Casa, até as áreas indígenas deviam ser revistas para que houvesse plano de manejo, sim, nessas áreas, porque eu vou falar uma coisa para vocês: isso não vai destruir a mata, isso não vai destruir. E ter áreas que fossem reservadas, numa boa parte delas, para ser feito plano de manejo.

Meu muito obrigado. Quero dizer para você, Presidente Soraya, desejo a você muito sucesso à frente desta Comissão. Nós estamos aí para contribuir com aquilo que podemos fazer para ajudar você dentro do setor produtivo.

Para finalizar, quero dizer mais uma vez, vamos voltar a esquecer se é de esquerda, de centro, de direita; vamos pensar no Brasil, que o Brasil é grande, com 208 milhões de pessoas.

Meu muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Obrigada, Senador Jaime Bagattoli.

Realmente quem está preocupado em trabalhar não está preocupado com discurso ideológico. O Brasil tem pressa.

Senador Jayme Campos. Marcelo, Jayme Campos voltou aqui.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – É só um minuto, Sra. Presidente.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E4640E500050AD0C.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.061557/2023-93-13 (ANEXO: 013)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Está com a palavra, Senador, vários questionamentos que fizemos ao Marcelo, do BNDES.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Para interpelar.) – Antes de mais nada, quero cumprimentar V. Exa., Sra. Presidente, Soraya Thronicke, todos os convidados, meu querido amigo pessoal aqui, Rodrigo Justus, Wilson, Guy, que é um nome difícil para falar o finalzinho lá, e o Jair Schmitt, representando o Ibama também.

Eu quero apenas acrescentar o seguinte: é louvável a iniciativa de V. Exa. de promover eventos como este, certamente esclarecedores, para nós termos uma visão de Brasil em relação à política agrícola que nós pretendemos ter de 2023 até os próximos anos da atual gestão.

Na verdade, é muito esclarecedora a intervenção de alguns Senadores, que já tiveram a oportunidade de fazer suas indagações e externar suas opiniões em relação ao setor produtivo, ao agronegócio, à pequena agricultura familiar. É bom chamarmos atenção de que não podemos pensar se é direita, se é esquerda, se é centro. Acho que nós temos que pensar no futuro do Brasil, este país generoso. E temos hoje a satisfação e o orgulho de dizer que nós somos o maior produtor de soja do mundo; depois vêm os Estados Unidos; e, para minha alegria, o Mato Grosso é o terceiro maior produtor, e já ultrapassamos até a Argentina.

E ninguém pode desconhecer que o agro, de uma maneira geral, tem contribuído sobremaneira com a nossa balança comercial, produzindo com tecnologia, avançando todos os dias, produzindo de forma sustentável, e isso nos dá a garantia absoluta de que nós vamos ser um país que vai dar a si a oportunidade de contribuir com a questão alimentar do planeta.

Nós não podemos ter a visão de que o agro, o homem do campo vive destruindo, é o depredador, ou seja, está fazendo com que a questão climática possa estar, eventualmente, mudando o planeta e, por consequência, o Brasil. Não é verdade, não. Não é verdade.

Eu estava no meu gabinete e ouvi as palavras do nosso representante da Embrapa; é o que eu precisava de incentivo. É a questão da bioeconomia em relação aos pequenos que estão, sobretudo, na Amazônia Legal brasileira – são alguns milhares ou milhões de brasileiros que, lamentavelmente, não têm uma política definida –, é a questão da regularização fundiária e assim por diante.

Na verdade, o Brasil é um país que tem um Código Florestal, de que eu tive a primazia de participar como Senador da República, no meu primeiro mandato, e de participar da Comissão. Eu ajudei a construir esse Código Florestal. É avançadíssimo! É um dos mais modernos do planeta!

Ninguém pode desconhecer que o nosso país é o que mais preserva. Lamentavelmente, estão tendo o Brasil como se fosse o grande vilão destruidor do planeta, que está produzindo dióxido de carbono acima daquilo que teria que produzir. Não é verdade nada disso aí. Aqui está tão avançado, Schmitt, que, no Mato Grosso, agora já tem empresas que estão produzindo etanol de milho e já estão

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B4092B200050AD09.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

quase concluindo os seus projetos, aguardando apenas a aprovação de uma lei aqui no Congresso Nacional – eu sou, inclusive, o Relator da matéria – em relação ao dióxido de carbono. Nós vamos enterrá-lo a 3 mil metros, extraindo, eventualmente, o que ele produz de dióxido de carbono – numa profundidade de 3 mil metros –, com investimentos algo parecido com R$400 milhões. Você imagina quanto ele vai capturar? É óbvio que isso vai permitir que ele possa vender esse crédito de carbono no exterior, até para fazer as compensações, que são mais do que justas.

Então, são avanços tecnológicos que nós temos muitos aqui acima da média mundial, Rodrigo. É invejável! Agora, quando você fala aqui da questão de destruição, o Brasil preserva sessenta e poucos por cento do seu território nacional, seja o cerrado, seja as florestas, seja o Pantanal, seja as caatingas, seja a Mata Atlântica e assim por diante.

Eu quero crer que nós temos que ter uma visão de futuro, e o Governo não pode ser contra o povo brasileiro. Nós não podemos permitir pseudoambientalistas – os pseudos, é bom que se esclareça – que defendem o ecossistema. É uma falsa, e nós sabemos que muitos desses aí tiram proveito pessoal até em relação a dinheiro que colocam no bolso. Só na Amazônia brasileira, se você fizer um levantamento estatístico, quantas ONGs nós temos lá que estão defendendo os povos indígenas, outras defendendo as florestas? Não é bem assim, não. Quem está lá, meu caro e ilustre Senador, sabe perfeitamente. Agora, ninguém está aqui para defender os que estão à margem da lei; quem está à margem da lei tem que ser, de fato, punido de forma implacável, dentro da forma da lei, para que não destrua ou deixe de fazer com que este país possa ser respeitado internacionalmente.

O Brasil hoje está sendo com certeza um calo no sapato de muitos países aí. Esse negócio da vaca louca... Isso não tem cabimento, não tem cabimento! Uma vaca, isolada e pontualmente, no Estado do Pará! Isso interrompeu nossa exportação para a China. Você não sabe o tamanho do prejuízo que deu na cadeia.

E, com isso, o que acontece com os frigoríficos? Têm o privilégio de marcar escala, pôr o preço que querem, e ali não é só o grande não. O pequeno, como bem disse ali, hoje está numa situação quase que impagável, de não conseguir pagar lá o dia a dia, o cotidiano, o seu peão que tem lá na fazenda, comprar o sal, arrumar uma cerca, etc.

E, para minha alegria hoje, Soraya, graças a Deus, a China suspendeu esse embargo que nós tínhamos com relação à nossa exportação. Estamos abrindo novos mercados, como é o caso do México. Acabamos de abrir agora o México e outros países para, com certeza, melhorarmos a nossa exportação. Exportamos muito pouco ainda em relação ao nosso volume de produção. O máximo que estamos exportando hoje eu acho que é 24% a 25% de toda a produção da nossa carne brasileira.

Mas eu quero concluir dizendo que, quando vejo o Marcelo, o nosso representante aqui do BNDES, diante das informações oficiais, que é a contratação de diversas linhas de crédito ao longo do ano, eu pergunto a ele: além do BNDES, qual seria ou qual deveria ser o papel do Banco Central e das

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B4092B200050AD09.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

instituições parceiras, as agências de fomento, bancos de montadoras, cooperativas de crédito, bancos cooperativos, bancos privados e os bancos públicos, na produção e publicação dos dados estatísticos relacionados às linhas de crédito ofertadas no Plano Safra?

Até agora não temos isso aí. Nós temos que saber. Falta essa informação. Qual o papel do Conselho Monetário e do Ministério da Fazendo, do Ministério da Agricultura na definição do volume dos recursos que podem ser apontados a cada linha de crédito do Plano Safra em cada ano? Ninguém tem conhecimento disso aí.

E ele estava aqui falando que ele tem cento e tantos bilhões... Na verdade, o que está disponibilizado no *site* do BNDES aqui é o seguinte: R$2,9 bilhões que estão sendo alocados nos programas agropecuários do Governo Federal, que é o PAGF.

O BNDES informa que na agricultura familiar serão alocados R$491 milhões e, na agricultura empresarial, R$2,4 bilhões. Quando se fala desse total, nós temos que estratificar os 100 bilhões, 90 bilhões. O que, de fato, é para a agropecuária ou para o agronegócio brasileiro? Ademais, esse volume muitas vezes é para atender uma demanda do comércio, da indústria, da infraestrutura, etc. Eu confesso que eu não consegui apurar esses números, para que a gente possa ter conhecimento.

Viu, nosso representante do BNDES. Marcelo, né? Marcelo.

E, considerando que a maior parte dos agricultores familiares historicamente não consegue obter crédito rural público, quais são os critérios para definição do montante dos recursos que devem ser destinados a essas duas principais categorias de produtores rurais?

Com essa indagação, eu me dirijo a ele.

A presença de V. Exas., se me permitem chamar assim, foi muito esclarecedora, muito oportuna. Eu quero cumprimentar aqui os senhores, na medida em que todos externaram a opinião de cada setor, seja do Ibama, da Embrapa, aqui do Ministério da Agricultura, do Mapa e da CNA.

Para mim, é um privilégio, na medida em que também eu sou um pequeno produtor. Não sou como o tamanho do xará, do Jaime aí, não é? Sou um sitiantezinho. Nasci na roça também, como ele nasceu. Não fui madeireiro, mas fui pequeno sitiante, não é, Rodrigo?

E estou muito feliz de participar e vejo, Senadora Soraya, a contribuição que nós poderemos dar. Nós não podemos levar para o campo do radicalismo isto aqui, não. O Brasil não merece isso, não. Não podemos, em hipótese alguma.

Como a nossa Diretora do BNDES, ela foi muito infeliz na fala dela, a Tereza Campello, não é isso, Rodrigo? Ela foi dizer que a obesidade tem a ver com o agronegócio. Essa é uma piada até. Isso é piada

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B4092B200050AD09.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

de mau gosto. Não dá nem para assimilar, não é? Você falar... Ela falou, desculpando aqui a Tereza, não a conheço pessoalmente, mas ela falou muita asneira, não é?

E ela tem que medir as palavras, até porque isso compromete até o Governo, porque eu acho que o Presidente Lula está muito bem intencionado, não é isso? Está abrindo outros mercados. Tanto é verdade, que vai à China tentar aumentar o volume de comércio nosso, não só com a China, mas com outros países, sejam asiáticos ou onde quer que seja.

Agora vem uma diretora do BNDES falar uma asneira dessa aí. Isso é muito ruim, não é? Isso acho que é até humilhante para todos nós brasileiros, sobretudo aquele que produz, que constrói a grandeza deste país, gera emprego, gera produção, gerando oportunidade. Ela não poderia falar isso, não. Isso é extremamente comprometedor, degrada a imagem do Governo, degrada. E você tem que entender que você representa um órgão extraordinário, que é o BNDES, que é o banco de desenvolvimento.

Nós temos algumas instituições brasileiras que nós temos que bater continência, bater palma. É o Banco do Brasil, é a Caixa Econômica, é o BNDES, não é isso? A Petrobras. São instituições de Estado, que nós temos que ver que temos que aplaudi-los, porque eles foram os grandes benfeitores, durante a sua história, em defesa dos interesses de toda a sociedade brasileira, particularmente aquela que faz, induz o desenvolvimento, porque o BNDES tem um papel preponderante.

Não podemos transformar aquilo também lá num covil de esquerda, direita, meia esquerda, sei lá, a ponta, sei lá qual é o termo que eu vou usar, xará. Nós temos que ser ali, trabalhar em prol do Brasil, um Brasil com desenvolvimento, um Brasil com justiça social, com cidadania, respeitando os marcos jurídicos que nós temos no Brasil, de que não podemos, em hipótese alguma, abrir mão, da segurança jurídica, em hipótese alguma. Nós temos que ter a segurança jurídica garantida para qualquer cidadão.

Com muita tristeza, eu vi agora uma informação de que, se por acaso uma terra tem um indicativo de que por ali passou um índio há 200, a 400 anos, essa área já está no radar para que possa ser ampliada essa área. E como é que faz? Tem cidadão no Mato Grosso do Sul, que eu vi lá, que está há 100 anos na propriedade e está todo ele lambeado já. E por incrível que pareça, já estão comunicando ao Banco Central para que esse cidadão não possa ter acesso ao crédito rural. Você imagina! Até porque é um indicativo, não tem nada materializado.

Então, são preocupações que nós trazemos a esta Comissão, Sra. Presidente Soraya Thronicke, para que nada disso aí possa prosperar ou avançar, ou gerar intranquilidade no campo. Não, não pode.

Hoje eu fico alegre de ver aqui o pessoal da Embrapa. Participei do evento em que foi até homenageada a CNA pouco tempo atrás.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B4092B200050AD09.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil, daqui a três anos, Margareth, três anos no máximo, nós já estaremos autossuficientes em trigo, aqui neste Brasil central. Aqui vamos ser autossuficientes em trigo. Você imagina, 99% do trigo aqui no Brasil, 95 anos atrás, vinha, era importado. Temos a capacidade, nestes próximos três anos, informação da Embrapa, de estarmos aqui com a capacidade de abastecer o mercado interno. Você imagina? Temos a capacidade, agora, já estamos tendo a possibilidade, de o Brasil exportar feijão para a China. Quem diria que o Brasil ia ter um mercado grande. Não é isso? Eu vejo a Índia, que come lentilha. O Mato Grosso está produzindo lentilha. Vamos exportar lentinha...

(*Soa a campainha.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – ... do Mato Grosso para a exterior também. Então, isso é um avanço.

Quero encerrar cumprimentando V. Exa. e os demais convidados aqui e nos colocarmos à disposição para travarmos aqui um bom debate e buscarmos soluções para os problemas do Brasil e, sobretudo, para o meu querido Estado de Mato Grosso.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Obrigada, Senador Jayme Campos.

Antes de passar a palavra ao Marcelo Porteiro, do BNDES, eu gostaria de agradecer a participação de quem está acompanhando, via internet ou pela televisão, a nossa audiência pública.

Gostaria de agradecer a participação da Nathaly da Silva, de Pernambuco, do Eduardo Almeida, do Rio de Janeiro, do Gustavo Mariano, do Distrito Federal, do José Cleison, de Alagoas, do Lúcio Ruivo, de São Paulo, do Paulo Henrique, do Espírito Santo, que fizeram comentários e também perguntas.

Considerando que algumas perguntas não são atinentes exatamente ao tema que nós estamos debatendo hoje, neste momento, vou deixar para responder a vocês, junto com a equipe, via *e-mail*, mas quero, sim, agradecer a participação de vocês.

Marcelo, com a palavra.

Muito obrigada.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO (Para expor. *Por videoconferência.*) – Obrigado, Presidente.

Primeiro, aqui, algumas questões levantadas pela Presidente Soraya. Quero colocar aqui algumas informações em relação ao MCR. O MRC (Manual de Crédito Rural) é o grande orientador da

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 21F2A1120050AD08.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessão de crédito rural para todas as instituições financeiras. O próprio Manual de Crédito Rural prevê, no item 1:

> O Manual de Crédito Rural (MCR) codifica as normas aprovadas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e aquelas divulgadas pelo Banco Central do Brasil relativas ao crédito rural, às quais devem subordinar-se os beneficiários e as instituições financeiras que operam no Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), sem prejuízo da observância da regulamentação e da legislação aplicáveis.

Então, o próprio MCR emite, segundo a avaliação, inclusive, do jurídico do BNDES, o comando de que as instituições financeiras estão obrigadas a observar outros regramentos, outras legislações e atos infralegais.

Nessa linha, um destaque importante é o próprio Código Florestal que prevê, lá no art. 26, que:

> A supressão de vegetação nativa para uso alternativo do solo, tanto de domínio público como de domínio privado, dependerá do cadastramento do imóvel no CAR, de que trata o art. 29, e de prévia autorização do órgão estadual competente do Sisnama.

Então, a gente acredita que com essa abordagem preventiva – em que a gente está fazendo uso da ferramenta Mapbiomas, como a gente procurou deixar claro aqui na exposição –, a gente está perfeitamente alinhado com essas legislações, dando sempre a oportunidade de o produtor rural apresentar as documentações complementares para comprovar que aquela imagem ou está respaldada por algum ato, como o ato que autoriza a supressão vegetal, ou por algum outro ato que ele detenha.

Por isso, a gente frisa, novamente, que a gente não nega a operação. A operação, num primeiro momento, fica aprovada, dando a oportunidade ao produtor rural de fazer as comprovações e permitir que a operação tenha seguimento. Eu destaco, novamente, que das 58 operações que correspondem a 1% do total de operações que foram apresentadas ao BNDES nesse período, ou seja, uma faixa muito pequena de operações que caíram, digamos assim, nessa malha fina, 99% das operações sequer tiveram qualquer apontamento. Elas passaram diretamente, sem nenhum tipo de problemas. Apenas 1% apresentou algum provável indício que precisa ser apurado e que precisa ser melhor documentado.

Com relação à velocidade de comprovação e à velocidade da aprovação do crédito e da contratação desse crédito, da liberação, depende muito ali de o produtor rural procurar, buscar a instituição financeira, apresentar essa documentação, para que permita dar seguimento. Como destaquei, nove produtores já o fizeram e já comprovaram que havia regularidade e as operações seguiram normalmente seu curso de concessão. Essa velocidade, como disse, destaquei, depende bastante do produtor e, na relação da instituição financeira parceira com o BNDES, ela é feita de maneira totalmente digital. Então, uma vez apresentada a documentação e a instituição financeira

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 21F2A1120050AD08.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

considerando que a documentação é suficiente para suprir todas as dúvidas, a aprovação é imediata. Ela se dá de forma digital, ela se dá em tempo real. Então, realmente, a gente consegue aí ter uma velocidade muito grande para atender o produtor.

De fato, a gente não teve ainda nenhuma situação em que foi definitivamente negado o crédito. Então, a gente está aprendendo também. É um processo muito novo aqui no banco, estamos aprendendo sobre ele e a gente vai se debruçar sobre esses casos concretos para ver que providências precisariam ser tomadas. A orientação às instituições financeiras é de que elas busquem as documentações, que a gente procure ao máximo enquadrar essas operações e permitir que o crédito seja acessado, mas, eventualmente, se tiver alguma situação em que fique comprovado que a gente não tem essa documentação de suporte, a gente vai ter que analisar juridicamente as providências que deverão ser tomadas. A gente não tem ainda nenhum caso nessa situação. Todas as situações ou estão sendo comprovadas, estão tendo seguimento, ou ainda estão sob análise.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – A resposta do Senador Jayme Campos, Marcelo...

Gostaria de repetir, Senador? Ou... Não sei se anotou.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO (*Por videoconferência.*) – Eu anotei – eu anotei. Se me permite...

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Ah, o.k.

O SR. MARCELO PORTEIRO CARDOSO (*Por videoconferência.*) – ... eu posso desenvolver aqui.

Acho que a preocupação do Senador Jayme Campos é bastante pertinente. Eu acho que a gente precisa de bastante transparência no crédito rural. O crédito rural é um crédito subvencionado, é um crédito que é apoiado por recursos do contribuinte em última instância.

Então, acho que ter transparência nas instituições financeiras que operacionalizam o crédito rural é de suma importância. A gente se alinha bastante com essa visão, com esse pensamento. E o BNDES procura divulgar todos os dados das operações que buscam crédito rural em sua página na internet. Como o Senador destacou, a gente tem uma página com todas essas informações a que a gente procura dar total transparência.

A gente fica à disposição também do gabinete do Senador caso ele queira mais informações, eventualmente, queira mais esclarecimentos. A gente fica completamente, aqui, à disposição para uma reunião ou para um encontro para especificar qualquer informação que ele deseje.

Em relação à aplicação dos recursos que o Senador destacou, os R$2,9 bilhões, eles foram integralmente disponibilizados para os produtores rurais. Então, aqui, a gente está falando de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 21F2A1120050AD08.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

programas agrícolas do Governo Federal, e o foco sempre é o produtor rural ou as cooperativas que atendem o produtor rural.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Satisfeito, Senador? (*Pausa.*)

Então, eu vou passar a palavra aqui para o Wilson Vaz, do Mapa, porque eu fui instada aqui a complementações e comentários.

Wilson e, posteriormente, Rodrigo Justus.

Não sei se V. Exas. gostariam depois de complementar, mas está aberto também.

O SR. WILSON VAZ DE ARAÚJO (Para expor.) – Senador, acho que eu vou dar uma mãozinha para o Marcelo. Há um comentário que eu acho que ele deixou de fazer. Esses R$2,9 bilhões, na verdade, foi um complemento dos R$19 bilhões – entendeu? – que ainda não tinham sido liberados. Então, foi isso que aconteceu.

Quanto à estatística, o Banco Central tem sistemas de cadastro das informações de crédito rural e do Proagro, onde se registram todas as operações. E, ali, tem por cultura, tem por estado, tem por programa de investimento, custeio, Pronaf, Pronamp... Tem tudo ali também no *site* do Banco Central.

Eu deixei uma apresentação aqui, Senador – eu não sei se o senhor estava na hora em que eu apresentei –, mas está aqui: nós fazemos a programação de recursos do Plano Safra, nós nos baseamos no que aconteceu no ano anterior, nas demandas que os diversos setores nos encaminham, no que o sistema financeiro se propõe a operar e mais o que o Tesouro nos dá de orçamento para equalizar e o que tem nas diferentes fontes do crédito rural, todas elas, inclusive fontes constitucionais. E, aí, a gente faz essa projeção de demanda e o que o Plano Safra contempla. É isso que a gente faz e é isso que a gente pretende fazer no próximo. Eu espero, decerto, pelo movimento que a gente vê lá do Ministro Fávaro, do Presidente Lula, que deve, sim, vir um apoio maior. É isso que a gente espera no crédito rural.

Então, no *site* do Mapa, tem diversas formas de divulgação desse sistema de crédito rural oficial e também do sistema privado, que acontece no mercado de capitais e bancos – CRA, CDCA, LCA. Tem algumas informações lá que estão à disposição e podemos, sim, esclarecer muito do que está lá dentro.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Muito obrigada, Wilson.

Com a palavra, para as suas considerações finais, o Rodrigo Justus.

O SR. RODRIGO JUSTUS DE BRITO (Para expor.) – Senadora, eu queria só fazer uma observação.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 21F2A1120050AD08.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quando o Jair Schmitt falou aqui da questão de que a maior parte dos produtores que fizeram supressão não tem autorização, isso se deve a um fato e esse fato merece providências. Para a emissão de uma autorização de supressão, é necessária a aprovação do CAR, que é o Cadastro Ambiental Rural. Por quê? Porque é o CAR que diz se tem área sobrando, passível de ser aberta ou não, dentro da propriedade.

Até hoje, nós não temos nem 1% dos cinco milhões de Cadastros Ambientais Rurais do Brasil analisados pelos órgãos estaduais de meio ambiente. São poucos os estados que se mexem para fazer isso. Cito o exemplo de Mato Grosso. Mato Grosso é o estado que constituiu uma equipe de 50 pessoas para fazer só isso: analisar e acabar com essa fila de análise do CAR, e isso está andando. O Estado de São Paulo também. O resto não toma providências. E mais: por causa disso, há milhares de pedidos de autorização de supressão de áreas que são passíveis de serem utilizadas. Essa autorização não é expedida porque é o CAR que diz se está sobrando área para que possa ser emitida essa autorização e ser exercido esse direito.

E aí nós vemos o Fundo Amazônia – gerido pelo BNDES, não é? –, deveria chamar os estados e utilizar parte desse recurso para promover um mutirão e fazer a análise de todos os cadastros, porque depois que os estados analisarem todos os seus cadastros, ele não precisa ter uma equipe de cinquenta, cem pessoas lá. Ele vai ter uma equipe de manutenção, porque compra fazenda, vende fazenda, divide a área, soma área.

Então, na verdade, o que eu vejo é que isso vai pegar muito grave agora, não a questão do BNDES, mas a questão do *diligence*, que é a questão das exportações para a Europa, que os Estados Unidos também veem nesse sentido e outros países.

Então, ou o Governo, no caso, os estados, cumprem o seu papel e analisam esses cadastros ou os produtores desses estados estarão muito em breve desacobertados e terão dificuldades para vender os seus produtos para as próprias *tradings,* e por quê? Porque será necessária a comprovação da rastreabilidade.

Nós temos feito as discussões com a União Europeia, com técnicos da União Europeia para a questão da implementação desse processo, e dois anos são muito ligeiros, e isso vai acontecer.

Então, eu acho que é um ponto de atenção que pode ser discutido aqui – nesta Comissão, inclusive –, chamando a entidade que congrega os secretários de meio ambiente dos estados e também o Governo Federal, que detém aí mais de um bilhão de euros na mão... Que não seja gasto esse dinheiro só fazendo cartilha disso, cartilha daquilo, e distribuindo para ONGs e tal. Que seja utilizado para regularização fundiária e regularização ambiental prioritariamente, para que nós possamos separar, como foi dito aqui, o joio do trigo, e que nós não tenhamos prejuízos comerciais aí na seara internacional e nessa questão da reputação, que hoje é muito importante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1CF7731A0050AD07.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, agradeço, Senadora, a participação aqui. Estamos sempre à disposição.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Obrigada, Rodrigo.

Passo a palavra para o Jair Schmitt, do Ibama.

O SR. JAIR SCHMITT (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Tenho duas ponderações e observações, até a partir da pergunta que a senhora fez ao BNDES, não é? Refletindo aqui e também trazendo algumas reflexões dos nossos Senadores, enfim.

A primeira delas é em relação à constatação do desmatamento: é um olhar técnico, forense, pericial, não é? A gente não precisa ter medo de imagem de satélite, tá?

A imagem, em si, enfim, está cada vez mais aperfeiçoada. Existem diversas soluções, inclusive públicas, que qualquer cidadão, às vezes, pode acessar aí para verificação de informações ambientais, para outras informações, inclusive para gestão do próprio imóvel rural, da produção. A Embrapa, aliás, é um órgão de excelência, que também atua nessa área com pesquisa sobre geoprocessamento e tudo mais, não é?

Então, em relação às constatações de desmatamento, seja por uma solução, MapBiomas, mas aí eu também me refiro aqui ao próprio Inpe, que é um órgão de pesquisa do Estado brasileiro, reconhecido e com excelência, que também gera informações seguras e precisas.

Então, enfim, essa é uma primeira observação: que a gente não deve ter medo da informação, mas, sobretudo, é como a gente usa a informação. Acho que esse é o grande diferencial.

Aí, conectando um pouquinho com a minha fala anterior, inicial, inspirada novamente pela sua pergunta, e também aqui trazendo um pouco mais de complementação à própria fala do BNDES, acho que o BNDES teve uma excelente iniciativa no sentido de proteger os interesses do Brasil quando a gente olha para o agronegócio, a partir do momento em que ele tenta também, da sua maneira, separar o joio do trigo. Nós não podemos tomar por regra que todo mundo é errado. Mas, principalmente, nós vamos buscar informações sobre quem está desmatando legalmente e quem está vindo buscar esse crédito com uma infração, com um crime cometido. Eu acho que aqui, em todas as falas, há o consenso de que ninguém tolera crime, ninguém tolera infração.

Então, vamos pegar essas pessoas que estão cometendo crimes e infrações e dar o tratamento, inclusive buscando recuperação da área, uma medida ou outra reparativa e tudo o mais. O Código Florestal tem vários mecanismos ali previstos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1CF7731A0050AD07.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Tem uma ferramenta que é gerida pelo Banco Central – aí sim a sua pergunta – que é o Sicor. É um sistema que tem todas as informações que as instituições financeiras utilizam para conceder crédito rural. O Sicor é decisivo para a gente separar o joio do trigo, porque se nós tivermos no Sicor as informações de quem desmatou legalmente daquele que não desmatou legalmente, aí sim a gente vai fazer justiça a quem age corretamente e atende a legislação, daquele que não atende e cria inclusive óbices e danos à reputação do Brasil como produtor, como exportador e assim por diante.

Então, eu acho que o exemplo do BNDES talvez nos traga lições aprendidas ou a própria evolução da implementação da iniciativa do BNDES, para que a gente amplie essa abordagem e justamente busque essa separação do joio do trigo, com informações públicas, confiáveis, robustas, e assim por diante.

Então, eu acho que a nossa provocação vai de a gente ter uma visão inversa: nós termos uma oportunidade de melhoria e de valorização daquilo que é produzido legalmente daquilo que não é. Então, o nosso pensamento vai muito nessa linha. E acredito que, sim, que a iniciativa do BNDES é positiva, em que pese que possa ter transmitido algum ruído de comunicação. Mas acho que a intenção pelo interesse público está acima disso tudo.

Então, reforço os nossos agradecimentos por participar aqui e também nos colocamos à disposição aí para outras contribuições.

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Obrigada, Jair.

Obrigada Senador Jaime Bagattoli, pela presença.

Passo agora a palavra para o Guy de Capdeville, da Embrapa.

O SR. GUY DE CAPDEVILLE (Para expor.) – Obrigado, Senadora.

Vou aproveitar para agradecer essa oportunidade desse excelente debate. Eu acho que é um tema realmente recorrente para o qual nós precisamos trazer soluções definitivas.

Eu gostaria inicialmente aqui de oferecer o trabalho da Embrapa com soluções tecnológicas, com possibilidade de desenvolvimento de novas soluções que possam ajudar ao produtor rural ter segurança no seu processo produtivo e é claro garantir isso para que as instituições de fomento públicas e privadas possam ter segurança em financiar, em segurar o processo produtivo brasileiro, tanto para o pequeno quanto para o grande.

Muito obrigado!

Um bom dia a todos!

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1CF7731A0050AD07.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Soraya Thronicke. Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - MS) – Muito obrigada, Guy.

Realmente o nosso intuito aqui é trazer problemas concretos e unir todas as pessoas, todos os entes, todos os que estão envolvidos, para que a gente faça um debate equilibrado, trazendo, sobretudo, sempre, sempre e sempre, a pasta, o setor que trata do meio ambiente, para que possamos encontrar soluções, todos nós juntos; e, acima de tudo, sempre com a ciência conosco, e os produtores de todos os tamanhos, porque para nós não há diferença nesse sentido da participação.

Então, é importante que estejamos todos juntos para encontrar soluções para o nosso agronegócio. Quero dizer aqui sobre aquela fala do Senador Jayme Campos, acerca da questão de aumento das terras indígenas, questão de invasões. Como aqui nós tratamos também dessa temática, quero apenas dizer que eu ouvi um ruído, Senadora Margareth, um ruído bom, mas eu não tenho certeza sobre isso ainda. São informações de bastidores de que o atual Governo está comprometido com a indenização daqueles produtores que perderam suas terras para essa questão indígena, indenização de terra nua, também das benfeitorias.

Esse é um tema que eu quero trazer para cá para sabermos exatamente quais são as intenções e se podemos trazer uma esperança, um alívio para essas pessoas que perderam suas terras, suas propriedades, pessoas que têm e que tinham o título da terra, e aqueles que estão numa situação difícil que não foi resolvida pelo Governo anterior. Essas pessoas precisam e merecem uma resposta, principalmente porque na nossa Constituição nós temos o direito à propriedade privada. Isso cria uma insegurança muito grande. Precisamos resolver os dois lados e atender os dois lados, porque todos são brasileiros e isso interessa para o nosso Brasil.

Quero agradecer, Marcelo, mais uma vez a sua participação, agradecer a boa vontade do BNDES, e que possamos juntos trazer mais respostas. Você pode contar conosco aqui. Estamos de portas abertas. O que nós queremos é que realmente tenha um fluxo maravilhoso de crédito para os nossos produtores rurais, que tudo seja rápido e que cada vez mais esse Plano Safra, todos os projetos, todos os créditos para os produtores rurais sejam mais e mais facilitados, lógico, com muita responsabilidade.

Gostaria apenas, para terminar, de passar a agenda da CRA para os próximos dias. No dia 30 de março, nós teremos, na nossa pauta, eleição da Vice-Presidência da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e o comparecimento do Ministro André de Paula, que é o Ministro da Pesca e Aquicultura. No dia 13 de abril, comparecimento do Ministro Carlos Fávaro, que é o Ministro da Agricultura e Pecuária. No dia 20 de abril, teremos o comparecimento do Ministro Paulo Teixeira, que é o Ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar. E, no dia 27 de abril, audiência pública com o Presidente da Embrapa, o Celso Moretti, no contexto dos 50 anos da instituição.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1CF7731A0050AD07.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.061557/2023-93-15 (ANEXO: 015)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Agradeço imensamente a presença de todos, inclusive a presença de todos os Senadores e Senadoras: Senador Jayme Campos, Senador Jaime Bagattoli, Senador Hamilton Mourão, Senador Sergio Moro, Senadora Margareth Buzetti, Senador Beto Faro e Senador Chico Rodrigues.

Muito obrigada pela nossa audiência. Na quinta-feira que vem estaremos todos aqui, às 8h da manhã, ao vivo pela TV Senado.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente reunião.

Muito obrigada.

(*Iniciada às 08 horas e 08 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 20 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 1CF7731A0050AD07.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 7.

Às quatorze horas e quatorze minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7, sob as Presidências dos Senadores Confúcio Moura e Leila Barros, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Jayme Campos, Marcos do Val, Eliziane Gama, Dr. Samuel Araújo, Jaques Wagner, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina, Cleitinho, Carlos Portinho, Mecias de Jesus, Alan Rick, Styvenson Valentim, Paulo Paim, Ivete da Silveira e Wilder Morais. Deixam de comparecer os Senadores Marcio Bittar, Giordano, Margareth Buzetti, Rogerio Marinho e Zequinha Marinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: Instalação da comissão e eleição de presidente e vice-presidente para o biênio 2023-2024. Resultado: Por aclamação, foram eleitos a senadora Leila Barros para Presidente e o senador Fabiano Contarato para Vice-Presidente da Comissão do Meio Ambiente para o biênio 2023-2024. A senadora Tereza Cristina solicita registrar em ata e nas notas taquigráficas a abstenção do Bloco Parlamentar Vanguarda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às quatorze horas e quarenta e oito minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B470D18C0050AD06.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, eu declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão do Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão, à eleição para os cargos de Presidente e de Vice-Presidente para o biênio 2023-2024.

Foi registrada, até o momento, a indicação da Senadora Leila Barros para Presidente. Até agora não houve indicação para Vice-Presidente.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Desculpe, Senador Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Pois não.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Pela ordem.) – Na chapa, como Vice, está o Senador Fabiano Contarato.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Perfeito. Então, já existe o candidato a Vice, que é o Senador Fabiano Contarato.

Até agora não sendo registrados outros candidatos aos cargos, eu consulto aos membros desta Comissão se concordam em realizar a votação por aclamação. (*Pausa.*)

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Autorizado, Presidente, imediatamente.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Com a autorização do Kajuru, só me resta atender. (*Risos.*)

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – E eu vou assinar aqui o requerimento do Senador Kajuru.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Está bem.

Os Srs. Senadores e as Sras. Senadoras que concordam com a eleição da Senadora Leila Barros e do Senador Fabiano Contarato, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente, permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Estão aprovados e eleitos. (*Palmas.*)

Antes de passar o cargo para Leila, eu passo a palavra para os Senadores Jaques Wagner e Cid Gomes para, sucessivamente, usarem a palavra.

Com a palavra, Senador Jaques Wagner.

O SR. JAQUES WAGNER (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - BA. Pela ordem.) – Querida Senadora Leila, querido Senador Fabiano Contarato, eu queria dizer da minha imensa alegria de vê-la assumindo, principalmente no Dia Internacional da Mulher, a Presidência desta Comissão, ainda mais que V. Exa. fez questão de vir de verde, já se encaixando-se com a questão do meio ambiente, ladeada por uma figura que dispensa considerações pela qualidade de caráter, dedicação às causas públicas e muita coragem pessoal e intelectual.

Eu só queria lhe desejar boa sorte. Eu sequenciei o Senador Contarato. Ele foi Presidente nos dois primeiros anos, e eu depois, tendo ao meu lado o Senador Confúcio Moura como Vice, e tenho muito orgulho, inclusive com a sua participação, de todo o trabalho que nós fizemos aqui, incluindo o Fórum da Geração Ecológica, que é uma experiência que nós tivemos e que pode ou não ser sequenciada, mas que juntava 43 pessoas da sociedade civil, e abrimos um espaço de debates sobre um tema que é obrigatório na agenda internacional de qualquer governo.

Além disso – e aí eu vou tomar a liberdade de lhe sugerir –, junto com a Cepal, que é a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe das Nações Unidas, nós começamos há dois anos

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B470D18C0050AD06.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

aproximadamente a montar – e o hoje ele está em curso, com o apoio da Cepal – o que foi batizado em inglês de OPCC, que no fundo é para trabalhar com as questões do aumento da temperatura e a questão climática. Ele hoje já tem mais de doze países envolvidos. Eu lancei essa ideia, e ela foi ladeada por uma Senadora da Argentina. Hoje tem muita gente da América do Sul e da América Central; nós estamos tentando conquistar outros Parlamentos. E eu vou tomar a liberdade de lhe sugerir, porque eu inaugurei como Presidente. Não é obrigatório que seja o Presidente. Eu vou continuar lá, mas se V. Exa. me permitir, eu vou sugerir que integre essa comissão internacional, representando – e eu continuarei lá, mas não talvez com o protagonismo que eu tinha que ter como Presidente da Comissão.

De resto, eu quero dizer que o Governo do Presidente Lula colocou a questão ambiental no centro da nossa agenda econômica, não só ambiental. Colocou como Ministra alguém que tem uma referência mundial no trato dessa questão, que é a nossa Ministra Marina.

Portanto, eu só quero lhe desejar muita sorte e tomara que a Comissão continue trabalhando como a gente trabalhou. Não adianta estabelecer uma dicotomia entre desenvolvimento e preservação. Acho que o papel desta Comissão – e foi isso que nós fizemos aqui, eu e o Confúcio – é buscar, como eu digo sempre, o caminho da democracia, que é sempre o caminho de equilíbrio entre uma opinião e outra.

Então, boa sorte! Vou parar de falar, porque V. Exa. é que tem que sentar aqui e falar.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA) – Eu quero me inscrever também, Presidente Confúcio.

O SR. PRESIDENTE (Confúcio Moura. Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – Eu vou... Não, não, eu vou passar à eleita. Estou aqui já passando dos limites.

Declarada eleita, agora eu convido a Senadora Leila para tomar posse da sua Comissão.

Boa sorte! (*Palmas.*)

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Presidente, eu posso te cortar?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pode. Vamos lá, Marcos do Val.

Como esta nossa Comissão será democrática, daremos voz a todos. Acho que já podemos mostrar.

Na sequência, Senadora Eliziane.

Por fim, eu falo.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES. Pela ordem.) – Vou falar bem rápido.

É só para reforçar a minha alegria em tê-la como Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigado, Senador.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar Democracia/PODEMOS - ES) – Fiz questão de vir o mais rápido possível, primeiro, por causa da ligação do Kajuru. Eu disse que ele perdeu... Ele tinha três pedidos, durante oito anos. Já perdeu um, porque não precisava nem pedir.

Como eu disse aqui antes, não foi o vôlei que fez a Leila; foi a Leila quem fez o vôlei. Eu tenho certeza de que, nesta Comissão, a mesma coisa vai se repetir. É você quem vai dar um protagonismo a esta Comissão.

Parabéns! Conte comigo sempre. Sou seu fã.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Muito obrigada, amigo. Obrigada, de coração.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS) – Posso falar pela ordem, Presidente?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Por favor,

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B470D18C0050AD06.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS. Para questão de ordem.) – Primeiro, parabenizo todas as mulheres. E, hoje, há uma mulher assume a Comissão de Meio Ambiente. Parabéns!

Eu espero que a gente trabalhe muito nesta Comissão.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS) – Senadora, eu pedi a palavra pela ordem, nos termos do disposto no art. 14, inciso X, alínea "a", do Regimento Interno do Senado Federal, para manifestar a discordância do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelos partidos Liberal, Progressistas, Novo e Republicanos, pela forma como está sendo conduzida a eleição à Presidência das Comissões do Senado Federal.

Nada contra a sua pessoa.

O Presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, no seu discurso de posse, afirmou:

> [...] o Brasil precisa [...] de pacificação. Os Poderes da República precisam trabalhar em harmonia, buscando o consenso pelo diálogo. Os entes federativos devem atuar de modo sincronizado, para que políticas públicas possam efetivamente chegar à população.
> O Senado Federal também precisa de pacificação, para bem desempenhar suas funções de legislar e de fiscalizar. Os interesses do país estão além e acima de questões partidárias, e nós, Senadores e Senadoras, precisamos nos unir pelo Brasil [terá sempre a minha colaboração].
> [...]
> Pacificação é buscar cooperação. Pacificação é lutar pela verdade. Pacificação é abandonar o discurso de "nós contra eles" e entender que o Brasil é imenso e diverso, mas o Brasil é um só.

Infelizmente, o que se observa nas eleições para Presidentes das Comissões do Senado é exatamente o inverso: não foi observada a proporcionalidade conforme determina o §1º do art. 58 da nossa Constituição Federal, que é cristalino ao determinar que, na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada tanto quanto possível a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam das respectivas Casas.

Na oportunidade, cumpre registrar que o termo "tanto quanto possível" constante do artigo é para garantir que, havendo um número maior de partidos ou blocos do que de Comissões, não será possível a distribuição observando a proporcionalidade. Mas não é o caso. Hoje o nosso bloco é o terceiro maior bloco desta Casa, o que lhe garantiria, pela proporcionalidade, direito à Presidência de quatro Comissões, conforme o cálculo.

Ademais, pode alguém argumentar que poderia haver disputa também para a eleição da Presidência da Comissão, como ocorreu no Plenário do Senado Federal. No entanto, importante observar é que na Comissão, diferentemente do que ocorre no Plenário, não há maioria dos membros. Pelo contrário, os membros da Comissão compõem-se pela formação da divisão proporcional dos blocos e partidos. Logo, matematicamente falando, é impossível bloco com menor formação eleger o Presidente, já que possui menos membros.

Sendo assim, como representante do Bloco Vanguarda, em nome de todos os nossos membros, informo que vamos nos abster de votar – reforço: nada contra a senhora – por entender que ela não está respeitando a proporcionalidade, conforme determina a Constituição Federal. Registra-se: não é nada pessoal com os Senadores que estão compondo a chapa para a Presidência da Comissão, mas, sim, pela forma como estão sendo conduzidas as eleições pela Presidência das Comissões, rasgando a nossa Constituição Federal. Ademais, fazendo uma retrospectiva, durante todas as legislaturas desta Casa, sempre foi respeitada a proporcionalidade partidária diante da Presidência das Comissões.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B470D18C0050AD06.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, peço que registre em ata e também nas notas taquigráficas a abstenção do Bloco Parlamentar Vanguarda, composto pelo PL, PP, Republicanos e Novo, na votação para Presidente da Comissão.

Muito obrigada, Senadora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – De nada, Senadora Tereza.

Eu passo a palavra agora para a Senadora Eliziane.

Depois, para o Senador Jayme.

A SRA. ELIZIANE GAMA (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MA. Pela ordem.) – Senadora Leila, eu quero apenas fazer o registro dos meus cumprimentos a Vossa Excelência, que assume, eu diria, uma das Comissões mais importantes do Senado Federal e que tem um impacto muito grande neste momento da história do Brasil.

Nos últimos quatro anos, nós vivenciamos um verdadeiro retrocesso da política ambiental brasileira. Isso em todas as áreas. O Brasil, que historicamente foi protagonista e foi vanguarda nos debates ambientais do mundo inteiro, eu diria num ato, num momento muito importante que acontece todos os anos no mundo que são as COPs, as conferências do clima, o Brasil sempre esteve na cabeceira da mesa, fazendo os grandes debates, até pela riqueza que nós temos do ponto de vista natural. E o que nós vivenciamos nos últimos quatro anos foi o Brasil sendo colocado, eu diria, como um pária. Esse é o nome mais adequado para o que nós vivenciamos. Aquilo que era o grande debate, a gente acabou ficando... Na verdade, a gente nem era ouvido. Criou-se, por exemplo, na conferência do clima, exatamente um grupo que a gente chamava lá de Cúpula dos Povos, em que a sociedade civil criou um espaço próprio para poder ter o direito de manifestar os seus posicionamentos e o direito de voz, porque a equipe, a comitiva brasileira excluiu, durante os últimos quatro anos, a presença da sociedade civil.

Então, esse foi o cenário que nós, na verdade, vivemos: o aparelhamento dos órgãos importantes, com profissionais de carreira sendo colocados totalmente fora do debate ambiental; órgãos importantes para a política brasileira, como o Inpe, como o ICMBio, como a Funai, como o Ibama, foram na verdade totalmente sucateados – e não é exagero dizer isso. Então, foi esse o cenário. E aí você tem, como resultado de tudo isso, um aumento do desmatamento no Brasil e um aumento, por exemplo, das queimadas no Brasil. E toda essa política que nós levamos anos para construir, infelizmente, foi desconstruída.

O que nós temos neste momento, por exemplo, com a Ministra Marina Silva no Ministério do Meio Ambiente... E vários órgãos, por exemplo, a presença do Agostinho lá no IBAMA, a presença da Joênia Wapichana na Funai, a presença de figuras que brigaram dentro do Congresso Nacional e que foram verdadeiros baluartes, pessoas que seguraram todo esse debate, hoje, estão na cabeceira da mesa novamente, estão nesse grande debate, puxando esse debate da política ambiental.

E eu acho que a gente consagra essa mudança de Governo com a presença de V. Exa. na condução desta Comissão. Eu acho que V. Exa. junto com o Senador Contarato darão o norte que a gente precisa dar a esta Comissão. Eu sei que o embate não será fácil. Na própria composição desta Comissão, a gente já começa na verdade a sentir isso, os integrantes...

Mas nós estamos numa casa plural, numa casa democrática, onde todos os parlamentares, com as suas prerrogativas, têm direito, na verdade, de manifestar os seus posicionamentos, muito embora, às vezes, a gente não concorde, não é? Mas, na verdade, eles têm esse direito.

Mas eu quero dizer a V. Exa., Senadora, a você, como mulher - e hoje você usou a Tribuna do Senado Federal e chorou várias vezes - eu quero reafirmar para você que o seu choro é o choro de todas as mulheres do Senado Federal, todas as mulheres protagonistas deste Brasil, que resistem a uma luta histórica, infelizmente, de um machismo na sociedade brasileira e, para suplantar, para superar esses

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: B470D18C0050AD06.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

machismos, a gente precisa ter muita força e muita unidade.

Então você é a nossa voz. Você nos representa muito bem.

Conte conosco, como mulheres que somos aqui nesta Casa. Conte conosco, como lutadoras e como militantes, especialmente comigo, que sou da política ambiental brasileira. Você e o Senador Contarato, não tenho dúvida nenhuma, brilharão aqui nesta Comissão e, se Deus quiser, nós reposicionaremos a política ambiental e vamos lutar contra um verdadeiro pacote de destruição que ainda está aqui, naturalmente, como o chamado PL do Veneno, a questão, por exemplo, do licenciamento ambiental, a questão da reforma agrária...

Então, assim, são vários e vários temas que estão aqui dentro do Senado Federal que nós precisamos enfrentar, com a altivez necessária, com a garra necessária, mas sobretudo com a unidade necessária. Então conte conosco nesse novo desafio que V. Exa. assume neste momento.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senadora, pelas palavras. É um prazer conviver com você nestes anos, já vamos entrando no quinto ano de bancada e de luta.

Muito obrigada pelas palavras. E conto com todos vocês, em especial, com você, nessa luta aqui na CMA.

Vou passar a palavra para o Senador Jayme Campos.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT. Pela ordem.) – Prezada Presidente, querida amiga, Senadora Leila, que acaba de ser empossada no cargo de Presidente desta tão importante Comissão aqui do Senado Federal.

Saúdo também o nosso ex-Presidente Senador Fabiano Contarato, que fez um trabalho exitoso frente a esta Comissão, e às demais Sras. e Srs. Senadores.

Faço uso da palavra, querida Senadora Leila, só para dizer da minha alegria e do meu contentamento de ver a senhora presidindo esta tão importante Comissão, Comissão essa que mexe com a vida de milhares de cidadãos brasileiros.

Quando se fala em questão de meio ambiente, é praticamente um dogma que nós temos que fazer o enfrentamento.

Esta Comissão trata, certamente, da preservação das nossas riquezas naturais e do meio ambiente, que hoje é a ordem mundial. E nós precisamos ter muita seriedade aqui, sobretudo eu espero que não seja transformada esta Comissão aqui em palanque político, na medida em que muitas vezes...

Hoje o setor produtivo brasileiro está sendo condenado por tudo aquilo que ele gera de empregos, de riqueza e de alimentos quando se fala da política alimentar, não só no Brasil, mas no mundo. Muitas das vezes, o setor produtivo é muito mal interpretado. O Brasil é um país privilegiado, sobretudo pelo clima, pela bondade e generosidade de Deus, que nos dá a primazia de sermos hoje um dos maiores produtores de grãos do planeta – particularmente eu aqui represento o meu querido Estado de Mato Grosso, que é o campeão da produção nacional de soja, de milho, tem o maior rebanho bovino deste país.

Lamentavelmente, muitas vezes o homem do campo tem pagado muito caro. Nós temos que nos preocupar com algumas situações particulares e com outros assuntos inerentes, que têm muito a ver com a produção, como a questão da regulação fundiária, que é muito grave no Brasil. Temos alguns milhões de brasileiros que não tiveram acesso ainda ao documento da terra.

Devemos nos preocupar também com a questão da infraestrutura e da logística para escoar a produção nacional. Hoje o produtor rural é muito mais competente do que se pensa, pois produzir no Brasil é ter um custo altíssimo, muitas vezes pagando uma conta cara que não é da sua responsabilidade.

Quero aqui nesta oportunidade dizer que, no ano passado, aprovamos nesta Casa, no Plenário do Senado Federal, a questão do autocontrole, que regula a participação efetiva do setor privado nas indústrias brasileiras para dar celeridade à questão da fiscalização através, naturalmente, de cidadãos que

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 42EB46ED0050AD05.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

têm fé pública e que podem assinar um documento e, se ele cometer algum ilícito, seja penalizado na forma da lei.

A querida Senadora Elizângela disse aqui...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Eliziane! É que eu gosto de chamá-la de Elizângela...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – É verdade, Eliziane! Eu adoro chamá-la de Elizângela...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco Parlamentar União Cristã/UNIÃO - MT) – Mas é bonito o nome também!

Há a questão do projeto de lei dos pesticidas. Na verdade – vamos ser honestos aqui –, o Brasil é refém hoje de cinco ou seis empresas multinacionais, paga-se muito caro. O que se propõe é que nós possamos ter aqui, através da aprovação da Anvisa, do Ibama e do Ministério da Agricultura, outros pesticidas, de modo a podermos reduzir o custo da produção nacional.

Essas que estão aí existem há dez, vinte anos, e nós temos novas moléculas que, muitas vezes... Falam que se passa três vezes o veneno lá na produção, seja da soja ou do milho. Nós temos hoje a capacidade de passar uma vez só e matarmos aquelas pragas – vamos chamar assim – que vêm na agricultura, vêm na soja, vêm no milho ou vêm no arroz – sei lá! Feito isso aí... Mas as pessoas estão condenando, dizendo que "isso aí é a PEC do Veneno".

Não é bem assim. O Brasil é o país que menos passa veneno em produção. Se você pegar outros países do planeta, conforme dados estatísticos aí... Vejam o Japão, a Europa. É condenável... E aqui, lamentavelmente, estamos pagando uma conta muito cara, pagando duas vezes mais do que teria que ser ofertado pelo mercado, ou seja, isso é cobrado do produtor, paga-se muito caro. Nós temos que abrir.

A senhora lembra muito bem quando criaram o genérico, o remédio que... José Serra foi autor, criador, implantador do genérico no Brasil. Conseguimos reduzir o custo dos remédios em quase 60%. É a mesma fórmula, a receita do bolo é a mesma que tem aí. Então, nós temos que ter muito critério, muita paciência, muita parcimônia, analisar com critério, para não transformar um setor que tanto contribui com a nossa economia, com o nosso PIB, com a geração de emprego, a pagar uma conta como se fossem verdadeiros marginais. Nós temos que ter políticas públicas e, sobretudo, segurança jurídica.

Nós temos que discutir, Senador Fabiano, a questão do Código Florestal brasileiro. No meu primeiro mandato de Senador aqui, eu participei da elaboração do Código Florestal brasileiro, e ele foi claro. Após dez anos, nós temos que rediscutir o novo Código Florestal brasileiro. Já passaram mais de dez anos e não foi rediscutido; temos que discutir de novo. Esta Comissão foi criada, a senhora sabe perfeitamente, uma Comissão especial presidida por esse grande brasileiro Aldo Rebelo, e depois nós aprovamos aqui no Congresso Nacional.

De forma que eu quero apenas dizer o seguinte: a senhora conta comigo. A senhora é uma pessoa por quem tenho o maior respeito e admiração, pela sua competência e sobretudo pela sua dedicação como Senadora, que representa de forma assim – não sei nem a expressão de tão perfeita – a mulher brasileira nesta Casa, que enriquece o Senado Federal. Conheço sua atividade política aqui, como Parlamentar, tenho visto seu desempenho fantástico. Esperava que a senhora fosse ser Governadora do Distrito Federal, quem sabe na próxima a senhora vai ser a nossa Governadora, pela sua capacidade e dedicação como

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 42EB46ED0050AD05.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

mulher pública neste país.

Cumprimento-a, conte comigo. Espero que façamos um trabalho em defesa do meio ambiente, compatibilizando a produção, evidentemente, com a preservação ambiental.

Muito obrigado. Sucesso à senhora.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jayme. Aproveito para agradecer e contar com o senhor.

Vocês terão oportunidade, sob a minha Presidência, o meu comando, de verem a capacidade que eu tenho de dialogar e de ouvir. Nós vamos debater, eu sei, temas complexos aqui na Casa. Já pedi à equipe, inclusive com todos os servidores da equipe aqui, nós estamos fazendo um compilado dos principais projetos que estão na Casa, aqui nesta Comissão, que são um anseio. Nós tivemos o Fabiano presidindo por dois anos, depois o Senador Jaques, então a minha responsabilidade é muito grande, até pelo compromisso do trabalho dos dois, e tivemos uma pandemia que comprometeu muito o nosso trabalho e até o nosso trato diário presencial.

Eu acho que vão ser diferentes estes próximos anos, nós teremos a oportunidade de debater aqui essas pautas importantes para ambos os lados, interesse de ambos os setores, mas, entendendo que o nosso compromisso hoje com o meio ambiente, por ser a Comissão de Meio Ambiente, Senador, nós vamos debater pautas também, como falou a Senadora Eliziane, que foi muito assertiva, porque, na questão do meio ambiente, o Brasil deixou de ser um protagonista em nível mundial. E eu acho que a grande mudança estratégica foi ter hoje a Ministra Marina Silva no comando desse ministério, e a possibilidade de podermos dialogar hoje com um Governo que entende a importância da pauta ambiental para o país na economia, como o senhor falou, e também para o desenvolvimento do agronegócio no nosso país. Nós entendemos que ambas as pautas caminham juntas, e é isso que faremos nesta Casa. Nós vamos debater o que necessariamente é importante para o Brasil crescer economicamente, sustentavelmente, e a questão do meio ambiente tem que ser sim prioridade, porque nós sentimos hoje, com as mudanças climáticas e o aquecimento global, as enchentes, as enxurradas, os brasileiros, muitos deles morrendo, e nós não podemos abrir mão dessa pauta dentro desta Comissão.

Então, nós vamos debater, sim, o que é importante para todos os lados, mas, acima de tudo, pensando na pauta ambiental e para o bem-estar dos brasileiros, porque sabemos que diretamente toda essa questão climática está afetando não só o país, o Brasil, mas o mundo. E nós precisamos pensar as próximas gerações. Esse é o nosso compromisso aqui com esta Comissão e com a Casa.

Por favor, Senador Jaime Bagattoli. Senador, eu vou pedir desculpa para o senhor, porque nós estamos nos acostumando agora com as novas caras. O Senador Jayme chamou a Eliziane, nós já estamos aqui há cinco anos, de Elisângela, e eu chamei o senhor de Jaime Lerner. (*Risos.*)

Então vamos relevar, vamos relevar, porque nós estamos há dois anos no semi, aquela coisa, não estamos presencialmente. A gente perdeu um pouco desse contato que, graças a Deus, com vacina, nós estamos novamente retornando a uma vida normal.

Por favor, Senador. Seja muito bem-vindo também à Casa.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Boa tarde a todos. Boa tarde, Senadora Leila Barros. Quero dar os parabéns para você pela Presidência desta Comissão de Meio Ambiente.

Quero reiterar as palavras da nossa Senadora Tereza e dizer para você o seguinte: eu gostaria muito, a gente sente muito de não participar na Presidência em nenhuma das Comissões, mas o que eu quero dizer para vocês sobre essa questão ambiental é que talvez tenha mais duas ou três pessoas, aqui estava o Confúcio Moura, o Senador Confúcio Moura, que é lá de Rondônia também...

E quero dizer para você que eu conheço aquela região há quase 50 anos. Eu moro numa cidade, que é Vilhena, uma cidade que é um município de 1,15 milhão de hectares, onde mais de 50% é uma reserva

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 42EB46ED0050AD05.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

indígena, praticamente 600 mil hectares. Nós não temos 20% da área aberta.

O clima não mudou nesses 50 anos. Nós temos o privilégio de fazer duas safras.

Eu sou produtor rural e empresário de diversos segmentos. Pela primeira vez, eu estou chegando a um cargo público. Eu sou empresário do setor produtivo e conheço a Região Amazônica.

Eu gostaria muito que as pessoas que participam das questões ambientais, que conhecessem um pouco da Amazônia e conhecessem região por região. Então o que nós queremos, nós produtores, eu, na minha condição, pode me considerar que sou latifundiário, mas quero dizer para vocês o seguinte: com 60% da área praticamente preservada, 40% só produzindo.

Então eu digo para vocês o seguinte: nós precisamos, sim, preservar o meio ambiente. Nós precisamos, sim. Nós produtores rurais somos conscientes disso. Não vão pensar vocês que nós produtores não temos a responsabilidade pela questão ambiental. Agora, eu digo para vocês: se tudo for travado neste país, tudo voltar à estaca zero, nós vamos ter um grande problema no futuro. E um problema da cadeia alimentar.

E nós temos uma situação muito grave no Estado de Rondônia, que também é a situação da agricultura familiar. E eu gostaria de, numa próxima reunião, trazer essas deficiências que a agricultura familiar tem lá.

Então, eu quero dizer para vocês que nós, do setor produtivo, igual falou o meu colega Jayme Campos, precisamos ter a responsabilidade com o meio ambiente, mas nós precisamos ter a responsabilidade com a produção agrícola do nosso país.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata pela fala, Senador. Seja bem-vindo!

Por favor... Aproveito para agradecer ao Fabiano Contarato por ter aceitado – certo, Fabiano? – o meu convite para compor a chapa. Eu não tenho a menor dúvida de que nós vamos fazer uma grande dobradinha aqui na CMA. Acho que...

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É o vice. É o vice!

(*Intervenção fora do microfone.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Jayme, muito obrigada pela fala. Até mais, Senador Jayme.

Eu sei que nós temos que, daqui a pouco, finalizar, porque temos outras Comissões, mas eu vou lhe passar a palavra e quero lhe agradecer, ouviu?

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Serei breve.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vamos juntos!

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Pela ordem.) – Obrigado, Presidente.

Eu quero dizer da minha alegria em estar aqui e, quando V. Exa. me ligou, eu falei assim: "Olha, conte comigo!". Isso porque, para mim, é muito simbólica hoje a sua eleição, Senadora Leila, no Dia da Mulher, uma vez que você muito dignifica a honrada classe dos políticos, a honrada classe das mulheres. Pode ter certeza de que você vai contar aqui com um colega.

Senador Marcos do Val, o senhor sabe do meu comprometimento também. Nós temos a responsabilidade de entender que é perfeitamente possível caminharem de mãos dadas a sustentabilidade com a geração de emprego e renda, mas também nós não podemos deixar de fazer alguns alertas. Nós

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 42EB46ED0050AD05.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL
Secretaria-Geral da Mesa

temos uma lei de proteção ambiental, a Lei nº 9.605/98, que, no art. 54, determina o crime de poluição. E nós sabemos que, quando isso ocorre, quem mais é afetada é a população pobre. Quando se fala em preservação ambiental, nós estamos falando para a camada hipossuficiente; nós estamos falando dos povos indígenas, que são vítimas de um verdadeiro genocídio; nós estamos falando dos guaranis caiovás, em Mato Grosso do Sul, que também estão sofrendo muito; nós estamos falando que, no ex-Governo Bolsonaro, foram autorizados mais de 1,5 mil agrotóxicos e que nós temos a atrazina, o acefato, o volume de herbicidas nas águas brasileiras, que é 300 vezes mais prejudicial do que o permitido no Reino Unido e na União Europeia. Nós temos que fortalecer os órgãos de fiscalização; nós temos que acabar com qualquer tipo de assédio moral a funcionários de Ibama e ICMBio; nós temos que fortalecer ainda mais a Funai.

Quero dizer da minha alegria em ver como Ministra do Meio Ambiente a Marina Silva e, agora, você como Presidente desta Comissão.

Quero também aqui fazer um registro da equipe da Comissão de Meio Ambiente, o que faço na pessoa do Secretário Airton e de todos vocês que estão aqui.

Muito obrigado por tudo, porque, sem vocês, nada aqui, nada disso funcionaria! Ao pessoal da técnica, da transcrição, muito obrigado mesmo!

Acho que a gente tem que exercitar isso mais. Os terceirizados que estão aqui, que são pessoas que... Cada vez mais, esta Casa, Senador Marcos do Val, infelizmente, criminaliza a pobreza. É essa a realidade!

Então, é importante que a gente tenha uma atuação nesta Comissão, e eu tenho certeza de que V. Exa. vai brilhar na condução, com serenidade, com equilíbrio, com sobriedade, conduzindo as pautas de interesse daquilo que seja melhor para a população brasileira, dando vida ao art. 225, que diz que todos temos direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Contarato.

É o que eu falei: nós vamos comandar com firmeza, mas, acima de tudo, com humildade e tendo a certeza do propósito e do compromisso aqui com esta Comissão e com os trabalhos dela.

Também quero agradecer aos servidores desta Comissão e lhes dizer – não é, Contarato? –: o que seria de nós Parlamentares se não fossem os servidores não só desta Comissão, mas, enfim, de todo o Congresso Nacional? Vocês realmente nos ajudam aí no dia a dia.

Bom, antes de encerrarmos os trabalhos, eu comunico que a Secretaria encaminhou a todos os gabinetes dos membros da CMA o *e-mail* com o convite aos assessores para integrar os grupos de comunicação no Microsoft Teams e no WhatsApp, ferramentas que facilitarão a comunicação e a colaboração ao longo deste biênio.

Nada mais a tratar, eu agradeço a todos a participação nesta Comissão, e nos veremos semana que vem, já começando os nossos trabalhos.

Obrigada.

(*Iniciada às 14 horas e 14 minutos, a reunião é encerrada às 14 horas e 48 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 42EB46ED0050AD05.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 15 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 15.

Às nove horas e vinte e dois minutos do dia quinze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 15, sob as Presidências dos Senadores Leila Barros e Fabiano Contarato, reúne-se a Comissão de Meio Ambiente com a presença dos Senadores Marcio Bittar, Jayme Campos, Confúcio Moura, Giordano, Marcos do Val, Carlos Viana, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Dr. Samuel Araújo, Jaques Wagner, Jorge Kajuru, Vanderlan Cardoso, Teresa Leitão, Rogerio Marinho, Zequinha Marinho, Jaime Bagattoli, Tereza Cristina, Wellington Fagundes, Carlos Portinho, Paulo Paim, Dr. Hiran, Eduardo Braga, Soraya Thronicke, Izalci Lucas e Alessandro Vieira. Deixa de comparecer o Senador Cleitinho. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidente comunica os documentos recebidos pela secretaria e anuncia a abertura de prazo para sugestão de políticas públicas para avaliação no ano corrente. Passa-se à apreciação da pauta: **Deliberativa**. **ITEM 1 - Projeto de Lei n° 2791, de 2019 - Não Terminativo -** que: "Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas)." **Autoria:** Câmara dos Deputados. **Relatoria:** Senadora Leila Barros. **Relatório:** Pela prejudicialidade. **Resultado:** Aprovado o relatório. **ITEM 2 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 3, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4996/2019, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para estabelecer medidas de participação e de transparência relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais" com os convidados que relaciona." **Autoria:** Senador Zequinha Marinho (PL/PA), Senador Wellington Fagundes (PL/MT), Senadora Tereza Cristina (PP/MS). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela senadora Tereza Cristina e pelo senador Wellington Fagundes. Incluído a pedido da senadora Leila Barros a indicação de um representante da Ligabom - Conselho Nacional dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil. Incluído, a pedido da senadora Tereza Cristina, um representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. **ITEM 3 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 4, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração"." **Autoria:** Senadora Eliziane Gama (PSD/MA), Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Subscrito pela senadora Leila Barros. **ITEM 4 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 5, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as conclusões dos trabalhos do GT Energia do Fórum da Geração Ecológica." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 5 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 6, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 42EB46ED0050AD05.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

conclusões dos trabalhos do GT Economia Circular e Indústria do Fórum da Geração Ecológica." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 6 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 7, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as conclusões dos trabalhos do GT Proteção, Restauração e Uso da Terra, do Fórum da Geração Ecológica." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 7 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 8, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as conclusões dos trabalhos do GT Cidades Sustentáveis do Fórum da Geração Ecológica" **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM 8 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 9, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as conclusões dos trabalhos do GT Bioeconomia do Fórum da Geração Ecológica" **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 9 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 12, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir a retomada do Fundo Amazônia com os convidados que apresenta." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 10 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 13, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 4 (quatro) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional." **Autoria:** Senador Wellington Fagundes (PL/MT). **Resultado:** Aprovado. **ITEM EXTRAPAUTA 11 - Requerimento da Comissão de Meio Ambiente n° 11, de 2023** que: "Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado dia 22 de março." **Autoria:** Senadora Leila Barros (PDT/DF). **Resultado:** Aprovado. **Observação:** Incluído pela senadora Leila Barros representante do Projeto Produtor de Água no Pipiripau/DF; incluído, por solicitação da senadora Tereza Cristina, representante da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa. A presidente comunica a publicação do relatório de atividades da comissão no biênio passado e nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dez horas e trinta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pela Senhora Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senadora Leila Barros
Presidente da Comissão de Meio Ambiente

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/15

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0EDE1FDB0050AD04.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Fala da Presidência.) – Bom dia a todos.

Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião da Comissão de Meio Ambiente da 1ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura, que se realiza nesta data, 15 de março de 2023.

A presente reunião destina-se à deliberação de relatórios e requerimentos apresentados à Comissão e ocorre de modo presencial.

Os membros devem registrar a presença nos totens e, nas votações nominais, poderão votar nos computadores das bancadas ou por meio do aplicativo Senado Digital.

Comunicados da Presidência.

Comunico que foram apresentados à Comissão os seguintes documentos:

Aviso nº 1.500, de 2022, GP/TCU, que encaminha cópia do Acórdão nº 8131/2022, prolatado pela 2ª Câmara desse Tribunal, ao apreciar os autos do TC-009.332/2022-7, da relatoria do Ministro Aroldo Cedraz, que trata de monitoramento das deliberações do Acórdão 1411/2022-TCU-2ª Câmara (TC-036.563/2019-6), relativo à representação formulada pelo Exmo. Sr. Senador Renan Calheiros sobre os danos ambientais ocorridos, desde agosto de 2019, na zona costeira de nove estados-membros no nordeste brasileiro em face da proliferação da extensa mancha de óleo nas correspondentes praias.

O segundo ofício é do Conselho Federal de Serviço Social, nº 781, de 2022, que encaminha moção de repúdio à destruição da Amazônia.

Na referida moção, assistentes sociais, delegadas e delegados, convidadas e convidados, observadoras e observadores, também representantes das instâncias representativas da profissão, participantes do 49º Encontro Nacional Conjunto do Conselho Federal de Serviço Social e Cress, realizado entre os dias 8 e 11 de setembro de 2022, em Maceió, conclamam a defesa da floresta, a defesa da Amazônia e de seus povos tradicionais e demarcam sua indignação contra a política destruidora do Governo Federal vigente à época, responsável pelo desmonte de órgãos de defesa e de proteção da floresta e dos povos tradicionais; incentivo ao genocídio, etnocídio e os assassinatos de indígenas quilombolas, ribeirinhos e defensores e defensoras dos direitos humanos e do meio ambiente; conivência com o garimpo em terras indígenas; e avanço do agronegócio sobre o solo amazônico. Eles pedem a apuração de todos os crimes cometidos contra o bioma e o povo da Amazônia.

Ofício nº 1000/2022, GAB/GM/Mapa, de 14 de dezembro de 2022. O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em resposta ao Ofício 1056, Senado Federal, de 23 de novembro de 2022, que encaminhou a Indicação nº 65/2022, da Comissão de Meio Ambiente, para sugerir ao Poder Executivo providências relativas ao aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR) ao combate à grilagem de

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0EDE1FDB0050AD04.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

terras, à melhoria da governança fundiária para coibir o desmatamento ilegal dela decorrente, e ao combate à ocupação e ao desmatamento ilegais das florestas públicas não destinadas (FPND).

Na resposta, o Mapa afirma que comunga do mérito das sugestões apresentadas no âmbito da Indicação nº 65/2022, Senado Federal, bem como reconhece o alinhamento das referidas sugestões das ações de cunho técnico e administrativo que vêm sendo implantadas pelo Serviço Florestal Brasileiro. E, naquilo que compete ao Serviço Florestal Brasileiro, reafirma o propósito de avançar conjuntamente com outros órgãos da União e, principalmente, com os entes da Federação responsáveis pelo Cadastro Ambiental Rural nos estados e no Distrito Federal para o alcance dos objetivos propugnados na indicação do Senado Federal. Resposta anexada à matéria e encaminhada ao Relator, Senador Fabiano Contarato.

Ofício nº 1003/2022, GAB/GM/Mapa, de 15 de dezembro de 2022, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, em resposta ao Ofício nº 1084, Senado Federal, de 24 de novembro de 2022, que encaminhou a Indicação nº 64/2022, para sugerir as mesmas providências já mencionadas para o aperfeiçoamento do Cadastro Ambiental Rural (CAR), desta vez diretamente ao ministério. Resposta de idêntico teor à anterior também anexada a matéria e encaminhada ao Relator, Senador Fabiano Contarato.

Ofício nº 45, de 2022, da Associação Brasileira de Antropologia (ABA), que encaminha moção aprovada por aquela entidade em defesa da vida, dos territórios, do meio ambiente, do patrimônio cultural dos povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais.

Carta de Brasília, produzida no Encontro Nacional de Lideranças da Pesca Artesanal, em defesa de uma nova política pesqueira no Brasil, que respeite e promova a diversidade sociocultural e ambiental, proteja as comunidades tradicionais, quilombolas, caiçaras, extrativistas costeiros marinhos, os jovens e as mulheres pesqueiras que têm na pesca artesanal seu modo de vida. Afirmam a importância do setor para a preservação do meio ambiente, notadamente a Região Amazônica, onde está concentrada a maior faixa contínua de floresta de manguezais do planeta. Informam que conduziram 11 oficinas com 150 lideranças de várias entidades e grupos de todas as regiões do Brasil. Convocam a classe política e a sociedade civil para que se somem a essa luta.

Sétimo. Ofício nº 4/2022/GAB-SFB/DG-SFB/SFB/MAPA, do Serviço Florestal Brasileiro, órgão vinculado ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, que encaminha o Relatório de Gestão de Florestas Públicas de 2021.

Item 8... Eu acho que eu não estava enumerando os itens que eu estava lendo, então eu peço desculpa.

Item 8: Ofício nº 577/2022/GM, do Ministro de Estado de Desenvolvimento Regional, que encaminha as recomendações do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos para a melhoria da segurança das barragens, com base no Relatório de Segurança de Barragens, elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA).

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0EDE1FDB0050AD04.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Item 9: Ofício nº 391/2022/GM, do Ministério do Desenvolvimento Regional, que encaminha Relatório de Segurança de Barragens 2021 (RSB 2021), em cumprimento à legislação vigente, e informa que o relatório está acessível no portal do Sistema Nacional de Informações sobre Segurança de Barragens.

Nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria-Geral da Mesa, os documentos não anexados a matérias legislativas estarão disponíveis para consulta no *site* desta Comissão, na internet, pelo prazo de 15 dias, podendo ser solicitados pelos membros e correspondentes em atuação até lá – 15 dias.

Comunico ainda que, nos termos do art. 96-B do Regimento, membros da CMA podem sugerir, por meio de requerimento, até o dia 31 de março, políticas públicas desenvolvidas no âmbito do Poder Executivo para avaliação da Comissão ao longo deste exercício.

Por fim, no intuito de dar celeridade aos trabalhos da Comissão, eu comunico a todos que, das 47 matérias em análise neste Colegiado, ontem nós já designamos 43 Relatores, sempre que possível com a renovação da relatoria em curso na legislatura passada, de modo a aproveitar muito trabalho já realizado. Assim, esperamos receber brevemente vários desses relatórios para que a CMA mantenha a sua tradicional efetividade. Então, já alertando as assessorias, sentamos ontem a Secretaria mais a minha assessoria e já fizemos esses encaminhamentos.

Sugestão... Enfim, é só a primeira reunião.

Finalmente, após a reunião da instalação e da eleição, nós podemos iniciar os nossos trabalhos desta Comissão de Meio Ambiente no Senado Federal.

Para mim, eu gostaria de dizer que é uma imensa honra ser a primeira mulher na Presidência da CMA, sobretudo tendo a posse sido no Dia Internacional da Mulher, no dia 8 de março. Essa feliz coincidência marcará a minha atuação em frente à pasta, oportunidade para evidenciar a urgência em garantir a ocupação dos espaços – a gente vive nessa luta – de poder por nós mulheres.

Aproveito para cumprimentar as demais colegas desta Comissão, as Senadoras aqui presentes, Margareth Buzetti, Eliziane Gama, Teresa Leitão e Tereza Cristina. E, claro, cumprimento os nossos queridos companheiros aqui, os Senadores.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Obrigado.

Pela ordem, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Bittar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0EDE1FDB0050AD04.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC. Pela ordem.) – Presidente, primeiro, quero cumprimentá-la. De fato, é um marco importante por ser mulher e por ser preparada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Eu acho que ninguém deva ocupar um cargo importante por conta da sua cor ou do seu gênero, mas principalmente pela competência, mas, sendo competente e sendo mulher, melhor ainda. Então, parabéns!

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. MARCIO BITTAR (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - AC) – Tenho certeza da sua eficiência e da competência à frente desta Comissão tão importante, talvez uma das mais... Talvez não, é uma das mais importantes do Brasil e do mundo, porque o mundo inteiro olha para o país para falar daquilo de que, muitas vezes, nem sabe direito, como é o caso da Amazônia, que é um universo imenso. Por enquanto, depois de 50 anos de debate no mundo, o que nós na Amazônia ganhamos até agora foi o aumento da pobreza. Então, qualquer política pública que não enfrente essa mazela, que é ter o Norte hoje os piores índices de pobreza do país – não é mais o Nordeste –, fica apenas uma conversa em que um fica enganando o outro. O que a Amazônia ganhou até agora com tudo isso foi o aumento da pobreza.

Eu espero que, na sua Presidência, a gente possa ajudar a ter debates e a trazer pessoas para cá que pensem como a maioria, mas que também pensem como minorias pensam. Muitas vezes, elas hoje não são consenso, mas podem se tornar consenso daqui a um ano, daqui a dois anos.

Por isso, eu queria pedir à Presidente para incluir extrapauta o meu requerimento de convite – é um requerimento simples que coincide com o requerimento de V. Exa. – à Ministra Marina Silva para que venha à Comissão. Se a senhora permitir, eu já apresentei o requerimento.

As questões ambientais têm dominado o noticiário e o discurso do novo Governo. Já aconteceram visitas de mandatários internacionais que vieram ao país especificamente para discutir matérias da seara ambiental, notadamente as relacionadas às mudanças climáticas. É imperativo que o novo Governo, por meio da Ministra de Estado competente, esclareça qual será a política ambiental do Governo, quais são os objetivos e quais as medidas deverão ser adotadas.

Por esses motivos, entendemos ser pertinente o convite para que a Ministra compareça a esta Comissão.

Era esse o pedido.

Eu sei que a Senadora nossa Presidente também fez o mesmo convite. É para juntar uma coisa com a outra.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0EDE1FDB0050AD04.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Na verdade, eu já ia comentar sobre isso porque eu também fiz o mesmo requerimento. Eu estive com a ministra. Eu acho que todos sabem que ela está internada e eu estarei fora na próxima semana, Senador. Então eu gostaria de fazer a aprovação desse requerimento na próxima reunião, porque aí já encaminhamos ao ministério e marcamos com a ministra.

Todos de acordo? O.k.? (*Pausa.*)

Obrigada.

Bom, teremos muitos desafios aqui na CMA. A emergência climática, exaustivamente alertada por cientistas em todo o planeta, está mais à nossa porta, está sentada em nossa sala, com os pés sobre a mesa. As tragédias que vemos ano a ano por conta das chuvas intensas, as secas, as estiagens prolongadas, que vêm causando prejuízo de toda a ordem aos nossos produtores rurais, e o grande desafio em zerar o desmatamento são apenas alguns dos nossos pontos de partida, já citados até pelo Senador, e a questão econômica também.

Temos aqui, caros colegas, uma série de matérias de alta importância para o país. E eu tenho absoluta consciência da responsabilidade que hoje não só eu, como Presidente desta Comissão, como todos os pares aqui tenho com relação a essas pautas.

Conto com a colaboração das senhoras e dos senhores para que façamos um debate justo, como o Senador Bittar falou, isonômico, em prol do bem-estar da população brasileira e isento de sectarismos. O tempo do extremismo acabou sob esta Presidência, entendeu? Acabou mesmo. Nós vamos fazer discussões aqui, ouvindo a todos.

Eu aproveito também para prestar uma homenagem ao Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dado que ontem, dia 14, celebrou-se o Dia Internacional de Luta Contra as Barragens.

Relatei nesta Comissão, no último ano, o projeto de lei que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) e reforço que recebemos o Relatório de Segurança de Barragens, conforme prevê a legislação atual. Entendemos que é fundamental para que o Estado cumpra o seu papel na proteção dos direitos daqueles que não conseguem advogar por si mesmos.

Por fim, comunico que estive, na última semana, como falei, com a Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. Oportunidade em que conversamos o sobre os desafios da reconstrução da política ambiental brasileira. Como coloquei a ela, este Colegiado irá dialogar com o setor produtivo, a comunidade científica, os órgãos ambientais e a sociedade civil para garantir que os debates sigam conforme o rito do Poder Legislativo e a ampla participação.

Eu aproveito aqui também para agradecer ao Senador Fabiano Contarato, que aceitou estar comigo. Acho que o Senador é a figura mais forte desta legislatura aqui dentro desta Comissão, junto com o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0EDE1FDB0050AD04.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Jaques Wagner. E eu quero agradecer, Contarato, porque mais do que um Senador, uma Excelência, é um amigo. Tenho certeza de que faremos um bom trabalho aqui, junto com os nossos pares, à frente da Comissão.

Desejo a todos nós sucesso, muito trabalho e, acima de tudo, comprometimento.

Bom, nós vamos já para pauta, na verdade. A pauta de hoje tem o item 1.

Eu gostaria de pedir ao Senador Fabiano que ele possa assumir aqui a Presidência porque o item 1 é um projeto não terminativo, o Projeto de Lei nº 2.791, cujo relatório é meu.

Então...

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Bom dia. Agradeço mais uma vez a oportunidade de estar aqui como Vice-Presidente da minha querida amiga, uma brilhante mulher, Senadora Leila Barros, um dos presentes que essa legislatura me deu enquanto Parlamentar. Nós, assim como ela, também no primeiro mandato, entramos na Casa Legislativa, e Deus nos proporciona, nos brinda com pessoas da competência e da sensibilidade da Senadora Leila.

Muito obrigado, Senadora, pelo convite. E parabéns pela condução, parabéns por já ter distribuído inúmeras matérias, distribuído essas relatorias, que são de fundamental importância para todos os Senadores que estão aqui.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. *Fora do microfone*.) – Obrigada, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Anuncio o item 1 da pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 2791, DE 2019

- Não terminativo -

Altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, que dispõe sobre a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Minas).

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senadora Leila Barros

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0F2B2A120050AD16.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Relatório: Pela prejudicialidade

Observações:

1. A matéria será apreciada pela Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Com a palavra, para a leitura do relatório, Senadora Leila Barros.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF. Como Relatora.) – Obrigada, Senador Contarato.

Vem para análise desta Comissão de Meio Ambiente (CMA) o Projeto de Lei nº 2.791, de 2019, do Deputado Zé Silva.

O PL nº 2.791, de 2019, doravante tratado nesta seção apenas como PL, é fruto dos trabalhos da Comissão Externa – Desastre de Brumadinho, e foi aprovado em regime de urgência urgentíssima pelo Plenário da Câmara dos Deputados. O objetivo principal da matéria é alterar a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), estabelecida pela Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para tornar mais rigorosa a gestão e a fiscalização da segurança de barragens.

O PL foi estruturado em oito artigos.

O art. 1º indica o objeto e o âmbito de aplicação da lei.

O art. 2º introduz diversas inovações na Lei nº 12.334, de 2010, entre elas: i) ampliação do escopo da PNSB, que passa a incluir todas as barragens de risco médio ou alto; ii) modificação da definição de empreendedor, isto é, o responsável pela barragem; iii) alteração da definição de Zona de Autossalvamento (ZAS); iv) introdução da obrigatoriedade do Plano de Ação de Emergência (PAE) para as barragens de médio e alto risco e todas as barragens de rejeitos de mineração; v) maior detalhamento e publicização do PAE; vi) garantia do acesso público ao Plano de Segurança da Barragem; vii) instalação obrigatória de alarmes sonoros ou outros sistemas para alerta de emergências; viii) necessidade de seguro, caução, fiança ou outras garantias para determinadas barragens; e ix) obrigatoriedade do monitoramento das barragens mesmo após a sua desativação.

O art. 3º também altera a Lei nº 12.334, de 2010, acrescentando novos artigos. Entre as novas determinações, destacam-se: i) a proibição da construção de barragens alteadas a montante; ii) a proibição de novas barragens de rejeitos de mineração quando houver comunidades na ZAS; iii) a criação, pelo órgão fiscalizador, de cadastro de profissionais especializados em barragens; e iv) a obrigatoriedade de que peritos independentes façam os laudos sobre as causas de rompimentos de barragens.

O art. 4º insere um capítulo específico sobre infrações na Lei nº 12.334, de 2010, tratando, entre outros aspectos, das infrações e sanções administrativas e os respectivos processos administrativos.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0F2B2A120050AD16.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O art. 5º altera o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967, o Código de Minas, reforçando as responsabilidades do minerador quanto à sustentabilidade ambiental e social do empreendimento, inclusive, vedando o alteamento a montante de barragens de rejeitos. Também é criado o contrato de concessão para a mineração, com a previsão da rescisão administrativa e da caducidade do título minerário em caso de descumprimento grave das normas contratuais. As multas aplicáveis ao minerador foram majoradas.

O art. 6º também altera o Código de Minas, desta feita, para explicitar as responsabilidades do minerador em caso de extinção ou caducidade do título de concessão de lavra.

O art. 7º revoga dois artigos do Código de Mineração, considerados obstáculos à suspensão das atividades de pesquisa e lavra mineral.

Por fim, o art. 8º estabelece a vigência da lei a partir de sua publicação.

Após apreciação por esta Comissão, a matéria será encaminhada para a Comissão de Serviços de Infraestrutura. Não foram apresentadas emendas.

Análise.

Cabe à CMA, Sr. Presidente, nos termos do Regimento Interno do Senado, opinar sobre os assuntos pertinentes à defesa do meio ambiente.

O PL nº 2.791, de 2019, veio como reação ao anseio da sociedade que, abalada pelos terríveis desastres provocados pelo rompimento das barragens de rejeitos da Samarco e da Vale em, respectivamente, Mariana e Brumadinho, cobrava do Congresso Nacional a aprovação de leis mais rigorosas para tratar da questão da segurança de barragens. Contudo, quando de sua apresentação, já tramitava no Congresso Nacional outra proposição destinada a atender a esse anseio.

Em 27 de fevereiro de 2019, esta Comissão aprovou em decisão terminativa o PL nº 550, de 2019, de minha autoria, que "altera a Lei nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, para reforçar a efetividade da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para dotar de novos instrumentos o Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) no exercício de sua atribuição de zelar pela implementação da PNSB". Como não houve interposição de recurso para apreciação do Projeto pelo Plenário, este foi enviado para apreciação pela Câmara dos Deputados, em 20 de março de 2019.

Em 9 de maio, foi apresentado o PL nº 2.791, de 2019, na Câmara dos Deputados. Muito embora também buscasse aprimorar a PNSB, o PL nº 2.719, de 2019, não foi apensado ao PL nº 550, de 2019, e foi aprovado em regime de urgência pela Câmara dos Deputados. Em seguida, foi enviado para apreciação pelo Senado Federal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0F2B2A120050AD16.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Mesmo não tendo sido respeitada a precedência do PL nº 550, de 2019, não esmorecemos em nossos esforços de negociar politicamente a apreciação da proposição pela Câmara dos Deputados. Felizmente, alcançamos nosso intento e o PL nº 550, de 2019, foi aprovado pelo Plenário da Câmara dos Deputados na forma de Substitutivo (SCD).

Como bem descreveu o ilustre Senador Antonio Anastasia, Relator do Parecer pela aprovação do projeto no Senado:

> [...] na Câmara dos Deputados, o processo de discussão da proposição estendeu-se por mais de um ano. As discussões foram acaloradas e envolveram, no processo de elaboração do SCD, os diversos setores aos quais se aplica a PNSB. Participaram dessas discussões, além dos Deputados Federais, membros da Comissão Externa do Desastre de Brumadinho e das bancadas dos estados mineradores, principalmente, do Estado de Minas Gerais, representantes do Ministério de Minas e Energia (MME), da Agência Nacional de Águas (ANA), da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), da Agência Nacional de Mineração (ANM), da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), do Instituto Brasileiro de Mineração (IBRAM), da Confederação Nacional da Indústria (CNI) CNI e da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG).

O Plenário do Senado sabiamente aprovou esse parecer em 2 de setembro de 2020. O PL nº 550, de 2019, Substitutivo da Câmara dos Deputados, foi, então, submetido à sanção presidencial, tendo sido sancionado na forma da Lei nº 14.066, de 30 de setembro – ora, que coincidência: dia do meu aniversário! – de 2020, que altera a Lei nº 12.334...

(*Intervenção fora do microfone.*) (*Risos.*)

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Infelizmente.

"Altera a Lei 12.334, de 20 de setembro de 2010, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), a Lei nº 7.797, de 10 de julho de 1989, que cria o Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA), a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, e o Decreto-Lei nº 227, de 28 de fevereiro de 1967 (Código de Mineração)".

Isso posto, fica claro que a matéria foi prejulgada pelo Plenário do Senado, sendo, portanto, passível da declaração de prejudicialidade. Além disso, dado o curto espaço de tempo decorrido desde a sanção da Lei nº 14.066, de 2020, não é possível avaliar plenamente seus efeitos nem, muito menos, apontar a necessidade de mudanças adicionais na PNSB.

Voto.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0F2B2A120050AD16.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Ante o exposto, votamos pelo encaminhamento do Projeto de Lei nº 2791, de 2019, ao Sr. Presidente do Senado Federal, para que, na forma do art. 334, II, do RISF, seja declarado prejudicado em virtude de seu prejulgamento em outras deliberações.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fabiano Contarato. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Obrigado, querida Senadora Leila. Parabéns pela relatoria.

A matéria está em discussão. (*Pausa.*)

Não havendo mais quem queira discutir, encerro a discussão.

A votação será simbólica.

Em votação o relatório apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado o relatório, que passa a constituir parecer da Comissão pela prejudicialidade do Projeto de Lei 2.791, de 2019.

A matéria vai à Comissão de Serviços de Infraestrutura.

Neste momento, convido a retornar ao assento da Presidência a minha querida Senadora Leila Barros.

Muito obrigado. (*Pausa.*)

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, nós temos requerimentos na pauta. Os Senadores autores dos primeiros itens, a Senadora Eliziane e o Zequinha Marinho, ainda não chegaram. Então, eu vou já pular para os itens 4, 5, 6, 7 e 8, que são requerimentos de minha autoria, e gostaria da aprovação dos colegas aqui.

ITEM 4

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 5, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as conclusões dos trabalhos do GT Energia do Fórum da Geração Ecológica.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0F2B2A120050AD16.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

ITEM 5

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 6, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as conclusões dos trabalhos do GT Economia Circular e Indústria do Fórum da Geração Ecológica.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

ITEM 6

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 7, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as conclusões dos trabalhos do GT Proteção, Restauração e Uso da Terra, do Fórum da Geração Ecológica.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

ITEM 7

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 8, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as conclusões dos trabalhos do GT Cidades Sustentáveis do Fórum da Geração Ecológica

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

ITEM 8

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0F2B2A120050AD16.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 9, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater as conclusões dos trabalhos do GT Bioeconomia do Fórum da Geração Ecológica

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF)

Requeiro, nos termos do art. 58, §2º, da Constituição Federal, e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiências públicas, com o objetivo de debater as conclusões dos trabalhos dos cinco GTs que compuseram o Fórum da Geração Ecológica: Energia, Requerimento nº 5/2023-CMA; Economia Circular e Indústria, que é o Requerimento nº 6/2023-CMA; Proteção, Restauração e Uso da Terra, que é o Requerimento nº 7/2023-CMA; Cidades Sustentáveis, Requerimento nº 8/2023-CMA; e Bioeconomia, Requerimento nº 9/2023-CMA.

Nós vamos fazer essa votação em bloco para agilizarmos. Acho que todo mundo está correndo para outras Comissões.

Em votação os requerimentos apresentados.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovados.

Temos aqui também o requerimento extrapauta do Senador Fabiano, que ele retirou. E agora...

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Giordano.

O SR. GIORDANO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - SP. Pela ordem.) – Só um aparte, só para uma informação, porque eu vou ter que ir à CCJ.

Ontem, foi criada a frente parlamentar, de minha autoria, sobre saneamento básico, fomento do saneamento básico, do hidrogênio verde e do crédito de carbono. Então, nós vamos formar essa frente parlamentar e eu quero contar com integrantes desta Comissão, que eu acho que tem tudo a ver. Então, só para informar à Presidência e aos demais amigos aqui presentes, Senadores e Senadoras, que foi ontem aprovada essa comissão.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 0F2B2A120050AD16.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Parabéns pela iniciativa, Senador Giordano. Já pode contar com a minha assinatura e a minha participação. (*Pausa.*)

Temos requerimento aqui extrapauta do Senador Wellington Fagundes.

Eu vou passar a palavra para o Senador.

Requerimento nº 15 (12) ...

EXTRAPAUTA

ITEM 9

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 12, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir a retomada do Fundo Amazônia com os convidados que apresenta.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Sra. Presidente, quero saudar a todos desta Comissão e as mulheres presentes. Os dois Matos Grossos – Mato Grosso e Mato Grosso do Sul – aqui muito presentes.

Eu, nessa semana e na semana passada, estive numa missão em Portugal e na Noruega com as escolas profissionalizantes, ou seja, o instituto federal de educação tecnológica, em várias universidades desses dois países, objetivando o intercâmbio de alunos – a ida de alunos para lá e também de lá para cá – e de professores brasileiros que estão em várias dessas universidades e também a possibilidade – tudo definido também – da formação de professores principalmente na área de ciência e tecnologia, robótica e outras áreas também.

Nós estivemos na Embaixada do Brasil na Noruega, e lá foi convidada para estar presente comigo a Sra. Lilian Kramer. Ela é uma mineira, portanto brasileiríssima, que fez a carreira na Embaixada da Noruega. Ela foi inclusive Embaixadora da Noruega no Brasil e é Coordenadora do Fundo Amazônia.

Então, eu estou fazendo um requerimento em função da vinda do Ministro aqui, nos próximos 15 dias, e também da Sra. Lilian Kramer, para que a gente possa ouvi-los, discutir, conversar sobre exatamente o Fundo Amazônia e também as preocupações que aquele país tem na questão do meio ambiente. Ele estará também no Pará. Eles são produtores aqui, principalmente com indústrias norueguesas que têm impacto também na questão ambiental.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C94A3A940050AD15.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então, eu requeiro aqui, Sra. Presidente, de acordo com o art. 58 da Constituição Federal e o art. 93, inciso II, do Regimento Interno, a realização de audiência pública em conjunto com a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de discutir a retomada do Fundo Amazônia, que já foi retomado agora, foi o primeiro ato assinado pelo Presidente.

A minha proposta é que, nessa audiência, a gente tenha como convidado o Sr. Enio Cordeiro, que é Embaixador brasileiro na Noruega; o Sr. Odd Magne, Embaixador da Noruega; e também a Sra. Lilian Kramer, que é ex-Embaixadora e também hoje é uma das Coordenadoras do Fundo Amazônia.

Nós do Mato Grosso estamos na Amazônia Legal, e lá a gente deu destaque também à questão do Pantanal.

Então, eu quero pedir aqui o apoiamento de todos os companheiros e já dizer, Sra. Presidente, que eu vou apresentar – acredito que não dá tempo hoje ainda –, na próxima reunião, para que a gente recrie, a Subcomissão do Pantanal. Para nós do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, é extremamente importante, a maior área alagada do mundo. Nós temos um trabalho: agora implantamos lá o Instituto Nacional de Pesquisas do Pantanal, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia. Aí, claro, aos dois estados, isso é extremamente importante, por isso foi criada a Subcomissão, e eu peço também a V. Exa. esse apoio.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito, Senador Wellington.

Com certeza, com relação à Subcomissão, é só o senhor apresentar novamente que nós vamos instalá-la novamente. Acho que é interesse de toda a bancada. Então, tem, com certeza, o apoio desta Presidente.

Eu vou colocar em votação o requerimento apresentado pelo senhor.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Obrigada.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado, Sra. Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – De nada.

O Senador Zequinha já está presente e nós temos aqui o item 2, que é da autoria do Senador Zequinha Marinho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C94A3A940050AD15.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.061557/2023-93-20 (ANEXO: 020)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ITEM 2

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 3, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4996/2019, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para estabelecer medidas de participação e de transparência relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais" com os convidados que relaciona.

Autoria: Senador Zequinha Marinho (PL/PA) e outros

Passo a palavra ao autor para fazer a leitura do seu requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Para encaminhar.) – Muito obrigado, Presidente.

Saudações a todos os colegas e felicitações a V. Exa. pela condução da CMA, muito importante nesta Casa. Eu acho que, pela sua inteligência e sensibilidade, a gente precisa fazer bons debates aqui. O Brasil aparece no mundo como um patinho feio com relação à questão ambiental, mas, quando a gente puxa as informações do Brasil, o Brasil vira o pato mais bonito da Terra, não é? E aqueles que nos apontam como patinhos feios talvez, sejam eles mesmos esses patinhos. Então, eu acho que abrir esta Comissão para um debate saudável é muito bom para o país e é até bom para a sua imagem externa, um país que tem o Código Florestal extremamente rigoroso, que tem 66% de cobertura original – ninguém tem isso no mundo. Eu estava vendo um apanhado do Reino Unido e de um monte de outros países da Europa. Que pena! Dá até pena dos coitados! No entanto, o dedão é apontado para o nosso rumo. Então, eu acho que agora, com a cabeça aberta, legal, saudável, a gente vai poder fazer um grande debate.

Outra coisa que eu acho interessante, antes de me ater aqui ao meu requerimento, é com relação a essas questões de emissão de gases de efeito estufa, os poluentes de modo geral. O Brasil compra tudo de todo mundo, sem exigir absolutamente nenhuma cobrança em relação a isso. No entanto, nossos produtos lá fora são altamente taxados, discriminados, não é mesmo, Ministra, a senhora que rodou tanto esse mundo? Por quê? Por quê? Por quê? Está na hora de a gente abrir a caixa preta. E também, aquilo que exigem da gente, a gente começar a exigir deles o mínimo, pelo menos no produto, porque hoje é possível mensurar quanto que emito para produzir um celular desses. Então, eu preciso emitir, mas eu também preciso zerar.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C94A3A940050AD15.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O Brasil tem um potencial para vender crédito enorme, e a turma só fala de comprar da gente – só fala! Quando acontece lá a COP, "ah, não, vamos comprar, vamos colocar tanto, não sei o quê". E depois a gente não vende, estamos aqui engatinhando devagar. Quer construir, fazer celular? Quer. Emite o quê? Emite tanto. Então zera isso, compra. Nós temos uma ferramenta muito boa na mão, precisamos trabalhar isso.

Eu vejo este ano como um ano muito promissor para fazer esse debate. Isso é um debate legal, muito bom. E eu quero estar aqui feliz por ser titular desta Comissão.

Bom, requeiro, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 4.996, de 2019, que "altera a Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012, que dispõe sobre a proteção da vegetação nativa, para estabelecer medidas de participação e de transparência relativas à Política Nacional de Manejo e Controle de Queimadas, Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais".

A nossa audiência pública propõe... Eu proponho aqui que sejam convidados: representante do Ministério do Meio Ambiente; representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), que é o carro-chefe desse negócio; e a representação da Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil. Temos que ouvir o lado... Como é que isso...

Eu me lembro de um debate que até envolvia nossa Senadora no Pantanal, em que eu fiquei irado. Parece que a Senadora daquele tempo... A Ministra falou: "Olha, não estão... Cercaram as reservas, não foi? Porque as reservas eram abertas. Então, o gado entrava, comia aquela palha toda. O capim cresce, o gado vai lá e come e tal. Aí cercaram, o gado não pôde mais entrar lá. Aquela palha cria um volume violento e aquilo é combustível para fogo. Ele fala assim: "A Ministra disse que tem boi bombeiro." Porque a falta de conhecimento de quem não vive a realidade é uma tragédia. Você quer discutir um negócio da vida real, e o cara nunca viu, nunca viu e nem entende, mesmo da forma mais simples como foi colocada: olha, reserva fechada, acúmulo de material que vai pegar um fogo... Se o fogo era desse tamanhinho, ele vai dar cinco, seis, dez metros de altura, porque agora tem combustível. Para esse material não crescer tanto, os animais nativos, o gado que vive lá tem que consumir, é natural dele, é do meio. Não foi entendido isso. Por isso que eu quero que a gente traga o povo da produção para se debater sobre essa questão, e a CNA faz parte disso. Assim como a representação da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil – esse, sim, é o bombeiro, o pessoal que ajuda realmente a fazer o combate.

Esse debate será muito bom para que a gente analise com profundidade o projeto do nosso Senador e possa dar a ele o encaminhamento que se precisa, de acordo com a vida real, está bom?

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senador Zequinha, eu gostaria de pedir ao senhor e aos membros da Comissão para fazer a inclusão... Eu fui

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C94A3A940050AD15.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

procurada pelos representantes da Ligabom, que é o Conselho dos Comandantes-Gerais dos Corpos de Bombeiros do Brasil. Acho que é importantíssimo termos aqui a representação dos Corpos de Bombeiros de todo o país. Enfim, quem será designado é esse representante, mas eu gostaria de incluir no seu requerimento a presença desse conselho de comandantes-gerais.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – O.k. Eu peço à minha assessoria que faça isso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Só voltando, Presidente, é rapidinho, já vou encerrar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Falando em Fundo Amazônia, nessa coisa toda, que é muito bom, recurso é fundamental, com certeza ouvindo essa turma da Secretaria Nacional de Defesa Civil, com os seus respectivos comandantes nos estados, a gente vai também ouvir do que eles precisam, em termos de recursos, para comprar equipamentos e tecnologias que hoje facilitam o combate.

O fogo é perigoso, mas ele é o aliado mais antigo do homem. Foi uma grande descoberta o fogo para a humanidade, mas, se não controlar, não manejar, é um perigo, e a tecnologia hoje nos ajuda a fazer isso. Para isso, precisa-se de dinheiro. Esse dinheiro está no Fundo Amazônia, que a gente precisa alinhar.

Eu tenho certeza de que os estados vão precisar dele.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Nada mais do que legítima a presença deles, até porque são eles que estão na ponta, resolvendo a situação.

Pois não, Senadora Tereza.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS. Pela ordem.) – Eu queria subscrever o requerimento do Senador Zequinha e também aqui dizer que é importantíssimo que os bombeiros participem. Não tenho dúvida disso; são eles que estão lá na ponta, eles é que sofrem, no final, o risco desses acidentes.

Também quero dizer, Senador, que o senhor tem toda a razão: nós temos que discutir sobre os produtos que nós importamos e que são produzidos com energia fóssil, e, no Brasil, nós temos mais de 90% da nossa matriz sustentável e, assim mesmo, nós somos criticados.

Nós temos que fazer o nosso dever de casa. Nós queremos preservar, nós temos energia renovável, porque somos um país que tem sol, que tem água, que tem vento. Enfim, temos aí a biomassa da cana-de-

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C94A3A940050AD15.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

açúcar. Nós temos hoje uma matriz energética sustentável privilegiada, maior do que a de muitos países do mundo, mas nós temos que discutir, sim. Não é porque o nosso produto aqui...

Nós temos problemas? É claro que temos. Nós temos o desmatamento ilegal – mas que é o único ponto em que eles nos pegam –, mas nós temos um Código Florestal, que precisa ser seguido, nós temos um Código Florestal que custa para aqueles que têm terra, porque eles são obrigados... Hoje eu acho que existe uma cultura já de proteção desse meio ambiente. O produtor sabe que ele precisa proteger, que ele precisa reservar água.

Esse é um outro assunto sobre que depois eu vou fazer um requerimento também para a gente discutir. A reservação de água é importantíssima na área rural, não só para segurar a água das chuvas, deixar o subsolo... Você ter essa reservação para manter as suas reservas, melhorar a agricultura. Quando fui Ministra da Agricultura, lançamos um grande projeto chamado Águas do Brasil... Aliás, Águas do Agro. Águas do Brasil é do Ministério da Integração. São políticas que têm que convergir nos dois, são transversais, mas que nós precisamos estimular e colocar, ter recursos para que as pessoas, os produtores, enfim, quem quer reservar água possa reservar essa água da chuva, que impede que todos esses resíduos acabem indo para os rios e causando problemas muito sérios, além de contaminação, de... Meu Deus, como é? Assoreamento nos rios e córregos do Brasil. Então, um programa de microbacias tem que ser feito em muitos municípios brasileiros.

Então, eu quero parabenizá-lo, Senador Zequinha. Eu acho que são temas que nós vamos ter oportunidade de discutir aqui, nesta Comissão, para ajudar o Brasil e o mundo, porque hoje todo mundo fala em sustentabilidade. Nós precisamos fazê-la acontecer. Nós já temos muito no Brasil, mas podemos caminhar muito mais porque temos um clima, um solo, enfim, nós temos um país que é propício a ter toda essa energia sustentável e a nossa agricultura, que é sustentável.

Agora, nós precisamos colocar cientificamente as coisas; não pode ser no achismo. A nossa agricultura é tropical, desenvolvida pela Embrapa. E aí, Senador Zequinha, eu acho que, além da CNA, nós tínhamos que chamar a Embrapa também para participar desta Comissão. Eu acho que é importantíssima a participação da Embrapa.

A história do "boi bombeiro" não é minha, não. Eu só a citei, mas é um estudo de um pesquisador da Embrapa que se chama assim, e aí eu fiquei com a pecha, mas não tem importância.

Eu acho que essas discussões precisam ser feitas para esclarecer a população e para que o país possa avançar e a gente ser exemplo para o mundo de sustentabilidade.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Muito bem, Ministra, será uma honra receber o seu apoiamento, assim como também acrescentar e receber a sugestão da Embrapa.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C94A3A940050AD15.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu gostaria de subscrever também.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Pronto, estamos juntos, todo mundo.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ministra Tereza, a palavra tem fé, não é? Ainda mais uma palavra da Ministra da Agricultura. Com certeza, essa coautoria do "boi bombeiro" já pegou. (*Risos.*)

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Foi a imprensa que falou isso, e a senhora disse que um boi... Realmente, na época certa, o boi...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS) – É uma tese.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – ... come o capim e diminui o tamanho do incêndio da queimada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Perfeito.

Então, o requerimento vai ser subscrito pela Senadora Tereza, Senador Wellington. E vamos ficar aguardando então os seus requerimentos, Senadora, para fazermos o debate na Casa e na Comissão.

Senadora Margareth e, depois, Senador Jaime.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Pela ordem.) – A história do "boi bombeiro" é contada pelos pantaneiros de Mato Grosso. O boi comia o pasto, estava andando, estava solto, tiraram o boi do Pantanal, tiraram tudo do Pantanal, e ficou lá uma reserva criando biomassa, que, quando pega fogo, fica por dias queimando. Aquele incêndio que houve no Pantanal realmente foi uma tragédia – não é, Tereza Cristina? –, porque os bichos andavam e caíam naquele fogo lá embaixo. Quer dizer, é uma coisa muito triste.

E aí eu falo que as pessoas falarem sem conhecimento de causa é muito ruim. Essa parte ideológica nessa discussão tem que sair de cena e tem que realmente ser uma política séria.

A gente é o país que mais preserva. Eu fico preocupada, Senador, porque vai sobrar pouco produto para nós comprarmos se colocarmos as coisas dessa forma, entendeu?

Por isto eu fui à Amazônia e andei por seis dias na Amazônia: para conhecer o que acontece lá. Eu andei de barco, eu andei de avião, eu andei a pé... Foram seis dias dentro da mata da Amazônia para conhecer, para ter conhecimento de causa para poder falar. É isso.

Então, esta Comissão está de parabéns. Parabéns, Presidente! Vamos fazer juntas um bom trabalho.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C94A3A940050AD15.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senadora Margareth.

Por favor, Senador Jaime.

O SR. JAIME BAGATTOLI (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RO. Pela ordem.) – Bom dia a todos!

Com todo respeito à nossa Presidente, Senadora Leila Barros, quero reiterar as palavras aqui do nosso Senador, da nossa Senadora Tereza Cristina, e dizer para vocês que a Comissão do Meio Ambiente tem que ter principalmente um pouco mais de conhecimento sobre a Amazônia.

Como o nosso Senador Zequinha Marinho falou agora, Senador do Pará, nós precisamos realmente trazer os produtores à esta Comissão, porque quem mora na Amazônia tem conhecimento daquilo. É a mesma coisa que acontece, todos os anos, quando pega fogo as margens da rodovia BR-364, da Belém-Brasília, enfim no Mato Grosso inteiro. Aquilo ali simplesmente...

O Senador Zequinha Marinho falou um negócio: o fogo foi uma coisa muito bem inventada, foi talvez a coisa mais importante que aconteceu para a humanidade. Só que, se não o controlar – concordo com ele –, isso vira um desastre total.

O que nós precisamos fazer naquelas beiras de rodovia? Nós sabemos quando se inicia o período de seca. Se fosse... Até nós produtores que temos áreas ao longo das rodovias: quando chega final de abril, antes de maio, antes de a seca se prolongar, quando o capim está bem crescido ali, é preciso cortá-lo e nos deixar queimá-lo, fazer esses aceiros. Se não for feito isso, deixa-se todo o ano; quando se vê, aí começa a se falar que isso é crime, que é problema do produtor. Nenhum produtor rural quer tocar fogo na sua propriedade. Nenhum produtor rural quer fazer isso.

Então, Senadora Leila, você hoje é a Presidenta desta Comissão, eu acho que você deve ter um pouco também já de conhecimento da Amazônia. A gente gostaria de levar você à Amazônia para conhecer, principalmente no período da seca, aquela região, para a senhora entender como que é que funciona aquilo lá, porque eu tenho um conhecimento de 50 anos daquela região. E, não porque sou produtor rural, sei que nós precisamos fazer a nossa preservação. Nós temos obrigação de cuidar das nossas matas para que não entre fogo, não se queimem as nossas reservas.

Como disse a nossa Senadora Tereza Cristina, é preciso cuidar das águas. Nós estamos fazendo os projetos de confinamento – para senhora entender. Nós temos projetos para biodiesel, compostagem de esterco. Tudo isso nós precisamos que... Como disse o nosso Senador Zequinha Marinho, eles produzem isto – produzem celular, produzem equipamentos eletrônicos, o combustível que está aí, que hoje é tudo combustível fóssil –, o mundo inteiro não preserva; nós preservamos e estamos dispostos a fazer tudo o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: C94A3A940050AD15.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

que mandam as leis ambientais, mas nós precisamos receber por isso e por aquilo que nós estamos preservando dentro das nossas propriedades rurais.

Meu muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador Jaime.

Como vocês falaram, nós somos um país que preserva, mas nós deixamos a desejar nos últimos anos. E essa realidade a gente não pode ignorar. Então, nós vamos fazer esse debate na Casa – respeitando a posição, obviamente, de todos dentro da Casa – e, principalmente, nesta Comissão.

Sobre o requerimento do Senador Zequinha Marinho, nós vamos incluir no requerimento a Ligabom mais a Embrapa – sugerida pela Senadora Tereza Cristina.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Fora do microfone*.) – Os bombeiros...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – É. A Ligabom, o conselho dos comandantes gerais dos bombeiros, mais a Embrapa, como sugerido...

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. *Fora do microfone*.) – E o apoiamento dos que subscreveram...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sim, e subscrito pela Senadora Tereza e pelo Senador Wellington.

Em votação novamente pela exceção desses itens ao requerimento apresentado. Então, em votação o requerimento e as sugestões.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Sra. Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Pela ordem.) – Como V. Exa. já autorizou, já está na mesa – e eu gostaria também de pedir a votação – o requerimento que propõe a criação da Subcomissão do Pantanal.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E1948E0B0050AD14.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não. Pode ler.

EXTRAPAUTA

ITEM 10

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE Nº 13, DE 2023

Requer, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado Federal, a criação de Subcomissão Permanente, composta de 4 (quatro) membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

Autoria: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para encaminhar.) – Requeiro, nos termos do art. 73 do Regimento Interno do Senado, a criação de Subcomissão Permanente, composta de quatro membros titulares e igual número de suplentes, com o objetivo de estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal e também para propor aprimoramento da legislação e políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

Como eu disse aqui, Sra. Presidente, nós já implantamos agora, no final do Governo do Presidente Bolsonaro, o Instituto Nacional de Pesquisa do Pantanal (INPP), com abrangência de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, sendo um órgão ligado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, mas que, por ser um instituto também, permite que a gente faça parcerias e possa buscar soluções para principalmente a conservação do nosso Pantanal. E conservação é bem diferente de preservação, porque nós precisamos fazer com que a ciência, a tecnologia e a experiência do homem pantaneiro – não é, Senadora Cristina? –, que conhece a realidade... Como você falou, há o "boi bombeiro" e outras tantas situações que, no Pantanal, são totalmente diferentes da Região Amazônica. Mesmo no caso de Mato Grosso, em que estamos todos na Amazônia Legal, o Pantanal é um bioma específico, a maior área alagada do mundo, patrimônio da humanidade. E, por isso, nós precisamos, inclusive, não só aprovar o Estatuto do Pantanal, mas exatamente buscar parcerias com as universidades, com todos aqueles que têm interesse na conservação do nosso Pantanal, para poder fazer isso o mais rápido possível.

Os Estados Unidos tinham um Pantanalzinho lá que não dá nem 10% do nosso que é o Everglades, na Flórida, e já praticaram acabaram com o Pantanal deles. Eu tive oportunidade de ir lá ver, e há, Ministra Tereza, mortandade de animais nas beiras das rodovias, dentro das rodovias, exatamente por falta de cuidado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E1948E0B0050AD14.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E nós temos um interesse muito maior, porque o nosso Pantanal tem 155 mil quilômetros quadrados e, então, faz parte da nossa economia, tanto em Mato Grosso quanto em Mato Grosso do Sul. Aliás, é até mais em Mato Grosso do Sul, porque lá tem dois terços do Pantanal. Inclusive, quando se foi criar o Estado de Mato Grosso do Sul, eu defendia que se chamasse Estado do Pantanal, mas isso foi discutido, e resolveram fazer Mato Grosso do Sul para ficar carimbado que Mato Grosso do Sul é um filho querido nosso.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Bom, sobre o Estatuto do Pantanal...

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT) – Presidente...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Só um minutinho, Senadora.

Sobre o Estatuto do Pantanal, ele foi distribuído novamente para o Senador Jayme Campos. Então, vamos aguardar o relatório.

Podemos colocar em votação...

Pois não, Senadora.

A SRA. MARGARETH BUZETTI (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - MT. Para discutir.) – Se for criada realmente a Comissão, eu gostaria de fazer parte desta Comissão. Quero deixar registrado.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k.

Então vamos colocar em votação a criação da Subcomissão Permanente do Pantanal.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovada a criação da Subcomissão Permanente do Pantanal.

Parabéns, Senador.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero agradecer, Presidenta, e convidá-la também para participar da Comissão, porque a senhora pode ser uma grande pantaneira, principalmente como Presidente da Comissão, já que, como eu falei...

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Vamos discutir o Cerrado também.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E1948E0B0050AD14.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Exatamente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Obrigada, Senador.

Bom, o item 3, que é um requerimento da Senadora Eliziane Gama, eu vou subscrever e vou ler porque eu acho importante nós aprovarmos esse requerimento.

ITEM 3

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 4, DE 2023

- Não terminativo -

Requer, nos termos do art. 93, I, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de instruir o PL 5142/2019, que "altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, que dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências, para determinar a transferência de bens e parte dos valores das multas por infração ambiental ao município onde ocorreu a infração".

Autoria: Senadora Eliziane Gama (PSD/MA) e outros

Os convidados propostos pela Senadora:

– representante do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama);

– representante do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio);

– a Sra. Suely Araújo, advogada, Doutora em Ciência Política, especialista sênior em políticas públicas do Observatório do Clima;

– representante da Associação Nacional dos Servidores Ambientais (Ascema Nacional);

– representante da Associação Brasileira dos Membros do Ministério Público de Meio Ambiente (Abrampa).

Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E1948E0B0050AD14.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – Pela ordem, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senador.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – O projeto de lei de nossa autoria, Senadora Tereza... A gente acha que deve ter uma certa coerência entre as coisas. Onde acontece um crime? No município tal. Aquele município, via de regra, não dispõe de recursos para trabalhar sua política ambiental. Falta uma caminhonete, falta um computador, falta o próprio escritório, falta gente. Então, quando o cara paga uma multa lá, esse recurso vem aqui, não sei para onde, para o Ibama, algum lugar. E o problema continua lá. Aquele município continua desprovido de condições para que possa, de repente, tomar conta de perto daquilo que ele precisa tomar conta.

E o projeto de lei divide com esse município parte desse recurso para que ele se estruture e possa melhor atender. Então vamos ao debate na audiência pública, se Deus quiser, e as melhores ideias certamente vencerão.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Grata, Senador Zequinha.

Eu vou ler aqui o item...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS) – Senadora, pela ordem.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Pois não, Senadora.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS. Pela ordem.) – Eu acho muito interessante essa discussão, essa audiência, mas eu acho que está meio desequilibrado quanto às pessoas, aos órgãos, às instituições chamadas. Eu acho que tinha que chamar, no mínimo, a OAB. Eu acho que nós tínhamos que... Essa discussão só tem gente do meio ambiente. Eu acho que tinha que chamar alguém também da área jurídica – pelo menos.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Senadora, eu não estarei aqui presente na próxima semana porque eu estou numa missão no Japão, aqui do Senado Federal. Então, já que nós vamos ter tempo para fazer essa audiência, eu peço para a senhora fazer um requerimento pedindo, no caso, a inclusão da OAB para essa audiência pedida pela Senadora Eliziane Gama.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E1948E0B0050AD14.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA. Pela ordem.) – Presidente, peço permissão para me juntar à Senadora Tereza para a gente dar uma refletida sobre quem pode equilibrar.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k. É só apresentarem o requerimento.

O SR. ZEQUINHA MARINHO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - PA) – É muito saudável para o bom debate.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k.

Agora há um item extrapauta, o Requerimento nº 11, da minha autoria. Na próxima semana é celebrado o Dia Mundial da Água, e como eu não vou estar presente, eu gostaria de requerer, nos termos do art. 58 da Constituição Federal e do art. 93 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de uma audiência pública aqui na Comissão, com o objetivo de debater a segurança hídrica e as mudanças climáticas, em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado no dia 22 de março, quarta-feira que vem.

Proponho para a audiência os seguintes convidados:

– representante da Articulação Semiárido Brasileiro (ASA);

– representante da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB);

– representante da Oceana;

– representante da Organização de Conservação da Terra (OCT);

– a Sra. Patrícia Boson, Especialista em Recursos Hídricos.

EXTRAPAUTA

ITEM 11

REQUERIMENTO DA COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE N° 11, DE 2023

Requer, nos termos do art. 58, § 2º, II, da Constituição Federal e do art. 93, II, do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de audiência pública, com o objetivo de debater Segurança Hídrica e Mudanças Climáticas em alusão ao Dia Mundial da Água, celebrado dia 22 de março.

Autoria: Senadora Leila Barros (PDT/DF).

Pergunto aos Senadores se estão de acordo ou se querem inserir... Deixo à disposição se quiserem inserir mais algum representante para o debate.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E1948E0B0050AD14.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS) – Se a senhora der meio dia, nós vamos inserir mais algumas pessoas, o.k.? Mais umas duas ou três instituições.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O problema é que o requerimento precisa ser votado, no caso...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Poderia pedir o adiamento?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Não, não tenho como pedir adiamento.

Vamos continuar com a intenção de fazer e podemos mais à frente fazer uma discussão maior, trazendo outros representantes orientados por vocês. Pode ser?

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS. *Fora do microfone*.) – Pode.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Em votação o requerimento apresentado.

Os Senadores que concordam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovado.

Enfim...

Eu peço a inclusão nesse requerimento... Vou pedir para a Mesa a inclusão de um convidado, o representante do Projeto Produtor de Água no Pipiripau/DF. Acho que é importante incluir um representante aqui do DF.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS) – E eles têm realmente um projeto muito interessante, que eu já fui lá conhecer. Já conheço.

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Ótimo! Então já é chancelado pela senhora, ótimo. Obrigada, Senadora Tereza. (*Pausa.*)

Bom, nós temos mais... Eu, por exemplo, vou para a CAS, e tem CDH, tem CTEYANOMAMI, então eu quero agradecer o quórum elevado dessa nossa primeira sessão e, mais uma vez, reforçar os relatórios. Eu acho que a assessoria, principalmente... A Secretaria aqui da Comissão já passou para as assessorias os Relatores designados para as matérias que estão em tramitação na Comissão, então estamos aguardando os relatórios para que a gente possa pautá-los e começar a discussão dentro da Comissão.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E1948E0B0050AD14.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Quero agradecer a todos vocês pela presença.

Antes de encerrarmos a nossa reunião, eu informo que pode ser acessado na página da Comissão de Meio Ambiente o *Relatório de Atividades,* da CMA, nos anos de 2021 e 2022, sob a Presidência do Senador Jaques Wagner. Está aqui o relatório, só para mostrar aí para vocês, para todos que nos assistem e que, enfim, acompanham a Comissão.

Nada mais havendo a tratar, eu declaro encerrada...

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS. Pela ordem.) – Senadora, eu gostaria de inserir a Embrapa, porque tem muitas pessoas lá que trabalham com esse programa de água. Achava importante. Está bom?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – Sem problema. Podemos inserir a Embrapa.

A SRA. TEREZA CRISTINA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - MS) – O.k.?

A SRA. PRESIDENTE (Leila Barros. Bloco Parlamentar Democracia/PDT - DF) – O.k.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a nossa reunião.

Muito obrigada. Bom dia a todos!

(Iniciada às 9 horas e 22 minutos, a reunião é encerrada às 10 horas e 33 minutos.)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: E1948E0B0050AD14.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 1ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 08 DE MARÇO DE 2023, QUARTA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 13.

Às dezesseis horas e quarenta minutos do dia oito de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 13, sob as Presidências dos Senadores Otto Alencar e Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Efraim Filho, Izalci Lucas, Omar Aziz, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Eliziane Gama, Angelo Coronel, Flávio Bolsonaro, Esperidião Amin e Damares Alves. Deixam de comparecer os Senadores Alan Rick, Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Dr. Samuel Araújo, Rogério Carvalho, Jorge Seif e Hamilton Mourão. Havendo número regimental, a reunião é aberta. Passa-se à apreciação da pauta: **Instalação e Eleição**. **Finalidade:** Instalação da Comissão de Segurança Pública e eleição de Presidente e Vice-presidente para o biênio 2023-2024. **Resultado:** Instalada a comissão e eleitos, por aclamação, para os cargos de Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, os senadores Sérgio Petecão e Jorge Kajuru. É registrada a abstenção do Bloco Parlamentar Vanguarda. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às dezesseis horas e cinquenta e quatro minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/08

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E9607F40050AD13.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 1ª Reunião da Comissão de Segurança Pública da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

A presente reunião destina-se à instalação dos trabalhos desta Comissão e à eleição de Presidente e do Vice-Presidente para o biênio 2023/2024.

Minha saudação a todos os Senadores e Senadoras que formam este Colegiado.

Foi apresentada aqui uma chapa única, liderada pelo Senador Sérgio Petecão como Presidente e, como Vice-Presidente, o Senador Jorge Kajuru.

Abro a palavra aos Senadores e às Senadoras que desejem se manifestar.

Pede, e atendo, o Senador Flávio Bolsonaro.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ. Pela ordem.) – Presidente, é apenas para, mais uma vez, saudar todas as mulheres, parabenizá-las pelo importante dia de hoje e manifestar todo o nosso respeito.

É só para registrar, Sr. Presidente, que estou com um memorial aqui para ler, mas apenas quero resumir a manifestação que o Bloco Parlamentar Vanguarda tem feito em todas as Comissões.

É apenas para V. Exa., no momento oportuno, registrar a abstenção dos Senadores do Bloco Parlamentar Vanguarda. Nada contra a pessoa do Presidente, meu amigo, Petecão ou do Vice-Presidente, mas é em função da forma como vêm sendo conduzidas as eleições para as Presidências das Comissões, excluindo-se o Bloco Vanguarda, composto por 23 Senadores, que têm os mesmos direitos que quaisquer outros que estão aqui. Infelizmente adotou-se o critério de não se respeitar a proporcionalidade, prevista inclusive em nossa Constituição Federal. Apenas por isso peço a V. Exa. que assim registre no momento oportuno, Presidente.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Algum outro Senador ou Senadora deseja fazer uso da palavra?

Eu vou registrar a manifestação de V. Exa., Senador Flávio Bolsonaro.

Essa decisão foi de ordem coletiva, como também foi de ordem coletiva a escolha do Presidente Rodrigo Pacheco. Houve um embate entre duas chapas, não é a primeira vez que acontece isso no Senado Federal ou nas Casas Legislativas, mas ainda há tempo para as manifestações ao próprio Presidente Rodrigo Pacheco, que pode acolher a manifestação dos Senadores que não estão compondo nenhuma Comissão. Espero que isso possa acontecer, mas a decisão não é minha, pessoal, e, portanto, não me

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E9607F40050AD13.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

manifesto. Trata-se de decisão coletiva e pode depois o Colegiado tomar uma posição sob a liderança do Presidente Rodrigo Pacheco.

Como não há nenhum Senador ou Senadora que queira se manifestar, eu coloco em votação e pergunto se a eleição pode ser por aclamação. (*Pausa.*)

Com a concordância dos Srs. Senadores e Senadoras, em votação a chapa liderada pelo Senador Sérgio Petecão e pelo Senador Jorge Kajuru.

As Senadoras e os Senadores que aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Está aprovada a Presidência do Senador Sérgio Petecão...

(*Intervenção fora do microfone.*)

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Vou registrar.

Registramos a abstenção do Senador Flávio Bolsonaro e dos Senadores do bloco.

O SR. FLÁVIO BOLSONARO (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - RJ) – Dos Senadores do Bloco Vanguarda.

O SR. PRESIDENTE (Otto Alencar. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - BA) – Pois não. Está registrada a manifestação de V. Exas.

Eu convido o Presidente eleito, Senador Sérgio Petecão, para que possa assumir, ao lado do Vice-Presidente, Senador Jorge Kajuru, a Presidência da Comissão de Segurança Pública. (*Pausa.*)

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Colegas Senadores, quero agradecer ao Líder do meu partido, Senador Otto Alencar, Líder do PSD, partido que me deu a oportunidade de presidir esta Comissão junto com o meu querido amigo Jorge Kajuru, pessoa pela qual tenho um carinho muito grande e respeito.

Nós tivemos oportunidade de presidir a CAS e, graças a Deus, quando estive à frente, a CAS foi uma das Comissões que mais produziu nesta Casa. Então, eu quero, se Deus quiser, com a ajuda de todos os senhores, fazer um trabalho aqui. Esta é uma Comissão nova, está aqui o Senador Omar Aziz, que foi um dos Parlamentares que lutou pela criação desta Comissão aqui no Senado, junto com o nosso Presidente Rodrigo Pacheco. Para mim é um prazer e muita honra, além de muita responsabilidade. Está aqui o Sergio Moro, ex-Ministro da Justiça, e outros Senadores que têm *expertise*, têm experiência nos temas que com certeza iremos tratar nesta Comissão.

Eu sou do Acre, sou lá da fronteira, e o meu estado paga um preço muito caro por conta do tráfico de drogas, da violência que se implantou naquela região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E9607F40050AD13.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Entendo perfeitamente, Senador Flávio Bolsonaro, a decisão do bloco. Espero que possamos trabalhar juntos aqui nesta Comissão porque, acima dos interesses políticos e partidários, nós temos que entender que estão os interesses do país. Nós lidamos com um tema que hoje está na ordem do dia deste país, a segurança pública.

Então, mais uma vez, obrigado, Coronel, um dos que me apoiaram para que nós pudéssemos estar aqui, e todos que, de forma direta ou indireta, nos ajudaram para que hoje eu tenha a oportunidade de presidir esta tão importante Comissão.

Obrigada, Kajuru, mais uma vez. Estamos juntos, irmão. Um abraço.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM) – Sr. Presidente, um minutinho.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Omar Aziz.

O SR. OMAR AZIZ (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/PSD - AM. Pela ordem.) – Sras. e Srs. Senadores, só para que fique registrado. Criamos esta Comissão e temos que fazer aqui uma homenagem ao Major Olimpio, que foi um colega Senador nosso, do Estado de São Paulo, e foi um dos primeiros a solicitar. Ele vinha da Câmara, na Câmara tem a Comissão de Segurança Pública, no Senado não tinha, ela estava englobada dentro da Comissão de Constituição e Justiça, e pouco ou quase nada se debatia sobre a questão da segurança pública, que afeta qualquer brasileiro de qualquer *status* social. Essa não é uma questão de que só fulano sofre com insegurança, com problemas.

Eu fui Secretário de Segurança do meu estado. O meu estado tem 1,5 milhão de quilômetros quadrados. Faz fronteira com três países que são fornecedores de cocaína. O Brasil não produz cocaína; quem produz cocaína é a Colômbia, o Peru, a Venezuela, a Bolívia. E entra ali pelas nossas fronteiras, que estão totalmente desguarnecidas. Nós temos as Forças Armadas, que podem colaborar; a Polícia Federal, estruturada e com mais homens, pode colaborar.

A verdade é que nós temos que cobrar muito. Independentemente de quem seja o governo, nós não temos uma política pública de Estado para a segurança pública do Brasil. Nós não temos. E nós temos que cuidar disso.

Cada vez mais, as facções tomam conta das cidades, os nossos jovens e crianças estão sendo cooptados para transportar droga. Hoje uma família está desempregada, mas tem um garoto de 13, 14 anos que ganha R$100, R$200 por semana para poder fazer esse serviço e está alimentando o pai e a mãe.

O Estado brasileiro, quando eu falo Estado brasileiro, eu coloco Governo Federal, governo estadual e prefeitura, não ocupa o espaço porque o policiamento e os programas sociais não chegam a essa base. E

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E9607F40050AD13.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

se a gente não trabalhar isso aqui nesta Comissão, Senador Sérgio, nós não estaremos fazendo absolutamente nada.

O Brasil é provido de muitas leis. E uma outra questão, que estava na mão do Senador Anastasia, é que nós temos que ver o Código Penal. É da década de 1940, nós temos que rever. Faz anos que está aqui no Senado parado. É importante a gente rever. Hoje aqui com Sergio Moro, Senador da República, que tem uma experiência no campo jurídico, pode ajudar muito a gente a discutir isso.

Porque não adianta ter leis se o Estado não tem política e a política pública sempre será na prevenção. A prevenção custa mais barato do que, depois, você pegar um jovem que é viciado em droga e ter que pagar uma clínica para esse jovem. E as famílias não têm dinheiro para pagar R$10, R$15 mil por mês para tentar recuperar um jovem desse. E não tem uma mãe que coloca o filho no mundo para ver o filho ser morto ou ser preso. Toda mãe sonha em colocar o filho e que ele tenha uma vida com uma qualidade melhor do que ela teve.

Por isso, Sérgio Petecão e Senador Jorge Kajuru, V. Exas. têm um papel importante para a gente discutir a fundo e para que o Fundo de Segurança Pública funcione lá na ponta. E não dá para fazer segurança pública sem transversalidade. É preciso vários ministérios, várias secretarias unificadas num programa de governo, volto a repetir, para que a gente possa fazer o mínimo por uma população que vê as milícias tomarem conta, que vê o narcotráfico comandar o país, onde a polícia não entra, onde o cidadão de bem tem medo de denunciar, onde o medo impera através da força da maldade. Isso não é possível!

Por isso que eu digo: é fácil ganhar voto atacando a Justiça, Senador Kajuru, porque muitas vezes você ataca um ministro do Supremo, um juiz na questão da injustiça. Muitas vezes um traficante é preso porque matou um jovem e, no dia seguinte, está andando na rua e ameaçando a mãe daquele jovem. Por quê? Porque o inquérito é mal produzido dentro da delegacia de polícia e qualquer *habeas corpus* solta o cara e ele volta lá ainda para ameaçar a mãe, dizendo que vai fazer a mesma coisa com ela.

Então, é importante. Eu ia presidir esta Comissão, mas recebi uma solicitação do nosso Líder Otto Alencar, que eu agradeço muito. E tenho certeza de que está em boas mãos. Vamos trabalhar e trabalhar pelo Brasil, trabalhar pelos brasileiros, se Deus quiser.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Agradeço as palavras do Senador Omar Aziz, um amazônida, colega, pessoa pela qual eu tenho um carinho muito grande. Falou um pouco da sua vida política como Governador, como Secretário de Segurança, e conhece, e conhece muito a nossa região.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E9607F40050AD13.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

E como eu disse, eu sou do Acre. Nós, nós que vivemos ali, vivemos o dia a dia de uma região de fronteira. E quantas vezes participamos de debates sobre segurança? É impossível você combater aquela entrada de droga ali, se nós não mudarmos essa política que nós temos hoje no país.

Então, eu acho que esta Comissão pode ajudar, Senador Otto, e ajudar muito. Na época, quando no nosso primeiro mandato aqui como Senador, não, como Deputado Federal, nós criamos o adicional de fronteira. O que é o adicional de fronteira? Às pessoas que vão para a fronteira era um incentivo, porque antigamente, quando um agente da Polícia Federal ia para o Acre, já estava marcando o dia em que ele ia voltar, porque não tinha nenhuma motivação para ficar na fronteira. Então, nós temos que criar mecanismos para que essas pessoas que estão exatamente nessa área de fronteira possam trabalhar totalmente motivados. Eu acho que esse é um desafio desta Comissão.

E pode ter certeza, conheço e conheço bem essa região; conheço e conheço bem: é muito mais fácil você combater o tráfico de droga lá na fronteira do que você combater o tráfico de droga nas favelas do Rio de Janeiro, nas favelas de São Paulo. Então, esse é o nosso grande desafio. E o que eu puder fazer, no que estiver ao meu alcance, pode ter certeza de que nós criaremos todas as condições para que esta Comissão possa desenvolver um bom trabalho.

Então, mais uma vez, Otto Alencar, muito obrigado. Você, como Líder, está me dando essa oportunidade.

Ministro Sergio Moro, pode ter certeza de que vamos precisar do senhor e precisar muito aqui nesta Comissão, está bom?

Era isso. Agradeço à nossa assessoria aqui da Comissão por esse pouco tempo em que estamos juntos aqui. Vi que a moçada está com vontade e é altamente competente. Muito obrigado. Vamos trabalhar e trabalhar muito, está bom?

Kajuru, obrigado, irmão.

Está encerrada a presente reunião.

(*Iniciada às 16 horas e 40 minutos, a reunião é encerrada às 16 horas e 54 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E9607F40050AD13.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ATA DA 2ª REUNIÃO, EXTRAORDINÁRIA, DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª LEGISLATURA, REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2023, TERÇA-FEIRA, NO SENADO FEDERAL, ANEXO II, ALA SENADOR ALEXANDRE COSTA, PLENÁRIO Nº 3.

Às onze horas e trinta e sete minutos do dia quatorze de março de dois mil e vinte e três, no Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 3, sob a Presidência do Senador Sérgio Petecão, reúne-se a Comissão de Segurança Pública com a presença dos Senadores Sergio Moro, Alan Rick, Marcos do Val, Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Izalci Lucas, Dr. Samuel Araújo, Fabiano Contarato, Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Esperidião Amin, Hamilton Mourão, Astronauta Marcos Pontes, Damares Alves, Paulo Paim, Vanderlan Cardoso, Soraya Thronicke e Jaime Bagattoli. Deixam de comparecer os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Weverton, Omar Aziz, Otto Alencar, Rogério Carvalho, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif. Havendo número regimental, a reunião é aberta. A presidência submete à Comissão a dispensa da leitura e aprovação da ata da reunião anterior, que é aprovada. É comunicada a apresentação dos seguintes documentos à Secretaria da Comissão de Segurança Pública: Ofício nº 516/2022 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que encaminha moção que solicita a liberação de acesso e do respectivo repasse dos recursos financeiros referentes ao superávit do Fundo Penitenciário Nacional (FUNPEN), relativo ao exercício de 2022; Aviso 1549 – GP/TCU do Tribunal de Contas da União, que encaminha cópia do Acórdão 2649/2022 proferido pelo Plenário deste Tribunal, na Sessão Ordinária de 30/11/2022, ao apreciar o TC-042.141/2021-4, da relatoria do Ministro-Substituto Weder de Oliveira, que trata de auditoria operacional, integrada com aspectos de conformidade, com o objetivo de fiscalizar a política e os sistemas implementados no âmbito do Ministério da Justiça e da Segurança Pública e do Ministério da Defesa para o controle e a rastreabilidade de armas de fogo; Ofício Circular nº 2/2023 da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul que encaminha moção de repúdio ao Decreto nº 11.366, de 1º de janeiro de 2023, que suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores, e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003; e Parecer Jurídico do Conselho Administrativo da Associação Brasileira dos Importadores de Armas e Materiais Bélicos - ABIAMB com considerações sobre as Ações Diretas de Inconstitucionalidade n. 6.139, 6.119 e 6.466 - STF -Relator Min. Edson Fachin. Passa-se à apreciação da pauta: Deliberativa. ITEM 1 - Projeto de Lei n° 1431, de 2021 - Não Terminativo - que: "Altera o art. 394-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e o art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para determinar que as ações de improbidade administrativa e as ações penais que apurem os crimes contra a Administração Pública que indica terão prioridade de tramitação em todas as instâncias." Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO). Relatoria: Senador Alessandro Vieira. Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta. Resultado: Vista concedida ao Senador Fabiano Contarato. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião às doze horas e dezessete minutos. Após aprovação, a presente Ata será assinada pelo Senhor Presidente e publicada no Diário do Senado Federal, juntamente com a íntegra das notas taquigráficas.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E9607F40050AD13.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.061557/2023-93-22 (ANEXO: 022)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Senador Sérgio Petecão
Presidente da Comissão de Segurança Pública

Esta reunião está disponível em áudio e vídeo no link abaixo:
http://www12.senado.leg.br/multimidia/eventos/2023/03/14

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Havendo número regimental, declaro aberta a 2ª Reunião, Extraordinária, da Comissão de Segurança Pública da 1ª Sessão Legislativa da 57ª Legislatura.

Antes de iniciarmos os nossos trabalhos, proponho a dispensa da leitura e aprovação da Ata da 1ª Reunião, realizada em 8 de março.

Aqueles que concordam permaneçam como estão. (*Pausa.*)

A ata está aprovada e será publicada no *Diário do Senado Federal*.

Comunicado de documentos recebidos.

Comunico que foram apresentados à Secretaria da Comissão de Segurança Pública os seguintes ofícios:

– Ofício nº 516/2022, do Conselho Nacional de Política Criminal

16/2022, do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, que encaminha moção em que solicita a liberação do acesso e do respectivo repasse do recurso financeiro referente ao superávit do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) relativo ao exercício de 2022.

Dois, Aviso 1.549 - GP/TCU (Tribunal de Contas da União), que encaminha cópia do Acórdão 2.649/2022, proferido pelo Plenário desse tribunal na sessão ordinária de 30/11/2022, ao apreciar o TC 042.141/2021-4, da relatoria do Ministro Substituto Weder de Oliveira, que trata de autoria operacional integrada com os aspectos de conformidade, com o objetivo de fiscalizar a política e os sistemas implementados no âmbito do Ministério da Justiça e da Segurança Pública e do Ministério da Defesa para o controle e a rastreabilidade de armas de fogo.

Três, Ofício-Circular nº 2, de 2023, da Câmara de Vereadores de Caxias do Sul, que encaminha a moção de repúdio ao Decreto 11.366, de 1º de janeiro de 2023, que suspende os registros para a aquisição e transferência de armas e de munições de uso restrito por caçadores, colecionadores, atiradores e particulares, restringe os quantitativos de aquisição de armas e de munições de uso permitido, suspende a

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E9607F40050AD13.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

concessão de novos registros de clubes e de escolas de tiro, suspende a concessão de novos registros de colecionadores, de atiradores e de caçadores e institui grupo de trabalho para apresentar nova regulamentação à Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003.

Quatro, parecer jurídico do Conselho Administrativo da Associação Brasileira dos Importadores de Armas e Materiais Bélicos (Abiamb), com considerações sobre as Ações Diretas de Inconstitucionalidade nºs 6.139, 6.119 e 6.466, STF, Relator Ministro Edson Fachin.

Os documentos serão disponibilizados na página desta Comissão no *site* do Senado, tendo o prazo de 15 dias para os membros desta Comissão se manifestarem no sentido de atuarmos sobre qualquer dos documentos, para que seja analisado por este Colegiado. (*Pausa.*)

Vamos à pauta.

ITEM 1

PROJETO DE LEI N° 1431, DE 2021

- Não terminativo -

Altera o art. 394-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal) e o art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, para determinar que as ações de improbidade administrativa e as ações penais que apurem os crimes contra a Administração Pública que indica terão prioridade de tramitação em todas as instâncias.

Autoria: Senador Jorge Kajuru (CIDADANIA/GO)

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Favorável ao projeto, com quatro emendas que apresenta.

A matéria será apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO) – Pela ordem, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Só um minutinho.

Concedo a palavra ao Senador Alessandro Vieira para a leitura do seu relatório. (*Pausa.*)

Concedo a palavra ao Senador Kajuru.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E9607F40050AD13.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

00100.061557/2023-93-22 (ANEXO: 022)

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. JORGE KAJURU (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSB - GO. Pela ordem.) – Vou ser breve.

Manifesto aqui minha alegria pelo fato de ter um projeto de minha autoria como único na pauta da primeira reunião deliberativa da nossa Comissão de Segurança Pública, a mais nova das 14 Comissões permanentes desta Casa, presidida pelo reto Senador Sérgio Petecão, do PSD, do Acre.

Refiro-me ao PL 1.4321, de 2021, projeto de lei dá prioridade em todas as instâncias do Judiciário para as ações cíveis de improbidade administrativa e para as ações penais que apurem crimes contra a administração pública. O projeto faz acréscimos ao art. 394-A do Código de Processo Penal (Decreto-Lei nº 3.689, de 1941), que estabelece prioridade para a tramitação dos crimes hediondos.

Pelo meu projeto, essa prioridade é ampliada. Deve-se estender para os processos por peculato, desvio de bens, inserção de dados falsos em sistema de informações, concussão, exigência de vantagem indevida, excesso de exação, cobrança de imposto indevido, corrupção passiva e ativa, pedir ou receber vantagem indevida ou promessa dessa vantagem e tráfico de influência, pedir ou exigir vantagem para influenciar decisão de funcionário público.

A meu ver, crimes contra a administração pública são crimes contra o Estado, afrontam a coletividade, em essência quase sempre envolvem subtração de dinheiro público, fazendo evaporar o dinheiro suado dos impostos pagos pelos contribuintes. Por isso, defendo que os processos envolvendo crimes contra a administração pública tenham celeridade, para que a punição, quando for o caso, venha logo e se revista de caráter exemplar.

Concluindo, a prioridade na tramitação, em meu entender, serve também

Concluindo, a prioridade na tramitação, em meu entender, serve também para reduzir a ocorrência de manobras protelatórias que muitas vezes levam à prescrição dos crimes, para desencanto da sociedade.

O texto do meu projeto ainda altera um dos artigos, o nº 17, da Lei de Improbidade Administrativa, Lei 8.429, de 1992, para priorizar também a tramitação dos processos cíveis de improbidade administrativa.

Por fim, não tenho dúvida de que a relatoria do exemplar Senador e amigo pessoal, Alessandro Vieira, do PSDB de Sergipe, vai enriquecer ainda mais esse meu PL 1.431/2021, meu Projeto de Lei nº 179, em quatro anos de mandato.

Aceitarei suas emendas prazerosamente. Minha alegria, Presidente Sérgio Petecão, de ver essa nossa Comissão ter gente de estirpe. Além de Alessandro Vieira, temos Fabiano Contarato, Sergio Moro, General Mourão, Esperidião Amin e tantos outros.

Faremos história nesta Comissão, não tenho nenhuma dúvida. Agradecidíssimo pelo espaço.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 6E9607F40050AD13.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Obrigado, Senador Kajuru.

Já quero aproveitar a oportunidade para agradecer a presença, aqui no Plenário desta Comissão, do nosso Senador querido Fabiano Contarato, do Senador e Relator Alessandro Vieira, do nobre Senador Sergio Moro, Senador Kajuru; Senador Hamilton Mourão, obrigado pela presença; e do querido Senador Esperidião Amin.

Passo... Antes também de passar a palavra aqui ao Relator, se vocês me permitem, gostaria de registrar aqui a presença do Dr. Thiago Frederico de Souza Costa, Presidente da ADPJ (Associação Nacional dos Delegados de Polícia Judiciária). Obrigado pela presença, doutor. Seja bem-vindo à nossa Comissão.

E a presença também do Sr. Marcus José da Silva Cabral, Presidente da Adepol (Associação dos Delegados de Polícia Civil do Estado do Acre), lá do meu estado, do Estado do Acre. Obrigado pela presença.

E do amigo Delegado Pedro Henrique Resende, que é Delegado de Polícia lá no meu estado. Obrigado.

Sejam bem-vindos.

Com a palavra o Senador Alessandro Veira, para a leitura do seu relatório.

Obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Como Relator.) – Obrigado, Sr. Presidente.

Peço vênia para dispensar a parte expositiva do relatório, considerando até a sustentação do meu querido Kajuru, que torna essa etapa desnecessária.

Passo à análise.

A matéria é de competência da União para legislar privativamente sobre Direito Processual Penal e Civil, podendo a iniciativa partir de qualquer membro do Congresso Nacional, nos termos dos arts. 22, inciso I, e 61 da Constituição Federal.

Não encontramos no projeto vícios de inconstitucionalidade ou de injuridicidade, tampouco óbices regimentais ao prosseguimento da análise da matéria.

O CPP hoje prevê prioridade de tramitação apenas para crimes hediondos. A proposta adiciona vários crimes contra a administração pública. Adicionar crimes na lista de prioridade levanta o questionamento de por que esses crimes e não outros, assim como cria incentivo para que novos crimes

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

sejam adicionados no futuro. Optamos por manter a designação genérica "crimes contra a administração pública".

Sobre a improbidade administrativa, que são ilícitos de natureza civil, aproveitamos para trazer alterações importantes. Aliás, o dispositivo alterado pelo PL em tela (art. 17) conta com outra redação, supervenientemente prevista pela Lei nº 14.230, de 25 de outubro de 2021, mas declarada inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal em 31 de agosto deste ano – abre aspas – "de modo a restabelecer a existência de legitimidade

deste ano – abro aspas – "de modo a restabelecer a existência de legitimidade ativa concorrente e disjuntiva entre o Ministério Público e as pessoas jurídicas interessadas para a propositura da ação por ato de improbidade administrativa e para a celebração de acordos de não persecução penal" – fecho aspas.

Diante disso, além de manter a previsão de prioridade processual, conforme escopo do projeto, apresentamos emenda para realizar a correção nos termos já decididos pelo Supremo e aperfeiçoar o art. 17, no sentido de que a pessoa jurídica lesada tenha legitimidade para propor a ação de improbidade administrativa, por meio dos órgãos da advocacia pública, que devem estar institucionalizados nos estados, conforme já prescrevem os arts. 131 e 132 da Constituição Federal.

E não pode ser diferente, considerando que a Constituição impõe à União, junto aos demais entes federativos, o dever de zelo pelo patrimônio público, nos termos do art. 23, inciso I. Ora, as condutas ímprobas repercutem, nítida e diretamente, no patrimônio do ente público, fato que evidencia o seu interesse de agir e, por conseguinte, a sua legitimidade para o ajuizamento da ação de improbidade administrativa, pois, ao fim e ao cabo, é o ente público que sofre as consequências deletérias do ato ilícito. A tutela desses interesses próprios de Estado como pessoa jurídica está constitucionalmente outorgada à advocacia pública (arts. 131 e 132 da CF). Assim, a conclusão a que se chega é que a lesão ao Erário deve ser judicialmente tutelada também pela própria pessoa jurídica de direito público interessada.

Mas não só isso. A legitimidade ativa para ação de improbidade administrativa do ente lesado decorre da necessidade de atuar concretamente na defesa do bem jurídico transindividual, conforme preconizado na Constituição Federal e em tratados do qual o Brasil já é signatário – o Protocolo de Defesa da Concorrência no Mercosul, a Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, a Convenção sobre o Combate à Corrupção de Funcionários Públicos Estrangeiros em Transações Comerciais Internacionais da OCDE e a Convenção Interamericana contra a Corrupção da OEA. Nesse contexto, excluir a legitimidade do ente público seria retirar o maior instrumento pelo qual se faz a tutela da probidade administrativa. É como se o Constituinte estabelecesse um dever e o legislador não municiasse aquele que detém o ônus de meios para cumpri-lo. Portanto, há absoluta pertinência entre as finalidades do ente lesado e o objeto da ação de improbidade administrativa. Por isso, propomos emenda para alterar a redação dos arts. 17 e 17-B da LIA, de modo a preservar a legitimidade dos entes estatais lesados para o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

ajuizamento da ação de improbidade, bem como para realização do acordo de não persecução cível, desde que possuam órgãos da advocacia pública institucionalizados.

A preocupação do Senador Jorge Kajuru é meritória, e, por isso, o PL merece os referidos aperfeiçoamentos, que apresentamos na forma do voto, pugnando pela aprovação, Sr. Presidente, e fazendo a reiteração do registro de que o Senador Kajuru identifica precisamente qual é o grande problema da Justiça brasileira: é a lentidão, é a seletividade na decisão de processos relevantes, que arrasta cada caso para prescrição. Então, parabéns, Kajuru.

E peço a aprovação dos demais colegas.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – A matéria está em discussão.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES) – Para discutir, Senador.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Sr. Presidente, inicialmente, eu quero parabenizar V. Exa. por já estar abrindo esta sessão com pauta.

Eu quero parabenizar também o meu querido Senador Jorge Kajuru por ter a sensibilidade e o Senador Alessandro Vieira, por quem tenho uma admiração e um respeito incomensuráveis. E, por favor, não queiram... Eu só quero problematizar alguns tópicos que eu reputo de fundamental importância.

Eu lembro que um dos primeiros projetos a que eu apresentei uma emenda foi um na CCJ de que o Relator era o Senador Antônio Anastasia. E a minha emenda

E a minha emenda era justamente para estabelecer como crime hediondo os crimes de corrupção ativa, corrupção passiva e peculato. Porque eu falava assim: "Olha, como é razoável uma pessoa hoje no Brasil ser flagrada com porte de arma de uso restrito, isso é crime hediondo; mas se você desvia verba de programa social, você não comete crime hediondo?". E infelizmente, Senador Kajuru, eu fui voto vencido e não foi acatada a minha emenda, hoje estaria resolvido isso. Porque se nós tivéssemos colocado na Lei 8.072, de 1990, Lei de Crimes Hediondos, os crimes de corrupção passiva, corrupção ativa, peculato e concussão com os crimes hediondos, já estaria ali porque crime hediondo tem prioridade no julgamento.

Então a minha reflexão aqui é: eu – com todo respeito, com toda humildade eu vou falar isso – fui professor de direito penal e processo penal por mais de 20 anos. Teve uma razão de ser o Código Penal ter na parte especial um abre-alas nos crimes. Por que começamos com o crime de homicídio? Porque o

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

principal bem jurídico a ser tutelado é o crime contra a vida. Então ali vem homicídio, induzimento e instigação ou auxílio a suicídio, infanticídio, aborto... Depois ele fala: "Olha, vamos tutelar a integridade física", aí vem lesão corporal, os crimes de perigo... Aí depois: "Não, vamos agora tutelar hierarquicamente o patrimônio". Aí vem furto, roubo e assim sucessivamente. Vem depois a dignidade sexual e, por fim, ele deixa os crimes contra a administração pública.

A minha preocupação – e por isso eu vou pedir vista – é que eu entendo que nós temos que mensurar qual é o volume de processos que isso vai acarretar, porque nós vamos inverter a ordem. Hoje nós temos uma prioridade na tramitação dos crimes hediondos. Se a gente inserir aí todos os crimes contra a administração pública... Eu vou dar um exemplo simples, prevaricação, que é um crime com uma pena muito pequena, em que ele vai ter uma ordem de prioridade na frente de um crime contra a dignidade sexual. Ora, não é razoável que isso ocorra. O que nós... Já que o legislador entendeu, quando editou as normas penais incriminadoras, quais são os objetos jurídicos que têm que ter uma hierarquização, é porque tem uma razão de ser. Eu estou aqui fazendo um discurso vivamente contra o combate à corrupção. Não tenho dúvida disso. Porque, para mim, tinha que estar na Lei de Crimes Hediondos. Está lá: são crimes hediondos, para efeitos dessa lei, todos tentados ou consumados previstos no Código Penal e legislação penal extravagante. Então, colocar lá: corrupção ativa, corrupção passiva, peculato, extorsão – desculpem-me, extorsão não é. Mas colocar ali.

Então, hoje você aprovar isso... E o meu pedido de vista é porque eu quero simplesmente entender qual é a quantidade de processo disso que vai fazer entrar na frente dos demais, para gente entender isso. Eu não acho, eu volto a falar que... qual é a consequência de você, por exemplo, passar nos crimes contra a dignidade sexual um crime de prevaricação? Talvez nós devêssemos não só colocar todos os crimes contra a administração pública, mas aqueles efetivamente em que nós estamos ali com maior preocupação. E se a preocupação for pela incidência do instituto da prescrição, que é a perda de direito de punir do Estado causado em virtude do tempo, eu quero alertar que do principal crime que nós estamos tentando coibir para dar uma resposta efetiva, que é combater a corrupção, a pena prevista para corrupção é de dois a doze anos e o período do prazo prescricional conta-se pela pena máxima em abstrato, que, a teor do que determina o art. 109 do Código Penal, a prescrição ocorrerá em 16 anos. E nós já tivemos uma modificação, que no inquérito policial não corre mais a chamada prescrição da pretensão punitiva retroativa, que antes, sim, pela pena aplicava, retroativa lá ao período do inquérito policial.

Então

que antes, sim, pela pena aplicava, retroativa lá ao período do inquérito policial.

Então, se a preocupação for para dar celeridade ao combate à corrupção, primeiro, para ocorrer a prescrição da corrupção, o prazo é de 16 anos; segundo, nós queremos inverter a ordem para dar tramitação, por exemplo, a uma prevaricação em detrimento de um crime contra a dignidade sexual? É esse o questionamento, razão pela qual eu peço vênia aos colegas, mas eu vou pedir vista.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Para discutir.) – Presidente, primeiro, aqui, eu quero elogiar a iniciativa do Senador Jorge Kajuru e o relatório do Senador Alessandro Vieira. Acho essencialmente relevante esse projeto. Em particular, aqui destaco essa legitimidade concorrente da entidade da administração pública lesionada, que foi retirada infelizmente na reforma da Lei de Improbidade. A meu ver, foi um erro, porque é importante você ter dois caminhos. Então, se uma instituição falha em promover ação de improbidade, como o Ministério Público, tem a alternativa da entidade da administração pública lesionada e vice-versa.

Em relação à prioridade, é relevante colocar na lei que essas ações terão prioridade, sim – acho que isso é importante –, mas eu destacaria aqui, sem prejuízo da aprovação desse projeto, que é meritório, que talvez devêssemos evoluir e pensar consequências, porque existe muito na legislação, não raramente, previsão de prioridade a determinada ação ou a determinado tipo de processo, mas, quando se vê na prática, muitas vezes essa prioridade não é atendida pelas cortes de Justiça, normalmente sobrecarregados os seus escaninhos judiciais.

Então, seria interessante evoluir – não sei se nesse projeto, se ainda há o prazo para fazer qualquer alteração ou se deveríamos simplesmente aprovar esse projeto e buscar fazer isso em paralelo – e pensar em consequências. Por exemplo, quando se quer dar uma prioridade a um tema aqui no Congresso Nacional, o que ocorre é o trancamento da pauta e, aí, acaba-se criando um instrumento que dá efetividade a essa prioridade. Não sei se isso seria viável aqui, confesso colocando essa questão neste momento, mas nós teríamos que evoluir para algo mais.

Independentemente disso e para não atrasar, eu adianto aqui o meu posicionamento de que esse projeto deveria, sim, ser aprovado.

Entendo a preocupação do Senador Contarato em relação ao estabelecimento de uma prioridade equivalente à dos crimes hediondos, mas sinceramente esses crimes contra a administração pública acabam tendo consequências também muitas vezes que afetam a vida das pessoas de uma maneira tão grave como outros crimes. É o dinheiro que falta lá no posto de saúde. É o dinheiro que falta muitas vezes para a educação de uma pessoa. Então, estabelecer essa igual gravidade para os crimes hediondos eu sinceramente vejo como algo positivo, embora entenda os seus argumentos, Senador.

O ponto fundamental seria este: que esta Comissão pensasse em formas de dar efetividade e estabelecer essas prioridades dentro desses elencos legislativos.

De todo modo, eu me posiciono desde logo pela aprovação desse projeto.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Concedo a palavra ao nobre Senador Esperidião Amin.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ESPERIDIÃO AMIN (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - SC. Para discutir.) – Sr. Presidente, eu acho que, em primeiro lugar, cabe louvar o Senador Jorge Kajuru e também a V. Exa., porque este, que é o primeiro projeto apreciado na Comissão de Segurança Pública, traz como tarja, alvo, objeto da nossa mira – mira no sentido

objeto da nossa mira – mira no sentido legislativo da palavra – o combate à corrupção, que anda meio fora de moda. Esse alvo não está mais na vitrine ou não é verdade?

Segundo, *"El diablo sabe por diablo, pero más sabe por viejo*." Não é que eu seja um diabo velho, mas esse poemeto é lá da nossa querência amada, Martín Fierro.

Este projeto aprovado aqui irá para a Comissão de Constituição e Justiça – lá ele é terminativo. E lá, Senador Moro, é que nós teremos a oportunidade de apreciar o mosaico. O senhor que entende mais do que eu de dosimetria de pena, nós já aprovamos na Câmara, quando o Rodrigo Pacheco era Presidente da Comissão, um projeto que era uma anomalia, porque ele agravava uma pena a tal ponto que um crime que nós podemos considerar menos grave tinha uma pena mais grave do que o homicídio. Então essa sistematização, que é uma visão holística da pena, é a incumbência da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. E, sempre que nós mexemos no Código Penal, nós nos defrontamos com essa tarefa de como encaixar esse projeto num mosaico que guarda uma certa harmonia.

Por sinal, amanhã, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, eu tenho que relatar um projeto que exclui de certames de licitação pública condenados por crime de corrupção e que tais. E a grande preocupação neste projeto que está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania é exatamente a tipificação do crime, a hierarquia do crime e se todos excluem de participar de uma licitação, mas isso é um problema daquele projeto.

Neste caso aqui, eu acho que não se trata de dosimetria da pena; trata-se de priorizar a apreciação do projeto.

Eu aguardo o pedido de vista, que foi em boa hora feito, mas quero dizer que eu votarei tranquilo a respeito do projeto do Senador Kajuru, porque ele não prioriza aquele tipo de crime. Esse tipo de crime pode ser apreciado, creio eu, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, que tem mais experiência, mais expertise pra isso. Mas a prioridade é uma decisão política, ou seja, é uma recomendação para que esse tipo de crime seja objeto da apreciação do juiz, no caso. Então eu votarei a favor.

Agora, acho que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania já tem que levar daqui a recomendação para avaliar, se me permite dizer, a hierarquia do crime. Desde que foi escrita *A Divina Comédia* é que existe uma hierarquia. No subsolo – não é? –, que coloca na quarta sala do nono pavimento subterrâneo os ingratos em relação aos que praticam crime contra os seus benfeitores. Esse é o que está no fundo do nono porão do Inferno de Dante.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

Então eu acho que... É claro que respeito. O pedido de vista é regimental

Então eu acho que... É claro que respeito. O pedido de vista é regimental, mas não vejo conflito para nós votarmos, uma vez que se trata de uma prioridade. Se fosse algo que mexesse no mosaico, eu ficaria mais preocupado. Mas como disse, pedido de vista vem de boa fonte, não é uma pessoa que está preocupada em protelar, pelo contrário, tem agido sempre com a presteza de um delegado temível! Temível para o infrator e por isso muito acreditado por todos nós.

Muito obrigado.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Pela ordem, Sr. Presidente, só para fazer uma complementação.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Eu o deixo fazer um registro após o Senador Contarato.

O SR. FABIANO CONTARATO (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - ES. Para discutir.) – Eu só quero mais uma vez aqui enfatizar que a minha preocupação é tão somente você colocar todos os crimes contra a administração pública, todos, como prioridade. Eu acho que esta Casa prestaria um serviço muito bom para o combate à corrupção se nós estabelecêssemos o crime de corrupção ativa, corrupção passiva, peculato como crimes hediondos. Aí já seria a solução de tudo. Seria.

Agora, nós não podemos achar razoável que um crime com uma pena tão pequena como prevaricação fure a fila de um crime contra a dignidade sexual. É isso só a minha preocupação. Ora, se nós estabelecêssemos efetivamente que o crime de corrupção ativa, corrupção passiva, peculato são crimes hediondos, estaria solucionado todo e qualquer dilema. E aí sim nós estaríamos combatendo a corrupção, porque a corrupção também mata! A corrupção, quando se diz que desvia verba da saúde, você está matando milhões de pessoas nos corredores dos hospitais públicos. A corrupção... Quando você desvia verba da educação, você está matando o sonho de milhões de jovens.

Não tenham dúvida de que o meu empenho é para dar um tratamento efetivo ao combate à corrupção. Agora, a minha preocupação aqui é: Nós estamos dando um tratamento para furar essa fila de forma genérica, para todo e qualquer crime contra a administração pública. Isso eu acho que deveríamos ter um meio termo para ajustar isso de alguma forma.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

E conto com a compreensão do meu querido Senador Jorge Kajuru, do meu querido Senador Alessandro Vieira para apenas essa reflexão.

Muito obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Alessandro.

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Para discutir.) – Apenas para deixar um registro. O pedido de vista é regimental, não há o que se discutir com relação a esse pedido. Mas é importante, para quem nos acompanha, deixar registrado o que parece ser uma falsa simetria

As decisões do legislador, na década de 40 do século passado, não foram lavradas na pedra, em que não se possa fazer alguma revisão de prioridades no andamento do processo, especialmente no processo penal. De mesma forma, é preciso registrar que é justamente a administração pública a responsável por proteger todas as vítimas! E o prevaricador, não se enganem, apesar da pena citada pelo meu querido colega, Fabiano Contarato, ser baixa, indevidamente baixa, na minha opinião, o prevaricador mata tanto quanto o corrupto.

Acabamos de atravessar uma pandemia. Tivemos corrupção na pandemia, mas a prevaricação, que é o fazer ou deixar de fazer alguma coisa por interesse próprio ou de terceiro, a prevaricação matou muita gente.

Então é uma escolha política, como muito bem registrou o nosso veterano, Esperidião Amin. E eu espero que após o retornado do pedido de vista, a gente possa fazer os ajustes necessários e ter a aprovação desse projeto tão meritório apresentado pelo meu amigo Kajuru.

Como já foi discutido, nós vamos conceder a vista solicitada, pelo Senador Fabiano Contarato

a vista solicitada pelo Senador Fabiano Contarato. A matéria voltará à pauta desta Comissão oportunamente.

Amigos Senadores, eu queria dar um informe. Nós tínhamos 39 projetos nesta Comissão, Senadores; foram distribuídos alguns projetos, e temos ainda 31. Seria interessante que os senhores mantivessem contato com a assessoria desta Comissão para analisar os projetos e ver se têm interesse neles para que nós possamos, na próxima reunião, pautar outros projetos. Alguns colegas já acessaram alguns projetos... É porque nós temos muitos projetos que, como nós não tínhamos esta Comissão, passavam diretamente para a CCJ. Então, nós vamos encaminhar um ofício ao Presidente Davi, ao Presidente da Comissão, para que nós possamos ter acesso a esses projetos que estão lá na Comissão. Eu não tenho dúvida de que o quadro que nós temos aqui, nesta Comissão...

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE) – Permita-me só, Presidente Petecão, fazer um complemento à sua fala extremamente oportuna.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Claro, claro.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. ALESSANDRO VIEIRA (Bloco Parlamentar Democracia/PSDB - SE. Pela ordem.) – Nós temos uma infinidade de projetos ainda paralisados na SGM, sequer distribuídos. Então, é muito importante que V. Exa. faça as gestões necessárias para que eles sejam distribuídos e para que possam ter andamento legislativo adequado. É apenas o que queremos: poder deliberar sobre tantos temas relevantes, como V. Exa. muito bem recorda.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Na verdade, quanto a esses que estão na Secretaria-Geral da Mesa, nós já encaminhamos um ofício no dia 9 de março, não é isso? (*Pausa.*)

É para que nós possamos ter acesso a esses projetos.

Esta Comissão vai andar! Eu não tenho dúvida de que nós estamos diante de uma responsabilidade grande. E, no que depender de mim... O nosso quadro é o que tem de melhor, não tenho dúvida disso, conheço todos. E, com certeza, nós vamos procurar dar a maior celeridade para que possamos ter acesso a esses projetos para que cheguem à mão dos senhores.

Era isso.

Senador.

O SR. SERGIO MORO (Bloco Parlamentar Democracia/UNIÃO - PR. Pela ordem.) – Presidente, a esse propósito, existe uma série de urgências relacionadas a este tema da segurança pública.

Neste final de semana, eu até estive em uma cidade do interior do Paraná, Francisco Beltrão, falando com polícia militar, guardas municipais, envolvendo, às vezes, até temas mais cotidianos da polícia, mas, quando a gente vai observar, isso tem afetado muito a atividade deles.

Hoje, existe uma discussão muito intensa ocorrendo no STJ e no STF sobre busca policial, busca feita por guarda municipal, busca feita por polícia militar. E o STJ, por exemplo, recentemente, proibiu que guardas municipais fizessem buscas pessoais. E a gente sabe que, em várias cidades do Brasil, a guarda municipal tem prestado um serviço importantíssimo para suprir as deficiências, às vezes, de quadro da própria polícia militar. E isso não foi porque o STJ entendeu que haveria uma incompatibilidade, mas foi propriamente por uma questão normativa, por um vácuo normativo a esse respeito.

Eu sugeriria que a gente pudesse se debruçar, em algumas sessões, sobre este tema das buscas, que é um setor no qual os tribunais estão fazendo um papel que, em princípio, caberia ao Legislativo, que é o de regular essa matéria. Há um *habeas corpus* em trâmite no

Há um *habeas corpus* em trâmite no Supremo Tribunal Federal, igualmente, em que se está discutindo, na questão de uma busca pessoal, quais são os parâmetros que os policiais podem levar em

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

consideração para fazer uma revista. E normalmente isso tem resultado em julgamentos que têm soltado pessoas que foram surpreendidas na posse de armas, na posse de drogas. Eu sugeriria que esse fosse um tema que nós pudéssemos tratar nesta Comissão em breve. Vou pedir para a minha equipe rastrear projetos sobre isso já em trâmite para verificar se estão na Comissão ou se ainda estão pendentes de distribuição.

Mas seriam assuntos muito importantes que fazem a diferença na vida do cidadão, embora muitas vezes passem despercebidos sob discussões de alta indagação que às vezes perpassam este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC) – Senador Sergio Moro, com certeza – com certeza – a sua experiência vai nos ajudar nesta Comissão.

Na sexta-feira, lá no meu estado, eu fiz uma pauta com a segurança de lá do estado: visitei a Polícia Federal, visitei a Polícia Civil, visitei a Polícia Militar. Creio que nós poderíamos já começar a pensar, montar aqui uma comissão e fazer uma visita a essas instituições para nos colocarmos à disposição, vendo de que forma podemos ajudar e também já cobrar algumas situações.

Então, a sua experiência vai ser de fundamental importância para que nós possamos realizar os trabalhos desta Comissão.

Queria aproveitar já a oportunidade e registrar aqui a presença do Senador Marcos Pontes. Obrigado pela presença.

Senador Marcos Pontes, o senhor gostaria de fazer uso da palavra? Nós estamos encerrando, mas fique à vontade.

O SR. HAMILTON MOURÃO (Bloco Parlamentar PSD/Republicanos/REPUBLICANOS - RS. *Fora do microfone*.) – É a hora do almoço.

O SR. ASTRONAUTA MARCOS PONTES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - SP) – Hora do almoço, é? (*Risos.*)

Obrigado, Presidente.

Simplesmente para registrar, para parabenizar o Presidente e a Comissão também. É um assunto extremamente importante. Eu sou suplente aqui, contem comigo no que eu puder contribuir. Lembrando que da minha área de conhecimento – ciência, tecnologia e inovações –, isso, sem dúvida nenhuma, é aplicável em muitas instâncias dentro da melhoria da segurança pública.

Então, contem comigo no que eu puder contribuir. Estou aqui para ajudar a Comissão.

Obrigado.

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

SENADO FEDERAL

Secretaria-Geral da Mesa

O SR. PRESIDENTE (Sérgio Petecão. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PSD - AC. Fala da Presidência.) – Obrigado, Senador. Com certeza, a sua experiência aqui vai ser muito importante para o trabalho desta Comissão.

Comunico aqui ao nosso querido Senador Hamilton Mourão: lá no Acre, ainda são 10h, não é hora de almoço, não. Então, nós vamos ter problema nesta Comissão, a minha fome depois. (*Risos.*)

São duas horas de fuso, lá é hora do café da manhã.

Amigos, nada mais havendo a tratar, está encerrada a presente reunião e convocada outra para hora e data regimentais.

Muito obrigado.

(*Iniciada às 11 horas e 37 minutos, a reunião é encerrada às 12 horas e 17 minutos.*)

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.

Fale com o Senado
0800 61 2211

ARQUIVO ASSINADO DIGITALMENTE. CÓDIGO DE VERIFICAÇÃO: 93EA86D20050AD11.
CONSULTE EM http://www.senado.gov.br/sigadweb/v.aspx.